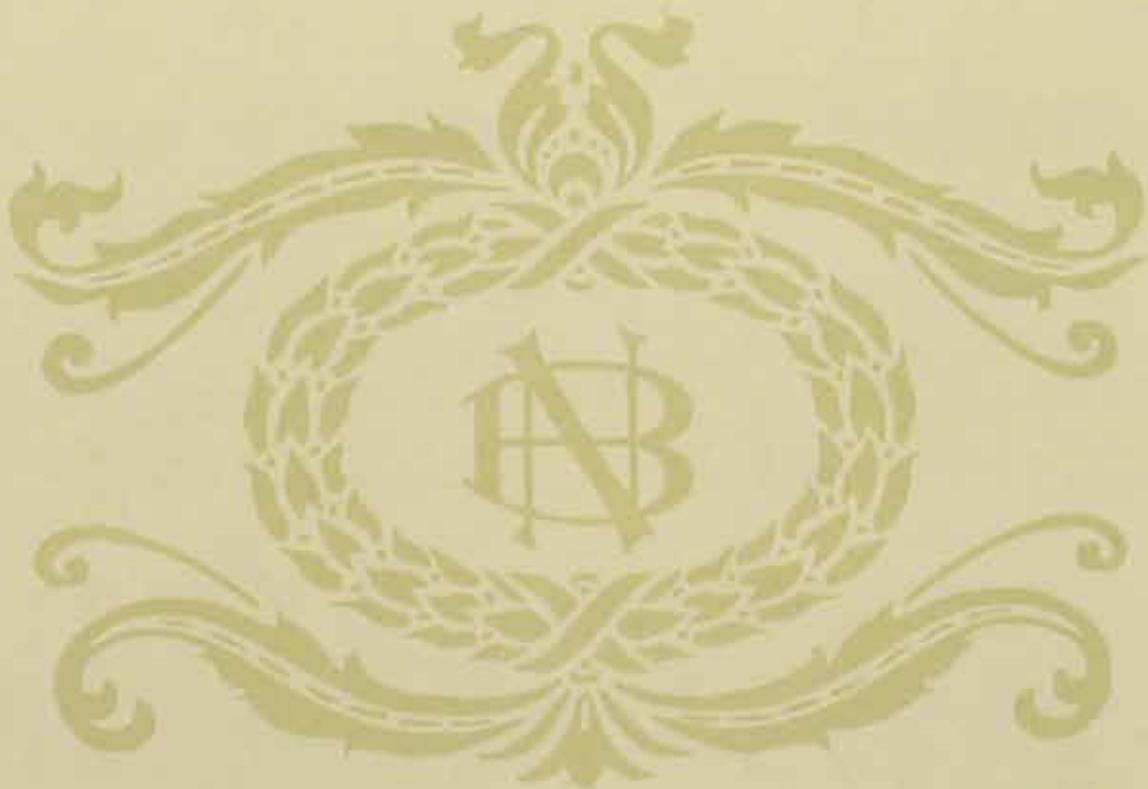


ANAIIS *da* BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 130 • 2010

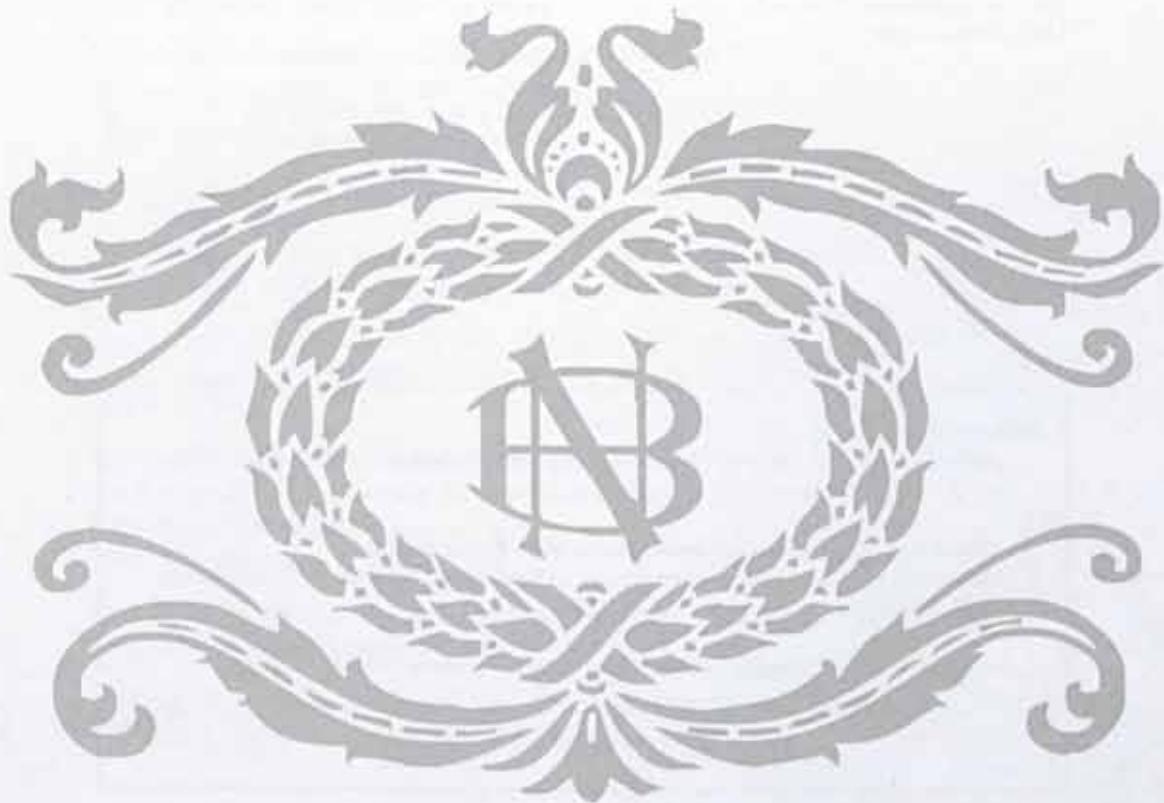


Rio de Janeiro, 2014



ANAI S
da
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 130 • 2010



Rio de Janeiro
2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

EDITORIAL.

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Editor
Marcus Venicio Ribeiro

Ministra da Cultura
Marta Suplicy

Coordenação Editorial
Raquel Fabio, Simone Muniz, Valéria Pinto

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.

*Preparação de Originais e
Revisão de Provas*
Francisco Madureira, Rosanne Pousada

Presidente
Renato Lessa

Assistentes Editoriais
Danielle Fróes (estagiária), Janilda Souza,
Matheus Antunes (estagiário), Rafael
Andrade (estagiário), Taiyo Jean Omura

Diretora Executiva
Myriam Lewin

Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores
Maria José Fernandes (interina)

*Diagramação e
Tratamento de Imagens*
Eliane Alves, Patricia Lopes

Centro de Cooperação e Difusão
Moema Salgado

Reprodução do Acervo
Cláudio de Carvalho Xavier, Otávio Oliveira

Centro de Pesquisa e Editoração
Marcus Venicio Ribeiro

Coordenadoria de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.br | www.bn.br

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-
v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.
ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581
22 ed.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A BIBLIOTECA NACIONAL NOS TEMPOS DE RAMIZ GALVÃO (1870-1882) <i>Ana Paula Sampaio Caldeira</i>	9
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA BIBLIOTECA NACIONAL (1915-1949)..... <i>Simone da Rocha Weitzel</i>	111
A PRODUÇÃO EDITORIAL DA BIBLIOTECONOMIA LUSÓFONA NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL: DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS..... <i>Vinícius Souza de Menezes</i>	221
A BIBLIOTECA DO ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS NO RIO DE JANEIRO: INVENTÁRIO DAS OBRAS QUE RESTARAM..... <i>Bruno Martins Boto Leite</i>	255
CONHECER E CONVIVER: AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA BAIXADA FLUMINENSE E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA <i>Écio Pereira de Salles</i>	291
IX ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO	
GERENCIANDO A FRAGMENTAÇÃO: OS MUITOS ACERVOS RAROS DA UFRJ..... <i>Paula Maria Abrantes Cotta de Mello</i>	341
REPRODUÇÃO DO ACERVO MUSICAL DA BIBLIOTECA NACIONAL: A DIFICULDADE DE OS USUÁRIOS ENTRAREM NO TOM COM A MUDANÇA DE PROCEDIMENTOS <i>Elizete Higino</i>	349
DIRETRIZES IMPLEMENTADAS PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS ACERVOS RAROS DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE SÃO PAULO	355
<i>Dione Seripieri</i>	
ENTRE FATOS, FOTOS E VARIEDADES, O COMPROMISSO: O CASO DO CEDIC-BA	363
<i>Maria das Graças Nunes Cantalino</i>	
A COLEÇÃO DE MANUSCRITOS DO REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA	375
<i>Fabiano Cataldo de Azevedo, Sheila Moura Hue</i>	

HEMEROTECA HISTÓRICA DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA: GUARDA DA MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA.....	391
<i>Marina Nogueira Ferraz</i>	
O PAPEL DA REPRODUÇÃO NA PRESERVAÇÃO E ACESSO	401
<i>Vera Lúcia Garcia</i>	
PRECIOSIDADES DO ACERVO	
A CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ BONIFÁCIO NAS “CARTAS ANDRADINAS”.....	417
<i>Ana Lúcia Merege</i>	

APRESENTAÇÃO

Desde 2004, quando criou o Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – Pnap, destinado a incentivar estudos originais em diversas áreas do conhecimento tendo por base documental o seu acervo, a Fundação Biblioteca Nacional já concedeu 167 bolsas a pesquisadores, sejam pesquisadores juniores, incluídos pela primeira vez em 2013, sejam doutores e, também a partir desse último ano, pesquisadores-doutores residentes. Os resultados têm beneficiado tanto os pesquisadores, que passaram a dispor de um novo espaço institucional para dar início ou prosseguimento às suas atividades profissionais, quanto a própria Biblioteca Nacional, que multiplica os estudos sobre o seu acervo.

A biblioteconomia e a ciência da informação, áreas de interesse específico, mas não exclusivo da Biblioteca Nacional, e que experimentam importantes e sucessivos avanços nas últimas décadas, estão entre as que mais geraram projetos dos 1.308 candidatos à bolsa entre 2005 e 2013. Este número dos *Anais da Biblioteca Nacional* publica estudos resultantes de cinco dos projetos contemplados, alguns deles ainda não conclusivos, mas todos oferecendo contribuições importantes sobre o tema, três dos quais envolvendo a história da Biblioteca Nacional.

Em “A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão”, a historiadora Ana Paula Sampaio Caldeira traça o perfil do médico e erudito Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, que dirigiu a Biblioteca Nacional de 1872 a 1884, um dos períodos definidores do papel a ser desempenhado por esta instituição. Ainda funcionando em prédio alugado no antigo largo da Lapa, hoje rua do Passeio, para onde havia sido transferida em 1858, a Biblioteca Nacional deu, com Ramiz Galvão, os primeiros passos rumo a sua modernização, desde que foi instalada no Brasil em 1810. No aspecto físico, fez a reforma do edifício do Passeio Público e introduziu a iluminação a gás; nos aspectos técnico e institucional, ganhou um novo estatuto, que criava as novas seções de impressos e cartas geográficas, de manuscritos e de estampas; promoveu o primeiro concurso público, em que foi aprovado o jovem João Capistrano de Abreu, que se tornaria um dos mais importantes historiadores brasileiros, e também passou a adquirir no exterior livros e manuscritos de interesse para a instituição. Os maiores empreendimentos vieram em 1876, quando Ramiz Galvão criou os *Anais da Biblioteca Nacional*, o mais antigo periódico da casa e destinado a divulgar os trabalhos sobre o acervo realizados por seus funcionários ou outros estudiosos, e em 1881, quando, incentivado pelo barão Homem de Mello, secretário de Estado dos Negócios do Império, organizou a antológica Exposição de História do Brasil. Seu catálogo – publicado no volume IX (1881-1882) dos *Anais* e reeditado no início da década de 1980 pela Editora

Universidade de Brasília, com apresentação de José Honório Rodrigues, também antigo funcionário – arrolou mais de 20 mil documentos sobre o Brasil e ainda hoje é valioso instrumento de pesquisa.

Sobre as origens de uma hoje importante disciplina da biblioteconomia é o estudo “Desenvolvimento de Coleções no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional: 1915-1949”, de autoria da bibliotecária e atual diretora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Unirio, Simone Weitzel. Embora ainda não existisse como disciplina, o desenvolvimento de coleções, atividade que trata da aquisição e seleção de acervo e é essencial em qualquer biblioteca, se iniciou no curso mantido pela Biblioteca Nacional até 1969, quando foi acolhido pela Unirio e lá funciona até hoje. A autora tomou como fontes principais os relatórios anuais da direção da Biblioteca Nacional, os programas das disciplinas ministradas e publicações na área biblioteconômica correntes no período por ela estudado. Simone Weitzel fez ainda um levantamento preliminar dos funcionários da Biblioteca Nacional que fizeram parte da equipe de docentes, entre os quais se destacam os nomes de Sérgio Buarque de Holanda, Cecília Meireles, Rubens Borba de Moraes, Mário Behring e Francisco Noronha Santos.

Vinícius Souza de Menezes, doutorando em Ciência da Informação, também se reporta, em seu estudo “A produção da biblioteconomia lusófona no acervo da Biblioteca Nacional: séculos XX - XXI”, ao nosso antigo Curso de Biblioteconomia, pois o toma como referência para o seu objetivo de quantificar a produção nessa área. Como a Biblioteca Nacional inaugurou o ensino dessa especialidade no país (além de ser, cabe lembrar, a depositária legal da produção bibliográfica nacional), supôs acertadamente que ela não só detém a maior coleção nacional de livros sobre biblioteconomia, como influiu na constituição de uma “literatura padrão” e de uma “educação comum”, categorias estas criadas pelo filósofo da ciência Thomas Kuhn. Na primeira parte de seu estudo, trata do surgimento da biblioteconomia no Brasil e sobre significados do livro em nossa cultura tradicional, recuperando o comentário feito por Sérgio Buarque de Holanda de que o “amor às letras” e o “horror à nossa realidade cotidiana” influíram para que os intelectuais conservadores idealizassem “um mundo fora do mundo”; aborda ainda aspectos relativos à transição na biblioteconomia brasileira, a partir da década de 1940, da influência francesa para a norte-americana, pragmática e técnica, quando mais “do que objetos de exuberância e fruição, os livros transformam-se em instrumentos de trabalho, recursos-centrais e saber-fazer do bibliotecário.” Antes de apresentar os resultados do levantamento sobre a “produção biblioteconômica lusófona” (número de títulos existentes no acervo, autores, assuntos mais tratados, principais editoras, crescimento da produção editorial etc.), o autor ensaia uma árdua reflexão filosófica, apoiada em autores como o já citado Thomas Kuhn, Paul Otlet e Gabriel Peignot, sobre conceitos da biblioteconomia: *bibliotecosofia, bibliologia, bibliografia, documentação*, além dos de *biblioteconomia* e de *livro*, buscando associá-los ao objeto principal de sua pesquisa.

O quarto estudo trata de uma biblioteca que não mais existe, a biblioteca do antigo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, que funcionou do século XVI ao XVIII, mas cujos livros (uma parte deles, na realidade, e quase todos de teologia), verdadeiras obras raras, sobreviveram e hoje estão guardados na biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José, situado no bairro do Rio Comprido nesta cidade. O fato é revelado e contado pelo historiador Bruno Martins Botto Leite, que identifica as obras encontradas confrontando-as com os currículos dos cursos de teologia nos colégios dos jesuítas no Brasil.

Em "As bibliotecas públicas na Baixada Fluminense e a construção da democracia", Écio Salles, doutor em Comunicação e Cultura e gestor de atividades culturais na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, apresenta os resultados de sua pesquisa sobre a capacidade das bibliotecas públicas dessa região formada por 13 municípios de contribuir "para os já reiterados objetivos de colaborar para o aprofundamento da democracia e fortalecimento da cidadania em nossa sociedade". Se muitas bibliotecas estão instaladas em prédios e salas inadequadas, sem estrutura e acervo atualizado e com número insuficiente de profissionais qualificados, há também, segundo constatou, aquelas que oferecem "condições mínimas" de trabalho e profissionais capacitados, são "espaço de conhecimento" e também "espaço de encontro". Mas estas últimas, o autor conclui, ainda são muito poucas num em que 17% da população concentra em suas mãos 73% dos livros.

O volume também publica algumas das comunicações feitas no IX Encontro Nacional de Acervo Raro, evento promovido pela Fundação Biblioteca Nacional, e, na seção Preciosidades do Acervo, reproduz e transcreve uma das 69 cartas da chamada "Coleção Andradina", correspondência dos irmãos Andrade (José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco) com o amigo Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, durante o período de exílio na França, que para o "Patriarca da Independência" durou de 1823 a 1829. Comentada pela bibliotecária Ana Lúcia Merege, pesquisadora da Divisão de Manuscritos, essa carta foi escrita em 1825, logo após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, pelo qual Portugal, representado pela diplomacia inglesa, reconheceu a independência do Brasil. É nela que José Bonifácio, embora saiba o fato, afirma que "a soberania nacional recebeu um coice na boca do estômago". Além de conceder a d. João VI ("João Burro", no dizer implacável e ressentido de José Bonifácio) o título honorário de "Imperador do Brasil", o tratado foi acompanhado de uma convenção secreta. Por ela, o Brasil deveria indenizar Portugal pelos prejuízos decorrentes da independência com dois milhões de libras esterlinas, 800 mil das quais se destinavam a compensar a antiga metrópole pela permanência em nosso país da Real Biblioteca.

Marcus Vênicio Ribeiro
Editor

A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)

Ana Paula Sampaio Caldeira

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)





Resumo

Este trabalho pretende analisar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro num período específico de sua história, o da gestão de Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1870 – 1882). Assumindo o posto como um jovem promissor, Galvão despediu-se do cargo doze anos depois consagrado pelo seu trabalho de reformulação dessa instituição. Neste estudo, há três objetivos principais: estudar as mudanças no funcionamento da Biblioteca Nacional durante a administração de Ramiz Galvão; avaliar o novo papel que a instituição assumiu no ambiente letrado da Corte durante a década de 1870; e, por fim, destacar como a Biblioteca Nacional passou a se preocupar com a construção de um passado para a nação brasileira, tomando para si a função de salvaguardar os documentos que davam acesso a ele.

Palavras-chave: *Biblioteca Nacional (Brasil). Ramiz Galvão.*

Abstract

The aim of this study is to evaluate the role of the National Library of Rio de Janeiro during a specific period of its history, starting from the nomination of Benjamin Franklin Ramiz Galvão as the director of this institution in 1870. Assuming his post as a promising young man, Galvão left his position twelve years later, highly recognized for his work in the reorganization of the institution. The three main objectives of this paper are: to study changes in the operation of the National Library during Ramiz Galvão's administration; to evaluate the new role of the National Library in the Court's literate environment during the 1870s; and lastly, to highlight the way in which the National Library became concerned, at that moment, about building a past for the Brazilian nation, assuming the task of preserving documents that were sources of information about the past.

Keywords: *National Library of Brazil. Ramiz Galvão.*



Talvez a velhice e o medo me enganem,
mas suspeito que a espécie humana – a única –
está em vias de extinção e que a Biblioteca perdurará:
iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel,
armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.

Jorge Luis Borges (A Biblioteca de Babel: In: *Ficções*)

Diariamente, dezenas de pessoas visitam o prédio da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Após se identificar, a grande maioria se dirige à primeira sala à direita, conhecida por todos como “obras gerais”, localizada logo na entrada da instituição. Consultam os catálogos, fazem o pedido, escolhem uma mesa e começam a sua leitura. Poucos certamente reparam que logo na entrada daquele recinto existe uma placa informando ao visitante que a Divisão de Obras Gerais tem, na verdade, um nome. Ela se chama Sala Ramiz Galvão. É uma homenagem a um jovem e enérgico diretor que esteve à frente da Biblioteca Nacional durante doze anos. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, mais conhecido no meio intelectual de sua época pelo sobrenome, foi chamado para administrar aquela casa em 1870 e só saiu de lá em 1882, quando foi convocado para ser tutor dos netos de d. Pedro II. Antes, porém, promoveu uma série de mudanças destinadas a modernizá-la, tornando-a efetivamente um lugar de pesquisa e investigação.

Este trabalho tem como proposta analisar o funcionamento da Biblioteca Nacional no período em que ela foi administrada por Ramiz Galvão. Como veremos ao longo das seções que compõem esse texto, praticamente inexistem trabalhos mais sistemáticos sobre este período da história da biblioteca, bem como sobre a trajetória de Ramiz Galvão. Sobre a Biblioteca Nacional, um estudo relativamente recente é *Biografia da Biblioteca Nacional*, de Gilberto Vilal de Carvalho. Esse autor conta a história da instituição desde a sua origem, em 1807, quando seu acervo inicial ainda compunha a biblioteca dos reis portugueses, até a década de noventa do século passado, momento em que escreveu. Trata-se de uma obra importante e que serve como referência a quem se propõe a estudar a história da instituição. No entanto, justamente por ter um amplo recorte temporal, pouquíssimas páginas do livro são dedicadas ao

Nota de agradecimento:

Gostaria de agradecer aos funcionários do Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, sempre muito atenciosos e dispostos a contribuir para a realização do trabalho. Meus agradecimentos também aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sobretudo Vera Faillace e Alberth Catharino, ambos da Divisão de Manuscritos, e Mônica Carneiro e Deivid Grassini, da Divisão de Iconografia (estes dois últimos, velhos conhecidos do tempo em que eu me debruçava sobre a Coleção Barbosa Machado). Agradeço também a Eliane Perez pela solicitude e presteza. Por fim, um agradecimento especial a Douglas Attila Marcelino pela leitura e comentários que fez do texto e, principalmente, pelo companheirismo de sempre.

período da administração de Ramiz Galvão. Na verdade, o estudo trata de forma mais detida do período posterior a 1910, quando, já na República, a Biblioteca Nacional ganhou nova sede, há tempos tão desejada.

Quanto a Ramiz Galvão, trata-se de personagem bastante atuante em algumas das principais instituições intelectuais de sua época. Como diretor da Biblioteca Nacional, ele conquistou respeito e admiração de seus pares, e a fama de ser um trabalhador incansável marcou profundamente a sua biografia. Nascido em 1846, na pequena cidade de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, veio para o Rio de Janeiro no início dos anos 1850, com apenas seis anos de idade. Muito aplicado aos estudos, conseguiu, mais tarde, ser aceito como aluno do Colégio Pedro II, onde obteve o tão cobiçado diploma de bacharel em Letras. Passou também por importantes instituições frequentadas pela intelectualidade da época, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por outro lado, sua biografia ficou bastante marcada pelo trabalho desenvolvido dentro da Biblioteca Nacional. Como administrador, Galvão não apenas reformulou seu funcionamento, mas também conseguiu dar à instituição uma posição de relevo entre os homens de letras de sua época, especialmente a partir da publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* e da organização da Exposição de História do Brasil e de seu catálogo. Além disso, transformou a entidade em um depósito do patrimônio documental e da memória do país. Apesar da trajetória interessante,¹ Ramiz Galvão é figura muito pouco estudada e sobre a qual temos apenas alguns trabalhos, marcados, em sua maioria, pelo excessivo caráter elogioso.²

Este trabalho, portanto, tem três objetivos principais: estudar as mudanças no funcionamento da Biblioteca Nacional durante o período em que a instituição foi administrada por Ramiz Galvão; avaliar o novo papel que a instituição assumiu no ambiente letrado da Corte durante a década de 1870; e, por fim, destacar como naquele momento a biblioteca passou a se preocupar com a construção de um passado para a nação brasileira, tomando para si a função de salvaguardar os documentos que davam acesso a esse passado.

Para desenvolver esses objetivos, optamos por dividir esse estudo em três seções. A primeira delas trata da trajetória de Ramiz Galvão e analisa de forma mais detida a memória que alguns escritores e intelectuais construíram sobre ele. Nessa parte, foram analisadas duas obras importantes sobre a vida e o trabalho de Galvão, uma escrita por Alfredo Mauricéa Filho e outra, por Edson Nery da Fonseca. Viriato Correia e Capistrano de Abreu são outros autores cujos depoimentos sobre Ramiz Galvão foram largamente utilizados.

A segunda parte do trabalho trata de forma mais específica das mudanças no funcionamento da Biblioteca Nacional durante a gestão de Ramiz Galvão. Será possível perceber que, naquele momento, a instituição se espelhou em suas congêneres europeias para constituir uma rotina de serviços própria a

uma entidade que pretendia ser a biblioteca de referência do país. Mais do que isso, ela se transformou em lugar de estudos e de recolhimento dos documentos relativos à nossa história. Ainda nessa parte, discutem-se também as relações que a Biblioteca Nacional manteve com o Ministério do Império, ao qual estava diretamente subordinada, e busca-se entender por que certas mudanças foram possíveis sob a administração de Galvão.

A terceira e última seção discute como, durante sua gestão, Ramiz Galvão ajudou a transformar a biblioteca em espaço de investigação e pesquisa para todos aqueles interessados em escrever a história nacional. Aqui, nosso objetivo foi fazer uma análise mais detida, embora ainda inicial, sobre a Exposição de História do Brasil e a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, dois importantes empreendimentos de sua administração.

Por fim, é importante esclarecer que o período em que a Biblioteca Nacional foi administrada por Ramiz Galvão, bem como as mudanças estabelecidas naquele momento, estão bem documentados nos ofícios e relatórios que o bibliotecário mandava periodicamente ao Ministério do Império e em outros documentos do acervo da instituição. Serviram ainda como fontes de pesquisa para esse trabalho os nove primeiros volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, além de periódicos da época, especialmente o Jornal do Commercio, a Gazeta de Notícias e O Cruzeiro. Visando tornar a leitura desse artigo mais agradável, optamos por atualizar a ortografia nas citações e, em alguns momentos, utilizar abreviações para nos referirmos às seguintes instituições: Biblioteca Nacional (BN), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Academia Brasileira de Letras (ABL).

1. “Um trabalhador infatigável” – A memória de Ramiz Galvão

Era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável.
Quando chegávamos às 9h já estava trabalhando,
revendo, classificando os bilhetes do catálogo.

Capistrano de Abreu³

Morreu aprumado, alinhado, sólido e limpo.
Chegou aos 92 anos sem reumatismo,
sem dentadura postiça, sem barriga e sem careca.
A Criação deu-lhe tudo: inteligência, atmosfera
para desenvolvê-la, maneiras delicadas,
porte fidalgo, estatura.

Viriato Correia⁴

Amei com muito mais rigor os meus pais mortos do que
aqueles que tive, na vida real, durante catorze anos.

Para isso servem os mortos: para que nos inventemos à medida do nosso desconsolo.

Inês Pedrosa⁵

Pierre Bourdieu, em artigo bastante conhecido no qual discute questões envolvendo o trabalho biográfico, comenta a respeito de uma determinada filosofia da história que tende a conceber a vida de um indivíduo como uma história, ou, em outras palavras, como um movimento linear. Ele percebe que, dentro dessa perspectiva, a vida de uma pessoa é entendida como um todo coerente e orientado, que pode ser apreendido de forma unitária, a partir, por exemplo, da noção sartriana de projeto (o que fica implícito em expressões como "já", "desde então", "desde jovem", tão presentes nas biografias). Essa forma de pensar a trajetória biográfica de uma pessoa seria, segundo Bourdieu, "uma criação artificial de sentido", uma vez que tenta extrair uma lógica retrospectiva da vida de um indivíduo.⁶

A crítica parece-nos pertinente para a discussão que faremos aqui. Pretendemos traçar, em linhas gerais, a trajetória de Ramiz Galvão, especialmente os anos em que viveu o período do Império no Brasil, pois data dessa época a sua nomeação para diretor da Biblioteca Nacional. Cabe destacar, no entanto, que não é nosso objetivo escrever propriamente a sua biografia. Antes, buscamos caracterizar a imagem que seus contemporâneos e os biógrafos posteriores construíram e fixaram dele, embora, evidentemente, ao longo do texto tenhamos de fazer menções à sua formação e aspectos de sua vida.

Remetemo-nos ao texto de Pierre Bourdieu, pois, como veremos, embora a trajetória de Ramiz Galvão tenha sido objeto de poucos estudos, ela foi lida e entendida pelos homens que conviveram com ele, bem como pelos seus biógrafos, a partir de certa racionalidade e finalidade. Sua biografia é construída como se ele já existisse como um homem acabado desde a mais tenra idade. Sua vida é contada tal como era tomada a sua personalidade: de maneira austera e linear.

Essa forma de pensar a trajetória de um homem certamente está ligada, como nos fala Bourdieu, a uma determinada maneira de compreender o próprio movimento histórico. Isto é, liga-se a uma determinada concepção da história humana em que passado, presente e futuro se conectam e determinam. Dentro dessa concepção, a história é entendida de forma linear e o futuro perde a sua dimensão de imprevisibilidade, uma vez que já se encontrava contido no passado. A história da humanidade é entendida a partir de um sentido e é justamente ele que explica cada uma de suas partes. Da mesma forma, a vida de um indivíduo ganha uma direção e todas as suas etapas (e é justamente dessa maneira que a vida passa a ser concebida, como etapas) são explicadas por este sentido maior.

Embora tenhamos na Antiguidade Clássica vários exemplos de histórias de vida, foi no final do século XVIII que o conjunto de acontecimentos de uma

existência individual passou a ser concebido como uma história, isto é, passou a ser dotado de um sentido.⁷ Não por acaso, foi ao longo do século seguinte que se deu a afirmação de uma moderna consciência histórica e a passagem de uma filosofia da história para uma ciência da história.⁸ O homem oitocentista, construindo uma ligação entre passado, presente e futuro, passava a se entender no mundo a partir da história.

Quando a história se definiu como um conhecimento científico, o trabalho do historiador ganhou uma nova dimensão: sua função não era mais a de contar e expor os acontecimentos de outrora, mas conhecê-los e lhes dar uma direção. Para isso, tornavam-se indispensáveis a pesquisa e o trabalho com as fontes. Se hoje nós percebemos o passado como uma construção (ou, nas palavras de Michel de Certeau, como uma operação, que precisa de um sujeito que a realize: o próprio historiador),⁹ para certos historiadores do Oitocentos o passado existia como uma realidade dada e, por meio da crítica adequada às fontes, um fato histórico poderia ser conhecido tal como aconteceu.

O trabalho do historiador hoje é concebido de outra maneira. Sabemos das dificuldades de se traçar a trajetória e a personalidade de Ramiz Galvão por meio das biografias e notícias disponíveis. Certamente, muitos documentos que poderiam nos dar uma dimensão mais ampla da sua vida não chegaram até nós. Os que chegaram, trazem, sem dúvida, a visão de um sujeito que, ao longo da sua narrativa, fez suas escolhas e inventou um Ramiz Galvão, como diz a epígrafe deste trabalho, “à medida do seu desconselho”. Ao invés de entendermos essas limitações como um entrave para a nossa pesquisa (cujo objetivo continua sendo conhecer um pouco da vida deste homem), buscamos pensá-las como algo próprio da tarefa do historiador e como uma forma de compreender a maneira como a memória de Ramiz Galvão foi construída ao longo do tempo.

A memória construída de Ramiz Galvão: um pouco de sua trajetória a partir do olhar de Viriato Correia e Capistrano de Abreu

Na Academia Brasileira de Letras, todo acadêmico tem de passar por um ritual assim que assume a cadeira para a qual foi eleito. Trata-se de uma cerimônia de posse, em que o novo membro da instituição deve vestir-se com o fardão que a representa e fazer um discurso diante de seus pares, no qual é de praxe que expresse a sua felicidade em ser reconhecido naquele ambiente intelectual. Em seguida, ele refere-se, quase sempre de maneira “laudatória”, aos imortais que ocuparam anteriormente a cadeira que passaria a ser sua.

No dia 29 de outubro de 1938, Viriato Correia era recebido por Múcio de Leão na Academia Brasileira de Letras. Foi escolhido para sentar na cadeira 32, fundada por Manoel de Araújo Porto-Alegre. Este mesmo assento tinha como

patrônio Carlos de Laet e, como membro número um, Ramiz Galvão. Uma vez eleito, cabia ao recém-admitido acadêmico discorrer sobre os seus predecessores, especialmente sobre Galvão, cuja morte abriu espaço para a sua acolhida na ABL.

Viriato Correia era um velho conhecido dos acadêmicos da instituição, afinal já havia se candidatado algumas vezes ao posto de imortal. Seus sucessivos fracassos nesse sentido garantiram-lhe um apelido nada simpático de “tia” da Academia, remetendo à imagem da mulher solteirona que sonha com um noivado que nunca chega. Aliás, seu maior sonho era justamente suceder Medeiros e Albuquerque, seu grande amigo, cuja maior homenagem que poderia prestar era fazer-lhe um belo elogio quando passasse a ocupar o seu posto na ABL.

Depois de várias tentativas, Correia conseguiu a imortalidade, mas, talvez por ironia do destino, que sempre dificultou a sua entrada naquela casa, foi admitido para a cadeira de um homem totalmente desconhecido por ele. Era justamente sobre esse homem que ele deveria fazer seu primeiro discurso na ABL. Foi nesse momento que Viriato Correia viu-se diante da seguinte questão:

Que é que eu vou fazer de Ramiz Galvão? [...] Não me despertava interesse algum o homem a quem eu sucedia. Não o estimava com o coração nem tão pouco com o espírito. Não lhe conhecia o espírito, nem também o coração. Para dizer verdade, nunca lhe havia lido uma linha sequer. O que dele sabia era muito pouco: que pertencia a Academia de Letras e ao Instituto Histórico e que havia sido preceptor dos príncipes. Nada mais. E foi com bocejos de indiferença e de preguiça que lhe comecei a estudar a figura. E hoje não sei exprimir a encantada surpresa com que ela, pouco a pouco, se me foi avultando aos olhos, alta, ereta, senhoril e luminosa.¹⁰

Viriato não conhecia seu antecessor. Tinha se encontrado com ele pouquíssimas vezes e, o que complicava ainda mais a sua tarefa, não possuía nenhum interesse pela sua figura. Como disse, sequer havia lido uma linha de alguma de suas obras. Depois de pesquisar um pouco o perfil dos acadêmicos que ocuparam a cadeira 32, Viriato os descreveu como três figuras dessemelhantes e com feitios diversos. Araújo Porto-Alegre era um artista inquieto; Carlos de Laet, irônico e afiado. Já Ramiz Galvão representava o equilíbrio, a erudição e a operosidade.¹¹ “Um trabalhador infatigável”, segundo Viriato.

Em seu discurso, o acadêmico não se eximiu em fazer, inclusive, um perfil psicológico a partir dos testemunhos que coletou a respeito de seu antecessor. Para ele, Ramiz fazia parte de um tempo em que os homens eram graves e circunspectos. “Não riam, não sabiam rir.” Chegou mesmo a recorrer aos parentes de Galvão em busca de uma história engraçada, uma piada que pudesse revelar um homem mais descontraído, pelo menos na intimidade do ambiente familiar, mas nada encontrou. Dele não se tinha notícia sequer de uma anedota. Viveu 92 anos de forma sempre reservada, discreta, controlada, séria.¹² Nesse

tempo, vivenciou as inúmeras mudanças trazidas pelo século XIX e as primeiras décadas do XX. Como lembrou seu sucessor na ABL, Ramiz

abriu os olhos com o sufrágio universal na França e deixou-os com o totalitarismo de Stalin, Hitler e Mussolini. [...] No Brasil viu tudo. Testemunhou uma por uma as transformações profundas do país. Conheceu o Rio de Janeiro iluminado a azeite, iluminado a gás e delirantemente iluminado a luz elétrica. Andou no desconforto das góndolas, aos balanços e aos tombos pelas vielas calçadas a pedra bruta até mil oitocentos e sessenta e tantos, e andou depois nas almofadas das limusines modernas, deslizando regaladamente pelas ruas asfaltadas. [...] Em pleno calor de janeiro, vestiu camisa de colarinho duro, sobrecasaca e cartola pretas. [...] Sentou-se junto às caixas de música para saborear trechos de óperas velhíssimas. Sentou-se depois em frente aos rádios de ondas curtas para ouvir as regiões mais distantes do planeta.¹³

Não bastasse isso, ainda atuou em quatro das grandes instituições intelectuais dos períodos imperial e republicano: o Colégio Pedro II, onde foi aluno e professor, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a já citada Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Biblioteca Nacional (BN).¹⁴

Iniciamos essa seção pelo discurso proferido por Viriato Correia na ABL, pois ele traz elementos interessantes na forma como constrói a imagem de Ramiz Galvão. Em primeiro lugar, pelo contraste entre o personagem retratado e o autor do texto, isto é, entre o tom cômico e irônico muito próprio de Viriato Correia e a imagem austera que é feita de Ramiz Galvão, acentuando certo descompasso entre o homem que passou a ocupar a cadeira número 32 e seu antecessor. Em segundo lugar, pelo fato de o documento destacar determinadas características presentes em outros textos que se ocuparam da vida de Galvão, especialmente os necrológios escritos pelos seus pares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as cartas enviadas por Capistrano de Abreu a João Lucio de Azevedo em 1917, e a biografia publicada por Mauricéa Filho em 1972. Em todos eles, os autores chamam a atenção para a longevidade de Galvão e a grande dedicação ao trabalho que teve ao longo de toda a sua vida. Por fim, em terceiro lugar, porque, ao atentar para a longevidade daquele personagem e para os espaços em que ele atuou, Viriato Correia nos dá a dimensão de um homem que viveu em um momento de grandes mudanças, numa época em que o tempo parecia acelerado para aqueles que o experimentavam,¹⁵ e também atuou em espaços relevantes para os letados de sua época, tendo convivido com João Ribeiro, Coelho Neto, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss, entre outros nomes importantes da política e da intelectualidade de seu tempo.

Embora o nome de Ramiz Galvão não tenha conseguido a notoriedade de seus pares, sua atuação no ambiente letrado do final do século XIX e início do XX foi notável. Nascido em 16 de junho de 1846 no vilarejo de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, Galvão era filho de João Galvão e Maria Joana Ramiz Galvão.¹⁶ Poucas são as notícias que temos sobre sua família. De acordo com os biógrafos, ela não possuía muitos recursos, o que pode ser comprovado pelo fato de Ramiz Galvão ter sido aluno gratuito do Colégio Pedro II.¹⁷ Essa instituição, uma das mais importantes do Império, tinha como principal função formar a elite imperial brasileira, uma vez que por ali passavam os filhos das mais importantes famílias da época, muitos dos quais, ao completarem seus estudos no colégio e, em seguida, ingressarem no ensino superior, exerciam alguma atividade no governo.¹⁸ Apesar do caráter elitista do colégio, certo número de vagas eram reservadas para alunos sem recursos para arcar com as despesas anuais, que poderiam chegar a 400 mil-réis.¹⁹

Assim, em 1852, aos seis anos de idade, com a morte do pai, Galvão saiu da pequena Rio Pardo e veio com sua mãe para o Rio de Janeiro. Após ter passado pelo externato mantido pela Sociedade Amantes da Instrução, ele conseguiu, em 1855, ser aceito como aluno do Colégio Pedro II e dali só saiu sete anos depois, após ter concluído o curso secundário e adquirido o diploma de bacharel em letras pela instituição.²⁰

Em artigo publicado em 1925 na Revista do IHGB, Galvão rememora um curioso episódio sobre sua entrada no Colégio Pedro II e da primeira vez que teria visto o imperador:

Vi o imperador pela primeira vez em princípios de 1855, quando eu contava oito anos e meio de idade. Minha boa avó conduziu-me então a Quinta de São Cristovão para pedir a D. Pedro II a minha admissão como aluno gratuito no Colégio Pedro II, atenta a nossa situação de pobreza.

O imperador que a todos sem exceção recebia diariamente com lhaneza e cordura, na varanda interna do palácio ouviu o pedido e só replicou:

- Mas este menino já fez a sua instrução primária?
- Já está pronto, meu senhor, respondeu minha avó. Ele já recebeu o diploma do Colégio Amante da Instrução, onde estudou.
- Mas deveras pronto?
- Não posso duvidar, porque o professor, sr. Inocencio Drumond, começou até a ensinar-lhe particularmente rudimentos de francês e latim.
- Esta bem, esta bem, concluiu o imperador. Traga-me os papéis e eu os passarei ao ministro.

E fez-me afagos, que nunca esqueci.²¹

A rotina de estudos dentro do colégio era intensa. Afinal, além de preparar seus alunos para o acesso ao ensino superior, o Colégio Pedro II fornecia aos

estudantes uma formação de caráter humanístico, que contemplava o ensino das línguas clássicas e modernas, além de conhecimentos científicos. Ao longo dos sete anos que passou na instituição, Ramiz Galvão estudou francês, latim, retórica, geometria, filosofia, inglês, história e história natural, aritmética, geografia, álgebra, português, grego, alemão, italiano, física, química, trigonometria, cosmografia, zoologia, desenho, música e ainda ginástica e instrução religiosa. Um currículo extenso. Mas a rotina não se resumia somente às aulas, pois os alunos tinham ainda horários definidos rigidamente para a oração e a preparação das lições solicitadas pelos professores. No entanto, a rigidez dos estudos não impedia que tivessem tempo livre para sair e passear pelas movimentadas ruas do centro da cidade, como a do Ouvidor, conhecida pelos seus cafés, perfumarias e lojas de tecido.²² Havia também as livrarias, dentre as quais a Garnier era certamente uma das mais famosas e das mais frequentadas por Galvão, quando adulto.

Dos tempos em que fora aluno do colégio, Ramiz recordava a presença frequente do Imperador d. Pedro em suas dependências:

Permita-me agora um testemunho individual. Em minha vida de estudante vi o Imperador assistindo a aulas no Colégio Pedro II; vi-o em 1861 assistindo a todos os meus exames do 7º ano; vi-o ali mesmo depois, em 1870, sentado a meu lado, quando regi interinamente a cadeira de retórica, poética e literatura nacional; vi-o em 1868 na Faculdade de Medicina assistindo à minha defesa de teses, e ainda em 1871, quando prestei provas no concurso para lente da mesma faculdade. A atos desta natureza nunca deixou, aliás, de comparecer.²³

É bastante conhecido o interesse que d. Pedro tinha pelos estudos e as constantes visitas que fazia ao colégio.²⁴ Assim que chegava ao prédio da escola, um aviso anunciava a sua presença. Após ser recebido na porta da instituição que carregava seu nome, d. Pedro visitava todas as dependências da escola. Entrava nas salas de aula, ouvia as lições dos professores, estudava a postura dos alunos, interrogava-os às vezes para saber como andavam os estudos. Nos exames finais, nas cerimônias de distribuição de prêmios e na formatura dos bacharéis em letras, lá estava o imperador prestigiando a ocasião. Como afirmou Ramiz Galvão, ele mesmo pôde encontrá-lo algumas vezes, seja no tempo em que ainda era estudante, seja mais tarde, em 1869, já na condição de professor da instituição. Quando concluiu a faculdade de medicina, em 1868, teve a oportunidade de encontrar mais uma vez o imperador, que, apesar do transcurso do tempo, teria perguntado a ele sobre a sua velha avó. Ao informar que esta havia morrido há algum tempo, o imperador ainda comentou: "Que prazer seria o dela, se presenciasse este ato."²⁵

A impressão causada por Ramiz Galvão no imperador certamente foi positiva, pois em 1870, aos 24 anos, fora nomeado por decreto imperial diretor da

Biblioteca Nacional. Aliás, a década de 1870 foi bastante movimentada para ele, pois, além de ter sido nomeado funcionário da Biblioteca Nacional, foi também aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico em agosto de 1872. Antes disso, no entanto, exerceu a medicina nos hospitais militares de Armação e Andaraí, para onde, com frequência, eram mandados os feridos da Guerra do Paraguai.²⁶

Ainda aluno do Pedro II, Galvão havia se destacado em seus estudos, captando a simpatia de um professor da instituição, Antônio Maria Correia de Sá e Benevides, futuro bispo de Mariana. Antônio Maria era natural de Campos, no estado do Rio de Janeiro, e lecionava ciências naturais no Colégio Pedro II. Sua amizade com este professor o levou a conhecer e se casar, em 1871, com Leonor Maria de Saldanha da Gama, com quem viveu até 1920, quando ela faleceu.²⁷

Ao contrário da família de Ramiz Galvão, sobre a qual não encontramos notícias que nos indicassem se ela exercia alguma influência pelo menos na região em que vivia, há uma gama maior de informações sobre a família de Leonor. Foge aos limites desse trabalho uma análise mais apurada da influência dessa família na política do Rio de Janeiro, bem como sobre o impacto que a aproximação de Ramiz Galvão teria trazido na sua própria trajetória e na ampliação de sua rede social. No entanto, vale ressaltar algumas notícias acerca dessa família.

Originários de Portugal, os Saldanha da Gama estabeleceram-se na Bahia, ainda no século XVIII, por meio de Manuel Saldanha da Gama. Este foi casado com Joana Guedes de Brito, de quem herdou uma substancial riqueza. Do seu segundo casamento, com Francisca Josefa Joana da Câmara, nasceu João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes Brito, 6º conde da Ponte e governador da Bahia. Este, por sua vez, deixou numerosa descendência, inclusive um filho, chamado José Saldanha da Gama. Este último foi pai de três homens, o engenheiro José, o contra-almirante Luiz Felipe, o bacharel João, e de uma mulher, dona Leonor, futura esposa de Ramiz Galvão.²⁸

D. Leonor vivia na região de Campos, no Rio de Janeiro, com seus pais e irmãos. Aliás, se poucas notícias existem sobre ela (talvez por sua condição feminina), sobre seus irmãos há maiores referências. José Saldanha da Gama conquistou certa notoriedade como professor de ciências físicas e matemáticas e como fundador do Instituto Politécnico, além de ter participado de algumas sociedades e academias estrangeiras. Já Luiz Felipe tornou-se conhecido por ter sido um dos líderes da Revolta da Armada, em 1893.²⁹ O mais velho, João, assim como Ramiz, também foi aluno do Colégio Pedro II. As relações entre os dois foram muito próximas. Sabemos que, por seu intermédio, João foi nomeado, em 1876, chefe de seção da Biblioteca Nacional. Naquele tempo, a instituição passava por reformas que criaram as seções de obras raras, de manuscritos e de estampas. Como nessa época ainda não havia concurso para

se tornar funcionário da biblioteca, certamente as relações pessoais foram determinantes para ingressar na instituição. Assim, João Saldanha da Gama foi nomeado para a Seção de Estampas, chegando, anos mais tarde, com a saída de Ramiz Galvão, à direção da instituição.

Outra figura que manteve contatos estreitos com Galvão ainda durante o período em que ele foi diretor da Biblioteca Nacional foi Capistrano de Abreu. Aprovado em concurso para oficial da instituição em 1879, Capistrano acompanhou o trabalho empreendido por Galvão na casa e pôde também conhecer de perto outros funcionários da casa, entre eles Alexandre Teixeira de Melo, Alfredo do Valle Cabral e o próprio João Saldanha da Gama. Em relação a esse último, parecia não nutrir muita simpatia por sua figura, afirmando certa vez que, enquanto Galvão "foi grande diretor", "Saldanha da Gama, que lhe sucedeu, não prestava".³⁰

Em sua correspondência, é possível notar não só a admiração que Capistrano nutria pelo trabalho de Ramiz Galvão como diretor da biblioteca, mas também a influência que o diretor passava a ter na indicação de alguns cargos. Em carta a Capistrano, Mário de Alencar conta que, certa vez, concorrera à vaga de bibliotecário do Mosteiro de São Bento, mas esta fora ocupada por Saldanha da Gama, que "teve-o graças exclusivamente ao Ramiz". Mário então pede a intercessão de Capistrano para conseguir o apoio de Ramiz Galvão em novo intento.³¹ Certamente, a passagem pela Biblioteca Nacional e, mais tarde, as relações próximas que manteve com a família imperial foram importantes para que Ramiz participasse de um círculo intelectual que possibilitava a ele contatos com homens de letras brasileiros e estrangeiros e do qual fazia parte a prática do apadrinhamento. A partir da sua influência e do prestígio que adquiria, era comum que fizesse (e recebesse) pedidos de toda a ordem, especialmente solicitações para obter empregos e ocupar determinados cargos.

Saldanha da Gama certamente usufruiu da influência do cunhado, mas não foi a pleitear seu apadrinhamento. De acordo com a correspondência do próprio Capistrano, seus contatos com Galvão eram anteriores a seu ingresso como oficial da Biblioteca Nacional, pois, numa de suas cartas, ele afirma que, em 1876, quando eram executadas as já referidas reformas na instituição, Galvão lhe havia prometido um cargo na comissão que preparava os novos catálogos da instituição, o que não chegou a acontecer: "só entrei para a Biblioteca Nacional em 79, por concurso".³²

É conhecido o gosto de Capistrano de Abreu por escrever cartas. Na década de 1950, José Honório Rodrigues organizou algumas delas em um livro. Entre elas, há um conjunto de quatro cartas remetidas a João Lúcio de Azevedo, cujo tema central é a vida de seu antigo chefe, Ramiz Galvão.

A principal característica de Ramiz Galvão ressaltada por Capistrano era o seu envolvimento com o trabalho:

Era o chefe ideal, inteligente, zeloso, incansável. Quando chegávamos às 9h já estava trabalhando, revendo, classificando os bilhetes do catálogo; morava contíguo; depois do almoço continuava, à noite, pois abria a Biblioteca Nacional das 6 às 9, pelo menos até às 8 continuava no seu posto, de Ano Bom a São Silvestre.³³

De fato, o período em que Ramiz esteve à frente da Biblioteca Nacional foi de muito trabalho. Sobre as mudanças executadas no momento em que a instituição foi administrada por ele, discutiremos melhor em seguida. Mas, para podermos compreender o trecho acima, é preciso esclarecer que Ramiz Galvão assumiu a instituição após a morte do bibliotecário e religioso beneditino Camilo de Monserrate, que deixou uma série de problemas para serem resolvidos. Nos 12 anos em que presidiu a instituição, Galvão promoveu duas exposições (a *Exposição de História e Geografia do Brasil* e outra em homenagem a Luís de Camões), organizou e imprimiu os primeiros *Anais da Biblioteca Nacional*, além de ter realizado algumas importantes reformas na instituição, entre elas a ampliação do horário de atendimento ao público e a organização de novos catálogos.

Como veremos, a reorganização da biblioteca não deve ser associada somente à sua figura, mas também ao momento político e econômico pelo qual passava o Império. Assim, muitas reformas planejadas por Camilo de Monserrate não foram à frente, pois não encontraram um ambiente favorável à sua realização. No entanto, Capistrano, numa crítica afiada, acaba por comparar o trabalho incansável de seu ex-chefe a certa acomodação do antecessor:

[Frei Camilo de Monserrate] tinha casa e comida no convento, nunca pediu aumento dos ordenados, a Biblioteca Nacional tinha meia dúzia de empregados muito mal pagos; abria-se às 9, fechava-se às 2. Uma situação ideal para a reorganização. Ramiz Galvão, ao mesmo tempo que ia para Viena, foi incumbido de estudar a organização da Biblioteca Nacional de Paris e do British Museum em Londres, sobre os quais apresentou interessante relatório. Ao chegar, obteve nomeação para uma comissão de catálogo, em 76 a reforma da repartição.³⁴

Após os 12 anos em que a Biblioteca Nacional foi dirigida por Ramiz Galvão, muita coisa havia mudado na instituição. Enquanto a administrava, o bibliotecário trabalhou por um tempo como professor de botânica, mas diariamente despachava ofícios e memorandos na biblioteca, ajudava na organização de seus catálogos e revivia as listas de livros de livrarias nacionais e estrangeiras em busca de novas aquisições. Após ter organizado durante um ano a Exposição de História e Geografia do Brasil, inaugurada em 1881, solicitou e obteve de

seus superiores alguns dias de repouso, aproveitando para descansar um tempo em casa da família de sua mulher, em Campos. Segundo Capistrano de Abreu:

Em sua ausência foi procurado várias vezes por um emissário do Conde D'Eu. Mais tarde, soube-se que o Conde D'Eu queria-o para aio dos príncipes. Com repugnância aceitou o cargo: devia tanto ao Imperador! A opinião pública ficou indignada: queria continuar como bibliotecário em comissão, o ministro opôs-se e obrigou-o a aposentar-se como professor de botânica, com uns 200 mil-reis por mês. A mais fidedigna das testemunhas, um meu amigo, que durante algum tempo foi seu ajudante [...], assegurou-me que foi inexcedível como aio: ninguém o excedeu no cumprimento do seu dever.³⁵

Esse testemunho de Capistrano remete a duas questões importantes. A primeira, já viemos tratando até aqui: a forte imagem de trabalhador infatigável que tinha Ramiz Galvão, muito presente não apenas nas vezes em que Capistrano se refere a ele, mas também no discurso de Viriato Correia. A memória daquele que conviveu com Ramiz e que chegou até nós, hoje constrói um homem tão seriamente envolvido com seu trabalho que, mesmo contra vontade, ao ter de abandoná-lo para assumir outro, continuou exercendo a função que lhe deram de forma “inexcedível”. Em seu necrológio, os colegas do IHGB também destacavam que sua vida foi de muito trabalho, sempre dedicado ao saber e também ao estudo desde os “augustos filhos da realeza, até os infieis órfãos, nascidos e criados na triste penumbra da pobreza”.³⁶

O próprio Ramiz, em algumas poucas vezes que falou sobre si mesmo, enxergava a sua trajetória como a de alguém cujo sentido da vida foi a vocação para o trabalho e os estudos. Em 1936, quando completou noventa anos, o IHGB preparou-lhe uma homenagem. O conde de Afonso Celso, então diretor da instituição, após a leitura entusiasmada da biografia do homenageado, propôs que uma das salas do instituto ganhasse seu nome. Ramiz, como resposta, fez um pronunciamento modesto, como era parte da retórica dos membros do instituto, e ressaltou que foi apenas “um velho estudioso”. Contou ainda que, quando chegou ao Rio de Janeiro, querendo mandar uma lembrança a seu padrinho, José de Sá Brito Veloso, fez-se “daguerreotipar”. Tirou um retrato seu com um livro debaixo do braço. Aquele livro, segundo ele próprio, traduzia o horóscopo da sua vida:

Passei a vida a lidar com alunos e professores, isto é, com os que fazem do livro a sua alma e o seu incomparável encanto. [...] cabem ao livro todas as homenagens prestadas ao velho trabalhador.³⁷

Aos 90 anos, Ramiz Galvão, além de ser homenageado, fazia um balanço de sua vida. O interessante é a maneira como ele próprio, diante de seus pares, compreendia um fato pequeno de sua infância, como se ele contivesse todo o traçado da sua trajetória. Sua recordação ganha uma faceta teleológica, como uma espécie de “visão ao contrário”, em que o passado é revisto de forma a justificar a sua vida como um projeto.³⁸ Impossível aqui não fazer um paralelo com um trecho do discurso de Viriato Correia, em que este afirma que, desde jovem, Ramiz Galvão era um homem completo e formado. “E tão acabada é essa formação que, aos trinta anos, aos quarenta, aos cinquenta, aos setenta, aos oitenta, aos 92, quando morreu, Ramiz é exatamente a mesma criatura dos dezenove.” Na reflexão *a posteriori*, tanto de Galvão como de Viriato Correia, a vida do bibliotecário é tomada de forma unitária, sendo possível enxergar “já” no jovem Ramiz o homem maduro de décadas depois. Voltaremos a esta questão quando tratarmos da biografia escrita por Mauricéa Filho.

A segunda questão importante trazida pelo trecho de Capistrano de Abreu diz respeito às relações que Ramiz Galvão manteve com a família imperial. Ao término da Exposição de História do Brasil, ele foi chamado para ser preceptor dos netos de d. Pedro II, o que era um pedido que não poderia ser negado ou, talvez, não coubesse negá-lo. Se Galvão aceitou o convite a contragosto, como diz o historiador cearense, não é possível saber exatamente. No entanto, em uma carta enviada a Salvador de Mendonça, em 1887, ele afirmava: “[Estou] fora da biblioteca *por força maior*, não me esqueço dela nem me posso ainda consolar de a ter deixado” (grifo nosso). Certo é que levou consigo uma boa lembrança dos tempos de diretor da biblioteca, à qual se referia freqüentemente como o lugar em que passou “os dias mais tranquilos e mais deliciosos” de sua existência.⁴⁰

Ramiz exerceu a função de educador dos netos de d. Pedro até a proclamação da República, quando a família imperial teve de sair do Brasil. Quanto às relações que manteve com os dois regimes políticos, o Império e a República, Viriato Correia conta que

Acusaram-no de ter abandonado a Monarquia na sua desgraça de 15 de novembro de 89. Deixou de ser monarquista para aderir à República! Afirma-se. Abandonou os príncipes, de quem era aio! Abandonou o Imperador, de quem era protegido! A acusação do abandono dos príncipes é falsíssima. Ramiz não só não abandonou os netos de Pedro II, como os teve aos seus cuidados no momento mais grave do transe histórico da queda do Império.⁴¹

Em seu discurso, Viriato Correia conta em detalhes o que se passou no dia 15 de novembro, chegando, inclusive, a transcrever com emoção supostos diálogos entre os agentes envolvidos. Segundo ele, Ramiz Galvão teria saído

de casa como de costume, sem imaginar que as tropas republicanas estavam se movimentando no Campo de Santana. Ao chegar ao Palácio Guanabara, encontrou a princesa Isabel nervosa, especialmente preocupada com a segurança dos filhos. Ele procurava, por sua vez, acalmá-la:

A certa altura da palestra, ela numa crescente agitação de nervos, pergunta se lhe pode pedir um favor.

— Às ordens, Vossa Alteza — respondeu-lhe.

A Redentora senta-se ao seu lado e fala-lhe. Dizia-lhe o coração que aquele movimento ia ter consequências imprevistas e ela temia pela sorte dos filhos.

— São os meus filhos que eu lhe quero confiar — conclui.

Ramiz era um homem sereno, que não deixava transparecer os choques d'alma.

Sentiu o peso da responsabilidade que ia por aos ombros, mas respondeu com tranquilidade de voz e de olhar:

— Que quer Vossa Alteza que eu faça?

— Que procure colocar os meninos em lugar seguro.

— Neste momento, o lugar mais seguro — lembrou ele — é Petrópolis.

— Mas será possível levá-los a Petrópolis? Perguntou angustiadamente a pobre senhora.

— Eu os levarei até lá — respondeu Ramiz.⁴²

Alcindo Sodré, em um artigo escrito para a *Revista do IHGB*, intitulado O Aio dos Príncipes, oferece uma versão dos fatos menos dramática que a descrita por Viriato Correia. Ele afirma que a princesa Isabel pediu, através de um telegrama, que Ramiz levasse os príncipes a Petrópolis. Ramiz teria obedecido prontamente, levando seus discípulos na barca *Príncipe do Grão-Pará* juntamente com André Rebouças.⁴³

No dia 17, quando os príncipes voltaram à Corte, desta vez para partirem rumo à Europa, o jornal *O País* noticiou que os jovens foram acompanhados pelo engenheiro André Rebouças. Mas, no dia seguinte, o mesmo veículo divulgou uma contestação de Ramiz afirmando: “conduzi eu para bordo do *Parnaíba* os pequenos príncipes confiados à minha guarda desde a manhã de 15. Cumpri desta sorte o último dever de meu cargo, com a lealdade e correção que tive sempre por normas” (grifo do autor).⁴⁴

Ao contrário de Rebouças, Ramiz Galvão não viajou com a família imperial, permanecendo no Brasil. Adaptou-se bem à República. Como tantos outros homens de sua época, conseguiu um cargo no novo regime, sendo nomeado por Benjamin Constant diretor de Instrução Pública. Ainda sob este regime, exerceu as funções de vice-reitor do Conselho de Instrução Superior, chefe da Instrução Municipal do Rio de Janeiro e conselheiro da Instrução do Distrito Federal. Nos anos 1920, vivendo sob um regime político já consolidado, pôde

encontrar-se novamente com seus antigos alunos e com o próprio conde D'Eu, quando foram o centro de uma homenagem promovida pelo IHGB.⁴⁵

Uma alma de raízes republicanas ou o bibliotecário perfeito: uma análise de dois trabalhos recentes sobre Ramiz Galvão

Quando se observa a biografia de Ramiz Galvão, uma das questões que vêm à tona é o seu posicionamento político no momento em que a República foi proclamada. Servir de forma tão próxima à família do imperador fazia de Ramiz Galvão um monarquista? Não ter se juntado aos seus pupilos no *Parnaíba* fazia dele um adepto de última hora da República, como afirmavam seus críticos? Julgamos que a resposta não é simples. Seus escritos mostram um homem que admirava o imperador, mas não necessariamente um adepto do regime monárquico. De acordo com Eliana Dutra, Ramiz vivenciou, ainda como diretor da Biblioteca Nacional, um conjunto de mudanças que alteraram a feição do país, transformações estas que desembocaram no golpe de 1889. Ideias abolicionistas e republicanas mobilizavam os intelectuais e eram debatidas em ambientes frequentados pelo bibliotecário, como a já citada Livraria Garnier, centro de convivência da intelectualidade da época, ou mesmo nos saraus e encontros promovidos nas casas de pessoas pertencentes a este círculo intelectual.⁴⁶

Não devemos esquecer que Ramiz teve contato com intelectuais abertamente partidários da República, como João Ribeiro, e compartilhava com eles certo ânimo e uma crença no progresso da humanidade. Segundo Patrícia Hansen, para João Ribeiro a ideia de progresso caminhava de mãos dadas com a de república. Da mesma forma, para ele, a história do Brasil caminhava inexoravelmente para esta forma de governo.⁴⁷ Em seus escritos posteriores ao golpe de 1889, percebemos que Ramiz comungava dessa mesma ideia e percebia o período imperial como uma passagem na história do país para um sistema republicano de governo, considerado por ele mais evoluído. Assim, no discurso que fez em 1921, na homenagem aos membros da família imperial, Ramiz afirmava que “pela história, a República tinha de predominar um dia no torrão único da América, em que tremulava o pendão monárquico”.⁴⁸

A julgarmos pela principal biografia escrita de Ramiz Galvão, elaborada por Mauricéa Filho, Ramiz fora “uma alma de profundas raízes republicanas”.⁴⁹ Aliás, de acordo com seu biógrafo, tudo o que a monarquia teria premiado no bibliotecário eram características de sua figura altamente republicana, características essas que poderiam ser vislumbradas desde a mais tenra idade em Ramiz Galvão.

Como já afirmamos na introdução desse trabalho, Ramiz Galvão foi um personagem bastante atuante em algumas das principais instituições intelectuais de sua época. Apesar de sua trajetória, foi uma figura muito pouco estudada. Sobre ele, podemos destacar três trabalhos. Um deles, escrito por Edson Nery da Fonseca, procura analisar a atuação do diretor da Biblioteca Nacional como bibliotecário. Sobre este, falaremos mais adiante. Os outros dois são obras biográficas. Uma delas, intitulada *Ramiz Galvão Ensaio biográfico e crítico*, foi escrita por Alfredo Mauricéa Filho, do Instituto Brasileiro de História da Medicina. O segundo trabalho chama-se *Sinopse biográfica de Benjamin Franklin Ramiz Galvão* e foi escrito por Nina Tubino em 1994.

Esta última biografia, segundo a autora, tinha o objetivo de homenagear o “ilustre gaúcho”, patrono da cadeira que Tubino passara a ocupar na Academia Irajaense de Letras e Artes do Rio de Janeiro.⁵⁰ Trata-se, no entanto, de um livro que não faz uma análise pormenorizada da trajetória de Galvão. Como seu objetivo é fazer uma curta sinopse cronológica de sua vida e uma relação de livros e outros tipos de obras dos mais variados assuntos escritas e publicadas por Ramiz, optamos por não nos determos em seu estudo. Na verdade, interessa-nos analisarmos aqui, de forma mais atenta, o trabalho de Mauricéa Filho, publicado em 1972.

A biografia de Ramiz Galvão feita por Alfredo Mauricéa Filho é, antes de mais nada, um trabalho de fôlego, pois recorre a uma grande quantidade de fontes e documentos, provenientes de vários arquivos, sobre a vida do biografado. Trata-se certamente de uma obra fundamental, pois, além de fornecer importantes informações sobre a trajetória de Galvão, o autor traz ainda valiosas indicações dos arquivos e documentos que instituições como a Biblioteca Nacional, a ABL e, notadamente, o IHGB possuem a respeito de Ramiz Galvão. No entanto, interessa-nos destacar aqui não só este ponto bastante positivo do trabalho, mas a imagem que o autor construiu do seu biografado, que resultou em uma biografia extremamente elogiosa. Nela se constrói um Ramiz Galvão não só republicano desde a juventude, mas também grande professor, mestre na escrita e gigante de caráter, só para citarmos algumas das qualidades ressaltadas ao longo do texto.

Mauricéa Filho optou por tratar de cada espaço por onde Ramiz Galvão passou, não se preocupando necessariamente em seguir uma cronologia tradicional da vida do biografado, embora inicie sua obra falando um pouco da infância e da juventude de Galvão. Por outro lado, seu trabalho segue uma estrutura presente em alguns tipos de biografias, tornando-se um compêndio que alterna informações sobre a trajetória do biografado e resumos e citações de suas obras. No entanto, em meio à sua narrativa, o autor reserva determinados espaços em que reflete sobre a sua tarefa como biógrafo:

o que afirmamos é que em biografia nada se inventa; recolhem-se fatos, e, quando muito, tiram-se ilações, deduzem-se algumas passagens mais ou menos verossímeis. O próprio Ramiz tinha um caráter neste ponto. Nada de inexato lhe agradava.⁵¹

Mauricéa Filho compartilhava da concepção de que, por meio da vastidão de documentos que levantou e consultou a respeito de Ramiz Galvão, poderia chegar a compor uma imagem do seu biografado tal como ele foi em vida. Como a citação acima deixa transparecer, ele não descarta a necessidade de deduzir e concluir alguns fatos que os documentos não esclarecem, mas, em sua concepção, nada que pudesse colocar o leitor em dúvida de que estaria realmente frente a um verdadeiro retrato de Ramiz Galvão. Aliás, a verdade e a exatidão são compromissos que possuía para com seu biografado, sempre tão cioso de tais princípios. O Ramiz Galvão “revelado” pelas fontes e “apreendido” por Mauricéa Filho é um homem fora do comum em caráter e inteligência. Em sua vida não apresentou dúvidas ou defeitos, além de sempre ter conduzido com firmeza seu destino:

Nada se perde, uma linha sequer, no fio do pensamento oratório. Ramiz não conhecia manchas. Não tinha hiatos ou desconexões. Não sabia o que eram linhas curvas ou diversórias... senão que vai aonde quer, guiando-se a si mesmo, como hábil condutor seguro e equilibrado, caminhando sem atropelos e acidentes, no trânsito difícil das ideias.⁵²

As qualidades que Mauricéa Filho ressalta em Ramiz Galvão são basicamente as mesmas que Viriato Correia e Capistrano de Abreu também enfatizavam quando se referiram ao diretor da Biblioteca Nacional: a seriedade, a retidão e o envolvimento com o trabalho. Mauricéa Filho, no entanto, justamente por pretender construir um texto biográfico (o que não era o objetivo de Capistrano ou Viriato Correia), expande essas características, ressaltando não só que elas acompanham Ramiz por todos os lugares pelos quais passou e atuou, mas, inclusive, são inerentes à sua natureza e podem ser percebidas desde a sua juventude:

Há uma expressão latina de que muito, ao que parece, gostava de usar Ramiz Galvão, tão amiudadas vezes a encontramos em seus escritos: *ex dígitu gigas*. A ele bem se ajusta o dito “pelos dedos se conhece o gigante”. Pois já eram claros os indícios do gigante das nossas letras e da nossa história a manifestar-se no moço esguio, misto de inglês e de ibérico, nos traços que a herança lhe deu, porém muito nosso, cem por cento brasileiro, pela pujança e integridade da consciência cívica, que o impulsionava.⁵³

Nesse mesmo trabalho, mais adiante, o autor reforça a idéia, presente também no discurso de Viriato Correia, de que o Ramiz Galvão sexagenário em nada diferia do jovem recém-saído das salas do Colégio Pedro II:

O moço de 18 anos ou 19 anos, como ele mesmo afirma, repete-se, quase por inteiro na forma e todo inteiro na substância, naquele sexagenário, que a Monarquia tomou para si para o entregar intangível e imutável às gerações republicanas.⁵⁴

Ao longo do texto, uma das virtudes mais destacadas pelo autor é o forte sentimento cívico de Ramiz Galvão. Em um determinado momento da sua narrativa, que ele intitula, não por acaso, vocação patriótica, o autor refere-se à chamada Questão Christie, a contenda diplomática que colocou em lados opostos o Brasil e a Inglaterra no início dos anos 1860.⁵⁵ Naquela época, conta o biógrafo, Ramiz tinha apenas dezesseis anos, mas tal episódio o teria marcado profundamente. Utilizando um discurso que ele escreveu décadas depois no IHGB e no qual se referia ao incidente, Mauricéa destacou que o acontecimento feriu fundo a sua alma, despertando no jovem Ramiz a vontade de “dar-se todo em defesa da pátria”. Embora a Questão Christie tenha deixado Galvão profundamente ofendido ao ver a soberania de seu país desrespeitada por uma potência estrangeira, ela trouxe algo de positivo para sua vida, segundo Mauricéa Filho, pois o teria ensinado a “amar a sua pátria de maneira constante e especial, dando-lhe tudo, desinteressadamente, em troca de quase nada!”.⁵⁶

O patriotismo, o espírito cívico e a retidão, além das demais qualidades ressaltadas, são supostamente tão fortes em Ramiz que chegam a emocionar o biógrafo, a ponto de fazê-lo parar a narrativa e comentar o seu deslumbramento em relação à figura do seu biografado:

Deixamos aqui cair o lápis sobre o papel. Há um mundo tumultuoso de pensamentos e reflexões que se atropelam na ânsia de chegar ao termo. Há emoções felizes que também nos perturbam e cansam. Pois não é fácil ao biógrafo e ao crítico seguir as pegadas de um vulto da estrutura de Ramiz Galvão que parece às vezes movido de uma preocupação de humildade desconcertante, deixando-nos sem pista, quase apagados que são os traços de sua caminhada.⁵⁷

Cremos que, a partir dos elementos destacados, torna-se evidente o caráter fortemente elogioso da obra de Mauricéa Filho. Mas este não é certamente o único ponto passível de crítica presente na obra. Ao longo do texto, as fontes consultadas são utilizadas sem muito rigor, como se fossem expressões diretas da personalidade de Ramiz Galvão. Acontecimentos rememorados por ele com décadas de distanciamento em relação ao evento (como é o caso do discurso sobre a Questão Christie) são tomados como expressões diretas do pensamento do jovem Galvão e não como uma reelaboração posterior.

Como foi dito, apesar do caráter parcial (que não é exclusividade desta biografia), o livro tem méritos, especialmente pela quantidade de documentos citados, pelo levantamento das obras e da correspondência de Galvão e

pelos resumos que faz desses documentos. No entanto, é importante perceber como, à medida que Mauricéa Filho pretende fazer um estudo reconstruindo o "verdadeiro" Ramiz, ele não só edifica a imagem de um homem que praticamente já nasceu pronto (pois determinadas qualidades suas já podiam ser vislumbradas desde a sua mais tenra idade), mas também ressalta características que ele, o autor, considerava como um valor, como é o caso do espantoso "espírito cívico" e republicano de Ramiz.

Além da biografia de Mauricéa Filho, outra obra que se dedicou ao estudo de Ramiz Galvão foi escrita por Edson Nery da Fonseca. Trata-se de um pequeno texto intitulado *Ramiz Galvão – bibliotecário e bibliógrafo*, publicado em 1963.⁵⁸

A escolha de Edson Nery em tomar Ramiz Galvão como objeto de estudo pode ser explicada pela própria trajetória do autor. Além de ter convivido com intelectuais importantes, como Gilberto Freyre, sobre quem escreveu alguns livros, Fonseca participou da fundação da Universidade de Brasília e seu nome é referência nos estudos sobre a biblioteconomia no Brasil. Nos anos 1960 e 1970, com a disseminação dos cursos de biblioteconomia já consumada no Brasil, foi também um defensor ardoroso da importância do papel dos bibliotecários e exigia a presença desta categoria nas principais bibliotecas do país, inclusive na direção da Biblioteca Nacional.⁵⁹

Seu trabalho sobre Ramiz Galvão não é exatamente uma biografia, antes propõe estudar a sua atuação como bibliotecário e bibliógrafo, enfatizando as mudanças vivenciadas na Biblioteca Nacional durante a sua gestão. Ao longo do texto, Edson Nery destaca todas as transformações e novidades implementadas por Galvão ao longo da sua administração: a ampliação do horário de atendimento ao público, a publicação dos *Anais*, as exposições realizadas etc. No entanto, ganha destaque nessa obra a erudição de Ramiz Galvão e a sua ampla formação:

o sucesso de Ramiz Galvão como bibliotecário e bibliógrafo decorreu tanto dos seus conhecimentos técnicos como da sua imensa cultura geral e da amplitude de seus interesses e aptidões. [...] Em nossos dias, quando a biblioteconomia e a bibliografia são – ou dão a impressão de ser – redutos de técnicos ignorantes – por culpa de cursos onde só se ensina a fazer fichas – é bom que as atividades biblioteconómicas e bibliográficas de um sábio como Ramiz Galvão sejam lembradas e que sua figura seja apontada como exemplo aos bibliotecários e bibliógrafos brasileiros.⁶⁰

No momento em que esse texto foi produzido, o ensino da biblioteconomia no Brasil passava por mudanças. A erudição exigida dos bibliotecários, simbolizada no conhecimento de várias línguas, antigas e modernas, no estudo da história da arte e do livro, bem como nas viagens de estudo para fora do país, especialmente para a Europa (elementos anteriormente considerados indispensáveis para os estudantes de biblioteconomia), foi cedendo cada

vez mais lugar à técnica. Na verdade, o modelo de bibliotecário com uma formação humanística muito próprio da influência francesa da École des Chartes foi substituído pelo modelo norte-americano, mais interessado nos processos técnicos e na formação prática do bibliotecário. O resultado, para Edson Nery, era a formação de pessoas capacitadas somente para fazer fichas e ordenar livros em prateleiras. Assim, escrever sobre Ramiz Galvão era uma forma de o autor debater a educação recebida pelos jovens bibliotecários em seus cursos e defender a sua formação ampla e erudita, tal qual, segundo ele, possuía o diretor da BN:

A verdade é que não são demais para um bibliógrafo: algum conhecimento das línguas grega e latina, perfeito conhecimento do francês e do inglês, de história e de literatura em geral, - e tudo isso sem excluir a ciência bibliográfica propriamente dita.⁶¹

É interessante observar que o maior interesse de Fonseca nesse estudo é, a partir da figura de Ramiz Galvão, criticar a especialização e a tecnização do bibliotecário de seu tempo. Ramiz, segundo ele, conseguia juntar a técnica à sabedoria, duas coisas fundamentais para o seu ofício. Não é à toa, portanto, que Edson Nery, concordando com Gilberto Freyre, afirma que o diretor da Biblioteca Nacional merece o título de “bibliotecário perfeito”.⁶² Ramiz Galvão, além de ter “lançado o marco inicial da formação profissional do bibliotecário no Brasil”,⁶³ especialmente ao promover o primeiro concurso público da instituição,

soube cuidar de tudo: do complemento das coleções, [...]; da aquisição das “obras mais procuradas e que a biblioteca não possua” [...]; do registro, classificação, catalogação e conservação do acervo; e especialmente, da atenção que devia ser dispensada aos leitores, uma vez que as bibliotecas existem mais para difundir os livros do que para guardá-los.⁶⁴

Não foi à toa, portanto, que, pela sua atuação na Biblioteca Nacional, Ramiz foi chamado de “patrônio dos bibliotecários”, tendo a sua vida sempre associada aos estudos e ao trabalho promovido junto àquela instituição.⁶⁵

É curioso percebermos que a trajetória de Galvão não foi muito diferente da de alguns homens de sua época. Capistrano de Abreu, por exemplo, já bastante mencionado nesse trabalho, também teve uma passagem pela Biblioteca Nacional e, assim como seu chefe, foi membro do IHGB. João Ribeiro, outro intelectual importante contemporâneo de Galvão, teve sua trajetória marcada pela passagem por lugares como o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e a ABL. Guarda ainda com o diretor da Biblioteca Nacional outro ponto semelhante: ambos dirigiram por algum tempo o famoso *Almanaque Garnier*.⁶⁶

Por fim, outro elemento que liga essas três figuras é o fato de todos eles terem saído de sua cidade natal para virem se estabelecer no Rio de Janeiro.

Assim, a trajetória de Ramiz Galvão não destoa da de outros homens de seu tempo. No entanto, como lembra Eliana Dutra, ao contrário de outros intelectuais de seu tempo, como o próprio João Ribeiro, Ramiz seguiu um percurso mais burocrático, embora tenha se dedicado à pesquisa e à história.⁶⁷ Certamente, foi este percurso burocrático que contribuiu para criar uma imagem de um homem envolvido com o trabalho e os estudos. No entanto, embora bastante respeitado por estas características, principalmente no círculo letrado de sua época, sua produção intelectual é desconsiderada, mesmo por seus pares. Em seu discurso na ABL, por exemplo, Viriato Correia, embora sempre destacasse a longevidade de Ramiz, bem como a sua maneira séria de encarar o trabalho, não deixou de comentar também os limites da sua produção:

A morte gosta de encontrar a gente de malas prontas para a grande viagem. O trabalho não deixava Ramiz Galvão preparar as malas. Trabalhou tanto que lhe foi difícil arranjar uma oportunidade para morrer. E esse homem que tanto viveu e tanto trabalhou não pôde realizar obra de vulto. O que escreveu no campo literário é quase nada. Não teve tempo de fazer obra grande e grande obra. Energia intelectual, cultura e entusiasmo, colocou-o sempre ao serviço de obras subterrâneas, das tais que tudo levam de nós, as forças, a paciência, a erudição e nem sequer nos deixam o nome.⁶⁸

Ao contrário de João Ribeiro, Varnhagen e Capistrano, Ramiz Galvão não deixou escrita uma obra sobre história do Brasil. Não produziu nem uma obra geral, como Varnhagen, tampouco um manual escolar, como João Ribeiro, nem um livro que abarcasse pelo menos um momento da história do país, como Capistrano. Ramiz possui uma produção variada, composta, entre outros textos, pelos relatórios produzidos nos tempos em que presidiu a Biblioteca Nacional, pelos estudos que fez sobre a Ordem Beneditina no Brasil e a vida de frei Camilo de Monserrate e pelo *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega*. Apesar da admiração que nutria por seu antigo chefe, Capistrano não se eximiu de lançar uma crítica à sua produção:

Não é uma inteligência superior. Sua biografia de Frei Camilo é um bom livro, sem ser notável; um dicionário de termos gregos não me parece que valha alguma cousa; seus discursos no instituto parecem-me de outras eras; sua ortografia é um quebra-cabeças. Lembro-me que uma vez, lendo "ermão" nos anais da Biblioteca Nacional, pensei no aumentativo de ermo, pensei em ermitão, e só depois vi que era irmão.⁶⁹

Certamente, a sua obra de maior vulto não foi comentada por Capistrano. Trata-se do *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*, que traz um levantamento de diversos documentos referentes à história do país. No entanto,

além de a obra ter contado com a colaboração de outros funcionários da Biblioteca Nacional, como o próprio Capistrano, trata-se de um levantamento de documentos, não de um estudo que arrisque uma interpretação para a história do país.

Embora escrevesse sobre história e tenha participado do IHGB, Ramiz Galvão não deixou uma obra historiográfica de vulto, atuando de forma mais enfática como editor, professor e articulador. Isso certamente foi importante para a construção da sua memória como alguém mais ligado “às obras subterrâneas”, como diz Viriato Correia, e também para sua inserção não no panteão dos historiadores nacionais, onde ocupam lugar figuras como Capistrano de Abreu e João Ribeiro, mas na memória dos bibliotecários, sendo considerado, como foi dito, patrono desses profissionais.

2. Viver em meio a livros. O trabalho de Ramiz Galvão na direção da Biblioteca Nacional

Amai sempre a Biblioteca Nacional;
alimentai sempre o fogo sagrado do patriotismo mais
decidido, e eu, levita arredado destes altares,
aplaudirei com efusão os vossos triunfos,
porque serão sempre os meus.

Ramiz Galvão⁷⁰

As palavras acima finalizam o discurso proferido por Ramiz Galvão diante dos funcionários da Biblioteca Nacional no dia 24 de julho de 1882, quando deixava o seu cargo de diretor para tornar-se preceptor dos netos de d. Pedro II. Trata-se de uma fala curta, mas emocionada, na qual agradecia e reconhecia o trabalho dos funcionários que, junto com ele, promoveram “a obra de reorganização da biblioteca” e verbalizava também um sentimento fraterno que tinha pelo espaço que dirigiu durante doze anos. Ao abandonar o seu posto, ele sabia o quanto sua passagem pela Biblioteca Nacional representou para a instituição e não deixou de se referir às mudanças que ajudou a promover durante o tempo que esteve à sua frente:

Com o concurso do vosso zelo chegamos enfim ao estado presente, o qual, se não é o melhor que se pudera desejar, representa todavia um enorme melhoramento em todos os ramos de serviço, que encontrei em 1870. Muito resta ainda por fazer-se, e muito mais quisera eu ter obtido a bem de uma repartição amada, que absorveu os melhores dias da minha mocidade e toda a soma de patrióticos esforços que jamais um cidadão dedicou ao serviço de seu país.⁷¹

De fato, a direção da Biblioteca Nacional absorveu alguns anos da “mocidade” de Ramiz, uma vez que ele assumiu a instituição no dia 14 de dezembro

de 1870, com apenas 24 anos de idade. Era até então o mais jovem administrador à frente da instituição. À época, não existia o título de "diretor", que só passou a vigorar a partir da proclamação da República.⁷² Aquele que administrava a biblioteca era chamado, simplesmente, bibliotecário. O nome da instituição também trazia algumas confusões. Desde 1822, ela deixou de ser chamada "Biblioteca da Corte" e passou a nomear-se "Imperial", embora os documentos oficiais também se referissem a ela como "Biblioteca Pública" ou ainda "Biblioteca Nacional",⁷³ expressão que temos utilizado nesse trabalho. O jovem Ramiz foi chamado para substituir o experiente e erudito frei Camilo de Monserrate, que acabara de falecer na Ilha do Governador, para onde havia se retirado por se achar gravemente doente.⁷⁴

Frei Camilo esteve à frente da Biblioteca Imperial por 17 anos e, segundo Ramiz Galvão, entregou-a num estado de total decrepitude. Esse estado não se devia ao descaso do religioso, que insistentemente solicitava melhorias para a instituição, mas aos parcós recursos disponíveis e às constantes negativas que recebia do Ministério do Império diante dos pedidos que fazia. Os ofícios escritos nos primeiros meses de administração de Galvão, dirigidos ao conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, descrevem os sérios problemas estruturais do prédio da biblioteca herdados do período de frei Camilo:

A Biblioteca Pública, Exmo snr, que foi transferida para este edifício em 1853, não sofreu até agora reparos, nem modificação alguma tendente a melhorá-la, posto que sensíveis deterioramentos já se lhe pudessem notar; no ano passado fez apenas um novo assoalho para uma das salas do passamento térreo, e esse mesmo ficou imperfeito e mal acabado.⁷⁵

Quando Ramiz assumiu a direção da Biblioteca Nacional, o momento era outro. Embora não tenha solucionado todos os problemas da instituição, ele conseguiu introduzir algumas mudanças substanciais que fizeram a instituição se estruturar como uma biblioteca, especialmente na constituição de uma rotina de serviços, e também tornar-se um espaço de estudos e de recolhimento dos documentos relativos à memória pátria.

Ao longo dessa seção, trataremos da atuação de Ramiz Galvão como bibliotecário, destacando as principais mudanças introduzidas por ele enquanto esteve à frente da Biblioteca Nacional, entre 1870 e 1882. Nossa objetivo é conhecer um pouco do cotidiano da biblioteca e perceber por que certas mudanças foram possíveis sob a sua administração e não sob o comando de seus antecessores. Em seguida, analisaremos o papel da Biblioteca Nacional na formação de um ambiente letrado na Corte nos anos 1870 e veremos que público frequentava aquele espaço e de que forma ele foi atingido pelas mudanças no funcionamento da instituição.

Tempos de mudança

Ser nomeado para a direção da Biblioteca Nacional não era coisa simples. Antes, exigia uma importante dose de amizades e de relações pessoais. Na biografia que escreveu sobre frei Camilo, Ramiz Galvão conta que seu antecessor fora convidado diretamente pelo imperador para dirigir a instituição, após ter passado muitos percalços com seus superiores beneditinos. Se dermos crédito ao que nos fala Ramiz, frei Camilo era um homem de muitas qualidades e uma delas era certamente a erudição e o amor aos livros. No entanto, de acordo com o perfil feito na biografia,⁷⁶ Monserrate parecia ser uma pessoa difícil de lidar por seu caráter inconstante e suscetível. Ainda na juventude, teve uma série de desavenças com o pai e com a madrasta. Veio para o Brasil em 1844 e, para suprir as necessidades materiais, acabou optando pela segurança da vida religiosa, recorrendo à Ordem Beneditina. Já com o hábito monástico, foi incumbido de organizar a biblioteca do Mosteiro de São Bento, tarefa agradável para um homem devotado aos estudos. No entanto, a falta de liberdade da vida monástica e o rigor das cerimônias eclesiásticas acabaram não somente por desiludir frei Camilo, mas também por sufocá-lo. Foi quando, em 1853, o imperador deu a ele o remédio para os seus males, nomeando-o diretor da Biblioteca Pública da Corte. O que Ramiz Galvão não nos conta foi que frei Camilo fez um requerimento formal, solicitando ao imperador a mercê do lugar de diretor da biblioteca. Este documento, que atualmente pertence à seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se em mau estado de conservação, tendo alguns buracos que dificultam a leitura, porém não a impossibilitam por completo:

Frei Camillo de Monserrate, monge beneditino [] de S. Bento da Corte, - não estando pela direção de seus estudos, estranho aos trabalhos bibliográficos e paleográficos, e esperando, por seu zelo e cuidado, tornar-se útil no emprego de diretor da Biblioteca Imperial da cidade do RJ, pela redação de um catalogo sistemático, e [] especial estudo, ao qual o suppl^{re} se entregaria, dos livros e documentos relativos a Historia Nacional, para estar mais [] a prestar serviços ao publico brasileiro, tem a honra de pedir respeitosamente a Vossa Majestade Imperial, para que se digne de fazer mercê ao suplicante do lugar de diretor da Biblioteca Imperial da Cidade do Rio de Janeiro.⁷⁷

Com o objetivo de conseguir o cargo de diretor, frei Camilo recorreu à experiência com a biblioteca do Mosteiro de São Bento e também se propôs a sanar problemas que de longa data afetavam a Biblioteca Imperial, como a falta de um catálogo sistemático, além de propor realizar um estudo e o levantamento das fontes referentes à história do Brasil. Veremos adiante que estas duas últimas propostas também marcaram a administração de Ramiz Galvão. Por ora,

basta destacar que, para a obtenção da graça pelo imperador, contava a favor de Monserrate não apenas a fama de grande erudito, mas também a experiência como bibliotecário e a atuação como professor do Colégio Pedro II.⁷⁸

Quando frei Camilo assumiu o cargo, a Biblioteca Imperial já tinha uma tradição de dirigentes clérigos. Após a Independência, ela foi administrada por frei Antonio de Arrábida e pelos cônegos Francisco Vieira Goulart e Januário da Cunha Barbosa.⁷⁹ Dos quatro diretores que antecederam Camilo, apenas um não estava ligado ao clero secular ou regular: José de Assis Alves Branco Muniz Barreto. Camilo de Monserrate, embora tenha optado de forma pragmática pela vida religiosa, veio fortalecer a tradição de diretores clérigos da instituição.

Em nossas pesquisas, não encontramos nenhum documento de Ramiz Galvão solicitando o cargo de bibliotecário, como fez Camilo. Certamente, se o encontrássemos seria uma pista valiosa, que nos ajudaria a traçar o caminho percorrido por ele até a direção da casa. No entanto, um discurso proferido por José de Alencar, em 1871, na Câmara de Deputados nos ajuda a elucidar alguns pontos sobre a indicação e aceitação de Ramiz Galvão para a direção da biblioteca. No trecho do discurso, reproduzido abaixo, o deputado comenta a indicação de Ramiz para o cargo e faz ainda algumas reflexões sobre o perfil de bibliotecário que deveria estar à frente da instituição:

Leio no relatório do nobre ministro do império tratando da Biblioteca Nacional que S. Ex. entende que essa biblioteca precisa de ser franqueada ao público, em horas mais convenientes, e para isso autorizou uma despesa na importância de 11:000\$000. Concordo que a nossa biblioteca pública não está bem acomodada para prestar a utilidade que dela se deve esperar.

A respeito da nomeação do bibliotecário, feita pelo nobre ministro, me limitarei a uma simples observação. Embora eu esteja convencido que essa nomeação não pode deixar de ser boa, porque o nobre ministro a fez por *inspiração*; e sem desconhecer as qualidades e talentos do nomeado, entendo que o lugar de bibliotecário público deve ser reservado para um homem conhecido pela sua vasta erudição, para uma reputação firmada, para uma ilustração que possa receber dignamente os sábios estrangeiros que transitem por nosso país, e dar-lhes uma ideia elevada da nossa civilização. Não é lugar para os moços se habilitarem, mas para se remunerar os talentos feitos.

Bem sei que o ordenado que se marcou para esse funcionário não comporta uma nomeação desta ordem; mas cumpria ao nobre ministro propor no orçamento o necessário aumento de ordenado, a fim de tornar esse cargo uma espécie de aposentadoria honrosa para algum literato ilustre, já encanecido pelas vigílias do estudo, pelos seus serviços prestados, citarei, para exemplo, o Sr. Conselheiro Jose Maria do Amaral, o comendador Porto Alegre, e se, bem que mais moço, o Dr. J. M. de Macedo. Não falo do St. Conselheiro Magalhães e outros, porque se dedicaram a

diversa carreira. Em todos os países cultos da Europa, o bibliotecário público é sempre um homem notável pelo seu talento e por sua vasta erudição.⁸⁰ (grifo do autor).

De acordo com Nelson Schapochnik, o cargo de bibliotecário tinha a "chancela do poder", uma vez que o pretendente deveria ser indicado pelo ministro e tinha ainda de passar pelo crivo da Assembleia. Nessa esfera, as relações pessoais poderiam ajudar ou mesmo prejudicar as aspirações do candidato.⁸¹ No caso de Ramiz Galvão, sua indicação acabou sendo aceita pelos deputados e corroborada por d. Pedro II. No entanto, pelo discurso de José de Alencar, parece que a aceitação não foi feita sem reservas. Como vimos, Ramiz não era um ilustre desconhecido da monarquia, uma vez que o imperador já tivera a oportunidade de verificar suas habilidades nos exames e nas aulas que ministrava no Colégio Pedro II. Ainda antes de entrar para a instituição, Ramiz Galvão fez parte do Instituto dos Bacharéis em Letras, instituição formada por ex-alunos do Colégio Pedro II e ligada ao poder imperial. Na época de sua nomeação, também já havia publicado alguns trabalhos, como *O púlpito no Brasil*, sobre oratória sacra, e a sua tese de conclusão do curso de medicina, intitulada *Do valor terapêutico do calomelano no tratamento das inflamações serosas*. No entanto, para José de Alencar (e talvez para outros deputados), essas características não eram suficientes para o cargo pretendido. Ser diretor da Biblioteca Nacional requeria mais: deveria ser uma homenagem a alguém com uma longa carreira, e não o trampolim para um jovem alcançar uma posição. A Biblioteca Nacional deveria, portanto, ser um fim, não um meio. No entanto, como exigir que um grande nome das letras aceitasse ocupar aquele cargo se a remuneração não era atraente? Diante desse impasse, a biblioteca ficaria nas mãos de um jovem que assumia a instituição aceitando receber o ordenado que o governo se prestava a pagar. No entanto, apesar do salário pouco atrativo, foi a experiência na direção da principal biblioteca do país que fez com que Ramiz Galvão se consagrasse no ambiente letrado da época, além de lhe ter possibilitado visitar bibliotecas de outros países e entrar em contato com livreiros, editores e bibliotecários estrangeiros.

Quando assumiu a instituição, ela passava por uma série de problemas. Um deles era, certamente, os baixos salários de seus funcionários, inclusive o seu próprio. Além disso, ela necessitava de reformas urgentes para que pudesse abrigar os livros e receber com segurança o público. Naquele tempo, a Biblioteca Nacional funcionava em um edifício situado à rua da Lapa, tendo sido transferida para lá no início da década de 1850, ainda na gestão de frei Camilo. Desde a mudança, o prédio não tinha passado por nenhum reparo e já era possível notar de forma sensível a deterioração do edifício. Em um de seus primeiros relatórios enviados ao ministro do Império, Ramiz conta que

várias salas e corredores da Biblioteca encontravam-se arruinados e mesmo podres:

O que daqui resulta em um duplo inconveniente: 1º. o de não poderem suportar com segurança as pesadas estantes de livros, que aí se acham; 2º. deixarem passar por cima a grande umidade do solo, causa do estrago de muitos volumes depositados nessas estantes. [...] Não hesito a repetir a V. Exa que são de absoluta necessidade estes reparos na Biblioteca Pública. Sem eles, ver-me-ei obrigado a cruzar os braços diante do progressivo deterioramento de livros pela maior parte úteis, invadirão com mais fúria os vermes, que já começam a estragar algumas das salas da casa, perder-se-á finalmente boa parte das somas que há despendido até hoje o Governo Imperial com este estabelecimento de incontestável utilidade pública.⁸²

Diante dos problemas estruturais, uma das primeiras atitudes do novo diretor foi solicitar ao Império alguns contos de réis que seriam destinados às reformas daquele estabelecimento. As obras foram aceitas e estavam previstas ainda algumas modificações necessárias nos aposentos para que Ramiz Galvão fixasse sua residência em um prédio contíguo à própria biblioteca. Morar próximo àquele estabelecimento possibilitava que o bibliotecário se dedicasse de maneira integral à organização do serviço e do acervo da instituição.⁸³

Durante a gestão de Ramiz Galvão, um de seus principais objetivos foi tornar a biblioteca um ambiente útil para os intelectuais fluminenses e isso demandava organizá-la de forma que servisse aos interesses de seus frequentadores. Era necessário que a casa assumisse que sua função não deveria ser apenas de armazenar livros, manuscritos e materiais iconográficos, mas também de auxiliar investigações e estudos de toda natureza. No ano de 1870, ainda sob a direção de frei Camilo, a Biblioteca Nacional foi frequentada por pouco mais de dois mil leitores. Para Galvão, esse número não podia ser explicado pela pequena quantidade de pessoas ilustradas na cidade. Homens ilustrados, dizia ele, existiam. No entanto, este grupo não conseguia ter acesso às riquezas da biblioteca, pois nela não havia catálogos, pessoal capacitado e um horário amplo de consulta.

Desde que assumiu a instituição, Galvão solicitava constantemente mudanças estruturais para que ela pudesse ficar aberta por um período maior, uma vez que seu horário de funcionamento, das 9 às 14 horas, não permitia o acesso de muitas pessoas. Para a ampliação do horário, era necessário investir em iluminação a gás em todo edifício, no aumento do número de funcionários e na melhoria dos salários. Em relação ao primeiro pedido, ele não apresentou grandes dificuldades para ser aprovado pelo Ministério: a biblioteca ampliou em uma hora o seu horário diurno e passou a abrir no horário noturno, das 16 às 21 horas, já no dia 2 de maio de 1872.⁸⁴ Logo no seu primeiro dia de funcionamento no novo turno, a instituição recebeu vinte leitores,

entre eles o próprio imperador Pedro II, que se deixou ficar cerca de uma hora na biblioteca, examinando coleções de livros, manuscritos e estampas.⁸⁵ Em relatório referente aos meses de janeiro a setembro desse mesmo ano, Ramiz comemorava o fato de, nesse período, a biblioteca ter recebido 6.555 leitores, muitos dos quais frequentadores do período noturno. Na sua estimativa, até o fim de 1872 a casa seria visitada por 9.864 pessoas, que teriam consultado 11.502 obras. Ramiz pode não ter acertado de forma precisa nos números, mas, de fato, o novo horário agitou o trabalho dos bibliotecários, que passaram a servir a um contingente maior de frequentadores da instituição.

A ampliação do horário e o aumento dos usuários colocavam em pauta a questão dos salários dos funcionários. Além disso, como organizar a entrada e saída de pessoas do prédio e zelar pela integridade das obras consultadas? Havia ainda outra questão: como fazer um catálogo que pudesse ajudar os frequentadores da instituição naquilo que procuravam? A viagem à Europa e o conhecimento do funcionamento das principais bibliotecas daquele continente ajudaram Ramiz Galvão a pensar estas questões e também possibilitaram as reformas que empreendeu na Biblioteca Nacional, especialmente a partir de 1876.

Aos 24 anos, quando assumiu a instituição, Ramiz não tinha muita experiência com o cotidiano de uma biblioteca. Se compararmos sua trajetória com a de frei Camilo, por exemplo, notamos algumas diferenças substanciais. O religioso beneditino nasceu na França, mas teve a experiência de conhecer outros países quando empreendeu uma viagem para a Austrália. Mais tarde, saiu de sua terra natal e veio para os trópicos. Quando chegou à direção da Biblioteca Nacional, já tinha, além de uma experiência de vida, uma experiência prática com a organização da biblioteca de seu mosteiro. Ramiz Galvão não tinha dirigido nenhuma biblioteca. Nunca havia estado em outro país e as grandes bibliotecas europeias, sempre tomadas por ele como referência para a organização da nossa, só as conhecia pelos livros, pelos comentários de seus pares e pelos catálogos e informações que encomendava aos amigos que iam para o exterior. Uma carta enviada ao cunhado, o almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama, que em 1872 se encontrava em Lisboa a bordo da corveta Nictheroy, nos permite perceber como Galvão coletava notícias a respeito das bibliotecas europeias e a partir delas buscava pensar mudanças práticas no funcionamento da instituição. Após agradecer ao cunhado a sua ida à Biblioteca de Lisboa e a obtenção do catálogo da mesma, aproveitou para fazer mais um pedido:

Peco-te encarecidamente que continues em tua longa romaria a proceder do mesmo modo, e mui particularmente quando chegares a Londres e Paris, onde existem esses dois monumentos - Museu Britânico e Biblioteca Nacional -, que se me afiguram de longe prodígios admiráveis.⁸⁶

Ramiz aproveitou a estadia do cunhado para fazer-lhe ainda mais um pedido: que, em Londres e em Paris, observasse e obtivesse informações sobre a organização das coleções e catálogos e sobre a conservação e reparo dos livros. Já que não tinha como ver de perto essas instituições, ele contava com a ajuda de amigos e parentes para, a partir das informações recolhidas, pensar de que forma poderia reformular o trabalho na Biblioteca Nacional.

Em 1873, no entanto, como diretor da casa, teve a oportunidade de conferir por si mesmo as informações que recebia de seus pares. Ramiz foi convidado pelo governo imperial para participar da comissão que representaria o Brasil na Exposição Universal de Viena. Essa possibilidade já se vislumbrava há algum tempo, de acordo com sua correspondência. Na missiva já citada, endereçada a seu cunhado, o bibliotecário avisava que não havia nada confirmado a respeito da viagem, mas que o imperador prometeu "que não esqueceria o [seu] desejo". Apesar da incerteza, é possível perceber o entusiasmo do diretor da Biblioteca Nacional com a possibilidade de conhecer o "Velho Mundo" quando ele afirmava que "aquela era a sua maior aspiração" no momento.⁵⁷

O seu desejo foi realizado. A viagem de Ramiz Galvão pela Europa durou pouco mais de um ano. Nesse tempo, ficou encarregado de examinar as bibliotecas de Paris, Londres, Berlim, Munique, Leipzig, Florença, Milão, Viena e Lisboa. No meio de sua viagem, recebeu ainda a incumbência de procurar e adquirir algumas obras e também documentos referentes à história do Brasil existentes naquelas repartições. Certamente, a viagem foi importante para que empreendesse as mudanças que já vinha pedindo ao Ministério do Império. Algumas já tinham sido conseguidas logo nos primeiros anos de sua direção, como a abertura do prédio e a consulta ao acervo da Biblioteca Nacional durante o período noturno. Porém, faltava mais: a BN precisava definir sua função. Além disso, para os objetivos de Ramiz Galvão e o papel que ele buscava para a biblioteca, era necessário também reformular os seus cargos e estatutos. Para isso, a observação das instituições europeias servia como um norte e um espelho para aquilo que a Biblioteca Nacional deveria se tornar. Se o Brasil desejava fazer parte do concerto das nações civilizadas, era necessário que a sua principal biblioteca se organizasse nos moldes das instituições de saber europeias, especialmente dos dois países tomados à época como modelos de civilização e progresso intelectual e científico: a França e a Inglaterra.

Um dos principais frutos da viagem de Ramiz foi o relatório apresentado ao ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira sobre a organização das bibliotecas europeias. Nesse relatório, o bibliotecário centrou-se especialmente em duas instituições, o Museu Britânico de Londres e a Biblioteca Nacional de França. Embora faça comentários acerca da organização das demais bibliotecas visitadas, são essas duas que, notadamente, se destacaram aos olhos de Ramiz por sua

monumentalidade e organização. Três elementos chamaram sua atenção em relação a essas duas instituições: a frequência dos leitores, o orçamento destinado a elas pelo governo e a qualidade e os salários de seus funcionários.

Em relação ao primeiro ponto, destinamos o próximo item para fazermos um balanço do público que frequentava a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Por ora, resta-nos destacar que era bem inferior aos 51.396 leitores que compareceram à Biblioteca Nacional de França entre junho de 1873 e maio de 1874. Para termos uma ideia de quão eloquente era esse número, basta dizer que a maior frequência registrada nos doze anos de administração de Ramiz Galvão chegou a pouco mais de 9.500 pessoas, menos de um quinto dos leitores da biblioteca francesa.

No que se refere ao orçamento destinado pelos governos inglês e francês às suas principais bibliotecas, esse deve ter causado inveja a Ramiz Galvão. A França reservava, segundo o bibliotecário, 545.700 francos à sua Biblioteca Nacional:

Este estabelecimento não é de certo dos que oferecem mais lisonjeiro orçamento, nem as atuais circunstâncias da França comportariam maiores despesas: mais ainda assim, que eloquentes algarismos!⁸⁸

Se a Biblioteca Nacional francesa foi alvo de elogios por Ramiz Galvão, mais ainda recebeu o Museu Britânico. Ao longo de todo o relatório, ele enfatizou não apenas as quinze mil libras anuais dispensadas pelo governo inglês à sua primeira biblioteca, mas também a compra de manuscritos e obras com recursos públicos, que permitiu que a instituição alcançasse a marca de um milhão de volumes em seu acervo. Além disso, o governo cuidou para que a biblioteca fosse abrigada em um amplo e belo prédio, destinado especialmente para ela.⁸⁹ Por fim, Ramiz não perdeu a chance de destacar o valor dos ordenados dos funcionários e bibliotecários ingleses: o diretor recebia cerca de 1.200 libras, o secretário e o tesoureiro 500, os escriturários 320, os assistentes 180 e os serventes 100 libras. Ao todo, trabalhavam naquela instituição 165 funcionários, número bem distante dos seis empregados que atuavam na Biblioteca Nacional quando Ramiz assumiu a sua direção.⁹⁰ Ao comparar os salários, o bibliotecário destaca ainda que um servente da Biblioteca de Londres ganhava naquele tempo tanto quanto o 1º oficial da Biblioteca Nacional: “é graças a semelhante pessoal e tais honorários que o *British Museum* consegue apresentar-se aos que o estudam como um estabelecimento modelo”.⁹¹

O problema dos salários e da qualidade dos funcionários com os quais lidava foi tema de muitos relatórios e cartas de Ramiz Galvão, nas quais argumentava não só com a necessidade de contratar pessoas capacitadas e instruídas para trabalhar na biblioteca, bem como também remunerar satisfatoriamente esses funcionários:

Homens que ouvem em seu lar os gemidos da penúria e tragam o cálice da miséria – não podem servir, não serviram, nem servirão jamais como convém. Homens que precisam procurar em outra parte recursos para a sua subsistência e para a de seus filhos – não serviram nem servirão jamais com o zelo desejável. Finalmente, homens que medianamente instruídos puderem alcançar emprego nas Secretarias d'Estado, ou ganhar o pão cotidiano mediante o exercício de qualquer profissão decente – não trocarão nunca esse bem-estar pelas cadeiras da Biblioteca Nacional.⁹²

Ramiz Galvão queixava-se frequentemente de que os funcionários existentes na Biblioteca Nacional não satisfaziam as exigências do serviço, especialmente de limpeza e conservação dos livros. Além disso, ocupavam cargos cujos salários estavam longe de serem atrativos para pessoas qualificadas. Em um ofício, afirmava que estabelecimentos como a Biblioteca Nacional precisavam de empregados que tivessem, pelo menos, uma “mediocre instrução” e, para isto, é “forçoso que não se continue a dar a esse oficial da Biblioteca a terça parte dos vencimentos d'um *continuo* de secretaria” (grifo de Ramiz Galvão).⁹³

Diante das muitas reclamações, o Ministério autorizou que fosse paga uma gratificação aos antigos funcionários da biblioteca para que trabalhassem no período noturno. Mas os problemas não foram resolvidos e as queixas continuavam. Somente alguns anos mais tarde, em 1879, quando a biblioteca se organizava a partir das mudanças concebidas por Ramiz Galvão após seu retorno da Europa, foi realizado o primeiro concurso para bibliotecário da instituição. A seleção para o cargo não era nada simples. Primeiramente, os candidatos deveriam preencher uma ficha solicitando sua inscrição e anexar a ela um comprovante de idoneidade moral. Em seguida, eram convocados para os exames. Os candidatos teriam quatro horas para fazer provas de quatro disciplinas: história, geografia, literatura e filosofia. Passada essa etapa, eles seriam submetidos a provas de tradução de textos em inglês, francês e latim. O texto de língua inglesa que serviu para a prova de tradução do concurso é um trecho da obra *Critical and Historical Essays*, de Macaulay. Já para os conhecimentos de língua francesa foi escolhida uma parte de *Le Génie Du Christianisme*, de Chateaubriand. Após a prova de idiomas, os candidatos deveriam mostrar seus conhecimentos arquivísticos e bibliográficos a partir do exercício de classificação de um livro impresso, uma estampa e um manuscrito da Biblioteca Nacional.⁹⁴

Quatro candidatos concorreram à vaga deste concurso, mas apenas dois foram aprovados. Capistrano de Abreu foi classificado, por unanimidade, em primeiro lugar. Em segundo, ficou o bacharel Misael Ferreira Penna.

Vale ressaltar que, em relatório sobre o concurso, Ramiz Galvão destacou que as provas de Capistrano

foram no todo não só melhores, mas muito melhores que as do segundo. Essa superioridade é sobretudo visível nas provas de latim, inglês, história, filosofia e iconografia. Algumas dessas provas do senhor Capistrano de Abreu, bem consideradas as dificuldades de um exame inteiramente vago e a exiguidade do tempo concedido, quase se podem dizer magistrais.⁹⁵

Nesse relatório, Ramiz fez ainda muitos elogios a Capistrano, destacando não só o elevado “talento criador” do mais novo funcionário da instituição, mas também enfatizando que:

A Biblioteca Nacional, onde não podem ser de proveito real se não os homens bem preparados e dispostos a viver e morrer com os livros, a Biblioteca Nacional, em minha humilde opinião, fará uma aquisição feliz com a nomeação do snr Capistrano de Abreu para o lugar de oficial. Ao que sei, nada tem contra si os dois concorrentes em matéria de moralidade.⁹⁶

Capistrano de Abreu tinha o perfil do bibliotecário que Ramiz procurava: era erudito, com ampla cultura geral, que incluía o conhecimento da história, literatura e língua pátrias. Tinha também conhecimento técnico, pois saberia manejá-los e classificar os documentos da instituição. Era o funcionário ideal para o novo perfil de biblioteca que aos poucos tomava forma durante a sua gestão.

O concurso de 1879 fez parte de todo um conjunto de reformas instituídas após a viagem de Ramiz à Europa. Essas reformas não renderam apenas a nomeação de Capistrano como oficial da biblioteca, mas também possibilitaram a elaboração de um novo regulamento, que dividiu a Biblioteca Nacional em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampa. Os novos estatutos também se preocupavam em fiscalizar melhor os leitores que frequentavam a instituição e buscavam ampliar e fazer cumprir a lei de 3 de julho de 1847, que obrigava os tipógrafos da Corte a enviar para a Biblioteca Nacional exemplar de qualquer livro publicado. No projeto do novo regulamento, redigido por Ramiz Galvão, ele demandava que esta lei se estendesse a todo o Império, não ficando, portanto, restrita aos tipógrafos da Corte, e passasse a englobar também estampas, mapas, planos e fotografias, não somente obras impressas.⁹⁷ Foi também a partir da viagem à Europa que Ramiz passou à realização de um novo catálogo para a Biblioteca Nacional, necessidade que, como vimos, já havia sido levantada por frei Camilo, embora este não tenha podido cumprí-la. Em seu relatório, Ramiz destacava que percebeu em sua viagem a necessidade de organizar catálogos inteiramente novos e optou, a

partir do que viu nas bibliotecas europeias, por fazer um catálogo alfabético ou nominal e outro sistemático ou por matérias:

Nesta casa é preciso prever a consulta de duas ordens de leitores: uns conhecem já a obra que desejam, sabem-lhe o título por extenso e a edição que lhes convém; outros são estudiosos que fazem investigações em certo sentido, mas ainda não sabem tudo de que carecem para esclarecer a matéria, e é para indagá-lo que recorrem à Biblioteca. Pois bem: para aqueles e para as necessidades cotidianas da repartição é o catálogo alfabético que decide tudo; em menos de um minuto se encontra ali o que o leitor deseja. Para estes, é o catálogo sistemático o único capaz de servir de guia. Está pois minha deliberação justificada, e penso que dela não provirão senão bens para o público amador dos estudos sérios.⁹⁸

O mais interessante é que no próprio trabalho de catalogação dos materiais da biblioteca, que em grande parte ficou nas mãos de Alfredo do Valle Cabral, encarregado da Seção de Manuscritos, algumas obras das quais não se sabia que pertenciam ao acervo da instituição foram localizadas, bem como alguns livros em língua tupi e estampas de Dürer.⁹⁹ Uma vez tirados do esquecimento e catalogados, era necessário trazer à luz do público os “tesouros” da Biblioteca Nacional. Para isso, os novos estatutos de 1876 já previam a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que emergiam como uma forma de divulgar o acervo da casa, noticiando os livros raros e as peças valiosas que lotavam suas estantes. Não por acaso, o primeiro volume da publicação trazia um estudo feito pelo próprio Galvão sobre a livraria do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, cujos livros, opúsculos e estampas coletados durante muitos anos de sua vida passaram a fazer parte da Biblioteca Real e constituíram, mais tarde, parte do acervo da Biblioteca Nacional. A publicação dos *Anais* acabava por coroar aquilo que seria, para Ramiz, a sua função como bibliotecário: desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas. Era função, portanto, do bibliotecário, ser também um editor:

Ele [o bibliotecário] examina, ordena e classifica como o naturalista; ele compara os textos, e decide a primazia, como o crítico; restaura os monumentos injustamente esquecidos e exuma as relíquias do passado como o arqueólogo [...]; arquiva, comenta e ilumina de notas as obras hodiernas para auxiliar as investigações do futuro, dá o fio de Ariadne a toda a sorte de pesquisas [...]; ao literato fornece e aponta os modelos e as fontes, ao sábio faculta os anais das academias, ao artista os materiais da composição, ao político os documentos da administração dos Estados; em suma, não há trabalhador no imenso campo da ciência profana ou sagrada ou no domínio

das artes, a quem ele não preste o seu braço, não há monumento literário de vulto, para cuja construção ele não concorra com pedras angulares.¹⁰⁰

Com os novos estatutos e com a publicação dos *Anais*, a Biblioteca Nacional abria-se como local de pesquisa histórica e como instituição guardiã e difusora do passado nacional, presente ali na materialidade dos documentos que, desde 1876, passavam a ser publicados. Lidar com estes documentos, estudá-los, classificá-los e catalogá-los não era trabalho para qualquer um, mas requeria alguém que tivesse uma formação que o capacitasse para aquele serviço.

E o serviço não era pouco, especialmente para Ramiz Galvão. Além de zelar pela publicação periódica dos *Anais* e cuidar do funcionamento da biblioteca, era seu trabalho aumentar o acervo da instituição. Nesse momento, seu maior interesse era a aquisição de documentos referentes à história pátria, muitos dos quais estavam fora do país:

Excusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora de nosso país todos esses papéis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus annaes e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. Indubitável é que sem documento não se escreve história e que sem fazer sacrifícios para os haver não legaremos a posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores.¹⁰¹

Anos mais tarde, já com o acervo acrescido de outros documentos e com novos funcionários na casa, foi possível levar a cabo aquela que seria uma das suas principais realizações dentro da Biblioteca Nacional: a Exposição de História do Brasil. Inaugurado em 1881, o evento foi saudado pela imprensa da época. Entre outros aspectos, ressaltava-se a iniciativa do bibliotecário e a grande quantidade de documentos que se conseguiu reunir sobre a história e geografia do país.

Novos horários destinados à ampliação do número de usuários; melhorias no edifício; iluminação a gás; funcionários novos e mais qualificados; organização, conhecimento e publicação de livros, manuscritos e estampas; maior funcionalidade na organização do acervo em seções. Como compreender as mudanças ocorridas nesses doze anos em que Ramiz esteve à frente da Biblioteca Nacional? Por que estas mudanças aconteceram justamente durante a sua gestão e não em períodos anteriores? E o que nos parece mais importante: como o próprio Ramiz Galvão percebia o legado da sua administração comparando-a com as anteriores? Vimos que, quando frei Camilo de Monserrate buscou a benesse de diretor da Biblioteca Nacional já destacava a necessidade de fazer um novo catálogo para a instituição e realizar um

levantamento de livros e documentos relativos à história nacional. Por que ele não conseguiu levar estes projetos à frente?

De fato, em uma década, a Biblioteca Nacional transformou-se em uma instituição mais estruturada e mudou em relação aos anos anteriores. No entanto, é interessante perceber como o próprio Ramiz Galvão ajudou a construir uma memória de sua gestão como de transformação e de revivificação da Biblioteca Nacional. É interessante notar como nos documentos e relatórios que enviava ao Ministério do Império, bem como nos discursos produzidos por ele após o seu desligamento da instituição, Ramiz sempre destacava que herdou uma biblioteca trôpega e praticamente morta, mas que ela dava “sinais de vida” e “entrava em uma nova fase”, passando por melhoramentos que equivaliam a “uma nova vida”.¹⁰² Esta mesma imagem da biblioteca, que se reerguia após décadas adormecida, servia para que Ramiz fizesse uma boa representação dos trabalhos executados durante a sua administração, comparando, inclusive, seu período ao de seus antecessores, destacando sempre que aqueles pouco fizeram pela instituição, “limitando-se as mais das vezes ao ordinário expediente, a mandar copiar alguns velhos catálogos ou a fazer novos índices incompletos, sumários e incorretíssimos”.¹⁰³ A relação parece-nos clara: se os outros pouco fizeram, ele, ao contrário, seria o executor das transformações geridas na instituição, o artífice que lhe devolveu a vida. O discurso da biblioteca que ia, aos poucos, se reerguendo, também estava presente a cada vez que Ramiz solicitava uma nova modificação na organização ou no prédio da biblioteca, a compra de uma valiosa coleção ou mesmo um aumento de verbas para a instituição.

Quando se estuda o período em que a Biblioteca Nacional foi dirigida por Ramiz Galvão fica-se tentado a incorrer no erro de creditar unicamente à sua administração as mudanças pelas quais a instituição passou. No entanto, é preciso ressaltar dois pontos que julgamos importantes: em primeiro lugar, alguns projetos levados a cabo por ele, como os novos catálogos e a abertura no período noturno, eram necessidades prementes e já destacadas pelo seu antecessor. Aliás, na própria biografia que escreveu sobre frei Camilo, Ramiz destacou alguns pontos que foram motivos de crítica por parte do religioso beneditino quando este assumiu a instituição e algumas mudanças pretendidas por ele (reformar o catálogo, elaborar um inventário descritivo da biblioteca, alterar o sistema de numeração dos livros e sua organização nas estantes, proceder à restituição das obras emprestadas, substituir os móveis da casa e reparar o edifício arruinado).¹⁰⁴ Certamente, alguns desses pontos também estavam no programa de gestão de Ramiz Galvão. Em segundo lugar, Ramiz Galvão destacava que o período em que ele assumiu a biblioteca era outro, especialmente porque estava à frente do Ministério do Império um novo ministro que, segundo o próprio bibliotecário, “sabia ouvir reclamações

e não tinha aquele vício da velha escola autoritária e centralizadora" que marcava os ministros anteriores e com os quais frei Camilo teve de lidar.¹⁰⁵

De acordo com os primeiros estatutos da Biblioteca Nacional, datados de 1821 e que estiveram vigentes até a reforma de 1876, a biblioteca estava subordinada "ao ministro secretário d'Estado dos Negócios do Reino" e era independente de qualquer outro ministério.¹⁰⁶ A pasta do Ministério do Império lidava com assuntos referentes à segurança, educação e administração da Corte. Como vimos, no momento em que Ramiz Galvão chegou à Biblioteca Nacional, estava à frente desse ministério João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Nascido em Goiana, Pernambuco, em 1835, João Alfredo é exemplo da influência dos bacharéis, especialmente dos homens formados em direito, nos círculos dirigentes do Brasil Imperial.¹⁰⁷ Filho de família aristocrática e proprietária de engenhos, o futuro ministro era genro e afilhado político de João Joaquim da Cunha Rego Barros, barão de Goiana e também grande proprietário de terras em Pernambuco. Ainda jovem, fez o curso de Direito em Recife, uma das instituições mais importantes deste ramo na época e lugar de formação de muitos dos dirigentes do Império. Ocupou ao longo de sua vida diversos cargos, entre eles o de delegado de polícia, promotor público e presidente de província, mas seu nome ficou conhecido sobretudo por conta da remodelação da cidade do Rio de Janeiro e da "questão servil", como se dizia na época.

Quando o nome de Ramiz Galvão foi cogitado para a direção da Biblioteca Nacional, um assunto envolvendo João Alfredo dominava as discussões dentro da Assembleia. Vivia-se um momento de debate em torno da lei que ficou conhecida como do Ventre Livre, projeto que recebia o apoio de d. Pedro II e de sua filha Isabel. De acordo com José Murilo de Carvalho, a discussão sobre a liberação do ventre já havia sido apresentada ainda nos anos 1850. Mas o projeto do deputado Silva Guimarães sequer foi julgado naquele momento, além de ter despertado forte reação em alguns deputados. Em 1866, a questão voltou à tona, agora com iniciativa da Coroa. Mas o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai acabou por colocá-la em segundo plano. Em 1867, o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos trouxe para o debate o problema do elemento servil, mas o ministro acabou deixando o cargo, sendo substituído por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, que se recusou a apresentar projeto à Câmara. Em 29 de setembro de 1870, um novo ministério é chamado por d. Pedro II, tendo à frente Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. A ideia do imperador era que se conseguisse levar adiante a discussão. No entanto, Bueno acabou pedindo demissão em favor de Rio Branco em março de 1871.¹⁰⁸

João Alfredo foi escolhido como ministro do Império já durante o ministério de São Vicente, mas permaneceu no cargo durante o período Rio Branco, o que foi motivo de críticas severas por parte de alguns deputados, entre eles José de Alencar, que ironicamente chamava a sua permanência no ministério

de 7 de março de "prorrogação ministerial do nobre ministro do império".¹⁰⁹ João Alfredo fazia parte do grupo conservador que defendia a abolição lenta e gradual da escravidão, sob o controle do Estado.¹¹⁰

Tendo como consultor técnico de sua pasta o engenheiro Pereira Passos, João Alfredo empreendeu, durante a sua atuação no ministério Rio Branco, um projeto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, promovendo o ajardinamento do Campo da Aclamação (atual Campo de Santana)¹¹¹ e a criação do bairro de Vila Isabel.¹¹² No que se refere à Biblioteca Nacional, solicitava de Ramiz Galvão alguns relatórios periódicos sobre os trabalhos e as necessidades da instituição. As informações enviadas pelo bibliotecário ajudavam-no a compor o relatório que o próprio ministro deveria apresentar à Assembleia Legislativa.

Quando comparamos os relatórios e ofícios expedidos por Ramiz Galvão e pelo conselheiro João Alfredo com os escritos pelos ministros antecessores e por frei Camilo em seus últimos anos de gestão notamos algumas diferenças importantes. Enquanto os ofícios com pedidos de melhorias assinados por Ramiz Galvão saltam aos olhos pela quantidade, percebemos que os documentos referentes aos dois últimos anos de administração de Camilo mostram apenas contas com despesas, encadernações e assinaturas de periódicos. Não aparecem requisições e pedidos. Da mesma forma, os relatórios dos ministros do Império anteriores a João Alfredo quando se referem à Biblioteca Nacional fazem-no de forma lacônica e destacam que, "por deficiência de meios",¹¹³ "não tem sido possível satisfazer a necessidade que há neste estabelecimento de obras modernas de reconhecido merecimento"¹¹⁴ e, portanto, "a quantia destinada a este estabelecimento permite apenas que se cure dos seus serviços ordinários".¹¹⁵ Segundo os relatórios dos ministros do Império, a Biblioteca Nacional pouco teria mudado no período que vai da sua transferência para o novo edifício na rua da Lapa até 1870. Praticamente não recebia obras modernas e seu acervo aumentava apenas por conta de alguns periódicos e documentos oficiais enviados para a instituição. O orçamento continuava o mesmo e novas aquisições só passavam pelas portas da biblioteca quando doadas pelos próprios autores ou quando remetidas pelas tipografias da Corte. Os conselheiros chegam a destacar a necessidade de aumento de verba para a compra de livros e para a abertura no período noturno (que trazia, por consequência, um aumento nos ordenados dos empregados), mas argumentavam que, "nas atuais circunstâncias financeiras do país",¹¹⁶ que se encontrava envolvido na Guerra do Paraguai, não se animavam a pedir verba para tais despesas.

Os relatórios expedidos por João Alfredo, quando se referiam à Biblioteca Nacional, eram marcados pelas demandas, seja por aumento de verbas, seja pelo reajuste do salário dos empregados, ou ainda, pela construção de um novo edifício:



Benjamim Franklin de Ramiz Galvão aos 24 anos, quando foi nomeado para dirigir a Biblioteca Nacional
Divisão de Iconografia / FBN

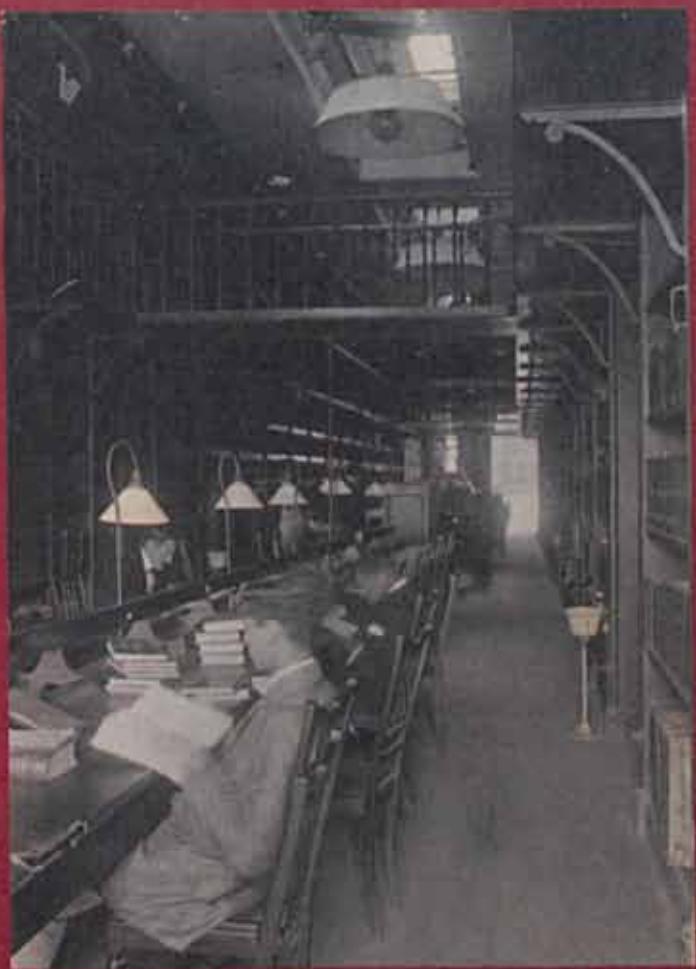


D.^r Benjamin Franklin Ramiz Galvão

Ramiz Galvão: "Chefe inteligente, zeloso e incansável", segundo Capistrano de Abreu
Divisão de Manuscritos / FBN



A antiga sede da Biblioteca Nacional, na rua do Passeio, onde foi realizada a Exposição de História do Brasil organizada sob a direção de Ramiz Galvão
Divisão de Iconografia / FBN



Sala de leitura na antiga sede da Biblioteca Nacional
Divisão de Iconografia / FBN

Meus preados amigos.

Chamei os amigos de amigos favoritos
foi de vez que o nomeado pelo Governo
delegado de reis a biblioteca da
Biblioteca Nacional, onde permaneceu trans-
ferei por espaço de quase trinta anos,
este delegado, em que me permitiu de-
volver a amigos que eram, nem tanto
fato de que a delegação de manutenção era
em profundo consideramento pelo mestre que
me autorizou em todo o tempo de que
me despedi.

Quando entro a chegar de regresso à
Biblioteca, com os meus tipos facilmente
lido e imediatamente reconheci que era
abandonada, havia em excesso de meu gosto
delegado, e que a este ponto, o
que é, é que a minha que a guarda
deixar, representava tristeza em excesso
muito mais em todo o tempo de que
me despedi, que quando em 1872.

Este resto ainda se fazendo, e muito
mais poucos em que só deixa a biblioteca

meu deputado amigo, que adorava
e admira de muito mandado;
e todo o tempo a patente superior
que fizesse em trabalho dentro ou fora
de, de seu paiz. Se o seu consagra-
ção por defesa de muito e por origem
de humores, mas um fatto a
meu trabalho effectivo e intelectual
que, por extensamente prestando a
extensamente agredir.

Deixei-me um abraço de deputado e
deixei-me um abraço adem a este tempo
que despedi quando a guarda e pro-
meus amigos, e excesso de todo a de-
lito a biblioteca mais affection, e
deixei-me por seu paiz a controlar
e, abraço de extensamente dentro de longo
tempo em que a devo, tem a
fato de excesso em todo o tempo
e em que logo fui, mas não o
considerando de que considerando
que em dito que fui que adorava
deixei-me, mas a amigos.

Meus amigos que me dão a
extensamente compreender a tristeza.

Abraço amigos a Biblioteca eterna
e, abraço amigos e fogo degrada
de patente mais deslida, — e
em resto mandado e este abraço
agradável em effuso os excessos
tristes e fogo meu sempre os meus.

Na B.B. Nacional, 26 de
Julho de 1882.

D. J. Ramiz Galvão

ANNAES
DA
BIBLIOTHECA NACIONAL

DO
RIO DE JANEIRO

EDITION RIO DE JANEIRO
1876

DR. BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO

EXCELENTE SERV. BIBLIOTECAS
NACIONAIS CONSTITUÍDAS ASSOCIA
NO RIO DE JANEIRO.
[PUBLICATION CAR. 275]

VOLUME II.

1876 — 1877.

Folha de rosto do primeiro número
dos *Anais da Biblioteca Nacional*,
criado em 1876 por Ramiz Galvão
para divulgar os estudos e o
acervo da instituição

Divisão de Periódicos / FBN

RIO DE JANEIRO.

Vigo. Dr. Lamego e M. Filho.

1876

CLASSE I

GEOGRAPHIA DO BRAZIL

Do Brasil em geral.
... ou sua parte.

Página inicial do Catálogo da
Exposição de História do Brasil
publicado no Volume IX (1881-82)
dos *Anais da Biblioteca Nacional*
Divisão de Periódicos / FBN



D.^r João Saldanha da Gama

João Saldanha da Gama foi responsável pela organização da Coleção Camoneana e sucedeu Ramiz Galvão na direção da Biblioteca Nacional.
Divisão de Iconografia / FBN



José Zephyrino de Menezes Brum: primeiro chefe da antiga Seção de Estampas (atual Divisão de Iconografia), deu início ao “estudo e classificação” do precioso acervo iconográfico da Biblioteca Nacional e também organizou o *Catálogo da Exposição Permanente dos Cimelios*
Divisão de Iconografia / FBN



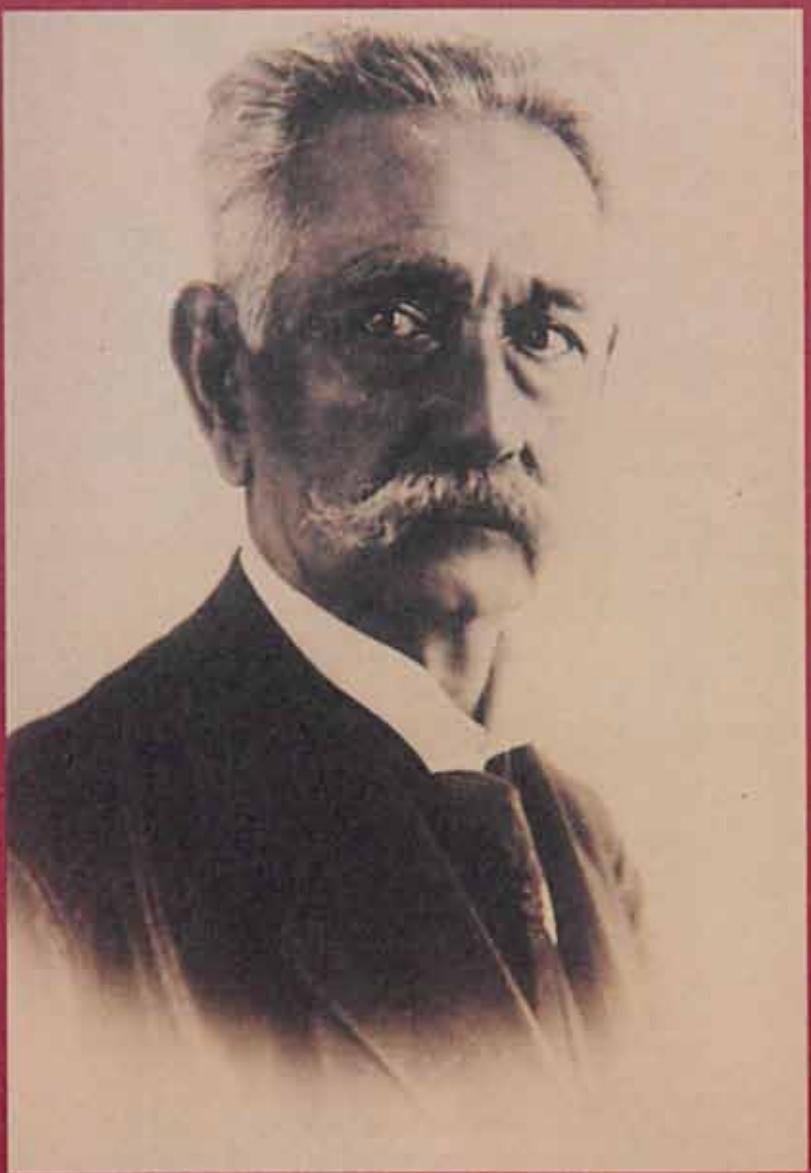
Um dos mais importantes historiadores brasileiros, João Capistrano de Abreu foi um dos principais colaboradores de Ramiz Galvão

Divisão de Iconografia / FBN



Alfredo do Valle Cabral, chefe da Seção de Manuscritos, teve papel destacado, ao lado de Capistrano e Menezes Brum, na organização da Exposição de História do Brasil

Divisão de Iconografia / FBN



Segundo Viriato Correia, Ramiz Galvão vivia num tempo em que os homens eram graves e circunspectos: "Não riam, não sabiam rir."
Divisão de Iconografia / FBN

Peço a vossa atenção para o que expus no meu citado relatório sobre os seguintes objetos: aumento das verbas destinadas à aquisição de livros e à nova encadernação dos que se acham estragados; autorização da despesa que exige a organização e impressão de um catálogo completo, cuja falta tanto se sente; elevação no número e vencimento dos empregados; finalmente a construção de um prédio em tudo apropriado a este importante estabelecimento, e situado em localidade conveniente, condições que faltam ao edifício em que se acha.¹¹⁷

Ao compararmos os relatórios de Ramiz Galvão com os de João Alfredo, percebemos que o ministro utilizava as informações do bibliotecário não só para mostrar o crescimento da Biblioteca Nacional, mas também para solicitar melhorias e mais verbas:

Disse no meu relatório de maio último que acabava de levar a efeito a abertura desta biblioteca durante algumas horas da noite. Segundo as informações de seu digno diretor, frequentaram-na, desde o 1º de maio, mês em que aquele fato se realizou, até o fim de setembro (período de 5 meses), 5518 pessoas, que consultaram 6401 obras. No de 4 meses de janeiro ao fim de abril não excedera de 1037 o número dos concorrentes [...]. Tal notável crescimento no período decorrido, provando ser a biblioteca muito mais procurada à noite, indica a conveniência de conservá-la aberta por mais tempo do que atualmente se permite; para isso é, porém, indispensável o aumento da verba respectiva.¹¹⁸

É preciso lembrar que as solicitações feitas pelos ministros do Império, como o aumento de verbas, por exemplo, deveriam passar pela Câmara de Deputados. Assim, da mesma forma que não podemos atribuir apenas à vontade de Ramiz Galvão as melhorias na BN, seria errado arrogá-las somente ao conselheiro João Alfredo, mesmo porque a administração de Ramiz Galvão extrapolou o seu mandato como ministro.¹¹⁹ Cabe destacar, portanto, que os deputados, de modo geral, votavam a favor das melhorias e pela ampliação das verbas solicitadas. No entanto, para que se votasse a favor das reformas, antes era preciso que houvesse a demanda do bibliotecário, do ministro e da opinião pública. Como lembra Ramiz Galvão, nos 17 anos em que frei Camilo esteve à frente da Biblioteca Nacional, a verba a ela destinada aumentou apenas 2.402\$000 réis (saltando de 13.576\$000 para 15.040\$000), enquanto nos quatro primeiros anos de sua própria administração o orçamento foi elevado para 68.800\$000 réis.¹²⁰ Até que ponto esse aumento no orçamento corresponde também a um novo olhar e a novas funções atribuídas à instituição é uma questão que buscaremos responder adiante.

Um público para a biblioteca

Quando observamos a reforma pela qual a Biblioteca Nacional passou durante a gestão de Ramiz Galvão, algumas perguntas se colocam: quem se desejava alcançar? quem frequentava aquela instituição? qual o seu público leitor e quais eram seus interesses literários?

Ao analisarmos os números acerca da população alfabetizada do país na década de 1870, eles se revelam desanimadores. Em 1872, apenas 18,56% da população livre de todo o país sabia ler e escrever. Se tomarmos como base o total da população brasileira, veremos que em torno de 15% dela era alfabetizada,¹²¹ o que significa que, em todo o país, havia pouco mais de um milhão e meio de pessoas que sabiam ler e escrever. Os números acima podem levar a pensar que não havia no Brasil, destacadamente na Corte, um ambiente letrado e pessoas suficientes habituadas a frequentar bibliotecas e livrarias. Sendo assim, para que reformar a Biblioteca Nacional? Por que ampliar seu horário de funcionamento e suas aquisições? Um estudo feito por Tânia Bes-sone sobre o círculo de letreados da Corte entre 1870 e 1920 contesta essa visão e constrói um quadro cultural e intelectual maior e mais agitado do que comumente se imagina que houvesse no Rio de Janeiro daquela época.¹²²

Capital do Império, o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX não era apenas um importante centro político e administrativo, mas também um centro cultural. A cidade servia como um elo entre a jovem nação tropical e o Velho Mundo, modelo de civilização e progresso que se desejava alcançar. Gostos, livros, ideias, comportamentos, tudo chegava ao Brasil pelo Rio de Janeiro. Da mesma forma, os padrões e normas aqui formados surtiam efeitos no restante do país e ajudavam a atrair para a cidade pessoas de toda parte.¹²³ Como vimos, Capistrano de Abreu e João Alfredo Corrêa de Oliveira sentiram os efeitos dessa atração e experimentaram o que era viver no coração do Império. Vinham para cá também estrangeiros, não só cientistas e naturalistas que aqui residiam por um tempo determinado, mas também livreiros e tipógrafos que se estabeleceram na cidade. Montando de início pequenas livrarias, eles aos poucos ampliaram seus negócios e passaram a servir como referência e ponto de encontro para importantes escritores, políticos e intelectuais.¹²⁴ A vida cultural da cidade englobava, além dos saraus e serões noturnos e das já mencionadas livrarias, algumas importantes bibliotecas públicas, entre as quais se destacava, é claro, a Biblioteca Nacio-nal. De forma semelhante às livrarias, esses espaços abrigavam um público diverso, que abrangia os intelectuais residentes na Corte, e servia também de núcleo de sociabilidade para este grupo.

Esses dois espaços existentes na cidade – as livrarias e as bibliotecas públ-icas – nos dão uma dimensão do público leitor que havia na Corte nas últimas

décadas do século XIX. Além disso, eles nos parecem importantes para que situemos as mudanças promovidas por Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional dentro de um quadro maior, um ambiente frequentado por um grupo letrado existente na Corte na segunda metade do século XIX. Esse grupo letrado, segundo Tânia Bessone, era constituído por pessoas que possuíam alguns pontos de identidade como a profissão (especialmente as carreiras de medicina e direito), o gosto pelos livros, interesses literários e amizades em comum. Havia ainda algumas práticas que caracterizavam esse grupo, como a troca de correspondência e o hábito de frequentar livrarias e bibliotecas públicas. No entanto, convém destacar que este círculo de leitores não era homogêneo, antes

revelou-se bastante eclético na sua composição: dele participavam jornalistas, literatos, bom *vivants*, *flâneurs*, comerciantes, políticos e boêmios, além de categorias profissionais mais afetadas aos livros, com destaque para os advogados e médicos que, além de suas tarefas específicas, tinham um trato mais íntimo com bibliotecas. Esse segmento adquiria obras e formava acervos domésticos, que em muitos casos eram contabilizados entre os bens deixados em inventários, testamentos e verbas testamentárias.¹²⁵

Era esse círculo pouco homogêneo que frequentava as principais livrarias da época, como a Garnier e a Laemmert, ambas situadas na tão movimentada rua do Ouvidor, além da Cruz Coutinho, a Encyclopédica, a Casa de uma Porta Só, a Dupont e Mendonça, entre outras.¹²⁶ Certamente, este grupo contava também com frequentadores não só da Biblioteca Nacional, mas também de outras bibliotecas públicas existentes nas últimas décadas do Oitocentos.

Na década de 1870, havia na Corte um significativo número de bibliotecas públicas, procuradas principalmente por estudantes (que se serviam delas para preparar suas lições escolares), advogados, médicos, políticos e jornalistas. Havia, além da Biblioteca Nacional, "as bibliotecas da Faculdade de Medicina, Escola da Marinha, Academia de Belas Artes, Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos Mudos, Mosteiro de São Bento, Conventos de Santo Antônio e do Carmo, Biblioteca Fluminense, Gabinete Português de Leitura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", entre outras.¹²⁷ Vale ressaltar que, ainda a partir de 1870, não só houve um significativo aumento do número de livrarias estabelecidas no Rio de Janeiro, mas também as bibliotecas citadas passaram a ser mais utilizadas e frequentadas.

Esse aumento pode ser verificado nas estatísticas de leitores que freqüentaram a Biblioteca Nacional no período de administração de Ramiz Galvão:

Tabela 1: número de leitores que frequentaram a biblioteca e de obras consultadas

ANO	NÚMERO DE LEITORES	OBRAS CONSULTADAS
1869	2382	4246
1870 ¹²⁸	2265	Não consta relatório do Ministério do Império
1871	2834	4078
1872	8569	9829
1873	7438	7920
1874	6220	6527
1875	4399	4813
1876	4415	4762
1877	7064	7352
1878	Não consta relatório	Não consta relatório
1879	8485	8844
1880	9625	10.000
1881	9180	9761

Fonte: Relatórios do Ministério do Império

Como é possível notar a partir da tabela 1, o número de pessoas que frequentaram a Biblioteca Nacional (e, juntamente com elas, o número de obras consultadas) aumentou consideravelmente na década de 1870, especialmente a partir de 1872, quando a instituição passou a abrir também no período noturno. A tabela seguinte, com dados específicos acerca do número de leitores daquele ano, nos permite relacionar melhor o aumento da frequência à biblioteca com a abertura no período noturno, empreendida a partir do dia 2 de maio de 1872:

Tabela 2: número de leitores e obras consultadas no ano de 1872

MESES	ANO DE 1872	
	LEITORES	OBRAS CONSULTADAS
Janeiro a abril	1037	1261
Maio a setembro	5518	6401
Outubro a dezembro	2014	2167
TOTAL	8569	9829

Fonte: BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 15ª Legislatura. Em aditamento ao de 8 de Maio de 1872.* Publicado em 1872.¹²⁹

Na década de 1870, a Biblioteca Nacional atingiu um nível de frequência até então não conseguido, chegando, no seu auge, a receber pouco mais de nove mil pessoas por ano. Se formos comparar esses números com aqueles citados no relatório de Ramiz Galvão sobre as bibliotecas públicas europeias, veremos que o número de frequentadores da principal biblioteca pública do Brasil era muito inferior ao público que visitava a Biblioteca de Paris ou mesmo o Museu Britânico, que chegava a ultrapassar a marca de 50 mil pessoas por ano.¹³⁰ O próprio Galvão afirmava que cerca de oito mil frequentadores frente a uma população de 350 mil ou 400 mil pessoas era muito pouco.¹³¹ No entanto, se compararmos os novos números da biblioteca com a frequência nos anos anteriores a 1870 a diferença parece significativa.

A preocupação com a baixa frequência da Biblioteca Nacional era constante nos primeiros relatórios de Ramiz Galvão. Mas ela já havia sido notada muito antes, inclusive por estrangeiros que a visitavam. Nos anos 1840, por exemplo, o missionário norte-americano Daniel Kidder, em viagem pelo país, pôde visitar a instituição, então situada no Convento do Carmo, e notou que, embora a biblioteca oferecesse jornais, revistas europeias e materiais para escrever, nunca tinha visto seu salão cheio. Pelo contrário, suas mesas e o salão de leitura encontravam-se constantemente vazios.¹³² Quando frei Camilo assumiu a biblioteca, o número e o tipo de leitor que a frequentavam podem ser melhor definidos a partir dos relatórios escritos pelo diretor da instituição. Um deles, relativo ao ano de 1855, menciona que 3.701 leitores visitaram a Biblioteca Nacional naquele ano. Nesse mesmo documento, o religioso observava que os leitores recorriam a ela especialmente entre os meses de novembro e março, época das provas para ingresso nas Academias de Medicina e Engenharia. Segundo Schapochnik, os dados fornecidos pelo bibliotecário permitem inferir que os estudantes constituíam o público leitor que freqüentava a Biblioteca Nacional naquela época.¹³³

No entanto, com a transferência da Biblioteca Nacional para o largo da Lapa, o público leitor começou a declinar.¹³⁴ De acordo com Ramiz Galvão, não era possível atribuir a baixa frequência à falta de pessoas ilustradas, afinal a cidade possuía, segundo ele, academias e estabelecimentos de ensino, portanto um público interessado em livros e usuário em potencial de bibliotecas. Os motivos que explicavam o baixo número de leitores eram outros, entre eles a falta de um catálogo, a inconveniência do horário de consulta e o fato de o prédio se situar distante do então centro da cidade, que era o espaço por excelência dos intelectuais e estudantes. Sua transferência para o largo da Lapa distanciou a biblioteca das academias, das livrarias, das instituições de ensino e, consequentemente, do seu leitor.

A abertura no período noturno, as pequenas reformas no seu edifício e certas comodidades que a biblioteca passou a oferecer ao seu usuário (como iluminação a gás, além da organização do acervo e do catálogo), certamente

foram fundamentais para estimular o deslocamento até aquele ponto mais distante. Mas o que procuravam os leitores que frequentavam a biblioteca? O que liam? Quais as suas preferências? Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 3: Estatística das obras lidas em 1877 divididas por idiomas e assuntos

PERÍODO	LEITORES	OBRAS	IDIOMAS	ASSUNTOS
1º trimestre	903	925	Português – 572 Francês – 334 Outros idiomas* - 19	Belas Letras – 243 História e Geografia – 91 Jornais e Revistas – 284 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas – 307
2º trimestre	1997	1976	Português – 1192 Francês – 758 Outros idiomas* - 26	Belas Letras – 618 História e Geografia – 230 Jornais e Revistas – 424 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 240
3º trimestre	2228	2333	Português – 1574 Francês – 724 Outros idiomas* - 35	Belas Letras – 812 História e Geografia – 345 Jornais e Revistas – 430 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 1136
4º trimestre	1936	2118	Português – 1506 Francês – 605 Outros idiomas – 7	Belas Letras – 942 História e Geografia – 299 Jornais e Revistas – 334 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas – 843
TOTAL	7064	7352	Português – 4844 Francês – 2421 Outros idiomas – 87	Belas Letras – 2615 História e geografia – 965 Jornais e revistas - 1472 Ciências matemáticas, médicas, jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas - 2526

*Latim, inglês, italiano e alemão.

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Estatísticas de leitura (1876-1879)*. Ms. 42.3.001.

Os relatórios enviados por Ramiz Galvão ao Ministério do Império nos fornecem algumas indicações importantes acerca do gosto literário daqueles que frequentavam a Biblioteca Nacional. Como amostragem, selecionamos o ano de 1877, sobre o qual possuímos informações mais completas, para compor a tabela 3, que destaca não apenas as áreas de conhecimento mais procuradas,¹³⁵ mas também fornece uma estatística das obras lidas divididas por idiomas. Como se vê, naquele ano as obras em português foram, de fato, as mais consultadas, representando em torno de 66% dos livros procurados. As obras em francês, ainda muito solicitadas em uma época em que a influência cultural da França se fazia sentir entre aquele grupo letrado, representavam 33% do total. No que se refere aos assuntos mais procurados, as obras classificadas como Belas Letras eram as mais solicitadas (35,6% do total), seguidas pelas obras de ciências matemáticas e jurídicas, artes, filosofia, bibliografia e estampas (todas postas em um mesmo grupo que representava 31,2% do total) e pelos jornais e revistas (20%). Os livros de história e geografia representavam 13,2% da totalidade das obras consultadas no ano de 1877.

O estudo feito por Nelson Schapochnik acerca do público que freqüentava a Biblioteca Nacional entre 1843 e 1856 mostra que naquele período os livros em língua portuguesa já haviam suplantado os de língua francesa entre os leitores da Biblioteca Nacional. Ele, no entanto, coloca em dúvida esses dados e destaca que, em muitos casos, os próprios funcionários da biblioteca traduziam os títulos das obras solicitadas pelos leitores. Além disso, devemos acrescentar que muitas dessas produções em língua nacional eram, na verdade, traduções de textos originalmente em francês. Certamente, a leitura de autores franceses, ainda que traduzidos para o português, era habitual entre o público usuário da Biblioteca Nacional. Chama a atenção também a procura por obras de medicina, jurisprudência, matemática e filosofia, o que pode indicar a presença de um público mais especializado nas salas da biblioteca, bem como de estudantes das escolas de engenharia, medicina e direito da Corte. Havia ainda os que visitavam a Biblioteca Nacional em busca de informações mais imediatas ou interessados no que acontecia na Europa, notícias que poderiam ser conseguidas nos jornais e revistas recebidos pela instituição.

Na verdade, o público que se servia da Biblioteca Nacional parecia ser amplo e certamente muitas pessoas não iam até o largo da Lapa em busca de um estudo mais sistemático sobre os “tesouros” existentes no acervo da biblioteca. Pelo menos é o que transparece nos relatórios enviados por Ramiz Galvão ao ministro do Império. Neles é constante a sua insatisfação em relação aos leitores que frequentavam a instituição, sempre interessados em “literatura amena” e obras de pouca importância:

É sabido que a nossa mocidade se ocupa mais em geral da literatura de novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas do que da consulta de obras de elevado valor científico e literário. [...] É claro, pois, que sendo composta a Biblioteca Nacional de obras de valor real, de obras de erudição e, sobretudo, de obras antigas, [...], é claro, digo, que não pode frequentá-la senão um círculo resumido de trabalhadores sérios, de investigadores esclarecidos. Que esse círculo é estreito, excusado é negá-lo [...]: somos um país novo, em que as carreiras lucrativas atraem e monopolizam os talentos sólidos, e em que por consequência as boas letras só por exceção acham cultores devotados e entusiastas, sonhadores desinteressados da glória, soldados do idealismo.¹³⁶

Apesar do aumento do número de visitantes, parece-nos que o público leitor que frequentava a biblioteca estava distante daquele desejado por Ramiz Galvão. Para ele, a Biblioteca Nacional, a primeira biblioteca do país em importância, deveria ser um lugar de investigações e estudos sérios, justamente pela qualidade do material que constituía seu acervo. Embora o número de leitores tivesse aumentado, certas seções, como a de estampas e manuscritos, continuavam vazias e seus chefes também reclamavam constantemente da falta de pessoas interessadas em estudos mais aprofundados e com gosto por "conhecimentos especiais".¹³⁷ De acordo com Ramiz Galvão, enquanto se folheavam bastante os jornais e corriam de mão em mão a literatura amena e os folhetins, os verdadeiros tesouros históricos dormiam no esquecimento.¹³⁸

Cabia, portanto, não apenas melhorar as instalações da biblioteca e ampliar seu público. Era necessário também dar subsídios para que aquele se tornasse um espaço de pesquisa e para que fosse possível manifestar nos leitores o interesse pelas investigações científicas e históricas. Se, de acordo com a fala de Galvão, o Brasil era um país novo, em que o desejo pelo conhecimento não havia ainda se instalado entre a juventude, era necessário que a Biblioteca Nacional estimulasse os estudos mais profundos e abrisse possibilidades para que fosse despertado o gosto pelos ditos "conhecimentos especiais". Foi com este objetivo que os *Anais da Biblioteca Nacional* foram lançados. Da mesma forma, foi ambicionando tornar a instituição um espaço de pesquisa, que diversas obras e coleções de documentos especialmente relativos ao Brasil foram adquiridas entre 1870 e 1882. A tabela abaixo nos dá uma dimensão da aquisição de obras pela Biblioteca Nacional durante os anos de administração de Ramiz Galvão. Cabe explicar que ela foi montada com base nas informações fornecidas pelos relatórios do ministro do Império. Essas informações são um pouco dispersas e não foi possível encontrar

dados relativos a alguns anos. No entanto, cremos que, mesmo incompleta, é possível tirar desses números algumas informações importantes:

Tabela 4: Aquisição de obras

Ano	Número de volumes (não inclui revistas)	Oferecidas pelas províncias ou secretarias de estado	Remetidas por tipografias	Oferecidas por particulares	Compradas
1863 (Frei Camilo)	442	115	205	69	53
1869	315	ND	ND	ND	ND
1870	493	36	290	51	116
1871	757	51	278	45	383
1872	4727	ND	343	2483	ND
1873	ND	ND	477	56	311
1874	3705	118	439	672 ¹⁹⁹	2476
1875 e 1876*	4417	ND	ND	ND	ND
1877 e 1º semestre de 1878	1368	ND	ND	ND	ND
2º semestre de 1878 até 31 de março de 1879**	3159	CP	347	1238	1547
1879 (a partir de 1º abril)	2039	CP	377	1466	196
1880 e 1881***	5536	CP	848	3725	963

Fonte: Relatórios do Ministério do Império.

ND: Não discriminado no relatório ministerial daquele ano.

CP: Computado conjuntamente com as obras oferecidas por particulares.

*Os relatórios do ano de 1875 e do primeiro semestre de 1876 foram feitos conjuntamente, não sendo possível identificar os volumes ou obras adquiridos especificamente em cada ano. Optamos, então, por apresentar nessa tabela os dois anos conjuntamente. Não encontramos informações suficientes para preencher os demais itens desta tabela.

**O relatório abrange todo este período e não especifica as aquisições de cada ano.

***Não há um relatório específico para o ano de 1880. O relatório de 1881, publicado em 1882, abrange o período de janeiro de 1880 a dezembro de 1881.

A primeira informação importante que os dados da tabela acima nos fornecem é a maior entrada de obras na Biblioteca Nacional a partir de 1872 e boa parte delas oferecidas por particulares à instituição. Aliás, parece-nos significativo que, ao longo da década de 1870, as doações feitas por particulares tenham se tornado mais frequentes, o que pode ser explicado pela maior visibilidade que a instituição tomava a partir de suas reformas. Doar uma obra ou uma coleção à Biblioteca Nacional significava atrelar seu nome a uma instituição que crescia e buscava afirmar-se como um espaço de estudos. Em seu relatório referente aos anos de 1875 e primeiro semestre do ano de 1876, Ramiz Galvão forneceu os nomes de algumas pessoas que ofereceram obras à biblioteca: dr. Gonçalves Nunes (advogado e barão de Igarapé-Mirim), Franklin Dória (advogado e barão de Loreto), Francisco Ramos Paz (bibliófilo), dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão (membro da Academia de Ciências de Lisboa), C. Württenberger (de Bremen, Alemanha), capitão Luiz Felipe Saldanha da Gama, barão do Lavradio, Vicente Quesada (diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires), Félix Ferreira (jornalista), André Rebouças, José Carlos Rodrigues (de Nova Iorque), além dos conselheiros João Capistrano Bandeira de Melo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Souza Dantas e barão Homem de Mello.

Entre as figuras acima, chama atenção não só a maciça presença de homens públicos, mas também de doadores estrangeiros, o que nos leva a um segundo dado importante que aparece na tabela 4: o contato que Ramiz Galvão estabelecia com pessoas de outros países e a importância dessas relações para a aquisição de obras pela biblioteca e também para construir uma imagem favorável da Biblioteca Nacional no exterior. A documentação que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda sobre seu antigo diretor contém cartas trocadas entre Galvão e alguns estrangeiros, especialmente Vicente Quesada, diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires; Ferdinand Denis, administrador da Biblioteca de Santa Genoveva; Georges Duplessi, subdiretor da Seção de Estampas da Biblioteca Nacional de Paris; Pedone Lauriel, livreiro francês; e John Winter Jones, do British Museum. Como era de se imaginar, a viagem de Ramiz à Europa possibilitou que ele conhecesse algumas dessas pessoas e mantivesse com elas uma rede de relações e troca de correspondência, que possibilitava o envio de livros, manuscritos, imagens e todo tipo de material bibliográfico. Com os bibliotecários de outras instituições, Ramiz Galvão pôde ainda, em suas cartas, trocar informações a respeito da organização de bibliotecas. Em algumas missivas, por exemplo, Vicente Quesada mostrou-se bastante interessado em receber os regulamentos, além de algumas informações sobre a biblioteca brasileira. Interessava-se em saber quantos volumes a Biblioteca Nacional possuía, o número de manuscritos, o sistema de

classificação adotado, como se dava o empréstimo de livros e até mesmo como Ramiz Galvão fazia para retirar o pó das estantes.¹⁴⁰

Ramiz Galvão não só respondia a tudo, como também solicitava informações que lhe permitissem conhecer a organização de outras instituições. Aproveitava ainda para enviar as publicações da Biblioteca Nacional (como os *Anais* e o *Catálogo* da exposição de 1881) e encomendar alguns livros. Muitas obras e periódicos adquiridos pela Biblioteca Nacional vinham de fora do país, especialmente da França, por meio desses contatos. Quando esteve em Paris, Galvão localizou na cidade o livreiro Charles Porquet, o qual passou a remeter periodicamente para a Biblioteca Nacional livros e revistas estrangeiros a preços bastante acessíveis, como informa o relatório seguinte:

A encomenda que fiz ao livreiro Ch. Porquet foi toda de grandes obras de biblioteca que não nos devem faltar. Essa encomenda foi satisfeita com prontidão e notável inteligência [...]. Ao mesmo livreiro está incumbida a remessa das revistas estrangeiras que nos vêm todos os meses pelos vapores da linha de Bordeos. Atenta a economia que com este processo se realizou, pude aumentar consideravelmente o número de assinatura de jornais, de sorte que hoje a biblioteca não recebe menos de 49 revistas.¹⁴¹

Assim, o acervo da biblioteca crescia. Como a tabela 4 mostrou, aumentava menos pelo envio de obras remetidas diretamente das tipografias da Corte (nímeros que pouco se alteraram durante a década de 1870) e mais por meio de compras e doações. Com um orçamento maior, a biblioteca obtinha meios de crescer e expandir suas coleções, preocupando-se em investir seu dinheiro na aquisição de materiais como manuscritos e obras iconográficas, capazes de atrair um público mais especializado (público este esperado para uma biblioteca nacional). Paralelamente, o crescimento da biblioteca dava visibilidade àqueles que cediam obras e manuscritos de valor para a instituição. Contribuir para o engrandecimento da biblioteca era entendido como ato patriótico, afinal contribuía-se para o engrandecimento dos estudos e das investigações dentro do país.

Se considerarmos os 12 anos de trabalho na Biblioteca Nacional, é possível que Viriato Correia tivesse razão em considerar Ramiz Galvão um “trabalhador infatigável”. Embora sua pouca idade e sua inexperiência tenham causado certa insegurança quanto a sua atuação, ele assumiu a instituição e, retomando projetos já idealizados pelo seu antecessor, conseguiu alguns êxitos. Não só ampliou seu público, como também, por meio da compra e aquisição de obras, buscou atrair para aquele espaço pessoas interessadas em estudos mais aprofundados, que contribuissem especialmente para o conhecimento da história do Brasil. Dois importantes projetos desenvolvidos por Ramiz Galvão,

como vimos, foram os *Anais da Biblioteca Nacional* e a Exposição de História do Brasil, que serão tratados adiante. Antes, no entanto, cabe lembrar que por estes e outros serviços prestados, recebeu ao longo da vida algumas graças honoríficas, entre elas a da Real Ordem Militar Portuguesa de Nossa Senhora Jesus Cristo, recebida do governo português, em 1880, pelos serviços que prestou à Biblioteca Nacional de Lisboa; o título de Oficial da Instrução Pública, recebido do governo francês, em 1876, por serviços prestados às letras; e o título de barão de Ramiz, oferecido pelo imperador do Brasil em 1888.

3. Uma biblioteca guardiã da memória nacional

Pela primeira vez na América e talvez no mundo, um grupo de trabalhadores realiza a exposição de tudo o que se concerne à história pátria, oferecendo a seus concidadãos em um só e amplo quadro copiosa fonte de ensino do que foi, e calorosa animação para o que há de vir. A Exposição de História do Brasil é, portanto, senhores, uma resurreição do passado e uma previsão do futuro.

Ramiz Galvão¹⁴²

Anteriormente, nos referimos rapidamente aos nomes dados ainda no século XIX à atual Biblioteca Nacional. A partir da Independência, ela deixou para trás o título de Real Biblioteca *da corte* e passou a se chamar, então, Biblioteca *Imperial* ou *pública*, embora a palavra *nacional* já figurasse em alguns documentos. Em 1876, durante a gestão de Ramiz Galvão, mudou de nome novamente, tornando-se oficialmente Biblioteca Nacional. No primeiro volume dos *Anais*, lançado nesse mesmo ano, já é possível visualizar a “nova” nomenclatura nas páginas da publicação.¹⁴³

A mudança no nome da instituição não deve ser considerada como algo de pouca relevância, antes parece-nos uma indicação do papel que a biblioteca passava a assumir naquele momento como uma instituição guardiã da memória nacional.¹⁴⁴ Esse fenômeno da formação de arquivos, bibliotecas e museus nacionais é algo que, de acordo com Jacques Le Goff, pode ser sentido em vários países europeus a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX. A revolução de 1789, por exemplo, criou os arquivos nacionais na França e, em 1794, ordenou a sua publicidade. Em 1830, os alemães formaram o Museu de Antiguidades Nacionais de Berlim, ao passo que, três anos depois, fundava-se o Museu de Versalhes, consagrado a todas as memórias da França. Ainda de acordo com Le Goff, este movimento, que englobava a abertura dos arquivos e a criação de instituições cujo propósito era constituir um passado para a nação, abriu uma nova fase: “a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional”.¹⁴⁵

A história das bibliotecas é habitada por uma série de mitos que nos remetem a Babel e Alexandria, que tão fortemente constituíram as imagens dessa instituição.¹⁴⁶ A biblioteca está também associada à metáfora do infinito, de um espaço onde poderiam ser guardados e encontrados todos os saberes humanos e todos os livros produzidos. Não nos interessa aqui mostrar de maneira detalhada a história dessa instituição e todo o imaginário que a envolve, mas antes pensar como a partir de um determinado momento, as bibliotecas, que sempre estiveram ligadas a grupos específicos, abriram-se ao público e aos interesses nacionais.

De acordo com Christian Jacob, a biblioteca, ao lado dos museus, das coleções e dos gabinetes de curiosidades, tem a missão, entre outras, de fornecer possibilidades de um saber sobre o mundo. Mas a sua história é também a história do que uma sociedade e suas instâncias de poder decidem transmitir.¹⁴⁷ Na Idade Média, por exemplo, o clero, de alguma maneira, controlava em grande medida o acesso a esses saberes, pois estavam sob sua guarda as coleções e livros das bibliotecas dos diversos mosteiros espalhados pela Europa. Entre os séculos XVI e XVII, os príncipes também se interessaram em formar as suas próprias bibliotecas. Em alguns casos, quando não as cultivavam diretamente, incentivavam e financiavam livrarias e coleções de outras pessoas. Naquele momento, possuir bibliotecas, sair à caça de livros e manuscritos, era um sinal do seu prestígio e símbolo da sua posição social eminente.¹⁴⁸ Assim, as coleções, bibliotecas e livrarias dos séculos XV ao XVIII estavam, em sua grande maioria, afastadas da maior parte da população. Eram coleções particulares, eclesiásticas ou monárquicas, abertas apenas a quem os seus proprietários estavam dispostos a deixar conhecer os tesouros ali existentes. Por sua vez, as pessoas que tinham acesso àqueles saberes eram artistas, sábios, aristocratas, membros da Igreja e outros integrantes de um mesmo meio social.¹⁴⁹

Em seu estudo sobre as coleções, gabinetes e museus do século XVIII, João Carlos Pires Brigola fez um interessante levantamento das coleções e livrarias do período existentes em Portugal. A partir das fichas de registro, reproduzidas em seu livro, sobre cada uma das principais coleções da época, podemos verificar que o público-alvo das bibliotecas dos principais aristocratas portugueses e do próprio rei de Portugal eram eruditos, membros de academias literárias e da família real, além de outros nobres da corte de d. João V e d. José I. Assim, as principais coleções e livrarias portuguesas do século XVIII não estavam abertas ao grande público, mas eram reduzidas a um círculo bastante seleto de pessoas.¹⁵⁰

Entre os séculos XVIII e XIX, eruditos, escritores e artistas que não pertenciam a esses círculos pressionaram para ter livre acesso aos materiais das coleções e livrarias. Foi a partir dessa demanda que se formaram as primeiras bibliotecas, arquivos e museus públicos. No entanto, é preciso salientar que a própria criação das bibliotecas e museus nacionais no século XIX liga-se

ao fortalecimento das ideias nacionalistas, à necessidade de se escrever uma história que legitimasse a nação e a mudanças na maneira como a sociedade oitocentista relacionava-se com seu passado histórico.

Como se sabe, foi ao longo do século XIX que se deu a afirmação de uma moderna consciência da história e a passagem de uma filosofia da história para uma ciência da história.¹⁵¹ Tratava-se, como explica Koselleck, de um momento de crise, em que certos referenciais, como as monarquias absolutistas, foram quebrados. Nesse momento, a História, com “h” maiúsculo, aparecia como um porto seguro, pois ela acalmava os homens, dando a eles a dimensão de um futuro melhor e previsível. Ao mesmo tempo, construindo uma ligação entre passado, presente e futuro, o homem oitocentista passava a se entender no mundo a partir da História e tornava-se capaz de, entendendo o seu percurso, compreender as mudanças que vivia e vislumbrar o próprio futuro, entendido, em larga medida, dentro da lógica do progresso. Assim, a queda dos regimes absolutistas na Europa era compreendida como um elemento necessário para que a história pudesse cumprir os seus desígnios e para que a nação pudesse plenamente se desenvolver. Por outro lado, a questão da legitimidade da nação a partir do seu passado, da sua língua e das suas tradições tornava-se central. Alguns estudos, como os de Eric Hobsbawm e Terence Ranger mostraram como, nesse bojo, certas tradições nacionais foram “inventadas” por instituições e pessoas ligadas aos mecanismos de poder.¹⁵² Esses autores destacam que muitas vezes o passado era utilizado politicamente no sentido de criar histórias e tradições que legitimassem as nações no tempo e que estabelecessem certa continuidade com um determinado passado histórico.

Distanciando-se da perspectiva de Hobsbawm e Ranger, outros estudos, como o de Benedict Anderson, propuseram pensar a construção desse sentimento de pertença a uma comunidade nacional a partir de mecanismos mais complexos do que as ações e os usos intencionais do passado produzidos por pessoas e instituições próximas ao poder e ao Estado. Assim, ao tentar analisar o fenômeno da origem e da difusão do nacionalismo, Anderson procura entendê-lo não como uma ideologia pensada e manipulada, mas como um processo complexo ligado à crise das monarquias, à formação de um capitalismo editorial e à consolidação das línguas vernáculas. De acordo com a sua argumentação, as nações que se constituíram ao longo dos séculos XIX e XX não eram apenas inventadas, mas eram, antes de tudo, acreditadas e imaginadas, isto é, faziam sentido para os seus agentes históricos.¹⁵³

Benedict Anderson centrou suas análises sobre a questão do nacionalismo na Europa e na Ásia. No que se refere ao Brasil, a questão da formação do Estado-Nação foi objeto de estudo de diversos historiadores e cientistas sociais.¹⁵⁴ Não sendo possível fazer uma observação mais detida

dessas obras aqui, optamos por selecionar algumas que nos ajudassem a compreender os usos do passado na legitimação da jovem nação que se tornava independente em 1822.

Como vimos, a relação com o passado e o interesse pela história, muito caros ao século XIX (mas, evidentemente, não apenas a ele) possuíam também implicações políticas, uma vez que a História legitimava as nações que se formavam, ancorando-as em um passado distante e glorioso. No caso do Brasil não foi diferente. Em um importante artigo, o historiador Manoel Salgado Guimarães destacou que a construção de um Estado brasileiro separado de Portugal em 1822 viabilizou

um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. [...] Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a "Nação brasileira" capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações.¹⁵⁵

Manoel Salgado Guimarães destaca que, nesse lado do Atlântico, o espaço em que se discutiu o passado da nação não foram as universidades, mas uma academia de "escolhidos": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado em 1838 nos moldes das academias iluministas, o instituto trazia consigo um duplo projeto: explicar a gênese da nação brasileira e inseri-la numa tradição de civilização e progresso.¹⁵⁶ Para isso, o passado português foi lido dentro de uma chave interpretativa diferente daquela utilizada por outros países da América Latina: ao invés de romper com o passado colonial, o IHGB construiu uma história em que o Brasil se entendia como continuador da tarefa civilizadora iniciada pelos lusitanos no Novo Mundo. De alguma forma, o símbolo desse continuismo era a própria dinastia de Bragança, que permaneceu à frente da antiga colônia após a sua emancipação.

Uma das marcas do IHGB eram os estreitos laços que mantinha com o poder imperial, exemplificados na própria proteção (inclusive financeira) que o instituto recebia do imperador. Ao contrário da Europa, onde a escrita e disciplinarização da história aconteceu nas universidades, espaços de disputas acadêmicas, no Brasil esse processo ganhou nuances distintas, uma vez que o trabalho historiográfico era realizado dentro de uma instituição marcadamente ligada ao Estado e ao imperador. Assim:

Como traços marcantes desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como o eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial.¹⁵⁷

As relações entre o IHGB e o Estado tornaram-se ainda maiores a partir da década de 1850. Com a presença constante do imperador em suas sessões, o

projeto do IHGB de escrever “a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador” tornou-se ainda mais nítido.¹⁵⁸

O tipo de escrita da história produzida no Brasil pelo Instituto Histórico foi também objeto de análise de Armelle Enders em seu artigo “O Plutarco brasileiro”. Não desconsiderando a questão da produção de uma história nacional pelos membros do IHGB, a autora parece compreender de outra forma o tipo de escrita elaborada no interior da academia ao afirmar que as biografias, os necrológios e todas as demais obras produzidas em seu interior serviam, na verdade, mais para cultivar a sua própria memória do que a memória da nação. Relembrando o argumento de que o IHGB foi formado dentro da concepção iluminista das academias literárias, Enders destaca que a produção do instituto era voltada para a rememoração dos homens ilustres (muitos deles, inclusive, membros do IHGB) e, é claro, para cultuar a própria figura do monarca, alvo central das celebrações realizadas naquele espaço. Assim, segundo a autora, talvez fosse possível compreender o papel do IHGB não tanto para a construção de uma história nacional, mas para uma história de viés mais aristocrático, em que a figura do monarca, seguido pelo pequeno grupo de homens ilustres, servidores do Império, estava fortemente representada. Primeiramente d. Pedro I, construtor de nossa independência e fundador do Império. Em seguida, d. Pedro II, o monarca pacificador.¹⁵⁹

Embora a análise de Armelle Enders tenha se centrado especificamente sobre o IHGB, ela nos parece interessante para pensar a questão da construção de um passado para a nação no Brasil do século XIX e, principalmente, para compreender o papel da Biblioteca Nacional dentro deste projeto. Além disso, como vimos anteriormente, convém salientar que a longa trajetória de Ramiz Galvão também englobou a passagem pelo Instituto Histórico, onde, em 1900, foi um dos responsáveis pelas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Em relação às festas que comemorariam tal data, ele afirmava que o objetivo de tais festividades era

Agitar o sentimento que exalta os corações, lembrando-lhes o nascer da pátria, as glórias do seu passado, a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e por último os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do futuro.¹⁶⁰

Para Ramiz Galvão, o passado servia para despertar o fervor patriótico, estimular a juventude e, portanto, conseguir o mais importante: fazer com que “o país seguisse no caminho do progresso”. Para isso, como membro do IHGB, não mediou esforços para concretizar as comemorações do IV centenário. Mas, algumas décadas antes de entrar para o instituto, enquanto presidia a Biblioteca Nacional, implementava ali projetos que também ligavam-se à

preocupação com a construção de um passado para o Brasil e com a preservação e divulgação de documentos que serviriam para a sua escrita. Em 1876, foi lançado o primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicação cujo fim era divulgar os tesouros da biblioteca e servir aos pesquisadores e historiadores a partir da publicação de documentos referentes à nossa história. Anos mais tarde, em 1881, Ramiz esteve à frente da organização da Exposição de História e Geografia do Brasil que, de acordo com a epígrafe citada, procurava ressuscitar o passado e mostrar o quanto grande o país seria no futuro. Na esteira da exposição, foi elaborado um catálogo monumental, com mais de 20 mil documentos. Diante do trabalho de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, a questão que Enders nos obriga a colocar é: estaria ele preocupado com uma história *nacional*? Os documentos publicados nos *Anais* e levantados para o catálogo serviriam a quem e a que propósito? E a exposição, seria possível entendê-la plenamente dentro da lógica da construção de um passado para a nação brasileira?

Certamente não conseguiremos responder nesse momento a todas estas interrogações, mas elas ajudarão no desenvolvimento de futuros trabalhos. Cremos, no entanto, que a questão nacional é importante quando analisamos a gestão de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Todo esforço no sentido de buscar documentos sobre a história do Brasil e a publicação e divulgação deste acervo tinha como objetivo trazer à luz a imensa riqueza histórica do país, construir a história de uma “jovem nação” e seu caminhar para o futuro, e possibilitar o conhecimento do passado do Brasil. Esse projeto pode ser claramente percebido na busca por documentos sobre a história do Brasil (não devemos esquecer que Ramiz Galvão esteve, a mando do Estado Imperial, na Europa à procura de documentos referentes à história nacional), na publicação desses documentos em um veículo como os *Anais da Biblioteca Nacional*, e, como ponto culminante, na própria Exposição de História do Brasil e seu catálogo.

Por fim, cremos que outro elemento não pode ser desprezado: o trabalho de Ramiz Galvão na publicação dos *Anais* e na elaboração da exposição e de seu catálogo tinha também um objetivo mais imediato, que dizia respeito às novas funções e ao novo papel pretendido para a principal biblioteca do país. Assim, as publicações e a exposição acabavam servindo também como um elogio à “nova” biblioteca. São essas questões que buscaremos abordar nas próximas páginas.

A “ressurreição” da memória pátria pelos *Anais da Biblioteca Nacional*

Paris, janeiro de 1874. Há quase um ano distante do Brasil, Ramiz Galvão recebeu a notícia de que ainda demoraria mais alguns meses em sua viagem à Europa, pois o governo imperial decidira prolongar sua estadia no Velho Mundo até o último dia de abril daquele ano. O objetivo era que o

bibliotecário aproveitasse para procurar nos arquivos europeus documentos, especialmente manuscritos, relativos ao Brasil. Semanas após receber o aviso, Ramiz não tardou em comunicar aos seus superiores os frutos que colhia em sua viagem. Em uma carta datada do dia 7 de fevereiro, ele explica que, depois de visitar as bibliotecas de Viena, Munique, Berlim, Milão, Florença, Roma, Londres e Paris, restavam apenas as de Zurique e Lisboa.

Em todas elas depois de haver estudado a parte relativa à organização, que é, como V. Exa sabe, o ponto capital da minha comissão, tive sempre o cuidado de indagar da existência de documentos relativos ao Brasil, e posto que não fosse grande a minha colheita neste particular tive todavia a fortuna de encontrar alguma coisa de que tomei nota e que tencionara comunicar a V. Exa [...]. Aqui mesmo em Paris, onde atualmente me acho ultimando as compras de livros de que fui encarregado, encontrei na Biblioteca Nacional um bom número de manuscritos portugueses, dos quais estou fazendo uma lista que julgo não será destituída de interesse. Em Zurich não é de esperar que ache documentos deste gênero, mas em Lisboa os haverá em grande cópia, e por isso resolvi já demorar ali a minha estada além do prazo que me fora necessário e suficiente para visitar a sua biblioteca pública.¹⁶¹

A viagem de Ramiz Galvão pela Europa trouxe alguns benefícios para a Biblioteca Nacional. Um deles foi a sua própria reestruturação a partir da observação e estudo do funcionamento de suas congêneres europeias. Mas não foi só isso. A viagem trouxe ainda um saldo bastante positivo para o acervo da instituição, enriquecido com vários livros e catálogos comprados de livreiros europeus. Algumas coleções de revistas científicas e literárias já existentes na Biblioteca Nacional também puderam ser completadas a partir da aquisição de determinados volumes faltosos. De acordo com a tabela 4, no ano de 1874, 2.476 obras entraram na biblioteca por meio de compra e entre elas constavam ainda alguns documentos referentes à história do Brasil. Trata-se, sem dúvida, de um número muito superior aos dos demais períodos. Segundo Pires de Almeida, somente na viagem à Europa foram gastos cerca de doze contos de réis na compra de manuscritos, imagens, monografias e catálogos, todos eles incorporados ao acervo da BN.¹⁶²

O projeto de procurar, comprar e reunir documentos relativos à história do Brasil parece, no entanto, que não terminou com a viagem de Ramiz Galvão. Mesmo depois de seu retorno da Europa, é possível perceber em seus ofícios o interesse em localizar e adquirir materiais sobre a história do país que estivessem nas mãos de particulares ou em bibliotecas estrangeiras. Um documento do bibliotecário, datado de 1878, é um exemplo interessante do seu empenho em obter este tipo de material para a instituição. Trata-se de um

ofício informando as autoridades do Império sobre o leilão de manuscritos que estava prestes a ser realizado pela casa dos marqueses de Castelo Melhor. Ramiz não apenas deu a notícia do leilão, mas também se empenhou em conseguir recursos do tesouro para a compra daqueles documentos:

Excusado me parece insistir sobre a alta conveniência de se não permitir que fiquem fora de nosso país todos esses papéis, porque vossa excelência sabe melhor do que eu o que eles valem para a história de uma nação, que está hoje compondo os seus anais e buscando luz que esclareça largos períodos de sua vida passada. O que é indubitável é que sem documentos não se escreve história e que sem fazer sacrifícios para os haver não legaremos à posteridade mais do que as trevas e a dúvida que já recebemos na herança de nossos maiores.¹⁶³

O forte teor patriótico utilizado por Ramiz em seu ofício parece ter dado certo. A verba conseguida pelo governo imperial serviu para a aquisição de 41 manuscritos vindos diretamente de Lisboa. Eles chegaram à Biblioteca Nacional somente em 1879, mas, no ano anterior, foram somados ao acervo da instituição 64 manuscritos cedidos pelo dr. Melo de Moraes, além de outros adquiridos a partir do leilão do espólio do escritor português Rodrigo José de Lima Felner. Porém, as aquisições não pararam aí. Em 1880, a Biblioteca Nacional recebeu do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa 38 manuscritos e, no ano seguinte, foi adquirida uma coleção de documentos diplomáticos do visconde do Rio Branco, ofertados à instituição por seu filho, José Maria da Silva Paranhos.¹⁶⁴

Convém destacarmos a importância dada por Ramiz Galvão à aquisição de documentos. É possível perceber as razões dessa importância no ofício citado acima, quando ele buscava angariar recursos para a compra dos papéis da coleção dos marqueses de Castelo Melhor; os documentos, segundo ele, eram essenciais para se escrever a história das nações, especialmente de uma nação como o Brasil, cujos pontos de seu passado pareciam tão nebulosos aos seus olhos. A história do país, para ser construída, precisava de documentos que pudessem lançar luz sobre o passado brasileiro.

Em seu livro *História e historiadores*, Ângela de Castro Gomes destaca o interesse que os letreados de meados do século XIX e início do XX tinham pelos documentos. Embora a autora não se refira a Ramiz Galvão ou ao seu trabalho na Biblioteca Nacional, ela se detém na figura de Capistrano de Abreu, historiador que foi considerado o marco do pensamento histórico no Brasil. Segundo Gomes, Capistrano e seu grupo eram “eruditos”, isto é, não poderiam ser vistos como “profissionais da história”, uma vez que este campo não estava constituído como autônomo naquela época. Esses eruditos se interessavam e circulavam por um amplo espaço de conhecimento, que envolvia a etnologia, a geografia, a

literatura, o estudo de línguas indígenas, além de outros saberes, como a própria história.¹⁶⁵ Esses homens de letras, por sua vez, tinham um grande interesse que legitimava o seu saber: "o trabalho de pesquisa documental (criticar, reunir, consultar e copiar documentos). A pesquisa e a interpretação de fontes distinguia o trabalho desses eruditos."¹⁶⁶ A história não poderia prescindir da ida ao arquivo e da consulta e crítica às fontes documentais. Sem documentos não haveria, portanto, a possibilidade de escrita da história.

Outra estudiosa da historiografia brasileira oitocentista, Maria da Glória de Oliveira, também destacou o interesse de Capistrano de Abreu pela biblioteca e pelo arquivo, mostrando o quanto o trabalho diário com os documentos da Biblioteca Nacional converteu-o à pesquisa histórica.¹⁶⁷ Certamente, esse contato cotidiano com o acervo da biblioteca não envolveu apenas Capistrano, mas foi o que poderíamos chamar de um trabalho em equipe, pois englobava também os chefes de seções e o próprio Ramiz Galvão. Tratava-se de uma tarefa que abrangia não apenas a organização do acervo, mas que também foi responsável pela localização de obras cuja existência ainda não era conhecida pelo diretor e seus funcionários. Uma vez descobertos esses "tesouros", como dizia o próprio Ramiz Galvão, era necessário criar meios de divulgá-los. Sua publicação era uma forma de não apenas atrair o interesse do público em geral e de um público mais restrito (os homens de letras, tão ausentes da biblioteca, segundo o discurso de Galvão) para obras mais seletas, mas também de construir certa imagem da Biblioteca Nacional, atribuindo a ela um valor, mostrando que, como principal biblioteca do país, ela possuía documentos capazes de fazê-la caminhar em direção ao lugar ocupado pelas grandes instituições de saber espalhadas pela Europa. Também aqui desse lado do Atlântico seria possível encontrar documentos raros, iconografias primorosas e achados preciosos.

O primeiro veículo de divulgação desses "tesouros" foram os jornais da época, como o *Globo*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. A cada nova descoberta de uma imagem, manuscrito ou mesmo acerca da autoria de uma obra, Ramiz Galvão e seus ajudantes (especialmente Alfredo do Valle Cabral, oficial da biblioteca) enviavam notícias, acompanhadas sempre de um pequeno estudo, à redação de um desses periódicos. Logo em suas primeiras linhas, essas notas buscavam chamar a atenção dos leitores "estudiosos" não somente para as descobertas, mas também para o trabalho realizado dentro da Biblioteca Nacional, além de convidar o público a reconhecer o valor daquela instituição:

No espontâneo encargo que tomamos de fazer conhecer o público estudioso os livros concernentes ao Brasil, que guarda a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, damos notícia de mais um achado, por todos os títulos precioso. Convém que se vá conhecendo e dando o devido valor à primeira biblioteca instituída no Brasil

e que em riqueza está a par de suas irmãs do Velho Mundo. Na Europa, os livros preciosos que possuem os estabelecimentos literários são em geral conhecidos, não só por seus catálogos impressos, como pelas incessantes investigações de amadores e curiosos, que a todos os momentos invadem a biblioteca em busca do que há de mais raro sobre esta ou aquela matéria. Entre nós, porém, se dá o contrário: ninguém se importa de conhecer e ainda mesmo de ter notícia dos livros que nos dizem respeito, livros que, em falta de documentos autênticos, são a base principal de nossa história.¹⁶⁸

A comparação que aparece no texto entre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e suas congêneres europeias (comparação em que a instituição brasileira geralmente sai perdendo) é muito presente não só nas notícias publicadas, mas também nos ofícios, cartas e relatórios. Mas esse discurso tem algumas nuances. Certas vezes a Biblioteca Nacional é entendida como um projeto, que a levará a alcançar as grandes instituições de pesquisa do Velho Mundo. Em outros momentos, como aparece no trecho destacado acima, quando se trata da riqueza de seu acervo, a biblioteca brasileira é vista num patamar de igualdade em relação às europeias. No entanto, um elemento parece não levantar dúvidas de Ramiz Galvão ou de seus funcionários: o fato de não se ter por aqui o afã das pessoas em se debruçar sobre esses tesouros.

Apesar da entrada de novos manuscritos e imagens na biblioteca e da aquisição de muitas obras, as seções encarregadas de cuidar desse tipo de documento permaneciam vazias. A baixa frequência no setor de manuscritos era, como vimos, alvo de muitas lamentações de Ramiz Galvão, que via seus leitores serem atraídos pela “literatura amena” de sua época em detrimento de obras mais especializadas. Os relatórios dos chefes das seções de manuscritos e iconografia destacavam sempre o pequeno movimento dos setores e os poucos documentos consultados, o que se chocava com a maior frequência total registrada na biblioteca.¹⁶⁹ De modo geral, a visitação a essas seções de estudos mais “específicos” ficava a cargo do imperador e dos membros de sua família, além de ministros do Império e autoridades estrangeiras.¹⁷⁰

Diante desse quadro, surge uma pergunta: se a Seção de Manuscritos, bem como a de Iconografia, eram pouco frequentadas, se não havia o afã do público por seus materiais, se não existia interesse pela investigação, por que divulgar o acervo em jornais e, mais ainda, por que produzir outro veículo, específico para a publicação de documentos, como foram os *Anais da Biblioteca Nacional*? Com o objetivo de buscarmos uma resposta para essas questões, cremos que vale a pena nos determos um pouco nesse segundo veículo, os *Anais*, destacando o que era publicado em suas páginas e os principais objetivos dessa publicação.

O primeiro volume dos *Anais* foi impresso em 1876, ano em que saiu também o segundo número. Sua publicação era prevista já nos novos estatutos da biblioteca, que deixavam a cargo do bibliotecário a tarefa de levar a cabo este compromisso.¹⁷¹ Ao longo da administração de Ramiz Galvão, foram impressos nove volumes dos *Anais*, sendo o último deles, dividido em dois tomos, destinado ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Não nos interessa aqui destacar pormenorizadamente o conteúdo de cada um desses nove volumes. Tampouco será possível realizar aqui uma análise minuciosa de todos os artigos e documentos publicados ali, o que demandaria um trabalho específico sobre essas obras. No entanto, inicialmente, parece interessante observarmos o primeiro tomo dessa publicação. Isso se deve a dois motivos: primeiramente, porque muitos dos estudos publicados nesse primeiro volume serão discutidos ou completados nos posteriores. Em segundo lugar, porque no primeiro livro é possível perceber os principais objetivos dessa publicação, que já se iniciava formando um cânones das principais coleções de documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documentos que ainda hoje servem como referência quando falamos dessa instituição.

A análise desse volume nos fornece algumas chaves interpretativas para compreender a que vinha a publicação. O objetivo mais explícito pode ser encontrado nas “Advertências preliminares” do primeiro volume, onde Ramiz Galvão explica que os *Anais* eram destinados à divulgação das “riquezas literárias” da biblioteca, até então esquecidas e ignoradas pelos “próprios nacionais”. Na publicação, deviam ser inseridos inéditos preciosos, notícias de livros raros, estampas curiosas e também “trabalhos bibliográficos sobre os mais célebres escritores e amadores nacionais”.¹⁷² Logo no primeiro volume figuram notícias e artigos sobre alguns conjuntos de documentos que foram eleitos para representar o que havia de melhor nas estantes da biblioteca, como a coleção Diogo Barbosa Machado, as cartas do padre José de Anchieta, além da coleção Camonianiana e a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Todos esses documentos eram não apenas descritos e classificados, mas vinham também acompanhados de estudos feitos pelos funcionários da própria instituição.¹⁷³

No entanto, ao lermos os artigos dispersos ao longo desse e de outros volumes, podemos perceber que havia outros objetivos envolvidos, alguns mais e outros menos explícitos. Um deles é sinalizado por Alfredo do Valle Cabral no terceiro volume dos *Anais*, impresso em 1877. Este fascículo traz a publicação de um manuscrito de Luis D’Alincourt, militar português que presidiu numerosas comissões por regiões brasileiras ao longo do século XIX. Nesse documento, D’Alincourt oferece algumas informações acerca da província do Mato Grosso¹⁷⁴ e, na opinião de Alfredo do Valle Cabral, tratava-se de informações relevantes, escritas não por um

compilador de relatos, mas por uma testemunha ocular. Assim, de acordo com o funcionário da biblioteca, a publicação de um documento como este nos *Anais* tinha o intuito de

[...] concorrer com este subsídio para a nossa história geral, e ministrar assim informações minuciosas e dados pouco vulgarizados acerca desta província tão extensa, quanto importante por seus ricos dotes naturais ainda não convenientemente explorados. [...] Já é tempo de irmos ressuscitando as memórias da pátria da indigna obscuridade em que hão permanecido até agora sepultadas. É este um dos fins a que se propõe os Anais da Biblioteca Nacional.¹⁷⁵

Em um artigo publicado num dos jornais da época, Valle Cabral certa vez disse que a Biblioteca Nacional carecia de documentos autênticos, base para se escrever a história do país.¹⁷⁶ Ao se deparar com um documento como o citado acima, Cabral encontrava um desses "documentos autênticos" necessários para "revelar" a nossa história. Em primeiro lugar, o manuscrito descrevia um espaço pouco conhecido, mas já compreendido como parte dessa "comunidade imaginada" chamada Brasil. Em segundo lugar, tratava-se de um testemunho em primeira mão, cujo relato era tido como ainda mais legítimo, uma vez que D'Alincourt *viu* e escreveu aquilo que observou. Dentro de uma lógica em que o documento é percebido como condição de possibilidade para se conhecer o passado, é possível entender o interesse dos *Anais* em publicar obras como esta, que possibilitavam conhecer o país e seu passado histórico.

Esta relação entre documento e a tarefa de escrever sobre o passado brasileiro também pode ser percebida no artigo que José Alexandre Teixeira de Melo, chefe da Seção de Manuscritos, redigiu sobre a coleção de cartas do padre José de Anchieta, lá existente. Teixeira de Melo destaca que essa coleção poderia servir de grande valia aos estudiosos, uma vez que permitia perceber a solidão dessas terras, as peregrinações de seus habitantes e, o que era ainda mais importante, o trabalho de civilização e congregamento desenvolvido pelos jesuítas entre tribos indígenas "que continuamente se dilaceravam em contínuas guerras de extermínio".¹⁷⁷ Assim, a partir da voz de Anchieta, seria possível conhecer os povos que aqui viviam, sua natureza e o trabalho de catequese dos indígenas. As cartas de Anchieta seriam capazes, portanto, de nos transportar diretamente aos primeiros tempos do passado brasileiro.

Documentos como estes, relacionados ao Brasil, também lotavam as páginas do 4º e do 5º volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, reservados à publicação do catálogo dos manuscritos existentes na instituição. A própria maneira como os manuscritos foram classificados já nos parece sintomática, uma vez que figuram divididos em duas partes, os "códices relativos ao Brasil"

e os “códices estranhos ao Brasil”. Como era de se esperar, os textos relativos ao país abrem o catálogo, que começa pelos documentos que se referem ao Brasil como um todo, passando, em seguida, àqueles que tratam de suas partes, isto é, suas capitâncias ou províncias, e aos que têm relação com a questão dos limites territoriais. Nessa lista, não podiam faltar também obras de brasileiros, assim como cartas e autógrafos.

Documentos do passado, além de descobertos (ou talvez “encontrados”) no acervo, passavam a ser publicados, ficando disponíveis a todos aqueles que estivessem dispostos a escrever a história do país ou ainda de suas partes. Vale ressaltar, no entanto, que essa história, de acordo com o que era publicado nos *Anais*, deveria ser feita a partir de documentos manuscritos, cujo grau de veracidade poderia ser medido pelo investigador a partir da crítica histórica. De qualquer forma, tratava-se de uma história escrita por meio de documentos entendidos como capazes de fornecer um acesso direto a uma experiência passada. De acordo com Teixeira de Melo, a publicação de textos como esses nos *Anais* era uma forma de “prestar um serviço aos futuros historiadores de nossas coisas”.¹⁷⁸

No entanto, como vimos acima, a palavra historiador, da maneira como a entendemos hoje, parece não se aplicar totalmente àquele momento. Retomando as ideias de Ângela de Castro Gomes, não havia naquela época a história como campo autônomo, portanto era muito comum que os mesmos letrados que se interessavam em saber e escrever sobre o passado de seu país aparecessem também como escritores de romances, poesias ou ainda participassem de debates em torno de assuntos linguísticos. Todos esses interesses estavam, de certa forma, contemplados nos documentos e textos publicados nos *Anais*. Em seus fascículos, era possível ter acesso a manuscritos referentes a fatos, batalhas e personagens da história do Brasil (era o caso das cartas de Anchieta, que remetiam ao passado da colonização, mas também da notícia de um manuscrito existente na Biblioteca Nacional sobre a guerra dos holandeses no Brasil ou ainda de um estudo sobre o inconfidente Cláudio Manuel da Costa),¹⁷⁹ mas permitiam também conhecer a geografia, a natureza e a população de certas regiões do país (como o já citado sobre Mato Grosso) e ainda possibilitavam o acesso a estudos sobre a língua tupi e mesmo a obras escritas nesse idioma. É importante esclarecer que, já no primeiro volume dos *Anais*, foi publicada uma notícia do trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional por Vale Cabral, que reunia tudo o que se referia à língua tupi existente nas *Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira. No segundo volume do periódico, foi publicado um estudo sobre palavras tupis e guaranis vulgarmente conhecidas. O objetivo parecia simples, mas era curioso: mostrar como esses vocábulos deveriam ser escritos e dar-lhes a sua verdadeira etimologia. Por fim, o sexto e o sétimo volumes

da publicação foram totalmente dedicados a um "precioso manuscrito em língua guarani" composto no século XVIII e destinado à conversão dos gentios: a *Primeira catequese dos índios selvagens*, do padre Montoya, traduzido pelo especialista Batista Caetano Almeida Nogueira.

Em um momento em que os campos da história e da literatura entrecruzavam-se, podemos imaginar que a publicação de documentos e estudos nos *Anais da Biblioteca Nacional* poderia ajudar não apenas aos "historiadores de nossas coisas", mas servia também como fonte de estudo e inspiração para criações literárias. O próprio Almeida Nogueira, tradutor de Montoya, diz pretender com seu trabalho prestar um serviço à literatura, "evitando que nos seus romances o índio apareça com falar de outro mundo, inverossímeis e não naturais".¹⁸⁰ Mesmo entre os literatos, o estudo das línguas indígenas tornava-se matéria obrigatória. Segundo Ivana Stolze Lima, "os escritores elegeram a língua tupi para representar a nacionalidade da literatura e enxertavam nos poemas e romances palavras em tupi, algumas até recriadas pelos escritores".¹⁸¹ Se a língua indígena era, como dizia Alencar, a chave de entrada para formar uma imagem poética do selvagem, entender as particularidades de sua vida e de seu pensamento, podemos imaginar que o trabalho de Ramiz Galvão e sua equipe com a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* pudesse ter como objetivo, além de mostrar as grandezas e tesouros da instituição, ajudar na constituição de uma história e de uma literatura brasileiras, definindo os documentos necessários seja para escrever sobre o passado nacional, seja para compor aquilo que representaria a nacionalidade de nossa literatura.

Até aqui, vimos que os *Anais da Biblioteca Nacional* poderiam servir a diversos fins. Ele formou um cânone das grandes coleções existentes na Biblioteca Nacional, assim como se tornou um veículo de divulgação de seus tesouros, mas serviu também para a publicação de documentos que serviam tanto para elucidar pontos acerca do passado nacional, quanto de instrumento para se compor cenários e personagens em obras de literatura. Um desses personagens era, como destacamos, o indígena, tão presente seja nos discursos dos membros do IHGB, seja nas obras românticas. No entanto, cremos que podemos encontrar ainda uma terceira função envolvendo os Anais: promover, dentro e fora do país, a própria Biblioteca Nacional, dando legitimidade ao trabalho por ela realizado e construindo sua imagem como espaço de saber e investigação e como uma instituição que buscava ajudar o Brasil a acompanhar o movimento científico, literário e histórico das nações mais adiantadas.

Em 1877, Ramiz Galvão redigiu um ofício endereçado à Secretaria de Estado e Negócios do Império. Nele, o bibliotecário contava que acabara de ver a publicação dos trabalhos da Assembleia Legislativa, onde constatou que seriam reduzidas as despesas e o número de funcionários da Biblioteca Nacional. Diante disso, Galvão diz que se sentiu obrigado a escrever um documento

relatando tudo o que foi feito pela instituição durante a sua gestão. Entre as melhorias e as vitórias citadas, lá estão os *Anais da Biblioteca Nacional*. É justamente essa publicação que dará um dos argumentos finais utilizados por Ramiz para que seja mantida a verba da biblioteca. Ele copia o trecho de uma carta que lhe havida sido enviada por Ferdinand Denis, diretor da biblioteca de Santa Genoveva, e uma notícia escrita pelo literato português Luciano Cordeiro no jornal *Comércio Português*, ambas elogiando não apenas o funcionamento da Biblioteca Nacional, mas especialmente exaltando a publicação dos *Anais*. Ramiz é categórico em afirmar que cessando as aquisições de livros e documentos, interrompendo a elaboração de catálogos e cancelando a publicação dos *Anais* “deixaríamos de acompanhar o movimento científico, literário e artístico dos países mais adiantados”.¹⁸²

Os *Anais*, por sua vez, constituíam uma porta de entrada e reconhecimento do Brasil entre os países que se tinham como modelo. A cada novo volume impresso, exemplares eram enviados a diversas instituições como a Biblioteca de Santa Genoveva, a Biblioteca de Paris, ou ainda algumas congêneres norte-americanas, como a State Library e a Astor Library, ambas de Nova Iorque, a State Library, de Boston, a Biblioteca da Filadélfia e a Biblioteca do Congresso norte-americano. Os bibliotecários dessas instituições costumavam enviar mensagens muito elogiosas e que eram com frequência anexadas por Ramiz aos relatórios que entregava ao Ministério do Império. Ferdinand Denis, por exemplo, exaltou os *Anais* como um “verdadeiro monumento, de uma necessidade incontestável e cuja utilidade se perceberá com os anos”. Na esteira do reconhecimento externo, vinha também o reconhecimento interno. Periódicos da época, como o *Jornal do Commercio*, o *Globo*, *Diário do Rio*, *Apóstolo*, *Gazeta de Notícias* e *Reforma* não só noticiaram como também louvaram a nova publicação. O *Diário do Rio*, em matéria de 25 de novembro, afirmava que a Biblioteca Nacional “foi antes uma aposentadoria honrosa para alguns sábios escritores, que a idade levava a repousar, do que um estabelecimento útil e proveitoso para os literatos brasileiros”. Com a publicação dos *Anais* e a gestão de Ramiz Galvão, dizia o jornal, esse quadro começava a mudar e a instituição enchia-se de vitalidade.¹⁸³

Todos esses elogios e reconhecimentos constituíam uma imagem da biblioteca dentro e fora do país, imagem esta que, como vimos, Galvão tinha interesse em fomentar. Esse interesse também pode ser percebido em um artigo assinado por Alfredo do Valle Cabral publicado no primeiro volume dos *Anais*. Esse texto expressa um projeto então em curso na Biblioteca Nacional: constituir uma galeria dos bibliotecários que presidiram a instituição desde 1822 até 1870. Esse artigo em si traz algumas informações sobre os diretores da instituição, mas destaca que o intuito principal era que fosse feita uma história “do mais rico repositório de preciosidades bibliográficas, históricas e artísticas da América do Sul”.¹⁸⁴ Pouco sabemos sobre os desdobramentos desse projeto, mas um de seus frutos foi

a biografia que Ramiz Galvão escreveu sobre frei Camilo de Monserrate. Mas e sobre Ramiz, quem escreveria? De acordo com Valle Cabral, o então diretor da BN não entraria no quadro de bibliotecários a serem estudados, mas “a história dirá mais tarde o que fazemos”.¹⁸⁷ Embora, nessa concepção, fosse necessária certa distância para visualizar o que se construiu sob a direção de Ramiz Galvão, ele e os outros funcionários da instituição (incluindo o próprio Ramiz) trabalhavam para legitimar aquele espaço pelo menos entre os homens de sua época, seja através de seus relatórios, seja através dos *Anais* ou ainda, como veremos, a partir da Exposição de História do Brasil e da publicação de seu catálogo monumental.

Antes de terminarmos esse tópico e passarmos à análise da exposição de 1881, gostaríamos de voltar àquelas questões levantadas anteriormente e que foram resumidas na pergunta: por que este esforço em divulgar o acervo mais específico da Biblioteca Nacional em veículos como jornais e os próprios *Anais*, se seções como a de iconografia e a de manuscritos permaneciam com suas salas vazias? Cremos que uma resposta possível pode ser encontrada na maneira como, naquela época, o Brasil era entendido no chamado “concerto das nações”, isto é, a partir do lugar que o Brasil, país recém-independente, ocupava frente às nações “já consolidadas”. Esse lugar era sempre percebido no horizonte da promessa, isto é, da jovem nação que, espelhando-se na velha Europa, realizar-se-ia num futuro. Ao mesmo tempo que este discurso compreendia a história da nação brasileira segundo a lógica do progresso, ele fornecia um papel e uma função à Biblioteca Nacional, conferindo legitimidade ao trabalho de organização, classificação e divulgação dos documentos realizados dentro daquela instituição, trabalho este que será promovido nas páginas de seus *Anais*. A imagem que esses veículos parecem construir corrobora a ideia de que, enquanto o Brasil caminhava como nação, a BN trabalhava, paralelamente, na formação de um público estudo e frequentador de bibliotecas, na divulgação dos documentos para se escrever a história do passado do país e contribuiria para os futuros estudos nacionais.

Ressurgir o passado: a Exposição de 1881 e seu catálogo

Em 1900, já distante da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão foi chamado a participar da organização das festividades do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil. Como membro do IHGB, ficou sob a sua responsabilidade, e também de outros integrantes do instituto, pensar como seriam realizadas as comemorações, decidir sobre a confecção de selos e moedas comemorativas, bem como de arcos monumentais. O objetivo era realizar uma grande festa, em que o personagem central fosse a própria pátria. Essa festa, segundo Ramiz, seria capaz de despertar o fervor patriótico da juventude, lembrar a ela as glórias do passado, “a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e, por último, os fundamentos assentados para o edifício

robusto e altaneiro do futuro".¹⁸⁸ Comemorar o descobrimento do Brasil era celebrar a origem da nossa nacionalidade, origem esta que produziu como resultado um povo civilizado, em lugar das "tribos selvagens" que percorriam os campos e as florestas virgens desta parte da América.¹⁸⁹

Quase vinte anos antes das comemorações do 4º Centenário, as atenções de Ramiz Galvão eram destinadas a outro "projeto patriótico", desta vez desenvolvido dentro da Biblioteca Nacional: a Exposição de História do Brasil. Em ofício enviado ao então ministro do Império, o barão Homem de Mello, o diretor da BN justificava a necessidade de uma exposição sobre a história pátria afirmando, em primeiro lugar, que a partir dela seria possível reunir uma massa de publicações sobre a história do país, o que possibilitaria, portanto, que novos documentos do passado fossem revelados. Em segundo lugar, seria uma oportunidade para a organização de um importante catálogo, um marco para o conhecimento da história do Brasil. Mas os benefícios trazidos pelo projeto não terminavam aí: a exposição seria capaz de despertar não apenas o que Galvão chamava de "amor pelos papéis", mas também o amor pela pátria.¹⁹⁰ Conhecendo o passado, seríamos capazes de amar nosso país e "caminhar desassombradamente em direção ao futuro".¹⁹¹

Apesar da distância temporal entre os dois eventos, parece-nos que existem alguns elementos comuns entre eles, como o desejo de celebrar a pátria, a ideia de que conhecer o território e a história brasileira seria essencial na construção de um sentimento patriótico e a crença num futuro promissor, capaz de ser vislumbrado a partir do conhecimento do passado. Foram esses pressupostos que, de alguma forma, nortearam aquele que seria um dos principais momentos de Ramiz Galvão à frente da Biblioteca Nacional. Os primeiros documentos do bibliotecário em que encontramos a ideia de montar uma exposição e um catálogo de tudo que concernia à história do Brasil datam de julho de 1880. No mês anterior foi realizada a chamada Exposição Camoniana, evento em que foram exibidos ao público diversos exemplares de *Os Lusíadas*, além de traduções e outras obras escritas por Luís de Camões em uma homenagem no aniversário de 300 anos de sua morte. O sucesso desse evento que, de acordo com Galvão, contou com a visita de doze mil pessoas em apenas seis dias, contribuiu e entusiasmou o diretor e os funcionários da Biblioteca Nacional para a realização de uma exposição sobre a história do país. De acordo com Capistrano de Abreu, que também trabalhou nos preparativos da mostra,

Em 1880, [a Biblioteca Nacional] fez uma exposição Camoneana, daí a ideia da de História do Brasil. O Barão Homem de Mello, então ministro, tipo acabado de *bourgeois gentilhomme*, diz que a ideia foi sua; não duvido; juro-lhe, porém, que ele não

fazia ideia do que poderia ser uma exposição de história e geografia e devia ter ficado espantado de sua obra.¹⁹²

Os trabalhos para a exposição foram intensos e só os preparativos duraram mais de um ano.¹⁹³ Não faltavam ideias para tornar aquele um acontecimento inesquecível entre os homens de letras da Corte, episódio que consolidaria ainda mais a posição que a Biblioteca Nacional e o próprio Ramiz Galvão iam assumindo no ambiente letrado de sua época. A cada novo ofício enviado ao ministro do Império, Ramiz acrescentava uma nova sugestão para a exposição. De acordo com um documento datado de 4 de novembro de 1880, o bibliotecário idealizava fazer um grande evento, no qual se realizasse também, além da própria exposição, um congresso nacional de história e geografia do Brasil. As apresentações que, segundo as intenções de Ramiz, dariam maior científicidade à solenidade contariam com a presença de alguns membros da sociedade letrada da época, como Francisco Ramos Paz, José Saldanha da Gama, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Franklin Távora, José Maria da Silva Paranhos, Ladislau Netto, barão Homem de Mello, além de representantes do Mosteiro de São Bento, do Gabinete Português de Leitura e do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. A Biblioteca Nacional também participaria, sendo representada por José Alexandre Teixeira de Mello. O congresso, ao que parece, nunca aconteceu, mas os arquivos da Seção de Manuscritos ainda guardam um caderno em que constam os nomes de todos os expositores lembrados para a ocasião.¹⁹⁴

Para a realização da exposição, o bibliotecário solicitou documentos de valor histórico a particulares, instituições e aos governos das províncias. Como ressaltaram Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, a concepção de "documento" era bastante ampla e para a exposição eram aceitos não só livros, manuscritos, cartas geográficas e autógrafos, mas também medalhas, moedas, estampas, fotografias, quadros a óleo, desenhos e esculturas.¹⁹⁵ Ainda aos governos provinciais, foi solicitado que mandassem informações sobre as circunstâncias topográficas e históricas de seus municípios. Embora muitas províncias tenham ignorado os apelos de Galvão por notícias, outras, no entanto, empenharam-se em responder às solicitações da Biblioteca Nacional. Foi o caso, por exemplo, da Câmara Municipal da cidade de Santa Cruz do Corumbá, no Mato Grosso, que chegou a nomear uma comissão para preparar um relatório em que constassem todas as características históricas e geográficas do município, como o seu relevo, ilhas, serras, rios e lagos, condições de salubridade, características minerais, tipos de madeira, frutas, animais, população, agricultura, indústria fabril, curiosidades naturais, além dos fatos históricos mais notáveis dos quais a região foi palco. No caso de Santa Cruz de Corumbá, a comissão não deixou de lembrar o ano de 1801, em que o Forte de Coimbra, principal monumento da região, sofreu

um duro ataque espanhol. Este mesmo lugar, segundo o documento, foi palco de mais um embate, desta vez ocorrido no ano de 1864, época em que o Brasil lutava contra a República do Paraguai.

Outros municípios também enviaram as informações pedidas, como São João da Barra, Maricá, Valença, Niterói, Resende, Bananal, Cajuru, São José dos Campos, Santos e Ubatuba. O presidente da Câmara Municipal dessa última cidade, Manuel Pereira de Assunção, aproveitou o pedido de Ramiz Galvão não apenas para mandar informações sobre a localidade, mas também para mostrar que compartilhava do mesmo sentimento que movia o bibliotecário:

Se tomei sobre mim tão árdua tarefa [a de descrever o município de Ubatuba] [...] [é porque] sobeja-me a boa vontade de ser útil ao país a que me ufano pertencer, e oxalá possa meu modesto e inepto esboço produzir coadjuvação aos que hajam de tratar da geografia e história do Brasil.¹⁹⁶

Apesar da ausência de resposta por parte de alguns municípios, grande foi a quantidade de documentos e informações recolhidas. Alguns deles, mesmo não constando na exposição propriamente dita, puderam figurar no catálogo, publicado a tempo da inauguração do evento, marcada para 2 de dezembro de 1881, dia do aniversário de d. Pedro II. No dia 25 de novembro, Ramiz Galvão ocupou-se em enviar os convites chamando para a inauguração da exposição, que aconteceria no próprio edifício da Biblioteca Nacional. De acordo com a imprensa da época, que cobriu o primeiro dia do evento, o número de presentes não era grande. Por outro lado, era composto de um público criteriosamente selecionado entre os mais distintos nomes do mundo das letras. Assim, se dermos crédito a esses periódicos, a exposição foi feita para ser vista por um público seletivo, composto pelos pares de Ramiz Galvão:

Não era grande o número de convidados; mas, em compensação, nele via-se o que há entre nós de distinto no mundo das letras. Os mais notáveis escritores, amadores de obras raras e da boa literatura, colecionadores de numismática, representantes das principais instituições públicas e particulares, da imprensa, de tudo, enfim, quanto se acha a frente desse movimento generoso que ora se nota no país, cheio das mais nobres aspirações.¹⁹⁷

A chuva que caía na cidade no dia da inauguração não atrapalhou o evento. Logo na entrada da exposição, o público era recepcionado por uma banda de música, que dava as boas vindas aos que chegavam. O mau tempo também não estragou a decoração do edifício, ornado com palmeiras, arbustos e bandeiras de diversas nações. Às 11 horas em ponto chegaram à Biblioteca Nacional o imperador e sua esposa, que adentraram o ambiente acompanhados

pelos ministros do Império, da Justiça, da Guerra, do Estrangeiro e da Marinha, além, é claro, dos principais responsáveis pela organização do evento, o próprio Ramiz Galvão e seus ajudantes.¹⁹⁸ Os jornais da época eram categóricos ao afirmar que o que se via ali era a mais importante exposição inaugurada na Corte, especialmente pelo empenho dos funcionários da instituição em reunir uma grande quantidade de documentos da história do Brasil.

A impressão de quem visita a exposição é a das mais agradáveis. Especialmente no tocante aos subsídios para a história do Brasil, há ali verdadeiras revelações mesmo para os mais lidos e sabidos. Todo o pessoal da Biblioteca Nacional, tendo a sua frente o esclarecido chefe Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, realizou prodígios de trabalho para levar a efeito a exposição que acabara de ser inaugurada, e especialmente para elaborar o respectivo volumoso catálogo. Não temos, pois, palavras que bastem para louvar e recomendar à gratidão do país a esses dignos funcionários.¹⁹⁹

De acordo com Félix Ferreira, que escreveu alguns artigos sobre o evento para o jornal *O Cruzeiro*, logo no salão de entrada o visitante da Exposição de História do Brasil se deparava com três esculturas: de d. Pedro I, d. Pedro II e d. João VI. Junto às estátuas, havia ainda dois canhões tomados dos holandeses, um em 1631, e outro em 1635, além de outro, fundido na Bahia em 1775. Próximos ao primeiro degrau da escadaria que levava a outras salas estavam dois pedaços de pedra argilosa. Emprestados pelo IHGB à exposição, esses objetos eram, de acordo com Ferreira, restos dos padrões assentados na costa do Brasil pelos primeiros exploradores.²⁰⁰

No vestíbulo começava a exibição de quadros e estampas. Ali estavam dispostas 240 gravuras, litografias, fotografias e quadros a óleo. O visitante poderia visualizar imagens da sagrada de d. Pedro II (por Renato Moreaux), do juramento da princesa Isabel (na pintura feita por Vitor Meireles), além de retratos de alguns "grandes" vultos, como o marquês do Lavradio, o conde de Bobadela e o conde de Linhares. Havia ainda algumas gravuras que lembravam o caráter missionário da colonização como aquela em que se via o padre Antônio Vieira catequizando um grupo de indígenas.

Em seguida, passava-se à sala D. Pedro II, onde era possível vislumbrar diversos bustos de letados e homens ilustres como Gonçalves Dias, Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos, o visconde do Rio Branco e os irmãos Andrada. Nessa sala, a família real portuguesa e a família imperial brasileira também estavam representadas por uma imagem de d. Amélia, mulher do primeiro imperador do Brasil, por uma notícia da coroação de d. Pedro II e por uma série de retratos de reis portugueses provenientes da Coleção Barbosa Machado.

A sala seguinte, denominada Ayres de Casal em homenagem ao autor da *Corographia Brasílica*, tido como o fundador da geografia no Brasil, era, segundo Ferreira, uma das mais ricas da exposição. O espaço, que ocupava toda a extensão do grande corpo do edifício, abrigava fotografias, cartas geográficas, hidrográficas e topográficas. Na primeira vitrine, encerravam-se coleções de moedas, medalhas, barrinhas de ouro e outros subsídios numismáticos relacionados ao Brasil. Além desses objetos materiais, o visitante ainda poderia observar alguns documentos escritos, como a Carta de Pero Vaz de Caminha, cartas do rei d. João V, os autos da Inconfidência, as conferências da Academia dos Esquecidos, cartas jesuíticas e a *História da Província de Santa Cruz*, de Pero Magalhães Gândavo. Nessa sala, figurava ainda, além de obras do próprio Ayres de Casal, o busto do antigo diretor da Biblioteca Nacional, frei Camilo de Monserrate.²⁰¹

Saindo desta seção, o visitante entrava na Sala Varnhagen, onde encontraria, dispostos na parte central, alguns dos periódicos mais importantes da Biblioteca Nacional. De acordo com o *Jornal do Commercio*, esta sala era dedicada a documentos relacionados à história eclesiástica, parlamentar, diplomática, além de jornais e gravuras da cidade. Ali estavam ainda alguns retratos como o de Catarina Paraguaçu, mulher de Diogo Álvares Correia, o "Caramuru", além de uma imagem de Nóbrega e seus companheiros salvando um catecúmeno das mãos dos gentios.²⁰²

Em seguida, o visitante deveria dirigir-se ao andar superior do edifício. As paredes da escada que levava ao segundo pavimento foram cobertas de litografias, gravuras e retratos de brasileiros ilustres. No topo da escada, erguia-se o busto de Thomaz Gomes dos Santos, ex-diretor da Academia de Belas Artes. À esquerda, situava-se mais uma sala da exposição, nomeada Silva Lisboa em homenagem "a quem o Brasil deve o primeiro passo para a sua emancipação, a Abertura dos Portos".²⁰³ Tratava-se da seção em que se reuniam obras relativas à história econômica do país, entre elas o livro *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil. No entanto, em suas paredes o observador poderia contemplar também alguns retratos de religiosos franciscanos que contribuíram para a oratória sacra no país.

A Sala Veloso, assim chamada em homenagem ao botânico José Mariano da Conceição Veloso, era a quinta e última sala da exposição. Esse ambiente se destacava pelas paisagens que adornavam suas paredes, entre as quais duas representações da passagem de Humaitá, a de Vitor Meireles e a de Eduardo de Martino. Na sala havia ainda outras pinturas alusivas à Guerra do Paraguai, como uma representação do general Osório e uma imagem dos chamados "voluntários da pátria". Nesse ambiente achavam-se reunidas também obras de naturalistas e viajantes como Saint-Hilaire, Glaziou, Alexandre Rodrigues

Ferreira e Carl von Martius, além de documentos classificados como “assuntos indígenas”.

A descrição da organização do evento feita acima, a partir do olhar de Félix Ferreira, nos permite conhecer a forma como Ramiz Galvão e seus funcionários dispuseram os materiais disponíveis sobre a história do Brasil. Mas nos possibilita ir além e buscar compreender não só algumas de suas escolhas, como a concepção de história presente ali. Como dissemos, nem todos os materiais recolhidos foram expostos ao público. Aqueles que figuraram na exposição representavam, de certa forma, grupos de documentos significativos para os estudos históricos nacionais.

Um primeiro elemento que se destaca em meio à descrição feita por Félix Ferreira é a forma como os materiais foram organizados pelas salas da exposição. Essa disposição foi, inclusive, passível da crítica do jornalista de *O Cruzeiro*, que a caracterizou como “confusa, sem ordem, sem método, e até diremos, sem plano assentado”.²⁰⁴ Embora as salas tenham sido organizadas segundo certa lógica temática, os objetos nem sempre obedeciam ao assunto que se esperava ver representado naquele espaço. Como afirma Ferreira, “a galeria de retratos está disseminada por todas as salas, os quadros históricos dispersos, os bustos nem sempre presidem a seção bibliográfica que representam”.²⁰⁵ Além disso, documentos de séculos diferentes podiam ser encontrados lado a lado: um impresso junto a um manuscrito, uma litografia junto a uma pintura, constituindo um ambiente talvez mais próximo a um gabinete de colecionadores do que de uma exposição de história. O jornalista observador do evento atribuiu esses percalços à falta de tempo e de espaço que teriam impedido Ramiz Galvão e seus funcionários de organizar e dispor melhor de seus materiais. No entanto, cremos que, ao invés de ser percebida como um problema, essa organização talvez demonstre um pouco a relação que se esperava que o visitante pudesse ter com o passado do país, ou, talvez, com os documentos que estavam sendo expostos ali como elementos que forneciam um acesso direto àquele passado.

Creamos que vale a pena retomar a frase acima, em que Capistrano de Abreu faz um comentário sobre a exposição. Segundo ele, é muito possível que a ideia do evento tenha partido do ministro Homem de Mello, mas é interessante considerar que o resultado final tenha causado espanto ao próprio idealizador. Ramiz Galvão buscava com a exposição e com o seu catálogo favorecer futuras investigações acerca da história do Brasil. Como vimos, era essa também uma das finalidades dos *Anais da Biblioteca Nacional*. No entanto, parece-nos que o bibliotecário queria ainda que o visitante da exposição desenvolvesse uma relação afetosa com esse passado, relação esta muito próxima àquela que os antiquários mantinham com seus materiais. De acordo com Manoel Salgado, quando o conhecimento histórico tornou-se, de fato,

uma ciência da história, o historiador tornou o passado distante, pois essa distância era necessária para a reflexão científica e o pleno conhecimento de seu objeto.²⁰⁶ No entanto, o passado nem sempre foi concebido a partir desse afastamento, tampouco essa forma de se relacionar com a história atendia aos interesses de Ramiz Galvão, que afirmava claramente o objetivo de fazer “res-surgir” o passado por meio da exposição. Seu interesse com a exposição parece não ser construir uma linha de causalidade histórica para o passado, mas antes transformá-lo em “presença materializada”,²⁰⁷ ou, à maneira dos antiquários, impregnar as salas da Biblioteca Nacional com um determinado passado, que poderia ser visto e sentido naqueles documentos, concebidos como a própria história exposta aos olhos dos homens do presente. Em seu artigo sobre o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Eliana Dutra também chamou a atenção para as relações que podem ser tecidas entre a Exposição e a prática do antiquariado, na “qual o documento colecionado é igualmente prova e expressão direta do fato a ser estabelecido segundo parâmetros do método da crítica erudita de fontes, base da moderna ciência da história”.²⁰⁸ Assim, os materiais presentes na Exposição de História do Brasil não deixavam dúvidas de que as pessoas e os eventos lembrados ali existiram e que não só precisavam ser cultuados como o passado da pátria, mas também poderiam trazer ensinamentos ao espectador:

Os reis de Portugal que durante três séculos senhorearam estas terras virgens, os governadores que presidiram o destino desta sociedade nascente [...], os caridosos missionários que a evangelizaram a custa de muita e com sacrifício da própria vida, os heróis sempre memoráveis da independência, tendo à frente o impetuoso, mas benemérito príncipe D. Pedro [...], todos eles, senhor, com suas obras e seus feitos aí estão projetando sobre nós uma radiosa luz, que é ensino vivificador.²⁰⁹

Para Ramiz Galvão, o passado servia para despertar o fervor patriótico, estimular o amor pela pátria e, portanto, conseguir o mais importante: fazer com que o país seguisse no caminho do progresso. Para isso, ele não mediou esforços para a realização da Exposição de 1881. De acordo com o historiador François Hartog, com o advento do moderno regime de historicidade, a concepção de que era possível aprender com o passado perdeu em parte sua força, enquanto se fortalecia a ideia de que o passado é algo terminado e que, portanto, se os homens poderiam tirar alguma lição da história, ela deveria vir do futuro. No caso de Ramiz, é interessante perceber como era possível casar as noções de *história magistra vitae* e de história como progresso, pois, para ele, o progresso não pressupunha um rompimento com o passado. Ao contrário, incorporava fatos e personagens de outrora, responsáveis pelo caminhar da nação.

A história é mestra da vida, disse o grande romano, um povo sem história é uma sombra que passa, não um marco que fica; é multidão confusa que acidentes dirigem e outros acidentes desfazem, não é falange compacta e invencível que afronta [...]; é uma dúvida, não é um fato sociológico; é um esboço vago, não é uma tela imortal.²¹⁰

Assim, a exposição lembrava ao espectador os homens e eventos do passado dignos de lembrança, uma vez que ajudaram a construir a história do Brasil, mesmo quando este país ainda não era autônomo em relação a Portugal. Curioso é perceber quem são esses personagens representados na exposição. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que figuram entre eles alguns portugueses, inclusive reis lusos, que de Portugal governavam a sua colônia na América. Voltamos aqui à questão levantada, em artigo já comentado por Manoel Salgado Guimarães, que destacou como a tradição portuguesa fora incorporada pelo IHGB ao passado brasileiro. Com Ramiz Galvão não foi diferente (o que pode ser explicado pelo fato de ele mesmo ser membro do Instituto Histórico). O passado colonizador não aparece como algo a ser superado, mas antes incorporado como parte de nossa história. É parte importante, cabe observar, pois a presença portuguesa na América aparece como um elemento civilizador, especialmente pela presença dos missionários religiosos, cujo trabalho de catequese era lembrado em todas as salas, em quadros, gravuras e documentos. Se o Brasil pode ser percebido como portador da civilização nos trópicos, isso se deve à presença lusa nessas terras e à conversão pelos religiosos dos “povos selvagens” que aqui habitavam.²¹¹

Em segundo lugar, convém destacar que no passado construído e exposto nas salas da Biblioteca Nacional figuravam personagens muito específicos. Logo na entrada o visitante se deparava com representações dos imperadores do Brasil, além de d. João VI. Ao longo das salas, eram trazidos à lembrança retratos da família imperial, membros da nobreza e administração portuguesa na América, religiosos notáveis, além de letrados, alguns dos quais dando nome às seções da exposição. Nas salas da biblioteca, não figuravam o “povo” ou as “multidões”, personagens que aparecem em diversos trabalhos de historiadores europeus oitocentistas como protagonistas da História Nacional.²¹² Tampouco a questão escravista foi mencionada em algum momento. Na verdade, o que aparecia representado na exposição era antes a história do Estado, da monarquia e de um seletivo grupo de homens ilustres e eruditos. Eram essas as pessoas dignas de lembrança. Como lembra Armelle Enders, tratava-se mais uma vez de uma concepção de história muito próxima àquela produzida pelo IHGB, interessada em cultuar a monarquia e um pequeno conjunto de “homens ilustres”. Em outras palavras, uma história em que a nação é concebida não como “povo”, como será pensada mais tarde, mas a partir de um viés aristocrático.

Assim, como se pode perceber até o momento, quem visitava a Exposição de História do Brasil podia notar que o evento buscava por seus visitantes em

contato com um determinado passado, registrado nos documentos expostos. A partir desses documentos, era possível perceber que pessoas ilustres contribuíram para o engrandecimento da nação. Seus atos e feitos serviam de exemplo aos homens daquele presente, que deveriam se empenhar para que o país continuasse seu caminho em direção ao progresso. Mas os documentos mostravam ainda mais. Os jornais, as fotografias, as pinturas e as cartas geográficas eram também provas dos progressos do país nessas artes e matérias; e, sobretudo no caso dos mapas, relatos de viajantes e cartas geográficas, hidrográficas e topográficas, apresentavam também ao visitante lugares distantes do país, riquezas naturais, além de espaços que serviram de cenário para alguns eventos de nosso passado. Segundo Maria Inês Turazzi, a Exposição de História do Brasil deve ser entendida no contexto das exposições agrícolas, industriais e artísticas promovidas entre 1840 e 1889 pelo Império do Brasil. De acordo com a autora, essas exposições (e aí pode ser incluído o evento realizado pela Biblioteca Nacional) construíam uma crença inabalável na “abundante riqueza” da nação e em seu “futuro grandioso e promissor”. Ela ainda possibilitava o autoconhecimento dos brasileiros e o conhecimento de seu território, além de aproximar o Brasil dos ideais de civilização e progresso.²¹³ A partir dos documentos expostos, era possível conhecer o país, os personagens que lhe deram contornos, sua geografia, suas riquezas naturais, sua história.

A Exposição de História do Brasil, no entanto, foi efêmera. No dia 5 de janeiro de 1882, Ramiz escreveu um ofício ao conselheiro Souza Dantas informando-o de que os trabalhos haviam sido concluídos “com aplauso geral do país” e que os objetos expostos seriam aos poucos restituídos aos seus donos. Depois de um mês, o evento chegou ao fim.²¹⁴ No entanto, em julho deste mesmo ano, Ramiz ainda colhia os louros de seu trabalho, recebendo uma medalha de ouro na Exposição Continental, realizada em Buenos Aires. O motivo da condecoração não foi exatamente a sua atuação na Biblioteca Nacional, nem o evento sobre a história do Brasil, mas aquele que seria tomado como seu principal fruto: o catálogo da exposição. A homenagem recebida na capital argentina despertou a ira de alguns concorrentes, que asseguravam que a obra não era mais do que um inventário de livros, estampas e mapas, na qual se viam algumas poucas notas sobre livros antigos. As bibliografias de Barros Arana, Navarro Viola e Zinny, diziam, eram-lhe muito superiores.²¹⁵

Essa, no entanto, parece não ser a opinião do historiador José Honório Rodrigues. Segundo ele, a obra desenvolvida por Ramiz Galvão e seus funcionários supera até mesmo grandes catálogos, como a *Biblioteca Lusitana*, do abade Diogo Barbosa Machado, e o *Dicionário de Inocêncio*:

O catálogo da presente exposição não é pura e simplesmente um indicador de livros, painéis, estampas ou medalhas. Tanto quanto no-lo permitiram o espaço e o tempo,

vai nele um esboço da bibliografia brasileira, considerada a história em sua maior amplitude, e não esquecidos os documentos subsidiários que a podem esclarecer.²¹⁶

Para José Honório Rodrigues, mais do que a exposição, o catálogo era a grande obra e, de acordo com Capistrano de Abreu, o principal objetivo de Ramiz Galvão. Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo também destacaram a importância do catálogo produzido naquela ocasião, lembrando que, embora vários diretores da Biblioteca Nacional tenham se empenhado em realizar um levantamento do acervo da instituição, foi somente na gestão de Ramiz Galvão que se organizou uma obra de tal magnitude. Afinal, foi também durante a sua administração que a Biblioteca Nacional passou a ter uma maior preocupação com a questão da memória nacional e com o resgate do passado.²¹⁷ Segundo as autoras, a obra era, de fato, um verdadeiro monumento, pois naquela época nenhum país tinha um catálogo tão grandioso quanto aquele produzido por Ramiz Galvão e seus auxiliares. Eliana Dutra, em seu artigo “A Tela Imortal”, também fez uma análise do *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil* buscando entender essa iniciativa editorial, assim como a própria Exposição, associada ao trabalho institucional de reformulação e modernização da Biblioteca Nacional.

Ramiz Galvão afirmou em um ofício que os preparativos para o evento davam a ele a grande oportunidade de organizar um catálogo completo, um tesouro de informações sobre nossa história e nosso território, e que serviria de ponto de partida para “investigações ulteriores”.²¹⁸ Como vimos, a ideia de publicar documentos que servissem para compreender e escrever a história do Brasil era algo já presente nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Com as pesquisas realizadas para a exposição, seria possível desenvolver uma publicação mais completa, pautada na ideia de exaustão, pois visava a reunir tudo o que concernia à nossa história. Além disso, o catálogo não era efêmero, como a exposição. Teria o caráter de permanecer para além dela e concretizar o que seria a principal função da Biblioteca Nacional (função esta que, como vimos, era reafirmada o tempo todo por seu diretor): servir aos estudiosos e ser concebida como um lugar de pesquisa e investigação.

O catálogo traz um levantamento de quase vinte mil documentos e foi dividido em duas seções, uma denominada literária, subdividida em “preliminares” e “história do Brasil”, e outra chamada de artística. Para auxiliar os interessados, Ramiz Galvão tornou a subdividir cada uma dessas seções em classes específicas. Assim, no item “preliminares”, o leitor se depara com documentos separados em três classes: a primeira relativa a obras de geografia do Brasil, a segunda com obras de estatística e a terceira com publicações periódicas. Se a primeira parte da seção literária trazia referências de obras relativas a nossa geografia, províncias, recursos naturais e populacionais, a segunda parte, denominada “história

do Brasil", trazia um longo repertório de documentos que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos de "históricos". É curioso perceber que o bibliotecário teve o cuidado de dividi-los por espaço (destacando aqueles que traziam notícias do Brasil e aqueles específicos sobre a história de cada província), mas também pelo tempo. Assim, o leitor poderia ter acesso a documentos específicos dos anos de 1500 a 1548, de 1549 a 1639, e assim por diante. Em seguida, o catálogo dividia os documentos por categorias: história administrativa, história eclesiástica, história constitucional, história diplomática, história militar, história natural, história literária e das artes, econômica e biográfica. Havia ainda uma última classe, denominada numismática, na qual era possível ter acesso a indicações de medalhas e moedas dos tempos da Colônia e Império. Por fim, a última seção, denominada artística, era também dividida em seis classes: vistas e paisagens; história; tipos, usos e trajes; genealogia e heráldica; retratos, estátuas e bustos; e história natural.

Ainda quanto ao catálogo, gostaríamos de levantar duas questões que julgamos relevantes para entender esta obra e para retomar alguns elementos já tratados anteriormente. A primeira diz respeito a certa independência que o catálogo mantém em relação à exposição. Se esta, como vimos, buscava falar aos sentidos e ao sentimento do espectador, o catálogo, por sua vez, talvez correspondesse à ordenação mais metódica pretendida por Félix Ferreira. Nele, os documentos encontram-se ordenados pelo espaço, tempo e categoria ao qual se referiam. Nesse ponto, o catálogo parece ligar-se mais aos Anais, na medida em que tinha como objetivo servir aos estudiosos, fornecendo documentos a partir dos quais seria possível desvelar a nossa história e indicando onde poderiam ser encontrados. Assim, se os Anais publicavam notícias de documentos da Biblioteca Nacional, revelando, como vimos, as riquezas da instituição, o catálogo era ainda mais amplo, revelando documentos de outros arquivos e mesmo de particulares.

Chegamos, assim, ao segundo ponto que nos parece relevante e que se refere à constituição de um patrimônio documental por meio do catálogo da exposição e também por meio dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Durante a gestão de Ramiz Galvão, o interesse pela procura, divulgação e publicação de documentos que lançassem luz sobre a história do Brasil acabou por estimular não só a publicação dos Anais, mas também a ideia de se fazer a exposição e o catálogo de tudo que houvesse no país e que servisse para compor a sua história. Se a escrita da história precisava de documentos para se realizar, esses deveriam ser levantados, localizados, descritos, expostos e organizados em um catálogo. Os estudiosos deveriam saber não só de sua existência, mas também onde poderiam encontrá-los. Se os documentos estivessem fora do país, era indispensável, então, que fossem comprados, afinal, eram necessários para que os brasileiros conhecessem a sua história, ou melhor, representavam essa própria história em sua materialidade. Como disse Ramiz Galvão, era "tempo

de correr em busca do que dorme esquecido nos arquivos estrangeiros, e que forçoso é reunir no seio da pátria". Tendo este como um de seus objetivos, o diretor da BN percorreu diversos países europeus, comprando documentos e tecendo relações com livreiros que o avisavam de leilões e vendas de acervos privados. Mas era necessário também descobrir o que existia aqui mesmo no Brasil. Começou pela própria Biblioteca Nacional, e o que descobria publicava nos *Anais*. Em seguida, tendo como objetivo a exposição, passou a solicitar informações de documentos existentes em diversos órgãos e províncias. Aos poucos, levantou o que fora possível sobre os documentos que existiam no país, publicando-os num volumoso catálogo.

Considerações Finais

Ao analisarmos a atuação de Ramiz Galvão como diretor da Biblioteca Nacional, não ficam dúvidas acerca da importância da instituição na trajetória desse intelectual. Se em 1870, quando assumiu o cargo de bibliotecário, ele ainda era apenas um jovem promissor, em 1882 despediu-se desse lugar, consagrado. Sua atuação como diretor da Biblioteca Nacional, sem dúvida, foi relevante não apenas para a sua biografia, mas também para a própria história da instituição.

O projeto implementado por Ramiz Galvão na instituição possibilitou um duplo movimento. Por um lado, a Biblioteca Nacional, ao se reformular, buscar um novo público e estimular a publicação e difusão das "suas riquezas", ganhou notoriedade além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, publicações como os *Anais* e o catálogo foram de grande serventia na medida em que circulavam por ampla rede de bibliotecários, editores e livreiros nacionais e estrangeiros. Essas produções se dirigiam a diversos países, o que conferia reconhecimento ao trabalho do diretor à instituição. Convém lembrar que periódicos da época como o *Jornal do Commercio*, *Globo*, *Didrío do Rio*, *Gazeta de Notícias e Reforma*, não só noticiavam aqueles projetos editoriais, mas também louvavam a "nova" Biblioteca Nacional como um "estabelecimento útil e proveitoso para os literatos brasileiros", reforçando a imagem de renovação da instituição sob a direção de Galvão.

A Biblioteca Nacional passava a ser vista pela opinião pública como um espaço a serviço dos estudos nacionais. Esses estudos, por sua vez, centravam-se na tarefa de definir o que era o Brasil, conhecer a sua história, o seu território, a sua população, os seus documentos. Para isso, era necessário estimular a produção de descrições, relatórios e exposições, além da coleta de documentos autênticos, que pudessem dar a conhecer o país. Como vimos, são essas as preocupações que norteiam a construção de veículos como os *Anais da Biblioteca Nacional* e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Eles podem ser compreendidos como empreendimentos editoriais que, ao mesmo tempo em que conferiam visibilidade à Biblioteca Nacional, serviam como estímulo

aos intelectuais em seu trabalho de escrever e entender o país. E também exemplificavam bem o papel de mediador e difusor de seu diretor, que soube inseri-la no circuito letrado de sua época. Não só buscando trazer os letreados para dentro daquele espaço, como também levando a biblioteca para as estantes desses intelectuais.

Notas

1. Ramiz Galvão foi também professor da Escola de Medicina, redator da *Gazeta de Notícias*, diretor do *Almanaque Garnier*, inspetor geral da Instrução Pública e até diretor de um asilo. É interessante observar que ele vivenciou e atuou tanto no período monárquico quanto no período republicano. José Murilo de Carvalho destaca em seu livro *D. Pedro II* que com o advento da República ele foi um dos primeiros a aderir ao novo regime, embora fosse muito próximo do imperador e de toda a família imperial.
2. Os trabalhos e biografias de Ramiz Galvão serão analisados mais adiante, na primeira seção desse trabalho.
3. CARTA a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 69.
4. CORREIA, Viriato. *Discurso de posse na ABL, 1938*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6890&sid=302>>. Acesso em: 5 maio 2009.
5. PEDROSA, Inês. *Fazes-me falta*. Lisboa: Dom Quixote, 2002. p. 95.
6. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 185.
7. Cf. BOURDIEU. Op. cit., p. 183; CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, n. 21, p. 48, 1998; GONTIJO, Rebeca. A vida póstuma de um historiador nacional: Capistrano de Abreu, memória e biografia. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. *Anais...* Londrina: Guerra e Paz, 2005.
8. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
9. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-119.
10. CORREIA, Viriato. Op. cit.
11. Ibidem.
12. Ibidem.
13. Ibidem.
14. HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000. p. 42-43.

15. NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13-44. (O Brasil republicano, v. 1).
16. MAURICÉA FILHO, Alfredo. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938: ensaio biográfico e crítico*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1972.
17. Ibidem, p. 6.
18. CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O imperial colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 62-64. De acordo com o levantamento feito por Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, entre 1843 e 1869, 53,6% dos alunos formados no Colégio Pedro II ocuparam algum posto na política do governo imperial (como, por exemplo, presidente de província, ministro, senador, militar, conselheiro de Estado, juiz, promotor, vereador, chefe de polícia etc.), enquanto 40,3% vincularam-se a profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, escritores) e 6,1% atuaram no mundo da economia, provavelmente administrando os negócios da própria família (caso dos filhos de comerciantes e proprietários rurais).
19. Ibidem, p. 57. Segundo Cunha Júnior, a aceitação de alunos pobres pela instituição "não era fruto de uma atitude benevolente ou filantrópica do governo, mas uma exigência feita por deputados quando da conversão do Seminário São Joaquim em Colégio Pedro II".
20. GALVÃO, Ramiz. Gratas reminiscências. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-61, 1925.
21. Ibidem, p. 6-8.
22. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19-].
23. GALVÃO, Ramiz. O imperador e a instrução pública. *Revista do IHGB*, v. 98, p. 370, 1925.
24. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
25. GALVÃO, Ramiz. Gratas reminiscências. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-61, 1925.
26. MAURICÉA FILHO, Alfredo. Op. cit., p. 34.
27. CARTA a João Lúcio de Azevedo, 12 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 67-68. Sobre Antônio Maria Correia de Sá e Benvides, ver BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, v. 1, 1970. p. 256-59.
28. BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique. *Dicionário das famílias brasileiras*. [S.l.: s.n.], [19-]. p. 1988-89.
29. BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 4, p. 39; v. 5, p. 176 e 398.

30. CARTA a João Lúcio de Azevedo, 16 de julho de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 67.
31. CARTA de Mário de Alencar para Capistrano de Abreu, 6 de outubro de 1899. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 3, p. 173.
32. CARTA a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 70.
33. Ibidem.
34. Ibidem, p. 69.
35. Ibidem, p. 71.
36. VALADÃO, Alfredo. Palavras do ministro Alfredo Valadão. *Revista do IHGB*, v. 191, p. 295, 1946.
37. REVISTA DO IHGB. v. 171, p. 311, 1936.
38. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
39. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Fundo coleção Salvador de Mendonça*. Acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.
40. REVISTA DO IHGB. v. 171, p. 310, 1936. Em algumas cartas pessoais de Ramiz Galvão é possível notar que, mesmo após a sua saída, ele continuava acompanhando de perto o funcionamento da Biblioteca. Em carta endereçada ao diretor da Biblioteca Nacional e datada de 26 de junho de 1893, ano em que teve de sair do Rio de Janeiro por conta do envolvimento de seu cunhado (o contra-almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama) na Revolta da Armada, ele ofereceu parte de seus livros à Biblioteca Nacional. Nessa carta, ele afirma ainda: "Desculpe meu digno amigo a exiguidade da oferenda; mas o que vale é a intenção. Nesta situação dolorosíssima da minha vida, tenho de apartar-me de amigos velhos, não quis deixar de significar a Biblioteca Nacional, que a tinha sempre no coração. Ela que foi quase filha dilecta por espaço de 12 anos, não há de levar a mal a herança por ser pequena". (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ms. 48, 01, 001 nº 009). Em outra missiva, de 20 de dezembro de 1892, Ramiz manda ao diretor o catálogo da livraria J. F. de Sousa, que seria leiloada em Lisboa em janeiro do ano seguinte. Segundo o ex-bibliotecário, poderia haver ali alguma coisa interessante a ser adquirida para a instituição. Para não causar desentendimentos com o diretor da Biblioteca, ele esclarece: "Por minha parte tomei a liberdade de apontar com lápis azul alguns números para os quais chamo a sua ilustrada atenção. Mas isto não passa de uma simples invasão de seara alheia. Perdoe o vício e queira crer-me." (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ms. 48, 01, 001, no 010).
41. CORREIA, Viriato. Op. cit.
42. Ibidem.
43. SODRÉ, Alcindo. O aio dos príncipes. *Revista do IHGB*, v. 191, p. 301-02, 1946.

44. Ibidem, p. 302.
45. Cabe lembrar que, em 1920, Epitácio Pessoa autorizou o repatriamento dos restos mortais dos ex-imperadores do Brasil e suspendeu o decreto de banimento para a Família Imperial. O discurso proferido por Ramiz Galvão na cerimônia de homenagem ao Conde D'Eu encontra-se em REVISTA DO IHGB, t. 90, v. 144, p. 657-666, 1921.
46. DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 24-25.
47. HANSEN, Patrícia Santos. Op. cit., p. 25
48. REVISTA DO IHGB. t. 90, v. 144, p. 661, 1921.
49. MAURICÉA FILHO, Alfredo. Op. cit., p. 49.
50. TUBINO, Nina. *Sinopse biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: [s.n.], 1994.
51. MAURICÉA FILHO, Alfredo. Op. cit., p. 35.
52. Ibidem, p. 83.
53. Ibidem, p. 14-15.
54. Ibidem, p. 22.
55. Nesse episódio, o embaixador inglês, William Dougall Christie, exigiu do governo brasileiro, além de pedido formal de desculpas, uma indenização pelo saque do navio inglês *Prince of Wales*, encalhado próximo à costa do Rio Grande do Sul, e pela prisão de marinheiros ingleses, por vagarem bêbados e promovendo arruaças pelas ruas do Rio de Janeiro. Para resolver a contenda que estremeceu as relações entre Brasil e Inglaterra, o rei da Bélgica, Leopoldo II, foi convidado para intermediar o conflito, dando parecer favorável ao Brasil.
56. MAURICÉA FILHO, Alfredo. Op. cit., p. 13.
57. Ibidem, p. 84.
58. Segundo Mauricéa Filho, Edson Nery da Fonseca foi bibliotecário da Câmara dos Deputados. Também foi discípulo de Gilberto Freyre e autor de diversos livros como *Gilberto Freyre de A a Z*, *Poemas de Manoel Bandeira com motivos religiosos e Alumbreamentos e perplexidades*.
59. CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. p. 99.
60. Ibidem, p. 12.
61. Ibidem, p. 19.
62. Ibidem, p. 22.
63. Ibidem, p. 20.
64. Ibidem, p. 22.
65. MAURICÉA FILHO, Alfredo. Op. cit., p. 104.
66. Sobre o *Almanaque Garnier*, ver DUTRA, Eliana. Op. cit.

67. DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 27.
68. CORREIA, Viriato. Op. cit.
69. CARTA a João Lúcio de Azevedo, 25 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 72.
70. GALVÃO, Ramiz. *Discurso do Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão proferido perante os empregados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a 24 de julho de 1882 ao deixar o cargo de bibliotecário*. Acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.
71. Ibidem.
72. CARVALHO, Gilberto Vilar de. Op. cit., p. 73.
73. Ibidem.
74. ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 21 de novembro de 1870.
75. ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 30 de março de 1871. O documento refere-se ao prédio situado no Largo da Lapa.
76. GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate: estudo biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 83-138, 1887.
77. MONSERRATE, Camilo de. *Requerimento solicitando a mercê do lugar de diretor da Biblioteca imperial da cidade do Rio de Janeiro*. [S.l.], [185-]. Acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.
78. Frei Camilo de Monserrate ocupou a segunda cadeira de geografia e história do Colégio Pedro II entre 1850 e 1855.
79. Frei Antonio de Arrábida nasceu em Portugal em 1771 e foi nomeado diretor da Biblioteca Imperial em 1822, tendo permanecido no cargo até 1831. Além de ter sido preceptor dos príncipes d. Pedro e d. Miguel, exerceu o cargo de reitor do Colégio Pedro II de 1838 a 1839. Foi substituído por Francisco Vieira Goulart. Formado em Coimbra, Goulart é caracterizado por Lúcia Maria Bastos Neves como um intelectual ilustrado que contou com as benesses da Coroa portuguesa para ocupar lugares de destaque. Assim, exerceu a atividade de naturalista na Capitania de São Paulo, foi diretor do Laboratório Químico do Rio de Janeiro, sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* e diretor da Biblioteca Imperial até a sua morte em 1839. Naquele momento, assumiu a instituição Januário da Cunha Barbosa, conhecido também por ser um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entre a sua administração e a de frei Camilo, a Biblioteca Nacional esteve sob os cuidados de José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, doutor em medicina nascido na Bahia. (Sobre Francisco Vieira Goulart, ver NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais. In: *Usos do passado - XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, 2006; as informações a respeito dos demais diretores foram retiradas de ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897).

80. ALENCAR, José de. *Discurso proferido na sessão de 1871 da Câmara de Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1871. p. 55.
81. SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 282.
82. ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 30 de março de 1871.
83. Ibidem.
84. CARVALHO, Gilberto Vilar de. Op. cit., p. 73
85. ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 7 de maio de 1872.
86. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. CARTAS de Luiz Felipe Saldanha da Gama ao Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão descrevendo sua estada em Lisboa, 1872.
87. Ibidem.
88. GALVÃO, Ramiz. Bibliothecas Públicas de Europa: relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 44.
89. Ibidem, p. 7-9.
90. ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário (1868-71)*. Ofício de 30 de março de 1871. Em 1871, trabalhavam na BN, além de Ramiz Galvão, dois oficiais, dois praticantes e um guarda.
91. Ibidem, p. 23.
92. GALVÃO, Ramiz. Relatório dos trabalhos realizados na Biblioteca Nacional no ano de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 24.
93. ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do bibliotecário da Biblioteca Nacional (1868-1872)*. Ofício de 5 de abril de 1872.
94. Segundo César Augusto Castro, este concurso seguiu os modelos da École de Chartes de Paris, escola francesa de formação de bibliotecários que, à época, exercia grande influência no Brasil (CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia no Brasil: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000. p.50.).
95. GALVÃO, Ramiz. *Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte, no anno de 1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1879.
96. Ibidem.

97. GALVÃO, Ramiz. Relatório dos trabalhos realizados na Biblioteca Nacional no ano de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4^a sessão da 15^a Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*. 1875, anexo D, p. 20.
98. Ibidem, p. 7.
99. Ibidem, p. 12-16.
100. GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo Biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1887. p. 108.
101. ARQUIVO NACIONAL. *Ofício do Bibliotecário da Biblioteca Nacional* (1877-1879).
102. Ibidem.
103. GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo Biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1887. p. 112.
104. Quando Frei Camilo assumiu a instituição, a Biblioteca Pública situava-se ainda no Hospital do Carmo. Ibidem, p. 112-13.
105. Ibidem, p. 129.
106. CARVALHO, Gilberto Vilar de. Op. cit., p. 48.
107. BARMAN, Roderick J. A formação dos grupos dirigentes políticos do Segundo Reinado. *Revista do IHGB, Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Comissão de história política e administrativa*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 62, 1984.
108. CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 306-8.
109. ALENCAR, José de. Op. cit., p. 43.
110. GRINBERG, Keila. João Alfredo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 398-99.
111. ARAGAO, Pedro Moniz de. João Alfredo e a remodelação do RJ. *Revista do IHGB*, n. 190, p. 45-57, 1946.
112. GRINBERG, Keila. Op. cit.
113. BRASIL. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléia Geral na 1^a Sessão da 13^a legislatura pelo ministro José Joaquim Fernandes Torres*. Publicado em 1868. p. 30.
114. BRASIL. Ministério do Império. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2^a Sessão da 14^a Legislatura pelo ministro Paulino José Soares de Souza*. Publicado em 1870. p. 28.
115. BRASIL. Ministério do Império. *Relatório do ano de 1863 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3^a Sessão da 11^a Legislatura pelo ministro Marquês de Olinda*. Publicado em 1864. p. 14.

116. BRASIL. Ministério do Império. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura pelo ministro Paulino José Soares de Souza*. Publicado em 1870. p. 94.
117. BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 15ª Legislatura pelo ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Em aditamento ao de 8 de maio de 1872*. Publicado em 1873. p. 21.
118. Ibidem.
119. João Alfredo permaneceu no Ministério do Império até 25 de julho de 1875.
120. BIBLIOTECA NACIONAL(Brasil). *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 15 de agosto de 1877. Acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.
121. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 80.
122. BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
123. MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 e MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
124. Sobre a presença de livreiros estrangeiros no Brasil, ver HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.
125. BESSONE, Tânia. Op. cit., p. 27.
126. Ibidem, p. 83.
127. Ibidem, p. 97-98.
128. Ramiz Galvão foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional em dezembro de 1870.
129. Este mesmo relatório informa que nos anos anteriores, desde 1857, a média de leitores da Biblioteca Nacional era 2427, e de obras consultadas, 3846.
130. GALVÃO, Ramiz. *Bibliothecas Públicas de Europa: relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874*. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1875, anexo D, p. 43.
131. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Ofícios (1871-1875). Relatório referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1872.
132. KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 103-104, apud SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). Op. cit.
133. SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). Op. cit., p. 290.

134. Ibidem, p. 291.
135. Utilizamos aqui o sistema de classificação das obras adotado por Ramiz Galvão em seus relatórios.
136. BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório circunstanciado dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional no ano próximo passado de 1875 e no primeiro semestre de 1876*. Mss.
137. BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatórios escritos por João Saldanha da Gama e Menezes Brum referentes aos anos de 1876 a 1880 apresentados ao diretor da Biblioteca Nacional*. Mss
138. GALVÃO, Ramiz. Bibliotecas Públicas de Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 1875*, anexo D, p. 81.
139. Das 672 obras, 543 foram oferecidas pelo bibliotecário.
140. BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de Registro da Correspondência semi-oficial*. Ofício de 28 de outubro de 1875. Mss.
141. GALVÃO, Ramiz. *Relatório referente ao ano de 1875 e primeiro semestre de 1876*. Mss. p. 12 e 15.
142. DISCURSO de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*, p. 1, 3 dez. 1881.
143. Sobre as alterações no nome da instituição, ver CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional: 1807-1990*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. p. 31.
144. Em um artigo publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo analisaram o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* e mostraram como a Biblioteca Nacional assumiu essa função de guardião da memória nacional (AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-34, 2000).
145. LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 458-9.
146. JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 11.
147. Ibidem, p. 14-5.
148. POMIAN, Krystof. Coleção. In: *Encyclopédia Einaudi*, v. 1.: memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 79.
149. Ibidem, p. 81.
150. BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 507-54.
151. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

152. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
153. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
154. Sobre esta questão, ver JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988; ORLANDI, Eni Puccineli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993; RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil: 1830-1870*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Deste mesmo autor, ver também *Nação e Cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
155. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit.
156. Ibidem, p. 8.
157. Ibidem, p. 9.
158. Ibidem, p. 10.
159. ENDERS, Armelle. O "Plutarco brasileiro" a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.
160. GALVÃO, Ramiz. Introdução. In: *Livro do centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
161. ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário (1873-76)*. Ofício de 7 de fevereiro de 1874.
162. ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897. p. 10.
163. ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do bibliotecário (1877-79)*.
164. ALMEIDA, Pires de. Op. cit., p. 10. Convém lembrar que uma importante aquisição para a Biblioteca Nacional foi feita ainda em 1873, quando foi comprada a biblioteca de Manoel Ferreira Lagos, composta de 3.475 volumes, 231 manuscritos e cerca de 2 mil folhetos publicados no Brasil e em países estrangeiros. Faziam parte desta coleção as *Memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira*.
165. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 75.
166. Ibidem, p. 100.
167. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 216-39.
168. CABRAL, Alfredo do Valle. Investigações. *O Globo*, 1 mar. 1873.
169. O relatório referente ao 3º trimestre de 1879 destaca, por exemplo, que naquele período apenas dois manuscritos foram consultados: o *Vocabulário português-botocudo*.

de Guido Marliere, e a *Flora paraensis*, de Antonio Correa de Lacerda. (BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatórios escritos por João Saldanha da Gama e Menezes Brum referentes aos anos de 1876 a 1880 apresentados ao diretor da Biblioteca Nacional*).

170. Em 1872, por exemplo, a biblioteca foi visitada pelo ministro da Bolívia, que, de acordo com o relato que Ramiz Galvão enviou ao conselheiro João Alfredo, ficou bastante interessado em consultar manuscritos sobre os limites territoriais que separavam o seu país do Império do Brasil. O interesse por materiais deste tipo levantou certas suspeitas de Galvão, que pediu ao conselheiro instruções de como proceder, enquanto fornecia "documentos de pouca importância e alheios à referida questão" à autoridade boliviana (BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 12 de abril de 1872. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.). No ano anterior, a biblioteca já tinha sido visitada por uma personalidade latinoamericana, Bartolomeu Mitre, que aproveitou a passagem pela instituição para consultar e copiar alguns manuscritos. Chegou, inclusive, a obter autorização do ministro João Alfredo para retirá-los da biblioteca, apesar das queixas de Ramiz Galvão, que alertava para os perigos da saída de documentos. É interessante perceber que, mesmo sob ordens superiores, Ramiz diz só ter aceitado mostrar os documentos ao então ex-presidente argentino após se certificar que "aqueles papéis não trariam complicações futuras para o país" (BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofícios (1871-75)*. Ofício de 13 de dezembro de 1871. MSS.).

171. BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência expedida*. Ofício de 1º de agosto de 1876. MSS.

172. GALVÃO, Ramiz. Advertência preliminar. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro v. 1, p. VII, 1876.

173. O que abre o primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* é a famosa Coleção Diogo Barbosa Machado, que recebeu um importante estudo feito por Ramiz Galvão (sobre esta questão, ver CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história: a história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007). Outros nomes ligados à Biblioteca Nacional também tiveram seus artigos publicados nesse primeiro volume. Foi o caso de Saldanha da Gama, que assinou o estudo sobre a Coleção Camoneana; Zeferino de Menezes Brum, que escreveu sobre o nigelo existente no acervo da BN, além de assinar o artigo "Iconografia"; e Teixeira de Melo, autor de artigos sobre as cartas do Padre Ancheta e de um estudo sobre Cláudio Manuel da Costa. O nome de Alfredo do Valle Cabral é, no entanto, o mais presente em todo o volume. Ele foi responsável pelo estudo sobre a coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, por um artigo acerca do projeto de formar uma galeria dos bibliotecários da casa, pelo necrológio de Inocêncio Francisco da Silva e por mais dois estudos, um intitulado "Bibliografia brasílica" e outro sobre um manuscrito da biblioteca.

174. Trata-se do manuscrito intitulado *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso*.

175. CABRAL, Alfredo do Valle. Resultado dos Trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 69-70, 1877.

176. CABRAL, Alfredo do Valle. Investigações. *O Globo*, 1 mar. 1873.

177. MELO, José Alexandre Teixeira de. Pe. José de Anchieta. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p.44, 1876.
178. _____. Silvestre Pinheiro Ferreira. Memórias e cartas biográficas. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 247, 1876.
179. Mesmo a Coleção Diogo Barbosa Machado e todo o trabalho desenvolvido pelo colecionador português em sua obra *Biblioteca lusitana* foi lido pelos funcionários da Biblioteca Nacional sob a ótica da história do Brasil. Barbosa Machado será louvado por Vale Cabral como o primeiro a se ocupar de escrever as biografias de brasileiros. Só isto, segundo o oficial, já faz o Brasil dever muito ao "sábio abade de Sever". (CABRAL, Alfredo do Valle. Biblioteca Nacional. *Didrio do Rio de Janeiro*, 9 maio 1874).
180. BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, 1879.
181. Sobre o interesse dos letrados da segunda metade do século XIX pelas línguas indígenas, ver o artigo de Ivana Stolze Lima no livro *O Brasil imperial*. (LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no Império do Brasil. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil imperial*: vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 491).
182. BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 15 de agosto de 1877.
183. BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa e Passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 15 de junho de 1878.
184. BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório referente ao 1º semestre do ano de 1878*. Ms
185. ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do bibliotecário (1877-79). Relatório dos fatos ocorridos na Biblioteca Nacional no segundo semestre de 1876*.
186. VALLE, Alfredo do. Galeria dos bibliotecários. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 160, 1876.
187. Idem.
188. GALVÃO, Ramiz. Introdução. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
189. Ibidem, p. 99.
190. ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário (1880-1881)*. Ofício de 5 de julho de 1880.
191. DISCURSO de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*, p. 1, 3 dez. 1881.
192. Carta a João Lúcio de Azevedo, 18 de setembro de 1917. In: RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-56. v. 2, p. 70.
193. De acordo com Capistrano de Abreu, dois funcionários da biblioteca foram indispensáveis na execução do trabalho: Meneses Brum, da seção de Estampas, e Alfredo do Valle Cabral, dos Manuscritos. Em meio aos preparativos da Exposição, Ramiz fora chamado a ocupar a cadeira de Botânica na Escola de Medicina, deixando praticamente nas mãos de Vale Cabral a tarefa de terminar o evento. (Idem).

194. BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição de História do Brasil. Nome dos expositores.* Mss.
195. AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-34, 2000; GALVÃO, Ramiz. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1880.
196. BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofício ao bibliotecário da Biblioteca Nacional enviando a descrição dos municípios da província de São Paulo.* Mss.
197. *O Cruzeiro*. 3 dez. 1881.
198. Idem.
199. *Gazeta de Notícias*, p. 1, 3 dez. 1881.
200. FERREIRA, Felix. *A Exposição de História do Brasil: notas bibliográficas*. Rio de Janeiro: s/n, 1882. p. IX e X. Os artigos de Felix Ferreira foram as principais fontes utilizadas por nós nos parágrafos em que descrevemos a organização da exposição.
201. Ibidem, p. 12-42.
202. Ibidem, p. 43-59.
203. Ibidem, p. 60-67.
204. Ibidem, p. 100.
205. Idem.
206. GUIMARÃES, Manoel Salgado. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves (Org.). *A história representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 88.
207. Idem.
208. DUTRA, Eliana de Freitas. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. XXVII, p. 170, 2005.
209. DISCURSO de Ramiz Galvão proferido na abertura da Exposição de História do Brasil. *Jornal do Commercio*, p. 1, 3 dez. 1881.
210. Ibidem.
211. O sentimento de admiração que Ramiz Galvão nutria por Portugal pode ser percebido em outros trabalhos posteriores à Exposição de História do Brasil. Para a comemoração do centenário do descobrimento, Ramiz elaborou uma Galeria de História Brasileira, isto é, um álbum com reproduções de telas e gravuras que representavam grandes personagens e fatos da história brasileira. Constam nessa galeria nomes como o de Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, marquês de Pombal, além de várias imagens de reis portugueses. Em um discurso datado de 1905, Ramiz mais uma vez expressaria o apreço que sentia pelos portugueses e pelo trabalho que empreenderam na América, destacando que de Portugal o Brasil recebeu a sua crença, a sua língua e a civilização. (Ver: GALVÃO, Ramiz. *Galeria de história brasileira (1500-1900)*. Rio de Janeiro: H.

Garnier, s/d; _____. *Discurso que proferiu em honra da oficialidade canhoneira portuguesa pátria na sessão solene de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1905).

212. É o caso, por exemplo, de Michelet, que faz do povo o grande protagonista de sua história.

213. TURAZZI, Maria Inês. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. STEPHAN, Beatriz Gonzales; ANDERMANN, Jens (Org.). *Galerias del progreso: museos, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006. p. 118.

214. ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do bibliotecário (1882-1883)*. Ofício de 5 de janeiro de 1882.

215. *Gazeta de Notícias*, p. 2, 23 jul. 1882.

216. RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Brasília: Senado Federal, 2000. 3 v.

217. DUTRA, Eliana de Freitas. Op. cit.

218. KURY, Lorelai; AMADEO, Maria Eliza. Op. cit. p. 325.

219. GALVÃO, Ramiz. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1880.

220. BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência ativa e passiva de Ramiz Galvão*. Ofício de 2 de julho de 1880. Ms.

Fontes

Biblioteca Nacional

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 1876-1882.

_____. *Apontamentos didírios*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Ata do concurso para preenchimento de uma vaga de oficial da Biblioteca Nacional*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Avisos (1870-75)*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Avisos (1875-96)*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Avisos (1876-80)*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Avisos (1881-84)*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Avisos do Império*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Carta de Ramiz Galvão dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional, Francisco Mendes da Rocha, oferecendo parte de seus livros*. Coleção Biblioteca Nacional. Ms.

_____. *Coleção Ramiz Galvão (1872-1925)*.

- _____. *Contas (1869-91)*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Correspondência dirigida a Benjamin Franklin Ramiz Galvão*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Correspondência dirigida ao diretor da Biblioteca Nacional*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Correspondência expedida*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Estatísticas de leitura de 1876*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Exposição de história do Brasil. Nome dos expositores*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Livros de registro de entrada de obras por contribuição legal*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Livro de registro de entrada e consulta de Manuscritos*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Ofícios (1871-1875)*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Plano geral da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s/d.
- _____. *Relação de obras enviadas a Biblioteca Nacional pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Relatório da seção de Impressos e Cartas Geográficas*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Livro de registro de entrada de obras por aquisição*. Coleção Biblioteca Nacional. MSS.
- _____. *Coleção Salvador de Mendonça*. MSS.
- FERREIRA, Felix. *A Exposição de História do Brasil: notas bibliográficas*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1882.
- GALVÃO, Ramiz. (Org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 v.
- _____. *Ofício dirigido ao ministro do Império, barão Homem de Mello, expondo o plano de uma exposição de História do Brasil, com as instruções para a remessa de documentos históricos e o plano geral da exposição*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 19 ago. 1880.
- _____. *Relatório sobre os trabalhos executados na Biblioteca Nacional da Corte*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- _____. Vida de Frei Camilo. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1884/85.
- JORNAL DO COMMERCIO. Edição de 2 dez. 1881.
- _____. Edição de 3 dez. 1881.
- _____. Edição de 25 jul. 1822.
- GAZETA DE NOTICIA. Edição de 3 dez. 1881.

- _____. Edição de 17 maio 1882.
 _____. Edição de 28 maio 1882.
 _____. Edição de 23 jul. 1882.
 _____. Edição de 25 jul. 1882.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- FLEIUS, Max. Ramiz Galvão. *Revista do IHGB*, v. 171, p. 313-317, 1936.
 GALVÃO, Ramiz. O imperador e a Instrução Pública. *Revista do IHGB*, v. 98, p. 363-370, 1925.
 _____. Gratas reminiscências. *Revista do IHGB*, t. 98, v. 152, p. 859-861, 1925.
 _____. Introdução. In: *Livro do centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
 _____. *Galeria de história brasileira: 1500-1900*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d.
 _____. *Discurso que proferiu em honra da oficialidade canhoneira portuguesa pátria na sessão solene de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1905.
 RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-1956.
 SOARES, José Carlos Macedo. Centenário de Ramiz Galvão. *Revista do IHGB*, v. 191, p. 294-302, 1946.
 VALADÃO, Alfredo. Necrológios... *Revista do IHGB*, v. 173, p. 838-892, 1938.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do bibliotecário da Biblioteca Nacional*. 1868-1882. 5 v.
 _____. *Emendas, decretos e portarias do Colégio Pedro II*. 1838-1872.
 _____. *Ofícios do reitor*. 1867-1870.
 _____. *Correspondência da Sociedade Amante da Instrução*.

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

- NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II – NUDOM. *Livro de matrícula do ano de 1858*.
 DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio Pedro II*. 1837-1937. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

Documentos disponíveis na internet

1) Site da Academia Brasileira de Letras

CORREIA, Viriato. *Discurso de posse na ABL, 1938*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=6890&sid=302>>. Acesso em: 5 maio 2009.

GALVÃO, Ramiz. *Discurso de posse na ABL, 1928*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8458&sid=301>>. Acesso em: 5 maio 2009.

2) Em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio> estão disponíveis os relatórios do Ministério do Império produzidos entre 1821 e 1888. Foram consultados os seguintes documentos:

BRASIL. Ministério do Império. Ministro Paulino José Soares de Souza. *Relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1870.

_____. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1871.

_____. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1871 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 14ª Legislatura*. Publicado em 1872.

_____. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 15ª Legislatura. Em aditamento ao de 8 de Maio de 1872*. Publicado em 1873.

_____. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1872 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 15ª Legislatura*. Publicado em 1873.

_____. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1873 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura*. Publicado em 1874.

_____. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório do ano de 1874 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura*. Publicado em 1875.

_____. Ministro José Bento da Cunha e Figueiredo. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 16ª Legislatura*. Publicado em 1877.

_____. Ministro Antonio da Costa Pinto e Silva. *Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 16ª Legislatura*. Publicado em 1877.

_____. Ministro Carlos Leônicio de Carvalho. *Relatório do ano de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura*. Publicado em 1878.

_____. Ministro Carlos Leônicio de Carvalho. *Relatório do ano de 1878 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 17ª Legislatura*. Publicado em 1879.

_____. Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas. *Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura*. Publicado em 1882.

- _____. Ministro Rodolpho Epiphânia de Souza Dantas. *Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 18ª Legislatura*. Publicado em 1882.
- _____. Ministro Pedro Leão Veloso. *Relatório do ano de 1882 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 18ª Legislatura*. Publicado em 1883.
- _____. Bibliotecas Públicas da Europa. *Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1874*. Rio de Janeiro, 1885.

Bibliografia

- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMADEO, Maria Eliza; KURY, Lorelai. O catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 120, p. 323-334, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAGÃO, Pedro Moniz de. João Alfredo e a remodelação do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, n. 190, p. 45-57, 1946.
- _____. João Alfredo e a Lei do Ventre Livre. *Revista do IHGB*, n. 251, p. 184-192, 1961.
- _____. Primeiros passos de João Alfredo na vida pública. *Revista do IHGB*, n. 196, p. 235-238, 1947.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Dicionário das famílias brasileiras*. [S. l.: s. n.].
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BARMAN, Roderick J. A formação dos grupos dirigentes políticos do Segundo Reinado. *Revista do IHGB*, Anais do Congresso de história do Segundo Reinado. Comissão de História Política e Administrativa. Brasília, RJ, v. 2, p. 61-86.
- BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- _____. A biblioteca de Rui Barbosa: origens e preservação. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009. p.303-330.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 183-191.

- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história: a história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2007.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional: 1807-1990*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia no Brasil: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan.-abr. 1991.
- _____. (Org.). *Práticas de leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.
- CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O imperial colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- ENDERS, Armelle. O "Plutarco brasileiro": a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MAURICÉA FILHO, A. *Ramiz Galvão (o barão de Ramiz) 16-6-1846 a 09-3-1938: ensaio biográfico e crítico*. Brasília: MEC / INL, 1972.
- FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão: bibliotecário e bibliógrafo*. Rio de Janeiro: São José, 1963.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil imperial*. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 425-465.
- GONTIJO, Rebeca. A vida póstuma de um historiador nacional: Capistrano de Abreu, memória e biografia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio da ANPUH - Guerra e Paz. São Paulo: ANPUH, 2005.
- GRINBERG, Keila, João Alfredo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.398-399.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- _____. Memória, história e museografia. In: BITTENCOURT, José Neves (Org.). *A história representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 75-96.
- _____. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- _____. *Régimes d'Historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- _____. *Évidence de l'histoire: ce que voient les historiens*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 167-182.
- LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil imperial*. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 467-497.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escadas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 224-249.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].

- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOTTA, Marly. *Rio: cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história (1896-1940)*. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1948.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13-44.
- _____. Uma cidade entre dois mundos: o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: SALLÉS, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil imperial*. v. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 119-153.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 216-239.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1993.
- PESAVENTO, Sandra (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. v. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Brasília: Senado Federal, 2000. 3 v.
- BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- SALLÉS, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3 v.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999. p. 273-311.

- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TUBINO, Nina. Sinopse biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938. Brasília: [s.n.], 1994.
- TURAZZI, Maria Inês. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: STEPHAN, Beatriz González; ANDERMANN, Jens (Org.). *Galerías del progreso: museos, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.
- _____. A Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH.
- VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu: capítulos de História Colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2004, p. 172-189.

Desenvolvimento de Coleções no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949)

Simone da Rocha Weitzel

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP).
Diretora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Professora do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Unirio.





Resumo

Este estudo trata das origens e dos fundamentos do ensino da disciplina Desenvolvimento de Coleções, identificados no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, o primeiro criado nesta área no Brasil. Embora o termo desenvolvimento de coleções só tenha se firmado na década de 1960 nos Estados Unidos e a disciplina só passasse a existir no Brasil em 1982, o estudo identifica, em diversas disciplinas do curso e nas práticas biblioteconómicas adotadas pela Biblioteca Nacional, alguns dos elementos que, mais tarde, iriam constituir a disciplina; também demonstra que existem outros marcos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de coleções no Brasil e no mundo. A pesquisa documental valeu-se não só do acervo manuscrito e impresso da Biblioteca Nacional, como também de documentos do Arquivo Central da Unirio, universidade que acolheu, em 1969, o curso da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: *Desenvolvimento de coleções. Biblioteca Nacional. Curso de Biblioteconomia.*

Abstract

This study deals with the origins and foundations of teaching Collection Development, present in the course in Librarianship created in The National Library, the first established in this area in Brazil. Although the term collection development has only been settled in the 1960s in the United States and the discipline has come into existence in Brazil only in 1982, the study identifies in various disciplines from the course and librarian practices adopted by the National Library some of the elements that later would constitute the discipline Collection Development; the study also showed that there are other theoretical and methodological frameworks for the collection development in Brazil and in the world. The documentary research drew on the manuscript and printed collections of the National Library, as well as documents from the Central Archives at Unirio, university that received in 1969 the course of the National Library.

Keywords: *Collection development. National Library of Brazil. Libraryship course.*



Esse estudo, originário das atividades do grupo de pesquisa “Espaço e práticas biblioteconómicas”, foi realizado com o apoio do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional – Pnap.

1. Introdução

Não são muitas no Brasil as pesquisas científicas na área da biblioteconomia. Um olhar sobre os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq demonstra que apenas sete grupos estão envolvidos diretamente com pesquisas nessa área, gerando produção e aplicação. A configuração desses grupos é bastante heterogênea, pois dois deles, oriundos da Universidade Estadual Paulista – Unesp e da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, estão concentrados na formação e atuação profissional. A equipe da PUC – Campinas propõe-se a pesquisar sobre a gestão da informação aplicada a processos e capacitação organizacionais. O grupo da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc investe nas abordagens sobre as múltiplas facetas da informação registrada nos diversos suportes físicos, enquanto os pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina – UEL abordam as mediações e interfaces da informação e do fazer bibliotecário. A Universidade Federal do Ceará – UFC concentra suas pesquisas nas tecnologias da informação e comunicação do ponto de vista teórico e prático. Já o grupo “Espaços e práticas biblioteconómicas” da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de Estudos e Processos Biblioteconómicos/Unirio tem empreendido estudos no sentido de identificar as teorias e práticas do passado, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, de modo a reconstruir e complementar as teorias e práticas da atualidade.

Por isso, este estudo teve como motivação atender, em primeiro lugar, a necessidades teóricas, metodológicas e epistemológicas do próprio campo, além de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento em geral em cada uma das áreas da biblioteconomia. Sua área de estudo é o desenvolvimento de coleções, tema que tem sido aprofundado no grupo da Unirio. Apesar de a pesquisa ser um estudo de caso brasileiro, também foram identificadas lacunas teóricas e práticas que transcendem questões locais ou regionais. Dessa forma, ao mesmo tempo que a pesquisa contribui para se obter uma nova compreensão sobre a história do desenvolvimento de coleções no Brasil, também contribui para a consolidação da área no campo da biblioteconomia.

Uma das principais lacunas refere-se às origens do processo de desenvolvimento de coleções. Na atualidade, o desenvolvimento de coleções de uma biblioteca é feito com base no perfil da comunidade, bem como pela determinação de processos e políticas de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento, incluindo o descarte de forma bastante integrada. Evans (2000, p. 15), um dos especialistas mais reconhecidos nesta área, amplia esta concepção quando afirma que desenvolvimento de coleções é um “processo de identificação das fortalezas e fraquezas das coleções de uma biblioteca em termos das necessidades dos usuários [...]”, na

tentativa de corrigir as fraquezas existentes, se houver". Trata-se de processo contínuo que visa a alcançar a missão institucional e, acima de tudo, satisfazer às necessidades dos usuários, tendo em vista a imensa gama de conhecimento registrado existente no mundo.

No entanto, essa concepção sobre o que é desenvolvimento de coleções não é nova e vem se consolidando ao longo de grandes períodos, por que não dizer, de séculos. Da Antiguidade até hoje existiram teorias e práticas que ainda não foram totalmente estudadas, apesar de terem contribuído para a consolidação da área.

Um dos marcos históricos da área é a década de 1960, período em que o termo desenvolvimento de coleções se firmou, designando o processo orientado para o acesso e tendo como base a missão institucional e o perfil do usuário como estratégia para vencer a explosão informacional. Esse marco foi estabelecido pela literatura norte-americana especializada.

No Brasil, da mesma maneira, a literatura especializada indica como um dos principais marcos da área a inclusão, em 1982, da disciplina Desenvolvimento de Coleções na grade do então currículo mínimo do curso de graduação em Biblioteconomia. Por outro lado, depois de quase 30 anos de sua institucionalização no país, poucos foram os pesquisadores que consolidaram a literatura produzida desde então, a qual, por isso mesmo, carece do aprofundamento necessário para permitir o avanço da área como campo científico.

Nesse sentido, essas lacunas, que se configuram na atualidade pela ausência de sistematização de pesquisas, parecem ecoar das lacunas que ficaram no passado. Um olhar de 1982 para trás denuncia não somente pouca literatura em português no país, mas também outra lacuna, que diz respeito ao ensino da disciplina antes da sua introdução no currículo mínimo. Que perspectivas nortearam o ensino dessa disciplina antes de ser introduzida no currículo mínimo? Qual era a nomenclatura adotada no país? Que teorias e métodos apoiaram suas práticas?

Partindo do pressuposto de que não há como conceber bibliotecas sem pensar em formar e manter suas coleções, as evidentes lacunas transformaram-se em objeto de pesquisa. Nesse sentido, a proposta dessa pesquisa foi exatamente identificar as origens e os fundamentos do ensino da disciplina Desenvolvimento de Coleções no Brasil no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, iniciado em 1915. Partimos do pressuposto de que as origens dessa área de estudo no país estão relacionadas à história do Curso de Biblioteconomia fundado na Biblioteca Nacional em 1911, uma vez que as teorias e práticas que fundamentaram o ensino vieram da Europa, juntamente com o modelo da École de Chartes, na França. Essa investigação permitiu identificar o "elo perdido", introduzindo novos marcos para desenvolvimento de coleções a partir da década de 1960, para os Estados Unidos, e do ano de 1982 para o Brasil.

Desse modo, empreendeu-se um levantamento bibliográfico e pesquisa documental exaustivos tendo como base o acervo da Biblioteca Nacional

brasileira e também do Arquivo Central da Unirio. A universidade acolheu o curso da Biblioteca Nacional em 1969 e muitos recursos materiais foram transferidos para aquela instituição, especialmente documentos e coleções, o que permitiu colher informações preciosas e talvez inéditas. Por isso, o foco inicial da pesquisa concentrou-se no levantamento e estudo dos conteúdos programáticos de todas as disciplinas oferecidas no período, as quais poderiam evidenciar teorias e métodos da área de desenvolvimento de coleções.

É importante frisar que desenvolvimento de coleções é um termo contemporâneo, proveniente dos estudos norte-americanos da década de 1960. No passado, a aquisição e seleção nomeavam o processo. No entanto, o baixo retorno de dados coletados a partir da documentação disponível para consulta, especialmente nas divisões de Manuscritos e de Obras Raras da Biblioteca Nacional, resultou no aprimoramento da estratégia de coleta de dados. Primeiramente foram localizados os programas das disciplinas de 1917 e depois, revista a estratégia, os documentos correlatos, tais como provas, caderno de aluna, apontamentos de professores, os quais foram úteis para identificar conteúdos programáticos além da década de 1910.

A consulta e leitura dos relatórios anuais da direção da Biblioteca Nacional referentes ao período de estudo, muitos dos quais foram publicados nos Anais da Biblioteca Nacional, foi outra estratégia adotada, pois apresentou dados complementares a respeito do curso e também das práticas internas relativas à formação e ao desenvolvimento de coleções. Os dados coletados por essas duas vias foram fundamentais para reconstruir lacunas teóricas e históricas sobre o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e sobre as origens do ensino em desenvolvimento de coleções.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que ainda é preciso mais investimento em novas pesquisas sobre o tema. Ficou evidenciado, no entanto, que existe certa correspondência entre as teorias e práticas identificadas nos documentos consultados e as correntes de pensamento de teóricos franceses da biblioteconomia do século XIX. A coleção de obras que apoiaram o Curso de Biblioteconomia, formada, sobretudo, por diversos autores franceses daquele século, reforça esta reflexão.

Foi possível também verificar que o curso formou gerações de bibliotecários, seguindo orientações humanísticas. Essa orientação provavelmente se estendeu até a década de 1960, quando o curso passou a integrar o sistema de ensino superior do país. É provável ainda que os teóricos franceses, adotados no curso desde a sua fundação, tenham sido substituídos por outros, contemporâneos, à medida que a abordagem tecnicista da biblioteconomia foi se fortalecendo ao longo dos anos. Desse modo, a literatura especializada do século XIX pode ter sido considerada superada e, dessa forma, não teve chance de fazer parte da produção científica dos bibliotecários brasileiros.

Este foi o elo teórico e histórico que faltou para ligar autores do passado e os contemporâneos que complementam teorias e práticas, sobretudo na área de desenvolvimento de coleções.

Outra contribuição de relevância dessa pesquisa diz respeito a sua produção recente, fruto das orientações desenvolvidas no âmbito da graduação do curso de bacharelado em Biblioteconomia na Unirio. Essa produção inclui os trabalhos de bolsistas de iniciação científica dessa universidade e da Fundação Biblioteca Nacional, os quais estão vinculados ao grupo de pesquisa Espaços e práticas biblioteconómicas. Esses trabalhos permitiram o aprofundamento de diversos aspectos que enriqueceram a abordagem adotada nesta pesquisa (AZEVEDO, 2007; BASTOS, 2008; COSTA, 2008; COUTO, 2008; FERREIRA, 2008; AMORIM, 2009; CAJÉ, 2009).

Os dados aqui levantados, além de contribuírem teórica e metodologicamente para o entendimento das lacunas identificadas na área de desenvolvimento de coleções, para o conhecimento de suas origens e apoiarem novas reflexões sobre o ensino da disciplina no país, poderão também fomentar novos estudos sobre o assunto, tendo em vista a proximidade do centenário do curso e o pouco conhecimento a respeito.

1.1. Objetivos

O objetivo geral da pesquisa era identificar as origens e os fundamentos do ensino sobre o desenvolvimento de coleções no Brasil a partir da primeira fase de funcionamento do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional até o ano de 1949. Partiu-se da premissa de que essa estratégia fomentaria os dados necessários para identificar as origens e os fundamentos da própria área como um todo. Vale destacar que o curso não ocorreu no período de 1923 a 1931.

Considerando o período delimitado de 1915 a 1949, mais exatamente de 1915 a 1922, e de 1932 a 1949, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as teorias e os métodos de desenvolvimento de coleções a partir dos programas das disciplinas ministradas no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, bem como das suas respectivas bibliografias;
- b) identificar e analisar práticas biblioteconómicas referentes à área de desenvolvimento de coleções registradas nos Relatórios Anuais da Biblioteca Nacional (muitos dos quais estão publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*);
- c) levantar as publicações brasileiras na área de biblioteconomia editadas a fim de identificar as teorias e métodos na área de desenvolvimento de coleções;

- d) identificar, analisar e correlacionar a literatura adotada no Curso de Biblioteconomia no período em estudo, a partir dos programas e respectivas bibliografias, considerando a documentação levantada;
- e) apresentar o perfil dos professores do curso no período.

1.2. Método

Os procedimentos adotados envolveram a pesquisa em fontes primárias (levantamento bibliográfico e pesquisa documental) relativas ao Curso de Biblioteconomia. Os dados levantados fomentaram uma revisão de literatura na área de desenvolvimento de coleções e sobre as origens do curso.

Como a pesquisa foi realizada em doze meses, o cronograma foi dividido em duas partes: uma cobrindo o período 1915-1922 (seis meses) e outra cobrindo 1932-1949 (seis meses).

O baixo retorno dos dados resultou em duas mudanças na estratégia metodológica, sem que houvesse prejuízo para o planejamento previsto. Assim, algumas etapas descritas acima foram adaptadas para garantir a exequibilidade da pesquisa conforme segue:

a) inclusão de mais uma etapa inicial (correspondente ao item b) para identificação das práticas biblioteconómicas relacionadas ao que se denomina hoje desenvolvimento de coleções, a partir da análise dos Relatórios Anuais da BN do período delimitado. Com a inclusão, as etapas da pesquisa aumentaram para seis;

b) alteração da etapa 3 do cronograma (corresponde ao item c, acima): de Análise da literatura que apoia os conteúdos para Análise da documentação levantada. Essa alteração foi consequência da inexistência de indicações bibliográficas nos programas dos cursos. Portanto, a documentação levantada nos catálogos da Biblioteca Nacional refere-se às fontes primárias que são as seguintes: os Relatórios Anuais da BN (a grande maioria publicada nos *Anais da BN*); os programas; e outros documentos encontrados que continham conteúdos programáticos (caderno de aluna e apontamentos de professores, por exemplo). Depois da identificação passou-se para a localização da documentação que foi consultada na Divisão de Manuscritos, em Obras Raras e também no acervo digital da instituição subsidiando as análises e elaboração da revisão de literatura.

Na segunda parte da pesquisa (1932-1949), os documentos levantados comprovaram a existência de uma sala de estudos para os alunos, onde era possível consultar obras provenientes do próprio acervo da Biblioteca Nacional. Ou seja, formou-se uma coleção para atender ao curso. Esta coleção, ou parte dela, foi transferida para a Unirio, juntamente com o Curso de Biblioteconomia, e hoje integra as coleções de obras raras da Biblioteca Central. Para atender aos propósitos desta pesquisa, foram selecionadas as obras pertinentes ao tema e, após leituras e análises, esses autores integraram a revisão de

literatura. O pouco que se encontrou sobre esta coleção nos relatórios anuais está detalhado na seção 3. Dessa forma, encontrou-se um modo de relacionar, na pesquisa, a literatura que apoiou os conteúdos do curso. Ou seja, é possível inferir aquelas coleções que cumpriram o papel de bibliografia básica adotada no curso.

2. Origens do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil

Os processos de formar e desenvolver coleções sempre estiveram presentes na história do livro e das bibliotecas. Da Biblioteca de Alexandria às bibliotecas digitais não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem colecionar (WEITZEL, 2002, p. 61).

É importante esclarecer que formar e desenvolver coleções vai além de selecionar e adquirir obras. A literatura da atualidade define desenvolvimento de coleções como um processo cíclico e ininterrupto formado pelas seguintes etapas ou fases: estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação (VERGUEIRO, 1989, p. 16; EVANS, 2000). Nesse sentido, seleção e aquisição são etapas ou fases que compõem um processo mais global de planejamento, que requer as demais etapas para se completar. Portanto, a impossibilidade de armazenar em bibliotecas tudo o que foi escrito e publicado no mundo faz do processo de desenvolvimento de coleções uma estratégia, um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais (WEITZEL, 2006, p. 7-8).

No entanto, na Antiguidade e até a Idade Moderna, “a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial” (BROADUS, 1991, p. 5 apud WEITZEL, 2002, p. 62). Nesse período imperava a ideia de acumulação e armazenamento de coleções, princípio perfeitamente viável na Idade Média. Este *modus operandi* tem em Richard de Bury (1344 apud PINHEIRO, 2008) seu mais ilustre representante.

Bury, cuja obra *Philobiblon* foi publicada recentemente no Brasil, apresenta suas considerações baseadas no amor incondicional aos livros “como uma mostra da palavra Divina” (BURY, 2001, p.11). *Philobiblon* tem o mérito de trazer para a contemporaneidade as práticas da época em relação às coleções de livros, além de suas lições sobre como lidar com o livro. Para Bury, “a fé se encontra nos livros dos Santos Padres, o que torna mais cristalino que a água seu dever de amar aos livros, mais ainda que os demais cristãos” (BURY, 2001, p. 66).

O modelo baseado na acumulação é verificado nas orientações do reverendo em várias passagens. Um de seus conselhos é comprar livros sempre: “[...] a menos que temamos ser enrolados pelo livreiro ou tenhamos a quase certeza que uma ocasião mais propícia irá se apresentar, não devemos medir sacrifícios para comprar um livro se a conjuntura que nos é oferecida for favorável” (BURY, 2001, p. 39).

Bury, tendo desempenhado as funções de chanceler e tesoureiro na corte de Eduardo III, conseguiu autorização para investigar as diversas bibliotecas e relata que

a notícia de nossa paixão pelos livros, sobretudo pelos antigos, se espalhou rapidamente e se difundiu a idéia de que se poderia ganhar nosso favor mais facilmente por meio de manuscritos do que por meio de dinheiro [...] Diante de nós se abriram as portas das bibliotecas dos mais renomados mosteiros, os cofres se colocaram à nossa disposição e cestos cheios de livros se esvaziavam a nossos pés (BURY, 2001, p. 84-85).

Este seu depoimento demonstra, sutilmente, que para se obter uma coleção de livros, seriam necessárias duas estratégias: comprar o que fosse possível ou solicitar como doação a pessoas ou instituições: “E precisamente por termos nos servido de todas essas pessoas que acabamos de mencionar – como verdadeiros amantes que nos traziam livros – é que aumentamos consideravelmente o tesouro de recep-táculos de ciência e um variado conjunto de bons livros.” (BURY, 2001, p. 95).

De acordo com Coelho Neto, os modelos que apoiavam a formação de coleções naquele período, especialmente na primeira metade do século XVII, consideravam aspectos em que:

idealizavam a biblioteca como um retiro, à margem das atividades domésticas e públicas; ou como um espaço, de curiosidades e obras seletas, concretizado principalmente por colecionadores que valorizavam a raridade e o luxo das obras em detrimento de seu conteúdo; ou ainda como a concepção jesuítica que selecionava apenas os livros cristãos, expurgando as obras consideradas heréticas, profanas ou heterodoxas (COELHO NETO, 1997 apud JANNUZZI, 2001, p. 15).

Naudé, por outro lado, apresentou inovações especialmente em relação ao processo de seleção, que rompeu com a concepção de bibliotecas voltadas para a acumulação – linha de pensamento predominante até a Idade Moderna (COELHO NETO, 1997 apud JANNUZZI, 2001, p. 15). Para Naudé, as bibliotecas deveriam adotar critérios de seleção para formar coleções úteis, em vez de ser um lugar para acumular tudo o que havia disponível. Outra ideia inovadora era a integração de bibliotecas isoladas em rede, para que

juntas espelhassem o todo, isto é, todas as coleções de todas as bibliotecas. A concepção de bibliotecas já estava presente no século XVII, mas somente no século XIX foi possível encontrar na literatura especializada os ecos de suas inovações, especialmente em autores de língua francesa e alemã.

A expansão do volume da produção editorial – que se iniciou lentamente com a invenção da prensa com tipos móveis e depois, paulatinamente, avançou até o final do século XIX – foi sentida por seus contemporâneos que observaram a grandeza de seus efeitos sobre a perspectiva da acumulação e armazenamento exaustivo de coleções em bibliotecas.

Muitos intelectuais europeus do século XIX manifestaram suas preocupações em relação à influência da proporção desse aumento da produção editorial sobre a qualidade do acervo. São desse período as publicações de verdadeiros manuais para formar coleções em bibliotecas, tais como Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Brunet (1860-1865), Rouveyre (1878), Richard (1883), Graesel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896); bem como Cim (1902, 1905-1908) e Morel (1908-1909) já no início do século XX. Esses autores tiveram o mérito de apresentar também as técnicas e práticas necessárias para lidar com o problema do volume de produção editorial. Embora essas técnicas e práticas sejam aplicadas até hoje, seus autores não são lembrados. Além disso, detalharam os processos e políticas do que se denomina hoje de desenvolvimento de coleções, anunciando mudanças que se consolidariam na segunda metade do século XX.

Peignot, especialmente, apresenta critérios para seleção de obras realmente de valor, apresentando, portanto, formas para lidar com uma massa documental exorbitante. De acordo com Pinheiro (2009), na biblioteconomia do século XIX, a “idéia de coleção de livros, bem ordenados e de certo valor, passou a vigorar em substituição àquela que enfatizava a interdependência entre quantidade e organização” (Petzholdt, 1856). Logo, o enfoque acumulativo e exaustivo em relação às coleções foi alterado, já que se tornou premente a necessidade de selecionar as obras de relevância e de qualidade. Trata-se, portanto, de um processo que é consolidado ao longo dos séculos e não apenas nos últimos cinquenta anos.

No século XX, o cenário delineado no século anterior em relação ao volume crescente da produção editorial agravou-se ainda mais. A especialização das áreas do conhecimento – os grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento que ocorreram no mundo, acompanhados de um crescente número de pesquisadores – desencadeou o fenômeno da explosão informacional em função do elevado número de produção científica. Esse quadro foi propício para o florescimento de procedimentos mais avançados que pudessem lidar com tal complexidade em relação às coleções em bibliotecas.

A literatura especializada, sobretudo a norte-americana, considera como marco dessa nova perspectiva os estudos desenvolvidos na década de 1960

"quando nos Estados Unidos, apesar dos fortes investimentos em construções de prédios para alocação das coleções, percebeu-se que não era racional adquirir tudo o que era produzido" (VERGUEIRO, 1993, p. 14). Dessa maneira, rompeu-se definitivamente com o enfoque baseado no armazenamento de tudo o que era publicado, e as abordagens nessa área passaram então a ser determinadas somente pelo acesso orientado pela missão institucional e pelo perfil dos usuários. O termo desenvolvimento de coleções foi, a partir deste momento, consagrado pela literatura especializada para designar os processos e políticas que envolvem ações em relação às coleções.

Essa concepção veio apoiada por teóricos ingleses e norte-americanos, em sua maioria, que, de acordo com Evans (2000), contribuíram para a consolidação de uma teoria da seleção e desenvolvimento de coleções, e se inicia com McColvin (1925), Drury (1930), Haines (1935), Ranganathan (1952), Broadus (1973) e Curley e Broderick¹ (1985). No entanto, não há nessa literatura qualquer menção aos autores do século XIX, ou mesmo antes com Naudé (1627), que inauguraram essas abordagens.

O advento da internet permitiu a consolidação dessa perspectiva literalmente baseada no acesso, uma vez que as mudanças que ocorreram na natureza das coleções beneficiaram políticas para desenvolvimento de coleções digitais e impressas (WEITZEL, 2002, p. 65; WEITZEL, 2006, p. 8). As possibilidades da tecnologia, aliada às políticas para desenvolvimento de coleções em larga escala, permitiram que se voltasse a pensar em coleções exaustivas e em controle bibliográfico universal, tal como as estratégias que foram praticadas na Antiguidade e na Idade Média. A possibilidade de interligação de coleções em rede abre novos desafios para a área, que deverá repensar novas políticas para avançar rumo à integração de coleções e, assim, formar e preservar este legado para o futuro.

O caso brasileiro em relação ao desenvolvimento de coleções é bastante peculiar. A criação do primeiro Curso de Biblioteconomia em 1911, cujo funcionamento se deu somente em 1915, espelha aqueles princípios norteadores do "pensar e fazer a Biblioteconomia" no século XIX (PINHEIRO, 2009, p. 11-12). Conforme visto, há uma nítida valorização de ações que primam pela qualidade das coleções, tanto em termos de conteúdo quanto de organização, em detrimento da quantidade simples e pura.

Pinheiro explica que este período foi marcado pela concepção da biblioteconomia como uma "Ciência da Biblioteca", a qual "nada mais era que a ciência da organização e da administração de bibliotecas, ou, ainda, o conjunto dos princípios que a prática de diferentes bibliotecas trazia à luz".

Esta concepção pode ser verificada nessa pesquisa a partir dos levantamentos bibliográficos e documentais empreendidos na Biblioteca Nacional e no

Arquivo Central da Unirio em relação aos conteúdos programáticos das disciplinas e sobre a história do Curso de Biblioteconomia. Apesar de a disciplina, hoje denominada Desenvolvimento de Coleções, ter figurado formalmente no currículo mínimo das escolas de biblioteconomia do país, somente em 1982 as análises desse estudo permitiram verificar a evolução teórica e terminológica do que se denomina hoje desenvolvimento de coleções, especialmente a partir do século XIX, conforme visto acima.

De acordo com Castro (2000), é possível identificar conteúdos relacionados à disciplina Desenvolvimento de Coleções, principalmente nas seguintes disciplinas ministradas no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional:

- a) Bibliografia, especialmente de 1915 até a década de 1930.
- b) Organização e Administração de Bibliotecas, a partir da década de 1940, precisamente após a reforma do curso em 1944.

Juntamente com as observações de Castro, esta pesquisa permitiu verificar que as origens teóricas do conceito de desenvolvimento de coleções estão relacionadas diretamente à Bibliografia e Organização e Administração de Bibliotecas, não apenas como disciplinas, mas expressando concepções da escola de pensamento que vigorou no século XIX, nos termos identificados por Pinheiro (2009).

Por outro lado, a pesquisa bibliográfica e documental empreendida nesta pesquisa revelou que existiram conteúdos sobre desenvolvimento de coleções em todas as disciplinas do curso em sua fase inicial (1915-1922), cujas abordagens estavam determinadas pelos assuntos de cada disciplina. Essas disciplinas, denominadas na época de matérias, eram apenas quatro: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática. Da mesma maneira, verificou-se que desenvolvimento de coleções era tema na disciplina Organização e Administração de Bibliotecas, após a reforma curricular em 1944.

O exame dos relatórios anuais da Biblioteca Nacional, no período de estudo, demonstrou as práticas profissionais que os bibliotecários exerciam no âmbito da instituição em relação ao desenvolvimento de coleções.

Dessa forma, é possível inferir que as considerações apresentadas nessa seção a respeito dos autores revistos, bem como o caso brasileiro, evidenciam as principais lacunas identificadas em relação às teorias e práticas da área desenvolvimento de coleções:

- a) origem dos primeiros estudos na área, com Gabriel Naudé;
- b) a importância dos autores em língua francesa e também alemã do século XIX;
- c) ensino no Curso de Biblioteconomia e prática profissional, ambas na Biblioteca Nacional a partir de 1915.

2.1. Desenvolvendo coleções em bibliotecas nacionais

A medida que as abordagens teóricas se estabeleciam, orientadas pela missão institucional, perfil dos usuários e qualidade, o desenvolvimento de coleções em bibliotecas nacionais tinha um grande desafio pela frente, pois deveria integrar também a perspectiva da exaustividade da produção nacional ou sobre o país. Muitos estudos que surgiram, sobretudo no século XX, traziam aplicações para as bibliotecas universitárias e especializadas. Logo, a área de desenvolvimento de coleções foi consolidada nas últimas décadas, considerando apenas as experiências desses tipos de bibliotecas, cujo papel na sociedade é totalmente diverso das bibliotecas nacionais.

Um olhar sobre a produção científica na área de biblioteconomia no país revela que, na atualidade, não há qualquer literatura sobre o tema desenvolvimento de coleções em bibliotecas nacionais. No entanto, em vários outros países, especialmente Canadá, Reino Unido e Austrália, é possível encontrar alguma literatura, conforme levantamento baseado em dados especializados.

A maioria dos autores pesquisados apresenta, como ponto crítico em desenvolvimento de coleções, o volume de itens que as bibliotecas nacionais recebem. Isto pode ser bem exemplificado com a matéria publicada em 1994 pela revista Library Journal, onde a British Library anunciou que não teria mais condições de colecionar nenhum item impresso do Reino Unido por falta de espaço (LIFER; ROGERS, 2004, p. 24).

Como solução para esses problemas, é possível encontrar relativa literatura que traz estudos originais para o caso das bibliotecas nacionais. Entre esses trabalhos, destacou-se o estudo sobre armazenamento de Quon e Szkudlarek (2004) que traz uma fórmula para estimar a ocupação do espaço atual (densidade), a fim de permitir o desenvolvimento de um plano estratégico para acomodação do acervo a médio e longo prazo.

O Conselho Australiano de Bibliotecas Estaduais (The Australian Council of State Libraries – CASL), no qual também se inclui a Biblioteca Nacional da Austrália, vem aprofundando estudos sobre armazenamento (*stock administration*), de modo a lidar com problemas de espaço. Evan e Sweeney (2005) apresentaram os resultados de parte desses estudos, detalhando a definição de armazenamento em contextos de administração, fluxos de processos, impactos na tomada de decisão e os sistemas de administração para armazenamento, a fim de lidar com coleções híbridas.

Outro aspecto em desenvolvimento de coleções em bibliotecas nacionais é trazido por Cobbe (2000), que apresenta algumas reflexões pessoais em relação à aquisição no setor de Música na British Library. O autor explica que as doações dos familiares de compositores e músicos ilustres fortaleceram as coleções ao longo dos últimos 35 anos, porém, na atualidade, esse tipo de acervo

tem sido valorizado no mercado financeiro, atraindo muitos investidores. Dessa forma, a ausência de estímulo governamental, em especial sob a forma de incentivos fiscais no Reino Unido, comprometeu as doações de acervos de relevância e consequentemente o processo de desenvolvimento dessas coleções nos dias atuais.

Além dessa literatura, é possível encontrar nas páginas das bibliotecas nacionais do Canadá (LIBRARY AND ARCHIVES CANADA, [2008?]), da Austrália (NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA, 2007), do Reino Unido (BRITISH LIBRARY, [2008?]) e dos Estados Unidos (LIBRARY OF CONGRESS, [2008?]) as políticas adotadas para o desenvolvimento de coleções. Essas políticas trazem detalhamentos sobre o que é e o que não é colecionado, e é possível encontrar outros exemplos em várias bibliotecas nacionais do mundo. Todos demonstram que o processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas nacionais está se tornando um elemento obrigatório para lidar não somente com questões relacionadas ao armazenamento, mas também com questões específicas, conforme o depoimento de Cobbe (2000), e com tantos outros desafios que os bibliotecários enfrentam no dia a dia.

Certamente a possibilidade tecnológica de digitalização de materiais informacionais e de implantação de bibliotecas digitais, que visa à preservação e ao acesso, foi responsável pelo interesse cada vez maior sobre o tema desenvolvimento de coleções em bibliotecas nacionais em todo o mundo. No entanto, são poucos os estudos empreendidos para tratar de desafios tão peculiares. Além disso, ainda não foi encontrado na literatura um corpo teórico que seja representativo para traçar sua trajetória no tempo e no espaço; trata-se de um aspecto no campo desta disciplina que ainda precisa ser investigado.

Por outro lado, existe no Brasil uma instituição que espelha todas as aplicações práticas do desenvolvimento de coleções no campo da biblioteconomia. Essa instituição é a Biblioteca Nacional, cuja equipe registrou permanentemente essas práticas nos seus relatórios anuais. A consulta a este material fez emergir teorias e práticas que a instituição consolidou, sobretudo a partir da criação do seu Curso de Biblioteconomia.

A leitura desses relatórios, no período entre 1915 e 1949, permitiu identificar elementos próprios ao processo de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Nacional. Certamente tais práticas foram levadas para o ensino, formando gerações de bibliotecários que passaram a aplicar esses conhecimentos na própria instituição e em outros tipos de bibliotecas no país, especialmente após 1944, com a reforma estrutural do curso.

Assim, é possível inferir que, ao contrário do que ocorreu em outros países (principalmente Estados Unidos e Reino Unido), no Brasil o processo de desenvolvimento de coleções não se originou das bibliotecas especializadas e universitárias, mas sim das práticas do corpo de funcionários e do curso mantido pela Biblioteca Nacional, como passaremos a demonstrar.

2.2. A importância do Curso de Biblioteconomia mantido pela Biblioteca Nacional

A história do livro e das bibliotecas no Brasil traz inúmeras contribuições para uma abordagem rica e esclarecedora que poderia contribuir para a compreensão do processo de desenvolvimento de coleções no país, do ponto de vista teórico, metodológico e histórico. No entanto, isso certamente demandaria outro esforço investigativo para traçar correspondências com o objeto desta pesquisa, exigindo também a especialização necessária nesta área.

Dessa maneira, optou-se por uma abordagem que está centrada na história do ensino de biblioteconomia no Brasil, a qual pode ser compreendida em função de suas seis fases, detalhadas no quadro adiante. Edson Nery da Fonseca (MUELLER, 1985, p. 3) inaugurou esse enfoque com as três fases iniciais, às quais foram acrescentadas outras duas por Mueller (1985, p. 3). Em 2001, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) deu início à sexta fase, em atendimento às novas exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no final da década de 1990, com as suas diretrizes curriculares.

Esta pesquisa insere-se nas duas primeiras fases com o foco no ensino da Biblioteca Nacional. A primeira fase, período de 1879 a 1929, é marcada pela liderança da Biblioteca Nacional com a organização dos primeiros concursos para preencher as vagas de oficial, tal como era realizado pela *École de Chartes*, na França; e culminou com a criação do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, a partir do seu novo regulamento. O modelo da *École de Chartes* foi adotado integralmente pela Biblioteca Nacional, que passou a formar bibliotecários e a prover seus próprios quadros de pessoal com maior qualificação. A orientação francesa marcou também o corpo teórico e metodológico adotado pelo Curso da Biblioteca Nacional, influenciando a formação das primeiras gerações de bibliotecários.

Quadro 1: Fases do Ensino da Biblioteconomia no Brasil

Fases	Período	Eventos
1 ^a	1879-1929	Liderança da Biblioteca Nacional e influência francesa
2 ^a	1929-1962	Influência do novo curso do Instituto Mackenzie em São Paulo inspirado no modelo norte-americano
3 ^a	a partir de 1962	Uniformidade dos cursos desenvolvidos a partir dos currículos mínimos
4 ^a	década de 1970	Fortalecimento dos cursos, descontentamento em relação aos currículos mínimos, influência das tecnologias, aparecimento dos cursos de pós-graduação

5 ^a	1982-2000	Novo currículo mínimo e reformulação dos programas de ensino
6 ^a	2001-	Nova concepção da matriz curricular com base na flexibilização conforme diretrizes da ABECIN

Fonte: Adaptado de Mueller (1985, p. 3)

A segunda fase, que compreende o período de 1929 a 1962, em especial suas duas primeiras décadas, é marcada pelo ensino de biblioteconomia orientado pelo modelo norte-americano, mais tecnicista. Estabelecido na cidade de São Paulo, o curso surgiu primeiramente no Instituto Mackenzie, em 1929. Em 1936, foi transferido para a Prefeitura de São Paulo, o que fortaleceu, naquela década, o modelo norte-americano. O curso do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, no Rio de Janeiro, então capital federal, também adotou o mesmo modelo de São Paulo e foi muito importante para a difusão dessa orientação mais tecnicista. Sua influência foi decisiva na história da biblioteconomia na década de 1940, pois incentivou a reforma do Curso da Biblioteca Nacional, em 1944, quando se adotou a mesma orientação.

Essa mudança de orientação no curso alterou os rumos do ensino de biblioteconomia no Brasil, que ganhou certa homogeneidade e se consolidou em 1962, com a aprovação do currículo mínimo do MEC. Contudo, em se tratando do curso original, é preciso destacar que a mudança não foi acompanhada pela transição teórica da linha francesa para a norte-americana; esta talvez seja uma das razões pela qual hoje seja possível identificar as lacunas teórico-metodológicas mencionadas. A literatura especializada produzida por bibliotecários brasileiros demonstra a influência norte-americana em detrimento dos teóricos franceses, especialmente os do século XIX. Outro agravante é a produção dos bibliotecários entre 1915 a 1939, que é infinitamente menor do que a produzida na década de 1940. Por outro lado, os novos tempos, que incluíam as modernas técnicas e tecnologias, ganharam mais importância no cenário nacional e, dessa forma, os autores do século passado traduziam um tempo antigo e superado, tal como se fosse uma ruptura.

A seguir serão detalhados alguns aspectos históricos que descrevem a origem e consolidação do curso em questão a fim de ampliar os eventos que ocorreram entre 1915 e 1949.

2.3. Breve histórico do Curso de Biblioteconomia

A primeira fase do ensino da biblioteconomia no Brasil começa pelo evento ocorrido em 1º de julho de 1879, quando o primeiro concurso foi realizado pela Biblioteca Nacional, e o historiador João Capistrano de Abreu

(1853-1927) foi aprovado para a vaga de oficial. De acordo com Werneck (1941), foi Ramiz Galvão, em 1876, quem considerou a necessidade de um curso especializado em biblioteconomia.

Segundo Dias (1991, p. 7), os concursos da Biblioteca Nacional, ainda sediada no casarão da rua do Passeio, exigiam conhecimentos de história universal, geografia, literatura, filosofia, bibliografia, iconografia, classificação de manuscritos e línguas (traduções do latim, francês e inglês), o que requeria candidatos com alto grau de erudição. Dias esclarece que essas exigências mostravam que a administração da Biblioteca Nacional preocupava-se "em admitir, em seus quadros, funcionários que tivessem uma preparação prévia de matérias especializadas" e que estes critérios fossem baseados "nas clássicas normas adotadas pela *'École de Chartes'* de Paris para a formação do bibliotecário e do arquivista".

Entretanto, a formação do bibliotecário propriamente dito somente chegou 32 anos depois, com a aprovação do novo regulamento da Biblioteca Nacional, em 1911. Esse período foi marcado pela mudança da instituição para a nova sede da avenida Rio Branco e, principalmente, pela reforma de sua estrutura administrativa, regulada pela lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910.

Entre os atos administrativos que constituíram a reforma, está "a estruturação do primeiro Curso de Biblioteconomia, enquadrado dentro do Regulamento da Biblioteca Nacional" (DIAS, 1991, p. 8), conforme descrito no capítulo IV do decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. As matérias correspondentes eram Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática, e deveriam ser ministradas, respectivamente, pelos chefes das seções de Impressos (1^a Seção), Manuscritos (2^a Seção), Estampas e Cartas Geográficas (3^a Seção) e Moedas e Medalhas (4^a Seção). Todos os chefes de seção eram bibliotecários, exceto o da 4^a seção, que era um sub-bibliotecário (BIBLIOTECA NACIONAL, 1911, p. 43).

Porém, devido à ausência de candidatos inscritos nos anos de 1912 a 1914, o curso iniciou-se apenas em 1915, conforme atestam os relatórios anuais referentes ao período (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912, p. 650; 1913, p. 439; 1914, p. 684; 1915, p. 684-685; 1916, p. 366). O documento intitulado "Requerimento ao diretor da BN Manoel Cícero Peregrino da Silva, pedindo inscrições no curso de Biblioteconomia" (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906-1918), permitiu verificar que já havia uma pequena demanda para o curso, apesar das desistências, além de mostrar alguns detalhes sobre a ausência de candidatos nos primeiros anos do curso.

- a) em 1911, inscreveu-se apenas Herminio Duque-Estrada Costa;
- b) em 1912, Hermínio inscreveu-se novamente e também Alberto Veneza Moore, Carlos Mariani, Manoel Cassius Berlink, Antonio Cicero Peregrino da Silva e Gilberto Goulart;
- c) em 1913 e 1914, não há registros de inscrição de candidatos.

Castro (2000, p. 52) levanta a suposição de que os candidatos desistiram de prestar os exames para ingressar no curso, pois, sendo a maioria funcionários da Casa, teriam que absorver primeiramente as mudanças realizadas pela reforma administrativa da instituição.

Já em 1915, passados mais de três anos após a reforma, o curso recebeu 21 inscritos e, posteriormente, mais seis, totalizando 27 inscritos,² dos quais 12 eram funcionários da Casa. Dessa vez, não houve desistências.

Por outro lado, considerando as exigências estabelecidas, era necessário que os futuros professores se preparassem previamente para ministrar as aulas. A ausência de candidatos foi providencial, conforme o relato a seguir de Manoel Cícero Peregrino da Silva:

É certo que o director da secção de manuscripts, tendo sido transferido, por occasião da reforma, da 1.^a para a 2.^a secção, se não julgou devidamente preparado para a inauguração immediata do curso, encargo que só poderia tomar a si no anno seguinte, e o director da secção de impressos, por ocupar o cargo interinamente, declarou que não fizera os estudos necessários para assumir as responsabilidades da aula de bibliographia. Taes obstaculos porem poderiam ter sido vencidos, dando-se substitutos aos dous professores, si não tivesse ficado de nenhum efeito a inscripção a requerimento dos interessados (BIBLIOTECA NACIONAL, 1913).

Entre as exigências, segundo o Regulamento da Biblioteca Nacional (1911, p. 340), era função dos bibliotecários (e do sub-bibliotecário, director da 4.^a seção) “encarregar-se do ensino das matérias que constituem o curso de bibliothecologia, organizar os respectivos programmas e funcionar como examinadores, não só daquellas matérias, como também das que são objecto do exame de admissão”. Dessa forma, os professores tiveram cerca de três anos para se adaptar às novas atribuições e responsabilidades.

Na noite do dia 10 de abril de 1915, o curso teve início com a lição inaugural proferida por Constâncio Alves, intitulada “A função do bibliothecario”, em solenidade na própria sede. As aulas regulares ocorreram entre os dias 12 de abril e 30 de novembro (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 367-369).

No decorrer dos anos, os professores manifestaram a necessidade de ampliar o curso de um para dois anos. Em 1918, o director geral interino, Basílio de Magalhães, solicitou ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Urbano Santos da Costa Araújo, que o artigo 34 do regulamento da instituição, referente à duração do curso, fosse alterado. O director interino justificou o pedido atribuindo ao “desenvolvimento indispensável ao preparo que se



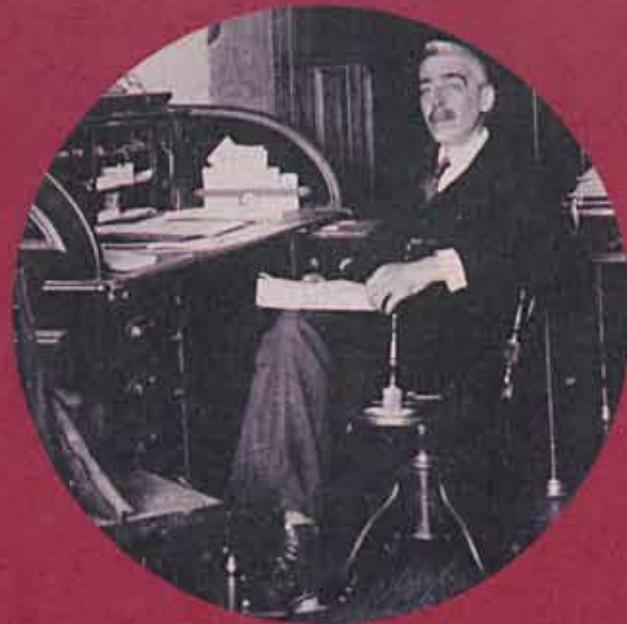
Mesa de abertura do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, no dia 10 de abril de 1915: (a partir da esquerda) João Gomes do Rego, sub-bibliotecário e diretor da Seção de Numismática; Constâncio Alves, bibliotecário e diretor da 1.ª Seção; conselheiro Ruy Barbosa; Manuel Cicero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional; Silva Ramos, membro da Academia de Letras; Aurélio Lopes de Souza, bibliotecário e diretor da 3.ª Seção, e Alfredo Mariano de Oliveira, secretário da Biblioteca Nacional
Divisão de Iconografia / FBN



Auditório da abertura do Curso de Biblioteconomia
Divisão de Iconografia / FBN



Constâncio Alves, médico e funcionário de carreira da Biblioteca Nacional, deu a aula inaugural do Curso de Biblioteconomia. Falou sobre “A função do bibliotecário”



Mário Behring: formado em engenharia, lecionou Iconografia, Paleografia e Diplomática no Curso de Biblioteconomia. Dirigiu a Biblioteca Nacional de 1924 a 1932 Divisão de Iconografia / FBN

Rubens Borba de Moraes:
formado em biblioteconomia
nos Estados Unidos, como
bolsista da Fundação
Rockefeller, foi diretor da
Biblioteca Municipal de
São Paulo antes de vir para
a Biblioteca Nacional e se
tornar diretor em 1945.
Lecionou Bibliografia e
Referência.
Divisão de Iconografia / FBN



DESFILE DE ESCRITORES (VII)

Carioca de MOURA



JOSUÉ MONTELLO

Josué Montello em caricatura de Moura; escritor maranhense coordenou, em 1944, a modernização do Curso de Biblioteconomia, do qual se tornou diretor; de janeiro de 1948 a março de 1951, dirigiu a Biblioteca Nacional.
Divisão de Iconografia / FBN

collima, não podem ser cumpridos em um só anno lectivo" (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 308). Esta alteração, contudo, não foi imediata.

Em 1921, o curso não funcionou por falta de candidatos. No ano seguinte, funcionou pela última vez na década, com apenas quatro inscritos, dos quais apenas dois concluíram. O decreto no 15.670, de 6 de setembro de 1922, transformou o curso em um novo "Curso Technico", com estrutura destinada a formar profissionais capacitados para atuar tanto na Biblioteca Nacional, quanto no Arquivo Nacional (AN) e no recém-criado Museu Histórico Nacional (MHN) (CASTRO, 2000, p. 57). Com duração de dois anos, o novo curso compreendia as seguintes disciplinas a serem ministradas pelas três instituições (CASTRO, 2000, p. 57-58):

a) Primeiro ano:

- História Literária (BN);
- Paleografia e Epigrafia (BN);
- História Política e Administrativa do Brasil (AN);
- Arqueologia e História da Arte (MHN);

b) Segundo ano:

- Bibliografia (BN);
- Cronologia (MHN);
- Diplomática (AN);
- Numismática e Sigilografia (MHN);
- Iconografia e Cartografia (BN).

Em 1923, o novo curso apresentou uma demanda maior que os últimos cinco anos, com 14 inscritos. A despeito disso, Mario Behring, diretor interino da Biblioteca Nacional, relatou que o curso não seria realizado naquele ano, pois os professores Constâncio Alves e o próprio Mario Behring não poderiam ministrar as "cadeiras de historia literaria e epigraphia e paleografia por razões justificáveis" (BIBLIOTECA NACIONAL, 1923, p. 466). Como não havia verba para contratar professores externos à Casa, o curso não foi realizado, isto com a anuência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (BIBLIOTECA NACIONAL, 1923, p. 465-466). Castro (2000, p. 58) acredita que estas "razões justificáveis" não estariam relacionadas apenas à duplicação de trabalho, como bibliotecário chefe de seção e docência sem remuneração adicional; Alves e Behring eram contrários à criação do "Curso Technico" e, provavelmente, não aprovavam a substituição de um curso que tinha nascido e se desenvolvido na Biblioteca Nacional, graças ao apoio incondicional de seus funcionários, desde a sua fundação. O curso ficou interrompido por nove anos seguidos (1922-1931).

Em 17 de novembro de 1931, o decreto no 20.673 o reativou com alguns ajustes, entre eles o tempo de duração, que passou de um para dois anos. Nesse mesmo período, foi criado no Museu Histórico Nacional o curso de Museologia, o que fez com que a disciplina Numismática deixasse de ser ministrada no curso da Biblioteca Nacional. Outro ajuste importante foi efetuado na disciplina Iconografia, que passou a incorporar conteúdos de cartografia. Assim, o curso voltou a funcionar no início do ano de 1932, com as seguintes matérias: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e cartografia e história literária com aplicação à bibliografia (DIAS, 1991, p. 8-9). Observam-se algumas diferenciações na nomenclatura das disciplinas, mas não há mudanças estruturais. Os falecimentos de Constâncio Alves e de Mario Behring, ambos no ano de 1933, encerraram uma fase que delineou as bases da biblioteconomia brasileira de cunho humanístico.

A segunda fase do ensino da biblioteconomia no Brasil foi marcada pela orientação norte-americana. Com a vinda de Dorothy Muriel Geddes,³ dos Estados Unidos, surgem as circunstâncias necessárias para a criação do Curso de Biblioteconomia do Instituto Mackenzie (hoje Universidade Mackenzie). De acordo com Mueller (1985, p. 4), Geddes tinha como missão preparar a bibliotecária do Instituto Mackenzie – Adelpha Rodrigues de Figueiredo – para fazer o curso de especialização na Universidade de Columbia, e também substituí-la até seu retorno, após a conclusão de sua especialização. A estadia de Geddes em São Paulo “deu ensejo à formação do segundo curso de biblioteconomia no País” (MUELLER, 1985, p. 4), cujas atividades foram iniciadas em 1929, com quatro matérias básicas, conforme Dias (1957, p. 12): Catalogação, Classificação, Referência e Organização.

Com o retorno de Adelpha Rodrigues de Figueiredo, o curso do Instituto Mackenzie foi mantido até 1935, quando surge novo curso promovido pela prefeitura de São Paulo. Graças às reformas na administração municipal, que ocorreram naquele mesmo ano, o escritor Mário de Andrade chegou à direção do Departamento de Cultura, e Rubens Borba de Moraes à Divisão de Bibliotecas Públicas. Rubens Borba de Moraes liderou o curso, que funcionou no prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado de 1936 a 1938, e manteve a orientação norte-americana (CASTRO, 2000, p. 69; SOUZA, 1990, p. 45). Em 1940, o curso foi transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), mantendo sempre as mesmas bases (MUELLER, 1985, p. 4), ou seja, características pragmáticas e tecnicistas.

A convivência de cursos tão diferentes marcou a dicotomia no eixo Rio-São Paulo em função das duas correntes vigentes no país: a formação da Biblioteca Nacional, mais conservadora, e a de São Paulo, mais moderna. Castro (2000, p. 103) descreveu a polêmica entre o Rio de Janeiro e São

Paulo, exemplificando a discordância com a forma de entrada dos nomes próprios, entre outros aspectos da representação descritiva.

No entanto, o modelo praticado pela escola de São Paulo contribuiu para o fortalecimento do ensino de biblioteconomia e foi adotado pelo curso do DASP, na então capital federal do país, Rio de Janeiro. De acordo com Mueller (1985, p. 4), em 1940 o DASP instituiu um curso intensivo para bibliotecários com a duração de seis meses, conforme o decreto-lei nº 6.416, de 30 de outubro. Castro (2000, p. 83) esclarece que este curso intensivo tinha a finalidade de atualizar os ocupantes de cargos de bibliotecário auxiliar e bibliotecário, tendo em vista as deficiências no ensino da Biblioteca Nacional e interesses internos. Alguns meses antes do surgimento do curso, o DASP havia determinado a divisão da carreira de bibliotecário em bibliotecário e bibliotecário auxiliar, conforme o decreto-lei nº 2.166, de 6 de maio de 1940. Mueller (1985, p. 5) explica que o curso do DASP obteve muito êxito e funcionou até 1944.

Tendo em vista as diversas mudanças que vinham ocorrendo desde 1929, como a criação do curso de biblioteconomia em São Paulo, a introdução da orientação pragmática da Universidade de Columbia e, depois, o sucesso recente do curso do DASP, sob a mesma orientação, a Biblioteca Nacional empreendeu, em 1944, uma reestruturação do seu curso para atender às novas demandas.

De acordo com Castro (2000, p. 81), a reforma da Biblioteca Nacional foi projetada pela bibliotecária Heloísa Cabral da Rocha Werneck e executada por Cecília Roxo Wagley e Josué Montello, alcançando também o Curso de Biblioteconomia. As reflexões sobre as mudanças necessárias para o curso estão documentadas em manuscritos da própria Heloísa Werneck (1942), incluindo as propostas para um novo currículo.

A institucionalização do projeto de reforma está expressa no decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944, que aprova o Regulamento dos cursos da Biblioteca Nacional, a que se refere o artigo 8º do decreto-lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944, e que foi assinado pelo então ministro de Estado da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o governo Vargas.

De acordo com Castro (2000, p. 86), o “Curso de Biblioteconomia passou a ter a designação de Cursos da Biblioteca Nacional (C.B.N.)” e foi compreendido sob três níveis:

a) Curso fundamental de biblioteconomia (CFB): para formar pessoal habilitado a exercer os serviços técnicos sob a supervisão de bibliotecários, com duração de um ano. Não havia exigência de conclusão do curso secundário completo (ginasial e colegial);

b) Curso superior de biblioteconomia (CSB): para “formar pessoal habilitado a administrar bibliotecas e a organizar ou dirigir serviços técnicos de

bibliotecas" (BRASIL, 1944), com duração de um ano e exigência de curso secundário completo;

c) Cursos Avulsos (CA): para atualização dos conhecimentos dos bibliotecários e bibliotecários auxiliares, sua duração deveria ser definida conforme sua finalidade. Esses cursos seriam determinados pelo diretor da Biblioteca Nacional, mediante proposta do coordenador dos cursos.

Segundo Castro (2000, p. 86), os principais aspectos positivos da reforma do curso foram: a formação de mão de obra auxiliar qualificada, educação continuada e difusão do conhecimento biblioteconômico no país e exterior. Mas também podem ser destacados outros aspectos de ordem administrativa: a) inclusão da figura de um coordenador para os cursos: desde 1911 era o Conselho Consultivo que tratava tanto dos assuntos da Biblioteca Nacional quanto do Curso de Biblioteconomia; b) desvinculação do corpo docente, que acabou com a obrigatoriedade de o corpo docente ser formado por funcionários da instituição, conforme havia sido estabelecido no regulamento da biblioteca, em 1911; c) concessão de bolsas de estudos para alunos residentes fora da capital federal (Rio de Janeiro), para servidores estaduais e municipais, preferencialmente.

De acordo com Dias (1964, p. 9 apud CASTRO, 2000, p. 79), a concessão de bolsas "teve como consequência a descentralização do Ensino da Biblioteconomia", e todos os cursos ou escolas de biblioteconomia, fundadas em outros estados, tiveram como principais colaboradores ex-bolsistas dos cursos da Biblioteca Nacional.

A reforma do curso, que ocorreu sob a gestão do então diretor Rodolfo Garcia, pode ser considerada um grande marco para a biblioteconomia brasileira. Castro (2000, p. 105-106) explica que "depois de 1944, não há diferenças significativas entre os saberes ministrados entre os cursos de São Paulo e do Rio de Janeiro". No entanto, apesar da nomenclatura das disciplinas serem iguais, recomenda mais estudos para verificar as diferenças quanto aos modos de ensinar, perfil profissional e mercado de trabalho.

As profundas mudanças por que o curso passou em 1944, culminando com a adesão à orientação pragmática e tecnicista da Universidade de Columbia, encerra o caráter humanista, conservador e enciclopedista do ensino de biblioteconomia na BN, determinado pela *École de Chartes*.

3. O ensino e a prática da disciplina Desenvolvimento de Coleções na Biblioteca Nacional (1915-1949)

Considerando que não há, na literatura biblioteconômica, dados disponíveis sobre os conteúdos dos programas ministrados ou sobre as bibliografias que apoiaram o curso, a pesquisa nas fontes primárias existentes nos acervos da Biblioteca Nacional foi fundamental para completar algumas dessas lacunas, especialmente no que se refere aos conteúdos relacionados ao tema

desenvolvimento de coleções, no período de 1915 a 1949, objeto de estudo desta pesquisa.

Conforme visto, era nosso objetivo examinar somente o período de 1915 a 1922 e as disciplinas Bibliografia e Iconografia, ministradas, respectivamente, por Constâncio Antonio Alves, chefe da 1^a Seção (Impressos), e por Aurélio Lopes de Souza, diretor da 3^a Seção (Estampas e Cartas Geográficas); a literatura consultada apontava que essas disciplinas concentravam conteúdos sobre desenvolvimento de coleções. Além disso, foi a partir da disciplina Bibliografia que emergiram as disciplinas Administração e Organização de Bibliotecas e Desenvolvimento de Coleções.

No entanto, os documentos encontrados revelaram que o tema foi abordado em todas as disciplinas ministradas, o que possibilitou uma análise mais abrangente do curso. Além disso, o período de estudo estendeu-se até 1949, em razão do baixo retorno de dados. Foram encontrados, no entanto, apenas cinco programas do curso, entre 1915 e 1949, todos sem bibliografia. É provável que ainda exista muita documentação sem tratamento ou separada por formato ou forma de publicação na instituição. A criação de um fundo ou outro recurso que possibilite a reunião dessa documentação seria extremamente útil para a reconstrução da história do curso.

Para relatar todo o processo de coleta e análise de dados, detalhamos em seguida as cinco etapas que fazem parte do planejamento da pesquisa de campo: *identificação de fontes primárias no acervo da instituição, análise dos conteúdos programáticos, identificação das práticas biblioteconómicas associadas ao desenvolvimento de coleções, análise da documentação levantada e elaboração da biobibliografia*.

3.1. Identificação de fontes primárias no acervo da Biblioteca Nacional

A identificação de fontes primárias foi feita com base no levantamento bibliográfico nos catálogos da Biblioteca Nacional (*on-line*, em fichas e em micro-isis). Devido ao baixo retorno de itens, o Arquivo Central da Unirio foi consultado e alguns documentos foram identificados.

A consulta aos relatórios anuais da Biblioteca Nacional também complementou muitos dados que não foram encontrados no levantamento. No entanto, alguns relatórios não foram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, e, para identificá-los, foram realizados novos levantamentos nos catálogos da instituição. Não foram consultados os relatórios dos anos de 1924 a 1930, pois o curso não funcionou nesse período.

Os documentos primários identificados nos catálogos estão principalmente na Divisão de Manuscritos e referem-se a: a) documentos gerais do curso; b) relatórios anuais; c) programas e documentos correlatos relacionados ao

conteúdo programático; d) outros documentos; e) obras publicadas sobre biblioteconomia no período.

Os documentos encontrados em outros locais estão devidamente sinalizados no texto, aqueles mais relevantes, oriundos da instituição, têm sua localização informada entre parênteses.

a) Documentos gerais do curso

- inscrições dos candidatos ao curso, especialmente entre 1915 e 1919, bem como relação dos alunos matriculados no segundo ano, em 1939. Foram encontrados também documentos relativos ao pagamento de taxas de inscrição de alunos, na década de 1940;
- pontos de provas orais e escritas, especialmente nos períodos de 1915 (somente para Numismática), 1916, 1917 e 1919, ocorridas no mês de dezembro, quando se encerravam as aulas do curso. É importante destacar que o número dos Anais referente ao período de 1915 (volume publicado em 1916) registra, na página 367, que nenhum aluno, dos quatro em condições, prestou provas para habilitação. Também não houve exames em 1918 e 1920. Em 1921, nenhum candidato se inscreveu. Em 1922, conforme visto, o curso funcionou pela última vez na década: dos quatro inscritos apenas dois alunos, que eram funcionários da Casa, concluíram e foram aprovados nos exames, mas suas provas não foram encontradas. Existem documentos datados de 1932 que se referem às provas práticas, escritas e exercícios (Loc. 66,1,003, n. 042 e 66,1,004, n. 012 – DM). Foram identificados também vários exercícios de alunos, a maioria datada da década de 1940, especialmente relativos à catalogação (Loc. 48,5,002,004 e 65,4,006, n.003 – DM), incluindo da mapoteconomia, (Loc. 48,5,002 n. 003 – DM), a cabeçalhos de assuntos (Loc. 48,002,n.011 – DM) e à catalogação e classificação (48,5,002, n.005 – DM). É importante destacar que a documentação referente aos pontos de provas, às provas propriamente ditas e aos exercícios, identificada nos catálogos, não contém nenhum aspecto referente ao processo de desenvolvimento de coleções;
- Livro de atas das reuniões do Conselho Consultivo e da Comissão Julgadora dos Concursos Bibliográficos (1912-1937). Apesar do extenso período coberto pelo livro de atas, há uma lacuna de seis anos que vai da 71^a reunião, em 12 de julho de 1923 (p. 111), até a 73^a em 19 de setembro de 1929 (p. 112), acusando a falta da 72^a reunião. A última referência ao Curso de Biblioteconomia ocorre na 71^a reunião, as reuniões subsequentes tratam principalmente das deliberações sobre a carreira dos funcionários em geral (Loc. 45,1,005 – DM).

- Livro do pessoal da instituição, com indicação de cargo, datas, nomeações, saídas, idade, naturalidade, entre outros [registro 239 da coleção] (Loc. 45,4,006 – DM).
- Pauta de notas dos exames escrito e oral de bibliografia, paleografia, iconografia e numismática dos alunos que prestaram exames em 1917, assim como dos alunos matriculados no segundo ano, em 1941, que fizeram exames de 1^a época.

b) Relatórios anuais da Biblioteca Nacional

Foram identificados nos catálogos da biblioteca os relatórios anuais não publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional* (Apêndice C). Aqueles que foram publicados nos *Anais* estão disponíveis em meio digital na Biblioteca Digital. Nesta pesquisa faltou identificar e localizar os seguintes relatórios anuais: 1924-1930 (período em que o curso não funcionou) e 1949.

c) Programas e documentos relacionados ao conteúdo programático

Conforme explicitado antes, os programas das disciplinas não foram localizados, com exceção de todos os programas do curso, em 1917, e um programa de 1936 da disciplina Bibliografia. Por isso, foram consultadas outras fontes, a fim de complementar os dados. A seguir a lista de todas as fontes identificadas:

- Programas das disciplinas do curso (Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática) de 1917 (ver Anexo A), localizado na Divisão de Obras Raras da BN, e da matéria Bibliografia de 1936, localizado no Arquivo Central da Unirio (ver Anexo B).
- Lições de um curso sobre gravuras de Aurélio Lopes de Sousa, manuscrito produzido entre 1915 e 1919 (SOUZA, 1915-1919). Localizado na Divisão de Manuscritos (I-46,2,10,), não foi possível, no entanto, analisar o seu conteúdo devido ao estado físico do documento, à tinta utilizada e à qualidade da caligrafia;
- Dissertações sobre a história dos livros manuscritos de Constâncio Alves. O exame deste documento permitiu verificar boa parte do conteúdo da disciplina Bibliografia (ALVES, 192-), embora o seu foco seja a história do livro. Pode ser localizado na Divisão de Manuscritos, sob a notação I-48,5,9.
- Cadernos sobre paleografia e diplomática. São dois cadernos de aportamentos da cadeira de Paleografia e Diplomática do Curso de Biblioteconomia, ministrado por Bartolo da Silva (SILVA, 1940-1941). Esta obra é fruto do registro de uma de suas alunas, que concluiu o curso em 1941 e doou o seu caderno à Biblioteca Nacional: Lidia Maria de Oliveira Combacau,

identificada no catálogo da instituição como Lydia C. de Miranda. Seu conteúdo não tem, porém, informações sobre a área desenvolvimento de coleções. Está na Divisão de Manuscritos, sob a notação 18,1,13-14.

- Projeto de reforma da Biblioteca Nacional. Esta obra traz informação de grande relevância para identificação das disciplinas e estrutura dos cursos propostos pela instituição a partir da reforma, em 1944 (WERNECK, 1942). Pode ser consultado na Divisão de Manuscritos, sob a notação II-350,3,24. Outro documento que parece estar relacionado refere-se ao "Comentário sobre o projeto para um curso de biblioteconomia". No catálogo, a parte descritiva informa que havia "um pedacinho de papel preso ao clipe "Referimento e anteprojeto apresentado ao DASP por Sílvia Nilda e C. [Cecília] em 1942". O pedaço de papel não está no documento. Para localização ver 65,1,001 nº044.

- Decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944, e Decreto-lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944. Diversas fontes citaram esses decretos como referência para a reforma, especialmente Dias (1990). A localização destas fontes foi importante para identificar as disciplinas que passaram de fato a fazer parte da nova estrutura dos cursos da Biblioteca Nacional.

d) Outras fontes de informação

Guia da Biblioteca Nacional: sesquicentenário – 1810-1960 (BIBLIOTECA NACIONAL, [1960]) e *Cinquentão anos de biblioteconomia, 1915-1965: Exposição Comemorativa do Cinquentenário dos Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1965). Muitos dados provenientes dessas fontes eram conflitantes com os dados identificados na documentação primária e nos próprios *Anais*. A data de morte de Aurélio Lopes de Sousa divergiu (o catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional e a fonte *Cinquentão anos de biblioteconomia, 1915-1965* informam 1866-1934, mas o *Guia da Biblioteca Nacional* informa 1866-1937). O *Guia da Biblioteca Nacional* também revelou a existência de fotografias de três professores cujas referências não se encontravam no catálogo *on-line*. As três imagens são referentes à aula inaugural, proferida na noite do dia 10 de abril de 1915, pelo professor Antônio Constâncio Alves. Nas imagens é possível identificar o público, a composição da mesa da cerimônia e o próprio Constâncio Alves proferindo sua palestra, intitulada "A função do Bibliothecario". Percebe-se que Constâncio Alves lê um texto, o qual, com certeza de interesse para esta pesquisa, não foi encontrado. O estudo *Biografia da Biblioteca Nacional: (1807-1990)*, de Gilberto Vilar de Carvalho (1994), foi de extrema relevância para confrontar datas de nascimento e morte e complementar os dados biográficos e bibliográficos.

e) Produção sobre biblioteconomia no período

Fora previsto nesta pesquisa o levantamento de toda a produção em biblioteconomia no período de 1915 a 1949, o que seria feito com base na *Bibliografia Brasileira*. Porém, como essa publicação (anteriormente denominada de Boletim) era feita a partir dos catálogos da Biblioteca Nacional, deu-se preferência à consulta direta aos catálogos. Foram poucos, todavia, os trabalhos encontrados nesses catálogos que tratavam do assunto nos períodos em questão. Outros catálogos também foram consultados: os do Real Gabinete Português de Leitura, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Mesmo que tenha sido ressaltada por Castro (2000) a pouca produção sobre biblioteconomia em língua portuguesa, as referências encontradas demonstram que existem manuscritos e outras produções isoladas que requerem maior esforço de pesquisa para esgotar todas as chances de identificação e localização desse material. Por isso, a consulta a outras fontes de informação para complementar os dados será fundamental para que se elabore um levantamento efetivamente exaustivo. Não foi possível fazê-lo, porém, mas as obras levantadas até o momento encontram-se listadas no Apêndice D. Entre elas, destaca-se *A biblioteca*, de Wanda Ferraz, que, de acordo com Fonseca (1957 apud CASTRO, 2000, p. 95), tornou-se um clássico das décadas de 1940 e 1950. A produção docente do período está agrupada no Apêndice B e complementa a bibliografia sobre o campo no país.

Só a partir da década de 1950, a produção acadêmica na área tornou-se mais expressiva (período não coberto pela pesquisa). Vale mencionar que Castro (2000, p. 95-96) elencou as dez obras consideradas fundamentais em uma lista elaborada por bibliotecários que lideravam esse campo naquela década: *Documentation* (1953), de S.C. Bradford; *La Bibliographie* (1956), *Notions Fondamentales* (1954) e *Cours de Bibliographie*, de Louise Maclés; *Bibliographic Organization*, de Shera e Margareth Mann; *Traité de Documentation*, de Paul Otlet; *Qu'est-ce la Documentation*, de Suzane Briet; *Introduction of Cataloging and the Classification* (1943), de Margareth Mann; *Classified Catalog* (1956), de Shera; *Introdução ao Estudo da Documentação* (1957), de Herbert Coblans, traduzido por Maria Antonieta Requião Piedade.

3.2. Análise dos conteúdos programáticos

Os programas do Curso de Biblioteconomia foram os mesmos de 1915 a 1918. Em 1917, as oficinas gráficas da Biblioteca Nacional “enfeixaram” os programas e este material foi encontrado na Seção de Obras Raras. Trata-se do único documento encontrado referente aos programas na década de 1910.

De acordo com os relatos nos *Anais da Biblioteca Nacional*, somente em 1919, houve uma redução do conteúdo da disciplina Bibliografia, conforme apresentou Manoel Cícero Peregrino da Silva em seu relatório sobre o ano de 1919: "Os programmas adoptados em 1919 foram os mesmos apresentados em 1917, reprodução dos de 1915, á excepção do de bibliographia, que foi reduzido a menor numero de pontos." (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 323).

Por outro lado, o primeiro relatório a tratar do funcionamento do curso apresenta dados diferentes sobre os programas de cada matéria: Bibliografia, com 30 pontos; Paleografia e Diplomática, com 30 pontos; Iconografia, com 29, incluindo a parte prática, e Numismática, com 24 pontos, incluindo a parte prática (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 366). Nos programas de 1917 (Anexo A), é possível verificar que, em vez de 31 pontos, Bibliografia aparece apenas com 19 pontos e não apresenta a parte prática. Paleografia apresenta 10 pontos que, somados aos 17 pontos de Diplomática mais 2 de prática, totalizam 29 e não 30 pontos. Iconografia apresenta 27 pontos, mais 2 de prática, totalizando 29 e não 30 pontos. Somente Numismática corresponde a 24 pontos, conforme o relatório, mas não há a parte prática. Dessa maneira, os dados dos programas de 1917 não correspondem totalmente ao que foi apresentado nos relatórios e, talvez, não expressem exatamente aqueles pontos ministrados em 1915.

De acordo com a documentação consultada, o programa de 1917, com a alteração mencionada em 1919, foi o mesmo adotado em 1920. Em 1921 não houve curso e em 1922 não há menção sobre o programa.

Em 1923, Mario Behring, diretor interino da Biblioteca Nacional, informou no relatório anual que o Curso de Biblioteconomia não seria realizado naquele ano, uma vez que os professores Constâncio Alves e o próprio Mario Behring justificaram as razões pelas quais não poderiam ministrar as "cadeiras de história literaria e epigraphia e paleographia" (BIBLIOTECA NACIONAL, 1923, p. 466). A menção a essas disciplinas denuncia alterações que se referem ao novo curso técnico que seria implantado, como atesta Castro (2000, p. 57).

A partir de 1924, os *Anais* não publicaram os referidos relatórios anuais e, por essa razão, não foi possível coletar relatos que complementassem os dados colhidos até o momento.

A existência dos programas é incontestável, uma vez que é possível averiguar nos relatórios anuais, no item "Conselho Consultivo" ou mesmo "Curso de Biblioteconomia", a menção às decisões a respeito dos horários e programas a serem adotados em cada período letivo. É possível que esse material possa estar guardado, porém sem tratamento técnico que permita sua identificação e localização, ou na Biblioteca Nacional, ou, caso ele tenha sido transferido, no Arquivo Central da Unirio, ou ainda em arquivo particular de algum dos professores.

Para fins de análise, foram utilizados os seguintes documentos: a) programas impressos em 1917, cuja transcrição completa se encontra no Anexo A; b)

programa de bibliografia de 1936 (Anexo B) localizado no Arquivo Central da Unirio; c) lições de um curso sobre gravuras, de Aurélio Lopes de Sousa; d) dissertações sobre a história dos livros manuscritos, de Constâncio Alves; e) cadernos (2) de apontamentos da cadeira de Paleografia e Biblioteconomia, ministrado pelo professor Bartolo da Silva, 1940-1941; f) projeto de reforma da Biblioteca Nacional, de Heloisa da Rocha Werneck.

3.2.1. Programas das disciplinas em 1917

Nos programas de 1917 das disciplinas do curso foram identificados vários tópicos referentes ao processo de desenvolvimento de coleções: armazenamento dos diferentes tipos de coleções; conservação (livros, estampas e moedas); tipologia dos documentos e encadernações; serviço de permutas internacionais; aquisição de moedas e medalhas; aquisição e remessa de livros, manuscritos, estampas e peças numismáticas para as seções da Biblioteca Nacional; origem e composição das coleções manuscritas das bibliotecas e arquivos; organização dos registros e inventários; iconofilia; iconomania; formação de coleções (iconografia) e colecionadores.

É possível afirmar que a área de desenvolvimento de coleções esteve presente, de alguma forma, em todas as disciplinas ministradas no Curso da Biblioteca Nacional, no período de 1915 a 1922, e não apenas nas disciplinas Bibliografia e Iconografia, conforme havia sido identificado anteriormente na literatura consultada.

O quadro 2, intitulado “Análise dos conteúdos programáticos do Curso de Biblioteconomia da BN”, detalha todos os pontos extraídos do programa original de 1917 referentes, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento de coleções. Esses pontos foram identificados sob seis categorias, construídas a partir dos seus próprios conteúdos: organização e administração de bibliotecas (OAB); formação e armazenamento de coleções; tipologia documental; aquisição; conservação; segurança e falsificações. Os números que aparecem nas células do quadro referem-se ao ponto do programa transcrita no Anexo A.

a) Organização e administração de bibliotecas, formação e armazenamento de coleções

No programa da disciplina Bibliografia, destaca-se a subordinação do 17º ponto - organização e administração de bibliotecas (OAB). Apesar de este ponto estar voltado, aparentemente, para os recursos humanos, é possível levantar alguns aspectos históricos e teóricos que podem contribuir para abrir um leque de conteúdos prováveis além dos recursos humanos. Embora não tenha sido possível identificar o conteúdo ministrado, a literatura existente desde o século

XVII, com os trabalhos de Justus Lipsius (1607) e de Gabriel Naudé (1627), descreve alguns dos processos do que atualmente

Quadro 2: Análise dos conteúdos programáticos do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

Disciplinas	OAB, Formação e Armazenamento	Tipologia Documental
Bibliografia 1 ^a . Seção Constancio Alves	<u>17 Organização e administração das bibliothecas</u> – Pessoal – Estudos geraes e technicos – Exames e Concursos <u>19.</u> – Serviço de informações. – Serviço de permutações internacionaes. Emprestimo domiciliar.	<u>8 Características do livro antigo e do moderno.</u> – Incunabulos e cimelios. – Livros raros e preciosos. – Falsificações bibliographicas.
Paleografia 2 ^a . Seção João Carlos de Carvalho		<u>5 Materiais subjectivas da escripta:</u> metaes, pedras, marmores, taboinhas enceradas <u>6 Mesmo assumpto:</u> papiro, pergaminho, papel. <u>8 Forma e composição do livro.</u> Rôlos e codices. A escripta propria do livro. <u>9 Mesmo assumpto.</u> Encadernação e ornamentação
Diplomática 2 ^a . Seção João Carlos de Carvalho		<u>1 Origem e composição das colecções</u> manuscritas das bibliothecas e archivos. <u>Organização dos registos e inventários</u> (prática dos serviços) <u>8 Partes constitutivas dos documentos.</u> Formularios e manuaes.
Iconografia 3 ^a Seção Aurélio Lopes de Souza	<u>26 Instalação de um gabinete de estampas.</u> Mobiliario. <u>Acondicionamento</u> <u>28 Iconophilia.</u> Iconomania. <u>Formação de colecções.</u> Coleccionadores notaveis..	<u>12 Lithographia.</u> Origem. Processos. Seus representantes mais notáveis, até o século XIX, nos principais paizes da Europa <u>13 Daguerreotypia.</u> <u>Photographia.</u> Processos photo-mecanicos. <u>Heliogravura</u> <u>14 Estampa em cores</u> <u>15 Aquarella.</u> <u>Guache.</u> <u>Miniatura.</u> <u>Águada.</u> <u>Pastel.</u> Suas applicações <u>17 Os ex-libris.</u> Estylos. Allegorias e outros gêneros de composição <u>18 A ilustração do livro.</u> O cartaz, o cardápio e outras applicações da estampa. <u>19 As cartas geographicas antigas.</u> Sua ornamentação. As cartas e plantas modernas

Numismática	23 Gabinete de moedas e medalhas. <u>As colecções.</u> Acquisições <u>Disposição das peças nos medalheiros.</u>	3 A peça monetaria. Seu aspecto, formas e typos
4ª Seção		6 As medalhas. Differenças entre as moedas e as medalhas. Os medalhões. Medalhistas da Renascença.
João Gomes do Rego		

Aquisição	Conservação	Segurança e Falsificações
19. – Serviço de informações. – Serviço de permutações internacionaes. Emprestimo domiciliar. – <u>Acquisição e remessa</u> de livros, manuscripts, estampas e peças numismáticas para as secções. – Officinas graphicas.	4 <u>Encadernação</u> 6 <u>Conservação e restauração dos livros</u>	8 Características do livro antigo e do moderno. – Incunabulos e cimelios. – Livros raros e preciosos. – <u>Falsificações bibliographicas.</u>
		3 <u>Cryptographia.</u> Siglas, abreviações, notas tironianas
		10 <u>Signaes de validação</u> (subscripções, assignaturas e testemunhas) 11 Mesmo assumpto. Sellos. 12 <u>A chancellaria pontifical.</u> 13 <u>As chancellarias regias</u> 14 <u>Os documentos falsos.</u>
	27 <u>Conservação e restauração das estampas.</u> Descollamento. Engomagem. Alvejamento Tiragem de nodoas. Descoloração. Reparação de dilacerações e lacunas. Forração e entelação. Restauração do desenho. Reparação do pergaminho. Montagem simples de estampas. Montagem em passe-partout .	22 Falsificação da estampa; suas modalidades. A modernização em iconographia. O apocrypho na gravura de retratos
23 Gabinete de moedas e medalhas. <u>As colecções.</u> Acquisições <u>Disposição das peças nos medalheiros</u>	25 Exame de uma moeda. <u>Cuidados. Conservação. Decalque</u>	

é denominado desenvolvimento de coleções, ao tratar sobre organização e administração de bibliotecas. Pode-se considerar que alguns tópicos sobre desenvolvimento de coleções tenham sido tratados neste ponto, tendo em vista a literatura disponível na época. Este tópico constituiu-se em matéria independente somente na segunda fase do curso.

O 19º ponto do programa de Bibliografia refere-se aos serviços de informações e de permutes internacionais, além do empréstimo. É interessante observar que esses tópicos estão reunidos e se referem basicamente a um tipo de aquisição (permute) e à circulação de obras. A permuta é um tópico genuíno da área de desenvolvimento de coleções, por isso será analisada em outra categoria mais apropriada, aquisição. Já a circulação de obras tinha realmente na administração o seu enfoque. Vale destacar que o empréstimo domiciliar era um serviço que a Biblioteca Nacional oferecia neste período e, talvez por isso, os programas tenham incorporado também as práticas exercidas no cotidiano da instituição.

O armazenamento também foi um tópico muito valorizado no programa para os materiais especiais referentes às disciplinas Iconografia e Numismática. Há detalhes sobre o mobiliário, acondicionamento e arranjo dos materiais, assuntos estudados em desenvolvimento de coleções.

b) Tipologia documental

Todas as disciplinas deram destaque aos tipos de documentos, focando diferentes abordagens especialmente as características físicas, segundo Ghinchat e Menou (1994):

- natureza (documentos textuais e não textuais – especialmente iconográficos)
- material (papel, pergaminho, papiro)
- forma de produção (brutos, tais como os minerais, e manufaturados, tal como as obras literárias)
- publicação (publicados e não publicados)

Nesse tópico estão também presentes elementos de bibliologia, especialmente na disciplina Paleografia, em que se encontram os elementos constitutivos de livros e códices, assim como em Numismática, onde se trata do mesmo tema em relação aos documentos. Esses elementos são fundamentais para enriquecer os critérios de seleção de um item, especialmente de Obras Raras. No entanto, na atualidade, não há menção na literatura especializada sobre a sua importância para o processo de seleção – trata-se de teorias construídas no passado que ainda são válidas para o processo de desenvolvimento de coleções e para a seleção em particular.

Verifica-se também (quadro 2, segunda coluna) que a disciplina Diplomática incluía conteúdo relativo à formação das coleções, com ênfase em sua origem e composição das coleções. Não fica claro, no entanto, se essa matéria se refere à biblioteconomia ou à arquivologia. Associado à origem e composição das coleções, está o inventário, uma das atividades necessárias para o desenvolvimento de coleções, especialmente para identificar perdas, condições físicas dos documentos e planejamento espacial.

c) Aquisição

A parte dedicada às aquisições na disciplina Bibliografia tem grande destaque, especialmente as permutas internacionais. A valorização desse tema pode estar relacionada às iniciativas que ocorreram no mundo em relação à permuta no século XIX, com a criação do primeiro Centro de Permutas – International Exchange Service da Smithsonian Institution, em 1851, em Washington DC, e, tempos depois, da Belgium International Exchange Centre, em 1871 (SUAIDEN, 1978, p. 15).

O Brasil participou de convenções internacionais para definir propostas sobre a permuta internacional de documentos oficiais e publicações de caráter científico e literário, e passou a contribuir com remessas regulares para vários países. É possível verificar essas atividades nos relatórios anuais, no período de estudo em que há um tópico dedicado às permutas e transferências de acervos. Tanto a permuta quanto as remessas de obras para as seções eram atividades muito comuns na Biblioteca Nacional.

É interessante observar que, aparentemente, o tópico “serviço de informações”, presente no programa, reúne diferentes atividades: permuta, transferência de obras, empréstimo, aquisição e oficinas gráficas. Para o ensino de Desenvolvimento de Coleções, somente os tópicos “permuta” e “transferência” seriam de interesse: o primeiro, relacionado à aquisição, e o segundo, ao remanejamento ou desbastamento, dependendo do enfoque dado à atividade. Por outro lado, verifica-se que há uma correspondência entre a organização e administração de bibliotecas e a aquisição, e, também, que a aquisição funciona como agregadora de atividades similares, tal como o desenvolvimento de coleções se configura, na atualidade. Esta percepção também se evidencia em textos de autores do século XIX, especialmente em Hesse (1841).

A disciplina Numismática também dedicou o ponto 23 para agrupar aspectos referentes ao desenvolvimento de coleções na atualidade: mobiliário, arranjo e aquisições.

d) Conservação

Outro aspecto destacado eram as técnicas empregadas para conservação e restauração de diversos tipos de materiais, como livros, moedas, estampas e pergaminhos. Os tipos de acondicionamentos também são mencionados: encadernação, montagem simples de estampas e montagem em *passe-partout*. Somente as disciplinas Paleografia e Diplomática não previam explicitamente o assunto conservação. Na atualidade, aspectos referentes à conservação e preservação são estudados na disciplina Desenvolvimento de Coleções.

3.2.2. O programa da disciplina Bibliografia em 1936

Este programa foi localizado no Arquivo Central da Unirio, por ocasião do desenvolvimento do subprojeto de Dias (2008), vinculado à presente pesquisa. A correspondência entre os programas de Bibliografia, nos anos de 1917 e 1936, foi analisada naquele subprojeto, não sendo por isso aprofundada nesta pesquisa (DIAS, 2008).

Foi observado que, embora o programa de 1917 (Anexo A) apresente 19 pontos e o de 1936, 21 pontos (Anexo B), não houve alterações estruturais, e sim um rearranjo do conteúdo e a inclusão de dois pontos: Bibliotecário e Comércio de livros. O programa de 1936, apesar do número maior de pontos, apresenta concisão dos conteúdos abordados.

Nesse novo arranjo de conteúdo, há maior destaque para os seguintes pontos, que possuem grande correspondência com desenvolvimento de coleções: aquisição de livros, arrumação de livros nas bibliotecas, conservação e restauração de livros, encadernação, comércio de livros, bibliotecas: construção, organização, legislação.

Nos dois programas foi verificada grande ênfase na aquisição e na sua relação com Organização e Administração de Bibliotecas (OAB), armazenamento de coleções e sua conservação. Observou-se que muitos aspectos da matéria Bibliografia tinham, de fato, relação direta com os conteúdos da disciplina Desenvolvimento de Coleções, que é ministrada atualmente, conforme Castro (2000) evidenciou. Por outro lado, também ficou evidente que a disciplina Bibliografia foi a base pela qual surgiu posteriormente um núcleo de disciplinas que constituiu o que se denominou de currículo mínimo, na década de 1960. Tanto no programa de 1917 quanto no de 1936 é possível verificar a correspondência direta entre História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas, Representação Descritiva e Temática e Conservação.

3.2.3. Lições de um curso sobre gravuras

Como não foram localizados todos os programas do Curso da Biblioteca Nacional, outros documentos foram consultados a fim de cobrir lacunas. O documento “Lições de um curso sobre gravuras”, de Aurélio Lopes de Sousa, é um desses documentos, já que trouxe, nos originais manuscritos das aulas proferidas entre 1915 e 1919 (SOUZA, 1915-1919), algumas informações sobre o programa da disciplina “Iconografia” do período.

Os originais foram escritos nos dois lados de cada página, o que dificulta a leitura, além de não haver indicação dos números das páginas ou dos pontos de aula. No entanto, é evidente a correspondência entre o programa da disciplina “Iconografia” de 1917 e o manuscrito, conforme a leitura dos trechos que estão legíveis. Apesar disso, devido às condições do documento, não foi

possível verificar nos originais aqueles pontos relativos ao tema em questão, conforme identificado no quadro 4 (tipo de mobiliário, acondicionamento, conservação e restauração de estampas, formação de coleções e falsificação).

A caligrafia do autor prejudicou a leitura de vários trechos, especialmente nas partes finais. Além disso, a qualidade da tinta utilizada provocou corrosão e borrões no documento, dificultando a leitura em diversos trechos. O trabalho de especialistas seria urgente para interromper a ação dos agentes que estão destruindo o suporte, bem como para sua transcrição. Este documento é um dos poucos conteúdos produzidos pelo corpo docente, nos primórdios do curso, que conseguiram chegar ao século XXI.

3.2.4. Dissertações sobre a história dos livros manuscritos

O texto “Dissertações sobre a história dos livros manuscritos”, de Constâncio Alves (192-), é acompanhado de nove documentos cujos assuntos tratam da passagem do livro manuscrito para o impresso. Constâncio Alves era o responsável pela cadeira de Bibliografia e os documentos versavam sobre os seguintes assuntos: pergaminho; o livro de papiro; uso do couro na Antiguidade como moeda e material de escrita – resumo dos pontos sobre o papiro e o pergaminho; palimpsesto; miniatura; formatos; encadernação; ornamentação do livro e crysographia.

Desses nove documentos, somente os itens b, f, g e h estão nitidamente cobertos pelo programa de Bibliografia. Também foram identificado os pontos da matéria Bibliografia que têm correspondência direta com os documentos elaborados por Constâncio Alves: a) O livro. Ornamentação – Ilustração – Ex-Libris – Formato, do ponto 3; b) Encadernação, do ponto 4; c) Características do livro antigo e do moderno – Incunábulos e cimélios. Livros raros e Preciosos – Falsificações bibliográficas, do ponto 8.

Vale ressaltar que o programa de Bibliografia, em 1917, foi elaborado pelo próprio Constâncio Alves.

O subprojeto desta pesquisa (COUTO, 2008) verificou as correspondências desses documentos com os programas das matérias de Paleografia (papiro, pergaminho e papel, do ponto 6) e de Iconografia (miniatura, do ponto 15). No entanto, a despeito dessas aparentes repetições de conteúdos em outras matérias, foi possível averiguar que os nove documentos em “Dissertações...” estão diretamente correlacionados com a disciplina que depois passou a ser denominada História do Livro e das Bibliotecas. Os aspectos relacionados diretamente ao tema desenvolvimento de coleções não estão presentes nesses documentos.

3.2.5. Cadernos de apontamentos da cadeira de Paleografia e Diplomática

Outro documento de extrema importância é o caderno de apontamentos da cadeira de Paleografia e Diplomática, que foi ministrada por Bartolo da Silva em 1940 e 1941 (SILVA, 1940-1941). São dois cadernos que trazem as anotações de aula da aluna Lydia Combacau de Miranda, que os doou à Divisão de Manuscritos por ocasião de sua aposentadoria em 1990 (COUTO, 2008, p. 73).

Os cadernos estão em excelente estado de conservação e trazem, além dos conteúdos das aulas em boa caligrafia, os programas das cadeiras de Paleografia e Diplomática de 1940-1941. A correspondência entre os programas de 1917 e os de 1940 foi objeto de estudo do subprojeto desta pesquisa (COUTO, 2008, p. 73). O estudo observou que, em 1917, havia um programa para a Paleografia e outro para Diplomática. No entanto, conforme descrito no caderno da aluna, em 1940, as duas disciplinas figuraram em um único programa assim divididas: Paleografia, do ponto 1 ao 18, e Diplomática, do ponto 19 ao 30. Outro aspecto interessante se refere ao ponto Crisografia, que foi destacado por Constâncio Alves no 9º documento. Essa nomenclatura foi incorporada no novo programa de 1940, embora no ponto 7 do programa de Paleografia de 1917 (Instrumentos do escriptor. Tintas e cores) já houvesse uma indicação a respeito.

Quanto aos conteúdos relacionados ao tema desenvolvimento de coleções, permanecem alguns aspectos mais gerais verificados nos respectivos programas do ano de 1917 (quadro 2), especialmente quanto à tipologia documental (pontos 2, 3, 4, 25, 26 e 27), conservação (encadernação, ponto 5) e aspectos referentes às falsificações (pontos 28 e 30).

a) Paleografia:

- Ponto 2 – Materiais utilizados na escrita. – Instrumentos de escribas.
- Ponto 3 – Do papiro – Do pergaminho e do velino – Tintas e cores – Crisografia.
- Ponto 4 – O livro manuscrito na Antiguidade e na Idade Média. – Forma e composição do livro manuscrito. Rolos e códices. – O palimpsesto.
- Ponto 5 – Encadernação e ornamentação do livro manuscrito. – Iluminuras e miniaturas.

b) Diplomática:

- Ponto 25 – Análise dos documentos. – Sua preparação e feitura. Suas partes constitutivas. – Formulários e manuais.
- Ponto 26 – Divisão dos documentos e estudo de cada uma das suas partes.

- Ponto 27 – Classificação dos documentos. Documentos públicos e documentos privados. Documentos pontifícios.
- Ponto 28 – Sinais de validação dos documentos. – Subscrições – Assinaturas – Testemunhas – Selos.
- Ponto 30 – Atos privados. Documentos falsos. Bibliotecas e Arquivos. A secção de manuscritos da Biblioteca Nacional (2^a secção).

3.2.6. Projeto de Reforma de Heloisa Cabral da Rocha Werneck

Também foi possível identificar alguns itens do programa em Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: (projeto de Reforma), escrito por Heloisa Cabral da Rocha Werneck para fomentar o projeto de reforma da Biblioteca Nacional (WERNECK, 1942). Traz em anexo três documentos que o precederam, a saber:

- a) "Uma opinião sobre Biblioteconomia", de 1941;
- b) "Curso de aperfeiçoamento na Universidade de Michigan – Estados Unidos da América do Norte: relatório apresentado pela bibliotecária Heloisa Cabral da Rocha Werneck", de 1940;
- c) "Ver-Ouvir-Contar: a Universidade de Michigan e a sua Biblioteca", de 1940.

A autora identificou vários aspectos da organização da Biblioteca Nacional e do curso que deveriam ser objeto de mudanças e reformas, tendo em vista as modernas técnicas da Biblioteconomia. Uma de suas críticas refere-se à divisão da instituição em quatro seções (Impressos; Manuscritos; Estampas, Gravuras e Mapas; Jornais e Periódicos), que refletia uma visão antiga a ser superada por "estruturas mais técnicas e modernas" (WERNECK, 1942, p. 4). Em relação ao curso, observou que as disciplinas valorizavam mais aspectos de cultura geral que "os problemas práticos de organização geral" (WERNECK, 1941, p. 43 apud COUTO, 2008, p.).

Para Werneck (1940), o curso deveria ampliar-se e estruturar-se segundo novas bases e em nova legislação, tal como proposto abaixo:

- a) curso de nível superior: oferecido pela instituição e integrado à Universidade do Brasil, com duração de dois anos;
- b) curso de bibliotecários auxiliares: oferecido pela Biblioteca Nacional e bibliotecas estaduais, com duração de dois semestres;
- c) curso de catalogadores municipais: sob a orientação do Conselho Nacional de Bibliotecários (proposta de criação) e direção do Instituto Nacional do Livro, com duração de dois semestres.

As disciplinas propostas, discriminadas no quadro 5, evidenciam poucas correspondências com o tema desenvolvimento de coleções. Embora não estivessem acompanhadas dos respectivos programas, há uma possibilidade de

que a disciplina Administração de Bibliotecas possa ter conteúdos voltados para desenvolvimento de coleções. No quadro 6, estão as disciplinas propostas para o curso de bibliotecário auxiliar; além de oferecer uma disciplina de administração de bibliotecas, que poderia conter pontos voltados para o tema desenvolvimento de coleções, apresenta-se ainda a disciplina Escolha e Aquisição de Livros, que certamente contempla os processos de seleção e aquisição que integram, na atualidade, o processo desenvolvimento de coleções. A disciplina não aparece no nível superior e não há como averiguar o tipo de abordagem concebida sem documentos que revelem como a disciplina seria ministrada. Por outro lado, a sua indicação por Werneck demonstra que havia uma preocupação com o processo em si.

Quadro 3: Disciplinas propostas para o curso de nível superior

Curso de bibliotecários de nível superior	
1º ano	2º ano
História e Métodos de Classificação	Referência e Bibliografia
História e Métodos de Catalogação	Paleografia e Diplomática
Administração de Bibliotecas	Iconografia
Documentos públicos	Cartografia

Fonte: Adaptado de Werneck (1940)

Quadro 4: Disciplinas propostas para o curso de bibliotecário-auxiliar

Curso de bibliotecário-auxiliar	
1º Semestre	2º Semestre
História Geral dos Livros e das Bibliotecas	Administração de bibliotecas
História Literária	Folhetos, Recortes e Hemeroteca
Referência e Bibliografia	Escolha e Aquisição de Livros
Catalogação e Classificação	Bibliotecas e coleções especializadas (estágio em diversas bibliotecas)

Fonte: Adaptado de Werneck (1940)

No quadro 5, ficam evidenciadas as disciplinas voltadas para conservação (Higiene e limpeza dos livros e das bibliotecas e Encadernação), aspectos de grande relevância para desenvolvimento de coleções.

Quadro 5: Disciplinas propostas para o curso de catalogadores

Curso de catalogadores municipais	
1º Semestre	2º Semestre
História da Literatura Brasileira (Noções)	História do Livro e das Bibliotecas (Noções)
História do Brasil	Bibliografia nacional e regional
Organização de Fichários e Arquivos	Catalogação e Classificação (prática)
Datilografia	Bibliotecas e coleções especializadas (estágio em diversas bibliotecas)
Higiene e Limpeza dos Livros e das Bibliotecas	Datilografia
	Encadernação

Fonte: Adaptado de Werneck (1940)

3.2.7. A Reforma da Biblioteca Nacional: Decreto nº 15.395 e Decreto-Lei nº 6.440

Conforme visto, o decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944, aprova o Regulamento dos Cursos da Biblioteca Nacional a que se refere o artigo 8º do decreto-lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944. A análise deste último esgotou os dados levantados até o momento para reconstruir os programas das disciplinas do Curso da Biblioteca Nacional, ministradas entre 1915 e 1949.

Neste decreto, está descrita a organização do curso em 1944 e, também, algumas similaridades com o que foi proposto por Werneck (1942, 1941, 1940), embora a disciplina Escola e Aquisição de Livros não tenha sido incorporada às novas ementas. Os cursos, agora sob nova denominação, compreendiam três níveis:

- a) Curso fundamental de biblioteconomia;
- b) Curso superior de biblioteconomia;
- c) Cursos avulsos.

Os cursos avulsos não foram objeto de análise, apesar de sua importância para a educação continuada e especialização. As disciplinas dos cursos Fundamental e Superior apresentam ementas no próprio regulamento e foram transcritas a seguir.

Quadro 6: Disciplinas do curso fundamental de Biblioteconomia em 1944

Curso fundamental de biblioteconomia	
Organização das Bibliotecas	Introdução descritiva da finalidade social das bibliotecas e das finalidades específicas dos vários tipos de bibliotecas, bem como conhecimento prático dos serviços gerais normalmente atribuídos aos bibliotecários-auxiliares.
Classificação e Catalogação	Estudo e aplicação dos sistemas mais vulgarizados de classificação bibliográfica, estudo e normas de catalogação, sua aplicação na redação de notícias bibliográficas e das operações necessárias à organização de catálogos de livros e de publicações seriadas, bem como noções de classificação e catalogação de cartas geográficas, música e estampas.
Organização de Fichários e Arquivos	Estudo de vários tipos de obras de referência e de sua utilização, bem como de outros recursos a serem empregados no serviço de orientação dos consulentes.
Bibliografia e Referência	Bibliotecas e coleções especializadas (estágio em diversas bibliotecas).
História do Livro e das Bibliotecas	Estudo dos caracteres gerais dos livros e da evolução dos processos de impressão e encadernação.

Fonte: Adaptado de Brasil (1944)

No quadro 6, a única disciplina que poderia apresentar algum conteúdo relacionado ao tema desenvolvimento de coleções seria Organização de Bibliotecas. Contudo, não foi possível identificar qualquer correspondência explícita com o tema a partir da ementa.

É possível verificar a mesma situação no quadro 7. A ementa da disciplina Organização e Administração de Bibliotecas, no curso superior de Biblioteconomia, também não explicita qualquer correspondência com o tema desenvolvimento de coleções, e não é possível afirmar que tais conteúdos tenham sido incluídos na reforma de 1944.

Quadro 7: Disciplinas do curso Superior de Biblioteconomia em 1944

Curso superior de biblioteconomia	
Organização e Administração de Bibliotecas	Exposição dos princípios gerais de organização e suas aplicações, além dos estudos dos problemas específicos de administração das bibliotecas.
Classificação e Catalogação	Estudo comparativo das principais classificações filosóficas dos conhecimentos humanos e dos sistemas de classificação usados em biblioteca.
História e Literatura	Compreenderá não somente o estudo das produções literárias propriamente ditas como o da evolução de conceitos filosóficos, científicos e sociais encarando-se, também aspectos de especial interesse para o bibliotecário, tais como edições principais, traduções, adaptações e resumos.
Disciplinas Optativas	a) Iconografia; b) Noções de Paleografia e Catalogação de Manuscritos e de Livros Raros e Preciosos; c) Mapotecas; d) Bibliotecas de Música; e) Publicações Oficiais e Seriadas, Periódicos; f) Bibliotecas Públicas; g) Bibliotecas Especializadas e Bibliotecas Universitárias; h) Bibliotecas Infantis e Escolares.

Fonte: Adaptado de Brasil (1944)

Os programas identificados, assim como os demais documentos relacionados com os conteúdos das disciplinas, apresentaram alguns aspectos que

corresponderam ao tema desenvolvimento de coleções, sem, no entanto, apresentar os pontos ou um corpo de conhecimento dedicado ao tema.

3.2.8. Destaques sobre os conteúdos identificados nos programas

Os dados coletados nos programas de disciplinas e na documentação relatada evidenciam aspectos bastante gerais que de alguma forma se relacionam com o tema desenvolvimento de coleções.

Nos programas de 1917, foi verificada maior correspondência em todas as disciplinas, incluindo Bibliografia, tendo em vista as seguintes categorias: a) organização e administração de bibliotecas, formação e armazenamento de coleções; b) tipologia documental; c) aquisição; d) conservação.

No programa de Bibliografia de 1936 também há relativa correspondência em função das seguintes categorias: a) aquisição de livros; b) arrumação de livros; c) encadernação; d) comércio de livros; e) bibliotecas: construção, organização e legislação.

Nos documentos correlatos que foram consultados para cobrir as lacunas sobre os programas de disciplinas em "Dissertações..." (ALVES, 192-), foram identificadas as seguintes categorias que apresentam alguma correspondência com o tema desenvolvimento de coleções: a) tipologia documental; b) encadernação; c) características do livro antigo e moderno – incunábulos e cimelios; livros raros e preciosos – e falsificações bibliográficas. Este último ponto pode estar relacionado especificamente aos critérios de seleção. Nota-se que a falsificação era um aspecto muito valorizado no ensino da Biblioteconomia daqueles primeiros anos de funcionamento, mas hoje esses conteúdos deixaram de ser considerados. Trata-se de um ponto importante que deveria ser aprofundado na disciplina Desenvolvimento de Coleções, como também os aspectos referentes à segurança dos acervos. Vale lembrar que esta fonte foi elaborada por Constâncio Alves como parte do conteúdo programático da disciplina Bibliografia.

Nos cadernos de Lydia Combacau de Miranda, que contêm conteúdos sobre paleografia e diplomática, foram destacadas as seguintes categorias: a) tipologia documental; b) conservação e aspectos referentes a falsificações.

No projeto de reforma de Werneck, há uma relação mais direta com desenvolvimento de coleções, quando a autora propõe a disciplina "Escolha e Aquisição de Livros" no curso para bibliotecários auxiliares. Entretanto, esta correspondência não foi verificada no regulamento da reforma propriamente dita, na análise do decreto nº 15.395 e do decreto-lei nº 6.440, ambos de 27 de abril de 1944.

Essas considerações tão gerais sobre a identificação de tópicos referentes ao tema desenvolvimento de coleções, ministrados entre 1915 e 1949 no Curso da

Biblioteca Nacional, motivaram a análise dos relatórios administrativos anuais da instituição, de modo a levantar mais informações sobre as práticas do corpo de funcionários referentes ao processo de desenvolvimento de coleções. Esses dados foram importantes para demonstrar que a Biblioteca Nacional praticava o que ensinava e vice-versa, além de exercer várias atividades referentes ao processo de desenvolvimento de coleções, conforme descrito na próxima seção.

3.3. Desenvolvimento de coleções na prática: o caso da Biblioteca Nacional

O exame do programa das disciplinas e da documentação correspondente à segunda etapa da pesquisa (análise dos conteúdos programáticos), revelou alguns aspectos relevantes para o presente estudo.

Para compensar o baixo retorno de dados sobre os programas, que seriam as fontes mais apropriadas para identificar seus conteúdos, foi empreendido um levantamento nos Relatórios administrativos da Biblioteca Nacional (relatórios anuais), de 1911 a 1949, sempre com a intenção principal de identificar as práticas relacionadas aos processos de desenvolvimento de coleções realizadas pela instituição. Pressupõe-se que as práticas relatadas pelos diretores da Biblioteca Nacional tivessem alguma correspondência com os conteúdos das disciplinas, uma vez que os próprios diretores das seções ministravam as disciplinas. Assim, as técnicas empreendidas na prática podem ter sido incorporadas aos conteúdos das disciplinas, embora não exista documentação comprobatória a este respeito. Em outras palavras, a Biblioteca Nacional praticava o que ensinava e vice-versa. Os relatórios anuais da Casa testemunham as práticas empregadas ao longo do tempo.

Considerando que muitos relatórios anuais eram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, o levantamento foi feito nesta fonte do volume 33, de 1911, ao volume 45, de 1923; e do volume 54, de 1932, ao volume 65, de 1943, por meio do site da Biblioteca Nacional / Biblioteca Digital. Como nem todos os relatórios foram publicados nos *Anais*, foram feitos levantamentos nos catálogos da instituição para identificar os relatórios anuais dos anos de 1944 a 1949, dos quais apenas o relatório do ano de 1949 não foi encontrado. Os relatórios dos anos de 1923 a 1931 também fizeram parte do levantamento apesar de o curso ter sido interrompido nesse período, mas não foram encontrados nos catálogos.

As análises concentraram-se tanto nos relatórios produzidos na gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva (1900-1924), Mario Behring (1924-1932) e Rodolfo Garcia (1932-1945), dada a importância desse período (fundação e início do curso), quanto naqueles produzidos na gestão de Rubens Borba de Moraes (1945-1947) e de Josué Montello (1948-1951), os quais marcam a nova fase do curso com a reforma administrativa de 1944.

Os relatórios anuais revelaram diversas atividades desempenhadas pelos bibliotecários da Casa referentes ao desenvolvimento de coleções, as quais apresentam grande correspondência com as categorias e conteúdos levantados no quadro 2 acima, que são: conservação (livros, estampas e moedas em especial encadernações, restaurações e acondicionamento); tipologia dos documentos (destaque para o ponto 1 da cadeira Diplomática, a saber: Origem e composição das coleções manuscritas das bibliotecas e arquivos; e Organização dos registros e inventários); serviço de permutas internacionais; e aquisição de diversos tipos de documentos, transferência de livros, de manuscritos, de estampas e de peças numismáticas para as respectivas seções da BN.

Todos esses tópicos podem ser considerados como processos decorrentes do desenvolvimento de coleções, com base nos estudos de Figueiredo (1998), Vergueiro (1989, 1995) e Evans (2000). Segundo os autores, esses pontos identificados nos relatórios foram categorizados como seleção, aquisição, expurgo, coleções especiais, armazenamento, revisão das coleções e desbasteamento e conservação. Essas categorias são detalhadas a seguir a partir dos conteúdos dos relatórios anuais, encontrados nos *Anais da Biblioteca Nacional* ou no acervo da Divisão de Manuscritos.

a) Seleção

Embora o termo seleção não tenha sido encontrado nos relatórios analisados, foram identificadas diversas atividades relacionadas a esse procedimento. Com base na obra de Ranganathan (1952), foram verificadas atividades relacionadas principalmente à identificação de obras em fontes de informação, especialmente a prospecção. Nesse caso, as instituições de memória fizeram o papel das fontes de informação. Os funcionários percorriam leilões e instituições do país que continham acervos, com o objetivo de identificar obras de relevância para o acervo da instituição e, também, para cobrar o depósito legal.

Uma comissão foi formada para participar de um leilão em São Paulo conforme relata Manuel Cícero Peregrino ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Estive em comissão na cidade de São Paulo para assistir ao leilão de livros que pertenceram ao Dr. Eduardo Prado e fui substituído de 24 a 27 de março pelo chefe da 3^a seção Dr. Aurélio Lopes de Souza. Conforme levei ao vosso conhecimento, *não me foi dado fazer aquisições, pois a coleção foi posta em leilão em um só lote e só uma pequena parte conviria adquirir.* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912, p. 650, grifo nosso).

O diretor da Biblioteca Nacional, Cícero Peregrino, ao se recusar a arrematar todo o lote, tomou uma decisão recomendada pela literatura especializada

contemporânea, ou seja, de se fazer aquisições título a título, e não por lotes (FIGUEIREDO, 1998; VERGUEIRO, 1995; EVANS, 2000).

Dois outros casos identificados nos relatórios anuais revelam a prática de seleção na Biblioteca Nacional, ambos envolvendo a constituição de comissões nas quais seus integrantes, funcionários da instituição, viajavam pelo país com a missão de selecionar e adquirir itens.

O primeiro refere-se à comissão enviada ao estado de Minas Gerais, quando um funcionário foi designado para examinar os documentos históricos que se achavam na antiga Casa do Conto, em Ouro Preto. A citação abaixo, extraída do relatório anual compilado pelo diretor interino, Aurélio Lopes de Souza, em 1922, expressa o critério de seleção adotado para incorporação de itens às coleções da Biblioteca Nacional.

Sabedora a Directoria da Bibliotheca de existir em Ouro Preto, nos altos do edifício da antiga Casa dos Contos, onde está hoje a Agencia dos Correios, grande quantidade de manuscripts do seculo 18.^o, entre os quaes, possivelmente, haveria *documentos históricos, próprios assim para as nossas collecções*, solicitou autorisação desse Ministério, em officio n.o 108, de 29 de março, para enviar áquellea cidade, em commissão, um funcionario da casa. Estava então de pé, como está ainda hoje, a autorisação dada pelo Director do Gabinete do Ministério da Fazenda, em officio n. 43, de 29 de fevereiro de 1919, ao Delegado Fiscal do Thesouro Nacional em Bello Horizonte, para entregar a funcionários commissionados da Bibliotheca os documentos históricos que a esta interessassem, dos depositados, quer em Bello Horizonte, quer em Ouro Preto. (BIBLIOTECA NACIONAL, p. 269, grifo nosso).

O segundo caso refere-se a missões formadas para cobrar o cumprimento da lei do depósito legal, que corresponde à aquisição por meio de doação. São muitos os exemplos de comissões criadas para cobrar em várias regiões do país as publicações não recolhidas ao depósito legal. Embora o relato abaixo revele o processo de busca pelos livros não enviados, houve certamente um trabalho anterior à cobrança direta, confecção de listas, por exemplo. Atribuída a bibliotecários, esta ação pode ser comparada à confecção de uma lista *desiderata*, que reúne tudo que deve ser adquirido por uma instituição em determinado período (VERGUEIRO, 1995).

O relato abaixo, também integrante do relatório anual de Aurélio Lopes de Souza, do mesmo ano, expressava exatamente o processo que se inicia na etapa de seleção, o qual envolve atividades relativas à identificação das obras publicadas pelos editores que não haviam sido depositadas na Biblioteca Nacional e termina na aquisição, denominado por Souza de "recolhimento", com o cumprimento da lei do depósito legal.

Conforme propuz e fui autorizado por esse Ministerio, o official Oswaldo Luiz da Silva Pessoa foi incumbido de percorrer em commissão varias cidades dos Estados de S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul afim de reclamar dos administradores de officinas graphicas e casas editoras o cumprimento do decreto legislativo n. 1825, de 20 de Dezembro de 1907, e Instruções de 1.º de Julho de 1908, *recolher um exemplar das obras que ainda não houvessem sido enviadas à Biblioteca, obter informações a respeito das que se achassem exgottadas e conseguir das repartições postaes fosse facilitada, de conformidade com o decreto citado, a remessa do que se fosse publicando [...]* Como resultado dos seus esforços, foram recebidos cerca de 500 volumes de publicações, assim como varias vistas da cidade de Jahú e retratos de pessoas ahi residentes. Acompanharam o seu relatorio a relação das publicações e photographias obtidas e a das officinas graphicas e casas editoras estabelecidas nas cidades visitadas. O referido funcionario desempenhou, portanto, de modo satisfactorio a primeira parte da incumbencia que lhe fora commettida. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1921/1922, p. 245-246, grifo nosso).

O outro caso ocorreu em 1919. Um relatório apresentou um tópico sobre Comissão nos Estados, em que dois funcionários (o sub-bibliotecário Alfredo Mariano de Oliveira e o oficial Mario Cardoso de Oliveira) foram designados para analisar as obras cujo perfil indicava que deveriam ser incorporadas às coleções da Biblioteca Nacional. Essa atividade foi aqui considerada como de seleção.

A exemplo do que se havia feito em 1913, foram commissionados douis funcionários para, percorrendo as capitães e outras cidades das mais importantes de alguns Estados da Republica, promover os meios de ser dada inteira execução ao disposto no decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907, sobre a remessa que á Biblioteca Nacional se deve fazer de um exemplar de cada trabalho effectuado nas officinas graphicas do paiz, assim como obter vistas, retratos de pessoas notáveis, medalhas, manuscripts historicos e litterarios e publicações officiaes.

Os funcionários desta vez incumbidos de tal serviço foram o sub-bibliothecario Alfredo Mariano de Oliveira e o official Mario Cardoso de Oliveira, devendo o primeiro visitar os Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espírito Santo e o segundo os de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina, conforme foi autorizado em aviso n. 124, de 21 de janeiro de 1919.

Das instruções expedidas em 1919, idênticas ás de 1913, foi considerado como parte integrante *tudo quanto dissesse respeito ao Archivo Nacional*.

As Delegacias Fiscaes do Thesouro Nacional em S. Paulo e Minas Geraes foram autorizadas pelo Ministério da Fazenda a entregar aos douis funcionários *todos os documentos do século 18, de valia exclusivamente histórica*, que estivessem sob a guarda das mesmas repartições. O sub-bibliothecario Alfredo Mariano de Oliveira teve occasião de, nos meses de junho e julho, visitar os três Estados que lhe cumpria percorrer, tendo obtido algumas doações e contribuições e tendo trazido de

Ouro Preto quatro códices e vários documentos d'entre os muitos que se encontram na antiga Casa dos Contos, hoje Agencia do Correio.

O official Mario Cardoso de Oliveira limitou-se ao Estado de S. Paulo, não lhe tendo sobrado tempo para ir aos Estados do Paraná e Santa Catharina. Esteve ausente de 17 de março a 27 de maio. Percorreu as cidades mais importantes daquele Estado, tendo colhido o excellente resultado que consta do seu relatório, de que remeti cópia a esse Ministério. A collecta que alli fez demonstra o seu esforço no sentido de bem desempenhar a comissão que lhe foi confiada.

Ao Archivo Nacional foram enviados os documentos provenientes da Casa dos Contos, da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em S. Paulo e do Cartorio do Tabellão de Taubaté, Gabriel Nogueira de Toledo (reservados para esta Bibliotheca os demais documentos, *de acordo com o criterio proposto pelo director da secção de manuscripts*, assim como cartas geographicas, livros impressos e outros objectos, já existentes na Bibliotheca ou que lhe não cabia conservar (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 327-328, grifo nosso).

Certamente que o processo de seleção pressupõe critérios, mas estes não foram detalhados na documentação consultada. No entanto, a partir dos trechos grifados acima, foi possível inferir que há pelo menos três critérios de seleção a serem aplicados aos documentos que deveriam ser encaminhados ao Arquivo Nacional: assunto ("tudo quanto dissesse respeito ao Archivo Nacional"), período ("documentos do século 18, de valia exclusivamente histórica") e forma ("cartas geographicas, livros impressos e outros objectos, já existentes na Bibliotheca ou que lhe não cabia conservar").

O trecho referente à forma faz referência ao "criterio proposto pelo director da secção de manuscripts". Mas, não foi possível verificar qual seria esse critério nos documentos consultados. Há também a menção sobre duplicatas do acervo analisado em relação ao que existe na Biblioteca Nacional, denotando avaliação prévia antes de o material ser incorporado ao acervo da instituição; e ainda, um perfil desejável para que coleções possam fazer parte do acervo da instituição. Todos esses aspectos estão relacionados com a definição de critérios de seleção.

Ainda em relação à mesma missão, os dois funcionários tiveram que cobrar a contribuição legal. A efetivação da contribuição legal pode ser identificada como uma atividade de aquisição de acervo, uma vez que os funcionários foram enviados para cobrar e recolher os itens faltantes, atividade que corresponde à aquisição. Neste caso, o processo de seleção está implícito, pois foi necessário identificar os itens que não foram encaminhados à Biblioteca Nacional. Nos trechos abaixo não ficou claro se esta identificação deu-se antes ou no próprio local das cobranças.

Além de colher informações sobre officinas graphicas, das quaes apresentou extensa relação que abrange as cidades de S. Paulo, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Mogi das Cruzes, Santos, Campinas e Piracicaba e de promover os meios de tornar effectiva a contribuição a que taes officinas são obrigadas, obteve de particulares doações valiosas de manuscripts, cartas geographicas, vistas, retrados, obras impressas e peças numismáticas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 328).

No mesmo ano, há relato de avaliação de coleções para aquisição. Este tipo de análise também pode ser considerado uma atividade de seleção, pois envolve critérios em relação ao custo conforme explica Vergueiro (1995). O testemunho abaixo se refere à avaliação da coleção Souza Lobo feita pelo bibliotecário João Gomes do Rego e pelo oficial Edgar de Araújo Romero.

Attendendo ao que requereu Augusto de Souza Lobo, resolveu esse Ministério que fosse avaliada a collecção numismática brasileira por aquelle organizada. Conforme propuz, serviram [ok] como avaliadores os dous funcionários da 4^a. secção, bibliothecario João Gomes do Rego e oficial Edgar de Araújo Romero, os quaes, não tendo podido aproveitar a avaliação, feita em 1912 e 1913, das moedas do periodo colonial, por se achar completamente refundido o respectivo catalogo manuscripto, fizeram trabalho novo, aceitando os preços do catalogo impresso da collecção de que se trata, os que constam dos registros de aquisições effectuadas pela secção, os do catalogo de J. Schulmann, de Amsterdam, e os obtidos em leilões, recorrendo muitas vezes aos preços de peças semelhantes ou equivalentes, e, levando em conta a circunstancia de se achar catalogada a collecção e impresso o catalogo, que representa grande somma de trabalho e despesa e veio prestar valioso auxilio aos collectionadores, avaliaram a collecção em 70:907\$306, incluídos 50 exemplares do catalogo no valor de 2:000\$000. Tendo acompanhado o trabalho dos dous funcionários e concordado com o resultado a que chegaram, sinto não disponha a Biblioteca de meios pecuniários sufficientes para effectuar a aquisição (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 329).

b) Aquisição

A Biblioteca Nacional praticava várias formas de aquisição de acervo: por compra, doação, contribuição legal, permutes internacionais e permuta por publicações em depósito, permuta nacional, transferência de seção.

As doações eram o meio mais comum de aquisição. Em 1918, por exemplo, o bibliófilo José Carlos Rodrigues doou a coleção da extinta Biblioteca Fluminense, que existiu por 67 anos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1917, p. 600). Muitos manuscripts e obras raras também foram doados nesse mesmo período à Biblioteca Nacional.

Compras também eram efetuadas, apesar de serem em menor número. Um dos destaques desse tipo de aquisição no período é a compra da biblioteca do bibliófilo Dionísio Cerqueira, em 1941, onde havia diversas peças raras dos séculos XVI, XVII e XVIII (BIBLIOTECA NACIONAL, 1941, p. 415).

A transferência de obras entre seções era prática comum, pois cada seção era responsável por um ou mais tipos de materiais, como informava o relatório de 1940 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1940, p. 414, grifo nosso):

Para a 3.^a secção (estampas e cartas geográficas) adquiriu esta Biblioteca 113 estampas em cinco coleções iconográficas e 105 peças avulsas, sendo:

Por compra	134
Por doação	66
Por contribuição legal	17
Por transferência de secção...	1

Outro aspecto destacado no relatório anual refere-se a um problema gerado pelo acúmulo de aquisições armazenadas em depósito provisório e atraso no processamento técnico. No exemplo a seguir, a coleção Pimenta Bueno, adquirida em 1896, mais de vinte anos depois, ainda não havia sido incorporada ao acervo.

Composta de manuscripts e de cartas geographicas que pertenceram ao Dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno, Márquez de S. Vicente, e adquirida em 1896 pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Biblioteca Nacional, tendo esta contribuído para a compra com 5:000\$000 e aquelle com 3:000\$000, continua em deposito a Collecção Pimenta Bueno, aguardando uma providencia que permita seja incorporada as collecções da Biblioteca ou se faça a discriminação da parte que a esta deva ser attribuida. Consta a collecção de 40 memorias manuscripts e 615 cartas geographicas (518 exclusive exemplares em duplicata), sendo 319 impressas e 296 manuscripts. A Biblioteca não possue 284 cartas da collecção. Interessam ás questões de limites 79 cartas, das quaes a Biblioteca não possue 41 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 328).

A literatura contemporânea da área recomenda que a capacidade de trabalho de todos os setores da biblioteca seja considerada para que não ocorra retenção de itens recém-adquiridos nem elevação dos custos, sobretudo para a manutenção de depósitos de materiais recém-adquiridos (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996; EVANS, 2000; MACIEL; MENDONÇA, 2000). O problema, conforme visto, é antigo e até hoje é um desafio a ser superado em muitas bibliotecas.

No relatório anual de 1933, o diretor Rodolfo Garcia observou que a frequência de leitores havia se elevado, atribuindo o fato à divulgação das aquisições para as escolas superiores da cidade do Rio de Janeiro:

[...] verificou-se que a Biblioteca Nacional foi frequentada em 1933 por 75.586 leitores, ao passo que em 1932 a frequencia foi de 60.384, o que representa uma notável diferença a maior de 15.202 leitores a favor do presente ano. Essa diferença deve atribuir à deliberação que tomei de comunicar às Escolas superiores desta Capital as aquisições de livros feitas pela Biblioteca.

A prática de informar ao público as novas aquisições se mantém até a atualidade configurando-se em estratégias de marketing ou atividades da área de referência recomendadas pela literatura.

No mesmo relatório, o diretor da Biblioteca Nacional destacava sua preocupação com o descumprimento da contribuição legal.

Continua sendo muito burlada a lei da contribuição legal, apesar dos esforços empregados para o seu melhor cumprimento, principalmente em relação aos Estados. Pelo movimento acima discriminado se depara que quatro Estados, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Goiás, e o Território Nacional do Acre, não enviaram nem sequer uma obra, e outros Estados como Amazonas, Alagoas e Santa Catarina enviaram apenas uma. Urge pois, Sr. Ministro, tomar providências para que a lei da contribuição legal seja respeitada (BIBLIOTECA NACIONAL, 1934, p. 10).

A contribuição legal, portanto, já era considerada como um importante modo de aquisição para a BN e o seu cumprimento, além da questão legal e do fato de representar uma missão da instituição, complementa as atividades do desenvolvimento de coleções.

c) Expurgo

O termo expurgo foi usado nos relatórios da instituição nas décadas de 1910 e 1940, para designar o processo de desinfestação de insetos e higienização das coleções. No entanto, sobretudo a partir da década de 1980, o termo foi empregado na literatura especializada do país para designar o descarte. Logo, o expurgo, identificado nos relatórios anuais da Biblioteca Nacional, está relacionado a práticas de conservação.

d) Coleções especiais

As coleções especiais para Vergueiro (1995) fazem parte da política de seleção e apresentam critérios específicos para formar e desenvolver coleções que, por suas

características especiais, não são armazenadas com as demais coleções da biblioteca. No caso da BN, foram identificados vários relatos sobre a formação de coleções de iconografia, numismática e manuscritos em função de suas características próprias constituindo-se em seções específicas diferentes da coleção corrente ou geral.

e) Armazenamento:

Foram constantes os relatos sobre acondicionamento adequado de diversos tipos de materiais, desde livros a medalhas, selos e inventários, como em um dos trechos do Relatório Anual de 1921:

Para a secção [estampas e cartas geográficas] foram encadernados 31 volumes, lavadas e preparadas 188 estampas e enteladas 100 cartas geographicas em 103 folhas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1921, p. 283).

A preocupação em preparar e acondicionar cada tipo de documento para o armazenamento é uma atividade relatada constantemente em todos os relatórios consultados. Outro exemplo sobre o tema refere-se ao mobiliário adequado para armazenamento, que foi adquirido especialmente para abrigar as coleções de diversas seções:

Novas peças do mobiliário metálico foi necessário mandar vir dos Estados Unidos. Para as diversas seções e para a secretaria vieram dez armários fechados, semelhantes aos que já existiam, sendo cinco duplos e cinco simples, fabricados pela "Von Dorn Iron Works Company".

Para a secção de estampas e cartas geographicas vieram, fornecidos pela "Art Metal Construction Company", dous armários com gavetas e quatro estantes de duas faces (BIBLIOTECA NACIONAL, 1913, p. 441).

Menos de dez anos depois, a mesma preocupação apontada acima sobre o acondicionamento e mobiliário adequados foi destacada, agora na 4^a seção:

Já são insuficientes os dez armários próprios para a guarda de moedas e medalhas mandadas fabricar nos Estados Unidos para a instalação da Biblioteca no actual edifício. Faz-se necessário aumentar-lhes o numero para que não permaneçam, mal acomodadas, em caixas de folha, como acontece, as peças excedentes (BIBLIOTECA NACIONAL, 1921, p. 284).

O problema de espaço frequentemente encontrado na literatura biblioteconómica já era um problema percebido no início do século XX pelos funcionários da Biblioteca Nacional, menos de dez anos depois da inauguração da nova sede. A questão do espaço afetava principalmente o acondicionamento e

o armazenamento das coleções. O trecho a seguir mostra a pressão que o diretor fazia para que o ministro da Educação e Saúde apressasse a desocupação do 3º andar do prédio da Biblioteca Nacional pela Câmara dos Deputados, que fez uso de suas dependências, enquanto a sua sede definitiva – o Palácio Tiradentes – era erguida na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, e inaugurada em 1926 (MUSEU DA CÂMARA DE DEPUTADOS, [2013?]).

Foi cedido a título provisório à Biblioteca da Câmara dos Deputados todo o 3º andar da ala direita do edifício (aviso n. 753, de 9 de maio de 1919). Tendo começado em maio, terminou em junho a mudança dos livros e estantes e desde então tem aí funcionado a mesma biblioteca. O espaço assim ocupado não poderá por muito tempo ser dispensado pela Biblioteca Nacional, que ainda não o havia utilizado à falta de recursos para adquirir as necessárias estantes de ferro (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919-1920, p. 329).

Em 1921 o problema de espaço permanecia, conforme o relato do diretor:

A crise de espaço nos armazens de livros e nos de publicações periódicas está a reclamar uma providência urgente. Cerca de sessenta pequenas estantes de ferro semelhantes às que se haviam feito em 1919, foram armadas e collocadas nos corredores dos armazens, mas essa medida está longe de constituir uma solução para a dificuldade. A solução que se impõe consiste em guarnecer de estantes definitivas iguais às da ala esquerda, o quarto andar da ala direita, bom como o terceiro andar, logo que o desocupe a Biblioteca da Câmara dos Deputados, aí instalada provisoriamente (BIBLIOTECA NACIONAL, 1921, p. 277-278).

Esses problemas apontavam para a necessidade de outro tipo de solução, que viria décadas depois com a criação de um depósito externo à sede, assunto tratado no item seguinte.

f) Revisão das coleções e desbastamento:

Figueiredo (1998) denomina revisão das coleções o processo de tomada de decisão decorrente da avaliação de seu conteúdo, ou seja, o exame de item por item da coleção como condição para se determinar o que será feito: se a permanência das coleções ou se a retirada seja para depósito, seja descarte. No trecho abaixo, o termo revisão das coleções parece estar associado à organização das coleções ou ao inventário.

A Biblioteca Nacional que anualmente cerrava as suas portas durante um mês para cuidar da limpeza do edifício e revisão das coleções e catálogos, em 1932, de

ordem de S. Exa. e com o fim de não causar maior prejuízo à consulta pública, executou o referido serviço em 20 dias, a partir de 20 de Dezembro. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1932, p. 13)

Outro tópico relacionado a desenvolvimento de coleções é o chamado desbastamento. Este termo, que designa remanejamento de coleções (temporário ou para depósito) ou descarte, não era empregado na época, mas foi possível identificar várias passagens em relatórios da instituição referentes à transferência de obras entre as seções.

Das cartas avulsas foram obtidas duas por compra, 25 por doação, 23 por contribuição legal, uma por permuta por publicações da Bibliotheca e oito por transferência de secção (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912, p. 431).

É certo que, para identificar coleções armazenadas em seções inadequadas, seria necessário antes empreender a revisão das mesmas. A verificação direta das obras nas estantes é que permite a identificação daquelas que devem ser transferidas. A retirada da obra para ser alocada em outra seção pode ser entendida assim como um desbastamento.

g) Conservação

Foram relatados também diversos procedimentos relativos à conservação das obras, incluindo o acondicionamento, principalmente, de moedas, medalhas, encadernações de livros e periódicos. A seguir, há um relato sobre a atividade de encadernação, que é importante recurso para acondicionamento de livros.

Para a officina de encadernação remeteu a secção 2.331 volumes, sendo 1.419 de jornais e revistas e 15 de musicas, e della recebeu encadernados 2.546 volumes, entre obras e periódicos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 354).

Na década de 1930, o diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, solicitou diversas vezes ao Ministério da Educação e Saúde Pública que fosse instalada na instituição uma oficina de encadernação por meio de contrato de serviço. O objetivo era evitar atrasos no atendimento ao público e a saída de obras do edifício sede. O Instituto de Surdos-Mudos que havia ganhado a licitação para fazer as encadernações não tinha condições de atender a grande demanda da Biblioteca Nacional (BIBLIOTECA NACIONAL, 1933, p. 11).

No relatório de 1916, há ainda relatos sobre as atividades de desinfestação de insetos e larvas, bem como a técnica empregada (calor). O diretor interino apresentou sua preocupação em manter o trabalho de desinfestação sem, no entanto, afetar o atendimento público.

O serviço de destruição pelo calor, em grão e por tempo apropriado, dos insectos habitantes do livro e suas larvas continuou a ter regular execução. Diariamente recebeu a estufa um certo numero de volumes, enviados pelas secções, que passaram por esse processo de conservação. A sua utilização na antisepsia das obras consultadas cada dia ainda não pôde ser levada a efecto; semelhante serviço, como pondera o relatório correspondente a 1914, só à noite, melhor se diria, só alta noite se poderia fazer, sem prejudicar a consulta publica, que vai até às 22 horas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 354).

Em 1935, há relatos sobre a necessidade de se colocarem cortinas nas janelas de modo a amenizar entrada de luz direta, outro agente inimigo dos livros e papéis (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936, p. 26).

Outra providência relacionada à conservação, identificada no mesmo ano, refere-se à recomendação de Rodolfo Garcia sobre a contratação de amanuenses para garantir a conservação e vigilância do acervo bem como o atendimento aos leitores.

Os conservadores se me afiguram de grande necessidade para o serviço da reparição. Teriam por função a vigilância permanente dos depósitos, a arrumação dos livros, sua conservação e sua recolocação nos lugares próprios, cada vez que fossem retirados para a consulta, de modo a evitar a demora em atender pedidos subsequentes, ou a desculpa de que o livro solicitado pelo leitor está fora do lugar (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936, p. 27)

Atos de vandalismo também foram relatados. Maia Villacondense foi flagrado arrancando folhas dos periódicos. "A polícia foi chamada e encontrou na residência da pessoa o material furtado de outras vezes" (folhas de livros). A pessoa foi levada à polícia (BIBLIOTECA NACIONAL, 1914, p. 673-674).

As sete categorias analisadas acima demonstraram que os bibliotecários da instituição executavam um conjunto de procedimentos que estão relacionados com o processo de desenvolvimento de coleções, principalmente as atividades relativas à seleção, aquisição, expurgo, formação de coleções especiais, armazenamento, conservação e revisão das coleções (no sentido de organização ou inventário), além de desbastamento.

Apesar do caráter sucinto e da homogeneidade da abordagem dos relatórios, foi possível verificar algumas correspondências com os programas das disciplinas, especialmente em relação ao processo de aquisição, conservação e armazenamento. O fazer cotidiano registrado nos relatórios é a prova da prática profissional dos bibliotecários, responsáveis não apenas pela formação de gerações de bibliotecários, mas também pelo desenvolvimento da biblioteconomia brasileira.

3.4. A importância da coleção de acervo básico-histórico da Biblioteca Nacional

De acordo com Fonseca (1991, p. 34), em 1969 os cursos mantidos pela Biblioteca Nacional foram incorporados à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), atual Unirio. Na ocasião, o acervo básico-histórico da Biblioteca que apoiava o primeiro Curso de Biblioteconomia do país foi transferido para a Biblioteca Central (BC) da Unirio.

Em 1989, a então diretora da Biblioteca Central, Eliane Alvez Mey, constatou a necessidade de dar tratamento adequado àquela coleção que estava dispersa no seu acervo corrente. A professora Ana Virgínia Pinheiro foi solicitada para apresentar uma solução e idealizou a formação de uma coleção especial reunindo o acervo básico-histórico dos cursos da Biblioteca Nacional, constituindo assim a Coleção de Obras Raras da Unirio.

A leitura dos relatórios anuais permitiu identificar uma referência a essa coleção em 1945 e duas outras, que podem ter alguma relação com a biblioteca do primeiro curso do país: uma em 1934 e outra em 1943.

Em 1934, foi encontrada uma referência à antiga Sala de Pedagogia, que foi desfeita em 1933 em decorrência da necessidade de espaço para outra finalidade, conforme o trecho abaixo:

Por aviso desse Ministério, n. 486, de 12 de Dezembro último, foi suprimida a Sala de Pedagogia, incorporando-se os respectivos livros ao acervo geral. O local passou a ser ocupado provisoriamente pelo Conselho Nacional de Educação (BIBLIOTECA NACIONAL, 1934, p. 11).

A menção à incorporação dos respectivos livros pelo acervo geral indica que havia um local com livros separados especialmente para atender a um contexto de ensino. No entanto, não foi possível confirmar que esta sala tenha sido estruturada para atender, de fato, ao Curso de Biblioteconomia.

Em 1943, há nova menção no relatório, agora sob o termo "sala de estudos", que foi "frequentada por 4.504 leitores que consultaram 5.678 obras em 6.047 volumes, 284 jornais e revistas e 25 códices" (BIBLIOTECA NACIONAL, 1945, p. 335). O grande volume de consultas demonstra que o acervo abrigado pela sala de estudos não era pequeno. Por isso, é possível que esta sala tenha sido estruturada para atender ao público em geral da Biblioteca Nacional e não ao curso especificamente.

No Relatório Anual de 1945, Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca Nacional, relata o início da formação de uma "coleção de Biblioteconomia cedida pelo Salão de Referência, num total de 200 obras em 254

volumes e acrescida mais tarde com obras adquiridas por compra, doação e permuta, contribuição legal e vindas dos armazéns de livros da Seção de Consulta" (BIBLIOTECA NACIONAL, 1945, p. 34).

Conforme o relato, as coleções foram classificadas e catalogadas e se formou um catálogo dicionário específico. O serviço de empréstimo foi organizado e o relatório apresenta estatística da circulação daquele ano que totalizou 2.043 títulos (por idioma, tipo de material e assuntos). Entre as obras mais consultadas destacaram-se os assuntos sobre catalogação e classificação, bibliografia e referência.

Embora as informações coletadas sobre o acervo de apoio ao curso estejam aparentemente desconectadas, é possível considerar que o curso mantido pela Biblioteca Nacional teve uma bibliografia especializada proveniente do próprio acervo, comprovadamente a partir de 1945. Por isso, algumas pesquisas têm sido empreendidas para aprofundar o estudo dessa coleção no sentido de evidenciar teorias e metodologias relacionadas ao processo de desenvolvimento de coleções.

3.5. Disciplinas e professores

Devido à quantidade de informação coletada para identificar os professores e as respectivas disciplinas ministradas entre 1915 e 1949, somadas às biobibliografias do corpo docente, foi necessário apresentar os dados separadamente. Assim, os professores e suas respectivas disciplinas ministradas estão apresentadas nesta seção e a biografia dos professores no apêndice A e as respectivas produções no apêndice B.

As principais fontes consultadas para compilação de todos esses dados foram os *Anais da Biblioteca Nacional*, os catálogos da instituição (*on-line*, em fichas e em micro-isis) e de outras bibliotecas (Real Gabinete Português de Leitura, Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), bem como os documentos funcionais identificados na Divisão de Manuscritos, entre outras fontes primárias e secundárias localizadas na própria instituição, conforme relatado na seção 3.1.

Os professores e o conjunto de disciplinas ministradas, bem como as biobibliografias dos professores, foram agrupados em três períodos: 1915-1922, 1932-1943 e 1944-1949.

3.5.1. Professores e disciplinas do período de 1915-1922

De acordo com o regulamento da Biblioteca Nacional em 1911, todos os diretores de seção deveriam ministrar aulas no curso. Foram identificados os seguintes professores listados em ordem cronológica de nascimento:

- a) João Carlos de Carvalho (1857-1921) – Diretor da 2^a Seção e professor de Paleografia e Diplomática;
- b) João Gomes do Rego (1861-19--) – Diretor da 4^a Seção e professor de Numismática;
- c) Constâncio Antônio Alves (1862-1933) – Diretor da 1^a Seção e professor de Bibliografia;
- d) Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934) – Diretor da 3^a Seção e professor de Iconografia;
- e) Mário Behring (1876-1933) – Diretor da 3^a Seção e professor de Iconografia

É preciso fazer os seguintes esclarecimentos: Antonio Jansen do Paço (1859-1918) foi diretor da 2^a Seção, mas pediu exoneração do cargo em 1913, isto é, antes que o curso efetivamente funcionasse, a partir de 1915; em 1921, João Carlos de Carvalho faleceu e não há informações na documentação consultada sobre quem o substituiu até 1922, quando o curso foi extinto; Mário Behring substituiu Aurélio Lopes de Souza em alguns momentos, quando este substituiu o diretor geral e ministrou Iconografia em 1917 e 1920.

As disciplinas ministradas neste período seguem no quadro abaixo:

Quadro 8: Disciplinas ministradas por professor (1915-1922)

Professor	Seção	Disciplinas
Constâncio Antônio Alves	1 ^a - Impressos	Bibliografia
João Carlos de Carvalho	2 ^a - Manuscritos	Paleografia e Diplomática
Aurélio Lopes de Souza	3 ^a - Estampas e cartas Geográficas	Iconografia
João Gomes do Rego	4 ^a - Moedas e Medalhas	Numismática

Fonte: O autor (2009)

Foram identificados também os alunos que concluíram o curso nesta primeira fase.

Quadro 9: Alunos habilitados para exercício profissional

Anos	Alunos
1915	Não houve exame por desistência dos alunos
1916	Carlos Mariani e Luiz Corte-Real de Assumpção
1917	Emmanuel Eduardo Gaudie Ley

1918	Não houve exame por desistência dos alunos
1919	Mario Gomes de Araújo, João Carlos Moreira e Moyses de Almeida e Albuquerque
1920	Não houve exame por desistência dos alunos
1921	O curso não se realizou por falta de candidatos
1922	Dois funcionários da BN foram aprovados e habilitados para o curso, mas apenas um foi identificado: Floriano Bicudo Teixeira.

Fonte: O autor (2009)

3.5.2. Professores e disciplinas no período de 1932-1939

Em 1933, se encerra o ciclo da primeira geração de professores com as mortes de Constâncio Alves e Mário Behring e a aposentaria de Aurélio Lopes de Souza, que veio a falecer no ano seguinte. João Carlos de Carvalho já havia falecido há cerca de dez anos e não foram encontrados dados relativos à aposentadoria ou falecimento de João Gomes do Rego.

Uma nova geração de professores, entre eles alguns dos primeiros egressos da década de 1910, garantiu a continuidade ao curso: Carlos Mariani, Emanuel Eduardo Gaudie Ley e Floriano Bicudo Teixeira foram os funcionários promovidos a diretores de seção e a professores no mesmo ano, em 1933. A grande responsabilidade da função foi reconhecida pelo então diretor Rodolfo Garcia, que fez publicar portaria elogiando o desempenho dos novos professores.

Por portaria de 23 de Janeiro e por determinação do Sr. Ministro, ao Diretor da 1.^a Seção, bacharel Carlos Mariani, ao sub-bibliotecário Emanuel Eduardo Gaudie Ley e ao oficial Floriano Bicudo Teixeira, pela muita proficiência com que lecionaram as respectivas cadeiras do Curso de Biblioteconomia no ano de 1933 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1934, p. 6).

Também foram promovidos na mesma ocasião Eugênio Teixeira de Macedo, Luiz Corte Real de Assunção e João Carlos Moreira Guimarães. Eugênio Teixeira de Macedo, no entanto, aposentou-se no ano seguinte. No quadro 10 está a relação dos professores por disciplina em 1932-1933.

Quadro 10: Disciplinas e professores (1932-1933)

ANO	DISCIPLINAS	PROFESSORES	ANO
1932	Bibliografia	Constâncio Alves	1º
	Paleografia e Diplomática	Mário Behring	1º
1933	Iconografia e Cartografia	Carlos Mariani e Floriano Bicudo Teixeira	2º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley e Luiz Corte Real de Assunção	2º

Fonte: Adaptada de Costa (2008).

No ano seguinte, a ordem de oferecimento das disciplinas foi alterada, provavelmente em decorrência do falecimento de Constâncio Alves e Mário Behring. Desse modo, haveria tempo hábil para que os novos professores ministrantes pudessem se preparar.

Quadro 11: Disciplinas e professores (1934)

ANO	DISCIPLINAS	PROFESSORES	ANO
1934	Iconografia e Cartografia	Eugenio Teixeira de Macedo (set.) e Floriano Bicudo Teixeira (out./nov.)	1º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	1º
	Bibliografia	Carlos Mariani	2º
	Paleografia e Diplomática	José Bartolo da Silva	2º

Fonte: Adaptada de Costa (2008).

A partir de 1934, as disciplinas passaram a ser ministradas nessa ordem até o final da década de 1930, conforme pode ser observado no quadro 12.

Em 1936, não foi possível confirmar o nome dos professores que ministraram as disciplinas História Literária aplicada à Bibliografia e Bibliografia. É provável que tenha se mantido como no ano anterior, isto é, com os professores Floriano Bicudo Teixeira e Emanuel Eduardo Gaudie Ley, respectivamente.

Quadro 12: Disciplinas e professores (1935-1939)

ANO	DISCIPLINAS	PROFESSORES	ANO
1935	Iconografia e Cartografia	Carlos Mariani	1º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Floriano Bicudo Teixeira	1º
	Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	2º
	Paleografia e Diplomática	José Bartolo da Silva	2º
1936	Iconografia e Cartografia	Carlos Mariani	1º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Diretor da Seção	1º
	Bibliografia	Diretor da Seção	2º
	Paleografia e Diplomática	José Bartolo da Silva	2º
1937	Iconografia e Cartografia	Carlos Mariani	1º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Diretor da Seção	1º
	Bibliografia	Diretores da Seção	2º
	Paleografia e Diplomática	Diretor da Seção	2º
1938	Iconografia e Cartografia	Floriano Bicudo Teixeira	1º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	1º
	Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	2º
	Paleografia e Diplomática	José Bartolo da Silva	2º
1939	Iconografia e Cartografia	Octavio Calasans (abr./jul.) Floriano Bicudo Teixeira (jul./	1º
	História Literária aplicada à Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	1º
	Bibliografia	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	2º
	Paleografia e Diplomática	José Bartolo da Silva	2º

Fonte: Adaptada de Costa (2008).

3.5.3. Professores e disciplinas no período de 1940-1943

Em 1940, o Curso de Biblioteconomia ganhou novos professores que vieram se somar aos já mencionados. Foram eles: João Carlos Moreira Guimarães, Pedro Rodrigues da Cunha, Maria Antonieta Requião, como professora auxiliar, Flora de Araújo Jorge Whithehurst, como professora auxiliar e Nídia Dantas, também como professora auxiliar.

A partir de 1943, verificam-se duas novas características no curso: a introdução do cargo de professor auxiliar, provavelmente em função do cargo de bibliotecária-auxiliar criado pelo DASP, e a chegada de professoras.

Nesse caso, as professoras chegaram à docência em função do cargo de bibliotecária-auxiliar e, por isso, não cabia mais ao diretor das seções a obrigatoriedade de ministrar as disciplinas. No entanto, as professoras auxiliares Flora Whithehurst e Nídia Dantas e o professor João Carlos Moreira Guimarães não voltaram mais a lecionar após 1944.

Quadro 13: Disciplinas e professores (1940-1943)

ANO	PROFESSORES	DISCIPLINAS
1940	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	Bibliografia
	João Carlos Moreira Guimarães (Substituído por Pedro Rodrigues da Cunha)	História Literária com Aplicação à Bibliografia
	Bacharel José Bartolo da Silva	Paleografia e Diplomática
	Floriano Bicudo Teixeira	Iconografia e Cartografia
1941	Pedro Rodrigues da Cunha	Bibliografia
	João Carlos Moreira Guimarães	História Literária com Aplicação à Bibliografia
1942	José Bartolo da Silva	Paleografia e Diplomática
	Floriano Bicudo Teixeira	Iconografia e Cartografia
	Emanuel Eduardo Gaudie Ley	Bibliografia
	João Carlos Moreira Guimarães	História Literária com Aplicação à Bibliografia
	Bacharel José Bartolo da Silva	Paleografia e Diplomática
	Floriano Bicudo Teixeira	Iconografia e Cartografia

1943	Pedro Rodrigues da Cunha e professoras auxiliares (Flora de Araújo Jorge Whitelock, Maria Antonieta M. Requião e Nídia Dantas)	Bibliografia
	João Carlos Moreira Guimarães	História Literária com Aplicação à Bibliografia
	João Carlos Moreira Guimarães	Paleografia e Diplomática
	Floriano Bicudo Teixeira	Iconografia e Cartografia

Fonte: Adaptada de Castro (2000, p.85)

3.5.4. Professores e disciplinas no período de 1944-1949

O ano de 1944 é marcado pela reforma da Biblioteca Nacional. Por isso os Cursos da Biblioteca Nacional, como passaram a ser designados, ganharam três níveis: Curso Fundamental de Biblioteconomia (CFB); Curso Superior de Biblioteconomia (CSB) e Cursos Avulsos (CA) (CASTRO, 2000). Surgiu também a função de professora assistente (Ass.) e de catedrática (Catedr.).

Não foram incluídos os nomes dos docentes dos cursos avulsos devido ao número excedente de professores sazonais. Desse modo, as disciplinas relacionadas a seguir se referem apenas ao CFB e ao CSB, totalizando 15 professores comprovadamente. Três não foram incluídos: Joaquim Ribeiro e Jacques Raymundo, devido à probabilidade de terem ministrado apenas cursos avulsos em 1947, e Jorge Noronha, que ministrou somente uma optativa em 1949.

Quadro 14: Professores e Disciplinas (1944-1949)

ANO	PROFESSORES	DISCIPLINAS	NÍVEIS
1944	José Bartolo da Silva	Paleografia e Diplomática	2º ano
	Pedro Rodrigues da Cunha	Bibliografia	2º ano
	Cecília Roxo Wagley	Bibliografia e Referência	Fundamental
	Maria Antonieta Mesquita Barros	Organização de Bibliotecas	Fundamental
	Otávio Calasans Rodrigues	Catalogação e Classificação	Fundamental
	Emmanuel E. Gaudie Ley	História do Livro	Fundamental

1945	Lydia de Queiroz Sambaquy Lygia Noronha de Carvalho Rubens Borba de Moraes Cecília Meirelles Otavio Calasans Rodrigues Josué Montello Josué Montello Cecília Roxo Wagley	Catalogação e Classificação Organização de Bibliotecas Bibliografia e Referência Literatura Classificação e Catalogação Organização de Bibliotecas Organização e Administração de Bibliotecas Bibliografia e Referência	Fundamental Fundamental Fundamental Superior Superior Fundamental Superior Superior
1946	Ary de Castro Fernandes Lydia de Queiroz Sambaquy Haydá Madei Martins (Ass.) Josué Montello	Organização e Administração de Bibliotecas Catalogação e Classificação Catalogação e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas	
1947	Joaquim Ribeiro Jacques Raymundo Josué Montello Xavier Placer Carmelita Rego Otavio Calasans Rodrigues Ary de Castro Fernandes Lydia de Queiroz Sambaquy Haydá Madei Martins (Ass.)	Organização de Bibliotecas [Bibliografia e Referência] [Fundamental] [Bibliografia e Referência] [Superior] Mapoteca (optativa) Superior Organização e Administração de Bibliotecas [Superior] Catalogação e Classificação Catalogação e Classificação	Fundamental - - Superior - -

1948	Florindo Bicudo Teixeira Orsely Guimarães Ferreira Ary de Castro Fernandes Helcia Dias (Ass.) Lydia de Queiroz Sambaquy Haydá Madei Martins (Ass.) Zilda Galhardo de Araujo	Iconografia Iconografia Organização e Adminis- tração de Bibliotecas Catalogação e Classificação Organização e Adminis- tração de Bibliotecas	- - Superior Fundamental Fundamental
	Emmanuel Eduardo Gaudie Ley (substituído por Thomas Newlan- ds Neto devido à doença)	História do Livro	Fundamental
	Xavier Placer Aida Furtado Lins (Ass.)	Bibliografia e Referência	Fundamental
	Otávio Calasans Rodrigues Cacilda Basílio de Souza (As.)	Catalogação e Classificação	Superior
	Carmelita Rego Renato Gaudie Ley Linhares (Ass.)	Bibliografia e Referência	Superior
1949	Ary de Castro Fernandes José Noronha Santos Haydá Madei Martins (catedr.) Lydia de Queiroz Sambaquy Cacilda Basílio de Souza Reis (As.) Carmelita Rego	Organização e Adminis- tração de Bibliotecas História da Literatura (optativa) Catalogação e Classificação Catalogação e Classificação Catalogação e Classificação Bibliografia e Referência	Superior Superior - - Superior Superior

Fonte: Adaptada de Couto (2008) e Ferreira (2008).

Onze novos professores ministraram aulas no CFB e CSB no período entre 1944 e 1949. São eles: Cecília Roxo Wagley, Lydia de Queiroz Sambaquy, Lygia Noronha de Carvalho, Rubens Borba de Moraes, Cecília Meirelles, Joaquim Montello, Ary de Castro Fernandes, Haydá Madei Martins (professora

assistente), Maria Antonieta Mesquita Barros, Xavier Placer e Carmelita Rego. Vale destacar que esta geração foi responsável pela consolidação do curso na década de 1960.

O quadro 13 não contém a totalidade do corpo docente do período devido a evidentes lacunas de documentos não disponíveis para consulta. Seriam necessários, por isso, novos levantamentos sobre as disciplinas e os professores.

No Relatório Anual de 1945, por exemplo, Rubens Borba de Moraes registra os nomes dos professores (quadro 15) designados naquele ano para lecionar.

Quadro 15: Professores designados para lecionar em 1945

Curso Fundamental	Curso Superior
Lydia de Queiroz Sambaquy	Cecilia Roxo Wagley
Ligia Noronha de Carvalho	Josué Montello
Rubens Borba de Moraes	Sergio Buarque de Holanda
Emanuel Eduardo Gaudie Ley	Octavio Calasans Rodrigues
—	Floriano Teixeira Bicudo

Fonte: Biblioteca Nacional (1945, p. 30)

Este quadro contém informações como as que Sergio Buarque de Holanda, Floriano Teixeira Bicudo e Emanuel Eduardo Gaudie Ley integraram o corpo docente, que não conseguimos confirmar. É possível verificar também que o nome de Cecília Meireles não havia sido indicado. Josué Montello também não tinha sido designado para o Curso Fundamental e assim mesmo ministrou Organização e Administração de Bibliotecas para ambos os cursos. Tais alterações não foram comprovadas em outras fontes.

4. Considerações finais

O objetivo geral desta pesquisa, que envolve a origem e as abordagens teórico-metodológicas no âmbito da disciplina Desenvolvimento de Coleções no Brasil, foi em parte alcançado, tendo em vista a exiguidade dos dados e da documentação consultada, além da inexistência de estudos a respeito. É necessário, sem dúvida, empreender mais pesquisas sobre o tema.

O acesso aos títulos que compõem o acervo de obras raras da Unirio foi fundamental para identificar as teorias próprias que se referem ao desenvolvimento de coleções. Essas fontes evitaram que a ausência de bibliografias nos poucos programas das disciplinas encontrados na Biblioteca Nacional e na própria Unirio inviabilizasse esta via da pesquisa.

Orientando-nos pelo trabalho de Fonseca (1990), conseguimos identificar no acervo de obras raras da Unirio títulos do século XIX que tinham relação com o tema deste estudo. Entre eles estão Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Brunet (1960-1865), Rouveyre (1878), Richard (1883), Grasel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896), bem como Cim (1902, 1905-1908) e Morel (1908-1909), estas últimas já no início do século XX. Com raríssimas exceções, esses autores pouco ou sequer foram citados na literatura contemporânea. É possível que a adesão à abordagem tecnicista pelas escolas de biblioteconomia no país, a partir da década de 1940, tenham contribuído para este "esquecimento". Por outro lado, autores ingleses e norte-americanos passaram a liderar o tema a partir de 1925, como McColvin (1925), Drury (1930), Haines (1935), Ranganathan (1952), Broadus (1973) e Curley e Broderick (1985). Seria necessário um estudo bibliométrico para confirmar essas evidências e aprofundar o tema.

Quanto aos objetivos específicos desse estudo, que envolve a identificação de fontes primárias eleitas para o estudo dos aspectos relacionados ao desenvolvimento de coleções no Curso de Biblioteconomia entre 1915 e 1949, é possível afirmar que os resultados foram bastante ricos, apesar do baixo retorno de dados.

Em primeiro lugar, deve ser destacada a questão dos métodos empregados para a coleta de dados, que se foi enriquecendo à medida que os desafios em relação ao baixo retorno dos dados foram sendo enfrentados. Os métodos baseados na coleta e análise de documentos primários relativos ao curso, especialmente dos programas, relatórios anuais da Biblioteca Nacional (a maioria publicados nos seus *Anais*) e na biobibliografia dos professores, formaram um "tripé", a partir do qual foi possível levantar dados bastante significativos para a compreensão da origem e fundamentos da disciplina Desenvolvimento de Coleções no país, em particular no seu ensino no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. O método foi testado e aplicado em pesquisas produzidas pela equipe integrante do Grupo de Pesquisa Espaço e Práticas Biblioteconómicas e associadas a este projeto (AZEVEDO, 2007; BASTOS, 2008; COSTA, 2008; COUTO, 2008; FERREIRA, 2008; AMORIM, 2009; CAJÉ, 2009). Outros estudos poderão ser empreendidos para, por exemplo, analisar a gênese dessas teorias e métodos no Curso de Biblioteconomia de São Paulo ou ainda aplicar a metodologia a períodos posteriores do curso da Biblioteca Nacional.

Em relação aos dados propriamente ditos, foi possível detectar no programa do curso adotado em 1917, o único identificado no acervo da Biblioteca Nacional, que vários aspectos devotados ao que hoje se denomina desenvolvimento de coleções estavam presentes, apesar de pulverizados, nas quatro disciplinas do curso: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e

Numismática. A formação de diversos tipos de coleções foi o destaque identificado nesse programa. O programa de 1936 da disciplina Bibliografia também complementou vários aspectos levantados na análise dos programas de 1917. Os documentos correlatos identificados em Souza (1915-1919), Alves (192-), Silva (1940-1941), Werneck (1941, 1942) e a legislação referente à reforma de 1944 não apresentaram aspectos diferenciados daqueles vistos nos programas de 1917. Vale mencionar que a disciplina Escolha e Aquisição de Livros para o curso de bibliotecário auxiliar tinha sido estruturada no projeto de reforma por Werneck, mas não foi efetivada na composição do novo currículo do curso em 1944.

De modo geral os aspectos mais relevantes ao tema identificados na documentação podem ser resumidos nos seguintes pontos: a) organização e administração de bibliotecas, formação e armazenamento de coleções; b) tipologia documental; c) aquisição; d) conservação, e) arrumação de livros; f) encadernação; g) comércio de livros; h) bibliotecas: construção, organização e legislação; i) características do livro antigo e moderno – incunábulos e cimelios, livros raros e preciosos - falsificações bibliográficas. Conforme visto, estes últimos pontos podem ser associados aos critérios de seleção de livros raros e preciosos e à questão da falsificação de obras de grande valor para a humanidade.

Assim, foi possível verificar que as origens no Brasil do ensino da disciplina Desenvolvimento de Coleções estão presentes no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional de forma pulverizada entre 1915 e 1922 e, mais tarde, entre 1932 e 1949, um pouco mais concentradas nas disciplinas Bibliografia e Organização e Administração de Bibliotecas. No entanto, ainda não havia um corpo teórico que pudesse ser identificado.

Para complementar os dados obtidos nesta fase, seria fundamental empreender outro estudo para conhecer o conteúdo das disciplinas que constituíam o curso da École des Chartes, a fim de comparar sua influência real nos programas do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, especialmente antes da reforma da década de 1940.

A análise dos dados coletados nos relatórios anuais da Biblioteca Nacional revelou que as práticas voltadas para a área de desenvolvimento de coleções eram orientadas para o caso de bibliotecas nacionais, tema não muito explorado na literatura atual. Nesse sentido, é possível observar como os bibliotecários da Biblioteca Nacional contribuíram para o conhecimento e a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas nacionais, cujas atividades foram além dos processos de seleção e aquisição. Ou seja, é bem provável que os métodos empregados pelos funcionários no dia a dia fossem objeto de estudo em sala de aula. É também possível que os bibliotecários da Biblioteca Nacional estivessem afinados com as práticas que vinham sendo desenvolvidas desde o final do século XIX, especialmente na Europa, tendo em vista as obras que

faziam parte do acervo da própria instituição. Por outro lado, considerando que, a partir da década de 1940, o Curso da Biblioteca Nacional formou bibliotecários para todos os tipos de bibliotecas, abre-se aqui novo espaço para averiguar o desdobramento deste foco em relação ao desenvolvimento de coleções em outros tipos de bibliotecas. Dessa maneira, o estudo dos Relatórios Anuais da direção da Biblioteca Nacional pode abrir várias perspectivas de pesquisas futuras para as diversas áreas da Biblioteconomia.

O perfil dos professores no período foi outro aspecto importante na pesquisa, uma vez que foram eles que garantiram a identidade ao curso. Esses professores, como revelam as informações biográficas, especialmente aquelas extraídas das diversas fontes administrativas da Biblioteca Nacional, eram pessoas cultas e muitas delas ilustres na sociedade carioca da época, atuantes formadoras de opinião. Por outro lado, a sua produção acadêmica e científica não foi expressiva nas três primeiras décadas de funcionamento do curso. A produção é mais relevante em termos quantitativos a partir da década de 1940.

Os dados levantados nesta pesquisa demonstraram que ainda existe um universo a ser explorado e muitos levantamentos deverão ser empreendidos para preencher as lacunas que ainda permanecem. Além disso, a impressionante escassez de dados evidencia a necessidade de providências técnicas para a reconstrução da memória do curso. A celebração do centenário do curso, em 2011, infelizmente não chegou propriamente a sensibilizar bibliotecários, pesquisadores, instituições de memória e agências de fomento para a necessidade de dar tratamento técnico ao material que, porventura, ainda esteja aguardando processamento para, inclusive, criar um fundo próprio para reunir essas coleções, seja na Biblioteca Nacional, seja na Unirio e em outras instituições de ensino que fundaram os primeiros cursos em seus respectivos estados.

Que os resultados dessa pesquisa possam motivar e orientar novos estudos e ainda mobilizar bibliotecários e docentes para a tarefa de reconstrução da memória da Biblioteconomia no país.

Notas

1. Originalmente publicado pela primeira vez em 1959 por Mary Duncan Carter e Wallace John Bonk. Novas edições surgiram com a contribuição de Rose Mary Magrill e, depois, de Arthur Curley e Dorothy Broderick.
2. Esta informação foi coletada em outra fonte (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p.366). Os outros seis inscritos foram acrescidos por determinação do então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Devido à ausência de informações, Castro (2000, p. 55) levanta a possibilidade desses últimos alunos inscritos não terem passado pelo processo seletivo de admissão.
3. Mais tarde, devido ao seu casamento com Arthur E. Gropp, seu nome passou para Dorothy Muriel Geddes Gropp.

Bibliografia

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Bibliotecas. Catálogos on-line. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. Acesso em: ago. 2008-fev. 2009.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Foto de Josué Montello. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=284>>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- ALVES, Constâncio. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Loc. I-48,5,9 – DM.
- _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- _____. Uso do couro na antiguidade como moeda e material de escrita – resumo dos pontos sobre o papiro e o pergaminho. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- _____. Palimpsesto. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- _____. Miniatura. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- _____. Formatos. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- _____. Encadernação. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Datilografado.
- _____. Ornamentação do livro. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- _____. Crysographia. In: _____. *Dissertações sobre a história dos livros manuscritos*. Rio de Janeiro: [192-]. Manuscrito.
- AMORIM, Fabrício Ferreira. Acervo originário do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional: identificação das bases teórico-metodológicas em desenvolvimento de coleções: Constantin, Morel, Namur, Peignot e Richard. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Poster apresentado...* Rio de Janeiro: Unirio, 2009.
- ARLS MARIO BEHRING 33. *Mario Behring*. Disponível em: <http://www.mario-behring33.org/?page_id=99>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- AZVEDO, Fabiano Cataldo. *A política de seleção do Real Gabinete Português de Leitura: identificação a partir da compilação de atas e relatórios do período de 1837-1847*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BASTOS, Ananda Xavier de Almeida. *Os fundamentos do processo de seleção segundo Gräsel e Petzholdt*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Annexo A: quadro do pessoal em exercicio do anno de 1895. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, 1896.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1910: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 649-684, 1911.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1911: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 34, 1912.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1912: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 35, 1913.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1913: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 36, 1914.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1914: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 37, 1915.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1915: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 38, 1916.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1916: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 39, 1917.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1917: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 40, 1918.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1918 e 1919: relatórios. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 41/42, 1919/1920.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1920 e 1921: relatórios. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 43, 1921/1922.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1923: relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 45, 1923.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1932: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 54, 1932.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1933: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 55, 1933.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1934: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 56, 1934.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1935: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 57, 1935.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1936: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 58, 1936.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1937: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 59, 1937.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1938: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 60, 1938.

- _____. A Biblioteca Nacional em 1939: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 61, 1939.
- _____. A Biblioteca Nacional em 1940: relatório. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 62, 1940.
- _____. *A Biblioteca Nacional em 1929*: relatório que ao Sr. Dr. Augusto de Vianna do Castello ministro da justiça e negócios interiores apresentou em 15 de fevereiro de 1930 o director geral Dr. Mario Behring. Rio de Janeiro, 1930. Datilografado.
- _____. *Catálogos on-line*. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/>>. Acesso em: dez. 2007 a jun. 2009.
- _____. *Cinquenta anos de biblioteconomia, 1915-1965*: exposição comemorativa do cinquentenário dos cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1965.
- _____. *Constâncio Alves*. 1915a. 1 fotografia, p&cb.
- _____. *Guia da Biblioteca Nacional: sesquicentenário – 1810-1960*. Rio de Janeiro, [1960]. 64 p.
- _____. *Livro do pessoal da B.N., com indicação do cargo, datas e nomeações e saídas, idade, naturalidade, entre outros*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1902. Manuscrito.
- _____. *Livro com guias de assistência social dos funcionários da B.N.* Rio de Janeiro: [s.n.], [1946-1950]. Datilografado.
- _____. *Mesa que presidiu à solenidade da inauguração do curso de biblioteconomia, na Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1915*. 1915b. 1 fotografia, p&cb.
- _____. *Programma de Bibliographia*. Rio de Janeiro: 1936.
- _____. *Programmas do curso de Biblioteconomia para o anno de 1917*. Rio de Janeiro, 1917. 8 p.
- _____. *Relação nominal dos professores e assistentes e auxiliares de ensino dos cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [194-].
- _____. Relatório apresentado ao Snr. Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelo bibliotecário da classe J. João Carlos Moreira Guimarães, respondendo pelo expediente da 4ª Secção e relativo ao mês de fevereiro de 1941. Rio de Janeiro: [s.n.], 1941a.
- _____. Relatório apresentado ao Snr. Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelo bibliotecário da classe J. Pedro Rodrigues da Cunha, servindo de Diretor da 4ª Secção e relativo ao mês de janeiro de 1941. Rio de Janeiro: 1941b.
- _____. Relatório correspondente ao ano de 1947 apresentado ao sr. chefe de Leitura Geral e Referência em janeiro de 1948. Rio de Janeiro: 1948.
- _____. Requerimento ao diretor da Biblioteca Nacional Manuel Cicero Peregrino da Silva, pedindo inscrições no curso de Biblioteconomia. Rio de Janeiro, 1906-1918. [88 p.]. 58 documentos.
- O BIBLIOTECÁRIO: boletim dos alunos dos cursos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 1, n. 1, ago. 1948a. Datilografado.

- _____. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 1, n. 2, dez. 1948b. Datilografado.
- _____. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 2, n. 5, jun. 1949. Datilografado.
- _____. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 3, n. 6, dez. 1950. Datilografado.
- _____. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ano 4, n. 7, ago. 1951. Datilografado.
- BRASIL. *Decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944*. Aprova o regulamento dos cursos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 27 abr. 1944.
- BRASIL., Ministério da Educação e Saúde. *Ref. Of. 2923 e Of. 2924, de 29-VII-1952, da D.E.Su.* [Rio de Janeiro], 28 ago. 1952. 3 p.
- BRITISH LIBRARY. *Collection Development Policy*. [2008?]. Disponível em: <<http://www.bl.uk/aboutus/stratpolprog/coldevpol/>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- BROADUS, Robert. *Selecting materials for libraries*. New York: H. W. Wilson, 1973.
- BRUNET, Jacques Charles. *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. 5. ed. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1860-1865.
- CAJÉ, Bruna Carla Muniz. Acervo originário do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional: identificação das bases teórico-metodológicas em desenvolvimento de coleções: Cim, Maire e Rouveyre. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Resumos...* Rio de Janeiro: Unirio, 2009. p. 263-265.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional: (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 222 p. (Loc.: III-001, 2, 25 / ARM – Obras Gerais)
- CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000. 288 p.
- CECÍLIA MEIRELLES, biografia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cec%C3%A3o_Meirelles>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- CIM, Albert. *Le livre*. Paris: E. Flammarion, 1905-1908. 5 v.
- COELHO NETO, J.T. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 76-79.
- CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL. Mario Behring. Brasília. Disponível em: <<http://www.cmsb.org.br/fundador.php>>. Acesso em: 14 fev. 2008.
- COSTA, Luciene Maria da. *O ensino em desenvolvimento de coleções da década de 1930: o caso do curso da Biblioteca Nacional*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- COUTO, Sabrina Dias do. *As contribuições teóricas do corpo docente do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- CURLEY, Arthur; BRODERICK, Dorothy. *Building library collection*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1985. Original de Mary Duncan Carter e Wallace John Bonk em 1959.
- DIAS, Antônio Caetano. *O ensino da biblioteconomia do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPASE, 1957. 32 p.
- DIAS, Antônio Caetano. O ensino da biblioteconomia do Brasil. In: _____. *Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil*. Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de Biblioteconomia. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: A Escola, 1991. 48 p.
- DIEGUEZ, Aida Roca. Noticiário dos cursos: Ary Fernandes in memoriam. *O Bibliotecário*: boletim dos alunos dos Cursos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 7, jun. 1949.
- DRURY, F. K. W. *Book selection*. Chicago: American Library Association, 1930.
- EXPOSIÇÃO sobre bibliotecário da BN. *Boletim da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 92, p. 2, 30 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/boletimbbn92.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2008.
- FAMÍLIA Monteiro de Barros: desde 1679. Disponível em: <<http://fammonteirodebarros.com.sapo.pt/geneacongonhas2.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2008.
- FERREIRA, Patricia Quaresma. *Processo de desenvolvimento de coleções na Biblioteca Nacional na década de 1940*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes. *Desenvolvimento & avaliação de coleções*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Thesaurus, 1998. 240 p.
- FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 152 p.
- FONSECA, Maria Luiza da. O acervo básico-histórico da biblioteca da primeira escola de Biblioteconomia do Brasil: bibliografia. In: UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Humanas, Escola de Biblioteconomia. *Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. p. 33-40.
- GRAESEL, Armin. *Manuale di Biblioteconomia*. Traduzione del Dott. Arnaldo Capra. Torino: E. Loescher, 1893. 403 p.
- GRANDE LOJA DO PARANÁ. *Quem foi Mario Behring*. Disponível em: <<http://glp.org.br/site/a-maconaria-pagina-mae/quem-foi-mario-behring/>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. corr. e aum. Brasília: Ibit, 1994.
- HAINES, Helen E. *Living with books*. New York: Columbia University Press, 1935.
- HESSE, Leopold Auguste Constantin. *Bibliothéconomie: ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*. Nouvelle

- édition, revue, augmentée et ornée de figures. Paris: A La Librairie Encyclopédique de Roret, 1841. 266 p. (Manuels-Roret).
- HISTORIADOR brasileiro Sergio Buarque de Holanda. Disponível em: <<http://educação.uol.com.br/biografias/ult1789u407.jhtm>>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- HOMENAGENS: a medalha. Disponível em: <<http://www.crb1.org.br/homenagens/homenageados.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- JANNUZZI, Celeste Aida Sirotheau Corrêa. Estoque, oferta e uso da informação: reflexões sobre um recurso estratégico para o desenvolvimento do setor produtivo. *Transformação*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 13-23, 2001.
- A INAUGURAÇÃO do curso de biblioteconomia. *O Imparcial*: diário ilustrado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 4, n. 830, p. 8, 11 abr. 1915. Microfilmado.
- INAUGURA-SE hoje o curso de biblioteconomia na Biblioteca Nacional. *O Imparcial*: diário ilustrado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 4, n. 829, p. 9, 10 abr. 1915. Microfilmado.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil*. Rio de Janeiro, 1971. 544 p. (Fontes de informação, 5).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca do Ibict. Catálogo on-line. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl8/003.xis&cipar=ibict.cip&bool=exp&opc=decorado&exp=MINISTERIO%20DA%20FAZENDA&code=&lang=>>>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Catálogos on-line. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/pesquisa.php>>. Acesso em: ago. 2008/fev. 2009.
- JOÃO Carlos de Carvalho. [19--?]. 1 fotografia, p&b.
- JOÃO Gomes do Rego. 1929. 1 fotografia, p&b.
- JOSUÉ MONTELLO, biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoID=784&sid=284>>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. *How the collection is developed*. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/collection/003-330-e.html>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- LIBRARY OF CONGRESS. *Collection development and policies*. Disponível em: <<http://www.loc.gov/acq/devpol/>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- MAIRE, Albert. *Manuel pratique du bibliothécaire*: bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées. Paris: Alphonse Picard, 1896. 587 p.
- MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico da Academia Brasileira de Letras*. Goiânia: KELPS, 2007.
- MESQUITA, José de. *O capitão-mór André Gaudie Ley e a sua descendência*: ensaio de reconstituição histórico-genealógica. Cuiabá: [s.n.], 1921. Disponível em: <<http://www.jmesquita.brdata.com.br/1921Cap%20Andre%20Gaudie%20Ley.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2008.

- MORAES, Rubens Borba Alves de. *Relatório das ocorrências verificadas e atividades realizadas durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1945, e dos serviços a cargo da Biblioteca Nacional, apresentado ao ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos*. Rio de Janeiro, 1945. 39 p. Datilografado.
- MOREL, Eugène. *Bibliothèques: essai sur le développement des bibliothèques publiques et de la librairie dans les deux mondes*. Paris: Mercure de France, 1908-1909. 2 v.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Avaliação do estado da arte da formação em biblioteconomia e ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan.-jun. 1988.
- MUSEU DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biblioteca Nacional. Brasília, [2013?]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/museu/historia/sedes-da-camara/biblioteca-nacional>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- _____. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan.-jun. 1985.
- NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA. *Collection development policy*. 2007. 90 p. Disponível em: <<http://www.nla.gov.au/policy/cdp/documents/CDP.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*.
- NAMUR, P. *Manuel du bibliothécaire...* Bruxelles: Chez J. B. Tircher, 1834. 368 p.
- ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, jan.-abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000100006&cscript=sci_arttext>. Acesso em: 7 dez. 2008.
- PEIGNOT, Gabriel. *Manuel du bibliophile, ou traité du choix des livres [...]*. Dijon: V. Lagier Libraire, MDCCCXXIII (1823).
- REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. Catálogos on-line. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/ASP/pesquisa.asp>>. Acesso em: ago. 2008-fev. 2009.
- RELAÇÃO dos alunos diplomados pelo curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional: de 1916 até 1961. Rio de Janeiro: [s.n.], [196-]. Datilografado.
- PETZHOLDT, Julius. *Manuale del bibliotecario*. 3. ed. Milano: U. Hoepli, 1984. 364 p.
- PINHEIRO, Ana Virgínia. *O pensar e o fazer em Biblioteconomia: uma questão de memória e identidade*. 2009. 36 p. Trabalho não publicado.
- _____. *Planos de Aula OAB [da Unirio]*. Rio de Janeiro, 2008. Apostila.
- RANGANATHAN, S. R. *Library book selection*. Delhi: Indian Library Association; London: Blunt, 1952.
- RICHARD, Jules. *L'art de former une bibliothèque*. Paris: Librairie Ancienne et Moderne, 1883. 200 p.
- ROUVYRE, Édouard. *Connaissances nécessaires à un bibliophile*. 2. ed. Paris: Librairie Ancienne et Moderne, 1878. 119 p.

- SILVA, J. Bartholo. *Curso de Biblioteconomia: cadeira de Paleografia e Diplomática. Apontamentos de Lydia Combacau de Miranda*. Rio de Janeiro, 1940-1941. 2 cadernos. Loc. 18,1,013 - DM.
- SOUZA, Aurélio Lopes de. *Lições de um curso sobre gravuras*. Rio de Janeiro, [1915-1919]. Manuscrito. loc.: I-46, 4, 10 - DM.
- SOUZA, Aurélio Lopes de. *Parecer sobre candidatos para os cargos de sub-bibliotecário, oficial e amanuense da BN*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1913.
- SOUZA, Francisco das Chagas. *O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 116 p.
- SUAIDEN, Emir José. *O intercâmbio em bibliotecas e centros de documentação*. 3. ed. ver. e aum. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Rio de Janeiro: Pallas, 1978. 145 p.
- TRENCHER, Susan. [Charles Wagley]. In: DARNELL, Regna; GLEACH, Frederic Wright; AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION. *Celebrating a century of the American Anthropological Association: presential portraits*. [Nebraska]: Nebraska Press, 2002. p. 221. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=FHZINzGwvoC&pg=PA220&lpg=PA220&dq=Cecilia+Roxo+Wagley&source=bl&ots=s9roulswaY&sig=yh6bbEuPdqELGnLp1qURCsWGZjw&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=7&ct=result#PPA220,M1>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO, Centro de Ciências Humanas. Escola de Biblioteconomia. *Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. 48 p.
- VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: [Irmãos Pongetti], 1937. v. 1, p. 674-675.
- VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis/APB, 1989. 96 p. (Coleção Palavra-chave).
- _____. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n.1, p. 13-21, jan.-abr. 1993.
- _____. *Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 110 p.
- VIAGEM, de Cecília Meirelles. Disponível em: <www.ufmg.br/copeve/vest2007/livros.htm>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- WEITZEL, Simone da Rocha. *Relatório parcial do projeto de pesquisa origem e fundamentos do ensino do desenvolvimento de coleções no Brasil: a partir da 1ª fase do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. 62 p.
- _____. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan.-jun. 2002.
- _____. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciênciam; Niterói: Intertexto, 2006. 76 p.

- WERNECK, Heloísa Cabral da Rocha. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: projeto de reforma*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Bibliotecários, Comissão de Organização e Administração, 1942. 83 p. (Série Documentação biblioteconômica, fascículo 1).
- _____. *Curso de aperfeiçoamento na Universidade de Michigan: relatório apresentado pela bibliotecária Heloísa Cabral da Rocha Werneck*.
- _____. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: projeto de reforma*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Bibliotecários, Comissão de Organização e Administração, 1942. p. 50-67. (Série Documentação biblioteconômica, fascículo 1).
- _____. *Instruções para o primeiro curso intensivo de Biblioteconomia para cegos, para bibliotecários e assistentes sociais videntes*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1944.
- _____. Uma opinião sobre Biblioteconomia. In: _____. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: projeto de reforma*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Bibliotecários, Comissão de Organização e Administração, 1942. p. 39-48. (Série Documentação biblioteconômica, fascículo 1).
- XAVIER Placer. Disponível em: <<http://www.thesaurus.com.br/livro-na-rua/acervo/xavier-placer/>>. Acesso em: 7 dez. 2008.
- XAVIER Placer, 1916, encantou-se. Disponível em: <<http://ler-e-escrever.blogspot.com/2008/03/xavier-placer-1916-encantou-se.html>>. Acesso em: 7 dez. 2008.
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. Há mais coisas no céu e na terra do que sonha a sociologia: Charles Wagley e o sistema de parentesco da elite brasileira. In: _____. *A utopia brasileira: povo e elite*. [S.l.]: Brasília Abapé, [199-?]. cap. 4. Disponível em: <<http://www.georgezarur.com.br/pagina.php/113>>. Acesso em: 27 dez. 2008.

Apêndice A – Notas biográficas sobre os professores do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949)

A construção de breves notas biográficas dos professores do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi feita com base, principalmente, nos documentos encontrados na instituição, os quais, em grande parte, não estão arrolados em fontes consagradas. As biografias de funcionários que atuaram no período posterior a 1930 se baseiam nos levantamentos feitos por Couto (2008) e Costa (2008), os quais, sob nossa orientação, deram continuidade à busca, adotando os mesmos critérios e métodos. Foi necessário consultar outras fontes disponíveis na internet e nas bibliotecas históricas (especialmente da ABL, IHGB e RGPL) para compor um texto coerente para cada biografado. A dificuldade foi maior no período de 1944-1949, o que nos obrigou a recorrer a fontes como *O bibliotecário: boletim dos alunos dos cursos da Biblioteca Nacional*, cujos números estão localizados no Arquivo Central da Unirio. Como alguns dos professores continuaram a ministrar aulas depois da década de 1940, há dados biográficos referentes até o final da década de 1960, período fora dos limites deste estudo.

Professores do período 1915-1922

a) João Gomes do Rego (1861 – 19 ?)

Foi diretor da 4^a Seção e professor de Numismática. Iniciou sua carreira como praticante em 1890 e seguiu pelos cargos de amanuense por promoção e a 2º oficial e 1º oficial, por concurso, até ser nomeado sub-bibliotecário e diretor da 4^a Seção em 1911. Chegou a substituir Aurélio Lopes de Souza na direção da 3^a Seção quando este substituiu o diretor geral da Biblioteca em 1906, por oito meses, e esteve em comissão na Europa a serviço da instituição em 1912. Não foram encontrados outros dados sobre a sua biografia nem de sua produção que fossem de interesse para o estudo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1897, p. 245; 1898, p. 307; 1908, p. 321; 1912, p. 650; 1914, p. 669; 1916, p. 366; 1918, p. 370; 1919-1920).

b) João Carlos de Carvalho (1857 – 1921)

Foi diretor da 2^a Seção e professor de Paleografia e Diplomática. Conforme o “Quadro do pessoal em exercício do anno de 1895”, João Carlos de Carvalho era concursado, foi nomeado secretário em 1890 e chegou a ser chefe de Seção de Manuscritos entre 1893 e 1895, quando foi transferido para a 1^a Seção (Impressos). Exerceu o cargo de diretor interino em algumas ocasiões entre as décadas de 1880 e 1900. Em julho de 1911, foi nomeado bibliotecário e voltou a chefiar a Seção de Manuscritos. Não foram encontrados outros dados sobre a sua biografia nem de sua produção que fossem de interesse para o estudo (BIBLIOTECA NACIONAL, 1896; 1901, p. 592; 1912, p. 650).

c) Constâncio Antônio Alves (1862 – 1933)

Nasceu em Salvador, em 16 de julho de 1862, e faleceu no Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1933. Formou-se em Medicina em 1886 sem nunca exercê-la e chegou a cursar Direito sem, contudo, concluir-lo. É mais conhecido por sua atuação como jornalista, ensaísta e orador. Fez carreira na Biblioteca Nacional iniciando como amanuense em 1903, chegando a sub-bibliotecário em 1911 e, mais tarde, a bibliotecário (não foi encontrado o ano dessa promoção), quando passou a dirigir a 1^a Seção e a lecionar bibliografia. Constâncio Alves integrou a redação do *Diário da Bahia* e, quando mudou-se para o Rio de Janeiro, atuou no *Jornal do Brasil* e, posteriormente, no *Jornal do Commercio*, onde permaneceu até o fim da vida. Foi também “um dos redatores da ‘Biblioteca Internacional de Obras Célebres’ e era versado em bibliofilia” (MENEZES, 1978). Em 6 de julho de 1922, foi eleito para a Cadeira n. 26 da Academia Brasileira de Letras,

sucedendo a Paulo Barreto. Na ABL foi tesoureiro, bibliotecário e redator da revista da instituição na década de 1920. Suas conferências são mencionadas em várias biografias e vão desde o elogio a Ernest Renan (1923) e a Anatole France (1924), até o discurso de adeus a Rui Barbosa em nome da Academia (1923) (BIBLIOTECA NACIONAL, 1904, p. 486; 1907, p. 294; 1912, p. 650; 1916, p. 366; 1918, p. 370; MENEZES, 1978).

d) Aurélio Lopes de Souza (1866 – 1934)

Nasceu em 21 de outubro de 1866 na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em 10 de março de 1934. Foi diretor da 3^a seção e professor de Iconografia. É de sua autoria um dos poucos registros de aula encontrado na instituição na década de 1910: *Lições de um curso sobre gravuras*. De acordo com Velho Sobrinho (1937), Aurélio Lopes de Souza era filho de João Lopes de Souza e de D. Maria Feliciana Lopes de Souza. Formou-se em Letras pelo Imperial Colégio Pedro II (1888) e concluiu o curso de Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1906. Casou-se com Analia Pinto Lopes de Souza (1911). Era coproprietário da Livraria Democrática, localizada na rua São José, com seu irmão João Lopes de Souza, sob a firma Lopes de Souza & Comp. Foi nomeado, por concurso, 1º oficial da Biblioteca Nacional (1891); a secretário da BN (1893-1894); a chefe da 3^a Seção (1894) e bibliotecário da mesma Seção (1911). Substituiu o diretor Manoel Cícero Peregrino em diversas ocasiões até ser nomeado substituto da direção geral em 1912. Pediu exoneração desse cargo em 1917. Aposentou-se em 1933 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912, p. 650; 1913, p. 423; 1918, p. 355; VELHO SOBRINHO, 1937).

e) Mário Marinho de Carvalho Behring (1876 – 1933)

Nasceu em 27 de janeiro de 1876, em Ponte Nova (MG) e faleceu em 14 de junho de 1933, na cidade do Rio de Janeiro. Aos 22 anos, ingressou na loja maçônica “União Cosmopolita”, em Minas Gerais, da qual foi membro ativo, tendo composto a Comissão de Redação do *Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil* (GOB). Ainda em vida foi-lhe dada a regalia de ser Soberano Grande Comendador *ad-vitam*. Engenheiro por formação, transferiu-se em 1901 para a cidade do Rio de Janeiro, passando a integrar, no ano seguinte, por concurso, os quadros da Biblioteca Nacional, no cargo de amanuense (1902). Foi promovido a oficial (1913), sub-bibliotecário (1916) e depois bibliotecário, já na década de 1920 (ARLS MARIO BEHRING 33, c2007; BIBLIOTECA NACIONAL, 1903, p. 315-316; 1914, p. 670; 1917, p. 657; GRANDE LOJA DO PARANÁ, c2013). Ainda como funcionário, participou de comissão no

Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (1916), foi diretor substituto da 3^a Seção (1917 e 1918) e representou a BN oficialmente no Congresso Brasileiro de Geografia (1920) (BIBLIOTECA NACIONAL, 1917, p. 658; 1918, p. 455; 1919-1920b, p. 328). A partir da década de 1920, ministrou aulas de iconografia no Curso de Biblioteconomia referente à 3^a Seção, enquanto Aurélio Lopes de Souza esteve na direção da biblioteca. No ano seguinte foi promovido a bibliotecário diretor de Seção (2^a Seção), quando passou a ministrar aulas de Paleografia e Diplomática. Em 1923, foi designado para ministrar aulas de Epigrafia e Paleografia, mas declinou "por motivo justificado", porém não mencionado nos *Anais* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1921-1922a, p. 241; 1921-1922b, p. 250; 1923, p. 466). Substituiu Manoel Cícero Peregrino da Silva na direção da Biblioteca Nacional e foi diretor entre 1924 e 1932. Foi fundador da revista *Cinearte* e diretor da revista *Kósmos* (CARVALHO, 1994, p. 186; ARLS MARIO BEHRING 33, c2007).

Professores do período 1932-1939

a) Eugênio Teixeira de Macedo (1866 – 19?)

Nasceu em 1866 no Estado do Rio de Janeiro. Foi admitido na Biblioteca Nacional em 1898, no cargo de amanuense, tendo se classificado em 4º lugar. Em 1913, foi promovido a oficial, tendo chegado a bibliotecário (1933) por merecimento. Como dirigiu a 3^a Seção, lecionou a disciplina Iconografia e Cartografia até setembro de 1934, quando se aposentou. Nos registros da instituição, consta que Macedo havia trabalhado também como escriturário, na Rede Férrea do Estado do Espírito Santo (1891-1892). Depois, serviu no Cadastro da Capital Federal (1893-1894) (BIBLIOTECA NACIONAL, 1902, p. 16; 1913; 1934). Não há registros sobre ele no período entre 1894 e 1898, antes de ingressar na Biblioteca Nacional.

b) Carlos Mariani (1884 – 1937)

Nasceu no Rio de Janeiro em 1884. A carreira na Biblioteca Nacional teve início como amanuense, tendo sido nomeado em julho de 1911. Sua assiduidade foi destacada por Aurélio de Souza (1913) em avaliação dos funcionários para promoção. Formou-se no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1916 e chegou ao cargo de bibliotecário com a promoção por merecimento em 1933. Foi diretor da 1^a Seção (Impressos) e da 3^a Seção (Estampas e Cartas Geográficas), lecionou as disciplinas Bibliografia e Iconografia e Cartografia, e ocupou interinamente a direção da Casa em 1934 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1933, p. 4).

c) Luiz Corte Real de Assunção (18 ? – 1936)

Ingressou na Biblioteca Nacional em 4 de setembro de 1914, habilitando-se ao Curso de Biblioteconomia em 1916 e promovido a auxiliar-amauense (1918). Em 1929, ocupou o cargo de secretário, período em que tomou providências para a implantação da seção de obras em braile, a pedido da viscondeza de Cavalcanti (BIBLIOTECA NACIONAL, 1915, p. 672; 1917; 1919; 1920; 1930). Enquanto ocupava o cargo de oficial foi designado para ministrar História Literária e depois foi promovido a sub-bibliotecário (1933). Chegou ao cargo de bibliotecário e foi diretor da 2^a Seção. Em 1935, lecionou Paleografia e Diplomática no Curso de Biblioteconomia. Morreu em 30 de agosto de 1936 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1933, p. 4; 1935; 1936).

d) Floriano Bicudo Teixeira (1885 – 19 ?)

Era funcionário adido do Ministério da Agricultura, quando foi cedido, em 1915, para a Biblioteca Nacional e nomeado auxiliar em 1918. Habilhou-se no Curso de Biblioteconomia em 1922, e seguiu carreira na Biblioteca Nacional, tendo ocupado os cargos de amanuense e, por merecimento, oficial (1933) e sub-bibliotecário (1934). Com o falecimento de Carlos Mariani, substituiu-o na cadeira de Iconografia e Cartografia, de 1937 a 1948 (com algumas interrupções). Seu último cargo na Biblioteca Nacional foi bibliotecário classe M (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 351; 1919, p. 275; 1920, p. 308; 1933, p. 4; 1935; 1939; [1946-1950]; CASTRO, 2000; MO-RAIS, 1945; RELAÇÃO..., [196-]).

e) Emmanuel Eduardo Gaudie Ley (1892 – 1953)

Descendente de família tradicional dos estados de Mato Grosso e Goiás (era bisneto do capitão-mor André Gaudie Ley), ingressou por concurso na Biblioteca Nacional em 1917, na de vaga de auxiliar. No mesmo ano, começou a frequentar o Curso de Biblioteconomia. Foi promovido a sub-bibliotecário por merecimento e lecionou a disciplina História Literária aplicada à Bibliografia. Em 1934, foi promovido a bibliotecário e a diretor da 1^a Seção. Lecionou as disciplinas História Literária aplicada à Bibliografia, no período de 1938 a 1939 e Bibliografia, de 1938 a 1940. Fez curso de especialização nos Estados Unidos (1941) e, a partir de 1942, passou a fazer parte da Comissão Brasileira de Catalogação. Lecionou também História do Livro no Curso Fundamental de Biblioteconomia, de 1944 até pelo menos 1948, conforme documentos consultados. Gaudie Ley chegou a ministrar pelo menos três disciplinas simultaneamente, prática que começou em 1933, com o falecimento

de Constâncio Alves e Mario Behring, e se fortaleceu depois da reforma, em 1944. Chegou ao cargo de bibliotecário classe L (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918; 1935; 1940; 1945; [1946-1950]; 1965; CASTRO, 2000, p. 85; MESQUITA, 1921; O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b 1).

f) José Bartolo da Silva (18 ? – 19 ?)

Apesar das poucas informações encontradas, foi possível verificar que José Bartolo da Silva habilitou-se no Curso de Biblioteconomia em 1933. Em 1934, já lecionava Paleografia e Diplomática, o que fez, com interrupções, até 1944. Foi promovido a sub-bibliotecário em 1935 e depois a bibliotecário, ocupando o cargo de diretor da 2^a Seção em 1936. Chegou a bibliotecário classe M (BIBLIOTECA NACIONAL, 1934; 1935; 1936; 1938; 1939; [1946-1950]; RELAÇÃO... [196-]).

g) Octavio Calasans Rodrigues (1893 – 19--)

Iniciou sua carreira na Biblioteca Nacional como auxiliar efetivo em 1920 e logo foi promovido a amanuense. A partir de 1933, foi designado para servir três dias na semana na Casa de Rui Barbosa. Nesse mesmo ano concluiu o Curso de Biblioteconomia, mas só em 1939 passou a lecionar Iconografia e Cartografia (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, c2006; BIBLIOTECA NACIONAL, 1920-1921; 1933, p. 4; RELAÇÃO...[196-]). Tal como outros funcionários, também fez curso de especialização nos Estados Unidos. A partir de 1944, lecionou Paleografia no Curso Avulso em 1944; Catalogação e Classificação no Curso Fundamental de Biblioteconomia em 1945 e no Curso Superior, em 1948, além da disciplina optativa Mapoteca, no Curso Superior, em 1947 (CASTRO, 2000; BIBLIOTECA NACIONAL, 1945; O BIBLIOTECÁRIO..., 1948a; 1948b).

Professores do período 1940-1943

a) João Carlos Moreira Guimarães (18 ? – 19 ?)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1919 e chegou a bibliotecário classe J. Em 1940, deixou de lecionar História Literária com Aplicação à Bibliografia por problemas de saúde, sendo substituído por Pedro Rodrigues da Cunha. Em fevereiro de 1941, ficou encarregado do expediente da 4^a Seção (Periódicos). Ministrou História Literária com Aplicação à Bibliografia de 1941 a 1943 e, em 1943, lecionou também Paleografia e Diplomática (RELAÇÃO...[196-]; BIBLIOTECA NACIONAL, 1941; 1941a; CASTRO, 2000).

b) Pedro Rodrigues da Cunha (19--? – 19--)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1933, chegando ao cargo de bibliotecário na 4^a Seção (Periódicos) e à classe J. Elogiado por seu desempenho profissional, ministrou a disciplina Bibliografia, substituindo Emmanuel Eduardo Gaudie Ley durante a especialização deste último nos Estados Unidos (1941) e a partir de julho de 1942 (RELAÇÃO...[196-]; (BIBLIOTECA NACIONAL, 1941b; 1942).

c) Maria Antonieta M. Requião (1923 – 2001)

Nasceu em Salvador em 1923 e faleceu em 2001 (BIBLIOTECA NACIONAL, c2006; IBBD, 1971). Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1940 (RELAÇÃO...[196-]) e continuou seus estudos com a especialização na School of Library Service da Universidade de Columbia e graduação na Pontifícia Universidade Católica (Jornalismo e Didática). Na Biblioteca Nacional foi chefe da Seção de Catalogação, tendo ocupado cargos também na Organização das Nações Unidas e na Associação Brasileira de Bibliotecários (ABB). Com bolsa do DASP, estudou nos Estados Unidos (1944-1945), e com bolsa do governo francês estudou na França (1964). Em 1969, participou do 2º Congresso Regional sobre Documentação e da 9^a Reunião da FID/CLA no Rio de Janeiro. Na década de 1970, foi subdiretora da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara e passou a lecionar as disciplinas Catalogação e Classificação na Escola de Biblioteconomia e Documentação do então Instituto Santa Úrsula (IBBD, 1971). É autora do clássico brasileiro *Introdução à Teoria da Classificação*.

d) Flora de Araújo Jorge Whitelhurst (19 ? – 19 ?)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1941. Em 1943, substituindo Maria Antonieta M. Requião, tornou-se professora auxiliar de Bibliografia, tendo lecionando no 2º ano do curso. Foi bibliotecária auxiliar classe F e classe G. (RELAÇÃO...[196-]; CASTRO, 2000; BIBLIOTECA NACIONAL, [1946-1950]).

e) Nidia Dantas (19 ? – 19 ?)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1941 e lecionou Bibliografia como professora auxiliar em 1943. Chegou a bibliotecária auxiliar classe F. De 1946 a 1947 esteve sob licença médica. A partir disso, passou a solicitar prorrogações dos prazos das licenças, as quais foram concedidas (RELAÇÃO...[196-]; CASTRO, 2000; BIBLIOTECA NACIONAL, [1946-1950]).

Professores do período 1944-1949

a) Cecília Roxo Wagley (19 ? – 19 ?)

Natural do Rio de Janeiro, descendia de família paulista de renome, os barões de Vargem Alegre. Seu avô materno era o comendador Lucas Antonio Monteiro de Barros, filho dos viscondes de Congonhas do Campo. Casou-se com o etnólogo americano Charles Walter Wagley. Formada no Curso de Biblioteconomia em 1933, colaborou na execução da reforma da Biblioteca realizada em 1944. Ministrhou a cadeira de Bibliografia e Referência no Curso Fundamental e no Curso Superior, respectivamente em 1944 e 1945 (ZARUR, [199-?]; FAMÍLIA..., [2008?]; RELAÇÃO..., [196-]; CASTRO, 2000; DIAS, 1957; BIBLIOTECA NACIONAL, 1945; MORAIS, 1945).

b) Maria Antonieta de Mesquita Barros (19 ? – 19 ?)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1935. Bibliotecária auxiliar classe G, foi designada para lecionar a disciplina Organização de Bibliotecas no Curso Fundamental (BIBLIOTECA NACIONAL, 1945).

c) Lydia de Queiroz Sambaquy (1913 – ?)

Natural de Belém (PA), foi aluna do Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional em 1938 e fez especialização na Universidade de Columbia (1942 e 1950). Uma das idealizadoras do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, participou da instalação do primeiro sistema brasileiro de catalogação cooperativa – o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC). Foi responsável pela implantação da Biblioteca do Ministério da Fazenda (1942), pela reorganização da Biblioteca Pública de Pelotas (1945), pelo planejamento da instalação e organização da Biblioteca Pública de Petrópolis (1948), bem como de centros de documentação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1965), no GEIPOT (1966) e na Companhia Brasileira de Dragagem (1969) (BIBLIOTECA NACIONAL, [194-]; IBBD, 1971, p. 232). Exerceu também os seguintes cargos: chefe do Serviço de Intercâmbio de Catalogação da FGV (1937-1953); bibliotecária do Ministério da Educação e Saúde (1941-1943); assistente técnica da Biblioteca Central da Universidade do Brasil (1949-1953); diretora do Departamento Técnico da ABB; presidente do IBBD (1954-1965); vice-presidente da Federação Internacional de Documentação (1959-1962); responsável pelo Serviço Nacional de Bibliotecas do MEC (1962-1964); presidente da ABB (1961-1964) (IBBD, 1971, p. 230-232).

Na Biblioteca Nacional, lecionou Catalogação e Classificação, de 1945 a 1954. Na Fefieg (instituição que abrigou os cursos da Biblioteca Nacional), lecionou Evolução do Pensamento Filosófico e Científico (a partir de 1965). Foi também bibliotecária-chefe do Centro de Documentação e Biblioteca da Companhia Brasileira de Dragagem (IBBD, 1971).

d) Lygia Noronha de Carvalho (19 ? – 19 ?)

Lecionou Organização de Bibliotecas no Curso Fundamental a partir de 1945 (MORAIS, 1945). Entre as obras de sua produção destaca-se *Classificação Decimal de Melvil Dewey*, publicada em 1959 pelo Ministério da Fazenda (IBICT, 2005).

e) Rubens Borba de Moraes (1899 – 1986)

Natural de Araraquara, fez seus estudos de biblioteconomia nos Estados Unidos, como bolsista da Fundação Rockefeller e graduou-se em Letras pela Universidade de Genebra. Destacou-se como historiador e escritor, tendo participado do movimento modernista, inclusive da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922. Foi responsável pela fundação do Curso de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1940, onde atuou como diretor e professor, e foi também um dos fundadores da Associação Paulista de Bibliotecários (IBBD, 1971; BIBLIOTECA NACIONAL, [1960]; HOMENAGENS..., [1987?]).

Na Biblioteca Nacional, foi diretor da Divisão de Preparação e lecionou Biografia e Referência no Curso Fundamental de Biblioteconomia a partir de 1945. Em 21 de dezembro de 1945 assumiu a direção da instituição, cargo que ocupou até 15 de dezembro de 1947 (BIBLIOTECA NACIONAL, [1960]). Rubens Borba de Moraes foi também diretor do Centro de Informações da ONU, em Paris, e da Biblioteca da ONU, em Nova Iorque, e professor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília (UnB). Foi homenageado com a Medalha Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores e, em 1987, o Conselho Regional de Biblioteconomia – 1^a Região criou a Medalha Rubens Borba de Moraes – Honra ao Mérito Bibliotecário – destinada a prestigiar os profissionais que se destacaram na área (IBBD, 1971; HOMENAGENS..., [1987?]).

f) Cecília Meirelles (1901 – 1964)

Natural do Rio de Janeiro, Cecília Benevides de Carvalho Meirelles, uma das mais importantes poetas brasileiras, além de educadora, lecionou Literatura no Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (MORAIS,

1945). Cursou a Escola Normal no Rio de Janeiro, de 1913 a 1916. Em 1919, aos 18 anos publicou seu primeiro livro, *Espectro*. Como jornalista, escreveu sobre literatura, artes e educação. Em 1934, fundou a primeira biblioteca infantil do Rio de Janeiro (CECÍLIA..., [2008?]).

g) Josué Montello (1917 – 2006)

Natural de São Luís do Maranhão, concluiu o curso secundário em Belém (PA) e, em dezembro de 1936, veio para o Rio de Janeiro, onde se formou em Educação. Jornalista e escritor premiado, foi membro da Academia Brasileira de Letras.

No início de sua carreira foi inspetor federal do Ensino Comercial (1937), técnico de Educação (1939) e secretário-geral do governo do Maranhão. Foi subchefe da Casa Civil do Governo Juscelino Kubitschek e dirigiu o Museu Histórico Nacional e o Museu da República (BIOGRAFIA..., [c2006?]; BIBLIOTECA NACIONAL, [1960], p. 30-31).

Na Biblioteca Nacional, Josué Montello atuou no planejamento da reforma da Casa realizada na década de 1940, estruturando “em bases modernas os seus Cursos, dos quais foi Coordenador e logo Diretor” (BIBLIOTECA NACIONAL, [1960], p. 30). Lecionou Organização e Administração de Bibliotecas nos cursos Fundamental e Superior, e História da Literatura neste último. Em 1948, assumiu a direção geral da Biblioteca Nacional até 1º de março de 1951. Em sua gestão foram organizadas exposições sobre Chateaubriand e Balzac (MORAIS, 1945; BIBLIOTECA NACIONAL, [1960]; BIOGRAFIA..., [c2006?]).

Foi também professor na Faculdade de Letras Pedro II (Fahupe), onde lecionou Teoria da Literatura. Lecionou também Estudos Brasileiros na Universidade Maior de São Marcos, em Lima/Peru (1953-1955); Literatura Brasileira na Universidade de Lisboa (1957); e História e Literatura Brasileira, na Universidade de Madri (1958).

h) Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982)

Considerado um dos maiores historiadores brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo. Estudou na Escola Caetano de Campos e no Ginásio São Bento, bacharelando-se em Direito em 1925 pela Universidade do Brasil. Participou do movimento modernista na década de 1920, tendo sido designado por Mário e Oswald de Andrade para representar no Rio de Janeiro a revista *Klaxon*. (HISTORIADOR..., [2008?]).

De 1926 a 1929 dedicou-se ao jornalismo, tendo dirigido o jornal *O Progresso*, em Cachoeiro do Itapemirim, e participado da fundação da revista *Estética* em 1926; foi colunista do *Jornal do Brasil*, correspondente da Agência United Press em

1927 e dos Diários Associados em 1929 (HISTORIADOR..., [2008?]); e também colaborador da "revista Brasilianische Rundschau, do Conselho do Comércio Brasileiro de Hamburgo" (HISTORIADOR..., [2008?]). Em 1936, lecionou História Moderna e Contemporânea e Literatura Comparada na Universidade do Distrito Federal, ano em que lançou *Razões do Brasil*, sua mais importante obra (HISTORIADOR..., [2008?]).

Em 1939, ingressa na Biblioteca Nacional para dirigir a Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro. Em 1944, ficou encarregado da direção da Seção de Consulta e, no ano seguinte, foi designado para lecionar Literatura no Curso Superior de Biblioteconomia. Em 1946, foi nomeado diretor do Museu Paulista, encerrando sua permanência na Biblioteca Nacional (HISTORIADOR..., [2008?]; MORAIS, 1945).

Foi ainda professor de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política e de Estudos Brasileiros, e professor convidado, na Universidade de Roma. Foi o primeiro diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Em 1969, aposentou-se como catedrático na USP e, em 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (HISTORIADOR..., [2008?]).

i) Ary de Castro Fernandes (1908 – 1949)

Foi professor dos Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, tendo lecionado Organização e Administração de Bibliotecas, de 1946 a 1949. Após a sua morte, foi homenageado por professores e alunos com a colocação de seu retrato na sala em que trabalhava (DIEGUEZ, 1949).

j) Haydá Madei Martins (19 ? – ?)

Natural do Rio de Janeiro, formou-se no Curso Superior de Biblioteconomia (1939) e exerceu vários cargos, entre os quais os de bibliotecária no Ministério da Fazenda (1943) e no IBBD (1952); chefe substituta do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) (1952); bibliotecária-chefe do DASP (1952); diretora do SIC (1955); professora de Catalogação e Classificação dos Cursos de Administração do DASP (1945). Também participou de bancas em diversos concursos para bibliotecários do DASP; da Comissão Carioca de Catalogação; da equipe encarregada de reorganizar a Biblioteca Pelotense do Rio de Janeiro em 1945; colaboradora na organização da Biblioteca da Presidência da República no ano de 1951; e diretora agregada do IBBD (IBBD, 1971, p. 188).

No Curso de Biblioteconomia ministrou a disciplina Catalogação e Classificação, como professora assistente de 1946 a 1948 e de 1950 a 1952, e como professora catedrática em 1949 (IBBD, 1971).

k) Xavier Placer (1916 – 2008)

Natural de Niterói (RJ), formou-se no Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1946. Foi aluno também do Curso Nacional de Informação de Extensão Agrícola (IICA/OEA) e do curso Documentação, Comunicação e Arquivo, do DASP. Exerceu os seguintes cargos: chefe da Seção de Documentação do Serviço de Informação Agrícola (SIA) e professor de Organização de Bibliotecas e Bibliografia nos cursos de Treinamento de Dirigentes de Clubes Agrícolas Escolares; 2º Secretário da ABB. Foi também bibliotecário-chefe da Biblioteca Central do Ministério da Agricultura e integrou diferentes comissões, entre as quais a Comissão de Ética Profissional (1966, 1967 e 1969), Comissão de Tomada de Contas do CRB-7, (1967 e 1968), Comissão de Documentação da ABNT, Comissão Permanente de Incentivo e Assistência às Bibliotecas do MEC (IBBD, 1971; RELAÇÃO..., [196-]).

Na Biblioteca Nacional, lecionou Bibliografia e Referência no Curso Fundamental em 1948 e em 1950 (O BIBLIOTECÁRIO..., 1948a, 1948b, 1950). Na Fefieg, ministrou cursos avulsos e a disciplina Técnica do Serviço de Referência. Além de obras consideradas clássicas em biblioteconomia, como *A bibliografia e sua técnica*, publicou trabalhos na área da literatura, poesia, prosa e ficção (PLACER..., [2008?]). A Divisão de Obras Gerais da BN realizou em 2008 uma exposição em sua homenagem no ano de sua morte (EXPOSIÇÃO..., 2008).

l) Maria Carmelita de Gouveia Rego (1910 – 1964)

Lecionou Bibliografia e Referência no Curso Superior de 1948 a 1949 e em 1951. Os alunos registraram que a professora proferiu duas palestras durante o Curso, em outubro de 1948, quando relatou sua viagem a onze países europeus (O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b). Outra palestra, realizada em 1º de dezembro de 1950, durante a 2ª reunião geral dos sócios da ABB, enfocou o tema bibliotecas infantis e escolares. Durante a palestra, leu as sete regras da ALA que se referem ao sistema de bibliotecas escolares, e discorreu sobre a instituição da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em Salvador, e a instalação de uma seção infantil na Biblioteca Pública de Manaus (O BIBLIOTECÁRIO..., 1950).

Há registros também sobre as várias exposições bibliográficas realizadas por seus alunos da disciplina Bibliografia e Referência do Curso Superior, entre as quais se destacam as referentes aos centenários de Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco (1949) (O BIBLIOTECÁRIO, 1949); “Índios e sua arte”, com o auxílio do Serviço de Proteção aos Índios, realizada em 1950; e Cidade de Paris, em 1951.

m) Orsely Guimarães Ferreira (1925 – ?)

Nasceu em 21 de janeiro de 1925 e foi nomeada em 31 de julho de 1967. De acordo com testemunhos de alunos, era professora assistente e ministrou a disciplina Iconografia em 1948 (BIBLIOTECA NACIONAL, [194-]; O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b;)

n) Zilda Galhardo de Araújo (1913 – ?)

Natural de São Paulo, fez o curso da Biblioteca Nacional e também era graduada pela Escola Nacional de Música. Fez uma série de cursos complementares, entre os quais Classificação Decimal Universal (1956), Bibliografia da Imprensa Brasileira (1961), Introdução à Cultura Filosófica e Artística (1962) e Fontes para o Modernismo Brasileiro (1963) (IBBD, 1971). Exerceu os cargos de bibliotecária auxiliar no Ministério da Fazenda (1942-1945), bibliotecária no Ministério da Educação e Cultura, a partir de 1945, e bibliotecária no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), em 1959.

Como professora do Curso de Biblioteconomia ministrou as disciplinas Organização e Administração de Bibliotecas entre 1946 e 1950; Bibliotecas Especializadas e Bibliotecas Universitárias e Publicações Oficiais, Seriadas e Periódicas, em 1960; e Catalogação Especializada, entre 1962 e 1964 (IBBD, 1971, p. 110).

Na Biblioteca Nacional foi bibliotecária-chefe da Seção de Publicações Periódicas. Na Fefieg, ministrou Bibliografia Especializada, a partir de 1965.

No Instituto Santa Úrsula, lecionou também Bibliografia Especializada a partir de 1957. Ocupou cargos de direção na Escola de Biblioteconomia e Documentação do mesmo instituto, foi diretora substituta (1963-1967) e diretora de departamento em 1968. Em 1967, atuou como examinadora em concurso promovido pelo Serviço Público Federal, para preenchimento do cargo de bibliotecário auxiliar. No CRB-7, ocupou o cargo de presidente, em 1968, e de secretária, no ano seguinte. Seu livro *Bibliografia Especializada: introdução à pesquisa* (1969) é referência histórica na área (IBBD, 1971).

o) Maria Heloisa Parente Napoleão (19 ? – ?)

Segundo registros de antigos alunos, Maria Heloisa Parente Napoleão era professora assistente e lecionou Organização e Administração de Bibliotecas no curso fundamental, em 1948 (O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b).

p) Thomas Newlands Neto (19 ? – ?)

Foi chefe da Seção de Microfilmes da Biblioteca Nacional. Em 1948, lecionou História do Livro no nível fundamental, substituindo temporariamente

Emmanuel Eduardo Gaudie Ley (O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b). Em 1949, ministrou curso avulso de reprodução fotográfica, o qual atraiu a atenção dos bibliotecários por seu caráter inovador na época (O BIBLIOTECÁRIO..., 1949).

q) Aida Furtado Lins (19 ? – ?)

Em 1947, era bibliotecária auxiliar classe E na Biblioteca Nacional e foi professora assistente da disciplina Bibliografia e Referência entre 1948 e 1950 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1948; O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b, 1950).

r) Cacilda Basílio de Souza Reis (19 ? – ?)

Natural de Rio das Pedras (SP), fez os cursos Fundamental e Superior de Biblioteconomia (1946 e 1947). Cursou também Língua Inglesa (1953-1954); Bibliografia Especializada em História e Geografia do Brasil e Literatura Brasileira (1948), entre outros cursos de atualização profissional (IBBD, 1971).

Na Biblioteca Nacional, foi bibliotecária da Seção de Iconografia, no período de 1948 a 1950. Como professora assistente, lecionou Catalogação e Classificação no Curso Superior de Biblioteconomia, em 1948 e 1949. Em 1950, lecionou a mesma disciplina no Curso Fundamental. Foi também assistente-técnica na Biblioteca Pública de Minas Gerais (1954), chefe da Divisão de Processamento Técnico (1955-1961) e diretora substituta na Escola de Biblioteconomia daquele estado (IBBD, 1971; O BIBLIOTECÁRIO..., 1950).

Em 1954, integrou a primeira comissão responsável pela preparação do Código Brasileiro de Catalogação e, na mesma época, ministrou cursos isolados no Instituto Nacional do Livro (INL). De 1960 a 1965, foi assistente regional e coordenadora geral da Comissão Regional do Estado, no INL de São Paulo. Fez parte da diretoria da Febab, de 1961 a 1962 e em 1969 presidiu o CRB-8 e a APB (IBBD, 1971).

s) Helcia Dias (1909 – 1952)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1945. Foi professora assistente de Organização e Administração de Bibliotecas nos anos de 1948 e 1950 no Curso Fundamental (RELAÇÃO..., [196-]; O BIBLIOTECÁRIO, 1948b, 1950).

t) Renato Gaudie Ley Linhares (19 ? – ?)

Concluiu o Curso de Biblioteconomia em 1947, e nos dois anos seguintes lecionou Bibliografia e Referência no Curso Superior (RELAÇÃO..., [196-]; O BIBLIOTECÁRIO..., 1948b, 1950).

u) José Noronha Santos (19 ? – ?)

Foi professor assistente no nível superior da disciplina optativa História da Literatura, em 1949 e em 1950, quando ela se tornou obrigatória (O BIBLIOTECÁRIO..., 1949, 1950).

Apêndice B – Obras e demais estudos publicados por professores do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

As obras abaixo listadas foram identificadas no acervo da Biblioteca Nacional (BN), Academia Brasileira de Letras (ABL), Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

1. Professores no período 1915-1922

1.1 Constâncio Alves

ALVES, Castro. *Castro Alves: antologia brasileira*. ALVES, Constâncio (Org.). Prefácio de Afrânio Peixoto. Paris: Aillaud e Bertrand, 1921. 234 p., 19 cm. (Disponível na Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

ALVES, Constâncio. Dia a dia - 13/04/1891. In: JUNQUEIRA, Ivan; NISKIER, Arnaldo; MELO FILHO, Murilo (Apres.). *Acadêmicos no Jornal do Brasil: 1897 a 2005*. Rio de Janeiro: IHL Instituto Herbert Levy, c2005. 204 p., 30 cm., p. 93-94. (Disponível na Academia Brasileira de Letras)

_____. *Discurso de recepção do sr. Constancio Alves e resposta do sr. Felix Pacheco*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1922. 75 p. Loc: I-389,2,2,n.1 (BN/Geral).

_____. *Da cremação e inhumação perante a hygiene: Synthese das substancias orgânicas: Electro-therapia: Histologia: these apresentada, Bahia, 1885.* in-4

_____; PACHECO, Félix. *Discurso de recepção*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1922. 75 p., 24 cm.

_____. *Dissertações (9) sobre a história dos livros manuscritos*. [S.l., 19--].

Loc: I-48,5,9 – DM 090 A (cat. Trad) – (BN/Manuscritos).

_____. Figuras. Rio de Janeiro: *Annuario do Brasil*, [1921]. 196 p.

Loc.: I-312,3,27-28 ex.1-2 / II-138,1,24 / III-387,2,23 (BN/Geral).

_____. *Fragmentos de obras poéticas copiadas por Constâncio Alves*. Bahia: [1869]. 39 p. Localização: I-07,10,015 (BN/Manuscrito).

_____. *A literatura na Bahia*. Rio de Janeiro, [1912]. 35 tiras. Anexo: nota explicativa do Dr. Eugênio Gomes, acerca do documento. Original, Autógrafo. Loc: I-07,17,004B (BN/Manuscrito).

_____. *Santo Antônio*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1943. 122 p., 22 cm. (Disponível na Academia Brasileira de Letras e Real Gabinete Português de Leitura).

JORNAL DO BRAZIL: publicação diária. Rio de Janeiro, 1891-1892, in-fol. gr. de 8 cols.

a) Outros escritos

ALVES, Constâncio. *A patria agradecida á um de seus mais dignos filhos*. Bahia: 1888. 56 p. in-4.^o. (Collecção de poesias do conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, prefaciada por Constâncio).

FRANCE, Anatole. *O procurador da Judéa, Balthasar, Crainqueville*. Rio de Janeiro: Liv. Castilho, 1929. 183 p. Loc: 843/F815pr7/1929 (Cat. Trad. Manusc) (Também disponível no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro).

PACHECO, Felix. *Hum francez-brasileiro: Pedro Plancher, subsídios para a história do Jornal do Commercio*. Prefácio de Constâncio Alves. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1917. [2] f., x [5]-135 p. 7 facs.; 23 cm. Loc: Acervo Geral: 96, 2, 4.

PACHECO, Felix. *Un français-brésilien*. Prefácio de Constâncio Alves. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1924. 236 p., 30 cm.

PEIXOTO, Afrânio; ALVES, Constâncio (Org.). *José Bonifácio: o velho e o moço antologia brasileira*. Paris: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1920. 298 p., 18 cm.

PEIXOTO, Afrânio; ALVES, Constâncio (Org.). *Vieira brasileiro...* Paris: Aillaud e Bertrand, 1921. 2 v. Loc: 208.1/V658v I-78,7, 2 (Geral)

POESIAS diversas (Comp.). Copiadas por Constâncio Alves. [S. l., 19-?]. Códice. Cópia. 52 p. 21 x 26 cm. Loc: i-11, 2, 15 (Manus). Poesias de Bruno Seabra, Ezequiel Freire, Gonçalves Dias (autor suposto), Gonçalves Crespo, A. J. Franco de Sá, C. C. Ferreira Rosa, R. A. de Carvalho Filgueira e S. A. d'Azevedo.

b) Obras citadas na literatura, mas não localizadas (CONSTÂNCIO, 2008; BIBLIOTECA NACIONAL, 1916).

"A função do bibliothecario" (1915);

"A sensibilidade romântica, conferência" (1928);

"Gregório de Matos, in Obras de Gregório de Matos", IV Satírica, vol. 1 (1930), "Memórias de Antônio Ipiranga, romance coletivo", cap. 4, na Revista da ABL (1928).

c) Obras sobre Constâncio Alves

ABREU, Modesto de. Glorificação póstuma: Rui Barbosa, Olavo Bilac, Alcindo Guanabara, Oliveira Lima, Mário de Alencar, Medeiros e Albuquerque, João Ribeiro, Constâncio Alves, Antonio Sales, Fernando Magalhães. In: _____. *Biógrafos e críticos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939. 391 p.

AUTORES e livros. Direção de Múcio Leão. Rio de Janeiro, *A Manhã*, 1941-1950, v. 4, n. 7, p. 96-107, 6 v, 42 cm. 1943 (Disponível na Academia Brasileira de Letras).

RESUMO da conferência sobre o centenário de Constâncio Alves. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 257, p. 289-290, out.-dez. 1962.

1.2 Aurélio Lopes de Souza

SOUZA, Aurélio Lopes de. *Da apotherapia renal*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 24 de março de 1906 e defendida em 16 de julho do mesmo ano, aprovada com distinção. Rio de Janeiro: Tip. Carvalhais. 4.ª de 160 p.

_____. D. Pedro II e os livros. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1925.

_____. *Lições de um curso sobre gravuras*. Rio de Janeiro: [1915-1919]. Proferidas no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Originais. Loc: I-46,4,10 (Manuscritos).

_____. Manoel Dias: o Romano. *Livros Novos* (revista). Não foram obtidos os demais dados.

_____. Arte Antiga no Brasil. *Repertorio Mundial*, set. 1925.

_____. A Imperatriz D. Leopoldina. *Brazilianische Rundschom*. Não foram obtidos os demais dados.

a) Obra citada na literatura, mas não localizada (BIBLIOTECA NACIONAL, 1919/1920)

Palestra "Collecções e collecionadores", de 21 de dezembro de 1918.

1.3. Mario Behring

BEHRING, Mario. *Anotações sobre trabalhos executados na Biblioteca Nacional.* [S.l.: 19--] 8 p. BN/Loc: 66,5,001 n°069.

_____. *Bibliografia.* [S. l.:19--]. Cópia datilografada. 49 f. Loc: I-48,1,1 (BN/Manuscritos Cat. Trad.)

_____. *Provas práticas de Diplomática dos cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, [1932]. 56 doc. Loc: 66,1,003 n°042 (BN/Manuscritos).

_____. *Notas e apontamentos sobre a seção de manuscritos da Biblioteca Nacional.* [Rio de Janeiro: 1902-1924]. 7 doc. 157 p. Loc: 65,5,002 n°009 (BN/Manuscritos).

CINEARTE. Fundador: Mario Behring; Diretor: Adhemar Gonzaga; Diretor-gerente: Antonio A. de Souza e Silva. Rio de Janeiro, anno 1, n. 28, set. 1926. il.; 32 cm. (Coleção Paulo de Frontin). (Disponível no IHGB).

KÓSMOS: revista artística, científica e litteraria. Direção de Mario Behring. Rio de Janeiro: Jorge Schmidt, 1904. 6 v., il., 30 cm. (Disponível na Academia Brasileira de Letras).

2. Professores no período 1944-1949

2.1. Lydia de Queiroz Sambaquy

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A ação social de biblioteca pública. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 106-112, set. [1942?].

_____. O aspecto mais alto do desenvolvimento de documentação no Brasil. In: CONFERÊNCIA GERAL DA FID, 26., 1960, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Hague: FID, [1960?].

_____. As associações de bibliotecários. *Not. Assoc. Bras. Bibliot.* Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, maio 1963.

_____. A biblioteca do IBBD. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 79-81, maio/jun. 1956.

_____. Bibliotecários. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 31-33, set. 1950.

_____. Catalogação cooperativa e catalogação centralizada. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano 14, v. 3, n. 2, p. 36-39, ago. 1951.

- _____. Catalogação de livros e documentos. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 58-60, mar. 1950.
- _____. Catalogação na fonte. *Not. Assoc. Bras. Bibliot.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1-3, maio 1962.
- _____. Catalogación cooperativa y catalogación centralizada. In: DESARROLLO DE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA, Conferencia de São Paulo, 1951, São Paulo. *Anais...* Paris: Unesco, 1953. p. 63-70.
- _____. Catálogo coletivo de periódicos. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-2, p. 25-33, jan./abr. 1956.
- _____. Centros de documentação e os conselhos nacionais de pesquisas. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 189-221, set./out. 1955.
- _____. A classificação decimal de Melvil Dewey e a classificação decimal de Bruxelas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 188-190, ago. 1940.
- _____. *Como a biblioteca pode e deve servir ao Brasil*. Conferência pronunciada no salão nobre da Biblioteca Pública de São Paulo, no dia 3 de novembro de 1942, por ocasião da Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1943. 10 p.
- _____. *Como usar as fichas impressas pelo Serviço de Intercambio de Catalogação (SIC)*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: IBBD, 1959. 36 p.
- _____. *Despedida do IBBD*. Rio de Janeiro, 1965. 4 p. Manuscrito.
- _____. A documentação científica como elemento de progresso da ciência e de tecnologia na América Latina. In: CONFERÊNCIA SOBRE A APLICAÇÃO DA CIÊNCIA E DE TECNOLOGIA AO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA, 1965, Santiago do Chile. *Trabalhos apresentados...* Santiago de Chile: [s. n.], [1965?].
- _____. É preciso saber. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-5, jan.-fev. 1955.
- _____. Esquema de organização da biblioteca do DASP. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 100-108, fev. 1940.
- _____. Esquema de organização da biblioteca do DASP. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 124-130, mar. 1940.
- _____. Esquema de organização da biblioteca do DASP. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 129-141, abr. 1940.

- _____. Guia das principais instituições culturais brasileiras e suas publicações. In: HANDBOOK of Latin American Studies. [S. l.] Cambridge Harvard, University Press, 1938. p. 465-489.
- _____. O IBBD e os serviços que se propõe a prestar. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 125-132, jul.-ago. 1955.
- _____. *O IBBD e os serviços que se propõe a prestar*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBBD, 1958. 23 p., il.
- _____. Informação científica: resultado de um inquérito. In: REUNIAO ANUAL DA SBPC, 10., 1958, São Paulo. *Trabalhos apresentados....* [São Paulo?]: SBPC, 1958.
- _____. A informação científica no Brasil. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO SOBRE DOCUMENTACION CIENTIFICA, 1962, Lima. *Trabalhos apresentados...* [Lima?]: [s. n.], [1962?].
- _____. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e a informação científica no Brasil. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5/6, p. 253-260, set.-dez. 1957.
- _____. Manuel Cicero Peregrino da Silva. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 235-239, set.-out. 1956.
- _____. *A missão das bibliotecas nacionais*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação, 1962. 20 p.
- _____. No mundo dos livros. *A Biblioteca*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1/6, p. 14-19, jan.-jun. 1948.
- _____. A nova face da Biblioteca Nacional. *Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, 1967.
- _____. Plano nacional para o desenvolvimento da informação científica. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 49, Salvador, 1959. *Resumo das comunicações apresentadas*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. p. 133-135.
- _____. Os problemas bibliográficos do cientista e o IBBD. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 33-34, mar.-abr. 1955.
- _____. A profissão de bibliotecário. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 335-339, nov.-dez. 1956.

_____. O Serviço de Intercâmbio de Catalogação e as críticas que lhe são feitas. Rio de Janeiro: DASP, Serviço de Documentação, 1955. 69 p. (em colaboração).

_____. O serviço de referência nas bibliotecas. *Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro*, v. 1, n. 2, p. 68-70, fev. 1960.

_____. O Simpósio sobre Bibliografia e Documentação Científica de São Paulo. *IBBD Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 155-161, jul.-ago. 1956.

2.2. Xavier Placer

PLACER, Xavier. Bibliografia e documentação cariocas. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECAS DO DISTRITO FEDERAL, 1953, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

_____. *A bibliografia e sua técnica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MEC, 1955. 48 p. (Aspectos, 21).

_____. *Bibliotecas do Ministério da Agricultura*. 6. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955. 15 p. Em colaboração.

_____. *Bio-bibliografia de Adelino Magalhães*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Margem, 1955. 32 p.

_____. *Cabeçalhos de assunto para a agricultura e ciências afins*. 4. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956. 44 p. Em colaboração.

_____. *Como organizar pequena biblioteca*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1960. 36 p., il.

_____. *Como organizar sua biblioteca*. Rio de Janeiro: COLTED, 1967. 40 p., il.

_____. *Indicações bibliográficas sobre reforma agrária*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1961. 32 p. Em colaboração.

_____. *Orientação bibliográfica para a professora rural*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1961. 52 p.

_____. O perfeito bibliotecário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 1954, Recife. *Trabalhos apresentados...* Rio de Janeiro: Febab, 1954.

_____. *Técnica do serviço de referência*. Ed. preliminar. Rio de Janeiro: ABB, 1968. 120 p. (Didática, 2).

2.3. Zilda Galhardo de Araújo

ARAÚJO, Zilda Galhardo de. *Bibliografia especializada: introdução à pesquisa*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969. 207 p.

Apêndice C – Relatórios anuais não publicados nos Anais da Biblioteca Nacional

Nem todos os Relatórios Anuais da Biblioteca Nacional foram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, cujos volumes estão disponíveis na Biblioteca Nacional Digital IMP 20,4,46 a 58). Por isso, foi necessário buscar os não publicados nos catálogos da instituição, seja on-line, seja no local (catálogos em fichas e outro disponível em Micro-Isis). Foram localizados os relatórios referentes ao período entre 1944 e 1948, mas faltaram aqueles relativos aos anos de 1924 a 1930 e 1949. Segue a relação dos que foram encontrados.

1944 – Souza, Josué; Borba, Rubens; Holanda, Sérgio Buarque de; coordenador dos cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional, diretor da Divisão de Preparação de Biblioteca Nacional; diretor da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional. Relatórios da seção de Manuscritos, de Estampas da Divisão de Consulta, da Divisão de Preparação, e dos cursos da Biblioteca Nacional durante o ano de 1944. RJ, 1944 5 doc. [24] p. Loc: 46,2,022 – DM (II) ou BIBLIOTECA NACIONAL. *A Biblioteca Nacional em 1944*: relatório que ao Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde apresentou em fevereiro de 1945 o diretor Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. Rio de Janeiro, 1945. Loc: 46,2,022 – DM.

1945 – Moraes, Rubens Borba Alves de. Relatório das ocorrências verificadas e atividades realizadas durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1945, e dos serviços a cargo da Biblioteca Nacional, apresentado ao ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos. Rio de Janeiro, 1945. Cópia datilografada. 39 p. Loc: 46,2,023 (I) – DM.

1946 – Moraes, Rubens Borba Alves de. Relatórios contendo informações a fim de esclarecer certos aspectos dos serviços realizados na B.N. durante o ano de 1946 e de justificar novas medidas solicitadas, um breve resumo dos fatos acontecidos na gestão anterior, além de informações referentes ao plano de reforma e restauração da Biblioteca. 3 doc., 67 p. Loc: 46,2,024 – DM.

1947 – Moraes, Rubens Borba Alves de. Relatório contendo exposição das atividades desenvolvidas na B.N. durante o ano de 1947. Loc: 46,2,028 (1) – DM.

1948 – Napoleão, Heloisa. Contendo, Ilda; Guimarães, João Carlos; Honório, Jose. Relatórios das seções de Contribuição Legal, de Permutas Internacionais, de Compras, de Direitos Autorais, de Encadernação [...] ao diretor da Biblioteca Nacional, Josué de Souza Montello. RJ-1948. 291 p. 103 doc. Secundárias: [...] Napoleão, Heloisa, chefe da seção de Encadernação da Biblioteca Nacional. Loc: 46,2,029 (II) – DM.

Apêndice D – Relação parcial da produção sobre Biblioteconomia – 1930 - 1960

Esta relação foi feita a partir de pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional e também nos acervos da Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Real Gabinete Português de Leitura. Não foram encontradas obras referentes ao período de 1915 a 1929.

CARVALHO, Osvaldo de. *Bibliografia brasileira de biblioteconomia*. Ed. preliminar. São Paulo: [s.n.], 1959. Loc: Referencia/BEC – OG.

ESTUDOS de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 21 p., il Loc: II-220,7,20 n.3 – OG.

FERRAZ, Wanda. *A biblioteca*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1949. 207 p., 24cm. Loc: ANEXO II-641,4, 24 – OG.

FIGUEIREDO, Adelpha Silva Rodrigues de. *Catalogação e classificação*. São Paulo: [s.n.], 1937. 78 p. Aulas dadas na Escola de Biblioteconomia de São Paulo, do Departamento Municipal.

_____. *Catalogação e classificação*. São Paulo: Escola de Biblioteconomia, 1937. Apostila mimeografada do curso de biblioteconomia da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, que seria transferido para a FESP.

GROPP, Dorothy Muriel Geddes. *Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista*. Tradução de Francisco J. de Almeida Azevedo. São Paulo: Dep. de Cultura, 1940. p [205]-224. Loc. III-219,7,22,n. 5 F – Obras Gerais – OG.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (Brasil). *Instruções para a organização das bibliotecas municipais*. Rio de Janeiro, 1940. 122 p., il., 24cm. Loc. R-027,4/I59 – OG.

MORAES, Rubens Borba Alves de. *Bibliographia e história do livro*. São Paulo, 1937. 107 p. Aulas dadas na Escola de Biblioteconomia de São Paulo, do Departamento Municipal de Cultura.

_____. *O problema das bibliotecas brasileiras*: conferência lida no salão de conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 23 de setembro de 1943. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64 p. Loc: II-82,1,8 nº1. Encadernado com outras obras: Domingo dos Séculos, 1924; Le Chevalier au Barizel, Genebra, 1919; Viagem a S. Paulo, por Saint-Hilaire, trad., 1941; O Problema das Bibliotecas Brasileiras, com prefácio de Gilberto Freyre, 1943; Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, Rio, 1943; Bibliografia Brasiliana – A Bibliographical Essay on Rare Books on Brazil, 2 v. 1959-1960, Amsterdam; O Bibliófilo Aprendiz, 1965.

_____. Relatório ao Ministério da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 203-231, jul.-dez.1974. Localização: 65,4,004 nº001 (MSS).

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Fluxogramas da preparação dos livros e periódicos*. [S.l.: s.d.]. 11 p. Loc: 65,1,005 nº 065 – DM.

TIGRE, Manuel Bastos. *Breve ensaio sobre bibliographia*. Rio de Janeiro, 1945. 35 f. Trabalho apresentado em concurso ao cargo de bibliothecario do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Loc.V-361,7.6 – OG.

WERNECK, Heloisa Cabral da Rocha. *A classificação decimal universal: introdução ao catálogo geral da biblioteca da D.E.P.* Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1938. 35 p., il. Loc.VI-426,2,25 – OG.

_____. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: projeto de reforma*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Bibliotecários, Comissão de Organização e Administração, 1942. 83 p. (Documentação Biblioteconómica, fascículo 1). OG.

Anexo A – Programas das disciplinas do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1917⁴

Programma de Bibliographia

1. Bibliographia – Noções preliminares.
2. Typographia – Composição e impressão.
3. O Livro. Ornamentação – Ilustração – Ex-libris – Formato.
4. Encadernação.
5. O Papel. História e fabricação.
6. Conservação e restauração dos livros.

7. Invenção da imprensa. Transição do livro manuscrito para o impresso. Primeiros impressores.
8. Características do livro antigo e do moderno – Incunabulos e cimelios – Livros raros e preciosos – Falsificações bibliographicas.
9. O jornal – A revista – O folheto – Publicações periodicas.
10. Classificação – Systemas principaes.
11. Classificação decimal – Suas modificações.
12. Catalogação – Arrumação dos livros e preparo para a catalogação – bilhete systematico – A ficha.
13. O catalogo – Fontes de informação – Repertorios.
14. A imprensa no Brasil – Livros e jornaes – Impressores e editores – Bibliographia nacional – Fontes de informação.
15. Bibliothecas – Historia – Construcção – Iluminação – Mobiliario.
16. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fundação e phases do seu desenvolvimento – Bibliothecas no Brasil.
17. Organização e administração das bibliothecas – Pessoal – Estudos geraes e technicos – Exames e concursos.
18. Secretaria e Archivo – Legislação – Regulamentos – Direitos autoriaes.
19. Serviço de informações – Serviço de permutações internacionaes. Emprestimo domiciliar – Acquisição e remessa de livros, manuscripts, estampas e peças numismáticas para as secções – Officinas graphicas.

Constancio Alves,
Director da 1.^a secção

Programma de Paleographia e Diplomatica

Paleographia

1. Definição e noções preliminares. A escripta latina. Capital, uncial, cursiva e semiuncial.
2. As escriptas nacionaes. A gothica e a humanistica.

3. Cryptographia. Siglas, abreviações, notas tironianas.
4. Regras e signaes de ortographia. Signaes numeraes.
5. Materias subjectivas da escripta: metaes, pedras, marmores, taboinhas enceradas.
6. Mesmo assumpto: papyro, pergaminho, papel.
7. Instrumentos do escriptor. Tintas e cores.
8. Forma e composição do livro. Rôlos e codices. A escripta propria do livro.
9. Mesmo assumpto. Encadernação e ornamentação.
10. Arte libraria. Bibliothecas.

Diplomatica

1. Objecto e historia da diplomatica.
2. Chronologia technica. Das datas de annos. Eras.
3. Chronologia technica. Periodos chronologicos (Olympiadas. Indicção).
4. Chronologia technica. Datas do mez e do dia.
5. Mesmo assumpto. Calendarios.
6. Elementos criticos do teôr dos documentos diplomaticos: titulos e qualidades das pessoas; nomes de pessoa e de logar.
7. Mesmo assumpto. Designações geographicas e topographicas. Pesos e medidas. Moedas. Da lingua usada nos documentos.
8. Partes constitutivas dos documentos. Formularios e manuaes.
9. Divisão dos documentos. Protocollo inicial.
10. Divisão dos documentos. O texto.
11. Divisão dos documentos. As clausulas finaes.
12. Divisão dos documentos. Formalidades diversas. O protocollo final.
13. Signaes de validação (subscripções, assignaturas e testemunhas).
14. Mesmo assumpto. Sellos.

15. A cancellaria pontifical.
16. As cancellarias regias.
17. Os documentos falsos.
18. Os actos privados.

Pratica dos Serviços

1. Origem e composição das collecções manuscriptas das bibliothecas e arquivos. Organisação dos registos e inventarios.
2. Classificação e catalogação dos documentos manuscriptos.

João Carlos de Carvalho,
Director da 2.^a secção

Programma de Iconographia

Parte Theorica

Iconographia e iconologia. Imagem. Sua reprodução na arte. A gravura ou processo equivalente e a impressão ou estampagem. Princípios de pintura applicaveis á arte da gravura.

3. Origem da gravura. As cartas de jogar. Carimbos gravados em madeira e metal. A gravura dita de crivo. Alexandre e Isabel Cunio. Lourenço Coster. Os mestres de 1406, 1418 e 1423.
4. As mais antigas gravuras em metal e madeira, nos séculos XV XVI, na Allemanha e Países Baixos, na Italia, França, Espanha e Inglaterra. As estampas com saudações de anno novo. As cartas de indulgência. Livros de imagens xylographadas na Allemanha e Países Baixos no século XV.
5. Nigellagem. Maso Finiguerra. Os nigellos, seus caracteres. Os nigelladores italianos e florentinos no século XV.
6. A gravura a buril nos séculos XV e XVI. – Allemanha. Martim Schongauer. Alberto Dürer. Lucas Cranach. Seus discípulos. – Países Baixos. Lucas de Leyde e sua escola. – Italia. Escolas florentina, paduo-mantuana,

- lombardo-veneziana, milaneza e da Italia Central. – França. Escolas de Fontainebleau, Lyon e Orléans.
7. A gravura a agua forte nos seculos XV e XVI.
 8. A gravura na Allemanha, Paizes Baixos, Inglaterra, Italia, França e Hispanha nos séculos XVII a XIX.
 9. A gravura em Portugal desde a sua origem até o século XIX. A officina calcographica, typographica e litteraria do Arco do Cego.
 10. A gravura, a lithographia e os processos photo-mecanicos no Brasil no século XIX.
 11. Os processos da gravura; noções gerais sobre a technica. Gravura em madeira ou xylographia. Gravura de crivo. Outros processos de gravura em relevo. Gravura a buril. Gravura a ponta secca. Gravura a agua-forte. Gravura á maneira de lapis. Gravura a pontilhado. Gravura á maneira negra ou mezzotinto. Gravura a aguada e agua-tinta.
 12. A technica dos trabalhos do gravador conforme os processos. Traços simples e cruzados. Pontos. Combinações e direcções desses elementos de acordo com o objecto a representar. Sombras e meias sombras na gravura a aguada e no mezzo-tinto – Maneira e maneirismo – O processo e o assumpto; conformidade de um com o outro.
 13. Lithographia. Origem. Processos. Seus representantes mais notaveis, até o seculo XIX, nos principaes paizes da Europa.
 14. Daguerreotypia. Photographia. Processos photo-mecanicos. Heliogravura.
 15. A estampa em côres.
 16. Aquarella. Guache. Miniatura. Aguada. Pastel. Suas applicações.
 17. A arte ficticia ou de fantasia. Os gravadores macabros. Os caprichos. A caricatura e o grotesco.
 18. Os ex-libris. Estylos. Allegorias e outros generos de composição.
 19. A ilustração do livro. O cartaz, o cardapio e outras applicações da estampa.
 20. As cartas geographicas antigas. Sua ornamentação. As cartas e plantas modernas.

21. Estampagem. A impressão primitiva. A impressão a machina. O preparo do papel. A impressão em côres. Tiragem em papel, seda e pergaminho.
22. Provas. Ensaios. Prova *avant la lettre*. Prova *avant tonte lettre*. Prova terminada. Estados de uma estampa. Exemplares em papel *commum*, papel da China e do Japão. Provas de artista. Provas com *remarque*. Valor intrínseco e extrínseco de cada grupo. Original e copia.
23. Falsificação da estampa; suas modalidades. A modernização em iconographia. O apocrypho na gravura de retratos.
24. Utilidade da estampa. O ensino pela imagem. A estampa como divulgadora das obras de arte. A documentação iconographica.
25. Catalogação. Fichas ou verbetes. Catalogação alphabetica. Catalogação topographica.
26. Catalogação systematica. Classificação dos artistas por escolas e por nacionalidades Significação da palavra – *escola* – no sentido geral e restrito. Classificação por assumptos.
27. Instalação de um gabinete de estampas. Mobiliário. Acondicionamento.
28. Conservação e restauração das estampas. Descollamento. Engomagem. Alvejamento. Tiragem de nodoas. Descoloração, Reparação de dilacerações e lacunas. Forração e entelação. Restauração do desenho. Reparação do pergaminho. Montagem simples de estampas. Montagem em *passe-partout*.
29. Iconophilia. Iconomania. Formação de colecções. Collecionadores notáveis.
30. Technologia da arte da gravura e da estampa.

Parte Pratica

Reconhecimento dos processos. Critica das qualidades da impressão e do estado do exemplar. Estimativa artistica da estampa. Estimativa da prova como peça de colecção.

Preparo das fichas para a entrada nos diversos catálogos. Classificação de estampas para os catálogos systematicos.

Pratica dos diccionarios de monogrammas e principaes manuaes de estampas.

Dr. Aurélio Lopes de Souza,
Director da 3.ª secção.

Programma de Numismatica

1. A numismaticia. Seus dominios. A moeda na antiguidade e sua evolução.
2. A moeda propriamente dita. Materia prima. Valor dos metaes. Titulos das moedas.
3. A peça monetaria. Seu aspecto, formas e typos.
4. Nomenclatura. Epigraphia monetaria. Divisas. Invocações. Marcas de officina. Marcas de emissão. Nomes de gravadores.
5. As officinas de moedagem. A fabricação das moedas. Processos de cunhagem. Moedas fundidas. Arte monetaria da antiguidade. Os cunhos. Gravura dos cunhos. Ensaio. A cunhagem entre os Romanos. Processos antigos. Processos actuaes.
6. As medalhas. Diferenças entre as moedas e as medalhas. Os medalhões. Medalhistas da Renascença.
7. A moeda instrumento de troca. O bi-metallismo. O padrão unico. Unidade monetaria. Moeda auxiliar. Moeda divisionaria. Moeda fiduciaria.
8. Systemas de classificação.
9. Numismaticia antiga. Moedas dos povos e das cidades.
10. Moedas gregas. As primeiras moedas. Caracteristicos. Systemas. Periodo da arte archaica e periodo de transição. Apogeo da arte, estabilidade e decadencia. Moedas das cidades autonomas; moedas dos reis; moedas imperiales gregas; moedas coloniaes.
11. Moedas romanas. Os reis. A Republica. O as e suas reducções. Moedas de prata. Moedas de ouro. Moedas romano-campanicas. Os magistrados monetarios. Legendas e typos.
12. Moedas romanas do Imperio. Os consulados. Moedas legionarias.
13. Moedas byzantinas.
14. Edade media. Épocas merovingia, carlovingia e dos Capetos. Moedas feudaes.

15. Moedas dos tempos modernos: Europa.
16. Moedas dos tempos modernos: Ásia, África, Oceania.
17. Moedas dos tempos modernos: America.
18. Numismatic portugueza: 1º, 2º e 3º períodos; systemas monetarios.
19. Numismatic portugueza: Moedas coloniaes, Asia e Africa.
20. Numismatica brasileira: systemas monetarios. Moeda metallica. Epoca colonial.
21. Numismatica brasileira; Imperio e Republica.
22. Numismatica brasileira: Papel-moeda. Bilhetes de banco.
23. Gabinete de moedas e medalhas. As collecções. Acquisições Disposição das peças nos medalheiros.
24. Exame de uma moeda. Cuidados. Conservação. Decalque. Processos de moldagem.

João Gomes do Rego,
Director da 4.^a secção.

Anexo B – Programa de Biblioteconomia do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1936

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Curso de Bibliothecaria – 1936

Programma de Bibliographia

1. O Bibliothecario
2. O Livro impresso e seus elementos
3. O Papel
4. O Formato
5. As tintas e os caracteres
6. Encadernação

7. Catalogação
8. Classificações bibliographicas
9. Bibliothecas: construcçao, organisação, legislação
10. Acquisição de livros
11. Arrumação dos livros nas bibliothecas
12. Conservação e restauração dos livros
13. A Typographia
14. Invençao da arte typographica
15. A typographia no século XV,- Incunabulos
16. Impressores célebres
17. A typographia no Brasil
18. Ornamentação e illustraçao do livro
19. Commercio de livros
20. Historia das Bibliothecas
21. Bibliothecas no Brasil.- A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Bibliothecario, Director da 1^a Secção

Anexo C – Programas de Paleografia e Diplomática – 1940 - 1941

Cadeira de Paleografia e Diplomatica

Professor J. Bartholo Silva

1. Paleografia e sua importancia – Definições preliminares. – Divisões da paleografia. – Distinção entre paleografia e diplomatica – História – Bibliografia.
2. Materiais utilizados na escrita. – Instrumentos de escribas.
3. Do papiro – Do pergaminho e do velino – Tintas e cores – Crisografia.
4. O livro manuscrito na Antiguidade e na Idade Média. – Forma e composição do livro manuscrito. Rolos e códices. – O palimpsesto.

5. Encadernação e ornamentação do livro manuscrito – Iluminuras e miniaturas.
6. Do alfabeto. Sua origem. Sinais idígraficos – O hieroglifo. Os chamados grandes sistemas hieroglíficos do mundo antigo. Escrita hieroglífica do novo mundo.
7. Do alfabeto – Classificação dos métodos da escrita (Egípcio, cuneiforme, chinês, mexicano, hitita) métodos independentes – Alfabetos ibéricos.
8. Do alfabeto – Noções sobre o alfabeto fenício, hebreico e semíticos em geral – Alfabeto árabe. Alfabeto grego.
9. Noções diferentes escritas (chinesa – japonesa árabe – cuneiforme – runica).
10. Do alfabeto latino – Sua genealogia – Sinais numerales – Regras e sinais de ortografia – Pontuação.
11. Escrita latina – Preliminares. Decomposição das letras. divisão escrita.
12. Escrita latina – Escrita maiuscula – Capital e suas divisões. Iniciação – (Exercícios práticos e leitura dessas escritas).
13. Escrita latina. Semiuncial e minuscula. Escrita lombardica e escrita visigótica. (Exercícios práticos).
14. Evolução da escrita – As escritas nacionais – Escrita lombardica e escrita visigótica (Exercícios Práticos).
15. A escrita merovingia, irlandesa e anglo-saxônica. (Exercícios Práticos).
16. Desaparição das escolas – Reformas carolingias e suas consequências. Escrita gotica. (Exercícios Práticos).
17. Escrita do século XI ao século XVI. Escrita diplomática e escrita chancelaresca – Escrita humanística. Escritas modernas bulatika (Cristografia – Notas tironianas – Siglas).
18. Abreviaturas Diferentes modalidades de abreviaturas – Estudo de cada uma dessas abreviaturas. Abreviaturas do século XV.
19. Definição objeto e história da diplomática. A diplomática na península ibérica – Bibliografia.
20. Cronologia – Datas de anos – Eras – Estilos – Feriados cronológicos (Exercícios Práticos).
21. Cronologia. Datas meses, semanas e dias, Calendários em geral – Letra dominical – Número aureo – Epactal – Erudição – Ciclo pascal – Cálculo da Páscoa Reformas do calendário (Exercícios Práticos).

22. Calendarios dos diferentes povos (egipcio – caldaico – hebraico – arabe – armenio – grego chinês, japones russo, Calendario da 1^a republica francesa calendario perpetuo) Exercícios Praticos.
23. Documentos diplomaticos – Seus elementos Titulos e qualidades das pessoas – Nomes das pessoas e nomes de lugares.
24. Designações geograficas e topograficas usadas nos documentos Pesos e medidas. Moedas. Da lingua usada nos documentos medievais.
25. Analise dos documentos – Sua preparação e feitura. Suas partes constitutivas – Formularios e manuais.
26. Divisão dos documentos e estudo de cada uma das suas partes.
27. Classificação dos documentos. Documentos publicos e documentos privados. Documentos pontifícios.
28. Sinais de validação dos documentos – Subscrições – Assinaturas – Testemunhas – Selos
29. Chancelaria pontifical e chancelaria regras – Chancelaria portuguesa – Bula – Cartas e ordens regias – Provisões – Portaria – Alvarás – As ordenações do Reino. Decretos – Livros de registro – Consultas do Conselho ultramarino Assentos.
30. Atos privados. Documentos falsos. Bibliotecas e Arquivos. A secção de manuscritos da Biblioteca Nacional (2^a secção).

A produção editorial da biblioteconomia lusófona no acervo da Biblioteca Nacional: do século XX aos dias atuais

Vinícius Souza de Menezes

Doutorando em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).





Resumo

Este texto trata do livro enquanto ser linguístico, veículo que torna possível a comunicabilidade e a circulação dos saberes, aqui pontualmente no campo biblioteconômico e no acervo da Biblioteca Nacional, instituição que inaugurou o ensino desta especialidade no Brasil. O livro é aqui percebido como artefato cultural de grande prestígio intelectual e acadêmico, cultuado fortemente pela *intelligentsia* brasileira de forte formação francesa. Em especial, busca-se a presença do livro de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional e no curso por ela criado e, como efeito, suas marcas na criação de uma "educação comum" e uma "literatura-padrão" do campo biblioteconômico, conforme os termos kuhnianos. Trata-se de mapear o acervo da Biblioteca Nacional para identificar e organizar a produção editorial da biblioteconomia lusófona ao longo dos séculos XX e início do XXI. A estratégia metodológica envolve pesquisa documental e técnicas bibliométricas.

Palavras-chave: *História da biblioteconomia brasileira. Produção editorial. Livros. Biblioteca Nacional – acervo.*

Abstract

This paper deals with the book as a linguistic being, a vehicle that makes possible the communicability and circulation of knowledge, here punctually at the librarian field, and at the National Library collection, the institution that first taught this field in Brazil. The book is perceived here as a cultural artifact of great intellectual and academic prestige, highly revered by the Brazilian intelligentsia with a strong French formation. Specially, the text seeks signs of the librarianship book in the National Library collection, and in the course created by this institution, as well as its marks of a "common education" and a "standard literature" of the field, to use Kuhnian terms. The objective is to map the National Library collection to identify and organize the editorial production of the Lusophonic librarianship over the XX and beginning of the XXI centuries. The methodological strategy involves documental research and bibliometric techniques.

Keywords: *History of Brazilian librarianship. Editorial production. Books. National Library – collection.*



Os livros e a biblioteconomia brasileira: contexto

Um galo sozinho não tece uma manhã:

Ele precisará sempre de outros galos

João Cabral de Melo Neto

No Brasil, em especial a partir do século XIX, quando foi fundada a Biblioteca Nacional e as primeiras bibliotecas estaduais, o livro apresentava um estatuto social de “expressão da consciência universal” (MANGUEL, 2006; FISCHER, 2006). Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, que concebeu a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 4 de agosto de 1811, defendia que a fundação da biblioteca iria “remover o primeiro e maior obstáculo que se oferece à instrução pública, o qual consiste na falta de livros” (BRANCO apud FONSECA, 1979, p. 24).¹ Desta maneira, a presença das bibliotecas em território nacional significava a possibilidade de acesso a essa “expressão da consciência universal” e, por consequência, à instrução pública propiciada pelos livros.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 158), a cultura da *intelligentsia* brasileira, no final do século XIX e início do século XX, era fortemente influenciada pelo “prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível”. Essa *intelligentsia* demonstrava um “apego bizantino aos livros” que parecia, muitas vezes, “penhor de sabedoria e superioridade mental” (1995, p. 163). A respeito dos intelectuais, Sérgio Buarque de Holanda afirmava que,

ainda quando se punham a legiferar ou a cuidar de organização e coisas práticas, os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca (HOLANDA, 1995, p. 163).

A manifestação exemplar desse “apego bizantino aos livros” estava representada na imagem de d. Pedro II, protótipo da intelectualidade oficial da época. Tal singularidade levou Ramiz Galvão a dizer, em sua contribuição para a biografia do imperador, que:

o imperador dizia gostar dos livros com satisfação dos cinco sentidos, isto é, *visual*, pela impressão exterior ou aspecto do livro; *tátil*, ao manusear-lhe a maciez

ou aspereza das páginas; *auditivo*, pelo brando crepitante ao folheá-lo; *olfativo*, pelo cheiro pronunciado de seu papel impresso ou fino couro da encadernação; *gustativo*, isto é, o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las. (GALVÃO apud HOLANDA, 1995, p. 165).

A representação do intelectual brasileiro foi condição *sine qua non* para o provimento do cargo de bibliotecário da Biblioteca Nacional, de acordo com os critérios do primeiro concurso, realizado em 1879. Antonio Caetano Dias (1955) considerou esse concurso o primeiro grande passo da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil. Atestando o alto grau de cultura humanística exigido dos candidatos à vaga, nesse concurso foram requeridos conhecimentos de História Universal, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Literatura, catalogação de manuscritos e traduções do Latim, Francês e Inglês, sendo aprovado o historiador e jornalista João Capistrano de Abreu (CASTRO, 2000, p. 48). Realizado na gestão de Ramiz Galvão, o concurso idealizava um bibliotecário que fosse simultaneamente um erudito e um técnico. Segundo César Castro (2000, p. 50), os concursos de bibliotecário que se seguiram estavam modulados conforme a concepção francesa da École de Chartes, criada em Paris em 1821 e primeira escola do mundo direcionada para a formação de pessoal para bibliotecas e arquivos, a qual influenciou os primeiros passos da biblioteconomia brasileira.

O incondicional “amor às letras” e o “horror à nossa realidade cotidiana” não tardaram por pressionar os intelectuais, dentre eles os bibliotecários, a criar “um mundo fora do mundo” (HOLANDA, 1995, p. 162). Em 1911, na gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva, a criação do primeiro curso de biblioteconomia do Brasil representou uma tentativa de sanar as dificuldades existentes na Biblioteca Nacional quanto à qualificação de pessoal (CASTRO, 2000, p. 53). Para ingressar na instituição, era necessário atender a algumas exigências: prova escrita de Português e provas orais de Geografia, Literatura, História Universal e três línguas: Francês, Inglês e Latim (CASTRO, 2000, p. 54). Os critérios para inscrição eram muito próximos aos do concurso para bibliotecário instituído por Ramiz Galvão. O primeiro curso era composto por quatro disciplinas: bibliografia, paleografia e diplomática (ministradas conjuntamente), iconografia e numismática. Essas disciplinas eram subdivididas em duas partes, uma teórica e outra prática, com programas bastante extensos e abrangentes (CASTRO, 2000, p. 55-56). O Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional funcionou regularmente até 1922.

Em 1931 a Biblioteca Nacional retomou os princípios do pioneiro curso de 1911 (1915). Com duração de dois anos, oferecia as seguintes disciplinas: no primeiro ano, bibliografia, paleografia e diplomática (disciplinas que constavam do curso de 1915); no segundo ano, história literária com aplicação à

bibliografia, iconografia e cartografia. Para ingressar eram necessárias certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil. Observa-se que ambas as concepções curriculares do curso enfatizavam a cultura geral, a "posse do saber clássico" em detrimento da técnica, ou seja, o bibliotecário aproximava-se muito mais do *philobiblion* (amante, amigo dos livros) do que de um técnico, um burocrata do livro. Saliente-se que na década de 1930 ainda eram válidas as diretrizes instituídas por Ramiz Galvão para o preenchimento do cargo de bibliotecário (CASTRO, 2000, p. 60-61).

BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO



Sala das aulas do Curso de Biblioteconomia. 1915c. Fonte: Divisão de Iconografia / FBN.

Resultado de um percurso distinto, o Curso Elementar de Biblioteconomia, ministrado no Mackenzie College de São Paulo pela bibliotecária estadunidense Dorothy Murriel Groppe, começou a ser oferecido em 1929. Diferentemente do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, o do Colégio Mackenzie fugia à tradição francesa, sendo inspirado nos princípios e técnicas estadunidenses de tratamento bibliográfico. A partir de então e nas décadas seguintes, uma nova concepção do saber-fazer biblioteconômico é introduzida no Brasil. Uma visão pragmática das práticas biblioteconómicas conquistava adeptos e defensores: a primazia estava nas técnicas profissionais e não mais, como no modelo francês, na erudição e na posse dos saberes clássicos. O curso

da Biblioteca Nacional aderiu ao novo paradigma em 1944.² Percebe-se que não há diferenças significativas entre as disciplinas ministradas neste último e em outros cursos que começaram a surgir em São Paulo e no Rio de Janeiro, no final da década de 1930. O que há de distinto não são as disciplinas, mas a abordagem; é a perspectiva interpretativa da biblioteconomia que se altera.

A prática da biblioteconomia norte-americana alterou a relação dos bibliotecários com o livro. Dorothy Gropp (1940, p. 216), por exemplo, precursora do modelo pragmático no Brasil, considerava que as bibliotecas eram "antigas" e estavam fora do modelo quando os livros eram alinhados nas prateleiras "de acordo com o formato, visando principalmente dar uma aparência agradável ao arranjo". Naquele período, os livros começaram a perder sua aura romântica e idealizada, passando a ser tratados de forma mecânica e racional, de acordo com funções especializadas, operacionalizadas segundo técnicas biblioteconómicas sofisticadas, tais como a catalogação e a classificação. Mais do que objetos de exuberância e fruição, os livros transformaram-se em instrumentos de trabalho, recursos centrais do saber-fazer do bibliotecário.

A influência da biblioteconomia norte-americana que se inicia em São Paulo acabou por se expandir para outros pólos do país, alterando definitivamente a formação dos bibliotecários brasileiros. A definitiva fixação dessa influência se verifica em 1962, quando da definição do primeiro Currículo Mínimo de Biblioteconomia.³ Tal modelo é adotado até os dias atuais. No quadro 1 observa-se a relação das disciplinas ministradas pelos cursos de biblioteconomia promovidos no Rio de Janeiro e em São Paulo até 1962.

Quadro 1: Disciplinas escolares: Rio de Janeiro (BN) e São Paulo

ANO	RIO DE JANEIRO (BN)	ANO	SÃO PAULO
1915	Bibliografia Paleografia e Diplomática Iconografia e Numismática	1929	Catalogação Classificação Organização de Bibliotecas
1931	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	1941- 1942	Catalogação Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas

1944	Organização e Administração de Biblioteca Catalogação Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	1943-1959	Catalogação Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
1962	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catalogação e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro e das Bibliotecas Organização e Técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à Cultura Histórica e Sociológica Reprodução de Documentos Paleografia Introdução à Cultura Filosófica e Artística	1960-1961	Catalogação Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à Cultura Artística Introdução à Cultura Filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: CASTRO, 2000, P.105

A Biblioteca Nacional foi pioneira na formação de bibliotecários, institucionalizando o saber-fazer próprio desses intelectuais e diferenciando-o em relação a outras profissões. Os primeiros bibliotecários brasileiros partilharam um contexto livresco e intelectual típico da influência francesa. A partir da década de 1930 esse saber começou a perder espaço, pressionado pelo modelo estadunidense promovido por intelectuais paulistas. A criação de cursos de biblioteconomia por todo o país, entre as décadas de 1940 e 1960, assim como a regulamentação da profissão em 1962, contribuiu para difundir a biblioteconomia praticada em São Paulo, garantindo sua prevalência como paradigma biblioteconômico nacional. O quadro abaixo relaciona, em ordem cronológica, os cursos que surgiram antes da década de 1970.

Quadro 2: Cursos de Biblioteconomia: 1911-1969

NOME DOS CURSOS	CRIAÇÃO
Curso da Biblioteca Nacional	1911
Escola de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo	1936
Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia	1942
Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapiente	1944
Faculdade de Biblioteconomia da PUCCAMP	1945
Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife	1948
Curso de Biblioteconomia Nossa Senhora do Sion	1948
Curso de Biblioteconomia da Universidade de Pernambuco	1950
Curso de Biblioteconomia da Universidade de Minas Gerais	1950
Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos	1951
Curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná	1952
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da PUC/RJ	1957
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	1959
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília	1961
Curso de Biblioteconomia da Universidade do Pará	1963
Curso Autônomo de Biblioteconomia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1963
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Ceará	1964
Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Álvaro Clemente de Oliveira	1965
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão	1969
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba	1969

Fonte: CASTRO, 2000, p. 111.

A partir da década de 1970, o campo passa por mudanças significativas. Segundo Castro, o período foi marcado por uma “paralisação no crescimento das escolas de graduação” e por um “crescimento dos cursos de pós-graduação” (CASTRO, 2000, p. 29). Pressupõe-se que, com o crescimento dos programas de pós-graduação, também tenham crescido as pesquisas na área e, por consequência, a produção editorial biblioteconômica. Em 1970, ocorreu a mais importante mutação do campo, com a criação do primeiro curso de mestrado em ciência da informação, inserido na mais importante instituição brasileira dedicada à biblioteconomia: o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Pode-se dizer, no entanto, que essa transição não se verificou de forma ahistórica e atemporal. A verdade é que o Brasil buscava mais uma vez se adaptar às tendências internacionais no campo biblioteconômico. Em artigo intitulado “Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição” (1972), Célia Zaher e Hagar Espanha Gomes deixam transparecer e enfrentam as perplexidades trazidas

pelo novo cenário, assim como defendem a adesão ao paradigma⁴ contemporâneo da ciência da informação.⁵

Nesta perspectiva historiográfica, torna-se imperioso esclarecer que este testemunho histórico se dá de modo descontínuo, acontece em vários ângulos, sob olhares distintos, assim como há um acúmulo de fatos que não se dispõem em conversão, isto é, em mudança quase ahística de olhar sobre aquilo que se mostra. Ou seja, a ciência da informação projeta-se a partir de uma existência bibliográfica, ou ainda, para evidenciar tal posição, bibliológica.

Biblion, vestígios de uma bibliothecosophia⁶

Nem o livro nem a areia têm princípio ou fim.
Jorge Luís Borges

Inicialmente, este texto tentará expor a força de sentido que o livro carrega. Diante de uma perspectiva histórico-conceitual, o livro caminhará até a modernidade. Segundo Waddington (2000), o livro é um dos agentes principais da invenção da modernidade e com esta nascem os saberes (a ciência). Portanto, na interrelação entre o sentido do livro e o propósito dos saberes, buscou-se encontrar o elo de uma *bibliothecosophia*. Contudo, opta-se por fundir o sentido de **theco* em *biblion*, diante da discussão sobre a *theké* não caber neste espaço, pela profundidade que guarda este termo grego, Θηκή. Assim, quando se lê *bibiosophia*, está implícito em seu sentido, *bibliothecosophia*.

A palavra *biblion* é originalmente grega e significa livro. *Biblion* é um termo diminutivo de *biblos*, palavra que atribuía nome ao papiro egípcio. Por sua vez, o papiro egípcio era chamado *biblos* em decorrência do local de onde era transportado para a Grécia, o porto fenício de nome *Byblos*.⁷ Essa vinculação com o lugar também está presente na nomeação do pergaminho, do grego *pergamenon*, o que é originário de Pérgamo, cidade grega. Contudo, a palavra livro descende de *biblion*, diminutivo de *biblos*, papiro egípcio, que deriva de *Byblos*, um porto. Logo, o *biblion* é uma parte do porto que vai à deriva do navegar, num devir incessante de estar e não estar; o livro é “autêntica força vivente: que está, em potência” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 51). O livro nunca deixa de ser porto, pois guarda em seu nome o porto, *Byblos*. Todo porto é um refúgio, um abrigo, isto é, uma casa⁸ e sobre a casa dirá Heidegger (2005, p. 8): “A linguagem é a casa do ser. Nesta habitação do ser mora o homem.” O porto é a casa do livro. O ser livro é puramente linguístico (LEÃO, 2000). Sem a linguagem não há condição de possibilidade para o livro, nem para o que na casa reside, pois não haveria casa. Enquanto forças viventes em potência, o homem e o livro são em linguagem.

Numa pintura famosa de Giuseppe Arcimboldo, datada aproximadamente de 1570, esse duplo, homem e livro, torna-se um único, homem-livro.⁹



Giuseppe Arcimboldo (Milão, 1527 – 1593), "O bibliotecário". Skokloster Castle, Suécia

Diante dessas metáforas, por onde se compõem tradicionalmente as linguagens filosóficas e poéticas, mas de onde não se ausenta também a linguagem científica, como argumentado por Thomas Kuhn (2006), no capítulo que se intitula “A metáfora na ciência”, a força de sentido do livro vai tomando forma. Continuando a argumentação do parágrafo anterior, o livro pode ser visto como uma embarcação diminuta do porto (linguagem) que se dispõe a navegar. Sem navegar, isto é, circular, mover-se, o livro seria um fim em si mesmo, como a fortaleza de intertextualidade da Biblioteca de Babel, criada por Jorge Luís Borges e comentada por Bruno Latour (2000a, p. 21), no contexto aqui perspectivado. Portanto, navegar é preciso. Este era um lema dos antigos navegadores romanos, célebre a partir de uma nota poética escrita por Fernando Pessoa (2007). A maioria dos livros intitula a nota por *Navegar é preciso*, mas há quem diga que se chama *Palavras de pórtico*. Esta precisão do título, no entanto, é secundária diante da mensagem do texto. Propondo uma leitura qualificada, não no sentido de melhor, mas no sentido de um modo de ver e ler próprios do proposto, leia-se o poema de Fernando Pessoa não como a fala de um homem, mas como se esta primeira pessoa do singular fosse um homem-livro, em especial, com maior atenção para o livro.

Palavras de Pórtico

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa: “Navegar é preciso; viver não é preciso”.

Quero para mim o espírito [d]esta frase, transformada a forma para a casar como eu sou: Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo. Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha.

Cada vez mais assim penso. Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.¹⁰

Fernando Pessoa

Lendo esse poema como a fala de um livro, três pontos merecem ser desenvolvidos. Primeiro, quando Pessoa diz: "Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo". O livro, que está em potência na voz de Pessoa, está proclamando a sua vontade de ser grande, isto é, a sua vontade de ser lembrado (memória), ainda que sua forma-conteúdo seja a lenha desse fogo. Lenha que sempre esteve associada ao homem e seus livros, ou seja, o homem e o livro sempre foram censurados e queimados como homens-livros, indissociáveis (GINZBURG, 2006; WADDINGTON, 2000). Neste contexto incendiário, já houve diversos acontecimentos na história em que livros serviram de fogo para fogueiras dogmáticas (BÁEZ, 2006; FEBVRE; MARTIN, 1992; ECO, 2010; EI-SENSTEIN, 1998).

Umberto Eco, em "Memória vegetal", manifesta que

os livros não morrem só por conta própria. Volta e meia são destruídos. Nas primeiras décadas do nosso século assistiu-se à queima dos livros "degenerados" feita pelos nazistas em Nuremberg. Era um gesto simbólico, certo, porque nem mesmo os nazistas queriam destruir todo o patrimônio livresco de seu país. Mas são símbolos que importam. Temam aquele que destrói, censura, proíbe os livros: ele quer destruir ou censurar nossa memória. Quando percebe que os livros são demasiados, e incapturáveis, então destrói memórias animais, cérebros, corpos humanos. Começa-se sempre pelo livro, depois instalam-se as câmaras de gás. (ECO, 2010, p. 25)

O segundo ponto é o trecho que diz: "Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha. [...] propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade." Dito isso, "o livro" quer que a sua vida seja uma "obra aberta" (ECO, 1997), em seu propósito impessoal de engrandecer o mundo e contribuir para a evolução da humanidade. Assim foi desde o surgimento da prensa de Gutenberg (FEBVRE; MARTIN, 1992; EISENSTEIN, 1998). O livro representou o

esclarecimento iluminista – *Aufklärung* –, a libertação da tutela e dos grilhões do saber dogmático da Igreja, assim como desmantelou o universo de certezas então instituído, resistindo à “unidimensionalização da existência.” (WADDINGTON, 2000, p. 137). O livro, na modernidade, reavivou o seu duplo sentido do latim *liber*, livro e liberdade (VATTIMO, 2000). O livro simboliza o saber moderno, o lema de Horácio adotado por Kant, *sapere aude* (ouse saber), e ele está oculto na fala aqui proposta do terceiro trecho do poema que diz “é a forma que em mim tomou” a forma livro.

Claudius Waddington argumenta sobre a crise do Antigo Regime que “o espectro da crise que corrói os modelos clássicos de pensamento projeta-se sobre o livro” (2000, p. 136). O livro, dentre outros agentes, estourou rachaduras no sistema de pensamento medieval, provocando a secularização do saber, evento histórico-conceitual que distingue o moderno. Como manifestou Eisenstein (1998, p. 207-276), a imprensa implicou o surgimento da ciência moderna; esta, por sua vez, traz consigo duas imagens fundamentais: primeiro, não há modernidade sem ciência; esta é figura central na compreensão do que é o moderno; segundo, o significado do livro na acepção do que é ser científico, isto é, o esforço dos filósofos naturais estava concentrado na leitura do manuscrito universal e público, o *Livro da Natureza*; o saber da ciência consistia em saber ler o livro da natureza, que se dispunha em linguagem matemática, sendo seus caracteres formados por triângulos, círculos e outras figuras geométricas.

A natureza do pensamento científico moderno carregava o slogan de “ciência livre de valores”, afinal se tratava de um saber advindo do *Livro da Natureza*, não de um “gênio enganador”, como descreveu Descartes (2002). Esse estereótipo acarretou à linguagem científica a autonomia da produção das verdades únicas e abstratas, libertas de valores sociais. O conhecimento científico tinha a qualidade de ser inquestionável devido ao itinerário das práticas e instituições científicas representativas da ciência “moderna”. Segundo Mariconda e Lacey, três componentes descrevem o contexto da ideia da ciência livre de valores: a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia.

A imparcialidade baseia-se na distinção entre os critérios para a avaliação epistemica de teorias científicas e os valores e crenças sociais, culturais, religiosos, metafísicos e morais. A neutralidade afirma primeiro (neutralidade cognitiva) que não se podem extrair de teorias científicas conclusões no domínio dos valores; e segundo (neutralidade aplicada) que, no contexto de aplicação, uma teoria bem estabelecida serve, em princípio, aos interesses de todas as perspectivas de valores mais ou menos de igual modo. A autonomia refere-se à carência (ou ausência) de um papel legítimo para os fatores de fora (externos) (tal como valores sociais, crenças religiosas e ideológicas e o “testemunho de autores”) para as práticas

internas da metodologia científica, não só com relação à escolha de teorias, mas também com relação à determinação das abordagens de pesquisa. A autonomia acarreta, portanto, que as práticas científicas devem ser conduzidas livres de qualquer interferência de fora (externa) (2001, p. 50)

A ciência moderna é caracterizada pelo seu viés idealista que, indistintamente, acaba exaltando a conservação e a manutenção da ordem dominante. Fourez (1995, p. 227) a descreve como uma “aceitação de normas universais e eternas que determinam de que modo é e deve ser o real”. A ideia se apresenta como uma noção que existe para todo o sempre, ou seja, tem os aspectos de funcionamento de uma norma rígida e imutável. Assim dentro dessa perspectiva idealista, os pensadores modernos sempre buscaram alcançar a ideia de maneira absoluta, pois desta forma se aproximariam da “realidade em si”, do *a priori* kantiano.

Galileu, à época, questionava os princípios aplicados para o estabelecimento do que seria a ideia de verdade, até então relacionada ao princípio aristotélico do argumento da autoridade. Assim, Galileu afirmava que, diante de conclusões seguras e necessárias, não advindas de preferências humanas, quem se arvorasse a discordar de tais conclusões estaria estimulando o erro e, sendo assim, nem mil Demóstenes, nem mil Aristóteles, resistiriam a um único homem que porventura percebesse, só ele, a verdade. Latour comentando a ciência proposta por Galileu afirma que “ciência é verdade que não se submete a nenhuma autoridade” (GALILEI, 2003, p. 75-80; LATOUR, 2000b, p. 56-57). Contudo, Galileu e os iluministas não perceberam – ou não havia condições para tal percepção – que o livro carregava o valor simbólico da autoridade.¹¹ Conforme Umberto Eco (2010, p. 16), “o livro se torna a tal ponto símbolo da verdade por ele guardada, e revelada a quem souber interrogá-lo, que, para encerrar uma discussão, afirmar uma tese, destruir um adversário, diz-se: ‘está escrito aqui’” e, continua argumentando, que para eliminar toda dúvida, a memória vegetal pode ser convocada, por exemplo, “a água é de fato H₂O, Napoleão morreu realmente em Santa Helena, quem o diz é a encyclopédia”.

A ciência moderna institui novos dogmas, e o livro é um artefato central na propagação desses novos ideais. Adotando o exemplo dado por Eco, a *Encyclopédia* é um artefato simbólico do Iluminismo e da ciência moderna. Tida em sua forma-conteúdo como ideal de seu tempo, a encyclopédia é a imagem do projeto universalista da ilustração de esgotar todo o conhecimento humano num livro, ou conjunto de livros. Com o passar dos anos e o acúmulo dos volumes, a exemplo da encyclopédia econômica de Georg Krünitz (1771-1772), compilada inicialmente em 16 volumes e chegando a 242 volumes, em 1858, foi-se percebendo que o saber humano se expandia a passos largos e a explosão

bibliográfica, que multiplicava de forma exponencial o conhecimento impresso, deixava os intelectuais atônitos em meio a tanto saber registrado.¹² Diante do caos de tanta produção bibliográfica e do espírito universalista e classificatório da ciência da época, nasce o pensamento de Paul Otlet, carregado de filosofia positiva e de cientificismo.

Acreditava-se que a ciência tinha o poder de produzir o conhecimento verdadeiro e preciso acerca da realidade. Por esses princípios de verdade e conhecimento, instituídos pela ciência moderna, evidentemente naturalista, surgem as ciências que estudam o homem e a sociedade, inseridas por seu grande orador e propagador, o pensamento positivista.

Auguste Comte foi o teórico idealizador da filosofia positiva que almejava estudar os “fatos” que rodeavam o cotidiano da realidade social. Em seu livro *Apelo aos conservadores*, Comte definiu a filosofia positiva em sete acepções: certa, real, precisa, útil, relativa, orgânica e simpática (COMTE, 1899). Além dessas sete acepções, o princípio da neutralidade científica e o princípio da verificação (demonstração da verdade) são enunciados-chave para se entender a filosofia positiva, que pregava o estudo do homem e da humanidade sem a influência do humano, isto é, a ciência humana desumanizada, neutra. Durkheim reiterava que “a ciência estuda os fatos para conhecê-los, e tão somente para conhecê-los, de modo absolutamente desinteressado.” (DURKHEIM, 1975, p. 59) Desta maneira, o positivismo pode ser descrito, segundo Benoit (2006), como “a física do social”, onde a preocupação é o “positivamente dado, os fatos imediatos da experiência” (HESSEN, 1976, p. 45). Esses princípios e acepções da epistemologia positivista e intrinsecamente moderna geraram uma operação de “demarcação” dos saberes

ao estabelecer o que é a ciência e qual sua diferença lhe outorga a condição de saber privilegiado e de hierarquia superior, de modo que todos os saberes que não partilham seus atributos e estão fora de sua jurisdição constituem, necessariamente, saberes periféricos e excluídos do regime de verdade da ciência ou de seus sistemas de aferimento e validação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 6)

Paul Otlet, de acordo com o contexto em que escreveu, procurou conceder à Documentação um caráter de científicidade,¹³ um espaço demarcatório que lhe proporcionasse a legitimidade de agir cientificamente, isto é, em comunhão com a verdade e sobre a verdade: e ninguém tão aliada a ela, em tal tempo, quanto à forma-conteúdo *livro*.¹⁴ Parafraseando Otlet, Ortega (2010, p. 58) afirma:

Os livros constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as ideias, as ações, os sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem. Para ele [Otlet], os livros se

converteram, por excelência, nos órgãos de conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transportes das ideias.

Os livros são a memória materializada do mundo, navegadores que transportam os pensamentos. Por isso, navegar é preciso, pois um mundo sem livros é um mundo sem memória. Radicalizando essa ideia, Mallarmé manifestou: "tudo no mundo existe para acabar em livro."¹⁵

As idealizações do livro universal,¹⁶ da encyclopédia documentária, do *Mundaneum*, da Classificação Decimal Universal, são todas típicas de um pensamento universalista que se pretendia verdadeiro. O que motiva Otlet é a possibilidade de proporcionar o acesso ilimitado ao conhecimento pela humanidade, com vistas à paz mundial, que só poderia ser tida, aos seus olhos, por meio da universalização do conhecimento.¹⁷ Otlet chegou a materializar um de seus sonhos criando a *Bibliographia universalis* ou, como é mais conhecida, o *Repertório bibliográfico universal*.

Portanto, desta maneira manifestada até então, aos olhos e espírito deste texto, o *biblion* – livro – navegou até se tornar um sinal, um indício (GINZBURG, 1989, p. 143) para a ciência documental fundada por Otlet. O termo *documentação* foi um neologismo criado por Otlet para justificar essa nova ciência, que não era mais como a *bibliografia*, mas uma expansão dessa perspectiva. Blanquet (1993) apresenta um paralelo da ocorrência do uso dos termos *bibliografia* e *documentação* na obra de Otlet, para enfocar o ponto em que se partem as ideias de Otlet até o amadurecimento da ciência documental.

Em 1890 ainda utilizando o termo *Bibliografia*; em 1910 por ocasião de um colóquio emprega o termo *Documentação* juntamente com o termo *Bibliografia*; a partir de 1930 o termo *Bibliografia* dá lugar ao termo *Documentação* (BLANQUET, 1993, p. 200).

Todavia, os problemas encarados por Otlet, em seu tratado de documentação, estão di-retamente relacionados com o *biblion* e com a *bibliologia*, que o inspirou através do *Dictionnaire raisonné de bibliologie* de Peignot (1802). Paul Otlet preservou, na escritura de seu texto tratadístico, a palavra *biblion* para designar o que ele veio a chamar de documento. Como afirmado por Blanquet, Otlet busca diferir em sua obra a *documentação da bibliografia*. Porém não enuncia a distinção ou o distanciamento da *bibliologia*. Gabriel Peignot foi um dos primeiros a se esforçar para uma distinção entre *bibliologia* e *bibliografia* (COUZINET, 2011). A primeira estaria envolvida com os problemas teóricos do livro, assim como com os estudos das ciências humanísticas; a segunda seria

um dos ramos bibliológicos, relacionada com os repertórios dos livros, com os processos de referenciamento bibliográfico, isto é, o livro como fonte de informação. Talvez, como assinalou Saldanha (2012), a dimensão originária da documentação seja bibliológica e, quando falamos em documentação, pode ser que estejamos falando, de certa maneira, em bibliologia.

Paul Otlet usa o termo genérico *biblion* (livro) para cobrir todos os tipos documentais e para conceituar o que seria o documento. O livro não abarca todos os tipos de documentos, mas possui o valor simbólico de representação do saber do mundo, como, por exemplo, o *Livro da Natureza*, ou seja, livro do mundo. Assim Otlet adota a forma “livro ou documento” para os estudos da documentação. O *biblion*, para Otlet, era “volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes”, e ainda afirma que “*biblion* é a unidade intelectual e abstrata, ‘que se pode encontrar concreta e realmente revestida de modalidades diversas’” (ORTEGA, 2010, p. 58). Portanto, o documento é o *philos* (amigo) do *biblion*, no sentido que dá à amizade Giorgio Agamben (2009, p. 89), “amigo é um outro si mesmo, um *heteros autos*”, ou seja, o documento é o outro si mesmo do livro, esta co-divisão do ser linguístico.

Assim, o *biblion* é um vestígio que dá sentido a uma *bibliosophia*, ao saber que no livro reside; saber, por sua vez, que se (des)vela naquele que cuida da escritura do ser, do pensar: o livro. Aos cuidados de uma *bibliosophia*, de um saber que se erige nos livros (navegantes e andarilhos do saber), estariam: *bibliologia*, *bibliografia*, *biblioteconomia* e *documentação*. Desse modo, o *logos* que atribui sentido à bibliologia difere e choca-se com a *sophia* que evoca a palavra, *bibliosophia*. O *logos*, moderno, diria Nietzsche (2011), é apolíneo (ordenador, racional, pai); a *sophia*, dionisíaca (coletiva, libertária, mãe), traria o sentido ambíguo e poroso da palavra latina *liber*: livro e liberdade. E aqui nos aproximamos da pergunta que abre as cortinas do livro *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*, de Friedrich Nietzsche (2005, p. 7):

Supondo que a verdade seja uma mulher – não seria bem fundada a suspeita de que todos os filósofos, na medida em que foram dogmáticos, entenderam pouco de mulheres? De que a terrível seriedade, a desajeitada insistência com que até agora se aproximaram da verdade, foram meios inábeis e impróprios para conquistar uma dama?

Trata-se não de desconsiderar o *logos* do *biblion*, mas de apresentar-lhe a *sophia*, o outro; torná-los palavra-em-diálogo, feito o verso de Friedrich Hölderlin: “Muchas cosas há experimentado el Hombre;/ A muchas celestiales há dado ya nombre/ Desde que somos Palavra-en-diálogo/ Y podemos lós unos ofr a los otros”. Por conseguinte, cedendo o espaço ao diálogo entre o *logos* e a *sophia*, supondo que a verdade seja uma mulher e o livro um galante companheiro desta dama, Vladimir Kush, discípulo de Salvador Dalí, pintou uma tela chamada

Contes érotiques. Ao fundir, num único objeto, o corpo de uma mulher e o corpo de um livro, a tela poderia ser chamada também “Mulher-livro”, na qual podemos basear nosso diálogo, dando seguimento à partilha discursiva entre a mulher-livro e o homem-livro, conforme *O bibliotecário* de Arcimboldo.

Por fim, o entendimento do que se pretende dizer por *bibliosophia* pode ser sinalizado com a paráfrase de três passagens: uma filosófica, uma poética e outra poético-filosófica. A filosófica trata do texto “A caça à borboleta”, de Walter Benjamin. A poética é um trecho do poema “Seis ou treze coisas que eu aprendi sozinho”, de Manoel de Barros. A poético-filosófica é apenas uma sinalização para o conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa. Em “A caça à borboleta”, Benjamin diz: “quanto mais eu, com todo o meu ser, tento obedecer ao animal, mais me converto, corpo e alma, em borboleta.” Manoel de Barros poetiza: “Uma árvore bem gorjeada, com poucos segundos, passa a fazer parte dos pássaros que a gorjeiam.” Guimarães Rosa professa: “eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.” Portanto, “há um contágio profano, um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado” (AGAMBEN, 2007, p. 66). Assim sendo, pergunta-se: ao contagiá-lo com o livro, em suas andanças e navegações, nós, na medida em que compartilhamos linguagens, não somos também livro? Isto é, andarilhos e navegantes do saber? Como em Jorge Luís Borges (2001, p. 48), “Um homem que é o livro”.

Deste modo, esta pesquisa sobre livros, ainda que em seus sinais, torna-se uma suposição da palavra-em-diálogo da biblioteconomia, ou melhor, um pensar sobre a *bibliosophia* do campo.

Metodologia

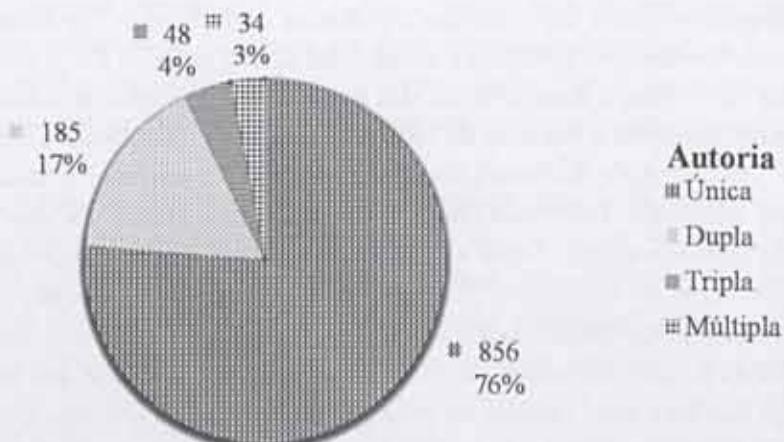
Foram utilizadas como estratégias metodológicas desta pesquisa as técnicas biométricas de análise da produção científica, originárias da *Documentação/bibliologia* de Paul Otlet (1934), assim como a pesquisa documental (levantamento bibliográfico) junto aos catálogos eletrônicos da Biblioteca Nacional. Foram analisados os catálogos correntes e antigos do acervo geral de livros e do acervo de obras raras. Para o levantamento dos livros foram utilizadas as notações classificatórias referentes à temática da biblioteconomia na Classificação Decimal de Dewey, utilizada pela Biblioteca Nacional. Alguns critérios básicos foram adotados para a seleção e coleta dos dados. Dentro de uma prática “bibliosófica”, os livros de arquivologia não foram excluídos da análise. Não foram coletados livros de outros idiomas, que não o português. Num primeiro momento, a atenção estava voltada para a produção brasileira, para os livros nacionais de biblioteconomia. Contudo, com o desenvolvimento da pesquisa, observou-se que havia uma presença lusófona não brasileira na produção do campo. Assim, optou-se por incluir os registros em português, independentemente do país, pois entende-se que

a importância primaz dos materiais bibliográficos buscados estaria na identidade da língua e não nas cercanias por onde as bandeiras estão hasteadas. As traduções foram contabilizadas e as reedições dos livros coletados estão sinalizadas. Foram consideradas todas as obras em língua lusófona. Não foram analisados os registros bibliográficos com menos de 49 páginas, pois passam a ser classificados não mais como livros, mas sim como folhetos. Os registros referentes a trabalhos de eventos também não foram incluídos, pois se trata de anais, não de livros. Materiais didáticos, como apostilas, não foram inseridos nos dados da pesquisa. Não houve nenhuma interferência na forma como os livros estavam classificados nos catálogos; foram seguidas as notações como encontradas. A organização e tabulação dos dados foram feitas no software Microsoft Excel.

Análise e discussão dos dados

Algumas categorias foram levadas em consideração para a análise e discussão dos livros coletados: livros monográficos e coletâneas, autoria, autores, editoras, cidades das editoras, ano e classificação temática. Com essas categorias tornou-se possível situar as nuances da produção biblioteconómica lusófona que consta no acervo da Biblioteca Nacional. Foram encontrados 1.123 títulos, além de 128 reedições desse número total. Dentro do total de títulos identificaram-se 132 traduções, sendo 15 reeditadas. As reedições não foram representadas nos gráficos; optou-se apenas por indicá-las neste texto. A autoria foi analisada em quatro séries: única, dupla, tripla e múltipla. A autoria única obteve a maior preferência dos autores, tratando-se da produção em que há mais livros (932) do que coletâneas (191); este é um dado compreensível diante da intimidade secular e privada (CHARTIER, 2009) que traz consigo o livro. Abaixo o gráfico representando a tipologia da autoria encontrada entre os registros bibliográficos coletados.

Gráfico 1: Autoria dos livros coletados no acervo da Biblioteca Nacional



Fonte: Autoria nossa.

No que diz respeito às cidades onde os livros foram publicados, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem como o grande pólo editorial, como de fato são em todos os tipos de publicações e campos. São Paulo e Rio de Janeiro estão seguidos por Brasília, muito mais pelas publicações institucionais que permitem a produção da biblioteconomia, do que por esta cidade ser um pólo industrial do livro. Fora do Brasil, apenas Lisboa aparece entre as cidades de maior produção livresca em biblioteconomia. Foram encontradas 82 cidades distintas, contudo, diante do curto espaço de apresentação dos dados, estabeleceram-se intervalos de classe para que fosse possível expor, ao menos, os dados mais representativos.

Tabela 1: Frequência absoluta e relativa das cidades editoras dos livros de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional

Intervalo de Classe	Total das publicações por cidade	%	Total das cidades das editoras	%
Zona A 290 - 9	1024	87	16	19
Zona B 8 - 1	154	13	66	81
Total	1178	100	82	100

Fonte: Autoria nossa.

De acordo com a tabela 1, o intervalo de classe designado como zona A detém 87% dos livros produzidos por cidade, abarcando no total apenas 16 cidades (19%) das 82 encontradas. Na zona A estão inseridas desde a cidade com maior produção, São Paulo, com 290 publicações, até a linha de corte, isto é, o intervalo de classe, que é Fortaleza com nove publicações. A zona B compreende as cidades que obtiveram de oito publicações até uma publicação, o que representa um maior número de cidades (66, 81%), porém, uma menor produção, 154 publicações, o que significa 13% do total encontrado (1178). O quadro 3, que virá logo em seguida, apresenta, por extenso, os nomes das cidades mais produtivas.

Quadro 3: Cidades que mais publicaram livros em biblioteconomia, de acordo com o acervo da Biblioteca Nacional

Cidades das Editoras	Total
São Paulo	290
Rio de Janeiro	255
Brasília	178
Belo Horizonte	42
Campinas	36
Porto Alegre	35
Niterói	31
Salvador	27
Florianópolis	26
Lisboa	21
Curitiba	19
Petrópolis	16
Passo Fundo	15
Londrina	12
Recife	12
Fortaleza	9
Total	1024

Fonte: Autoria nossa.

A análise das editoras segue o modelo de exposição apresentado acima. Foram encontradas 493 editoras e um total de 1.232 livros publicados por elas. O número excede o dos títulos, pois alguns livros possuem mais de uma editora.

Tabela 2: Frequência absoluta e relativa das editoras dos livros de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional

Intervalo de Casse	Total das publicações por editora	%	Total das editoras	%
Zona A 31 - 9	457	37	30	6
Zona B 8 - 1	775	63	463	94
Total	1232	100	493	100

Fonte: Autoria nossa.

A tabela 2 apresenta o total de publicações e o total das editoras encontradas. O intervalo de classe foi estabelecido com o propósito de tornar visualizáveis os dados, pois não há espaço para um quadro com mais 493 linhas. Logo, a decisão por 30 editoras mais representativas foi estabelecida somente por

um critério de apresentação. Abaixo, no quadro 4, as 30 editoras mais produtivas em biblioteconomia que constam no acervo da Biblioteca Nacional.

Quadro 4: Editoras que mais publicaram livros em biblioteconomia na Biblioteca Nacional

Editoras	Total
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	31
Fundação Biblioteca Nacional	29
Briquet de Lemos	24
Autêntica	22
Edusp	21
Edufba	20
Arquivo Nacional	19
Instituto Nacional do Livro (INL)	19
Sem nome (s. n.)	16
Thesaurus	16
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF)	15
Ática	15
Ed. Unesp	14
Intertexto	14
SENAI	14
Biblioteca Nacional (Portugal)	13
Eduff	13
Imprensa Oficial	13
Polis	13
UPF Ed.	13
Global	12
Interciência	12
Ed. UFSC	11
Vozes	11
Casa de Rui Barbosa	10
Ed. UFMG	10
EDUEL	10
Arquivo do Estado de São Paulo	9

Casa da Palavra	9
Melhoramentos	9
Total	457

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 4 apresenta informações interessantes acerca do livro e das editoras que o produzem ou produziram. Nota-se que há uma série de instituições que se dedicam à produção temática biblioteconômica. As duas maiores produtoras são duas instituições que estão em seu âmago ligadas à biblioteconomia brasileira: o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que foi o antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD),¹⁸ e a Fundação Biblioteca Nacional, maior instituição biblioteconômica do país e criadora do primeiro curso de biblioteconomia brasileiro. Observa-se que grande parte dos livros foi publicada, em sua maioria, por instituições governamentais e por editoras universitárias, que, por sua vez, num país como o Brasil, em que a ciência é financiada maciçamente pelo Estado, não deixam de serem instituições governamentais. Logo, os editores de biblioteconomia, em sua maioria, são governamentais, assim como grande porção da atividade de pesquisa do campo concentra-se em instituições públicas, como as universidades, a Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa. Identificam-se algumas editoras comerciais, em especial, a Briquet de Lemos (editora cujo proprietário é um dos grandes nomes da biblioteconomia brasileira), a Autêntica (editora engajada em livros das humanidades e ciências sociais) e a Thesaurus (que tem a biblioteconomia como a sua maior plataforma editorial). Fora do Brasil, a Biblioteca Nacional de Portugal é a grande representante dos livros da biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional brasileira.

O quadro 5 apresenta os livros coletados em sua temporalidade, isto é, por década de produção. Houve um crescimento progressivo da produção lusófona em biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional. Os anos 2000 foram os mais produtivos, seguidos dos anos 1990, 1980, 1970. A segunda década do século XXI ainda está em seus primeiros anos, mas já demonstra um grande potencial produtivo para o campo; a produção da década de 2010, apenas em dois anos, já é quase a mesma de toda a década de 1970 e é superior a todas as décadas anteriores aos anos de 1970, conforme os registros do acervo da Biblioteca Nacional. Além dos números do quadro 3, mais dois registros foram incluídos: um é o "Programmas do curso de bibliothecaria para o anno de 1917" e o outro *Novidades bibliotheconomicas ou Refutação de cinco absurdos, que geralmente, e ha seculos, se soffrem no serviço das bibliothecas publicas, reduzidos todos elles á obediencia do simples senso commun*, de 1863. O primeiro não se constitui em um livro, mas é um documento de grande valor para a história

da biblioteconomia brasileira. O segundo é um livro publicado em Braga, Portugal, porém não está na esfera temporal tratada neste trabalho, contudo, foi ressaltado por ser um livro do século XIX de biblioteconomia e em português, fato raríssimo para o estudo da biblioteconomia lusófona.

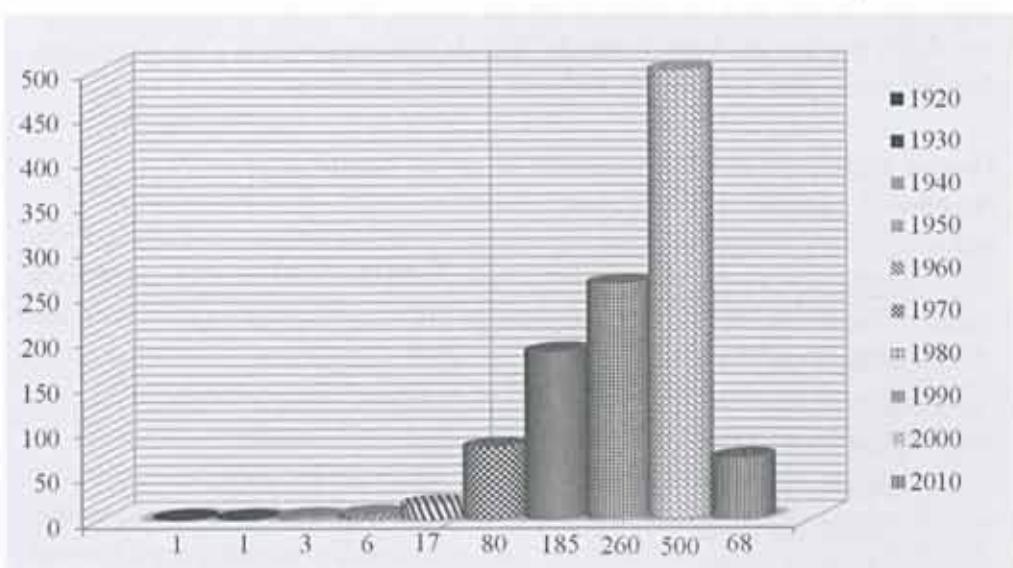
Quadro 5: Os livros de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional por década

Ano	Total de livros
Década de 2000	500
Década de 1990	260
Década de 1980	185
Década de 1970	80
Década de 2010	68
Década de 1960	17
Década de 1950	6
Década de 1940	3
Década de 1930	1
Década de 1920	1

Fonte: Autoria nossa.

É perceptível que a publicação de livros na década de 1970 dá um salto em relação às décadas anteriores. Retornando ao quadro 2, observa-se que inúmeros cursos de biblioteconomia foram criados entre as décadas de 1950 e 1960. Ressaltado o período de formação, os números da década de 1970 podem ser fruto dessas duas décadas anteriores de estabelecimento institucional do campo. Na década de 1960, exatamente em 1962, foi regulamentado formalmente o currículo mínimo da biblioteconomia, o que concedeu ao curso uma legitimação e uma validação dos seus conteúdos. Além disso, a década de 1970 é reconhecida como a década do surgimento da pós-graduação no campo. Diversos cursos de pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação foram criados, assim como os primeiros periódicos científicos do campo, e com isso veio a pesquisa e respectivamente a produção. Assim, a década de 1970 foi um divisor de águas institucionalizador do campo da biblioteconomia e dos primeiros passos da ciência da informação no Brasil. O gráfico 2 apresenta os dados do quadro 5.

Gráfico 2: Os livros de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional por década



A tabela 3 a seguir expõe as dimensões temáticas da biblioteconomia, a partir das notações classificatórias que constam na Classificação Decimal de Dewey (CDD), utilizada pela Biblioteca Nacional. O campo temático 025 da CDD, e suas respectivas ramificações, foi onde se concentrou a maior parte dos livros de biblioteconomia do acervo da Biblioteca Nacional. Nesse campo estão livros que tratam de preservação e conservação de materiais bibliográficos, classificação, catalogação, indexação, normalização, diplomática, desenvolvimento de coleções, planejamento de serviços de informação, enfim, uma série de processos operações, ou como consta na 22^a edição da CDD, típicas ao cotidiano das práticas informacionais dos profissionais do campo. O campo 028, com a segunda temática mais encontrada, tem em seu núcleo de produção os livros sobre leitura. O campo 027, o terceiro do ranking de produção, trata dos aspectos gerais das bibliotecas, arquivos e centros de informações, mas em seu núcleo de produção estão os livros sobre as tipologias da biblioteca: universitária, escolar e pública, algumas políticas arquivísticas e brinquedoteca.

Tabela 3: Os livros de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional por temática

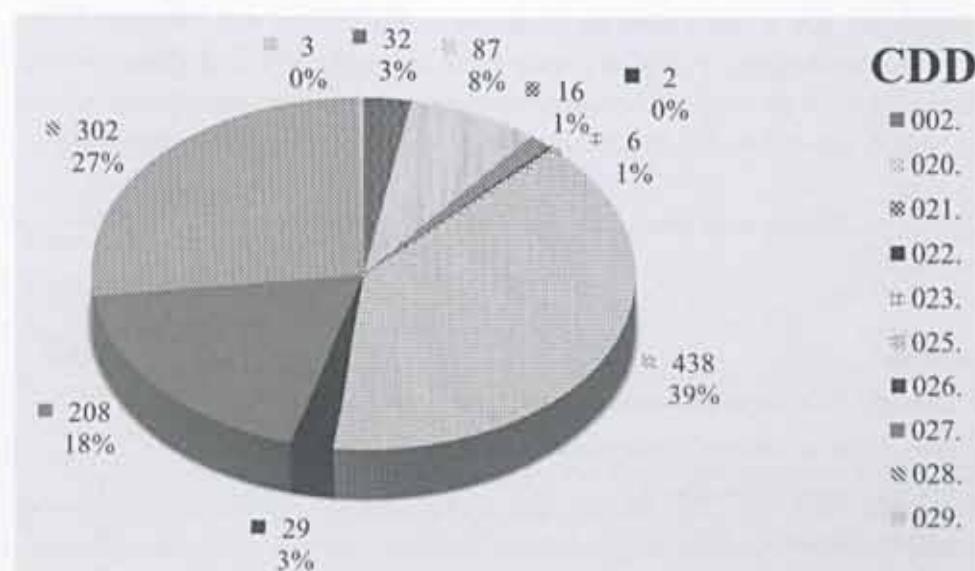
CDD	Total de livros	%
002: Livro	32	3
020: Biblioteconomia e Ciência da Informação	87	8

021: Relações de bibliotecas, arquivos e centros de informações	16	1
022: Administração da planta física	2	0
023: Administração de pessoal	6	1
025: Operações de bibliotecas, arquivos e centros de informações	438	39
026: Bibliotecas, arquivos e centros de informações dedicados a disciplinas e temas específicos	29	3
027: Bibliotecas, arquivos e centros de informações gerais	208	18
028: Leitura e uso de outros meios de informação	302	27
029: Não assinalado na 22ª (livros sobre informação jurídica)	3	0
Total	1123	100

Fonte: Autoria nossa.

A figura a seguir apresenta em forma de gráfico os dados do quadro 6.

Gráfico 3: Os livros de biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional por temática



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, os autores mais citados entre os livros analisados. Foram encontrados 1.038 autores no total, em um conjunto de 1.421 publicações. Utilizou-se o mesmo procedimento, intervalo de classe, dos outros grandes conjuntos de dados já expostos acima. Os 35 autores da zona A produziram 232 livros, o que dá uma

média de seis livros para cada autor desta zona. O intervalo da zona A foi dos autores que produziram de 18 livros (máximo) até quatro livros; o intervalo da zona B compreende os autores que produziram entre um (mínimo) e três livros. A tabela 4 mostrará como ficaram dispostos os dados a partir dos intervalos de classe.

Tabela 4: Frequência absoluta e relativa dos autores dos livros pesquisados no acervo da Biblioteca Nacional

Intervalo de Casse	Total das publicações dos autores	%	Autores	%
Zona A 18 - 4	232	16	35	3
Zona B 3 - 1	1189	84	1003	97
Total	1421	100	1038	100

Fonte: Autoria nossa.

A tabela 4 confirma os pressupostos da lei de Lotka, sobre a produtividade dos autores, em que a maior parte da produção de um campo está concentrada em poucos pesquisadores, enquanto grande parte da produção está dispersa entre os diversos agentes do campo. O quadro 6 apresenta os nomes por extenso dos autores da zona A, isto é, o núcleo dos autores mais produtivos encontrados na pesquisa.

Quadro 6: Autores mais frequentes nos livros pesquisados no acervo da Biblioteca Nacional

Autores	Total
Fundação Biblioteca Nacional	18
Rösing, Tânia Mariza Kuchenbecker	14
Silva, Ezequiel Theodoro da	11
Arquivo Nacional	9
Biblioteca Nacional (Portugal)	9
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	9
Universidade de São Paulo	9
Fundação Casa de Rui Barbosa	8
Zilberman, Regina	8
Campello, Bernadete	7

Chartier, Roger	7
Mey, Eliane Serrão Alves	7
Souza, Francisco das Chagas de	7
Cruz, Anamaria da Costa	6
Gomes, Hagar Espanha	6
Instituto Nacional do Livro	6
Pinheiro, Lena Vânia Ribeiro	6
Rettenmaier, Miguel	6
Schmidt, Wanda Lúcia	6
Abreu, Márcia	5
Arquivo do Estado de São Paulo	5
Figueiredo, Nice	5
Fleury, Renato Sêneca	5
Fonseca, Edson Nery da Lajolo, Marisa	5
Milanesi, Luis	5
Ribeiro, Antônia Motta de Castro Memória	5
Valentim, Marta Lígia Pomim	5
Bellotto, Heloisa Liberalli	5
Conselho Internacional de Arquivos	4
Maciel, Alba Costa	4
Miranda, Antonio	4
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	4
Prado, Heloisa de Almeida	4
Yunes, Eliana	4

Fonte: Autoria nossa.

Parecido com o fenômeno das editoras, em que o institucional esteve bastante presente, muitos dos autores de maior incidência produtiva são autores institucionais. A Biblioteca Nacional brasileira foi a entidade com mais títulos presentes nesta pesquisa. O Arquivo Nacional brasileiro, a Biblioteca Nacional portuguesa, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Universidade de São Paulo, a Fundação Casa de Rui Barbosa são exemplos da presença autoral destas instituições na biblioteconomia. Enquanto pessoa física, os três autores mais produtivos não são pesquisadores diretamente vinculados à biblioteconomia. Contudo, a segunda maior produtora, Tânia Mariza Kuchenbecker Rösing, atua na área da leitura e, apesar

de ser formada e doutorada em letras, fez seu pós-doutoramento em Biblioteconomia e Documentação na Universidad de Extremadura, na Espanha. Nesta listagem dos autores encontrados e tidos como grandes produtores nesta pesquisa, aparecem vários nomes conhecidos da biblioteconomia brasileira, como: Edson Nery da Fonseca, Antônio Miranda, Luís Milanesi, Heloísa de Almeida Prado, Hagar Espanha Gomes, Bernadete Campello dentre outros. O mais traduzido entre todos os traduzidos foi Roger Chartier, que trata de problemas fundamentais para o saber dos livros.

Conclusão

Esta pesquisa talvez esteja disposta neste texto em duas dimensões: a dimensão filosófica, que questiona determinadas tonalidades que foram tomando forma historicamente na biblioteconomia brasileira, e a dimensão descritiva pragmática, expositora da prática da produção em livros no campo temático da biblioteconomia. A primeira dimensão supostamente tem mais a dizer do que a segunda, que, por sua vez, tem mais a mostrar. A primeira dimensão coloca em questão, dentre outras coisas, o limite de um *logos* cerceador, o *logos* disciplinar do *dominium* (propriedade) de um saber. Todavia, o saber caminha ao lado do livro; são andarilhos, e a pátria dos andarilhos são os caminhos sem fim, onde o vento passa. Logo, a segunda dimensão sempre vem afirmando “os livros de biblioteconomia”, uma contradição, caso seja analisada numa esfera disciplinar. Contudo, o que se pretende é pensar o livro dentro da esfera temática de uma *bibliothecosophia*, em que num primeiro momento estariam também os arquivos. Quando se pronuncia biblioteconomia, neste contexto, procura-se pelo elo de significação que esse campo detém na esfera prática da validação, da legitimação de um discurso, contudo a procura é por um pensar que não afirme assertivamente fronteiras, como, por exemplo, “o que é e o que não é a biblioteconomia?”. Não faz sentido definir, a temática é sendo. Por isso, distanciando-se de um *logos* que enche o céu científico de bandeiras e o chão de fronteiras, busca-se num pensar meditativo do *biblion*, um espaço mais concreto (*concrescere*: crescer em conjunto) de diálogo.

Deste modo, a segunda dimensão desta pesquisa tinha como propósito caminhar para mostrar os indícios das trilhas percorridas pelo saber desses livros, designados enquanto biblioteconômicos, mas que no fundo são livros que falam sobre si mesmo, sobre o *biblion*. Diante destes sinais avistados, cabem outras pesquisas, por exemplo, sobre o uso destes livros nas bibliografias dos cursos de formação, ou se são citados na literatura, ou ainda como foram e/ou como são as práticas de leitura destes artefatos. Enfim, esta pesquisa descritiva pragmática prezou por levantar as marcas do *biblion* que este espaço temático deixou em sua história. Diria Thomas Kuhn (2007, p. 176) que esses livros

teriam sido “fontes de autoridade” que introduziram em seus leitores a lógica, o vocabulário e a sintaxe desta linguagem temática, assim como instituíram uma educação comum e constituíram uma literatura-padrão.

Portanto, cabem na continuação desta pesquisa estudos qualitativos ou quantitativos (citações) que mostrem a dimensão do “contágio profano” que se estabeleceu entre os homens e mulheres que atuaram e atuam nesta temática e estes livros. Ou seja, o espaço onde a bós e o *biblion* se confundiram.

Notas:

1. Tal propósito se estendia às demais bibliotecas que estavam sendo criadas por todo o território nacional: Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1858), Alagoas (1865), Ceará (1867) Amazonas e Rio Grande do Sul (1871) (FONSECA, 1979, p. 22).
2. Curso promovido na gestão de Rubens Borba de Moraes, bibliotecário, bibliógrafo e bibliófilo, que partilhava dos ideais pragmáticos da escola biblioteconômica americana.
3. Apenas uma disciplina do Currículo Mínimo de Biblioteconomia difere da lista oferecida pela escola paulistana no curso de 1960-1961 (cf. quadro 1). Tal disciplina é Paleografia que, de acordo com o Currículo Mínimo (RUSSO, 1966, p. 21-22), deveria ser oferecida no âmbito da pós-graduação em bibliologia. Além da base do curso de 1960-1961 de São Paulo, foram adicionadas duas disciplinas, História da Literatura e História da Ciência e da Tecnologia.
4. Paradeigma, o que se mostra ao lado (como o alemão *Bei-spiel*, o que joga ao lado).
5. Joana Coeli Garcia (2002), em artigo intitulado “Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação”, introduz alguns pontos desta transição, pauta dessas conferências, que para alguns selou a nomeação de um novo campo. Nas conferências, a maioria dos participantes eram bibliotecários inclinados aos propósitos da ciência da informação.
6. *Bibliothecosophia* é a tradução conveniente para o termo, *Bibliothekswissenschaft*, disposto por Schrettinger, provavelmente no final do século XVIII, do qual temos acesso à 2ª edição de 1808 (século XIX). *Bibliothecosophia* é o título do livro de Alfredo G. dos Santos Diniz de 1915, que, segundo o fascículo de 5 de dezembro de 1916 do jornal *D'A Opinião*, é “o primeiro que se publicou em língua portuguesa” (DINIZ, 1919). Língua portuguesa, leia-se Brasil. Na primeira nota de pé de página, Alfredo G. dos Santos Diniz explica a razão do termo *bibliothecosophia*: “A palavra *Bibliothecosophia* não é um neologismo, mas a versão mais apropriada e rigorosa do vocabulário *Bibliothekswissenschaft*, que até agora se traduziu com a circunlocução: *sciencia das bibliothecas*.” (DINIZ, 1919).
7. Byblos é atualmente a capital do distrito de Jbeil no Líbano, localizado na província de Monte Líbano, a nordeste da capital do país, Beirute.
8. No contexto da casa, valem a pena ser ditas duas passagens complementares: “O importante não é a casa onde moramos, mas onde, em nós, a casa mora.” (COUTO, 2003, p. 54); “a casa é do tamanho do mundo; ou melhor, é o mundo.” (BORGES, 2008, p. 62). A primeira passagem é de Mia Couto, biólogo e escritor, e a segunda de Jorge Luis Borges, filósofo e escritor.

9. Uma imagem desse único, homens-livros, está presente em "Fahrenheit 451", de Ruy Bradbury (2003), que se tornou filme, com nome homônimo ao do livro. Para uma leitura filosófica desse livro e, de certa maneira, do duplo homem-livro, ver *Sobrevivência dos vagalumes*, de Georges Didi-Huberman (2011).

10. É preciso levantar dois pontos do poema em que o pensamento desse texto toma outra vereda que não a de Pessoa. Primeiro "viver não é preciso". Esta frase encontra dissensão com a posição deste texto, pois, viver é acontecer no mundo, isto é, parafraseando Agamben (2009, p. 88), do ser nós não temos outra experiência senão viver. Deste modo, em comunhão com o que foi dito no primeiro parágrafo desse tópico, o livro é "autêntica força vivente", "potência", uma entidade cujo ser é puramente linguístico. O segundo ponto é "engrandecer a pátria". Aqui a posição filosófica está em acordo com Mia Couto (2003), isto é, a minha pátria é onde o vento passa.

11. O valor simbólico do livro está tratado nos capítulos referentes à teoria de Bourdieu e, em especial, no tópico sobre manuais científicos, como, por exemplo, Kuhn argumenta que o livro-manual, textbook, é uma fonte de autoridade.

12. O aparecimento do livro, obra de Lucien Febvre e Henry-Jean Martin (1992), tem diversos dados acerca do crescimento da produção editorial, desde o período de transição com os incunábulos (1992, p. 357) até dados comerciais dos livreiros (1992, p. 313-320) durante os primeiros séculos da imprensa.

13. "Os objetivos da Documentação organizada consistem em poder oferecer sobre qualquer tipo de fato e de conhecimento, informações documentadas: 1. Universais quanto ao seu objeto; 2. Seguras e verdadeiras; 3. Completas" (OTLET, 1934, p. 6)

14. É válido lembrar que esta é uma posição-disposição histórica determinada por uma cultura científica, positivista, e não que todos os livros possuem ou são agentes da verdade, enquanto unidade. Uma das características simbólicas não se trata de fatos científicos positivos, coisas objetivas, mas de símbolos intersubjetivos, instituídos socialmente; é que os livros são, como disse Umberto Eco, um símbolo da verdade e não que eles são a verdade, de tal maneira que esta verdade única é inalcançável, metafísica.

15. "Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre".

16. Ideia distinta da aqui defendida. O livro é entendido como potência, feito o livro de areia de Borges, sem princípio nem fim (BORGES, 2009). "Na raiz de todo é ou não é, de todo é e não é age a força do livro" (LEÃO, 2000, p. 11).

17. Esta imagem da universalização, da mundialização do saber tem no tipo livro, "memória do mundo" (MANGUEL, 1997), um forte aliado. Para citar alguns exemplos clássicos de livros que se propõem universais, sagrados, nas três grandes religiões monoteístas, são: a Bíblia cristã, do grego biblion; a Torá, reunião dos cinco livros do Tanakh, livro sagrado do judaísmo; e o Corão islâmico. Nesses livros está todo o saber religioso, que se propõe universal, dessas culturas. Outro exemplo que pode ser mencionado é a obra magna de Pedro Portugalense, filósofo e médico medieval, chamada *Scientia libri de anima*, isto é, ciência do livro da alma ou livro da ciência da alma. Nessa obra, Portugalense tentou provar a existência da alma, ou seja, há uma pulsão pela justificação e pela legitimidade da existência de algo, a alma, numa forma, o livro (MEIRINHOS, 1989). O filósofo tenta fundamentar todo o conhecimento pela comprovação da existência da

alma, que só poderia se dar num objeto simbolicamente tão grande quanto a alma, o livro. Então, o conhecer da alma se dá no livro.

18. Para maiores aprofundamentos acerca da história relacional do IBBD com a biblioteconomia, consultar Oddone (2004; 2006).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BAÉZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- BENJAMIM, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, 2).
- BENOIT, Lelita. *Auguste Comte: o fundador da física social*. São Paulo: Moderna, 2006.
- BLANQUET, M. La fonction documentaire: étude dans une perspective historique. *Documentaliste*, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 199-204, 1993.
- BORGES, Jorge Luís. *Elogio da sombra*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- BORGES, Jorge Luís. *O Aleph (1949)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BORGES, Jorge Luís. *O livro de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRADBURY, Ruy. *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Globo, 2003.
- CASTRO, César. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada, 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 113-162.
- COMTE, Auguste. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1899.
- COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COUZINET, V. Des pratiques érudites à la recherche: bibliographie, bibliologie. In: GARDIÈS, C. *Approche de l'information-documentation: concepts fondateurs*. Toulouse: Cédaduès-Éditions, 2011. p. 167-186.
- DESCARTES, René. *Discurso do método: regras para a direção do espírito*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DIAS, Antonio Caetano. *O ensino da biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade, 1955.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

- DINIZ, Alfredo G. dos Santos. *Bibliothecosophia: ligeiras notas referentes á organização e á administração de bibliothecas*. 2. ed. São Paulo: Typografia Augusto Siqueira & C. R. S. Bento, 1919.
- DOCUPEDIA. *Mundaneum Tiräng Karteikaarten*. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?um=1&hl=pt-BR&biw=1241&bih=554&tbo=isch&tbnid=K1uRp5bPqEqGqM:&imgrefurl=http://docupedia.es/contenidos/cajones-que-contienen-los-registros-bibliogr%25C3%25A1ficos-del-sistema-bibliogr%25C3%25A1fico-universal-de-&docid=TWAFKwd_4qisnM&itg=1&imgurl=http://docupedia.es/sites/default/files/Mundaneum_Tir%2525C3%2525A4ng_Karteikaarten.jpg%253F1298890183&w=640&h=569&ei=hWMPUKX1J-K6QHPjIGADg&zoom=1&iact=hc&vpx=551&vpy=235&dur=388&chovh=212&chovw=238&tx=150&ty=163&sig=1153667061029-86173591&page=2&tbnh=161&tbnw=180&start=26&ndsp=18&ved=1t:429,r:9,s:26,i:180>. Acesso em: 7 maio 2012.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- ECO, Umberto. *A memória vegetal: e outros escritos de bibliofilia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- FEBVRE, Lucien Paul Victor; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp, 1992.
- FISCHER, Steven R. *História da leitura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência*. São Paulo: Unesp, 1995.
- GALILEI, Galileu. Carta de Galileu Galilei a Fortunio Liceti em Pádua. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. *Scientiae studia*, v.1, n. 1, p. 75-80, 2003.
- GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: "de volta para o futuro". *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 01-16, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.
- GROPP, Dorothy M. Bibliotecas do Rio de Janeiro e São Paulo e o movimento bibliotecário na capital paulista. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 68, p. 205-224, jul. 1940.
- HEIDEGGER, Martin. *Carta sobre o humanismo*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 7. ed. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993*. São Paulo: Unesp, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000b.
- _____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000a.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. O livro da linguagem. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 142, p. 7-13, 2000.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARICONDA, Pablo; LACEY, Hugh. A águia e os estorninhos: Galileu e a autonomia da ciência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 49-65, maio de 2001.
- MEIRINHOS, José Francisco P. *A fundamentação do conhecimento na Scientia Libri de Anima de Pedro Hispano Portugalense*. 1989. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Assim falou Zarathustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ODDONE, Nanci. *Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)*. 2004. 157 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ensino e Pesquisa do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2004.
- _____. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- ORTEGA, Cristina. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia; MARCONDES, Carlos; RODRIGUES, Ana (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010.
- OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p. Versão original disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

- PEIGNOT, G. *Dictionnaire raisonné de bibliologie, tomo I.* Paris: Chez Villier, 1802.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- ROSA, Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- RUSSO, Laura Garcia M. *A biblioteconomia brasileira: 1915-1965*. Rio de Janeiro: INL, 1966.
- SALDANHA, Gustavo. *Filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas*. 2012. 439 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ensino e Pesquisa do Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012.
- VATTIMO, Gianni. Livro – liberdade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 142, p. 29-35, 2000.
- WADDINGTON, Cladius. O livro e a invenção da modernidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 142, p. 135-154, 2000.
- ZAHER, Célia R.; GOMES, Hagar E. Da Bibliografia à Ciência da Informação: uma história e uma posição. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972.

A biblioteca do antigo Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro: inventário das obras que restaram

Bruno Martins Boto Leite

Doutor em História pelo European University Institute de Florença.
Pesquisador do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da
Fundação Biblioteca Nacional (2012).





Resumo

Este trabalho é um inventário de livros raros da biblioteca do antigo Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, recém-encontrados na biblioteca do Seminário de São José da mesma cidade. Esses livros fazem parte da história cultural e intelectual do Brasil, em particular, da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: *Bibliotecas no Brasil Colonial. Bibliotecas jesuíticas. Jesuítas.*

Abstract

This work is an inventory of the rare books from the library of the old Jesuit School of Rio de Janeiro, recently found in the library of the Saint Joseph's Seminary in the same city. These books are part of the cultural and intellectual history of Brasil and, in particular, of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: *Brazilian colonial libraries. Jesuit libraries. Jesuits.*



Apresentação

Com a vinda da Companhia de Jesus ao Brasil em 1549, os jesuítas iniciaram intenso trabalho de uniformização das populações que antes habitavam a zona tórrida. A ação dos jesuítas, que inicialmente, com o projeto Nóbrega, focava-se na catequese dos nativos destas terras, alargou-se depois num projeto cultural mais amplo e tentacular, cujos interesses se voltavam para a uniformização moral da sociedade portuguesa, que aqui se enraizava, e para a educação dos filhos dos colonos. A ação desses padres resumia-se, enfim, à catequese, pregação da fé tridentina (moralização) e educação da juventude residente nestas terras (formação).

Esses programas necessitavam de homens para a sua feitura, mas não só. Os agentes engajados nessa árdua empresa eram recrutados pela Companhia de Jesus em toda a Europa e mesmo no Brasil. Mas, além dos homens, necessitava-se também de livros. Como dissera Serafim Leite a respeito de uma afirmação de Nóbrega:

Outra coisa que êles também pediam: livros! Logo que chegaram ao Brasil, começaram os Jesuítas a pedi-los, "porque nos fazem muita míngua para dúvidas que cá há, que todas se perguntam a mim", diz Nóbrega.¹

Assim, desde a chegada dos jesuítas nestas terras, começaram esses padres a acumular livros, impressos e manuscritos para a composição de bibliotecas que serviriam de fonte de estudos para os futuros pregadores e estudiosos. A partir da fundação do Colégio da Bahia em 1551, o esforço dos jesuítas em acumular livros e obras de referência se fez em estreita relação com sua atuação cultural e seu projeto pedagógico.

Os *colégios* jesuíticos do Brasil, ao contrário dos *seminários* e escolas, eram dirigidos ao público geral (não somente aos padres) e se encarregavam do ensino dos rudimentos da educação, da gramática, da retórica, das humanidades, das línguas bíblicas, da matemática, das "artes", como era chamada a filosofia na época, e da teologia. Para fornecer material para esses graves estudos, os jesuítas acumularam inúmeras obras referentes aos temas estudados em seus colégios.

As bibliotecas dos colégios da Companhia de Jesus eram grandes repositórios da alta cultura produzida na Europa referente às mais diversas áreas do saber. Do ponto de vista cultural, essas bibliotecas poderiam ser tidas como "Europas portáteis", como centros de referência da cultura produzida e propagada no velho continente. Nesses lugares, aqueles que buscavam o saber e a erudição encontravam a sua acolhida. É importante salientar que esses espaços

não eram reservados somente aos padres e aos alunos e professores dos colégios, antes, eram abertos a todos sem nenhuma restrição.

Dos volumes de algumas dessas bibliotecas, nos diz Serafim Leite que a da Bahia, que havia começado a partir da biblioteca que Manoel da Nóbrega trouxera ao Brasil em 1694, possuía 3 mil volumes e, em 1759, quando da expulsão, eram 15 mil livros. O que sobrou da biblioteca veio a constituir o fundo da Biblioteca Pública da Bahia, aberta em 13 de maio de 1811. Dos 15 mil livros da antiga biblioteca, apenas 7 mil encontram-se, segundo Leite, na Biblioteca Pública da Bahia.²

A biblioteca do Colégio de Nossa Senhora da Luz no Maranhão, que havia sido, por sua vez, fundada a partir da biblioteca que o padre Antônio Vieira trouxera ao Brasil, possuía 5 mil volumes em 1760.³ A do Colégio de Santo Alexandre, do Pará, em 1718, tinha 1.263 volumes e 2 mil em 1760.⁴

O acervo dos livros do colégio do Rio de Janeiro havia sido catalogado, quando de sua apreensão, num “Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775” pelos agentes do marquês do Lavradio de forma não muito precisa. A catalogação servia àqueles homens para dar cabo da venda desses livros – o que fazia das informações ali contidas mais atinentes ao comércio que ao saber. Contudo, o acervo material, até o presente momento, estava perdido. Encontramos recentemente parte do acervo da biblioteca do colégio do Rio, aquela referente às obras de teologia, em uma biblioteca religiosa no Rio de Janeiro: a Biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José.

Neste trabalho, empreenderemos um estudo preliminar da biblioteca e do conteúdo das obras encontradas e um inventário detalhado do patrimônio material que restou dos livros da biblioteca do antigo colégio do Morro do Castelo no Rio de Janeiro. O que, acreditamos, contribuirá enormemente para a preservação, material e imaterial, da história cultural da cidade do Rio de Janeiro no período colonial.

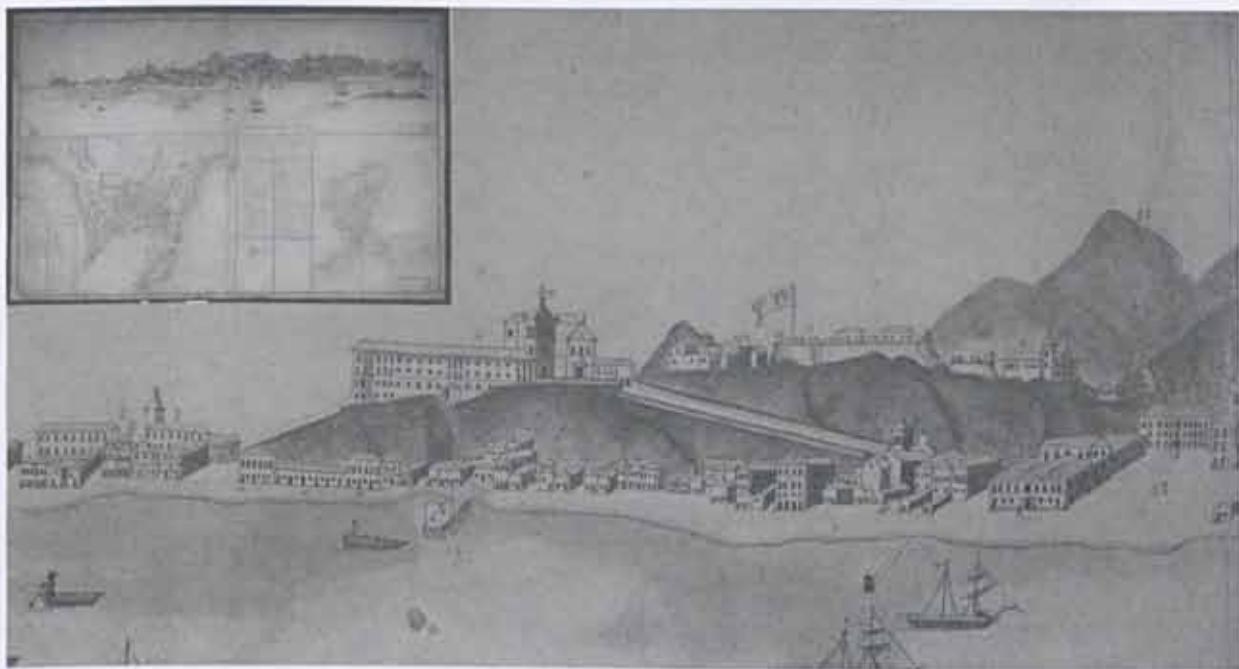
2. Pequena história do Colégio do Rio de Janeiro e do destino dos livros de sua biblioteca

Em 1567⁵, os jesuítas ergueram, no cume do Morro do Castelo, juntamente com o marco da cidade e com os outros edifícios que caracterizaram a chegada dos portugueses ao litoral fluminense, o “Collegio” da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Desde essa data até 1759, quando da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, esse colégio consistia num espaço único de ensino e estudo. O colégio formava os padres da Companhia que tinham por função a catequese e “redução” dos índios à cultura portuguesa, mas não só. Além disso, ele provinha aos colonos um ensino filosófico comparável àquele administrado nos colégios universitários europeus, como o Colégio das Artes de Coimbra e o Colégio de Santo Antônio de Lisboa. Essa formação filosófica constituía o eixo de

grande parte da reflexão empreendida pelos intelectuais da época, sendo portanto a base do pensamento e da ação política de grupos dirigentes.

Nesses lugares de saber, o estudante familiarizava-se com o estudo das línguas antigas e modernas, com o estudo da filosofia e da lógica, e muitas vezes com o estudo da teologia. As bibliotecas dessas instituições guardaram portanto a memória da vida cultural e educacional de todo o período colonial até a extinção da Companhia de Jesus em 1759.

O Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro era, no panorama dos colégios do Brasil, como o "cérebro" da capitania do Rio de Janeiro e, de certa forma, das capitâncias situadas ao sul. Nele, intelectuais de peso como o padre Fernão Cardim, o padre Antônio de Matos e o padre Simão de Vasconcelos foram reitores e legaram escritos de enorme importância para a nossa cultura. Os padres Manoel Dias, Manoel Carneiro e Valentim Mendes foram ali professores de filosofia e teologia. E figuras de grande importância lá estudaram, como o poeta Cláudio Manoel da Costa e o próprio governador da Capitania do Rio, Salvador Correia de Sá e Benevides. Na sala da biblioteca do colégio, ocorreram eventos importantes do Brasil Colonial, como, por exemplo, em 1641, a aclamação de d. João IV entre os súditos do Brasil.



No alto do morro do Castelo, o antigo prédio do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro. Detalhe ampliado do desenho, a bico de pena, de Luís dos Santos Vilhena, *Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: situado no Brasil na América Meridional [...]*, [S.l.: s.n.], 1775.

O estudo dos livros contidos na biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro não é portanto de pouca importância para a compreensão da vida cultural

desta cidade nos primeiros séculos de sua formação. Contudo, até hoje, o paradeiro dos livros da biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro era praticamente desconhecido pela maioria do público interessado.

A única notícia que se tinha dos livros existentes nessa biblioteca estava contida no “Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775” emitido pelo escrivão do Sequestro Geral Antonio Machado Freire a pedido do desembargador Manoel Francisco da Sylva e Veiga. Nesse documento, está registrado que a biblioteca do colégio, depois da expulsão da Companhia de Jesus, fora deixada “em uma caza do dito Collegio”, sem cuidados, durante quinze anos. De 1759 até 1774, o acervo da biblioteca ficou num recinto próprio no antigo colégio dos padres.

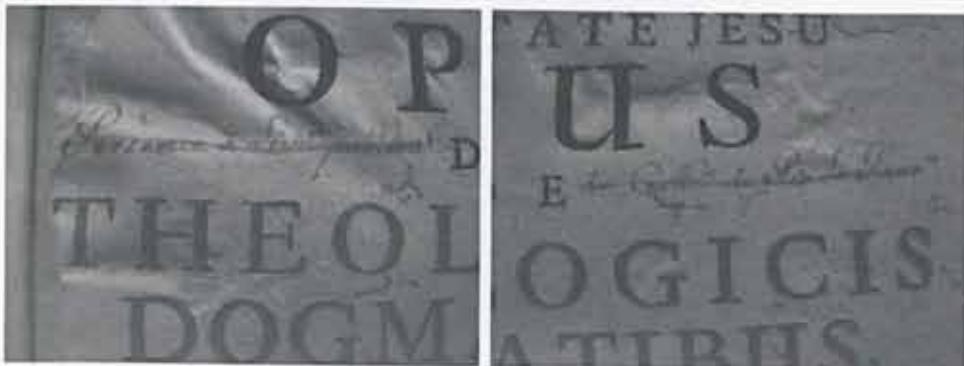
Em 1775, o marquês do Lavradio e intendente geral do Confisco feito aos jesuítas, Manuel de Albuquerque Melo, determinou que os livros fossem avaliados e doados a pessoas capazes de os conservar. A avaliação foi feita pelos “mestres livreiros” Pedro Sylva Torres e Manoel Francisco Gomes. O marquês determinou que os livros referentes à teologia, mas não só, fossem doados ao bispo da Diocese do Rio de Janeiro, que aqueles que eram proibidos fossem enviados ao “dezembargador juiz da Inconfidência” para que fossem analisados e os restantes fossem distribuídos por “cazas de alguns Ministros, ou Letrados, que Vossa merce julgar serem capazes, não só de dar conta delles, mas de lhe darem o melhor tracto que for possível, mandando fazer inventário de todos os sobre ditos Livros”.

Destes três grupos de livros doados, o historiador jesuíta Serafim Leite, quando de sua visita ao palácio São Joaquim da Mitra Arquiepiscopal da cidade, havia dito ter visto nesse estabelecimento livros com indicações de pertencerem à biblioteca do antigo Colégio do Rio de Janeiro. Ele havia dito ter lido as palavras – “Pertence à livraria pública do Collegio do Rio de Janeiro” – em vários frontispícios de livros presentes naquela biblioteca.⁶ Os livros que Leite havia descoberto eram certamente os livros de teologia que o marquês do Lavradio sugerira que fossem doados à Diocese do Rio. O Palácio São Joaquim é a sede da Diocese carioca.

A afirmação de Serafim Leite vinha reafirmada por Luís Antonio Gonçalves da Silva no artigo “As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite” sem nenhuma verificação arquivística.⁷ O texto de Silva compilava as informações apresentadas pelo jesuíta. De 1938 até o presente momento, supunha-se que os livros dos padres estivessem em algum arquivo ou biblioteca sem que se averiguasse a sua existência.

Levados pela curiosidade, nos dirigimos à pista deixada pelo historiador jesuíta e soubemos que a biblioteca da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro havia sido inteiramente trasladada para a biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José no Rio Comprido.

Em lá chegando, pudemos constatar que, em uma estante destacada, encontravam-se muitos livros dos séculos XVI, XVII e XVIII. Em alguns desses livros pudemos observar a referida “marca de posse” da biblioteca do colégio do Rio de Janeiro que pode ser exemplificada nas fotos desses carimbos nos frontispícios abaixo (note-se que essas marcas foram riscadas pelos novos possuidores):



Carimbo da biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro na obra *De theologicis dogmatibus* de Dioniso Petavio.



Carimbo da biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro na obra *Disputationes Theologicae* de Bartolomeu de Meldula.

Esta marca de posse, presente em algumas das obras raras daquela biblioteca, atestava, sem sombra de dúvida, a presença de parte dos espólios da biblioteca do antigo “collegio” jesuíta do Rio de Janeiro entre os livros da biblioteca do seminário de São José.

Encontramos ali, no total, 200 exemplares de livros publicados nos séculos XVI, XVII e XVIII. Desses 200 exemplares, somente 32 possuem a marca de posse da “Livraria Pública do Collegio do Rio de Janeiro”. O fato atesta que parte dos livros de teologia do Colégio do Rio de Janeiro, outrora situada no morro do Castelo, encontrava-se na biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José no Rio Comprido, Rio de Janeiro.



Estante da Biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José onde estão as obras do antigo colégio do Morro do Castelo.

3. Característica das obras encontradas na Biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José

Com algumas exceções, encontramos também livros de outras matérias como o direito e a história natural. A concentração de livros de teologia se dá, como dissemos, por conta do fato de que somente as obras de teologia do espólio dos livros do colégio foram doadas pelo marquês do Lavradio à Diocese do Rio.

Se observarmos essas obras teológicas, podemos notar que elas seguem de perto a dinâmica pedagógica dos colégios da Companhia de Jesus na Europa, que era a mesma adotada no Colégio do Rio de Janeiro. Propomos assim uma análise das obras encontradas na biblioteca do seminário com base no currículo dos cursos de teologia dos colégios jesuítas.

Nos colégios da Companhia de Jesus, como nos colégios universitários da Europa, se ensinavam gramática, retórica, dialética, filosofia moral e natural, matemática e teologia. A teologia era estudada em obras de diversos autores, comentadores de São Tomás de Aquino, Duns Scoto, São Bonaventura, Santo Agostinho e outros. Esses estudos eram divididos em duas cadeiras, a de teologia escolástica e a de teologia positiva. Além dessas disciplinas, havia o curso de casos de consciência, o de sagradas escrituras e o das controvérsias contra os sectários ou o de *controversiis*.⁸

Os livros encontrados nos espólios da biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José se adequam bastante ao modelo de estudos proposto nos colégios da Companhia.

A teologia era estudada, como dissemos, com base nas obras de Tomás de Aquino, as quais não existem na biblioteca, e em obras de outros autores antigos e modernos. Desses autores há na biblioteca uma edição da obra completa de São Bonaventura, as teses do teólogo jesuíta belga Jacques Lobbet de Lanthin (1592-1672), assim como as disputas teológicas em torno dos livros das sentenças a favor das teses escotistas propostas pelo teólogo Bartolomeu Mastrius de Meldula.

As sagradas escrituras eram estudados nos textos originais, com recurso às fontes gregas, hebraicas, aramaicas e latinas. Por isso, certamente, há na biblioteca a sumuosa obra de José Blanchino: uma edição completa dos quatro evangelhos na sua versão latina contendo os fragmentos de todas as outras versões existentes. Esta obra traz reproduzidos importantes manuscritos arcáicos de grande uso na exegese escritural.

No que toca as aulas de controvérsia, essa biblioteca é farta de fontes. Para o seu estudo, era importante que o aluno conhecesse em profundidade os dogmas que haviam sido debatidos e fixados nos diversos concílios ecumênicos, desde os primórdios da Igreja. Para isso, os livros de Pallavicino sobre a história do Concílio de Trento, aquele mais importante da história católica, e os livros de Ludovico Bail, sobre os concílios em geral, eram mais que suficientes. Além destes, os livros de Cavalchino, com as resoluções dos diversos concílios, e os de Petavi, que tratavam diretamente de teologia dogmática, eram incontornáveis.

Além dos livros de teologia, entretanto, encontramos também livros de direito e algumas parcas obras de humanidades e de história natural. Entre os livros de direito temos os de Prospero Fagnani, os de Agostinho Barbosa, os de Anacleto Reinfestuell e os do Cardinal de Luca, todos de direito canônico. Os poucos de humanidades e história natural são o *Thesaurus ciceronianus* do humanista Mário Nizoli, impresso na oficina de Aldo Manúcio, e a *Historiae naturalis* de Plínio, o Velho.

Entre os livros da biblioteca remanescente dos jesuítas do Rio achavam-se também obras de autores ilustres. Como, por exemplo, a sumuosa história eclesiástica do cardeal Cesare Baronio. Esse padre havia proposto que se liberasse a publicação do *Príncipe* de Maquiavel, com as devidas correções. Apesar das correções, a sua proposta de publicar um livro tão controverso e proibido pelo índice fazia do cardeal um autor, de certa forma, problemático no interior da ortodoxia da época. A presença na biblioteca do colégio de sua história eclesiástica atesta a pluralidade de interesses abraçada pelos padres da ordem: os jesuítas estudavam tanto os livros aceitos pela ortodoxia como obras tidas por heterodoxas⁹.

4. Critérios de análise e individuação das obras para a feitura da listagem

Ao analisarmos as obras raras existentes na Biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José, buscando ali identificar as obras da antiga biblioteca do morro do Castelo, propusemos dois critérios de análise específicos.

O primeiro deles, o mais simples, era identificar nas obras encontradas a marca de posse da antiga biblioteca jesuítica. Contudo, tendo em vista que no processo de expulsão dos padres da Companhia e seus colégios do Brasil buscou-se também apagar a memória da ação daqueles padres, muitas dessas marcas foram apagadas e outras foram tiradas dos frontispícios dos livros pelo recorte das páginas. Assim, muitas obras, quando não apresentavam a marca de posse do colégio com um risco sobre ele (como podemos ver nas fotos 1 e 2), apresentavam recortes claros e evidentes em seus frontispícios.

Daí que, tendo em vista este tipo de coisa, tendo em vista que a administração que tratou do espólio da Companhia de Jesus no Rio era pombalina e, portanto, antijesuítica, e que sua intenção era exatamente a de apagar os traços da história daquele ordem, muitas obras tiveram os indícios de sua história e proveniência apagados. Por isso, resolvemos adotar um segundo critério de análise para a identificação das obras do antigo colégio do Rio que estivessem sem a marca da biblioteca.

O segundo critério adotado por nós neste inventário foi o de confrontar a lista das obras feita em 1775 pela administração encarregada de dar cabo dos livros daquela antiga biblioteca, o "Auto de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775", com a lista que fizemos dos livros existentes na biblioteca do Seminário de São José.

Se, com o primeiro critério, conseguimos individuar 32 exemplares, com o segundo critério, pudemos integrar mais 43 obras à nossa lista. Muitas dessas obras não tinham a marca da biblioteca, mas se achavam correspondidas pelas informações do inventário. Como exemplo, temos os três tomos de Plínio, o Velho, referidos no dito inventário que se acham, também em três tomos, presentes na biblioteca do Seminário de São Joaquim; o único tomo de Sforza Pallavicino da história do Concílio de Trento que se acha também ali presente; as muitas (18) obras de Agostinho Barbosa, e outros.

Assim sendo, das 200 obras raras da biblioteca do Seminário Arquidiocesano de São José, 75 exemplares pertenciam ao Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro da Companhia de Jesus. Abaixo segue a lista destas obras.¹⁰

5. Listagem descritiva das obras da biblioteca do antigo Colégio da Companhia de Jesus encontradas na Biblioteca do Seminário do Seminário de São José (em ordem alfabética)

1. BAIL, Ludovico. *Summa Conciliorum Omnia. Summa conciliorum omnium ordinata, aucta, illustrata ex Merlini, Joverii, Baronii, Binii,*

Coriolani, Sirmundi, aliorumque collectionibus, ac manuscriptis aliquot, cum annotationibus, & controversiis partim dogmaticis, partim historicis, ac verborum indice locupletissimo, ultima haec editione. A pluribus erroribus diligentibus multorum exemplariorum collatione expurgata. Ea porro in sex classes distribuitur. I. Concilia exhibet Veteris Testamenti. II. Concilia Orientalia. III. Concilia Occidentalia. IV. Vulgata provincialia. V. Ex regionibus variis addita. VI. Decreta aliquot pontificia, ac synodos dioecesanas. Tomus Primus. Tres priores classes continens. Padova: Ex Typographia Seminarii, 1723.
Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminario de S. Jozé" / "Pertence a Livr.a do Coll.o do Rio de Jan.ro".



Ludovico Bail. *Summa conciliorum omnium*. Padova: Ex Typographia Seminarii, 1723. Síntese dos debates e controvérsias havidos em todos os concílios ecumênicos da cristandade, a obra era essencial aos estudos de teologia ministrados pelos padres no colégio do Rio de Janeiro.

2. _____. *Summa conciliorum omnium ordinata, aucta, illustrata, ex Merlini, Joverii, Baronii, Binii, Coriolani, Sirmundi, aliorumque collectionibus, ac manuscriptis aliquot, cum annotationibus, & controversiis partim dogmaticis, partim historicis, ac verborum indice locupletissimo, ultima haec editione. A pluribus erroribus diligentibus multorum exemplariorum collatione expurgata. Ea porro in sex classes distribuitur. I. Concilia exhibet Veteris Testamenti. II.*

Concilia Orientalia. III. Concilia Occidentalia. IV. Vulgata provincialia. V. Ex regionibus variis addita. VI. Decreta aliquot pontificia, ac synodos dioecesanis. Tomus Secundus. Tres posteriores classes continens. Padova: Ex Typographia Seminarii, 1723.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas no frontispício: "Pertence a Livr.a do Coll.o do Rio de Jan.ro" / "Pertence a livraria do seminario de S. Jozé".

3. BARBOSA, Augustino. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugantini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Juris ecclesiastici universi libri tres, in quo: I. De personis; II. De locis; III. De Rebus ecclesiasticis plenissimè agitur; Exquisita, singularique doctrina refertissimi, judicibus pariter ac patronis, tam ecclesiasticis, quam saecularibus pernecessarii, omnibusque canonici, & civilis juris studiosis summoperè fructuosi. Cum triplici indice, primo Capitum, alterum Jurium tertio rerum & verborum copioso. Editio novissima, ab authore recognita, & erroribus ablatis, utiliter locupletata.* Lyon: Sumptibus Petri Borde, Joannis, & Petri..., 1699.

Obra em mau estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Carimbo de relevo no frontispício.

4. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugantini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Pastoralis Sollicitudinis sive de officio et potestate Parochi, tripartita descriptio.* Lyon: Apud Boudet.... de Ville, 1711.

Obra em mau estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca no frontispício. Nota manuscrita: "Pertence a livraria do seminario S. Jozé".

5. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugantini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Colletanea Doctorum, tam veterum quam recentiorum in jus pontificium universum, Tomus Primus, in quo duo priores decretalium libri continentur, praefixi sunt indices auctorum, librorum, titulorum, & capitulorum; necnon capitulorum, & legum incidenter discussarum, percommodi. Ultima editio ab ipsomet Auctore aucta, recognita & à mendis expurgata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Po-suel, 1716.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com carimbo da atual biblioteca no frontispício.

6. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Colletanea Doctorum, tam veterum quam recentiorum in jus pontificium universum, Tomus Secundus, in quo tertius et quartus decretalium libri continentur, praefixi sunt indices auctorum, librorum, titulorum, & capitulorum; necnon capitulorum, & legum incidenter discussarum, percommodi, Ultima editio ab ipsomet Auctore aucta, recognita & à mendis expurgata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1716.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com nota manuscrita no frontispício: "Augusto Affonso". Com carimbo da atual biblioteca no frontispício.

7. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Colletanea Doctorum, tam veterum quam recentiorum in jus pontificium universum, Tomus Tertius, In quo quintus decretalium liber continet, praefixi sunt indices auctorum, librorum, titulorum, & capitulorum; necnon capitulorum, & legum incidenter discussarum, percommodi, Ultima editio ab ipsomet Auctore aucta, recognita & à mendis expurgata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1716.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com dois carimbos da atual biblioteca na primeira página. Há outro exemplar da mesma obra sem o frontispício.

8. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Colletanea Doctorum, tam veterum quam recentiorum in jus pontificium universum, Tomus Quintus, in quo duo priores decretalium libri continentur, praefixi sunt indices auctorum, librorum, titulorum, & capitulorum; necnon capitulorum, & legum incidenter discussarum, percommodi, Ultima editio ab ipsomet Auctore aucta, recognita & à mendis expurgata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1716.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com a parte de baixo do frontispício recortada. Com carimbo da atual biblioteca.

9. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis*

Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Colletanea Doctorum, tam veterum quam recentiorum in jus pontificium universum, Tomus Quintus, in quo continetur decretum gratiani. Accessit quadrigeminus Index: I. Ejusdem Decreti Canonum. II. Capitulorum, & legum incidenter discussarum: III. Rerum & Verborum: IV. Materiarum legalium, à Doctoribus ex professo tractatarum, copiosissimus. Ultima editio ab ipsomet Auctore aucta, recognita & à mendis expurgata. Lyon: Sumptibus Anisson & Posuel, 1716.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Carimbo de relevo e outro carimbo de outra biblioteca no frontispício.

10. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Juris ecclesiastici universi libri tres in quorum: I. De Personis; II. De Locis; III. De rebus ecclesiasticis plenissimè agitu. Exquisita, singularique doctrina refertissimi, judicibus pariter ac patronis, tam ecclesiasticis, quam saecularibus pernecessarii, omnibusque canonici, & civilis juris studiosis summoperè fructuosi. Cum triplici indice, primo Capitum, alterum Jurium tertio rerum & verborum copioso. Editio novissima, ab authore recognita, & erroribus ablatis, utiliter locupletata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1718.

Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca no frontispício e lombada. Carimbo de relevo no frontispício. Dois exemplares.

11. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Tractatus Varii: Quorum: I. De axiomaticis juris usufrequentioribus; II. De appellativa verborum utriusque juris significatione; III. De locis communibus argumentorum juris; IV. De clausulis usufrequentioribus; V. De dictionibus usufrequentioribus; Circa judiciorum, contractum ultimarum voluntatum & delictorum cognitione, in disputando, & consulendo valde utiles, & necessarii. Nunc recens recogniti, & praeter illa, quae passim obiter intertexta,..., & quamplurimum Doctorum, tam veterum, quam recentioru ..., illustrati, quae his notulis [...] dignosci poterunt. Accesserunt summae rerum, & indice axiomarum, appellativorum, locorum communium, clausularum, dictionum, & rerum verborumque locupletissimi.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1718.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada e no frontispício. Nota manuscrita ilegível no frontispício.

12. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Juris ecclesiastici universi Pars Altera, in qua de locis, & rebus ecclesiasticis simul abunde agitur. Cum necessariis indicibus. Editio novissima, ab authore recognita, & erroribus ablatis, utiliter locupletata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1718.

Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca no frontispício. Nota manuscrita no frontispício: "Miguel".

13. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Collectanea in codicem justiniani, ex doctoribus tum priscis, tum neotericis. Tomus Primus.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1720.

Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca no frontispício e lombada.

14. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Collectanea in codicem justiniani, ex doctoribus tum priscis, tum neotericis. Tomus Secundus, librum quartum et quintum ejusdem codicis continens. Cum summaris, & sex indicibus, I. & II. Titulorum, III. Legum, IV. Authenticarum, V. Legum incidenter discusarum, VI. Rerum & verborum locupletissimo.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1720.

Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca (na página inicial e no índice).

15. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Colletanea Doctorum, qui in suis operibus concilii tridentini loca referentes illorum materiam incidenter tractarunt, & varias quæstiones, in foro ecclesiastico versantibus maximè utiles, deciderunt. Omnia ex eorum libris fideliter desumpta, & suo cuique loco distributa, ac*

ad mentem decretorum sacrarum congregationum Concilii Trid. & Indicis librorum prohibitorum, Decisionibus, quae sementito nomine Congregationis in lucem prodierant, relegatis, diligenter expurgata: hac ultima editione ab ipso auctore recognita, & quamplurimorum additamentorum accessione sesquiamplius aucta. Cum summiis, et quinque indicibus copiosis. Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1721.

Obra em bom estado de conservação. Restaurado. Sem manuscritos ou carimbos.

16. _____. *Augustini Barbosae, I.V.D. Lusitani, protonotarii apostolici, necnon in sacra indicis congregacione consultoris, & insignis ecclesiae vimaranensis thesaurarii majoris; nunc vero electi episcopi ugentini: Summa Apostolicarum Decisionum, extra jus commune vagatum, quae ex variis approbatissimorum doctorum libris hucusque impressis, & ad calcem uniuscujusque allegatis, eorum sub fide collectae, Ad majorem Studiosum omnium commoditatatem alphabetico ordine disponit. Editio ultima aucta et recognita.* Lyon: Sumptibus Anisson, et Posuel, 1722.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada e frontispício. Nota manuscrita no frontispício: "Miguel Affonso".

17. _____. *Augustini Barbosae J.V.D. Lusitani protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Praxis Methodica exigendi pensiones, adversus calumniantes, et differentes eas solvere Cui accesserunt vota plurima decisiva, et consultiva canonica. Ultima editio prioribus emendatior.* Lyon: Sumptibus Anisson, et Posuel, 1722.

Obra em mau estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada e frontispício. Carimbo de relevo no frontispício.

18. _____. *Augustini Barbosae J.V.D. Lusitani protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Pastoralis Sollicitudinis sive De Officio et Potestate Episcopi, tripartita descriptio. Nunc ultimum ab ipso Auctore recognita, variis resolutionibus exornata, & multis Doctorum citationibus, aliisque accessionibus illustrata. Quae toto hoc opere contineantur, sequens pagina indicabit.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1724.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Há dois exemplares deste livro presentes na biblioteca. O primeiro exemplar representa as

partes I e II da obra; o segundo contém as três partes. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Carimbo de outra biblioteca no frontispício.

19. _____. *Augustini Barbosae J.V.D. Lusitani protonotarii apostolici, olim S. Congregationis indicis consultoris, & insignis Ecclesiae Vimaranensis Thesaurarii Majoris. Nunc vero episcopi ugentini, et a consiliis D. Philippi IV. Hispaniarum Regis Catholici, Pastoralis Sollicitudinis sive De Officio et Potestate Episcopi, Pars tertia. Omnia ad praxim utriusque fori, interioris scilicet, & exterioris, & ad jurisdictionis explicationem exigenda continens. Hac ultima ab ipso Auctore recognita, variis resolutionibus exornata, & multis Doctorum citationibus, aliisque accessionibus illustrata.* Lyon: Sumptibus Anisson, & Posuel, 1724.

Obra em bom estado de conservação. Manuscrito ilegível no frontispício. Carimbo da atual biblioteca no frontispício.

20. _____. *Augustini Barbosae J.V.D. Lusitani protonotarii apostolici, [...] Repertorium juris civilis et canonici, in quo alphabetico ordine principaliores & practicae utriusque juris conclusiones collectae indicantur, & magna doctrinum copia exornatur. Opus posthumum, judicibus & advocatis utilissimum, studio & industria D. Simonis Vaz Barbosae J.V.D. Authoris fratis, ejusdemque insignis ecclesiae vimaranensis canonici apprimè digestum. Editio novissima, à mendis quae prioribus irrepserant, expurgata.* S.l., S.e., s.d.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Parte de baixo do frontispício foi comida pelo tempo. Carimbo da atual biblioteca na parte de trás do frontispício.

21. BLANCHINO, Josepho. *Evangeliarum quadruplex latinae versionis antiquae seu veteris italicae, Pars Prima, Nunc primum in lucem editum ex Codicibus Manuscriptis aureis, argenteis, purpureis, aliisque plusquam milenariae antiquitatis Sub auspiciis Joannis V, Regis fidelissimi lusitaniae, algarbiorum &c. a Josepho Blanchino Veronensi presbytero Congregationis Oratorii Sancti Philippi Nerii de Urbe.* Roma: Typis Antonii de Rubeis, apud Pantheon, in via Seminarii Romani, 1749.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminario de S. José" / "Pertence a livraria publica do Coll.o do Rio" (riscado). Carimbo de relevo no frontispício.

22. _____. *Evangeliarum quadruplex latinae versionis antiquae seu veteris italicae, Partis Prima, volumen Secundum.* Roma: Typis Antonii de Rubeis, apud Pantheon, in via Seminarii Romani, 1749.

Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas na primeira página do livro. (Não possui frontispício): "He da livraria do seminario de S. José" / "Pertence a livraria publica do Coll.o do Rio" (riscado). Carimbo de relevo no frontispício. Possui uma série de cópias de manuscritos de fragmentos dos evangelhos em línguas arcaicas.

23. _____. *Evangeliarum quadruplex latinae versionis antiquae seu veteris italicae, Pars Secunda*. Roma: Typis Antonii de Rubeis, apud Pantheon, in via Seminarii Romani, 1749.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas na folha de rosto. (Nao possui frontispício): "He da livraria do seminario de S. José" / "Pertence a livraria publica do Coll.o do Rio" (riscado). Carimbo de relevo no frontispício.

24. _____. *Evangeliarum quadruplex latinae versionis antiquae seu veteris italicae, Partis Secundae, volumen secundum*. Roma: Typis Antonii de Rubeis, apud Pantheon, in via Seminarii Romani, 1749.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas na primeira página. (Não possui frontispício): "He da livraria do seminario de S. José" / "Pertence a livraria publica do Coll.o do Rio" (riscado). Carimbo de relevo na primeira página. Possui uma série de cópias de manuscritos de fragmentos dos evangelhos em línguas arcaicas.

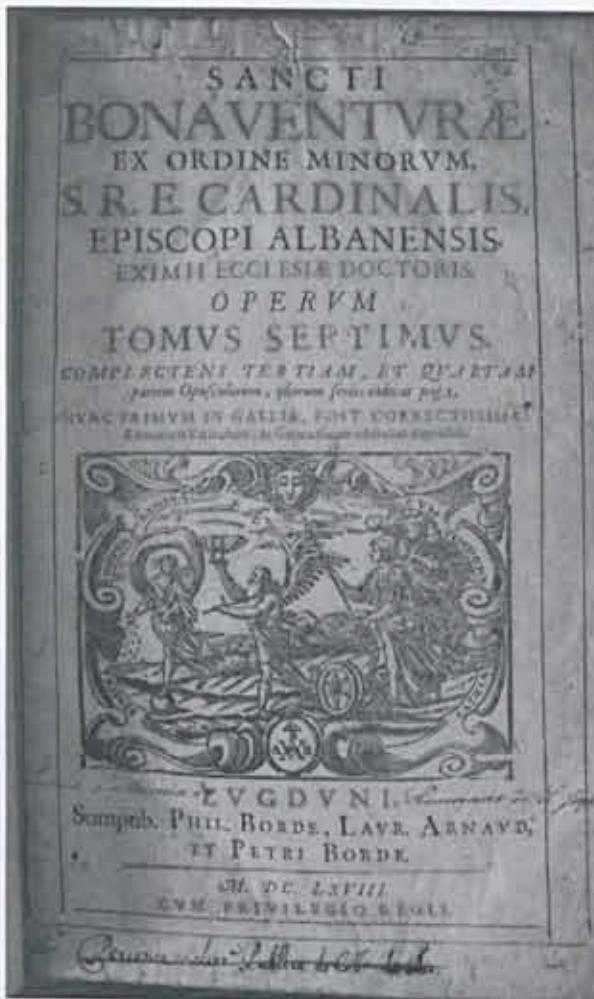
25. BONAVENTURA, São. *Operum tomus tertius. Sermones de tempore ac de sanctis complectitur: quorum series indicat pag. 3. Nunc primum in Gallia, post correctissimas Romanam Vaticanam, & Germanicam editiones impressus*. Lyon: Sumptib. Phil. Borde, Laur. Arnaud, et Petri Borde, 1668.

Obra em mau estado de conservação. Com carimbo da atual biblioteca. Registros manuscritos no frontispício: "Pertence à livraria do seminario de S. José" / "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio de Janeiro" (riscado).

26. _____. *Operum tomus quartus. Quo expositiones in librum I. et II. Sententiarum, ut infra disposita continentur. Nunc primum in Gallia, post correctissimas Romanam Vaticanam, & Germanicam editiones impressus*. Lyon: Sumptib. Phil. Borde, Laur. Arnaud, et Petri Borde, 1668.

Obra em mau estado de conservação. Com carimbo da atual biblioteca na lombada. Registros manuscritos no frontispício: "Pertence à livraria do Seminário de S. José" / "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio" (riscado).

27. _____. *Operum tomus quintus. Quo expositiones in librum III. et IV. Sententiarum, ut infra disposita continentur. Nunc primum in Gallia, post correctissimas Romanam Vaticanam, & Germanicam editiones impressus.* Lyon: Sumptib. Phil. Borde, Laur. Arnaud, et Petri Borde, 1668.
 Obra em estado normal de conservação. Sem carimbos. Com registros manuscritos: "Pertence a livraria do seminário de S. José" / "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio" (riscado).



Bonaventura, *Sanctio Operum*. Lyon: Sumptibus Phil. Borde, Laur. Arnaud, 1668.
 São Bonaventura, considerado um dos pais da Igreja, era parte da formação dos alunos do colégio e dos próprios padres. As aulas de teologia tinham lugar de destaque no colégio do Morro do Castelo.

28. _____. *Operum tomus sextus. Complectens primam, et secundam partem Opusculorum, quorum series indicat pag. 495. nunc primum in Gallia, post correctissimas Romanam Vaticanam, & Germanicam editiones impressus.* Lyon: Sumptibus Phil. Borde, Lavr. Arnaud, et Petri Borde, 1668.

Obra em estado normal de conservação. Com o carimbo da atual biblioteca. Com alguns registros manuscritos: "Pertence à Livraria do seminario de S. José" / "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio" (riscado).

29. _____. *Operum tomus septimus. Complectens tertiam, et quartam partem Opusculorum, quorum series indicat pag.3. Nunc primum in Gallia, post correctissimas Romanam Vaticanam, & Germanicam editiones impressus.* Lyon: Sumptib. Phil. Borde, Laur. Arnaud, et Petri Borde, 1668.

Obra em estado normal de conservação. Com o carimbo da atual biblioteca. Com alguns registros manuscritos no frontispício: "Pertence à Livraria do Seminário de S. José" / "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio" (riscado).

30. CARDINALIS DE LUCA. *S. Rota Romanae Decisiones et sum pontificum constitutiones recentissimae et selectissimae Theatrum Veritatis et justitiae, eminentissimi D. Cardinalis de Luca ejusque Tractatus De Officis Venal. et Stat. Successionibus Amplectentes, confirmantes, laudantes, &c. Studio & opera Clariss. J.U.D. Argumentis, Summariis & Indicibus necessariis exornatae, & juxta Titulorum seriem & Discursuum ordinem dispositae. Tomus Primus.* Coloniae Allobrogum: Sumptibus J.A. Cramer & P. Perachon, 1700.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada.

31. _____. *S. Rota Romanae Decisiones et sum pontificum constitutiones recentissimae et selectissimae Theatrum Veritatis et justitiae, eminentissimi D. Cardinalis de Luca ejusque Tractatus De Officis Venal. et Stat. Successionibus Amplectentes, confirmantes, laudantes, &c. Studio & opera Clariss. J.U.D. Argumentis, Summariis & Indicibus necessariis exornatae, & juxta Titulorum seriem & Discursuum ordinem dispositae. Tomus Secundus.* Coloniae Allobrogum: Sumptibus J.A. Cramer & P. Perachon, 1700.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada.

32. CAVALCHINO, D. *Thesaurus resolutionum Sacrae Congregationis Concilii, quae consentanea ad Tridentinorum PP. Decreta aliasque Canonici Juris Sanctio-nes, munus Secretarii ejusdem Sacrae Congregationi obeunte Rno P. D. Cavalchino Archiepiscopo Philipensi. Prodierunt in causis sub annos 1737. & 1738. Propositis, Episcopis, eorumque..., Causarum Patronis, ac aliis in Ecclesiastico Foro versantibus apprime utilis, & necessarius. Tomus Octavus, triplice indice a Bartholomaeo Liver-zani brixichellensi J.U.D. locupletissimo.* Roma: Typis, & Sumptibus Hieronymi Mainardi in Platea Azonan, 1742.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Registros manuscritos no frontispício: "Pertence à livraria do seminário de S. José" / "Pertence à livraria publica do Coll.o do R.o".

33. FAGNANI, Prospero. *Commentaria in quinque libros decretalium. Commentaria in primum librum decretalium, cum disceptatione de Grangiis, quae in aliis editionibus desiderabatur; ac ipso textu suis locis aptè disposita.* Veneza: Apud Paulum Balleonum, 1709.

Obra em mau estado de conservação. Restaurada. Notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminário de S. Jozé" / "Pertence a Livr.a publica do Collegio do Rio de Janr-".

34. _____. *Prosperi Fagnani Commentaria in tertium librum decretalium.* Veneza: Apud Paulum Balleonum, 1709.

Obra em mau estado de conservação. Restaurada. Carimbo de relevo no frontispício. Notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminário de S. Jozé" / "Pertence a Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janr-".

35. _____. *Prosperi Fagnani Commentaria in quartum librum decretalium.* Veneza: Apud Paulum Balleonum, 1709.

Obra em péssimo estado de conservação. Restaurada. Carimbo de relevo no frontispício. Notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminário de S. Jozé" / "Pertence a Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janr-".

36. LOBBETII, Jacobi. *R. P. Jacobi Lobbetii Leodinensis Societatis Jesu theologi, Opera Omnia in sex tomos distributa. Hac secunda editione recognita, et aucta tomis duobus: & insuper, in aliis antea impressis, sparsim aucta Quaestionibus novis quamplurimis, illustrata selectis Sanctorum Patrum sententiis, Antiquorum paeclarè dictis, & magnarum Virtutum exemplis, atque Historiis. Opus maxima parte novum, & Concionatoribus, Pastoribus, ac spiritualis vitae Magistris atque Religiosis perutile. Tomus Primus. Continenit quaestiones theologicas, historicas & morales in Evangelia Dominicarum ab Adventu ad Pentecosten, cum duplice Indice, Quaestionario & Materiarum.* Leodii: Ex Officina Typograph. Joan. Mathiae Hovii, Ad insigne Paradisi Terrestris, 1668.

Obra em mau estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminário de S. Jozé" / "Pertence a Livraria publica do Coll.o do Rio".

37. _____. *Opera Omnia in sex tomos distributa. Hac secunda editione recognita, et aucta tomis duobus: & insuper, in aliis antea impressis, sparsim aucta Quaestionibus novis quamplurimis, illustrata selectis Sanctorum Patrum sententiis,*

Antiquorum praeclarè dictis, & magnarum Virtutum exemplis, atque Historiis. Opus maxima parte novum, & Concionatoribus, Pastoribus, ac spiritualis vitae Magistris atque Religiosis perutile. Tomus Tertius. Continens quaestiones theologicas, historicas & morales in Evangelia Festorum totius Anni, cum duplice Indice, Quaestionum & Materiarum. Leodii: Ex Officina Typograph. Joan. Mathiae Hovii, Ad insigne Paradisi Terrestris, 1668.

Obra em mau estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminario de S. Jozé" / "Pertence a Livraria publica do Coll.o do Rio".

38. _____. *R. P. Jacobi Locketti Leodinensis Societatis Jesu theologi, Opera Omnia in sex tomos distributa. Hac secunda editione recognita, et aucta tomis duobus: & insuper, in aliis antea impressis, sparsim aucta Quaestionibus novis quamplurimis, illustrata selectis Sanctorum Patrum sententiis, Antiquorum praeclarè dictis, & magnarum Virtutum exemplis, atque Historiis. Opus maxima parte novum, & Concionatoribus, Pastoribus, ac spiritualis vitae Magistris atque Religiosis perutile. Tomus Quintus. Continens opuscula moralia auctiora & curis ultimis expolita, quorum series inversa pagina exhibetur. Cum indicibus necessariis.* Leodii: Ex Officina Typograph. Joan. Mathiae Hovii, Ad insigne Paradisi Terrestris, 1668.

Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do seminario de S. Jozé" / "Pertence a livraria publica do Coll.o do R.o".

39. _____. *R. P. Jacobi Locketti Leodinensis Societatis Jesu theologi, Opera Omnia in sex tomos distributa. Hac secunda editione recognita, et aucta tomis duobus: & insuper, in aliis antea impressis, sparsim aucta Quaestionibus novis quamplurimis, illustrata selectis Sanctorum Patrum sententiis, Antiquorum praeclarè dictis, & magnarum Virtutum exemplis, atque Historiis. Opus maxima parte novum, & Concionatoribus, Pastoribus, ac spiritualis vitae Magistris atque Religiosis perutile. Tomus Sextus. Continens tractatum, sive concionum asceticarum de virtutibus partes III quarum postrema nunc primum prodit, uti, & pars unica quae subjungitur de vitiis. Cum indicibus necessariis.* Leodii: Ex officina typograp. Joan. Mathiae Hovii, ad insigne Paradisi Terrestris, 1668.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Notas manuscritas: "He da livraria do seminario S. José"; e "Pertence a Livraria publica do Colleg.o do R.o" (riscado). Carimbo da atual biblioteca na lombada.

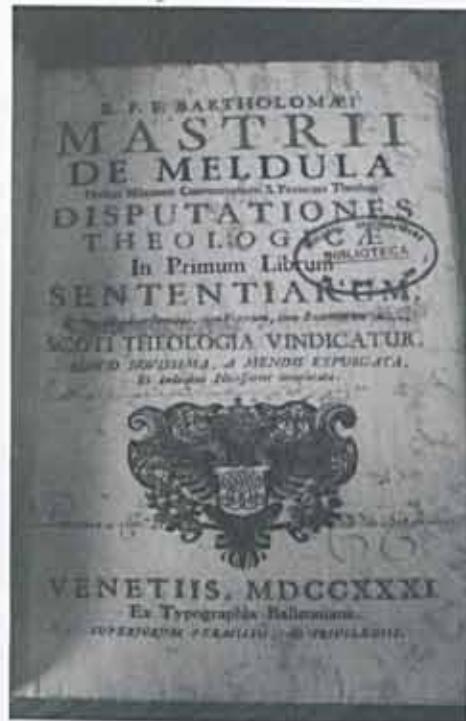
40. MELDULA, Bartholomaei Mastri de. *In quatuor libros sententiarum. R. P. F. Bartholomaei Mastri de Meldula ordinis Minorum Conventualium S. Francisci Theologi Disputationes theologicae in primum librum sententiarum quibus*

ab adversantibus, tūm Veterum, tūm Recentiorum jaculis Scoti Theologia vindicatur. Editio novissima, a mendis expurgata, et indicibus necessariis locupletata. Veneza: Ex Typographia Balleoniana, 1731.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Notas manuscritas: "He da livraria do seminario de S. José"; e "Pertence a Livr.a do Coll.o do Rio de Janeiro". Carimbo da atual biblioteca no frontispício. Carimbo de relevo no frontispício e página de rosto.

41. —, R. P. F. Bartholomaei Mastri de Meldula ordinis Minorum Conventualium S. Francisci Theologi Disputationes theologicae in secundum librum sententiarum quibus ab adversantibus, tūm Veterum, tūm Recentiorum jaculis Scoti Theologia vindicatur. Editio novissima, a mendis expurgata, et indicibus necessariis locupletata. Veneza: Ex Typographia Balleoniana, 1731.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com registros manuscritos no frontispício: "He da livraria do seminario de S. José" / "Pertence a livr.a do Coll.o do Rio de Janeiro".



Bartolomeu Mastri de Meldula. *Disputationes theologicae in libros sententiarum*. Veneza: Ex typographia Balleoniana, 1731.

Outro título de um franciscano presente na biblioteca dos jesuítas. Como a Companhia de Jesus teve controvérsias com os franciscanos na América portuguesa, conhecer o adversário era preciso.

42. _____. *R. P. F. Bartholomaei Mastri de Meldula ordinis Minorum Conventualium S. Francisci Theologi Disputationes theologicae in tertium librum sententiarum quibus ab adversantibus, tūm Veterum, tūm Recentiorum jaculis Scoti Theologia vindicatur. Editio novissima, a mendis expurgata, et indicibus necessariis locupletata.* Veneza: Ex Typographia Balleoniana, 1731.
 Obra em bom estado de conservação. Notas manuscritas no frontispício: "He da livraria do Seminario de S. José"; e "Pertence a livr.a do Coll.o do Rio de Janeiro". Este último manuscrito vem riscado.
43. _____. *R. P. F. Bartholomaei Mastri de Meldula ordinis Minorum Conventualium S. Francisci Theologi Disputationes theologicae in quartum librum sententiarum quibus ab adversantibus, tūm Veterum, tūm Recentiorum jaculis Scoti Theologia vindicatur. Editio novissima, a mendis expurgata, et indicibus necessariis locupletata.* Veneza: Ex Typographia Balleoniana, 1731.
 Obra em bom estado de conservação. Registros manuscritos no frontispício: "He da livraria do seminario de S. José" / "Pertence a Livr.a do Coll. do Rio de Jan". (riscado).
44. _____. *Theologia moralis ad mentem DD. Seraphici, & Subtilis concinnata, et in disputationes vigintiocto distributa. Auctore F. Bartholomeo Mastrio de Meldula Ordinis Minorum Conventualium Sancti Francisci Sacrae Theologiae Magistro. Editio Septima.* Veneza: Apud Hieronymum Savioni, 1731.
 Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Registro manuscrito no frontispício: "Pertence à Livr.a do Coll.o do Rio" (riscado).
45. NIZOLI, Mario. *Thesaurus Ciceronianus.* Veneza: Aldo Manutio, 1591.
 Obra em mau estado de conservação. Com notas manuscritas no frontispício. Borda das páginas pintada de verde. Edição exemplar.
46. PALLAVICINO, Sforza. *Vera oecumenici Concilii Tridentini historia. Vera oecumenici Concilii Tridentini, sub Pontificibus Paulo III. Anno 1545. Incepti, à Julio III. 1551. Continuati, sub Pio IV. 1563. In sessione 25. Absoluti, & ab eodem Pontifice 1564. Ut legitimum confirmati: A tot caesarum, regum et principum legatis, tot doctissimorum Patrum, Episcoporum, Cardinalium, Abbatum, Ordinum Generalium, & Doctorum, in Spiritu S. Congregatorum decretis, & concordi animorum syncretismo subscripti; Contra exurgentis Lutheri, aliorumque haereses nec non variae universae Reipublicae Christianae Revolutiones, pro Morum Reformatione, & Fidei Defensione,*

summo Romano-Catholicae Ecclesiae emolumento publicati Historia, Contra falsam Petri Suavis Polani Narrationem scripta, & ex ipsomet Originalibus Litteris, Actis, Gestis, & Protocollis plenè, & fideliter asserta. Historia sincero scripta calamo, omnibus Reipublicae Christianae Hierarchis, Episcopis, & tam Ecclesiasticis, quam Regularibus Praelatis, Pastoribus, Historicis, ceterisque Stu- diosis non tantum utilissima, sed hoc moderno temporis statu maximè necessaria. Pars Prima, Coloniae Agrippinae: Apud Franciscum Metternich, Bibliopolam, 1717.

Obra em bom estado de conservação. Com dois escritos no frontispício: "Pertence à livraria do seminário de S. José"; e outro ilegível na parte baixa da página.

47. PETÁVIO, Dionísio. *Dionysii Petavii Aureliensis e Societate Jesu Opus de theologicis dogmatibus, in hac novissima editione auctius. Tomus tertius. In quo de Angelis, de Mundi opificio, de Pelagianis, ac Semipelagianis, deque Tridentini Concilii interpretatione, & S. Augustini doctrina disseritur.* Veneza: Apud Aloysium Pavinum, 1745.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas: "Pertence à Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janei.o (riscado)" / "Pertence à Livraria do seminário de S. José". Carimbo da atual biblioteca na lombada. Carimbo de relevo no frontispício.

48. _____. *Dionysii Petavii Aureliensis e Societate Jesu Opus de theologicis dogmatibus, in hac novissima editione auctius. Tomus quartus. In quo de Hierarchia ecclesiastica, de potestate consecrandi, deque Poenitentia publica, & praeparatione ad Communionem agitur.* Veneza: Apud Aloysium Pavinum, 1745.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas: "Pertence à Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janei.o" (riscado) / "Pertence à Livraria do seminário de S. José". Carimbo da atual biblioteca na lombada.

49. _____. *Dionysii Petavii Aureliensis e Societate Jesu Opus de theologicis dogmatibus, in hac novissima editione auctius. Tomus quintus. In quo de incarnatione verbi libri priores novem.* Veneza: Apud Aloysium Pavinum, 1745.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas: "Pertence à Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janei.o" (riscado) / "Pertence à Livraria do seminário de S. José". Carimbo da atual biblioteca na lombada. Carimbo de relevo no frontispício.

50. _____. *Dionysii Petavii Aureliensis e Societate Jesu Opus de theologicis dogmatibus, in hac novissima editione auctius. Tomus Sextus, sive Tomi Quinti*

Pars Secunda: in qua de Incarnatione Verbi Libri posteriores septem, unà cum: Appendix ad Librum XIII. Veneza, Apud Aloysium Pavinum, 1745.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com notas manuscritas: "Pertence à Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janei.o" (riscado) / "Pertence à Livraria do seminario de S. José". Carimbo da atual biblioteca na lombada. Carimbo de relevo no frontispício.

51. PLÍNIO, o velho. *Historiae Naturalis libri XXXVII, quos interpretatione et notis illustravit Joannes Harduinus e Societate Jesu, Jussu Regis Christianissimi Ludovici Magni in usum serenissimi delphini. Editio nova emendatior & auctior. Tomus Primus.* Paris: Impensis Societatis, 1741.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com carimbo da atual biblioteca na lombada. Registros manuscritos no frontispício (um deles ilegível): "Rio Comprido" / "Pertence à livraria do Seminário de S. José". Com mapa.



Plínio, o velho. *Historiae naturalis*. Paris: Impensis Societatis, 1712. Escrita no primeiro século da Era Cristã, a *Historiae Naturalis* de Plínio, ao lado da *Historia dos animais* de Aristóteles, foi uma das principais fontes dos estudos de história natural na chamada Idade Moderna. Tida como primeira obra de cunho encyclopédico (foram 37 volumes), os estudos nela reunidos eram valorizados pelos jesuítas, que pesquisaram a flora e a fauna brasileiras para produzir medicamentos.

52. _____. *Historiae Naturalis libri XXXVII, quos interpretatione et notis illustravit Joannes Harduinus e Societate Jesu, Jussu Regis Christissimi Ludovici Magni in usum serenissimi delphini. Editio nova emendatior & auctior. Tomus Secundus.* Paris: Impensis Societatis, 1741.
 Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Com carimbo da atual biblioteca na lombada. “Registros manuscritos no frontispício: Rio Comprido” / “Pertence à livraria do Seminario de S. José”.
53. _____. *Historiae Naturalis C. Plinii Secundi Indices locupletissimi tres. Primus geographicus, provinciarum, civitatum, montium, fluminum, &c. Secundus Exhibit nomina propria numinum, virorum, ac feminarum, &c. Tertius Idemque copiosissimus verborum ac sententiarum est. Tomi II. Pars Altera. s.l., s.e., s.d.*
 Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Carimbo da atual biblioteca na lombada e no frontispício. Registro manuscrito no frontispício: “Pertence à livraria do Seminario de S. José”; “Rio comprido”.
54. RAYNALDO, Odorico. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Primus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.
 Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.
55. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Secundus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.
 Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.
56. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Quartus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.



Cesare Barónio, *Annales Ecclesiastici*. Luca: Typis Leonardi Venturini, 1738.

O autor era membro da Congregação do Oratório e foi o primeiro eclesiástico a propor a publicação de obras de Maquiavel, que haviam sido proibidas pela Inquisição. A presença deste livro, de especial importância na tradição historiográfica europeia, na biblioteca do Rio de Janeiro sugere a atualização cultural dos jesuítas.

57. —, *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplantur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Quintus*. Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em estado normal de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

58. —, *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt*

in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Sextus. Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747. Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

59. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Septimus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

60. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Octavus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca. Página manuscrita avulsa dentro do volume com notas sobre história da igreja.

61. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Nonus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747. Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

62. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Decimus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

63. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Undecimus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

64. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Duodecimus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

65. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Decimustertius.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

66. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Decimusquartus.* Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

67. _____. *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII. ubi desinit Cardinalis Baronius, auctore Odorico Raynaldo congregationis oratorii presbytero. Accedunt in hac editione notae chronologicae, criticae, historicae, quibus Raynaldo Annales illustrantur, supplentur, emendatur, auctore Joanne Dominico Mansi*

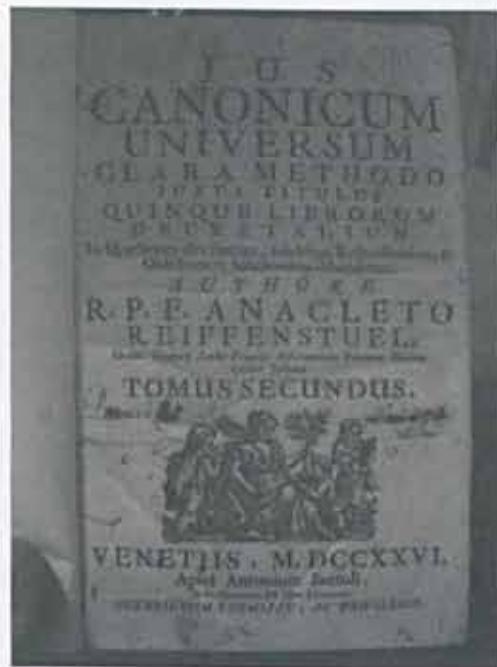
Lucensi congregationis Matris Dei. Tomus Decimusquintus. Luca: Typis Leonardi Venturini, 1747.

Obra em bom estado de conservação. Traças. Nenhum manuscrito ou carimbo de época, somente o carimbo da atual biblioteca.

68. REIFFENSTUEL, Anacleto. *Jus canonicum universum clara methodo juxta titulos quinque librorum decretalium. In quaestiones distributum, solidisque responsionibus, & objectionum solutionibus dilucidatum. Tomus secundus.* Veneza: Apud Antonium Bortoli, In via Mercatoria sub Signo Educationis, 1717.

69. _____. *Jus canonicum universum clara methodo juxta titulos quinque librorum decretalium. In quaestiones distributum, solidisque responsionibus, & objectionum solutionibus dilucidatum. Authore R.P.F. Anacleto Reiffens-tuel, Ordinis Minorum Sancti Francisci Reformatorum Provinciae Bavariae Lectore Jubilato. Tomus secundus.* Veneza: Apud Antonium Bortoli, In via Mercatoria sub Signo Educationis, 1726.

Obra em bom estado de conservação. Sem nenhum carimbo. Alguns registros manuscritos no frontispício: "Pertence à Livraria do Seminário de S. José" / "Pertence a livr.a publica do Coll.o do Rio de Janeiro" (riscado).



Anacleto Reiffenstuel. *Jus Canonicum Universum*. Veneza: Apud Antonium Bortoli, 1726.

A existência, na biblioteca dos jesuítas, deste tratado de direito canônico escrito pelo franciscano Reiffenstuel sugere o interesse da ordem em conhecer outras matrizes interpretativas do direito canônico.

70. _____. *Jus canonicum universum clara methodo juxta titulos quinque librorum decretalium. In quaestiones distributum, solidisque responsonibus, & objectionum solutionibus dilucidatum. Authore R.P.F. Anacleto Reiffens-tuel, Ordinis minorum Sancti Francisci Reformatorum Provinciae Bavariae Lectore Jubilato. Tomus tertius.* Veneza: Apud Antonium Bortoli, 1717.
 Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas no frontispício: "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio de Jan.ro (rabiscado duas vezes)" / "He da livraria do seminario S. Jozé".
71. _____. *Jus canonicum universum clara methodo juxta titulos quinque librorum decretalium. In quaestiones distributum, solidisque responsonibus, & objectionum solutionibus dilucidatum. Cum appendice De dispensatione super impedimentis matrimonii, & petendi debitum conjugale, Item de revalida-tione matrimonii invalidè contracti. Authore R.P.F. Anacleto Reiffenstuel, Ordinis minorum Sancti Francisci Reformatorum Provinciae Bavariae Lecto-re Jubilato. Tomus quartus.* Veneza: Apud Antonium Bortoli, 1717.
 Obra em bom estado de conservação. Carimbo da atual biblioteca na lombada. Notas manuscritas no frontispício: "Pertence a Livr.a Publica do Coll.o do Rio de Jan.ro (riscado)" / "He da livraria do seminario S. Jozé".
72. _____. *Theologia moralis brevi simulque clara methodo comprehensa, atque juxta sacros canones, et novissima decreta summorum pontificum diver-sas propositiones damnantium, ac probatissimos Auctores, succintè resolvens omnes Materias Morales [...] Post italas, germanasque non paucas editio no-vissima eaque pluribus in locis vel aucta, vel ornata, Cui potissimum accesse-runt plurima ad Vota, Testamenta, Indulgentias, Altaria Privilegiata & Ma-trimoniorum dispensationes spectantia, Cum appendice, continentem modum legendi, & scribendi citationes utriusque iuris.* Veneza: Apud Jo: Baptistam Albritum q. Hieron. propè Ecclesiam S. Juliani sub signo nominis Jesu, 1727.
 Obra em bom estado. Restaurada. Com notas manuscritas: "Pertence a Livr.a publica do Coll.o do Rio de Janeiro (riscada)" / "He da livraria do Semina.o de S. Jozé". Carimbo da atual biblioteca na lombada.
73. VALENZUELA VELAZQUEZ, D. Joannis Baptistae. *D. Joannis Bap-tistae Valenzuela Velazquez, nobilis hispani, primum collateralis consiliarii in regno Neapolis. Postea verò in supremo Italiae consilio regentis, in supremo Castellae Senatu Consiliarii, Cancellariae Granatensis Praesidis, ac demum Episcopi Salmaticensis, Consilia sive Responsa juris. [...] Tomus primus.* Lyon: Sumptibus Joannis Antonii Huguetan, 17...2?.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Nota manuscrita: "Pertence à livraria do Seminário de S. José".

74. _____. *Consilia sive Responsa juris. [...] Tomus Secundus.* Lyon: Sumptibus Joannis Antonii Huguetan, 1727.

Obra em bom estado de conservação. Restaurada. Nota manuscrita: "Pertence à livraria do Seminário de S. José".



Tomás de Aquino. *In primum et secundum sententiarum*. Roma: 1570.

As obras de Tomás de Aquino constituíram o substrato teológico e filosófico mais importante da tradição cultural da Companhia de Jesus no Brasil. Este volume contém o comentário de Aquino aos quatro livros das sentenças de Pedro Lombardo.

75. _____. *D. Joannis Baptistae Valenzuela Velazquez, nobilis hispani, Pontificii Juris Doctoris, ac Jurium Camerae Apostolicae in Civitate & Dioecesi Conchensi subcollectoris, Opuscula theologicoo-juridico-politica. Liber primus, seu Defensio justitiae & Justificationis monitorii emissi, & promulgati per SS. D.N.D. Paulum V Pontificem maximum die XVII. Mensis aprilis anno Dom. MDCVI. Adversus Ducem, et Senatum Reip. Venet. Super quibusdam statutis & decretis ad eisdem editis contra Sanctae Apostolicae Sedis*

authoritatem, & libertatem, ac immunitatem ecclesiasticam. Cum argumentis, summaris, sententiarum ac notabilium materiarum Basileia: Apud Joann. Ludovic. Brandmuller, 1728.

Obra em mau estado de conservação. O livro parece que foi mordido na parte de baixo. Nota manuscrita no frontispício: "Pertence à livraria do seminário de S. José". Carimbo de relevo no frontispício. Mais outros dois livros encadernados com este: 1. *Acta et scripta varia controversiae memorabilis inter Paulum V. pontificem maximum et venetos. In Villa Sanvicentiana: apud Paulum Marcellum, Sumptibus Caldorianae Societatis, 1728;* 2. *VALENZUELA VELASQUES, D. Joannis Baptistae, Opuscula theologico-juridico-politica. Liber secundus. Napoles: Ex typographia Longhi, 1728.*

Notas

1. LEITE. 2004, t. II, p. 389.
2. LEITE. 2004, t. V, p. 216.
3. LEITE, Serafim. 2004, t. IV, p. 113.
4. LEITE, Serafim. 2004, t. III, p. 519.
5. Esta data ainda carece de ser verificada com precisão.
6. LEITE, Serafim. 2004, t. VI, p. 425.
7. SILVA, Luis Antonio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, maio/ago. 2008.
8. Este curso havia sido criado pela primeira vez pelo teólogo Martinho de Olave nos inícios da fundação do Colégio Romano e havia sido, posteriormente, aperfeiçoado pelos padres Diego Paez, Diego de Ledesma e Roberto Bellarmino. O curso alinhava-se fortemente com a atuação política dos padres da Companhia na propagação da cultura do Concílio de Trento. Como diz Villoslada: *è che durante il corso 1555-56 il padre Olave spiegò ai suoi discepoli le controversie dogmatiche con gli eretici, fondando il tal modo ufficialmente la cattedra "De controversiis", che sarà poi continuata da Diego Paez (1568) e da Diego di Ledesma (1570-71), e raggiungerà il suo più alto livello scientifico con Roberto Bellarmino (1577-1587).* (VILLOSLADA, Riccardo G. *Storia del Collegio Romano – dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compagnia di Gesù (1773)*. Roma: Universidade Gregoriana, 1954. p. 42.)
9. Convém lembrar que no "Auto de inventário de 1775" fazia-se menção a obras proibidas que deveriam ser enviadas para a Mesa de Consciência e Ordens para serem analisadas - o que atesta a leitura de obras heterodoxas pelos padres jesuítas do Colégio do Rio.
10. Nas descrições dos exemplares, o leitor pode observar aquelas obras que permaneceram com a marca de posse do Colégio do Rio de Janeiro e aquelas que não permaneceram.

Bibliografia:

- AUTO de inventário e avaliação dos livros achados no Colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 301, 1973, p. 212-259.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004. 10 tomos.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- _____. *Livros e biblioteca no Brasil Colonial*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1987.
- SILVA, Luis Antonio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 2, Belo Horizonte, maio/ago., 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000200014>.
- VILLOSLADA, Riccardo G. *Storia del Collegio Romano: dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compagnia di Gesù (1773)*. Roma: Universidade Gregoriana, 1954.

Conhecer e conviver: as bibliotecas públicas na Baixada Fluminense e a construção da democracia

Ecio Pereira de Salles

Doutor em Comunicação e Cultura – Escola de Comunicação (Eco)/UFRJ.
Diretor da Festa Literária das Periferias (FLUPP), Assessor na vice-prefeitura do Rio de Janeiro.





Resumo

O estudo investiga a capacidade das bibliotecas públicas de 13 municípios da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, para atender adequadamente aos seus leitores e, desta forma, compreender o papel que elas exercem na vida dos seus usuários e no fortalecimento da cidadania e da democracia. Além de se valer de sua experiência em projetos realizados em bibliotecas comunitárias da região, o autor levantou informações nas "bibliotecas centrais" de cada um dos municípios e conversou com gestores, funcionários e usuários.

Palavras-chave: *Bibliotecas públicas. Baixada Fluminense.*

Abstract

The study investigates the ability of public libraries in 13 municipalities of Baixada Fluminense, in the State of Rio de Janeiro, to adequately serve their readers and thus understand the role they play in the lives of its users and the strengthening of citizenship and democracy. Besides taking advantage of his experience in projects conducted in community libraries in the region, the author collected data on "core libraries" of each of the municipalities and talked to managers, staff and users.

Keywords: *Public libraries. Baixada Fluminense.*



Introdução – A biblioteca em mim

Por outras palavras, uma biblioteca não é tanto um edifício – embora os edifícios que as albergam projectem significados suscetíveis de análise [...] – mas um modo como no interior de um edifício se consuma a finalidade de dar a ler ou de aceder à informação.

João Guilherme Ventura

Que diferença pode fazer uma biblioteca na vida de uma pessoa? Na minha, fez bastante. A primeira sala de livros com que tive contato – na época em que cursava o primário na Escola Municipal Odilon de Andrade, em Olaria – ficava situada na Região Administrativa, em Ramos, bairro vizinho ao meu. Era uma biblioteca acanhada, com um acervo bastante reduzido. Ali, no entanto, encontrava os livros de que precisava para dar conta das pesquisas escolares. E também tinha a oportunidade de, pela primeira vez, entrar em contato com a literatura.

Sempre que leio a biografia de autores de que gosto, e eles mencionam as leituras do tempo da infância que os formaram, experimento sentimentos contraditórios. De um lado, identifico-me em maior ou menor grau com o autor/leitor. De outro, sinto que não fui precoce o suficiente. Alberto Manguel, por exemplo, na introdução de sua *Uma história da leitura*, informa que já na infância e adolescência lia autores como “Lewis Carroll, Dante, Kipling, Jorge Luís Borges”, e ainda Tchekov, Italo Svevo, Rilke...

Mesmo assim, considerando o contexto em que vivi, não posso negar que meu gosto pela leitura, embora não tenha sido precoce, veio cedo. Também

Nota de agradecimento:

A Deus, aos Orixás.

A meus amores: Daniele, Maria Luiza, Heloísa, que iluminam a vida.

Aos gestores e às gestoras de cada biblioteca da Baixada Fluminense, pessoas generosas que me ensinaram sobre o que eu apenas suspeitava.

Aos inúmeros amigos, gestores da Cultura nos municípios da região, que me deram as bússolas certas para caminhar no território. Em especial, Antônio Mendes; Augusto Vargas; Carlos Bruce; Daniela Beliago; Delmar Cavalcante; Fernanda Braga; Garré Bragança; Gutemberg Santos; Jean Avelino; Jorge Cardoso; Leandro Santana; Moduan Mattos; Sandro Cortes; Vitor Loureiro. À Superintendente de Leitura e Conhecimento da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Vera Saboya e equipe, em especial Carmen Pereira e Rita de Cássia, que inspiraram e motivaram.

A Marcella Camargo, Giovanna Vicentini e Bruno Loura, figuras fundamentais sem as quais não teria sido possível finalizar a pesquisa e apurar os dados.

A Jailson de Souza, parceiro, mestre, guia no roteiro das reinvenções.

não mergulhei de imediato nos clássicos da literatura universal. Entre os oito e doze anos de idade, mal lia os livros recomendados pelos professores na Escola Municipal Odilon de Andrade, onde fiz o primário e ginásial (hoje denominados fundamental): *A moreninha*, *Iracema*, e outras obras constantes do currículo escolar.

No início da década de 1980, quando cursava a oitava série, tive uma enfermidade que me prendeu um mês em casa, à base de antibióticos e alimentação reforçada. Minha estratégia de sobrevivência foi aproveitar o tempo de reclusão para ler a obra de Machado de Assis, em particular a prosa – romances e contos. À época não tive a exata percepção de como essa leitura seria determinante em minha existência. Foi ela certamente que me forneceu um olhar diferenciado sobre a vida, sobre a linguagem e, portanto, sobre todo o resto.

Pouco mais tarde, os livros da série *Para gostar de ler* e, sobretudo, da Coleção Vagalume, ambas da Editora Ática, que comecei a ler por obrigação, me seduziram de maneira devastadora. “Na infância e em boa parte da adolescência, o que os livros me contavam, por mais fantástico que fosse, era verdade no momento da leitura, e tão tangível quanto o material de que o próprio livro era feito” (MANGUEL, 1997, p. 24). Lembro de passar horas imerso na leitura de títulos como *O escaravelho do diabo*, *Spharion*, *Xisto no espaço* ou *O caso da borboleta Afória*, de Lúcia Machado de Almeida; *Cem noites tapuias* e *Coração de onça*, de Ofélia e Narbal Fontes; *Um cadáver ouve rádio*, *Garra de campeão*, *Gincana da morte*, *O mistério do cinco estrelas*, *Quem manda já morreu* ou *O rapto do garoto de ouro*, de Marcos Rey. E ainda *Tonico*, de José Rezende Filho; *Menino de asas*, de Homero Homem; *A ilha perdida*, de Maria José Dupré; e *O feijão e o sonho*, de Orígenes Lessa. Desnecessário dizer que boa parte desses volumes eu só acessava mediante empréstimo na biblioteca da escola.

Se a biblioteca que eu conheci na infância e adolescência fez toda a diferença para mim, uma boa biblioteca faria ainda mais. A primeira assim que frequentei ficava distante do meu bairro, na avenida Presidente Vargas, centro da cidade: a Biblioteca Estadual. Entre 1986 e 1990, no governo de Leonel Brizola, o então vice-governador, Darcy Ribeiro, planejou a criação de uma biblioteca pública capaz de igualar os melhores e mais modernos naquela época conceitos internacionais, os quais tinha conhecido de perto no período que passou no exílio. Inaugurada em 1987, a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, inteiramente reformada, situa-se bem no coração do centro da cidade, abrigada em um moderno prédio de dez mil m².

Comparada às bibliotecas que havia conhecido até ali, ela era enorme. Seu acervo pareceu-me ilimitado. E não eram apenas livros, seu acervo era amplo e diversificado. Naquela biblioteca – somada à do CCBB e ao Cinema Estação Botafogo – apurei meu gosto cinematográfico. No seu biombo aconchegante, assisti a muitos filmes de Woody Allen, Eisenstein, Fassbinder, Fellini, Godard, Glauber...

Mais tarde, já na faculdade, conheceria outras duas bibliotecas impressionantes: o Real Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca Nacional. Instaladas em prédios imponentes e suntuosos, suas estantes pareciam infinitas para mim, como a biblioteca universal de Borges. Alberto Manguel, em *Uma história da leitura*, lembra essa famosa história em que o escritor argentino imagina uma biblioteca tão complexa e vasta quanto o universo.

Nessa biblioteca (que na verdade multiplica ao infinito a arquitetura da velha Biblioteca Nacional de Buenos Aires, na Calle Méjico, onde Borges era o diretor cego) não há dois livros idênticos. Uma vez que as estantes contêm todas as combinações possíveis do alfabeto, e, assim, fileiras e fileiras de algaravia indecifrável, todos os livros reais ou imagináveis estão representados (MANGUEL, 1997, p. 227).

Contudo, essas bibliotecas, maravilhosas em sua arquitetura, acervo e charme, são, por sua própria natureza, menos próximas de um público não especializado. E mesmo reconhecendo que essas grandes bibliotecas são indispensáveis, ainda acho as pequenas bibliotecas de bairro mais... emocionantes. Durante minha experiência na Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu na gestão de Lindbergh Farias pude inclusive participar do nascimento de uma delas. Isso aconteceu a partir da convergência de dois projetos distintos realizados nessa cidade da Baixada Fluminense.

Primeiro, o projeto Palavras do Bairro, desenvolvido no contexto do Programa Bairro-Escola, em Nova Iguaçu, na Escola Municipal José Ribeiro Guimarães, que ficava no bairro de Ouro Preto, na periferia da cidade. Resumidamente, o projeto visava integrar linguagens artísticas visuais capazes de explorar os aspectos culturais da oralidade e da escrita. Com isso, tinha como meta contribuir para a prática do letramento e da alfabetização, através de processos que promoviam exercícios e brincadeiras a partir da coleta de palavras pelas crianças e sua associação com sensações e estados físicos, como palavras secas, palavras quentes, palavras ásperas, etc.

O outro, intitulava-se Minha Rua tem História. Realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e organizado pela Escola Livre de Cinema, esse projeto pretendia-se uma espécie de "censo subjetivo" da cidade. A ideia era contar as histórias de vida dos moradores de 500 ruas de Nova Iguaçu contempladas com obras do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, do governo federal. A primeira edição do projeto mobilizou 3.500 jovens de 17 bairros da cidade, ao longo de um mês. Na culminância desse projeto, houve uma espécie de concurso entre as equipes que o compunham e que estavam divididas por bairros. A vencedora receberia aparelhos MP4 e mil reais em dinheiro para realizar a ação. Coincidemente, a equipe vitoriosa foi a do bairro Ouro Preto, que decidiu investir o recurso na criação de uma biblioteca

na comunidade, a ser implementada no único local viável: a Escola José Ribeiro Guimarães. O grupo adquiriria acervo – mediante doações, chegaram a obter mil livros – e compraria estantes e outros materiais. O problema é que não havia espaço físico disponível na unidade escolar.

Nesse ínterim, o Palavras do Bairro recebeu o Prêmio Ludicidade, do Ministério da Cultura, no valor de R\$ 20 mil para ser investido em alguma ação relacionada ao projeto. A então diretora da escola, Luciene Neves, decidiu investir todo o recurso na obra de construção da biblioteca, que abrigaria as doações dos representantes do Minha rua tem história e, também, as realizações do projeto premiado pelo MinC, além de outras doações – a Biblioteca Central de Nova Iguaçu e a Prefeitura, por exemplo, doaram acervo, mesas e computadores a fim de viabilizar e incrementar o espaço. Dessa forma, em 5 de agosto de 2010 foi inaugurada a Biblioteca Palavras do Bairro. Na época, eu estava na Secretaria de Cultura – cujo titular da pasta era Marcus Faustini – e participamos muito de perto de todo o processo, desde a sua concepção.

Essa biblioteca desempenha um papel fundamental, de um lado porque se encontra num território onde antes não havia nenhum equipamento semelhante, além de não contar igualmente com outros equipamentos culturais como cinemas, teatros ou salas de concerto. De outro, porque ela nasce menos da iniciativa do poder público que do desejo e da mobilização dos cidadãos, moradores do bairro e adjacências, que não desistiram de seu objetivo nem mesmo quando as dificuldades financeiras e burocráticas se mostraram empecilhos que quase inviabilizaram todo o processo.

Nesse período, também geri um programa ligado ao livro e à literatura, o Livro Livre. Inspirado em uma iniciativa desenvolvida em São Paulo pelo *Jornal de Debates*, o Livro Livre foi uma experiência da Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu/Biblioteca Municipal Professor Cial Brito, cujo objetivo era difundir o hábito da leitura e formar novos leitores. O conceito é inspirado no *bookcrossing*, prática difundida nos Estados Unidos e Europa que já conta com centenas de milhares de participantes no mundo inteiro. A ideia por trás do Livro Livre é que os livros não possuem donos, são na verdade um patrimônio cultural da humanidade.

Segundo o panfleto de divulgação do programa, ele se desenvolvia, resumidamente, assim: inicialmente, pessoas próximas à Secretaria eram convidadas “a ‘libertar’ seus livros da estante”, quantos livros pudesse ou quisesse – desde que estivessem em bom estado e pudessem “interessar a um amplo espectro de possíveis leitores”. Em seguida, esses livros eram distribuídos à população em ações realizadas por diversos pontos da cidade. “Espera-se que as pessoas que receberem os livros os repassem a outra pessoa, solicitando o mesmo compromisso, o de que o livro seja passado adiante e continue circulando.”

Em pouco mais de um ano, o Livro Livre circulou por espaços muito diversificados na cidade – em praças, no calçadão, escolas e centros culturais. Andou também pela carceragem da cidade, nos dois centros de atendimento psicossocial (CAPS) e em outros locais onde o conceito de cidadania plena é, no mínimo, questionável. Durante o processo, foram “libertados” cerca de cinco mil livros. O programa demonstrou a viabilidade das possibilidades de democratização do livro em parceria com as bibliotecas públicas, ONGs e editoras (várias, entre as maiores inclusive, enviaram livros para serem “libertados”). Num país em que apenas 17% da população concentram em suas mãos 73% dos livros – segundo dados do Munic 2006¹ –, projetos como esse podem ser efetivamente uma contribuição importante para a democratização do acesso à leitura, à cultura e ao conhecimento.

Todas essas histórias narradas acima representam, de certa forma, um mapa noturno de nossa trajetória até aqui. São, pelo menos, as coordenadas que por caminhos, às vezes tortuosos, nos trouxeram até a realização desta pesquisa. Assim como a antropóloga Lícia do Prado Valladares, que em seu livro *A invenção da favela* afirma que, “na construção das representações sociais a biografia do autor tem o seu lugar” (VALLADARES, 2005, p. 13), nós também fomos conduzidos ao objeto de pesquisa por um conjunto de circunstâncias de nossa experiência pessoal.

Evidentemente, foram quatro anos vividos intensamente como gestor no campo da cultura na Baixada Fluminense, em pleno momento de avanços significativos no campo da cultura em geral, e no das bibliotecas públicas em particular. Sei que essa opinião está longe de ser unânime, mesmo assim, embora ainda haja muito por fazer, concordo com a opinião de Ana Lígia Medeiros, que dizia saltar aos olhos neste momento “a necessidade de um novo desdobramento”. E também que “é incontestável que foram realizados muitos avanços nos últimos anos na área do livro e da leitura, e também na de bibliotecas” (MEDEIROS, 2010, p. 41).

As experiências relatadas acima e outras mais, que não couberam aqui, demonstram que é possível, apesar de certamente não ser fácil nem simples, pensar as bibliotecas públicas como espaços acolhedores, capazes de contribuir, de maneira real, objetiva e decisiva para o desenvolvimento da cidadania e da democracia. O Brasil contemporâneo enfrenta problemas históricos graves e ainda não resolvidos. O analfabetismo, sobretudo o analfabetismo funcional, é um deles. Segundo pesquisa do IBGE de 2009, apenas 25% dos brasileiros podem ser considerados alfabetizados plenos, aqueles capazes de interpretar e comparar textos (MEDEIROS, 2010, p. 19).

Está claro que esses equipamentos culturais, que são os mais numerosos do país, podem verdadeiramente afetar positivamente um conjunto grande pessoas do mesmo modo que me afetou, por exemplo. Se uma boa biblioteca

pode fazer a diferença para uma pessoa, isso significa dizer que ela também pode fazer a diferença para um território, um bairro. E um conjunto delas é capaz de afetar uma cidade, um país.

Trata-se, nesta pesquisa, de investigar se as bibliotecas públicas da Baixada Fluminense são capazes, ou não, de dar sua contribuição para os já reiterados objetivos de colaborar para o aprofundamento da democracia e o fortalecimento da cidadania em nossa sociedade.

Metodologia

A metodologia empregada na realização dessa pesquisa baseou-se inicialmente em dois movimentos, os quais se desdobraram em outros conforme o processo se desenvolvia. O primeiro consistiu no estudo documental do assunto, a partir de fontes secundárias como bibliografia específica, matérias jornalísticas, páginas na internet (do MinC, da FBN, das prefeituras dos municípios onde se localizam as bibliotecas ou das próprias bibliotecas, quando houver). O segundo implicou uma pesquisa empírica, mediante entrevistas e aplicação de questionários.

O primeiro movimento indicou, de saída, a ainda insuficiente bibliografia sobre o tema bibliotecas. Dediquei o momento inicial a pesquisar, no acervo da Biblioteca Nacional, mas também em outras bibliotecas, na internet e outras fontes possíveis, estudos dedicados ao assunto. Embora haja alguns trabalhos interessantes, acredito que são ainda pouco numerosos, dada a importância do tema. Além disso, as obras publicadas, mesmo aquelas que enxergam aqui e ali algumas virtudes, são quase unâmes em constatar a precariedade e a incipienteza da política de bibliotecas públicas no Brasil. De qualquer forma, espero, com essa pesquisa, dar minha modesta contribuição para tentarmos reparar esta lacuna.

Quanto ao segundo movimento, este se desdobrou em dois outros, conforme descrito a seguir.

De posse da informação sobre quantas e quais eram as bibliotecas públicas centrais na Baixada Fluminense, iniciei a segunda fase. Aqui, o questionário se destinou aos profissionais responsáveis pela gestão das instituições. Nesse caso, a pesquisa foi, basicamente, qualitativa. Procurei saber informações sobre o espaço, tais como se o seu gestor é bibliotecário ou não; qual o acervo da biblioteca; se disponibiliza os livros apenas para consulta no local ou também para empréstimos; se dispõe de espaços ou ações específicos, por exemplo, "setor étnico", espaço infantil, contação de histórias...; entre outras questões pertinentes à pesquisa.

A segunda fase, que eventualmente foi simultânea à primeira, baseou-se em entrevistas minuciosas com os usuários desses espaços. Para tanto, durante oito meses dediquei-me a visitar cada biblioteca da região, repetindo a visita

no mínimo duas vezes em cada uma. Entrevistei os usuários das bibliotecas a fim de perceber, entre outros aspectos, o uso que fazem e a relação que mantêm com o espaço.

Ao final do processo de entrevistas, teve início a fase de tabulação, processamento e análise dos dados. Esse procedimento forneceu dados e informações atuais que expressam, pelo menos em parte, a realidade vivida por essas bibliotecas. Além disso, disponibilizou, através de gráficos, um mapa das principais questões que afetam as bibliotecas públicas na Baixada Fluminense. E, por outro lado, salientou aspectos importantes que revelam seu valor social, atuação e poder de atração de futuros usuários.

1^a. Etapa

- **Mapeamento:**

Entrar em contato com as Secretarias de Cultura e Educação dos municípios para verificar o número de bibliotecas/ acervos/ bibliotecas potenciais no município e respectivos contatos.

2^a. Etapa

a. Institucional

- Visitação presencial para verificar as condições das bibliotecas:
- Instalações,
- Acervo,
- Organização do Acervo (obras catalogadas ou não)
- Facilidade,
- Número de funcionários,
- Presença de bibliotecária(o)
- Equipamento

b. Usuários(as)

- Perfil
- Avaliação
- Demandas

3^a. Etapa

- Tabulação, processamento e análise dos dados

Esse conjunto de tarefas, no decorrer do processo, forneceu as bases para confirmar, ou não, a nossa hipótese inicial: a de que as bibliotecas públicas, se efetivadas em sua plenitude, são capazes de afetar a cultura local, contribuir para o aprofundamento da democracia e colaborar para o fortalecimento da cidadania de seus habitantes.

Uma questão da maior importância para mim é o “espírito” que motiva essa pesquisa. Não busco aqui apenas reivindicar uma posição melhor para as bibliotecas públicas no cenário social. Tampouco demonstrar a falência desses equipamentos em um ambiente complexo, mas evidentemente marcado pela pobreza, como é a Baixada Fluminense. Na verdade, motiva-me a tentativa de perceber se e como as bibliotecas, mesmo diante das maiores dificuldades, podem contribuir para uma vida melhor. Assim, de modo algum privilegiarei a denúncia do que considerarei equivocado no lugar de pôr em relevo o que perceberei como acerto. Também não é meu intuito buscar medidas, punições ou algo semelhante para quem não desempenha seu papel convenientemente. Por isso mesmo, me eximiria de nomear os espaços onde identifiquei os problemas mais graves. Defini que este não é meu papel, nem o desse trabalho. Minha proposta aqui é apontar onde reside o acerto. É claro que os números podem me contrariar, mas é por isso que apostei nessa pesquisa. A partir dos números que apareçam aqui, podemos pensar juntos sobre como tornar a biblioteca pública, na Baixada e em quaisquer outros lugares, um equipamento capaz de fazer a diferença em nossas vidas.

Bibliotecas e o Brasil – Conceito e contexto atual

A biblioteca é um símbolo poderoso daquilo que entendemos como cultura. As estantes cheias de livros, prenhes de informação, conhecimento, arte e prazer estético, são a geometria de um reconhecimento específico – a capacidade de as bibliotecas constituírem um meio cultural produtivo, atuante e consistente. Como diria Monteiro Lobato, em uma frase que tem força de provérbio, “Um país se faz com homens e livros.” Certamente, advém daí o prestígio das bibliotecas em nosso imaginário.

Em seu trabalho sobre bibliotecas públicas no estado do Rio Grande do Sul, o pesquisador Paulo Barros afirma que, em países europeus, nos Estados Unidos e recentemente no Brasil as bibliotecas exercem um papel social, político e cultural de enorme importância. Elas contribuem “através do desempenho de suas funções educativa, cultural, e informacional com a formação dos cidadãos na sociedade” (BARROS, 2002, p. 10). “A biblioteca é um local essencial para a formação cidadã, para o acesso ao conhecimento, à informação e ao lazer”, sintetiza o antropólogo Felipe Lindoso (LINDOSO, 2004, p. 132).

Apesar de tudo, o Estado brasileiro parece reconhecer a relevância desses equipamentos. Seguindo a dica do escritor Mário de Andrade, para quem a criação de bibliotecas populares era “uma das atividades mais necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira”,² o governo criou, através de Decreto Presidencial de 13 de maio de 1992, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), cujo objetivo fundamental é garantir o fortalecimento dessas instituições no país.

O pressuposto básico para as ações do SNBP é a função social da biblioteca. Quando essa instituição cultural desempenha esse papel na comunidade, torna possível “a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e a formação de uma consciência crítica do indivíduo, levando-o ao exercício pleno da cidadania”.³ Dessa forma, caberia às bibliotecas públicas atuarem como centros de cultura capazes de “usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e de transformação social”.⁴

Segundo dados disponíveis na página do SNBP⁵ na internet, existem atualmente 5.238 bibliotecas públicas (incluindo comunitárias) no Brasil. Contudo, de acordo com Luís Milanesi “a maioria mantém o modelo de organização e serviços do século XIX, sem ultrapassar a idéia de um acervo literário – quase sempre desatualizado e insuficiente” (MILANESI, 2003, p. 19). Além disso, o número é modesto, se considerarmos que se trata de um país com 5.564 municípios e população próxima dos 200 milhões de habitantes. Embora estejam em curso um programa do Ministério da Cultura que visa modernizar as bibliotecas e outro, cujo objetivo é zerar o número de municípios sem bibliotecas no Brasil, é evidente que ainda falta muito a se fazer nesse campo.

De qualquer forma, o conceito que orienta esses programas traz um novo ingrediente, que será decisivo para a compreensão do contraste entre as bibliotecas que temos e as que desejamos. A ex-Secretária de Articulação Institucional do MinC, Silvana Meireles, em entrevista na própria página do ministério, afirma que esse conceito parte de uma “visão ampliada da biblioteca”. Nesse contexto, ela é percebida como “espaço de fruição, difusão e produção cultural”. O objetivo é que “as bibliotecas se tornem centros culturais dinâmicos e interativos, estimulando a formação cidadã, o convívio social e o desenvolvimento regional”.⁶

Sem dúvida, é preciso tomar cuidado nesse processo, a fim de não criar uma situação em que as bibliotecas percam de vista o sentido de sua própria existência. Um dos maiores especialistas no assunto do país, Felipe Lindoso, evidencia um fator que deve ser levado em consideração:

Apesar do surgimento de meios tecnologicamente mais atualizados de obtenção e circulação de informação [...], como os computadores, é no livro que temos o instrumento fundamental e insubstituível de transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade. (LINDOSO, 2004, p. 135).

As mudanças propostas pelo Ministério da Cultura, em especial aquelas que objetivam introduzir linguagens, tecnologias e formas não ligadas ao livro para o acesso à leitura e à cultura no espaço das bibliotecas, certamente não serão executadas sem problemas, sem encontrar obstáculos em pelo menos três frentes.

Em primeiro lugar, a própria realidade das bibliotecas públicas, em inúmeros casos, talvez a maioria, não corresponde ao ideal que se faz delas. Em alguns casos, os livros são escassos e desatualizados, em outros, o prédio onde funciona é inadequado, ou os profissionais designados para gerenciar o espaço não são suficientemente preparados para a função, entre outros empecilhos.

Depois, em determinados contextos, pode acontecer de a biblioteca existir e ser bem estruturada, mas o gestor público (prefeito, secretário de Cultura ou Educação...) não se interessar pelo espaço e não lhe dar a devida atenção. Nesse caso, ela seria tão somente um depósito sofisticado de livros incapaz de cumprir sua missão social. O mais provável é que, depois de algum tempo nessa situação, ela acabasse fechando as portas.

Por último, é preciso contar ainda com a eventual resistência de bibliotecários, educadores ou gestores públicos de cultura e/ou educação às mudanças propostas. Apegados a uma certa tradição das bibliotecas, o medo desses "aficionados", como percebeu Luiz Tadeu Feitosa, é o de que "a biblioteca perca suas funções" (FEITOSA, 1998, p. 19). Para eles, as bibliotecas têm algo de sagrado e devem preservar seu "princípio ordenador". Por outro lado, esse mesmo autor é quem afirma que "grande parcela dos teóricos da biblioteca pública clama por uma biblioteca pública mais participativa, mais próxima da comunidade e mais ciente de sua importância para a construção de uma cidadania plena" (FEITOSA, 1998, p. 21).

A Superintendente do Livro e Leitura da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Vera Saboya, em entrevista para essa pesquisa, constata que um dos problemas que se enfrenta nesse campo hoje decorre do abandono das políticas. "Profissionais e funcionários que se dedicaram, ao longo dos últimos 20 anos, a construir uma rede, nunca foram levados a sério. Não houve apoio para a construção de um Programa de Livro, Leitura e Bibliotecas". Vera, que está empenhada em trabalhar no sentido da construção de uma rede capaz de criar e efetivar esse programa, considera que o desafio agora é transformar "o Programa de Governo em Programa de Estado. E isso depende de nós todos, governo e sociedade civil" (SABOYA, 2011).

As bibliotecas parque, experiência iniciada em Medellin, na Colômbia, e que foi replicada com notável êxito no Rio de Janeiro, parece indicar um caminho mais decidido nessa direção. Conforme Vera Saboya:

A Biblioteca Parque é uma biblioteca que provoca um novo impulso iluminista, onde a cultura é o maior valor. Com seu acervo de livros e filmes oferece, além dos clássicos da literatura ocidental e oriental, filosofia (da Grécia Antiga até os dias de hoje),

ciências políticas (atendendo à intensa militância das comunidades), ecologia, livros de arte, cinema e fotografia, e toda sorte de literatura de qualidade para crianças e jovens, a Biblioteca Parque vem com força para dar acesso ao conhecimento e estimular a criação. Ela é uma biblioteca que produz pensamento e arte (SABOYA, 2011).

Portanto, é a partir de prerrogativas como essa que pretendo desenvolver a pesquisa. Os três itens que as bibliotecas devem estimular – formação cidadã, convívio social e desenvolvimento regional – estão intrinsecamente vinculados às possibilidades de construção e aprofundamento da democracia no país. Não se espera que as bibliotecas da Baixada, hoje, funcionem nos moldes de uma Biblioteca Parque (embora fosse desejável a construção de uma na região), mas que apontem caminhos para essas realizações.

Com uma história marcada por concentração de renda, desigualdades sociais e falta de acesso aos bens educacionais, econômicos e culturais para a maioria da população, as políticas públicas de interesse no Brasil, inclusive no campo da cultura, durante muito tempo restringiram-se quase que apenas aos estados do sul, e nestes somente aos grandes centros. As bibliotecas públicas podem ter um papel especial na reversão desse quadro. Afinal, apesar de precárias e insuficientes, elas são os equipamentos culturais mais numerosos no país, de norte a sul, de leste a oeste.

Bibliotecas e a Baixada Fluminense

Delimitamos o recorte de nossa pesquisa à região conhecida como Baixada Fluminense. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Baixada é composta por 14 municípios. No entanto, essa lista inclui o município de Mangaratiba, o qual é preferentemente identificado com a região conhecida como Costa Verde (que abriga ainda Angra dos Reis, Ilha Grande, Itacuruçá e Parati).

Na verdade, um aspecto no mínimo curioso dessa pesquisa refere-se justamente à dificuldade para definir, delimitar e conceituar com precisão o que seria Baixada Fluminense e quais os seus limites territoriais e/ou políticos. Sei que o leitor, como eu próprio inicialmente, pensará que exagero. No entanto, embora estivesse claro para mim o que era, quais os limites e que municípios compunham a região, quando precisei de um documento oficial, um estudo qualquer que legitimasse esse entendimento, não o encontrei. É possível que exista, mas, dada a grande quantidade de pessoas que consultei, e que são política, afetiva ou intelectualmente ligadas à região, não é nada fácil localizar um documento qualquer onde se leia que aquele recorte territorial específico é a Baixada Fluminense. A não ser de forma vaga, imprecisa. Algumas vezes, do ponto de vista geográfico, a Baixada é descrita como uma extensão territorial

que, em realidade, abarca toda a Baixada Litorânea do estado do Rio de Janeiro. Do ponto de vista geopolítico, às vezes ela é composta por 14; outras vezes, até por sete ou oito municípios.

Esse fenômeno se complica muitíssimo ao considerarmos municípios localizados nas bordas da região, os quais têm um estatuto mutante, capaz de dividir opiniões. É o caso de Itaguaí, por exemplo, que aparece amiúde vinculado à região administrativa da Costa Verde, junto com o município de Mangaratiba, que mencionei acima; ou então de Guapimirim, que poderia ser considerado como situado na região serrana.

Uma pista importante para essa definição é uma peça de propaganda de um programa formulado pelo governo do estado durante a gestão do Governador Marcello Alencar. Segundo esse documento, a Baixada Fluminense se tornaria “região prioritária para investimentos em obras e serviços públicos”. Para realizar esse objetivo, foi criada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes – SEBAMA –, cuja missão era integrar e supervisionar “as Políticas Públicas e identificar e ordenar as necessidades sociais expressas pelas lideranças políticas e pela sociedade civil”.⁷ Ao descrever o território que seria objeto das políticas propostas pela SEBAMA, o texto do fólder informa:

Abrangendo os municípios de Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Paracambi e Itaguaí, e abrigando uma população de quase três milhões de habitantes,⁸ a Baixada é uma das regiões mais densamente povoadas do Estado. [sic]

Há ainda um estudo de Luís Otávio de Farias, utilizado como subsídio à implementação de um projeto de cooperação técnica intitulado “Percorso de Colaboração para Implementação de Políticas de Desenvolvimento Local Integrado”, celebrado entre a Presidência da República do Brasil e os governos das regiões italianas de Marche, Toscana e Úmbria. Nesse estudo, Farias afirma categoricamente que “a região da Baixada Fluminense, selecionada como uma das áreas alvo do Projeto, faz parte da Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. É formada por um conjunto de 13 municípios [...].” E lista os mesmos treze que selecionaremos para a nossa pesquisa, conforme se pode ler adiante.

Em um trabalho exaustivo do Inepac, *Baixada Fluminense, a construção de uma história: sociedade, economia, política* (TORRES, 2008), há informação em quantidade e qualidade e, mesmo assim, é preciso juntar fragmentos para se ter a exata dimensão do território, de sua formação no tempo e no espaço, de seus marcos fundadores. Num de seus dois volumes, dedicado a um ensaio fotográfico sobre a região, a abordagem é feita município a município, o que permite pelo menos entender a formação de cada um deles. Aqui também se confirma a delimitação

da Baixada Fluminense como um território formado por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

O fato é que, talvez, isso não importe tanto. Na verdade, não há uma Baixada Fluminense. Pelo menos, não como um território contínuo homogêneo e bem definido – constatação, aliás, que já é um clichê, serve para quase toda análise sobre quaisquer regiões, de um bairro, ou uma rua, a um país inteiro. De qualquer forma, ao andar por toda essa região, o que se percebe é um território múltiplo, complexo, heterogêneo. O contraste entre, por exemplo, Duque de Caxias e Paracambi, ou entre Guapimirim e Nova Iguaçu, é muito acentuado, impedindo a consolidação de uma identidade geopolítica bem delineada. Por outro lado, é necessário definir um recorte o mais objetivo possível, a fim de garantir as condições para o desenvolvimento da pesquisa. E esse, com os treze municípios citados anteriormente, foi o adotado aqui, por me parecer o mais adequado e consistente historicamente.

Considerando esse recorte, a população da Baixada Fluminense, conforme o censo realizado pelo IBGE em 2010, é de aproximadamente 3,6 milhões de habitantes. O índice populacional varia muito de município para município. Há os muito populosos, como Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que beiram a marca de 800 mil; e os pouco populosos, como Paracambi e Guapimirim, na faixa dos 50 mil; além dos intermediários, como Belford Roxo e São João de Meriti, cuja população é próxima dos 500 mil habitantes.⁹

A Baixada Fluminense tem sido com frequência estigmatizada, associada aos estereótipos de violência, pobreza e ausência de serviços básicos como saúde, educação, habitação e cultura. Segundo Luís Otávio de Farias, “a região é nacionalmente reconhecida pela concentração de pobreza urbana, aliada a déficits de infra-estrutura e à carência de políticas públicas eficazes” (FARIAS, 2005). O fólder de divulgação do Pró-Baixada, que citamos acima, diagnosticava os mesmos problemas na ainda não tão distante década de 1990.

Vetor de expansão da cidade do Rio de Janeiro, nos anos 50 e 60, a Baixada, em razão da legislação permissiva de parcelamento e uso do solo, então vigente nos municípios, transformou-se num extenso aglomerado urbano formado por contínuos assentamentos populares, desprovidos em sua maioria de equipamentos sociais e serviços básicos de infraestrutura (ver nota de rodapé 1).

Apesar de todos os problemas, que na verdade remetem a décadas – se não séculos – de descaso e omissão por parte da maioria dos gestores públicos, locais ou não, essa região se insere agora em um contexto bastante diferente. Nos últimos oito anos, enquanto o mundo inteiro enfrentava crises econômicas,

envolvia-se em conflitos locais e globais e práticas políticas conservadoras, o Brasil inventava modos inovadores de gestão política, dos quais o bolsa-família talvez seja o melhor exemplo. No campo da cultura, os avanços são notáveis. Ainda que persistam inúmeros problemas, um caminho interessante e transformador foi aberto e consolidado.

A Baixada Fluminense não ficou alheia a esse processo. A cultura na região, há muito tempo, é um modo de estar na vida, de habitar o território, de agir nele e transformá-lo. Em que pese a quase total desinformação reinante, mesmo para os moradores da região, ela já deu inúmeras e importantes contribuições para a cultura brasileira. Das bandas de reggae de Belford Roxo aos grupos de teatro de Duque de Caxias, a riqueza da cena cultural de cada município não deixa a desejar a qualquer outra localidade.

Além disso, em 2009, os gestores públicos de cultura da Baixada se reuniram para criar um fórum no qual os interesses comuns da região no campo da cultura encontrassem um espaço de debate e ação. Sem encontrar empecilho nas diferenças políticas, nas distâncias geográficas, e tampouco nas filiações estéticas de seus participantes, a proposta do grupo consistia em partilhar as virtudes e contradições dessa comunidade imaginada a que se designou Baixada Fluminense.

Nesse contexto, em que a cultura se mostra um aspecto relevante, é de se esperar que as bibliotecas possam desempenhar um papel à altura. De todas as possibilidades culturais, aquelas que envolvem o livro e a leitura talvez sejam as que mais se ressentam da ausência de políticas públicas eficazes. Afinal, num país com o deficit de leitura que tem o nosso, os altos índices de analfabetismo funcional e os problemas que conhecemos na área de educação, as bibliotecas – e o livro de modo geral – acabam sofrendo mais intensamente as consequências desse distanciamento do Estado de suas atribuições precípuas. Esse fenômeno se agrava ainda mais nas áreas periféricas e pobres, onde a biblioteca dificilmente será uma prioridade de governo. Será esse o caso da Baixada?

A antropóloga francesa Michèle Petit prognosticou, em *A arte de ler*, que a leitura pode ser um potente aliado para resistir às adversidades, como ela indica já no subtítulo do livro. Michèle aborda experiências de mediação de leitura em contextos adversos, notadamente na América Latina, em países como Colômbia e Brasil. A antropóloga francesa parte da ideia de que a leitura pode contribuir para o bem-estar. Assim, coleta narrativas, as mais interessantes, sobre a relação entre leitura e modos de estar na vida. Ela, como afirma o texto da contracapa do livro, “investiga as diferentes maneiras pelas quais a forma narrativa pode atuar como educadora da sensibilidade, ao mesmo tempo em que se afirma como um poderoso instrumento de resistência ao caos interior e à exclusão social”. Em seu texto, a autora recorre aos aspectos extraordinários das práticas de leitura em áreas marcadas por conflito. Em minha pesquisa busco, por outro lado, o aspecto mais ordinário, mais cotidiano

dessas práticas. Por isso mesmo, elejo as bibliotecas públicas como o lócus das experiências de leitura na Baixada Fluminense.

Em uma verificação prévia na página da Fundação Biblioteca Nacional na internet e também junto às secretarias de cultura desses municípios, identificamos 23 bibliotecas nos 13 municípios que compõem o escopo desse estudo. Todavia, na prática, muitas delas foram fechadas, ou são bibliotecas comunitárias. Com isso, defini as bibliotecas centrais como o objetivo da pesquisa a ser desenvolvida. Uma boa notícia é que há pelo menos uma biblioteca pública em cada um dos treze municípios da Baixada. Este será, portanto, o *corpus* sobre o qual será desenvolvido o trabalho. Todas elas integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e uma parcela significativa recebeu o kit de modernização do MinC, o que as qualifica plenamente para a realização deste projeto.

Como funcionam essas bibliotecas? De que acervo dispõem? Que relação mantêm com a população de cada município? São apenas espaços de consulta e leitura solitária ou terão se convertido em espaços de convivência? Elas de fato contribuem para a democracia e a cidadania, como prevê o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, ou são apenas depósitos empoeirados de livros? No desenvolvimento dessa pesquisa, buscamos respostas para essas e outras perguntas que se farão pertinentes durante o processo. Afinal, as possibilidades de construção democrática e fortalecimento da cidadania a partir das bibliotecas públicas serão consequência da qualidade da relação que estas mantêm com o território em que se localizam.

Por isso, é uma região privilegiada para os objetivos a que me propus ao apresentar este projeto de pesquisa. Além disso, a diversidade de agentes sociais presentes na Baixada – muitos deles frequentadores das bibliotecas locais – é expressiva da complexidade do processo de (re)produção e (re)organização do território, manifestando interações, desigualdades e conflitos tanto na dimensão econômica e política, quanto em termos simbólicos e culturais. Portanto, é para o território que convergem ações articuladas e/ou fragmentadas que envolvem o Estado e a sociedade civil na construção das condições, formas e processos que fazem e refazem nosso ser no mundo, nossos posicionamentos no espaço público e nossas possibilidades de mudança.

A Baixada e as bibliotecas, município a município¹⁰

Essas observações visam menos fornecer um detalhamento da história e contexto de cada município que introduzir alguns pontos para situar, no interior de cada um, as respectivas bibliotecas públicas municipais centrais.

BELFORD ROXO

Belford Roxo nasceu em uma velha fazenda do Brejo, onde havia um engenho de açúcar no início do século XVII. Em 1720, havia no rio Sarapuí um porto que fazia o transporte de mercadorias entre a Corte e as fazendas. Por causa do movimento das marés, os rios transbordavam alagando as terras próximas, formando mangues e brejos. Em 1843, o Visconde de Barbacena vendeu a fazenda ao Comendador Manoel José Coelho da Rocha.

Quando, em 1888, aconteceu uma longa e forte estiagem na Baixada Fluminense, uma solução foi apresentada ao governo pelo engenheiro Paulo de Frontin, que captou em seis dias 15 milhões de litros de água para a Corte. Um ano depois morreria um dos colaboradores de Paulo de Frontin, o inspetor geral de Obras Públicas Raymundo Teixeira Belford Roxo, que acabou homenageado com a designação de seu nome à pequena vila do Brejo e, consequentemente, ao futuro município.

Fazendo parte da freguesia de Jacutinga, na margem esquerda do rio Sarapuí, este era o escoadouro natural da produção dos engenhos estabelecidos em seu termo. Belford Roxo possui uma população de 469.332 habitantes e área de 77,8 km².

Em uma tarde especialmente quente de outubro, encontrei o secretário de Cultura de Belford Roxo, Rômulo Costa, e seu assessor, Carlos Bruce Batista, após uma reunião de trabalho. Carlos me apresentou à Biblioteca Pública Municipal Jornalista Tim Lopes.

A instituição fica na avenida Bob Kennedy, s/nº, em Nova Piam. Chegamos a iniciar a pesquisa aqui, mas não pudemos ir em frente, uma vez que o espaço foi assaltado no final de 2010. Os ladrões levaram apenas livros do acervo, que à época era de aproximadamente 4 mil exemplares.

Em seguida, a biblioteca entrou em obras a fim de aumentar o espaço físico, ampliar e incrementar o acervo, e instalar o mobiliário e o telecentro adquirido no edital de modernização de bibliotecas do MinC. A responsável atual pelo espaço não é formada em biblioteconomia. A atendente, Valéria Monteiro, tem formação em gestão e coordena a biblioteca.

DUQUE DE CAXIAS

Criado em 14 de março de 1931, o distrito de Caxias, cuja sede seria a antiga estação de Meriti, era formado pelo território desmembrado do distrito de Meriti, que por sua vez pertencia ao município de Iguaçu (atual Nova Iguaçu). O progresso acelerado do novo distrito resultou em sua elevação à categoria de município em 31 de dezembro de 1943, sob a denominação de Duque de Caxias, com sede na antiga estação.

Desde que se tornou autônomo, o município recebeu significativos incrementos em sua economia. A localização de um parque industrial em

seu território, contando com a Fábrica Nacional de Motores, foi um dos fatores decisivos para um rápido desenvolvimento. A refinaria de petróleo, com seu extraordinário conjunto petroquímico em expansão, somou-se a esses investimentos, consolidando no município uma economia pujante, a melhor estruturada de toda a região e uma das melhores do estado. Quanto a sua população, Caxias tem a maior densidade demográfica da Baixada e a terceira do estado.

Infelizmente, esse vigor econômico nem sempre se reflete em qualidade de vida para o conjunto da população. Em Caxias, reproduzem-se os mesmos problemas percebidos na maior parte dos municípios da Baixada: poderio econômico e bolsões de miséria, densidade urbana elevada e fragilidade ambiental, alguma atenção ao centro da cidade e negligência com a periferia.

Dividido em quatro distritos – Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém –, o município possui uma população de 855.048 habitantes e uma área de 467,6 km².

Sexta-feira, dez horas da manhã, na Praça do Pacificador o movimento já era impressionante. Músicos peruanos tocavam e cantavam com suas flautas de bambu. Pessoas iam e vinham, vendedores ambulantes, crianças em uniforme de escola, carros de som e o tráfego intenso das vias que ladeiam a praça. No interior do prédio anexo ao Teatro Raul Cortez, entretanto, o clima era outro. Silêncio de monastério, uma tranquilidade aconchegante no espaço que abriga a Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola.

Quando cheguei, Júlia, a bibliotecária, era amparada por dois colegas no alto de uma escada enquanto trocava uma lâmpada. A responsabilidade pelo estabelecimento exige eventualmente essas atitudes; é melhor que um espaço mal iluminado ou aguardando um profissional adequado.

Mais tarde, Júlia seria substituída na gestão da instituição por Nilbe Pacheco.

A Biblioteca Leonel de Moura Brizola é a maior e mais imponente de toda a Baixada Fluminense. Com projeto de Oscar Niemeyer, é um marco importante na cidade. Todavia, sofre com os habituais problemas das obras do arquiteto. Muitos usuários e funcionários apontam a pouca funcionalidade, a despeito de sua inquestionável beleza e sofisticação.

GUAPIMIRIM

Em 1565, Simão da Motta, o mesmo da história da fundação de Magé, edificou sua moradia no morro da Piedade, em cuja vizinhança está, ainda hoje, o porto de mesmo nome, a poucos quilômetros da atual sede municipal. Até 25 de novembro de 1990, portanto, a história de Guapimirim é a mesma de Magé (ver abaixo o texto sobre esse município), de que fazia parte como

seu terceiro distrito. O município possui uma população de 51.483 habitantes, ocupando área de 360,7 km².

Nessa localidade, foi construída, durante o segundo Império, a primeira estrada de ferro da América do Sul. Inaugurada em 1854, a Estrada de Ferro Mauá ligava as localidades de Guia de Pacobasba e Fragoso, numa extensão de 14,5 km. Quando o imperador dom Pedro II passou por ali ficou tão impressionado com sua beleza natural que decidiu criar um pedágio para se acessar o local, hoje conhecido como Barreira.

A Biblioteca Pública Damião Ferreira Tavares localiza-se na rua Alcindo Guanabara, nº 120, bem no centro da cidade. Júlio Camargo, responsável pela gestão da entidade, é químico, jornalista, relações públicas, bibliotecário e cria vacas nas horas vagas. Quis fazer faculdade de Filosofia, mas decidiu pela Biblioteconomia, afinal continuaria próximo ao conhecimento, ao saber. Para ele, o recorte territorial Baixada Fluminense não faz muito sentido em Guapimirim. "A Baixada, salvo algumas exceções, em alguns núcleos aqui e ali, é muito precária em termos de infraestrutura. É muito diferente daqui." Mas também recusa uma eventual identidade serrana. "Não sou da Baixada, nem da serra. Sou gente."

Júlio encontrou a biblioteca em estado precário. Ele arrumou a casa, pintou, organizou e plantou um jardim no pequeno quintal do prédio. Hoje, é um ambiente agradável para a leitura, a pesquisa e a convivência. Com um acervo entre 20 e 25 mil livros, seu público é dividido em dois extremos: estudantes das escolas da região, que lá fazem pesquisas; e pessoas de mais idade, que se dedicam a ler e "passar o tempo". A biblioteca ainda enfrenta problemas burocráticos para liberar os móveis que permitirão a instalação dos computadores do kit de modernização distribuído pelo MinC. Para Júlio, isso será um problema porque as tecnologias digitais acabam sempre desviando a atenção dos livros. Mesmo assim, espera poder instalar as máquinas e disponibilizá-las ao público o mais breve possível.

ITAGUAÍ

O desbravamento do atual território de Itaguaí teve início por volta do século XVII. Sua colonização remonta à época que os índios da ilha do Jaguaramenom, atraídos pelo governador Martim de Sá, se transferiram para outra ilha, mais ao sul e conhecida como Piaçavera – hoje Itacuruçá. Foi desse local que, mais tarde, eles partiram para o continente, fixando-se nas terras compreendidas entre os rios Tiguá e Itaguaí, às quais denominaram Y-tinga.

Ponto de passagem privilegiado para os viajantes que se dirigiam às terras de Minas e São Paulo, o próprio imperador d. Pedro I hospedou-se na localidade quando se dirigiu a São Paulo, onde proclamou a Independência do Brasil.

Dotado de terras férteis, o município desfrutou, no século passado, até 1880, de importante atividade rural e comercial, exportando em grande escala cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. A Lei Áurea, em 1888, gerou uma grave crise econômica, uma vez que a mão de obra escrava era a base da economia. Esse fato, aliado à falta de transportes e à insalubridade da região, concorreu para o desaparecimento das grandes plantações que constituíam a riqueza principal da localidade.

Mais tarde, a passagem da antiga rodovia Rio-São Paulo e a instalação de algumas indústrias contribuíram para o novo desenvolvimento econômico.

A população de Itaguaí é de 109.091 habitantes, numa área de 275,8 km².

A Biblioteca Municipal de Itaguaí homenageia o escritor Machado de Assis e é, certamente, a mais antiga da região e uma das mais antigas do país – talvez a mais antiga entre as bibliotecas municipais. Segundo Viviane Cristina França Lima, simpática bibliotecária e gestora da instituição, sua fundação ocorreu em 1880.

A biblioteca é uma das mais charmosas da Baixada, situada num admirável complexo cultural – a Casa de Cultura de Itaguaí - e construída numa antiga estação de trem, ao lado da qual, ainda hoje, passam trens de carga transportando minério.

JAPERI

Japeri emancipou-se de Nova Iguaçu na década de 1980. A palavra Japeri é de origem indígena e denominava uma planta semelhante ao juncos, que fluía nos pântanos da região. Essa denominação substituiu o nome de Belém, dado à localidade pelos bandeirantes paulistas responsáveis por sua ocupação, e que permaneceram em seu território por quase dois séculos. Entretanto, não havia índios em Belém na época sua fundação, e aqueles que por ali passavam eram Itaguaís, que habitavam as terras às margens do Rio Guandu, onde se acha hoje o município de Itaguaí.

A história de Japeri tem início em 1743, com sua fundação como Morgado de Belém. Em 1951, a antiga Belém passa a constituir, juntamente com Engenheiro Pedreira, o 6º distrito de Nova Iguaçu, denominado Japeri. Por haverem um só distrito duas localidades distintas, foram criadas as Administrações Regionais de Engenheiro Pedreira e de Japeri. Contudo, logo surgiram os primeiros movimentos emancipatórios. Um plebiscito, em 30 de junho de 1991, decidiu pela emancipação e a criação do município de Japeri, constituído pelas localidades de Japeri, Engenheiro Pedreira, Jaceruba e Rio D'Ouro. Sua população é de 95.492 habitantes, numa área de 81,8 km².

A Biblioteca Municipal Carlos de Souza fica na rua Leny Ferreira, no centro de Japeri. Sua localização não é a mais adequada (fica no segundo piso de um prédio pouco visível aos passantes), mas sua gestora, a bibliotecária Daniele

Carvalho, demonstra dedicação para manter o local aberto e aconchegante para o público. Embora Daniele não tenha formação em Biblioteconomia, conta em sua equipe com profissionais qualificados para garantir a boa gestão do espaço.

MAGÉ

A freguesia de Magé tem origem – e pode-se dizer, pela data, que esta é também a origem da própria Baixada – numa capela construída por Simão da Motta, em 1565, num ousieiro à margem da Baía de Guanabara, em louvor a Nossa Senhora da Piedade, na sesmaria que lhe foi concedida em 7 de setembro do mesmo ano.

Elevado à categoria de cidade em outubro de 1857, o município é constituído de cinco distritos: Magé, Guia de Pacobaíba, Inhomirim, Santo Aleixo e Suruí. E assim permanece até hoje.

Magé possui uma população de 227.322 habitantes, numa área de 388,5 km².

A biblioteca pública local leva o nome simplesmente de Biblioteca Pública do Centro de Magé, situada na rua Rotary, nº 2, no centro da cidade.

Não foi possível realizar a pesquisa nesse município, uma vez que a biblioteca está fechada desde 2009. Segundo Marinete Alves de Castro, coordenadora/interlocutora da Secretaria Municipal de Educação, a biblioteca já dispõe do necessário para funcionar e aguarda a resolução de alguns detalhes para reabrir em breve. Marinete informou, por e-mail enviado em 24 de maio de 2011: “Existe o prédio, localizado no centro de Piabetá, o mobiliário está no local aguardando inauguração”. E mais nada, além de um convite de passar por Magé quando fosse à biblioteca de Guapimirim, município vizinho.

Apesar de não termos tocado neste assunto, é possível que a conturbada situação política de Magé tenha afetado também a gestão da instituição. Poucos meses depois de nosso primeiro contato, houve uma eleição extraordinária no município, uma vez que o prefeito anterior havia sido cassado, e foi eleito o candidato de oposição. No momento em que fizemos o contato com Marinete, em abril de 2011, não havia um bibliotecário responsável pelo equipamento, nem um profissional diretamente ligado à sua gestão. Marinete respondia, em suas palavras, interinamente, enquanto a biblioteca não reabrisse e não houvesse um profissional designado para assumir a direção.

MESQUITA

O município de Mesquita surgiu em terras pertencentes a Nova Iguaçu que, após a sua reestruturação, fora subdividida em cinco distritos: Iguassú, Pilar, Merity, Marapicu e Jacutinga. Num desses distritos, ficava localizado o Engenho da Caxueira, que ficava às margens do rio de mesmo nome, atual canal Dona Eugênia, ao pé do maciço de Gericinó. Nos arredores desse

engenho, cresceu um arraial para atender à demanda de tropeiros e carroceiros que por ali passavam.

Com a expansão do sistema ferroviário, foram implantadas várias estações, com uma delas ficando localizada no centro do antigo arraial da Cachoeira, que logo mudou de nome para Jerônimo de Mesquita, simplificado em seguida para Mesquita. O desenvolvimento da região deveu-se à implementação da ferrovia e ao declínio da citricultura.

Com a lei estadual nº 3.253, de 25 de setembro de 1999, Mesquita foi desmembrado de Nova Iguaçu e instalado em 1º de janeiro de 2001.

O município possui uma população de 168.376 habitantes e área de 39 km².

A Biblioteca Municipal de Mesquita – Salão de leitura poeta João Prado – é uma das mais jovens da região: sua fundação ocorreu em 2006. É um ambiente amplo e agradável, com uma área aberta e arborizada logo à frente. Sua gestora, a bibliotecária Marcela de Souza, é jovem e demonstra prazer no papel que desempenha.

NILÓPOLIS

É bastante provável que o município de Nilópolis tenha feito parte da sesmaria que foi dada a Brás Cubas em 1568. Poucos anos depois de criada a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, em terras da atual Duque de Caxias, surgiu na zona litorânea da Guanabara uma outra povoação, fundada com o nome de São João Batista de Trairoponga.

Com a chegada da via férrea na segunda metade do século XIX, foram abandonados os rios como meio de comunicação, o que provocou o declínio dessa parte da região. Contudo, dada a ação de Nilo Peçanha, o governo iniciou um programa de saneamento que viabilizou a rápida valorização das terras e seu fracionamento em propriedades menores.

Uma delas situava-se na antiga fazenda de São Mateus, que passara ao domínio dos descendentes do Barão de Mesquita. O trecho em que a Central do Brasil tinha construído uma estação de trens, chamada Engenheiro Neiva, foi aos poucos tomado por operários e pequenos empregados, dando origem, desse modo, a um povoado. Essas terras, em homenagem a Nilo Peçanha, receberam o topônimo de Nilópolis.

O município possui uma população de 157.425 habitantes e área de 19,4 km².

Aqui, quando cheguei à Biblioteca Ruy Barbosa, acompanhado do secretário de Cultura da cidade e do subsecretário e escritor Vítor Loureiro, fui fagido pela arquitetura robusta e, ao mesmo tempo, luminosa, aberta e aconchegante do novo prédio que abrigará a instituição.

Fomos recebidos pela bibliotecária Aline, que nos guiou pelos diversos ambientes da nova biblioteca. Com maior espaço para acervo, leitura e telecentro, entre outros setores, e em um endereço ainda mais acessível que o anterior

(nas cercanias da rodoviária), ela espera atender mais e melhor o seu público, logo que as obras forem efetivamente terminadas e a biblioteca inaugurada.

NOVA IGUAÇU

Nova Iguaçu é um dos quatro mais populosos municípios do estado do Rio de Janeiro. Na Baixada, é o segundo em número de habitantes, atrás apenas de Duque de Caxias, embora o supere em área, sendo um dos dois maiores municípios da região.

Após a divisão do Brasil em capitâncias hereditárias, as terras que atualmente formam a cidade de Nova Iguaçu ficaram por muito tempo esquecidas. Só depois de 1566 se registrou na região a existência de sesmarias, que, com o correr dos anos, foram se modificando e concorrendo para a colonização gradual da localidade. Com o aumento da população, surgiram várias freguesias, destacando-se a de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, também conhecida como Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho, cuja criação data de 1719.

Dessa época até os dias atuais, muitos fatores atuaram e geraram mudanças significativas na cidade. O século XX, com a segunda guerra mundial, a explosão demográfica ocorrida na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro e as disputas entre forças políticas locais trouxeram as modificações que deram ao município a configuração que ele mantém, pelo menos em parte, até hoje. A guerra, porque trouxe de forma repentina o fim do cultivo e exportação da laranja – uma cultura que teve um peso enorme na economia da cidade. O crescimento populacional e as disputas políticas, porque atuando combinadamente levaram ao fracionamento do território.

Nova Iguaçu tornou-se então um gerador de novos municípios, com a emancipação de Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti), em 1943, Nilópolis (1947), Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e, por fim, Mesquita (1999).

Na última década, novas mudanças fizeram de Nova Iguaçu referência não apenas na Baixada, mas em todo o estado e até no país. Investimentos em infraestrutura nos bairros afastados do centro, em educação – especialmente com o programa Bairro-Escola – e a explosão imobiliária no centro, entre outros, são fatores que apontam para um novo desenvolvimento da cidade, que talvez só possa ser avaliado de modo consistente nos próximos anos.

Nova Iguaçu possui atualmente uma população de 796.257 habitantes, numa área de 521,3 km².

A Biblioteca Pública Municipal Professor Cial Brito é gerida pela biblioteca Malena Cabral Xavier de Lima. Anteriormente, a biblioteca funcionava em um espaço exíguo, não havia política de empréstimo (na verdade, os alunos sequer podiam escolher os livros nas estantes, tinham de solicitá-los à atendente) e o ambiente era, segundo pudemos apurar com frequentadores antigos, pouco

favorável ao convívio criativo, ao acolhimento imaginável em uma biblioteca e ao acesso fácil e dinâmico ao conhecimento.

Atualmente, a instituição funciona em um espaço amplo, diverso, com acervo acessível aos usuários, que podem consultar ou emprestar livros. O telecentro e os outros elementos integrantes do kit de modernização de bibliotecas do MinC também estão disponíveis. A biblioteca, apesar de localizar-se em um pavimento relativamente alto, que só é alcançado após quatro lances de escada (o elevador não pode ser operado, devido à falta de manutenção e de um funcionário especializado designado para esse fim), é bastante frequentada, sobretudo por alunos – o que é uma constante na maioria das bibliotecas da região – da rede pública de ensino da cidade e suas vizinhas.

PARACAMBI

Paracambi surgiu a partir da união dos distritos de Paracambi e Tairetá, constituindo-se como município independente em 1960. O primeiro havia sido desmembrado de Itaguaí, o segundo de Vassouras. A origem histórica do município remonta ao século XVIII, com a abertura do Caminho Novo, no ano de 1715, por Garcia Rodrigues Paes.

O significado do nome Paracambi, assim como Tairetá, é macaco pequeno, já usado ali por causa do rio dos Macacos. O progresso da antiga vila acentuou-se com a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, então denominada Dom Pedro II, em 1861, e com a instalação de uma fábrica de tecidos em 1895.

O município possui uma população de 47.124 habitantes e sua área é de 179,7 km².

Em Paracambi, a Biblioteca Municipal Demistóclides Baptista funciona num prédio hexagonal, embaixo da Secretaria de Educação e no interior da Escola Municipal Prefeito Nicola Salzano, uma antiga unidade do CIEP.

Coordenada pela bibliotecária Mara Ney Freire, a biblioteca é pequena, mas luminosa e aconchegante. Encontramos alguma dificuldade para efetivar a pesquisa aqui, uma vez que a gestora, embora demonstre realizar bem seu trabalho, assume outras tarefas profissionais que a impedem de dedicar todo o seu tempo à administração da biblioteca.

QUEIMADOS

O surgimento de Queimados, em 29 de março de 1858, remete à visita da família imperial, a bordo do primeiro trem da Estrada de Ferro D. Pedro II, que seguia em missão especial para inaugurar o trecho de 48 km compreendido entre a Estação do Campo e aquela localidade. A população do lugarejo presente ao evento e honrada com a passagem do imperador, decidiu ser aquele o momento oficial da inauguração do povoado de Queimados.

Até o século XVIII, o ponto onde está situado o município era parte das terras da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, que, por sua importância econômica, acabou recebendo o título de Freguesia Perpétua. Com a expansão da economia cafeeira, em meados do século XVIII, foi construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, trazendo prosperidade à região. O projeto inicial dessa ferrovia previa a extensão dos trilhos até a Freguesia de Nossa Senhora de Belém e Menino Deus, atual Jacutinga. Entretanto, milhares de operários chineses, construtores da estrada, foram vitimados pela malária e pela cólera, o que afetou a colônia, em 1855. Como esse acontecimento retardaria o assentamento dos trilhos, rapidamente foi construída a estação de Queimados.

Um dos mitos da origem do nome do município reside nesse episódio, uma vez que os chineses tinham o costume de queimar os seus mortos. Desde 1833, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu correspondia a um distrito eclesiástico, que era subordinado à Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, representado por um intendente que ficava em Nova Iguaçu, naquela época Vila de Iguassu. Marapicu e Queimados estiveram, durante muito tempo, disputando a sede deste distrito. Em 1944, pelo decreto-lei estadual nº 1.063, Queimados passou a ser o segundo distrito de Nova Iguaçu, sendo elevado à categoria de município através da lei estadual nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990.

A pequena Biblioteca Pública Professor José Reinaldo dos Santos Halm tem sede no prédio que também abriga a Secretaria de Educação. A gestão do espaço é, segundo pudemos perceber, um tanto confusa, mas parece ter seu eixo de atuação em torno da professora Nirci Alves.

SÃO JOÃO DE MERITI

Atravessado por rios importantes da Baixada Fluminense, o município de São João de Meriti originou-se de uma sesmaria dada a Brás Cubas em 1568. Como as terras não foram ocupadas por ele, coube a Antonio Vaz, na margem do rio Sarapuí, e a André Cardoso, na margem do Pavuna-Meriti, iniciar, em 1578, o povoamento da região.

Entretanto, pouca coisa aconteceu até a década de 1640, quando surgem as primeiras notícias sobre a criação de uma comunidade designada Trairaponga, provavelmente formada por cristãos-novos. Em 1647, é fundada no local a igreja de São João Batista de Trairaponga. Essa capela existiu até 1660, quando outra foi erguida mais para perto do rio Meriti. Naquele momento, o local foi rebatizado como Freguesia de São João de Meriti.

Após conhecer algum desenvolvimento econômico – acompanhando o processo que se dava em boa parte da Baixada –, a freguesia de Meriti, por volta de 1855, começa a enfrentar dificuldades, como uma epidemia provocada pelo assoreamento dos rios e desmatamento de suas margens.

Já no final do século XIX, famílias tradicionais de Meriti iniciaram a construção da Igreja de São João Batista de Meriti, até hoje presente no mesmo local. A chegada da ferrovia contribuiu para a retomada do progresso local, mas não resolveria os principais problemas como a falta de saneamento e o dessecamento dos brejos.

Em 21 de agosto de 1947, após ter acompanhado a emancipação de Duque de Caxias, quatro anos antes, São João de Meriti emancipou-se. Segundo o censo de 2010, sua população é de pouco menos de 460 mil habitantes em um território inferior a 35 mil km². Esse impressionante adensamento demográfico vale ao município o apelido de "formigueiro das Américas".

Em São João de Meriti encontramos a Biblioteca Municipal Arlindo de Medeiros. Em minha primeira visita, a biblioteca estava fechada para obras e tive de esperar alguns meses para efetivar a pesquisa. Só consegui entrevistar a gestora local, Angeruza Paes Leme, ao final do processo. Após o término das obras a biblioteca melhorou, tornando-se mais organizada, ampla e funcional. Todavia, os problemas que atingem muitos desses equipamentos na região também acontecem aqui. Angeruza, apesar de engajada com dedicação ao projeto, não é bibliotecária de formação e tem de enfrentar o pouco investimento feito pela prefeitura. De qualquer forma, esta é uma biblioteca que desempenha um papel cultural importante na cidade.

SEROPÉDICA

O município de Seropédica, que até 1875 era conhecido como segundo distrito de Itaguaí, deve seu topônimo à antiga "Seropédica do Bananal", uma fazenda notabilizada pela produção de seda de alta qualidade. O termo "seropédica" é resultado de um neologismo que juntou um radical de origem latina – "serico" ou "sericeo", que significa seda – e outro de origem grega – "pais" ou "paidós", que significa tratar ou consertar. Seropédica designa o local onde se fabrica seda.

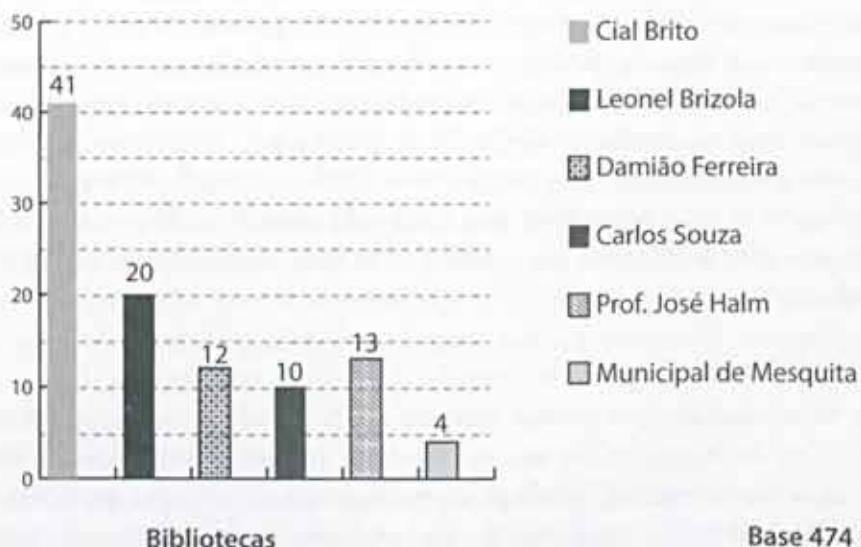
Localizado num dos extremos da Baixada Fluminense, sua história se confunde em parte com a de Itaguaí, do qual se emancipou em 1995. Um de seus marcos importantes é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Em torno dela, durante muitos anos, girou o desenvolvimento e o nível de renda local, o incremento do comércio, a construção de moradias e a prestação de serviços para atender aos professores, técnicos, funcionários administrativos e estudantes, compensando, até certo ponto, a ausência de políticas públicas eficazes.

A Biblioteca Pública Municipal de Seropédica foi criada em 2000 e é uma das mais simpáticas da região. A bibliotecária Andréa Lacerda Bianco

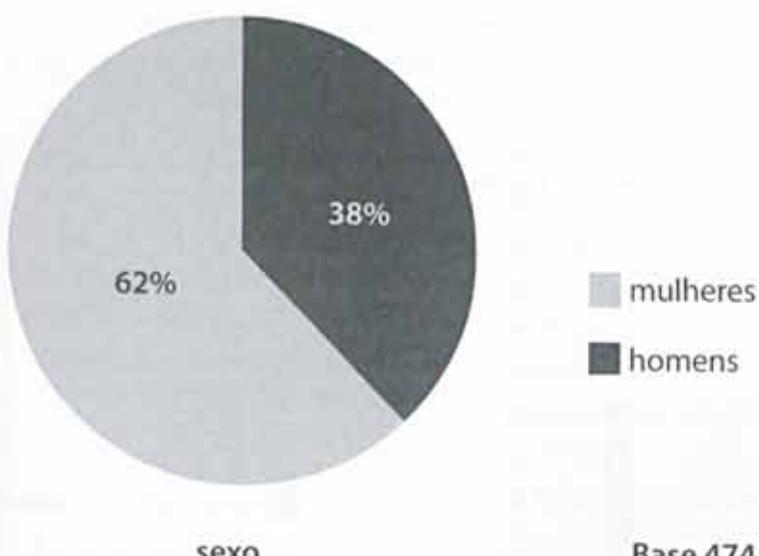
recebeu-me em um ambiente agradável e bem organizado, porém durante toda a entrevista não apareceu um único usuário. Há uma explicação: além do horário desfavorável (o público é basicamente composto por estudantes da rede municipal, que naquela parte da manhã ainda estariam em aula), a prefeitura havia mudado o prédio onde funcionava a instituição para um local mais distante e na contramão do fluxo dos moradores da região. Agora, apesar de a biblioteca estar maior e melhor, a maioria dos usuários tem de pegar, quase sempre, duas conduções para acessá-la, o que causou uma diminuição drástica na presença de potenciais leitores.

Conhecer e conviver

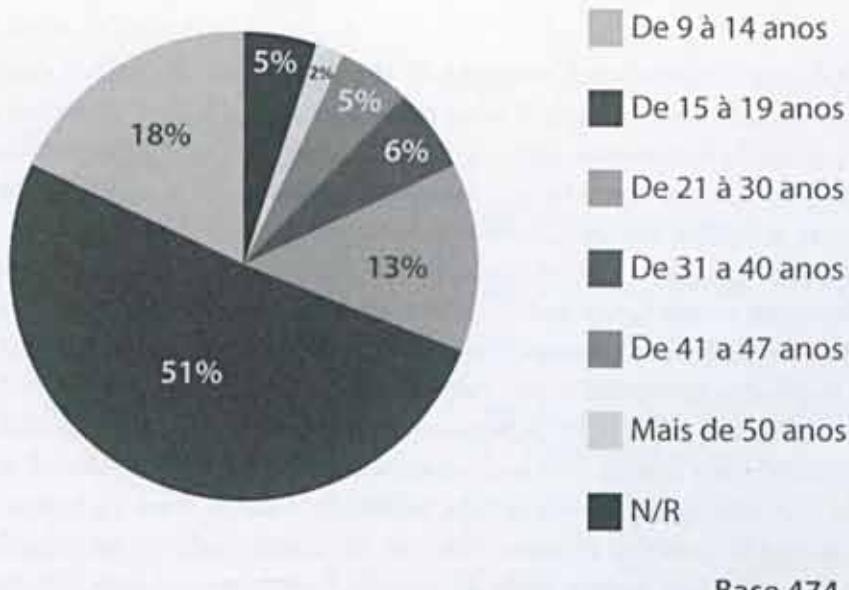
As entrevistas e seus resultados



Os dois municípios mais populosos da Baixada Fluminense também têm as bibliotecas melhor equipadas e com o maior número de frequentadores por dia. Os formulários para pesquisa foram distribuídos em quantidades equivalentes à população de cada município. Dessa maneira, as bibliotecas de Nova Iguaçu e Duque de Caxias foram as que receberam o maior número de formulários. Nas duas, a frequência de público é praticamente idêntica – o número elevado da primeira em relação à segunda deve-se, na verdade, ao fato de se ter tido mais tempo para realizar a pesquisa nesta que naquela.

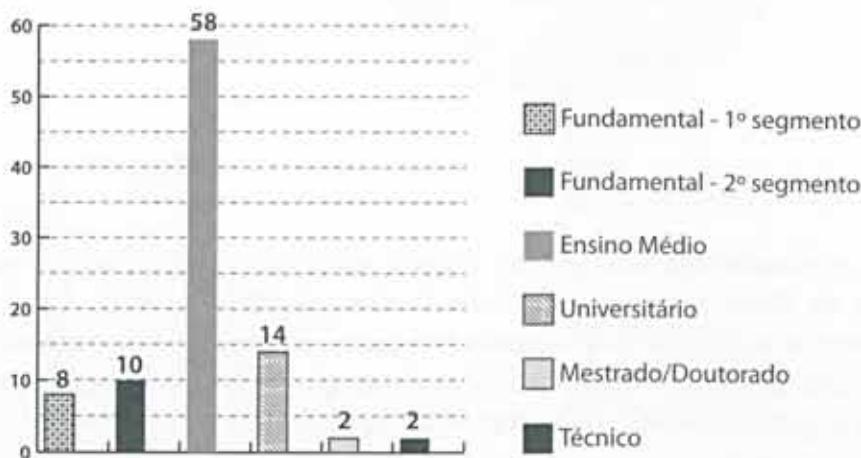
Gênero dos participantes

A predominância feminina em diversos campos da atividade social é marcante no Brasil contemporâneo. Nas bibliotecas públicas, não é diferente. Durante as visitas que fiz às diversas bibliotecas, foi possível notar a presença acentuada de pessoas do sexo feminino em grupos de estudo, leitura concentrada e, principalmente, nas tarefas de gestão e administração do espaço.

Faixa etária dos participantes

Conforme esperava, dada a observação empírica durante a pesquisa de campo, crianças, adolescentes e jovens entre 9 e 20 anos compõem a grande maioria dos frequentadores das bibliotecas públicas na Baixada. A faixa etária responde por 69% do total. O segmento entre 15 e 20 anos corresponde a 51%. E se considerarmos o conceito de juventude da Unesco – que comprehende a faixa entre 15 e 29 anos – pode-se dizer que 64% dos frequentadores das bibliotecas na região são jovens.

Escolaridade



Base 474

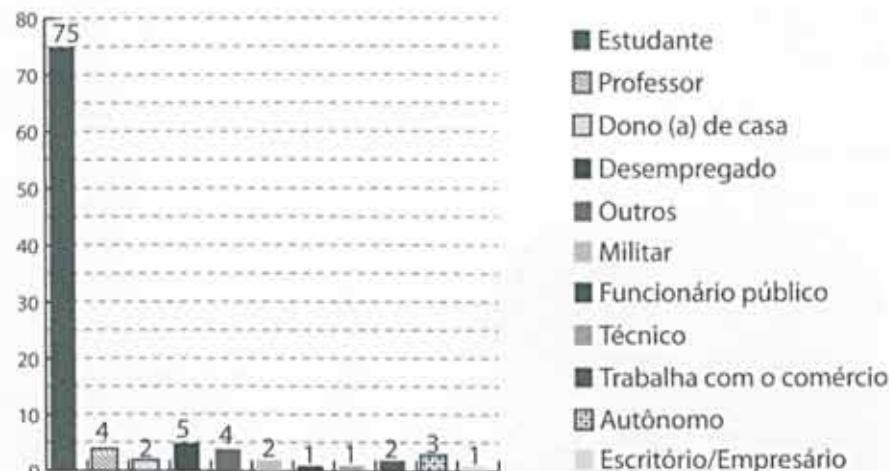
Os dados concernentes à escolaridade alinham com os do gráfico anterior, relativo à idade dos usuários. A faixa referente aos estudantes de ensino médio, que oscila justamente entre os 14 e os 17 ou 18 anos, é sensivelmente majoritária. Muitos desses frequentadores buscam na biblioteca informações para suas pesquisas escolares, ou mesmo estudar para o vestibular.

Esperava-se, a partir da observação empírica, um índice mais significativo de estudantes do ensino fundamental, uma vez que é impossível não perceber a sua presença nas diversas bibliotecas pesquisadas. No entanto, é importante destacar que a disposição desse público para preencher longos questionários é menor que a dos usuários mais velhos. Daí, suponho que esse fator tenha interferido decisivamente no número final de 18% de frequentadores do ensino fundamental, sendo 8% do primeiro segmento, que agrupa, sobretudo, crianças entre 6 e 9 anos.

Surpreende também o baixo número de frequentadores universitários, que respondem por apenas 14% da mostra. Esse número tende a variar de

biblioteca para biblioteca; em Nova Iguaçu e Caxias, a presença de estudantes de curso superior é mais significativa.

Profissão dos participantes



Base 474

O gráfico ratifica a percepção sobre os frequentadores principais das bibliotecas públicas da Baixada Fluminense. O volume de estudantes supera em muito a soma de todas as outras opções, o que conduz na mesma direção apontada pelos dois gráficos anteriores – faixa etária e escolaridade.

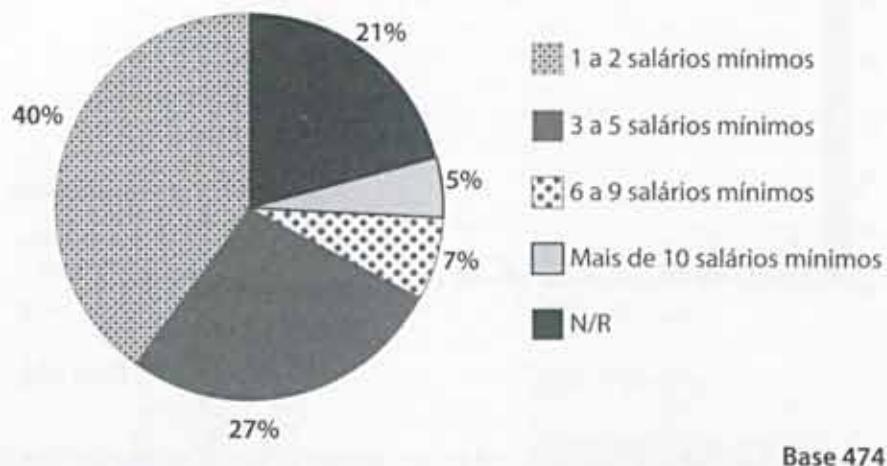
Instituição de nível superior



Base 79

Embora a mostra de estudantes que responderam aos questionários – representando 16% do total, se contarmos também os pós-graduados – não seja elevada o suficiente para autorizar interpretações mais aprofundadas, é interessante notar a simetria entre universidade pública e privada. É possível, mas trata-se apenas de uma intuição, que essa presença de universitários na região da Baixada Fluminense já seja efeito das políticas públicas para o setor efetivadas nos últimos anos, como o Prouni e o Enem.

Renda mensal



A partir do que demonstra o gráfico, o frequentador das bibliotecas públicas da Baixada Fluminense é majoritariamente incluído nas classes C e D.¹¹ Um percentual de 67% vive com renda familiar abaixo de seis salários mínimos, e 40% recebem entre um e dois salários, enquanto 27% são da classe C, com salários entre três e cinco mínimos. Desenvolver políticas para que as bibliotecas públicas, não apenas na Baixada, se tornem espaços atraentes de formação para essa camada social é determinante para o futuro desses equipamentos culturais.

Com que frequência utiliza a biblioteca?

Frequência por gênero

	Feminino	Masculino	N/R
	%	%	%
Raramente	31	31	50
1 a 3 vezes por mês	21	23	0
4 a 7 vezes por mês	11	15	0
8 a 14 vezes por mês	9	10	0
Mais de 15 vezes por mês	6	4	50
Diariamente	19	16	0
N/R	2	2	0
Base	290	173	2
Total	100	100	100

Embora tenhamos identificado predominância feminina nas bibliotecas, esse domínio não se repete na frequência mensal. As diferenças são desprezíveis e talvez indiquem que o ritmo das pesquisas escolares é que impõe a ida às bibliotecas, daí ser indiferente se o usuário é do gênero masculino ou feminino.

Frequência por faixa etária

	9-14	15-20	21-30	31-40	41-47	Mais de 50 anos	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Raramente	39	33	17	24	32	0	46
1 a 3 vezes por mês	21	18	30	38	9	43	14
4 a 7 vezes por mês	8	13	12	7	23	43	14
8 a 14 vezes por mês	9	10	10	10	5	0	0
Mais de 15 vezes por mês	2	6	7	7	5	14	14
Diariamente	15	20	22	10	23	0	9
N/R	5	0,5	3	3	5	0	5
Base	85	249	60	29	22	7	22
Total	100	100	100	100	100	100	100

Apesar de 46% responderem que acessam as bibliotecas raramente, é perceptível, nas faixas intermediárias – entre uma e sete vezes por mês –, o destaque para a faixa etária compreendida entre 15 e 40 anos e na que supera os 50 anos; embora a faixa de 9 a 14 anos também apareça bem na frequência de uma a três vezes por mês, e a de 41 a 47 anos se destaque no índice de quatro a sete vezes por mês. Além disso, a faixa entre 15 e 20 anos é significativamente mais numerosa que as demais, confirmando a hegemonia da presença jovem nas bibliotecas públicas da Baixada Fluminense.

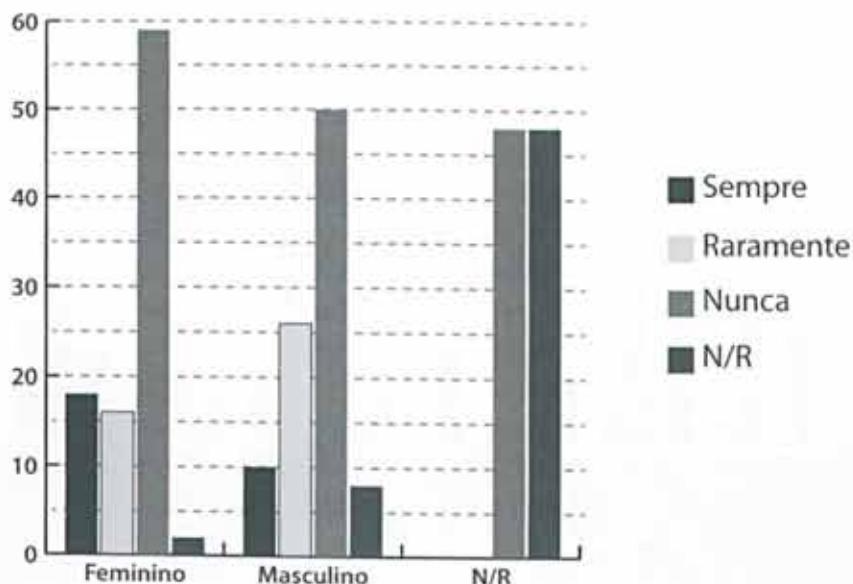
De qualquer forma, é possível perceber que, a despeito do número elevado dos que frequentam as bibliotecas raramente, há uma certa regularidade de visitas às instituições. No geral, metade dos usuários dos municípios da Baixada Fluminense vão às bibliotecas pelo menos uma vez por mês.

Frequência por município

	Município						
	Nova Iguaçu	D. Caxias	Guapimirim	Japeri	Queimados	Mesquita	N/R
%	%	%	%	%	%	%	%
Raramente	26	18	24	65	46	28	50
1 a 3 vezes por mês	24	16	24	18	22	17	0
4 a 7 vezes por mês	10	13	23	8	14	17	0
8 a 14 vezes por mês	12	13	7	0	3	11	0
Mais de 15 vezes por mês	5	12	7	2	2	6	0
Diariamente	20	28	14	6	9	22	0
N/R	3	1	2	0	3	0	0
Base	193	95	58	49	59	18	2
Total	100	100	100	100	100	100	100

Quando o recorte é por município, cabe salientar as diferenças de tamanho da população e da própria biblioteca. De qualquer forma, chama a atenção o número significativo de frequentadores assíduos na Biblioteca Cjal Brito, em Nova Iguaçu, e na Leonel Brizola, em Caxias, ambas com elevado número de usuários que as frequentam diariamente.

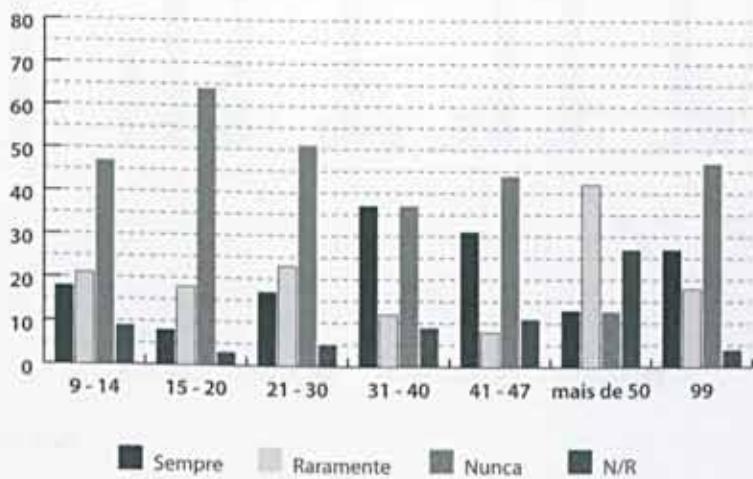
Costuma apanhar livros emprestados na biblioteca?



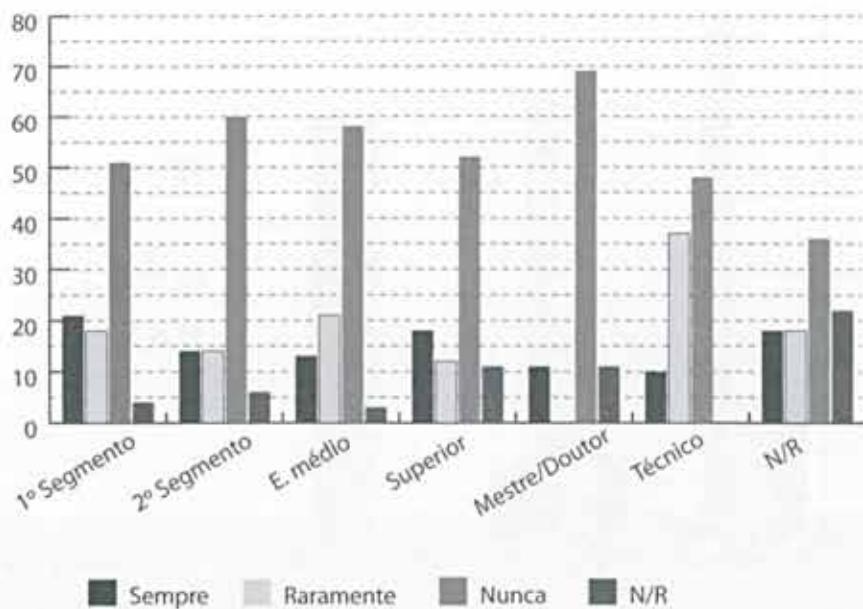
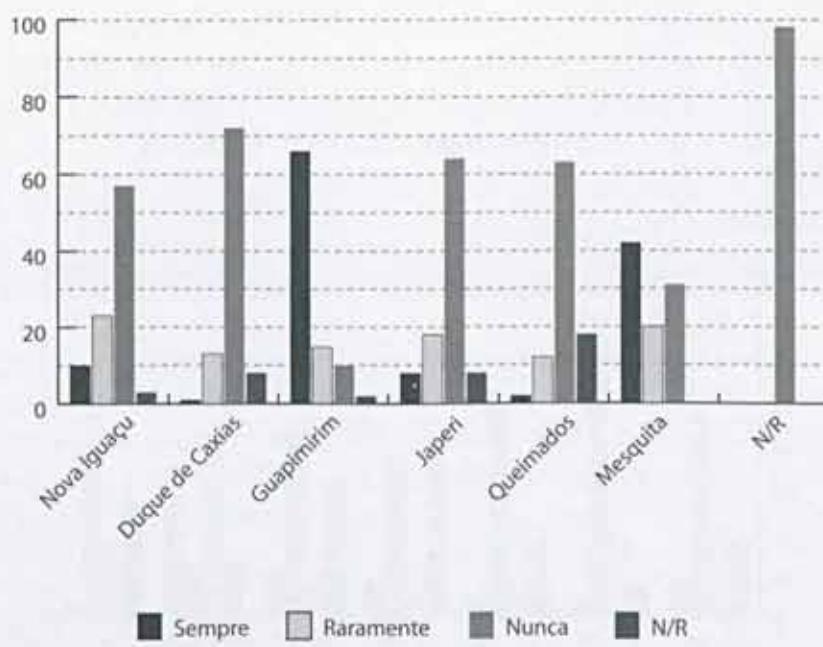
Base 465

É preciso considerar dois fatores para justificar o mau desempenho no quesito empréstimo de livros. Por um lado, em algumas bibliotecas, até o momento de fechamento dessa pesquisa, o empréstimo de livros não era permitido. Por outro, mesmo naquelas que permitem o empréstimo, a divulgação desse serviço e os métodos para realizá-lo ainda precisam ser aperfeiçoados e receber mais investimentos, no sentido de estimular os usuários das bibliotecas a criarem o hábito, a cultura, de tomar livros emprestados com frequência.

Por faixa etária



Base 473

Por escolaridade*Por município*

Base 473

Constata-se que, embora em bibliotecas como a de Nova Iguaçu haja uma razoável política de empréstimo, adotada e incentivada por seus gestores, esta ainda não é uma prática disseminada, talvez pelas razões apontadas acima. Em Duque de Caxias, pesa o fato de que, até o encerramento da pesquisa, ainda não havia sido elaborado o sistema que permitiria adotar o empréstimo de livros.

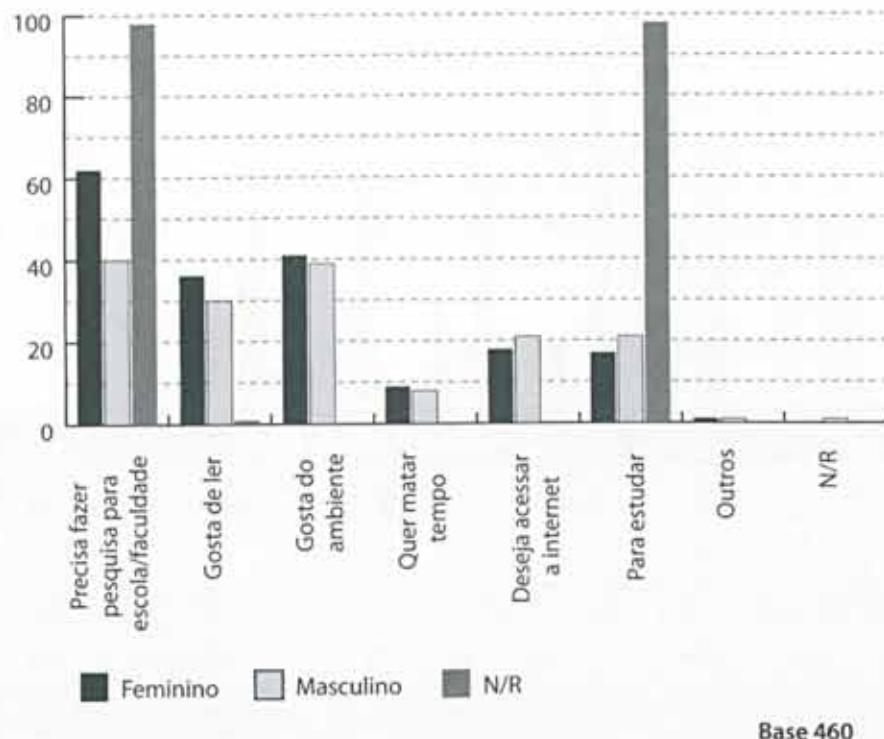
Já em Guapimirim e Mesquita, a despeito do fato de serem bibliotecas localizadas em municípios menores, merece destaque o volume alto de usuários que sempre emprestam livros. Denota uma prática já arraigada da biblioteca e apropriada pelos usuários.

Por renda mensal

	Salários mínimos				
	1 a 2	3 a 5	6 a 9	Mais de 10	N/R
Sempre	21%	13%	6%	5%	17%
Raramente	22%	19%	3%	36%	22%
Nunca	51%	64%	83%	55%	49%
N/R	6%	4%	9%	5%	13%
Base	193	127	35	22	96
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Talvez a possibilidade de comprar os livros de que necessita faça com que os usuários de maior poder aquisitivo emprestem menos livros nas bibliotecas.

Por que frequenta a biblioteca?



Este quadro demonstra que a necessidade de realizar pesquisas escolares é o grande motivador da ida às bibliotecas, e traz alguns dados interessantes. Gostar do ambiente, logo em segundo lugar, aponta para uma questão crucial, que é estabelecer uma relação entre o usuário e a biblioteca que vá além do acesso aos livros, à internet ou outros equipamentos, e seja capaz de deixá-lo à vontade no espaço. Na prática, ainda falta bastante para ser construído nesse sentido, mas o alto número de respostas positivas indica um vetor ascendente.

O mesmo vale para o item “gosta de ler”. É um número ainda inferior à metade dos que responderam a questão, mas significativo em se tratando de um universo habitualmente estigmatizado como não leitor.

Por faixa etária

	9 - 14	15 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 47	Mais de 50 anos	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Pesquisa para escola/faculdade	71	58	58	43	38	14	53
Gosta de ler	40	30	38	61	48	71	42
Gosta do ambiente	33	47	47	43	38	14	42
Quer matar o tempo	15	11	3	7	10	0	11
Deseja acessar a internet	29	16	18	25	19	43	42
Para estudar	6	25	30	25	5	14	5
Outros	0	1	0	0	10	0	5
N/R	1	0,5	2	0	0	0	0
Base	85	248	60	28	21	7	19
Total	100	100	100	100	100	100	100

Dois dados importantes que complementam a informação anterior.

Os que responderam gostar de ler são mais representativos na faixa acima de 50 anos (e depois nas faixas entre 31 e 47), mas esse número continua respeitável na faixa entre 9 e 30 anos.

E os que gostam do ambiente estão bem distribuídos em todas as faixas, mas com notável destaque para a juventude, se a considerarmos como a faixa entre 15 e 30 anos.

Por escolaridade

	1º Segmento	2º Segmento	Ensino Médio	Universitário	Mestrado/Doutorado	Técnico	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Preciso fazer pesquisa para escola/faculdade	65	62	57	49	14	43	72
Gosta de ler	40	38	34	46	29	71	31
Gosta do ambiente	35	36	44	56	14	71	31
Quer matar o tempo	13	20	10	2	29	29	9
Deseja acessar a internet	25	42	19	13	14	71	9
Para estudar	3	11	26	21	29	14	3
Outros	0	2	1	0	14	14	3
N/R	0	0	1	2	0	0	3
Total	40	45	276	61	7	7	32
Base	100	100	100	100	100	100	100

Por município

	Nova Iguaçu	D. Caxias	Guapimirim	Japeri	Queimados	Mesquita	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Preciso fazer pesquisa para escola/faculdade	58	41	48	80	81	33	100
Gosta de ler	38	28	59	27	24	56	100
Gosta do ambiente	53	46	41	29	19	28	0
Quer matar o tempo	9	16	7	14	2	0	0
Deseja acessar a internet	27	20	3	20	28	17	0
Para estudar	22	43	5	4	5	0	0
Outros	2	2	2	0	0	0	0
N/R	1	1	0	0	0	0	0
Base	189	95	58	49	58	18	1
Total	100	100	100	100	100	100	100

Por renda mensal

	Salários mínimos				
	1 a 2	3 a 5	6 a 9	Mais de 10	N/R
	%	%	%	%	%
Preciso fazer pesquisa para escola/faculdade	69	54	40	59	44
Gosta de ler	38	38	26	36	37
Gosta do ambiente	35	47	60	64	42
Quer matar o tempo	13	11	9	18	4
Deseja acessar a internet	28	21	9	18	11
Para estudar	12	22	43	27	24
Outros	0	2	3	5	1
N/R		0	0	0	3
Base	189	127	35	22	95
Total	40	27	8	5	20

O que utiliza na biblioteca?

Por gênero

	Feminino	Masculino	N/R
	%	%	0
Consulta aos livros	65	55	100
Empréstimo de livros	25	17	0
Espaço para estudos	51	55	50
Espaço infantil	5	3	0
Hemeroteca	4	3	0
Internet	41	40	0
Videoteca	1	2	0
Outros	0,5	0	0
N/R	2	2	0
Base	290	172	0,4
Total	100	100	100

Por faixa etária

	9 - 14	15 - 20	21 - 30	31 - 40	41 - 47	Mais de 50 anos	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Consulta aos livros	58	62	68	69	50	43	52
Empréstimo de livros	17	16	37	35	36	57	29
Espaço para estudos	25	68	56	38	18	14	29
Espaço infantil	7	2	3	7	9	29	0
Hemeroteca	1	4	5	7	9	0	0
Internet	57	37	42	31	23	29	52
Videoteca	4	0	0	0	0	0	14
Outros	0	0	0	0	0	0	5
N/R	2	1	2	0	9	14	0
Base	85	249	59	29	22	7	21
Total	100	100	100	100	100	100	100

Por escolaridade

	1º Segmento	2º Segmento	Ensino Médio	Universitário	Mestrado/ Doutorado	Técnico	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Consulta aos livros	73	38	64	64	43	50	59
Empréstimo de livros	28	13	22	27	0	25	22
Espaço para estudos	23	27	63	54	86	38	25
Espaço infantil	15	2	2	5	0	13	6
Hemeroteca	3	0	4	8	0	0	0
Internet	43	67	37	33	14	63	50
Videoteca	3	4	1	2	0	0	3
Outros	0	0	0	0	0	13	0
N/R	0	4	1	3	0	0	3
Base	40	45	277	63	7	8	32
Total	100	100	100	100	100	100	100

Por município

	Nova Iguaçu	D. Caxias	Guapimirim	Japeri	Queimados	Mesquita	N/R
	%	%	%	%	%	%	%
Consulta aos livros	67	46	64	65	56	68	100
Empréstimo de livros	23	4	69	6	5	56	0
Espaço para estudos	57	82	26	14	24	17	0
Espaço infantil	3	0	3	6	2	33	0
Hemeroteca	4	1	12	0	3	0	0
Internet	46	39	0	61	61	6	0
Videoteca	1	1	0	2	2	6	0
Outros	0,5	0	0	0	0	0	0
N/R	1	0	2	2	5	0	0
Base	193	94	58	49	59	18	1
Total	100	100	100	100	100	100	100

Por renda mensal

	Salários mínimos				
	1 a 2	3 a 5	6 a 9	Mais de 10	N/R
	%	%	%	%	%
Consulta aos livros	64	66	57	55	51
Empréstimo de livros	27	21	6	9	23
Espaço para estudos	39	62	66	91	50
Espaço infantil	4	5	0	5	4
Hemeroteca	3	5	3	9	3
Internet	47	36	14	36	45
Videoteca	2	1	0	0	1
Outros	0	0	0	5	0
N/R	2	0	0	0	3
Base	193	127	35	22	95
Total	100	100	100	100	100

Conclusão

Há um conto de Italo Calvino, “Um general na biblioteca”, em que os oficiais de uma “nação ilustre”, a Panduria, suspeitavam que “os livros contivessem opiniões contrárias ao prestígio militar”. Então, o Estado-Maior do país, depois de considerar o assunto longamente, decidiu instaurar uma comissão de inquérito, comandada por um general de nome Fedina, oficial severo e escrupuloso. “A comissão iria examinar todos os livros da maior biblioteca da Panduria” (CALVINO, 2010, p. 67).

Em uma manhã de novembro, os militares ocuparam a biblioteca e a fecharam ao público. Dos funcionários, ficou apenas o bibliotecário, senhor Crispino, “recrutado para explicar aos oficiais o lugar dos livros”. Crispino, no final das contas, fez muito mais. Como os militares nada entendiam de bibliografia, indicava leituras, completava as informações, conduzia-os pelos corredores de estantes.

Quando finalmente o general Fedina entregou o seu relatório, já não era o mesmo homem. Nem ele, nem os tenentes que o auxiliavam, tampouco os soldados que os acompanhavam, porque em determinado momento, dado o tédio da tarefa, mesmo eles, do escalão mais baixo, puderam passar o tempo com a leitura dos livros, desde que ajudassem na missão. No fim dessa prolongada experiência, o relato do general resultou em um compêndio da história da humanidade, desde a origem,

no qual todas as ideias mais indiscutíveis para os bem-pensantes da Panduria eram criticadas, as classes dirigentes denunciadas como responsáveis pelas desventuras, o povo exaltado como vítima heróica de guerras e políticas equivocadas (CALVINO, 2010, p. 71).

O discurso do general tinha sido confuso, cheio de lacunas e contradições, “como costuma acontecer com quem abraçou há pouco novas ideias”, mas seu significado não deixava dúvidas. Evidentemente, para a assembleia de generais foi um escândalo. Cogitou-se degredar ou processar os oficiais, mas para evitar repercussões ainda piores, decidiu-se mandá-los para a reserva, devido a problemas neurológicos derivados do serviço. No entanto, após todo o episódio, os militares aposentados ainda seriam vistos constantemente, trajados à paisana, “entrando na velha biblioteca, onde esperava por eles o senhor Crispino com seus livros” (CALVINO, 2010, p. 72).

O conto de Italo Calvino é uma espécie de parábola, decisiva para o propósito desta pesquisa. Encontrei, no percurso por todas as bibliotecas públicas da Baixada Fluminense, um traço comum. A biblioteca, se não chega a ser hostilizada, é quase sempre ignorada e negligenciada pelas prefeituras. Não há, na maioria das vezes, políticas públicas efetivas capazes de torná-las equipamentos atraentes para o grande público. Ao contrário, não é raro o abandono total desses estabelecimentos nos municípios.

Instaladas em prédios ou salas inadequadas – salvo as honrosas exceções de sempre –, sem estrutura, sem acervo, sem profissionais qualificados que possam atender bem os usuários, algumas bibliotecas assemelham-se a casas mal-assombradas, onde funcionários desinteressados e conformados desempenham o papel de porteiros e vigias de ninharias. Os poucos que tentam desenvolver ou exigir políticas consequentes no setor, não são levados a sério. Tornam-se quixotes dos livros, ainda mais quando não desistem diante dos primeiros obstáculos. Nesses casos, as premissas de onde parti – a biblioteca como espaço para o aprofundamento da democracia e fortalecimento da cidadania – são negadas. A biblioteca torna-se um espaço sem importância, como gostaria a assembleia de generais da Panduria.

Em compensação, nos lugares onde existe um mínimo de condição de trabalho e, sobretudo, profissionais capacitados (ou, pelo menos, interessados) para a função, entusiasmados com a profissão e sensíveis ao contexto no qual estão inseridos, as bibliotecas assumem um papel determinante. Elas são o espaço do conhecimento, mas também do encontro. Nesses casos, nossa hipótese, se não é inteiramente confirmada, é ao menos insinuada a ponto de abrir brechas na situação precária generalizada. É possível pressentir ali os sinais de uma presença mais forte, participativa e transformadora das bibliotecas. Não só os generais Fedina, mas todos aqueles que se interessam pelo livro, pela

leitura e pelo conhecimento, podem encontrar ali a perspectiva de abertura para uma nova cidadania, uma nova vida.

Notas

1. Publicação do IBGE com base nos resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada junto às prefeituras dos municípios brasileiros.
2. Citado em <http://www.bn.br/snbp/historico.html>.
3. Ibidem.
4. Ibidem.
5. <http://www.bn.br/snbp/acoes.html>.
6. In <http://www.cultura.gov.br/site/2009/04/24/cada-municipio-uma-biblioteca-2/>.
7. Folder de divulgação do Pró-Baixada – Programa de Ações Integradas de Governo para a Baixada Fluminense, lançado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro através da SEBAMA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Municípios Adjacentes.
8. Neste documento, em vez de 13, são listados apenas 11 municípios. Isso acontece porque, à época que ele foi publicado (não há data disponível na publicação, mas como foi produzido no governo Marcello Alencar, é provável que tenha sido logo no início do seu mandato, que foi de 1995 a 1999), dois municípios ainda não haviam se emancipado, portanto ainda não existiam como tal: Seropédica, emancipado do município de Itaguaí, em outubro de 1995; e Mesquita, que se separou de Nova Iguaçu apenas em setembro de 1999. Quanto à densidade populacional, o número se refere ao censo daquele período. Hoje, como se verá adiante, a população da Baixada aumentou consideravelmente.
9. Dados obtidos in www.ibge.gov.br.
10. Os dados referentes à população de todos os municípios são relativos ao Censo 2010 e foram obtidos na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. O conteúdo foi elaborado a partir de conhecimento pessoal e também adaptado e editado dessa mesma página eletrônica e das publicações *Baixada Fluminense: a construção de uma história – Sociedade, Economia, Política, organizada por Gênesis Torres*, e *Baixada Fluminense: memória fotográfica*, organizada por Marcus Antônio Monteiro Nogueira. Ambos os livros são do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC e da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.
11. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divide as categorias das classes sociais de acordo com a renda familiar mensal. Estão na classe E as pessoas com renda de até R\$ 751. Na classe D figuram as famílias que recebem entre R\$ 751 e R\$ 1.200 por mês. A classe C é composta de famílias com renda entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174.

Bibliografia

- BARBOSA, Jorge Luiz. *Relatório final do projeto Rio Democracia*. In http://www.riodemocracia.org.br/riodemocracia/site/noticias/noticia.php?id_content=61, 2008.

- BARROS, Paulo. *A biblioteca pública e sua contribuição social para a educação do cidadão*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CALVINO, Italo. Um general na biblioteca. In: _____. *Um general na biblioteca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- _____. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- FEITOSA, Luiz Tadeu. *O poço da draga: a favela e a biblioteca*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de. Entrevista com George Yúdice. *Revista Z Cultural*, ano III, n. 3, ago./nov. 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? : política para a cultura/ política para o livro*. São Paulo: Summus, 2004.
- LOPES, João Teixeira. *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Afrontamento; Câmara Municipal do Porto, 2000.
- MARTÍNEZ, Lucila. *Escola, sala de leitura e biblioteca criativas*. Petrópolis: Autores & Agente & Associados, 1998.
- MEDEIROS, Ana Lígia Silva. Biblioteca e cidadania. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, 2010.
- MILANESI, Luís. *A casa da invenção*: Biblioteca Centro de Cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- PERFIL dos municípios brasileiros – Munic. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004.
- SANTOS, Milton. 2005. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, Jaílson de Souza e. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Senac-Rio; X-Brasil, 2005.
- SABOYA, Vera. Entrevista ao autor. 3 ago. 2011.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. Lisa: INL, 1980.

- TRAVANCAS, Isabel. *Fazendo etnografia no mundo da comunicação*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VENTURA, João. Guilherme do outro lado das estantes: mediação e gestão da acessibilidade nas bibliotecas públicas. *Boletim OBS*, n. 10, dez. 2001.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Sites consultados

- <http://www.cultura.gov.br/>
- http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1
- <http://www.ibge.gov.br/>
- <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/>
- <http://www.bn.br/>

IX ENCONTRO NACIONAL DE
ACERVO RARO

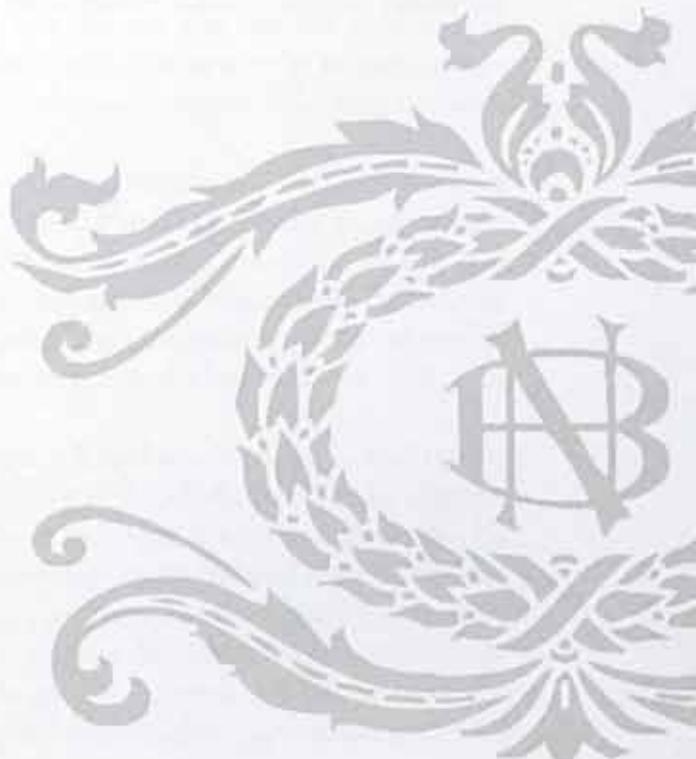


Gerenciando a fragmentação: os muitos acervos raros da UFRJ

Paula Maria Abrantes Cotta de Mello

Bibliotecária

Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas SiBI/UFRJ





Resumo

Apresentação do projeto “Memória Institucional da UFRJ”, do Sistema de Bibliotecas e Informação, SiBI, que procura minimizar os efeitos da fragmentação existente na universidade sobre seus acervos. Entre as ações planejadas no projeto estão as que visam a identificar, diagnosticar, tratar e disseminar os acervos raros da UFRJ. Esses acervos estão distribuídos e localizados em 13 das 44 bibliotecas do SiBI/UFRJ, que já possui um número expressivo de obras raras digitalizadas.

Palavras-chave: *Projeto “Memória Institucional da UFRJ”. Sistema de Bibliotecas e Informação. SiBI.*

Abstract

Presentation of the “UFRJ Institutional Memory” project, managed by the Libraries and Information System, SiBI, which seeks to minimize the effects of the fragmentation within the university collections. Among the actions planned in the project are those that seek to identify, diagnose, treat and disseminate the rare collections of UFRJ. These collections are distributed and located in 13 of the 44 libraries in the SiBI/UFRJ, which already has a significant number of scanned rare books.

Keywords: *UFRJ Institutional Memory project. Libraries and Information System. SiBI.*



Introdução

Passado e futuro são referências muito fortes na vida dos homens e das mulheres. Mas passado e futuro se ligam por aquilo que é mais fúgio, aquilo que chamamos de presente. O presente é alguma coisa que se esvai continuamente. Amanhã será o ontem e, portanto, será passado, também o é quando pensamo no futuro.

Aloisio Teixeira (*Universidade e lugares de memória*)

A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada em sete de setembro de 1920 pelo decreto nº 14.343, a partir da reunião de três escolas profissionais: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito.

A “justaposição de instituições de ensino superior previamente existentes”¹ conta com 45 bibliotecas, museus e vários arquivos documentais voltados ao atendimento das demandas de ensino, pesquisa e extensão universitária. Algumas dessas bibliotecas cumprem a dupla função de atender às dinâmicas demandas acadêmicas e, também, de guarda, preservação e disseminação de acervos raros. Entre essas, existem as que têm em suas coleções acervos raros oriundos das origens de suas unidades. Essas bibliotecas estão situadas em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro e apresentam diferentes situações em termos de infraestrutura.

Escola Nacional de Belas Artes — Originalmente, em 1816, era a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, mas não tinha o estatuto de instituição de ensino superior. Após a independência, passou a denominar-se Imperial Academia de Belas Artes e, com a República, Escola Nacional de Belas Artes. Lá se encontra a Biblioteca Alfredo Galvão, na qual parte do acervo foi inicialmente constituído pelos mestres franceses que aqui chegaram, em 1816, com a Missão Artística Francesa.

Escola de Música — Em 1890, com a República, o antigo Conservatório de Música deu lugar ao Instituto Nacional de Música. Leopoldo Miguez, seu primeiro diretor, teve a iniciativa de organizar o acervo, registrando, ele próprio, suas incontáveis obras. O acervo raro inclui tratados teórico-musicais dos séculos XVI ao XIX, obras inéditas, partituras musicais, que são destaques do importante conjunto documental, herança do Conservatório Imperial, de doações particulares e de aquisições de antigos diretores. A biblioteca da instituição, que hoje tem o nome de Alberto Nepomuceno, foi fundada em 1855.

Faculdade de Medicina — A riqueza histórica, bibliográfica e científica do acervo de obras raras da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde, com títulos que remontam ao século XVI, tem grande importância no cenário acadêmico-científico mundial. Entre as diversas obras, destacam-se *Opera omnia anatómica & chirurgica*, de Andre Vesalii (1725), e *Prosperi alpini de medicina algitiorum*, de Antonium Maviocenum (1591). Coleções das teses das principais escolas médicas europeias do século XIX, além de teses de Paris, Bologna, Montpellier e Buenos Aires integram o acervo.

Faculdade de Direito — A história da biblioteca confunde-se com a história da própria faculdade, já que ela foi criada em 1905, por iniciativa de Arnaldo Guinle, ex-aluno, que doou os primeiros livros e mobiliário. Desta iniciativa surgiu a biblioteca da Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes, que leva o nome de Carvalho de Mendonça, um comercialista. A instituição é detentora de um importantíssimo acervo para a história do Direito, possuindo exemplares dos séculos XVI a XXI. Muitas obras que pertencem ao acervo da Biblioteca Carvalho de Mendonça são únicas em todo mundo.

Com um acervo precioso, incorporado ao longo de mais de 100 anos, a entidade reúne livros considerados raridades, de grande interesse para pesquisadores da área jurídica e de história. Conta, por exemplo, com obras de Rui Barbosa, legislação do Império do Brasil e com o *Tractatus de compromissis: in quo omnia ad arbitrorum, arbitratorumq i negotium quo vis modo spectantia, a nullo haetenus ita perfecte digesta, & compilata, declarantur*, de Camillo Borello (1597).

Faculdade de Letras — O acervo da Biblioteca José de Alencar foi composto com as coleções da biblioteca da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Biblioteca Central da Universidade e de coleções particulares de grande importância bibliográfica, como Coleção Camonianiana, Eciana, Adir Guimarães, Adelino Magalhães, Thiers Martins Moreira, Liba Beider, Serafim da Silva Neto, Olegário Mariano, Aurélio Gomes de Oliveira (Coleção Shakesperiana), Coleção Bastos Tigre, Eugênio Gomes, Eduardo Mattos Portella, Sieglinda Barbosa Monteiro Autran, Caterina Barone, Arnaldo Faro e Leda Papaleo Ruffo.

Em março de 1985, a Biblioteca José de Alencar foi reinaugurada no campus universitário da Ilha do Fundão, e, em 1994, foram adquiridas as coleções do professor Celso Cunha, rara e especializada na área de filologia, linguística e literatura, e a do professor Afrânio Coutinho, especializada em literatura e crítica literária. Exemplares raros, primeiras edições, obras autografadas e livros com edições esgotadas foram reunidos no Museu de Língua e Literatura.

Museu Nacional — A Biblioteca do Museu Nacional foi reconhecida e oficializada em 11 de julho de 1863, por aviso do ministro do Estado e dos Negócios do Império, Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda. Seu

acervo inicial era composto por livros e periódicos comprados para a Comissão Científica de Exploração, nomeada por dom Pedro II. Com a república, parte da coleção do Imperador foi também doada à instituição, o que demonstra a importância histórica de sua formação. Especializada em ciências naturais e antropológicas, guarda obras dos naturalistas franceses que vieram documentar a flora e a fauna brasileiras.

Escola Politécnica — Criada por Carta Régia de dom João VI em 1810, a instituição foi a primeira escola de ensino superior no Brasil. A biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da Universidade possui um valioso acervo composto por livros, periódicos, folhetos, manuscritos e infólios, entre outros, contando com obras nacionais e internacionais dos séculos XVII ao XX, com predominância da língua francesa. São cerca de 23 mil obras monográficas, além de 1000 títulos de periódicos. A relevância desse acervo está na grande importância científica e institucional de suas peças. Lá estão obras de cientistas como Isaac Newton, Lavoisier, Laplace, Prony, Euler, Delambre, Monge, Gass, Curie, além de coleções valiosas de Academias de Ciências como as de Paris, Lisboa e Berlim. Conta também com obras de ilustres brasileiros que contribuíram para a criação e formação arquitetônica e cultural do país, como André Rebouças, Paulo de Frontin, Saturnino de Brito, barão de Teffé, Henrique Moreira e Amoroso Costa. Entre as coleções de teses é possível encontrar raridades como uma datada de 1848, da antiga Escola Militar, bem como preciosidades das Escolas Central e Poythecnica, datadas do mesmo século.

Faculdade de Educação — O Proedes – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade conta com arquivos institucionais de educadores, além de coleções temáticas e institucionais, algumas em fase de organização, alcançando cerca de duzentos mil documentos textuais, visuais e iconográficos. Reúne um número significativo de fontes a respeito de instituições educacionais e científicas e seus atores, como também sobre temas específicos, propostas e reformas de ensino que podem oferecer importantes subsídios aos pesquisadores, em especial, para o estudo da história de instituições de educação e sobre a construção do pensamento educacional brasileiro.

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — O acervo da instituição é, em parte, originário da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, onde havia importantes textos clássicos das ciências humanas e da filosofia, alguns deles originais e que permanecem classificados como obras raras na biblioteca. Entre 1959 e 1968, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil – ICS (atual IFCS) reuniu precioso acervo, essencial para os estudiosos da sociologia, da ciência política e da antropologia, incorporado posteriormente à biblioteca da instituição.

Torna-se relevante mostrar os critérios adotados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na definição de raridade bibliográfica. Sendo assim, são considerados raros, os materiais que se inserem em algumas características abaixo relacionadas:²

- impressões dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII;
- obras editadas no Brasil até 1900;
- primeiras edições até o final do século XIX;
- edições com tiragens reduzidas de aproximadamente 300 exemplares;
- edições de luxo;
- edições clandestinas;
- obras esgotadas, especiais e fac-similares, personalizadas e numeradas, críticas, definitivas e diplomáticas;
- obras autografadas por autores renomados;
- obras de personalidades de projeção política, científica, literária, artística e religiosa;
- exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias);
- obras científicas e históricas que datam do período inicial da ascensão de cada área do conhecimento;
- edições censuradas;
- edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos);
- edições de artífices renomados;
- edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas;
- teses defendidas até o final do século XIX;
- teses e dissertações defendidas na UFRJ;
- periódicos estrangeiros dos séculos XV ao XIX;
- primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos.

Os problemas, as iniciativas

Muitos são os problemas que envolvem o tratamento, a manutenção e a divulgação dos acervos raros na UFRJ. Houve projetos isolados, de qualidade, mas que foram planejados para locais determinados, não pensados de forma macro, institucional. A inexistência de investimentos específicos por longos anos é visível pelo estado de parte dessas coleções.

Como primeiro problema aparece a fragmentação – modo como foi criada a UFRJ –, que se reflete nos acervos. Há uma condição de posse e propriedade das coleções, a tal ponto fortalecida, que ao longo dos anos impede todo e qualquer

investimento na criação de uma sede, uma biblioteca construída especialmente para a guarda, conservação e divulgação dos acervos raros da Universidade.

Dessa forma, identifica-se o segundo problema que é a dispersão de recursos. O tamanho da instituição dificulta a obtenção dos mesmos resultados em todos os acervos. Há diversas necessidades que vão desde um local adequado até sofisticados trabalhos de recuperação das obras. A distância, o tamanho das coleções e seu estado de conservação são diferenciados.

Como terceiro problema, evidencia-se o que o desgaste causado pelo tempo, os danos por má acomodação e guarda, as ações biológicas causaram nos acervos. Sem esquecer da atração histórica que os alagamentos e outras tragédias climáticas têm, inexplicavelmente, por essas coleções, não só na universidade, mas em todo o mundo.

A primeira etapa: identificação e diagnóstico

Uma vez entendida essa característica das coleções raras, vem-se fazendo um criterioso trabalho de identificação e divulgação interna e externa desses acervos. O Projeto Memória do SiBI/UFRJ, iniciado em 2003 com esse objetivo, já conseguiu reunir em três livros³, os "lugares de memória da UFRJ", depoimentos e registros de projetos de pesquisa. Hoje, a universidade sabe o que possui e onde se localiza, além de conhecer a situação de cada coleção.

Foi criado um grupo de bibliotecários de instituições que possuem acervos raros, que desempenha importante papel para o resgate histórico, a gestão dos acervos e parceria para a elaboração de projetos especiais.

A segunda etapa: segurança e adequação do ambiente

A delicada estrutura dos livros, em casos de deterioração causada pelo tempo e má conservação, exige altos valores em recursos para uma recuperação eficiente, correta, adequada. Não há orçamento regular que consiga atender a todas as demandas da universidade.

Os editais externos, destinados à preservação e conservação dos bens materiais raros, apresentados por bancos e agências de fomento, têm sido um sopro de esperança nesse esforço infundável pelas condições ideais de preservação dos acervos.

Foram feitos também investimentos voltados para a segurança das bibliotecas, dos acervos e, ainda, para garantir a climatização ideal desses espaços. Dessa forma, foram adquiridos purificadores de ar, desumidificadores, termo-higrômetros, bancadas de higienização, portais antifurto, etiquetas especiais.

Posteriormente, partiu-se para a digitalização dos acervos, com investimentos em preservação e divulgação. Foram adquiridos scanners, sendo dois de grande porte, o que demandou a capacitação de servidores

dedicados à digitalização das obras. Há iniciativas e um crescente interesse por parte da comunidade universitária em apoiar e desenvolver pesquisas baseadas nessas coleções.

A UFRJ apoia e reconhece a importância e a sua responsabilidade em preservar e divulgar esses acervos, verdadeiros patrimônios da humanidade para as próximas gerações. O Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano Diretor colocam essas ações em seus horizontes.

É importante viabilizar “mecanismos internos e externos que reforcem, junto aos nossos superiores, governantes, agências de fomento e empresários a importância da salvaguarda”, bem como a necessidade de disponibilizar recursos necessários à recuperação, preservação e disseminação dos acervos à sociedade.

Notas

1. Aloisio Teixeira in: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Proposta de plano quinquenal...*, p. 15.
2. MELLO, Paula; SANTOS, Maria José.
3. *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma, Universidade e lugares de memória e Universidade e lugares de memória II.*

Bibliografia

- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/Comped/MEC/INEP, 2000.
- UNIVERSIDADE e lugares de memória. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2008.
- UNIVERSIDADE e lugares de memória II. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2009.
- A UNIVERSIDADE e os múltiplos olhares de si mesma. Rio de Janeiro, UFRJ/SIBI, 2007.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Proposta de plano quinquenal de desenvolvimento para a Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Março, 2006.
- MELLO, Paula; SANTOS, Maria José. *Manual de conservação de acervos bibliográficos da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2004.

Reprodução do acervo musical da Biblioteca Nacional: a dificuldade de os usuários entrarem no tom com a mudança de procedimentos

Elizete Higino

Bacharel em Música (piano) UFRJ.
Chefe da Divisão de Música e Arquivo Sonoro / FBN.





Resumo

A Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Fundação Biblioteca Nacional ocupa inegável espaço no cenário musical brasileiro. Em seu acervo encontram-se obras preciosas, algumas das quais peças únicas, imprescindíveis à escritura da história e à preservação da memória musical do país. Esta comunicação trata da criação desta área na Biblioteca Nacional e informa sobre seu acervo e a estrutura de funcionamento, tendo em vista uma gestão adequada aos interesses de seus usuários.

Palavras-chave: *Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Música. História.*

Abstract

The Division of Music and Sound Archive of the National Library Foundation occupies an undeniable space in the Brazilian music scene. In its assets there are precious works, some of which are unique pieces, essential to the writing of history and the preservation of the country's musical memory. This communication deals with the creation of this area at the National Library and informs about its collection and operating structure in view of a management adequate to the interests of its users.

Keywords: *National Library Foundation. Division of Music. History.*



A Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional, hoje sediada no 3º andar do Palácio Capanema, marco da arquitetura moderna do Brasil localizado no centro do Rio de Janeiro, foi criada em 1952, por iniciativa do então diretor e escritor Eugênio Gomes (1897-1972), a partir de fundos preciosos – notadamente livros raros e partituras –, extraídos da coleção geral da instituição pela bibliotecária e musicóloga Mercedes Reis Pequeno (que chefiou a Divisão desde a sua criação até 1990, quando se aposentou).

Com mais de 250 mil títulos, é um dos mais importantes acervos musicais existentes no Brasil, relevante para investigação histórica e musicológica, contendo autógrafos de compositores ilustres, variada literatura sobre música, partituras, libretos, periódicos, programas de concertos, correspondências, fotografias, discos, CDs e DVDs.

Composto pela soma de várias coleções marcadas pelo prestígio de seus colecionadores originais, sua base principal é formada por peças trazidas de Portugal para o Rio de Janeiro por d. João VI, pertencentes à chamada Real Biblioteca, de Lisboa, e à Biblioteca do Infantado. São livros, partituras, libretos de óperas, livros litúrgicos, missais e tratados. Há também a Coleção Thereza Christina Maria, formada por obras que pertenceram às imperatrizes Leopoldina e Thereza Christina. A coleção, que recebeu este nome como condição determinada por seu doador, d. Pedro II, reúne partituras em primeiras edições de Mozart, Haydn, Beethoven e Pleyel, além de livros raros e exemplares do periódico *Brazil Musical*, dedicado a S.M. a Imperatriz do Brasil.

Outras importantes coleções como a do Conde da Barca, J.A. Marques e Salvador Mendonça estão também representadas com obras dos séculos XVI e XVII.

O acervo da Dimas foi enriquecido por meio de contribuição legal, doações e compras, destacando-se a aquisição da biblioteca que pertencera ao bibliófilo cearense Abraão de Carvalho (1891-1970), que reuniu a maior biblioteca musical particular do Brasil, com cerca de 17 mil peças, adquirida por meio de lei do Congresso Federal para a Biblioteca Nacional, na década de 1950. Segundo d. Mercedes, a compra dessa coleção contribuiu de forma definitiva para estruturar a então Seção de Música da Biblioteca Nacional. A BAC, como era conhecida a Biblioteca Abraão de Carvalho, reunia um acervo considerável em literatura e partituras musicais, valiosa coleção de obras raras sobre música dos séculos XVII e XVIII. Entre as raridades da coleção Abraão de Carvalho encontram-se obras do teórico e filósofo Gioseffo Zarlino (1517-1590); tratados de Jean Philippe Rameau (1683-1764) e de Francisco Ignácio Solano (c.1720-1800); primeiras edições de composições de Franz Liszt

(1811-1886); a obra *Regole del contrapunto pratico* (Napoli, 1794), de Nicola Sala (1713-1801), único exemplar no Brasil; *Compêndio de música theorica e practica* (Porto, 1816), do frei Domingos de São José Varella, a *Primeira parte do Index da Livraria de Música do Muito Alto, e Poderoso Rey Dom João IVº, Nossa Senhor, anno 1640*, que fala do tesouro musical, destruído pelo grande terremoto de Lisboa de 1755; *Ricardo Wagner e Francisco Liszt recordações pessoais* (Lisboa, 1874), de Platon de Waxel, impresso apenas em 50 exemplares, dos quais Abraão de Carvalho possuía o volume de nº 23.

A compra da coleção Luciano Gallet (1893-1931) trouxe junto a obra do compositor Glauco Velazquez (1883-1914), que se encontrava em poder daquele compositor e amigo.

Nos anos seguintes, sucederam-se doações de particulares, autógrafos dos compositores Oscar Lorenzo Fernandez (1897-1948), Alberto Nepomuceno (1864-1920), Francisco Braga (1868-1945), Meneleu Campos (1872-1927), Brasílio Itiberê (1896-1967), Ernesto Nazareth (1863-1934), Francisco Mignone (1897-1986), César Guerra-Peixe (1914-1993) e Helza Cameu (1903-1995), entre outros.

A coleção de manuscritos compreende manuscritos textuais, partituras e partes. Entre os manuscritos musicais de compositores brasileiros se destacam os manuscritos autógrafos das óperas *Il Guarany*, *Fosca*, *Maria Tudor* e *Salvator Rosa*, de Carlos Gomes (1836-1896), grande referência musical do Brasil. Este conjunto documental recebeu em 2009, do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, a Nominata no Registro Nacional Brasil. Esse registro confirma o valor excepcional e o interesse nacional de um acervo que deve ser protegido em benefício da humanidade.

A coleção discográfica da Dimas inclui a série de clássicos estrangeiros e autores brasileiros, merecendo uma instalação especial para a audição de discos e uma sala para leitura, por piano, de peças musicais.

O setor é especializado por assunto (música) e não por tipo de material, que é recebido através do depósito legal, ou por meio de compras e doações. O acervo compreende não só partituras, mas também monografias, periódicos – em circulação ou não –, manuscritos, obras raras e iconografia relacionados à música.

Visando a preservar o patrimônio musical brasileiro foram microfilmados diversos itens das coleções de manuscritos musicais autógrafos de compositores brasileiros como Alberto Nepomuceno (1864-1920), Ernesto Nazareth (1863-1934), Francisco Mignone (1897-1986), Henrique Oswald (1852-1931) e Carlos Gomes (1836-1896), entre outros documentos únicos pertencentes à coleção da Divisão de Música e Arquivo Sonoro.

A consulta ao acervo pode ser feita através do catálogo em fichas (autor, título e/ou assunto), da base de dados para acesso local ou remoto e via internet

(www.bn.br). A Divisão de Música e Arquivo Sonoro atende fundamentalmente a pesquisadores acadêmicos, estudantes universitários e profissionais especializados.

Sancionada a lei nº 12.192, de 15 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Fundação Biblioteca Nacional, coube à Divisão de Música e Arquivo Sonoro abrigar, processar e preservar esse material, assim como assegurar o acesso a todo cidadão.

A finalidade precípua da Fundação Biblioteca Nacional é preservar a memória bibliográfica e documental do país. Com base na sua norma de reprodução de acervo, a instituição só autoriza a reprodução integral de obras que estejam em domínio público ou daquelas que, embora protegidas pela Lei do Direito Autoral (lei nº 9.610/98), tenham autorização expressa de reprodução por seus autores/titulares, cabendo ao usuário a obtenção dessa autorização de reprodução e responsabilidade sobre a utilização da obra. Os pedidos de reprodução são autorizados após uma avaliação efetuada pelos curadores do acervo quanto ao estado geral de conservação física da obra. Após a autorização, o usuário deverá assinar o Termo de Responsabilidade para Utilização de Imagens do Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Com a transferência da Dimas, em 1981, do prédio sede para o Palácio Gustavo Capanema, até 2007, a reprodução (via xerox) fazia parte da realidade dos nossos usuários. Anunciada a eliminação do setor de cópias da Dimas, em 2008, com a centralização dos trabalhos de reprodução no prédio sede da Biblioteca Nacional conforme já se praticava em toda a casa, o convívio sempre amigável entre usuários e o setor, começou a apresentar problemas.

Estabelecer novamente uma relação amistosa com os usuários tem sido uma luta diária. Todos querem levar tudo sem atentar, sobretudo, para a questão dos direitos do autor e a preservação do acervo. Nem todos os documentos podem ser reproduzidos, pois existem restrições impostas pela Lei de Direitos Autorais em vigor. A reprodução não é proibida, há apenas o cumprimento da lei vigente, e a Dimas tem consciência do seu papel como centro de guarda, consulta, divulgação e pesquisa do patrimônio musical nacional.

Tentar refazer o convívio amigável com nossos usuários tem o objetivo de orientar o uso correto e a preservação do acervo, sempre mostrando que a Dimas, no desempenho de suas funções, possibilita acesso, preserva o acervo e permite a reprodução. O mundo está mudando e a Dimas acompanha essa mudança afinada aos padrões da instituição em que está inserida. Entretanto, seria ótimo que nossos usuários entendessem que o setor não é o único responsável pela manutenção das coleções sob sua guarda, pois esse patrimônio é um bem cultural coletivo e, assim, mantê-lo conservado e disponível ao uso no presente e no futuro é responsabilidade de todos.

Preservar qualquer acervo é uma forma de garantir a sua continuidade cultural mantendo um elo entre o passado e o presente. Por isso, a Dimas tem a certeza de que a música, como a primeira das artes, conseguirá reunir no mesmo "tom" todos os seus usuários.

Bibliografia

- BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.bn.br>>
- HERKENHÖFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana, histórica, crítica e cronológica*. Lisboa: Mattos Moreira & Pinheiro, 1900. 2 v.
- PRIMEIRA parte do index da livraria de mysica do myto alto, e poderoso Rey Dom João o IV. Porto: Imprensa Portuguesa, 1874. 525 p.
- RIBEIRO, Mário de Sampaio. *El rey d. João IV: príncipe-músico e príncipe da música*. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1958. 45 p.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos [...] applicaveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. 22 t.
- VIEIRA, Ernesto. *Diccionario biographico de músicos portuguezes*. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900. 2 v.

Diretrizes implementadas para
o estabelecimento de uma
política de preservação e
acesso aos acervos raros das
bibliotecas da Universidade de
São Paulo

Dione Seripierri

Bibliotecária

Diretora da Biblioteca do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo - USP





Resumo

A Universidade de São Paulo, através do SIBi, lançou em 2003 a Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais, tornando disponível para pesquisadores e público em geral o conteúdo integral de títulos existentes nas diversas bibliotecas da universidade. As políticas adotadas na implantação visam especialmente à acessibilidade, obedecendo aos critérios de raridade e de conteúdo temático e importância para a pesquisa, bem como à análise do valor histórico e inexistência de novas impressões ou edições do título.

Palavras-chave: *Universidade de São Paulo. SIBi. Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais. Implementação.*

Abstract

The University of São Paulo, through SIBi, launched in 2003, the Digital Library of Rare Books and Special Assets, making available to researchers and the general public the full contents of titles in several libraries of the university. The policies adopted in the implementation specifically target accessibility, according to the criteria of rarity and thematic content and importance for research, as well as the analysis of historical value and inexistence of reprints or editions of the title.

Keywords: *University of São Paulo. SIBi. Digital Library of Rare Books and Special Assets. Implementation.*



SIBi é o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo que oferece prioritariamente suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão de docentes, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação da USP. É integrado por 43 bibliotecas, distribuídas em seis *campi* universitários, com um total de mais de seis milhões de volumes, e um universo de especialidades que abrange todas as áreas do conhecimento.

Sua principal missão é promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação, contribuindo para a excelência do ensino, pesquisa e extensão. Os valores mantêm o compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, os valores humanos e a sustentabilidade.

Breve histórico da preservação nas bibliotecas da USP

A formação dos acervos das bibliotecas da USP está intimamente ligada à história institucional de cada unidade de ensino. As coleções de obras raras e especiais tratadas pelas áreas de preservação tinham sua importância diminuída, pois esse tipo de acervo era considerado relíquia institucional, acessada apenas em visitas controladas. Esse patrimônio fechado e sem visibilidade apresentava em algumas unidades da universidade somente valor histórico.

Dessa forma, na década de 1990 o SIBi instituiu um grupo de estudos com conhecimentos nas áreas de preservação e conservação, e de acervos, que tinha como foco principal estabelecer um programa de preservação e conservação para as bibliotecas da Universidade.

A metodologia empregada usou questionários respondidos *in loco* e visava ao levantamento dos aspectos de armazenagem, aspectos construtivos, questões ambientais e de segurança, infestações biológicas, bem como o levantamento de coleções tradicionais, historicamente importantes, que incorporavam os acervos de obras raras e especiais. O levantamento de prioridades também indicava o percentual de títulos que necessitavam tratamentos de encadernação, restauro e recuperação de encadernações e acondicionamento.

Os resultados individuais de cada unidade foram reunidos em um relatório que apontava as necessidades de preservação e decidia as prioridades a serem implementadas, identificando todos os pontos onde deveriam ser intensificadas as atividades de preservação e conservação.

O resultado final obtido em todas as bibliotecas do sistema foi tabulado e serviu de base para traçar a implantação de uma política de preservação para as bibliotecas da universidade. O maior apoio foi conseguido através de agências de fomento que passaram a patrocinar os projetos de infraestrutura

para as bibliotecas, que contribuíram de forma expressiva no atendimento das necessidades identificadas.

Dessa forma, atingiu-se o objetivo de salvaguardar as coleções de obras raras e especiais da universidade, sob os aspectos físicos, ambientais e de segurança, além da adoção de medidas que visavam ao controle e preservação desse tipo de acervo.

O aumento de investimentos na capacitação extensiva aos bibliotecários e técnicos, qualificando assim o capital humano das bibliotecas, também foi um ponto decisivo na implantação da política de preservação.

Ações implementadas para a política de preservação e conservação

O SIBi, através da reitoria, lançou várias portarias publicadas no *Diário Oficial* criando comissões e estabelecendo diretrizes que visavam à preservação, disseminação e acessibilidade, assegurando o desenvolvimento das pesquisas:

- criação da Comissão de Planejamento Físico de Bibliotecas;
- regulamentação das diretrizes para preservação e conservação preventiva dos acervos bibliográficos e bibliotecas do SIBi/USP;
- publicação do SIBi através do Grupo de Conservação: Encadernação: instruções para a solicitação dos serviços. (Série Manual de Procedimentos SIBi, n. 14);
- publicação da obra *Bibliotheca Universitatis*, subdividida em três volumes. Reunião de obras que vão do século XV ao XVI, pertencentes às 16 unidades detentoras deste acervo;
- publicação do SIBi através do Grupo de Conservação: Licitação para o serviço de conservação de materiais bibliográficos que não são considerados obras raras e/ou especiais, reunindo diversos folhetos.

A continuidade na obtenção de novos recursos financeiros, bem como na capacitação dos recursos humanos, abre espaço para a disponibilização das informações de conteúdos dos acervos raros e especiais e sua acessibilidade.

Situação atual na política de acesso e reprodução de acervos raros

A Universidade de São Paulo, através do SIBi, atua em três grandes frentes de livre acesso às obras raras e especiais: Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais, Brasiliana USP e SciELO/BHL – Biodiversity Heritage Library.

1. A Biblioteca de Obras Raras e Especiais foi criada em 2003 com o objetivo de divulgar e facilitar o acesso ao conteúdo de um grande número de livros raros ou com características especiais, existentes nas diversas bibliotecas da Universidade de São Paulo. Reúne um total de 1224 títulos e teve suas informações bibliográficas extraídas da base de dados que originou a obra

Bibliotheca Universitatis – livros impressos nos séculos XV e XVI do acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo.

Em 2005, implementos da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) foram utilizados para a construção de uma oficina de digitalização, que, em 2008, deu início à primeira obra digitalizada no SIBi. O projeto ainda segue na digitalização.

Os critérios de antiguidade, estado de conservação, peculiaridades físicas ou de conteúdos permitem o acesso irrestrito de pesquisadores ao acervo raro e especial.

Em 2008, o SIBi, através da reitoria, estabeleceu:

- a criação da comissão de digitalização das obras raras e especiais das bibliotecas do sistema;
- que o patrimônio bibliográfico custodiado pelas bibliotecas da USP, em especial as obras raras e especiais, é considerado bem comum da humanidade;
- que este patrimônio deve ser preservado sem, contudo, limitar sua consulta;
- que as bibliotecas têm a função de organizar, preservar e permitir o acesso às obras raras e obras especiais;
- a necessidade de implementação de dados na Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais do Portal da USP (Portaria GR-3.742, de 29-3-2007).
- a criação do site <http://www.obrasraras.usp.br/>

Políticas adotadas para digitalização e acessibilidade

- títulos existentes nas diversas bibliotecas da universidade;
- obedecer aos critérios de antiguidade;
- análise do valor histórico e inexistência de novas impressões ou edições do título;
- análise do conteúdo pragmático e sua importância na ciência.

2. Biblioteca Brasiliana Digital

A USP guarda um acervo bibliográfico e documental de grande monta sobre assuntos brasileiros. A responsabilidade por ampliar o acesso a seus acervos, aliada ao fato de a universidade reunir recursos tecnológicos, resultou no caráter estratégico do Projeto Brasiliana USP, a formação de uma Brasiliana Digital a ser construída por uma rede nacional formada por instituições públicas e privadas dispostas a dela participarem. Este projeto torna irrestrito o acesso aos fundos públicos de informação e documentação científica sob sua guarda. Em 2008, a Biblioteca Mindlin foi a responsável pela implantação da Brasiliana USP. Instalados num mesmo espaço físico, lá estão o Centro Guita Mindlin (de conservação e restauro do papel e do livro) e também a Biblioteca de Obras Raras e Especiais da USP (BORE-USP). Além disso, o edifício abriga ainda uma moderna sala de exposições e também um anfiteatro

multimídia, equipamentos a serem compartilhados por toda a universidade. Houve também o lançamento do site <http://www.brasiliana.usp.br>.

Em fevereiro de 2009, foi implantado o Laboratório da Brasiliana Digital em sede provisória, contando com uma equipe de mais de 40 profissionais, entre professores, pesquisadores e estagiários, com toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto.

3. SciELO/Biodiversity Heritage Library – BHL

O projeto foi constituído a partir de uma iniciativa nacional de gestão de informação e conhecimento científico em biodiversidade, que integra o Projeto SciELO Biodiversidade e o Projeto Obras Essenciais em Biodiversidade, cujo objetivo é resgatar, tratar, disseminar e preservar todo o conhecimento referente ao estudo da biodiversidade brasileira partindo da digitalização de obras preservadas nas bibliotecas brasileiras, de modo a promover o acesso aberto a toda a sociedade.

O empreendimento viabilizou a digitalização e publicação *on line* de uma Coleção de Obras Essenciais em Biodiversidade das Bibliotecas Brasileiras, com a participação do Ministério do Meio Ambiente, Fapesp (por meio do Projeto SciELO, Biblioteca Virtual Fapesp e Programa Biota/Fapesp), Museu de Zoologia da USP, Bireme/OPAS/OMS, Fap Unifesp e representantes da Rede de Bibliotecas de Obras Essenciais em Biodiversidade. O consórcio reúne os maiores museus de história natural e bibliotecas de botânica no mundo, como a Academy of Natural Sciences e o American Museum of Natural History, nos Estados Unidos, e o Natural History Museum, na Inglaterra.

No Brasil, as principais instituições integrantes são o Museu Goeldi, o Instituto de Biociências e Museu de Zoologia, o Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Jardim Botânico e a Universidade Federal do Paraná, contando ainda com a participação especial da Biblioteca Nacional. A iniciativa prevê uma ampliação com a inserção de outras entidades nacionais.

O projeto, com duração prevista para quatro anos, permitiu a digitalização de 2.000 obras entre livros, mapas e outros documentos de valor histórico, essenciais para a comunidade científica. Após o tratamento das informações, foi criada a Coleção de Obras Raras Essenciais em Biodiversidade, disponibilizada pela Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Políticas adotadas para o desenvolvimento e implantação da digitalização e acessibilidade da Biblioteca BHL SciELO Brasil

- obras de autores brasileiros;
- obras raras, preferencialmente dos séculos XVIII e XIX, consideradas importantes para o conhecimento da fauna e da flora brasileiras;
- obras do início do século XX, guardados os direitos autorais.

O acesso às informações do SciELO BHL pode ser feita através do site <http://biodiversidade.scielo.br/php/index.php>

Conclusão

Atualmente, obras em meio digital são uma realidade e essas tendências propiciam o *design* de bibliotecas eletrônicas – virtuais e digitais –, permitindo a ampliação do acesso a recursos informacionais, a interoperabilidade de conteúdos, de busca, recuperação e oferta de informação.

O Sistema de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, mediante a elaboração e desenvolvimento dos projetos citados, tem permitido visibilidade e acessibilidade às obras raras e especiais, conciliando as necessidades de preservação dos acervos, ao mesmo tempo que universaliza o acesso a seu patrimônio cultural existente nas bibliotecas do sistema.

Bibliografia

- HANZEN, D. et al. *Planejamento de preservação e gerenciamento de programas*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPBA, 2001.
- KENNEY, A. R.; CHAPMAN, S. *Requisitos de resolução digital para textos: métodos para o estabelecimento de critérios de qualidade de imagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPBA, 2001.
- ROSETTO, M. Biblioteca digital: cenário e perspectivas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 4, p. 101-130, 2008.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Departamento Técnico. *Bibliotheca universitatis: livros impressos dos séculos XV e XVI do acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2000.

Entre fatos, fotos e variedades, o compromisso: o caso do Cedic-BA

Maria das Graças Nunes Cantalino

Bibliotecária do Cedic-BA (Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia)
Fundação Clemente Mariani





Resumo

Este texto discute as providências adotadas pelo Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia – Cedic-BA, para organizar o ingresso dos usuários nas dependências desta entidade e o acesso aos materiais bibliográficos das coleções ali existentes. A discussão sobre uma legislação que regule o direito de autoria é um tema recorrente que acompanha a evolução da produção intelectual. O texto destaca o documento que regula o compromisso do pesquisador perante essas normas e os desafios para garantir o acesso às fontes a partir de parâmetros éticos e legais.

Palavras-chave: *Acesso à informação. Produção intelectual. Cedic-BA – regulamentos.*

Abstract

This paper discusses the measures adopted by the Centre for Documentation and Cultural Information about Bahia – Cedic-BA, to organize the users access to this entity's premises and the access to bibliographic materials from the collections existing therein. The discussion on legislation governing the right of authorship is a recurring theme that accompanies the evolution of intellectual production. The text highlights the document that regulates the researcher's commitment to these standards and the challenges to ensure access to sources from ethical and legal parameters.

Keywords: *Access to information. Intellectual production. Cedic-BA – regulations.*



Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo [...] podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas.

Ecléa Bosi, 1994

Introdução

De acordo com a proposta deste IX Encontro Nacional de Obras Raras – ENAR de discutir as políticas de acesso e reprodução de documentos, apresentaremos nesta comunicação nossa experiência e as providências tomadas diante do crescimento e da diversidade de informação que emergem em variados ambientes e formatos diariamente.

Abordaremos aqui o caso do Centro de Documentação e Informação Cultural da Bahia – Cedic-BA, um jovem centro de pesquisa, criado e mantido há 16 anos pela Fundação Clemente Mariani, instituição privada, sem fins lucrativos, especializado em assuntos baianos, embora aí também estejam incluídas edições da historiografia brasileira servindo, sobretudo, de apoio às pesquisas realizadas por comunidades acadêmicas. Nesse contexto, com o fito de atender ao grupo de pesquisadores deste centro e considerando a necessidade de cumprir com os objetivos a que se propõe o Cedic-BA (reunir, organizar, catalogar, preservar e divulgar um acervo bibliográfico que contribua para a compreensão e divulgação da história e da cultura baianas), nosso compromisso é o de adequar meios para interagir como mediadores dos anseios desse usuário/pesquisador.

Nesse âmbito, adaptamos à legislação de proteção dos direitos autorais, lei nº 9.610/1998, que tem gerado muita controvérsia e discussão, um documento de caráter normativo e regulador para as atividades internas do centro – o Termo de Compromisso¹ – que ajusta o acesso do usuário às dependências da instituição, ao tempo que normatiza o acesso aos programas e serviços – cursos, seminários, palestras, levantamento bibliográfico, visita guiada etc. – oferecidos ao usuário/pesquisador, bem como a difusão e preservação desse raro e precioso acervo, cuja coleção bibliográfica é seguramente uma fonte de pesquisa para interessados, que tem a Bahia e sua historiografia como principal elemento dos seus trabalhos acadêmicos.

Trata-se, portanto, de ajustar à legislação nacional já existente os nossos regulamentos internos, com o objetivo de atender à demanda acadêmica baiana, tão carente de fontes documentais e espaços para estudos e pesquisas.

A pesquisa acadêmica

Na comunidade acadêmica baiana, entre os pesquisadores que frequentam o Cedic-BA, determinados materiais são notadamente recorrentes para o alinhamento das pesquisas. Os relatórios da administração pública, almanaque e periódicos – jornais e revistas – são as fontes mais solicitadas para reprodução. A atenção a esse tipo de material é justificada, certamente, pelo resultado que se obtém. Nesse tipo de fonte são garimpados os acontecimentos que circulavam e fecundavam a vida econômica, social e literária da Bahia dos séculos XIX e XX, como, por exemplo, as publicações oriundas da Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, da fundação da Biblioteca Pública, e de outros eventos importantes registrados na imprensa baiana, sendo assim uma leitura indispensável.

Sabe-se que a proliferação da revista nesse momento não se constitui em processo isolado do Brasil. A despeito dessa modalidade periódica ter surgido nos séculos XVII e XVIII nos países com tradição de leitura – em particular na Inglaterra, França, Itália, e Alemanha –, também na Europa do século XIX a revista estava sendo sobejamente festejada e tornara-se um gênero preferencial em razão de uma conjuntura igualmente específica: as facilidades de impressão, a possibilidade de condensação de assuntos para divulgação do conhecimento enciclopédico, a emergência do romance em forma de folhetim, a constituição de um espaço para a colocação literária, a demanda por publicidade impressa. (ABREU, 2005, p. 248).

As pesquisas cuja fonte principal de referência são as preciosas revistas de época, os almanaque ou antigos relatórios sobre a província da Bahia, entre outros, são desafiadoras, uma vez que poucos exemplares foram preservados. Pesquisadores determinados e obstinados optam por desenvolver seus trabalhos acadêmicos, revisitando a vida histórica e cultural baiana, eventos e relatos inseridos nesse tipo de publicação. *A Gazeta da Bahia* (1811), *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1814), e o *Diário da Bahia* (1856) foram periódicos de grande importância para a sociedade baiana, este último sendo considerado o “Decano da Imprensa na Bahia”, segundo Carvalho (1899).

Material classificado como mundano e efêmero e, em tempo, considerado um instrumento de ação adotado por grupos de intelectuais que muito influenciaram e contribuíram para a história cultural e política do Brasil, o “periódico revista” é uma fonte recorrente, assim como os almanaque, considerados informativos de larga propagação.

Os recursos iconográficos dessas revistas reproduziam a situação daquele momento. Esse é também um elemento forte que lhes confere o status de

"preciosidade", entre os pesquisadores. As revistas ilustradas abrigavam um sem-número de propagandas que de algum modo informavam algo sobre a cultura do período. Os periódicos continham variedades e ensaios literários de época – século XIX e meados do século XX –, período motivado pelo romantismo arrebatador dos poetas, seresteiros e cantadores de poemas e lirismos. Sobre a imprensa no século XIX, Araújo (1999) comenta que o jornalismo se associa à literatura e até se confunde com ela na prática periodística dessa fase.

Alguns textos, cuidadosamente assinados por pseudônimos, denunciavam a presença feminina; outros, a pomposa participação de comerciantes bem-sucedidos envoltos em campanha política abordando o leitor.

Localizar revistas e outras fontes periódicas nos arquivos e bibliotecas baianas impõe ao pesquisador uma trajetória árdua, devido a variados fatores políticos, culturais, climáticos etc., alguns provocados ao longo de muitas gerações. "Vários jornais, sobretudo no interior, tiveram que enfrentar a intolerância dos senhores de escravos e foram empastelados, sofrendo os seus redatores ultrajes e violências." (CARDIM, 1970, p. 22).

Tavares (2009, p. 6), pesquisando em bibliotecas e centros de pesquisa sobre a imprensa brasileira, sobretudo a imprensa na Bahia, lamenta a dificuldade de encontrar esse tipo de fonte. Segundo ele, em algumas instituições, quando as possuem, são "coleções incompletas e/ou danificadas". Acervos particulares ou públicos podem ter um triste destino a depender de como foram construídos ou são administrados.

Ao resgatar esses preciosos jornais e revistas do anonimato, trazê-los à luz e, por fim, transformá-los em fontes de informação acessível à reprodução e franquia entre novos pares, os pesquisadores e bibliotecários (arqueólogos e garimpeiros) disponibilizam para a sociedade não só um bem material, mas também as profícias ideias de uma geração.

Lacerda (2000, f. 4), em sua dissertação de mestrado, salienta que "Foucault nos alertou para a necessidade de se realizar um verdadeiro trabalho arqueológico para chegar às camadas mais profundas da história, [...] muitas vezes abafadas sob o peso das tradições e dos cânones não questionados e reproduzidos através dos tempos".

O compromisso

Os estudos de Arns (1993) sobre a difusão do livro na Antiguidade Clássica nos informam que os textos eram propagados gradualmente. A obra, em geral, era copiada por pessoas próximas e conhecidas do autor, que a passavam adiante até chegar às mãos de diferentes interessados, notadamente entre letRADOS.

Não se escreve um texto para escondê-lo. Quanto mais apaixonante a tese se torna para o público leitor, mais garantida é a sua propagação. Nessa perspectiva, diferentes textos se realimentam, surgem novas pesquisas que vão gerar novos trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado, teses de doutoramento, publicação de livros etc.). Gandelman (2004, p. 98) ressalta que “se uma obra, após ser publicada, obtém grande sucesso de vendas, surgem logo oportunidades de sua utilização em outras formas ou meios de expressão. Com isso, ampliam-se as possibilidades de novas adaptações e criações de obras derivadas”.

Diante de uma demanda crescente de pesquisadores ávidos por fontes de pesquisa especializadas, o Cedic-BA estabeleceu critérios para acesso e reprodução dos materiais existentes no acervo através do Termo de Compromisso – um conjunto de normas que tem como objetivo instituir esses critérios. Esse instrumento nasceu da necessidade de criar um mecanismo de precaução contra o mau uso dos documentos. O instrumento visa, além da proteção física do documento, a um conjunto de preceitos éticos e legais. Implica fazer observar as determinações da lei de direitos autorais, bem como conscientizar o pesquisador/usuário dos problemas e da necessidade da conservação e preservação do acervo.

Enfatizamos aqui as alíneas 2, 3 e 6 do Termo:

Alínea 2 do Termo de Compromisso do Cedic-BA

“O pesquisador compromete-se a manusear cuidadosamente os livros, folhetos e documentos que vier a consultar, assumindo a responsabilidade por quaisquer danos que possa causar a eles, bem como às instalações do centro, obrigando-se a ressarcir os prejuízos materiais decorrentes de acordo com o vulto sinistro.”

Alínea 3 do Termo de Compromisso do Cedic-BA

“O pesquisador compromete-se a fornecer ao Cedic-BA, sem qualquer ônus para a instituição, um exemplar do trabalho acadêmico, literário, jornalístico ou de divulgação que se baseie, em parte ou no todo, em pesquisa realizada no acervo do centro, sejam monografias de final de curso ou de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado ou de livre-docência, livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, materiais em jornais ou revistas, catálogos, dicionários, enciclopédias ou matérias audiovisuais em qualquer suporte (CD-ROM, CVC, VHS etc.).”

Alínea 6 do Termo de Compromisso do Cedic-BA

“A permissão concedida pelo Cedic-BA para a reprodução fac-similar não representa em nenhuma hipótese a suspensão dos direitos autorais porventura aplicáveis aos documentos reproduzidos [...]”

Na construção desse Termo de Compromisso pretendeu-se oferecer ao pesquisador amplo acesso às coleções, ao tempo que se legitima a participação do mesmo como interessado no processo de salvaguardar o documento comprobatório de seu trabalho acadêmico. A formatação do Termo teve como base a lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regula os direitos autorais e define as diversas formas de utilização das obras intelectuais, uma questão cada vez mais discutida diante do crescente aumento dos meios de comunicação.

Uma vez detentora de determinada obra, a instituição deve zelar para que esse objeto perdure por várias gerações como testemunho da história de uma sociedade. Estabelecer o acesso às fontes de informação, através de um conjunto de normas e regulamentos bem definidos, contribuirá efetivamente para a salvaguarda dos acervos. Quando o compromisso do usuário/pesquisador com a instituição depositária do acervo é devidamente acordado e cumprido, o produto final da pesquisa é disponibilizado para novas comunidades com fins de estudos e pesquisas.

Infelizmente, não acontece com tanta espontaneidade, entre os pesquisadores, o cumprimento da alínea 5 do Termo de Compromisso do Cedic-BA:

"O pesquisador compromete-se a fornecer ao centro uma cópia de cada reprodução fac-similar realizada, sem qualquer ônus para a instituição, a qual poderá ser disponibilizada para outros pesquisadores."

Diante dessa constatação, tomamos a providência de contatar com esses pesquisadores, através de correspondência, com a finalidade de apurar o não cumprimento do acordo na sua totalidade. Esse procedimento deu azo a um processo que poderíamos considerar pedagógico. Ao serem abordados com a lembrança do acordo firmado, os pesquisadores apresentaram variadas explicações, algumas plausíveis, outras de credibilidade duvidosa. Contudo, na maioria dos casos essa interação provocou uma reflexão sobre o efetivo conteúdo das normas aplicadas no Cedic-BA e algumas implicações na ética de suas próprias pesquisas.

Mesmo não cumprindo o conteúdo da alínea 5, ainda assim geralmente somos convidados para participar da apresentação do trabalho acadêmico ou para o lançamento do livro resultante da pesquisa, quando recebemos um exemplar para compor o acervo da instituição.

O Termo de Compromisso foi elaborado, entre outras normas, com a intenção de fazer cumprir o que a cultura acadêmica entre os pesquisadores recomenda ou deveria recomendar: ou seja, respeitar e reconhecer as ideias do passado, informar as pistas e trajetos feitos nas bibliotecas, arquivos e centros de pesquisa e, sobretudo, cumprir com o compromisso assumido na instituição de pesquisa.

Conclusão

O bibliotecário, por sua vez, vivendo na era da informação, segue nesse garimpo com a missão de abrir mais uma trilha no manancial de informações à sua disposição. É necessário farejar, usar todos os sentidos, descobrir aquela raridade, sem a qual o trabalho estará incompleto. Ela pode estar escondida entre as páginas, nas galerias, estantes e escaninhos; a maior satisfação é o brilho do diamante que surge ao findar da exploração. Ortega y Gasset (2006, p. 16) esclarece que “tudo isso nos mostra que, para determinar a missão do bibliotecário, é preciso partir não do homem que a exerce, de seus gostos, curiosidades ou conveniências... mas da necessidade social a que serve vossa profissão”.

Não obstante as providências adotadas através do Termo de Compromisso, enfrentamos dificuldades com a falta de comprometimento de alguns usuários/pesquisadores que, por ignorância ou descaso, acabam cometendo deslizes pouco recomendáveis para uma boa conduta acadêmica. Talvez este seja um dos principais problemas a ser enfrentado pelas instituições quando as normas entram em conflito com os hábitos de seus usuários — particularmente em ambientes como o nosso centro. Ignorar as normas é uma evidência de pouco compromisso com a instituição, pois isso causa uma espécie de desconforto que necessita de respostas técnicas. Em nosso caso, passa por estratégias que sugerem uma reeducação do usuário. É um problema de duas vias, infelizmente. Ainda é possível encontrar esses espaços de pesquisa, administrados por gestores despreparados e mal informados sobre a especificidade de acervos especializados ou não, auxiliados por pessoas sem formação e treinamento.

Nesse sentido, Cabral sugere que

ao identificar uma situação não há desculpa para que esta não seja, de imediato, transmitida a quem tem algum grau de responsabilidade na escala hierárquica. É preciso deixar bem claro que se pode vencer um problema quando ele aparece; deixar o problema crescer pode tornar-se irremediável. [...] Numa biblioteca, ninguém pode ficar indiferente às situações que se vão desenrolando e a adopção desta nova atitude constitui, em suma, a chave para grande parte do problema. Educar não tem, efectivamente, fim. (CABRAL, 2002, p. 61).

Se as leis de um país não podem ser descumpridas sob a alegação de ignorarmos sua existência, o mesmo raciocínio não se aplica às normas técnicas. Diante de uma norma que não é cumprida, resta-nos, como profissionais, desenvolver mecanismos pedagógicos capazes de contornar essas dificuldades, mantendo sempre o respeito ao usuário e a sua pesquisa.

Nota

1.Ver documento em anexo.

Bibliografia

- ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005. 518 p.
- ARAUJO, Jorge de Souza. *O perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, 1999. 501 p.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 11. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 484
- CABRAL, Maria Lúisa. *Amanhã é sempre longe demais: crônicas de preservação e conservação*. Lisboa: Gabinete de Estudos, 2002. 199 p.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho*; catálogo da hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1975. 150 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- CARDIM, Elmano. *A imprensa no reinado de Pedro II*. Petrópolis: [s.n.], 1970. 24 p.
- CARVALHO, Alfredo de. *A imprensa bahiana: 1811-1899*. [Salvador]: Typographia e Encadernação - Empreza Editora, 1899. 57 p.
- DARTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Encyclopédia 1775-1800*. Tradução de Laura Teixeira Motta e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 550 p.
- FERNANDES, Etelvina Rebouças. *Do mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006. 239 p.
- GANDELMAN, Henrique. *O que você precisa saber sobre direitos autorais*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004. 154 p.
- HABERT, Angeluccia Bernardes. *A Bahia de outrora, agora: leitura de Artes & Artistas, uma revista de cinema da década de 20*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembleia Legislativa, 2002. 207 p.
- LACERDA, Ayéska Paulafreitas. *Presença: revista para moças: um lugar para leitoras e escritoras do pós-guerra*. 2000. 276 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005. 334 p.
- ORTEGA y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82 p.
- SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979. 258 p. il.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'ouro do Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba., 2005. 372 p.
- SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 369 p. (Coleção História e Saúde)
- TAVARES, Luís Guilherme Pontes (Org.). *Estabelecimentos de oficinas de impressão: 1833-1927*. Salvador: Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia, 2009. 72 p.

Anexo – Termo de Compromisso / Fundação Clemente Mariani. Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia – Cedic

Termo de compromisso

Eu, (nome),
RG de (número),

comprometo-me a observar as condições de utilização das dependências do Cedic-BA e de consulta ao acervo do centro, nos termos descritos abaixo.

1 – O pesquisador compromete-se a observar as normas de conduta estabelecidas nas dependências do centro, em especial guardar todos os seus pertences nos armários disponibilizados, não fumar, não comer nem beber exceto nas áreas designadas para tal, não circular pelas áreas de acesso restrito à equipe do centro e não utilizar aparelhos sonoros, incluindo telefones celulares.

2 – O pesquisador compromete-se a manusear cuidadosamente os livros, folhetos e documentos que vier a consultar, assumindo a responsabilidade por quaisquer danos que possa causar a eles, bem como às instalações do centro, obrigando-se a resarcir os prejuízos materiais decorrentes de acordo com o vulto do sinistro.

3 – O pesquisador compromete-se a fornecer ao Cedic-BA, sem qualquer ônus para a instituição, um exemplar do trabalho acadêmico, literário, jornalístico ou de divulgação que se baseie, em parte ou no todo, em pesquisa realizada no acervo do centro, sejam monografias de final de curso ou de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado ou de livre-docência, livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, matérias em jornais ou revistas, catálogos, dicionários, encyclopédias ou materiais áudio-visuais em qualquer suporte (CD-ROM, DVD, VHS etc.).

4 – Toda e qualquer reprodução fac-similar de documentos, livros e folhetos do acervo do centro, em qualquer suporte (fotografia digital, fotografia em película ou digitalização) deve ser solicitada por escrito, com vinte e quatro horas de antecedência, à equipe do Cedic-BA, que poderá permitir ou vedar a reprodução, bem como estabelecer condições técnicas para sua realização.



5 – O pesquisador compromete-se a fornecer ao centro uma cópia de cada reprodução fac-similar realizada, sem qualquer ônus para a instituição, a qual poderá ser disponibilizada para outros pesquisadores.

6 – A permissão concedida pelo Cedic-BA para a reprodução fac-similar não representa em nenhuma hipótese a suspensão dos direitos autorais porventura aplicáveis aos documentos reproduzidos. O pesquisador obriga-se a não utilizar os documentos reproduzidos sem a permissão dos eventuais detentores dos direitos autorais.

7 – Em qualquer trabalho que utilize reproduções fac-similares de qualquer item do acervo do centro, bem como transcrições ou a simples citação de documentos, o nome "Cedic-BA" deve figurar em nota de rodapé, nota de fim ou legenda, conforme o caso.

8 – As situações não previstas neste termo de compromisso serão tratadas atendendo-se às normas gerais de funcionamento do Cedic-BA, por um funcionário competente.

Salvador, (data)

(nome)

A coleção de manuscritos do Real Gabinete Português de Leitura

Fabiano Cataldo de Azevedo

Bibliotecário, Professor auxiliar do Departamento de Estudos e Processos
Biblioteconômicos, do Centro de Ciências Humanas da Unirio.

Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
Pólo de Pesquisas sobre Relações Luso-Brasileiras

Sheila Moura Hue

Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
Polo de Pesquisas sobre Relações Luso-Brasileiras





Resumo

Esta comunicação apresenta em linhas gerais aspectos da política de acesso do Real Gabinete Português de Leitura, um processo que levou à disponibilização do espólio de manuscritos e autógrafos, recuperando parte da história de criação dessa instituição que desde sua origem sempre teve como foco o acesso a seu acervo. Analisa as imbricações da relação preservação/acesso e a importância do inventário para a segurança e preservação. Conclui expondo alguns resultados já alcançados, os planejamentos futuros e ressaltando os méritos de parcerias multidisciplinares e do estabelecimento de políticas adequadas às realidades institucionais.

Palavras-chave: *Política de acesso em bibliotecas. Real Gabinete Português de Leitura. Inventário. Digitalização.*

Abstract

This paper presents the aspects of the access policy of the Royal Portuguese Reading Chambers, a process that led to the availability of the collection of manuscripts and autographs, recovering part of the history of creation of this institution that, since its origin, always focused on the access to its collection. It analyzes the overlapping in the preservation/access relationship and the importance of inventory to safety and preservation. It concludes by exposing some results already achieved, the future planning and stressing the merits of multi-disciplinary partnerships and the establishment of policies appropriate to the institutional realities.

Keywords: *Access policy in libraries. Royal Portuguese Reading Chambers. Inventory. Scanning.*



Introdução

O inventário é o levantamento, sob vários critérios, do acervo possuído. A descrição é catalogação e a classificação, resultante da análise e síntese do acervo inventariado. [...] inventariar é assenhorrar-se da posse. [...] os inventários e os catálogos de coleções especiais têm importância fundamental para pesquisadores.

Ana Virgínia Pinheiro, 2002

Na contramão do que idealiza o senso comum, ainda hoje existe uma grande quantidade de acervos documentais desconhecidos. As razões são múltiplas, desde a total inapetência de alguns gestores até a absoluta falta de verbas para compra de material básico como papel. A prática do inventário, como está destacada na epígrafe, é uma das maneiras de tirar alguns acervos do “escuro”. Não obstante, muitos não a praticam por julgá-la simplória. Pensando dessa maneira muitos gestores mantêm seus acervos na sombra à espera idílica de um “grande” projeto, com uma “grande” equipe e “grandes” soluções e, com isso, o tempo passa e muito pouco é feito efetivamente.

O trabalho que se segue expõe em linhas gerais um processo que teve como objetivo inventariar e disponibilizar ao acesso do maior número possível de pesquisadores o conjunto documental de uma das mais antigas e importantes instituições de cultura do Rio de Janeiro — o Real Gabinete Português de Leitura (RGPL). Através da exposição pretende-se recuperar o histórico desse processo que envolveu uma equipe multidisciplinar das áreas de biblioteconomia, letras e história.

No âmbito do gerenciamento de coleções especiais sabe-se que um dos grandes desafios é justamente o envolvimento de todos os níveis hierárquicos no planejamento e execução do trabalho planejado. Como será possível apreciar nas linhas que seguem, houve total e incondicional anuênciam da presidência e diretoria do RGPL nesse processo, pois ficou claro a esses senhores a relevância para a manutenção da memória da instituição, tanto a organização, quanto a disponibilização desses documentos. Isso, sem dúvida, foi fundamental para o bom termo desse trabalho. Além disso, ao apoiarem o inventário, a digitalização e a disponibilização pública do conteúdo, mantiveram uma linha de pensamento comum aos seus antecessores, uma vez que desde sua criação, em 1837, o RGPL sempre envidou grandes esforços para tornar público seu acervo.

Com essas ações, a entidade trabalha na perspectiva de uma política de acesso ao seu espólio documental com um perfil luso-brasileiro de usuários especializados, sobretudo nas áreas de letras e história.

A fundação e estrutura de funcionamento nos primeiros anos

Na tarde de 14 de maio de 1837, “pessoas das diversas classes da emigração portugueza” (MONTÓRIO, 1880, p. 402) dirigiram-se para o sobrado nº 20 da Rua Direita (hoje Primeiro de Março), casa do advogado português Antônio José Coelho Lousada. A sessão foi presidida pelo conselheiro João Baptista Moreira, na época cônsul-geral de Portugal. Para que isso acontecesse, os maiores esforços para criação da “primeira organização portuguesa no Brasil após a Independência” (CORREIA, 1937, p. 197) vieram dos emigrantes José Marcelino Cabral e Eduardo Alves Viana.

Há circunstâncias da fundação e vinda desses portugueses para o Brasil, sobre as quais cabem aqui simples e breves informações. Com a morte de D. João VI em março de 1826 a linha sucessória recaía sobre D. Pedro I. Contudo, este como imperador do Brasil, não poderia ser rei em Portugal (OLIVEIRA MARTINS, 1881). Dessa forma, envia sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grã-Pará, para assumir o trono. Porém, D. Miguel, tio dela, empreendeu uma luta feroz para lhe usurpar o trono. De 1826 a 1834, Portugal viveu o período das Campanhas da Liberdade, que fragmentaram a sociedade portuguesa. Foram anos de lutas sangrentas e perseguições.

Assim, “fugidos às perseguições miguelistas, muitos homens que haviam combatido pelos novos princípios da liberdade” (DIAS, 1927, p. 6) emigraram para o Rio de Janeiro. Nesse grupo estava José Marcelino da Rocha Cabral e Eduardo Alves Viana. O primeiro era advogado e chegara ao Brasil com 30 anos (DIAS, 1927, p. 6), em 1828, e aqui viera encontrar “António José Coelho Louzada, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares e outros advogados portugueses de boa nomeada que o haviam precedido na emigração” (BARROS MARTINS, 1912, p. 12). De Eduardo Viana não restam muitos detalhes biográficos; sabe-se apenas que era comerciante estabelecido na rua do Ouvidor (MONTÓRIO, 1880, p. 402).

Além de sua significativa importância cultural, a cidade do Rio de Janeiro, naqueles primeiros anos da independência, como a maior parte do Brasil, “não mais cultivava as tradições lusas, e, muito pelo contrário, procurava erradicar a influência metropolitana” (MARTINS, 1990, p. 35). O ensino da língua francesa crescia, assim como o gosto por seus autores. Restam poucas dúvidas de que o critério magno de seleção, isto é o privilégio ao idioma português, espelhava o desejo dos fundadores do RGPL em reagir pacificamente a uma sociedade “culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada

em trocar os arquétipos culturais lusitanos [...]” (MARTINS, 1990, p. 35). Buscaram não somente criar uma instituição de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula.

o emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro, embora igualmente marcado por ‘francesismos’, ressentia-se do acanhado do meio, e estava em busca de parte de sua identidade pátria. [...] Acrescente-se que para esses homens, familiarizados com o avanço dos centros europeus, eram poucos os recintos de ilustração disponíveis no Rio de Janeiro, e mesmo assim restritos a uma elite que desfrutava dos postos de mando da administração (MARTINS, 1990, p. 36).

Estas palavras de Ana Luísa Martins representam um excelente quadro “ambiente” da então capital do império no primeiro quartel do século dezenove. Muitos imigrantes vinham de um Portugal desejoso de implementar a leitura e no Rio de Janeiro, todavia, encontraram poucos lugares onde poderiam usufruir do que era produzido em seu país.

Após a criação na rua Direita, nº 20, o Gabinete teve sua primeira sede numa casa alugada, na rua São Pedro, nº 83 (MONTÓRO, 1880, p. 402). A primeira sessão com os acionistas ocorreu em 10 de setembro de 1837 (GPL, 1837). Na época, o Gabinete abria as portas às 10 horas da manhã e fechava às 12 horas, retornava às 16 horas e seguia até as 20 horas. Aos domingos e dias santos funcionava das 16 horas às 20 horas (GPL, 20 nov. 1827). Esse foi um período de grande movimento para a composição do acervo. Martins sugere que o progresso do RGPL pode ser atestado pela publicação do seu primeiro catálogo em 1840 (MARTINS, 1990, p. 39). O espaço desse prédio não devia ser tão pequeno, pois em 18 de outubro de 1840, uma das salas foi cedida para a Sociedade Portuguesa de Beneficência realizar suas sessões (GPL, 18 out. 1840), mas, decerto, não grande o bastante para abrigar o acervo que crescia. Em 1838, possivelmente em razão desse fato, houve movimentos para alugar outro imóvel. Primeiramente, a diretoria negocia o aluguel de uma casa na rua da Alfândega, nº 29; mas o negócio não se concretizou (GPL, 20 out., 19 nov., 3 dez. 1838). Um ano depois, novas negociações, desta vez um imóvel localizado à rua do Ouvidor (GPL, 17 jun. 1839), contudo pela ausência de comentários nas atas, o resultado foi idêntico ao anterior. Em 25 de novembro de 1839, a diretoria autoriza negociações para alugar uma casa na rua da Quitanda (GPL, 25 nov. 1839), com semelhante insucesso. Em 1841, começa a negociação para compra – e não mais aluguel – de um imóvel na rua da Alfândega. O fato é que, provavelmente em meados do primeiro semestre de 1842, o RGPL muda-se para o nº 55 daquela rua (MONTÓRO, 1880, p. 407).

Com um acervo de 14 mil volumes (ALMANACK LAEMMERT 1849, p. 226), e impelido pela necessidade de expandir o espaço para os livros e para admissão de novos sócios, o Gabinete muda-se em abril de 1850 para o nº 50 da rua dos Beneditinos (MONTÓRO, 1880, p. 407). De lá até o atual prédio em estilo manuelino da rua Luís de Camões, inaugurado em 10 de setembro de 1887, a história do Gabinete é composta por fatos que enaltecem ainda mais a capacidade administrativa dos nobres varões (MONTÓRO, 1880, p. 402) que o criaram, pois foi a partir do intenso e intensivo trabalho levado a termo nos dez primeiros anos que resultou toda uma linha de ação que pode ser observada nas décadas que se seguiram.

Política de acesso em três tempos

o povo irmão e generoso, que nos acolhe, e nos facilita os meios de aumentar as suas e as nossas riquezas, terá a satisfação de convencer-se, de que o grande Povo, de que descende, acompanha a marcha rápida e magestosa das nações, que correm primeiras para o mais elevado ponto de civilização; finalmente, (e isto val [sic] mais do que tudo), em Portugal, ha-de dizer-se com orgulho nacional: - "os portugueses residentes no Rio de Janeiro, são benemeritos da Nação a que pertencem; elles coopérão efficazmente para a restauração da antiga, da immensa, da incomparável gloria da sua Pátria!!!"

O estabelecimento de uma política de acesso ao acervo de manuscritos e autógrafos do RGPL foi organizado em "três tempos": inventário e organização física; digitalização e disponibilização on-line do conteúdo. A seguir, apresentaremos, em breves apontamentos, cada uma dessas etapas.

O trabalho de tratamento técnico com o acervo de manuscritos e autógrafos do RGPL teve início a partir da necessidade de tomar conhecimento do conjunto documental que já se sabia importante e relevante para a história da instituição. A iniciativa surgiu dentro do Pólo de Pesquisas sobre Relações Luso-Brasileiras (PPRLB) que constitui um grupo de pesquisadores dentro do RGPL. Nesse grupo reúnem-se investigadores das mais variadas áreas do conhecimento com o objetivo comum de estudar a cultura luso-brasileira.

Desde o início, tanto o planejamento do presidente do RGPL, Antônio Gomes da Costa, quanto o do PPRLB determinavam que por meio desse primeiro levantamento fossem identificados a tipologia desses documentos, o período cronológico e o estado de conservação. Complementando o trabalho, havia a intenção de estudar meios para viabilizar o acesso a essa coleção aliado a planos de segurança e preservação.

Dante disso, estabeleceu-se como prioridade o levantamento documental e o posterior inventário desses documentos. Dessa maneira, em 2004 as coordenadoras dos núcleos de pesquisa no PPRLB, Gilda Santos, Tânia Bessone, Sheila Moura Hue e Ida Alves empreenderam um primeiro levantamento separando autores e alguns assuntos. Na sequência, em 2005, Fabiano Cataldo de Azevedo, a convite do PPRLB, integrou o grupo de trabalho com o objetivo de realizar, em conjunto com a professora Sheila Moura Hue, o inventário intelectual do conjunto denominado "Manuscritos e Autógrafos".²

O trabalho consistia em corrigir e refinar, com a orientação da professora Sheila Hue, o primeiro levantamento de todo o acervo de manuscritos do RGPL — que foi levado a cabo por toda a equipe do PPRLB. Para tanto, foi necessária, em alguns casos, a leitura de todos os manuscritos diversas vezes. Desse modo, foi possível recuperar e conferir uma série de informações, tais como lugar, data, assunto e autoria. Nessa atividade foram necessárias pesquisas biobibliográficas no acervo do RGPL.

Com o desejo de, a partir do inventário, dar início às pesquisas com a necessidade premente de preservação dos documentos, além da atividade técnica de leitura e descrição, foram confeccionados fólder para preparar o acondicionamento para todo o conjunto de avulsos e também para alguns códices.

O trabalho de inventário durou até 2006 e revelou as principais especificidades do espólio do RGPL.

Quadro 1: Resultado do inventário do acervo de manuscritos do RGPL

Tipo de Manuscrito	Volume
Avulsos	1332
Códices	76
Total	1408

Fonte: Os autores.

Nesse conjunto inventariado foram localizados documentos administrativos do RGPL; manuscritos literários; cartas; documentos do período colonial e imperial etc.³

Quadro 2. Alguns exemplos de manuscritos do espólio do RGPL

Data	Conteúdo
07 jan. 1802	Carta Patente concedendo a mercê de capitão a Mateus Lourenço Dias, da freguesia de Conceição de Mato Dentro (MG), <i>assinada por D. João VI</i>
02 nov. 1643	Provisão outorgando o cargo de Familiar do Santo Ofício de Coimbra a Manoel da Costa pelo bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral dos Reinos e Senhorios de Portugal.
9 mar. 1864	Carta aprovando o Decreto n. 3227, de 29 de fevereiro de 1864, referente aos novos Estatutos do Real Gabinete Português de Leitura e contendo as ressalvas às alterações ao texto do referido estatuto. <i>Assinada pelo imperador e chancelado por Bonifácio de Andrade e Silva</i> . Nota: Documento com selo seco pendente.
19 maio 1829	Convite da <i>Marquesa de Santos</i> para um sarau a ser realizado em seu Solar em honra a Marquesa de Goiás.
7 dez. 1901	Bilhete da <i>Princesa Isabel</i> à senhora Domitilia dando notícias familiares.
18-?	Manuscrito de uma página da obra "A Cidade e as Serras", de <i>Eça de Queiroz</i> .
5 out. 1746	Provisão concedida por Dom Tomás I, Cardeal Patriarca de Lisboa, para confessor ao padre António Vicente Neves por três anos.
25 fev. 1862	Decreto nomeando Mauricio Benitez como tenente honorário de 1a. Classe. Assinado por Solano Lopez.
1653	Documento papal de Inocêncio X. Nota: Possui selo pendente em bronze.
2 ago. 1880	Carta de <i>Machado de Assis</i> ao Real Gabinete Português de Leitura agradecendo edição especial d'Os Lusíadas e medalha comemorativos do tricentenário de Camões.
1897	Manuscrito autógrafo d' <i>A Mulata</i> , de <i>Carlos Malheiro Dias</i> .
18-?	Diccionario da Lingua Tupi, de <i>Gonçalves Dias</i> .

- 1781 Laura de Anfriso, de *Manuel da Veiga Tagarro*
 Nota: "Copia trasladada de hum exemplar impresso em Evora no anno de 1627 por Manuel Carvalho impressor da Universidade. Em Londres aos 16 de abril de 1781"
- [1833] Exercício caligráfico de D. Paula.
- 8 jan.1834 Carta de *Dom Pedro II* ao pai informando que está completamente restabelecido e contente por receber notícias dele.
- 188-? Manuscrito autógrafo da peça teatral *Tu só, puro amor*, de *Machado de Assis*.

Fonte: Os autores.

Além desses poucos exemplos, ainda se pode citar um conjunto de correspondências passivas e ativas de Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett e Alexandre Herculano; documentos administrativos que detalham em minúcias o processo de construção do prédio do RGPL ilustrando práticas da área de construção civil no Rio de Janeiro imperial.

Diante dos resultados apontados nesse inventário surgiu a necessidade de entender como algumas coleções de manuscritos chegaram ao RGPL, e para isso passou-se a planejar a inventariação das Actas da Directoria.

No que respeita à abrangência do trabalho, estabeleceu-se como critério o período de 1837 a 1937, completando assim 100 anos da história do RGPL. Dentro da metodologia aplicada para o trabalho, executavam-se em média duas leituras integrais de cada Ata. A primeira para identificar os assuntos tratados e a segunda para a indexação e/ou resumo. Optou-se por ser sintético nos temas relacionados a partes burocráticas sem muita expressividade, limitando-se apenas a apontar na planilha a existência desse assunto.

Abaixo, segue uma tabela com algumas informações quantitativas a respeito dos documentos inventariados:

Quadro 3. Conjunto de Actas da Diretoria inventariado

Volume	Período	Nº de Atas
1	Maio 1837 – Jan. 1847	197
2	Fev. 1847 – Nov. 1860	149
3	Jan. 1869 – Dez. 1880	212
4	Dez. 1880 – Jun. 1897	428
5	Jul. 1897 – Mar. 1906	171

6	Abr. 1906 – Dez. 1918	184
7	Jun. 1919 – Ago. 1926	101
8	Ago. 1926 – Dez. 1931	122
9	Dez. 1931 – Jun. 1934	116
10	Jul. 1934 – Dez. 1937	126

Total: 1806 atas

Fonte: Os autores.

Muito do objetivo inicial foi alcançado à medida que o trabalho avançava, pois foram recuperadas informações que eram desconhecidas e até outras perdidas. Em relação à formação do acervo do RGPL foi importante recuperar dados sobre a origem de determinadas coleções que foram agregadas ao acervo. Entre essas, pode-se citar as mais importantes :

Coleção Manuel de Mello;
 Coleção João do Rio;
 Coleção Carlos Malheiro Dias;
 Coleção Antonio Alves Ferreira.

Além das coleções, foram identificados os doadores e doações de determinadas obras, sejam bibliográficas ou manuscritas, tais como:

- autógrafos de dom Pedro I e dom Pedro II, de Dona Amélia, feitos por Ramiz Galvão.
- doação feita por Joaquim Nabuco de exemplar autografado d'O Abolicionista, em 8 out. 1883;
- doação feita pelo Comendador Manuel Salgado Zenha da "Verdadera informação das terras do Preste Joam das Índias", edição de 1540, em 26 jun. 1878;
- doação feita por Machado de Assis de exemplar autografado das obras "Tu só, tu, puro amor..." (além do manuscrito) e "Memorias Posthumas de Bras Cubas", em 14 maio 1881.
- doação feita pelo Comendador Luis Antonio Martins da edição de 1662 de "Dom Quixote", em 13 nov. 1890.
- doação do manuscrito "Tu só, tu, puro amor..." pelas mãos do autor, em 2 maio 1895.

Já no campo da história do RGPL, foi possível mapear todo o processo para a construção do edifício sede, desde as primeiras negociações até a inauguração do prédio.

Um grande volume de documentos foi inventariado e, aos poucos, começou-se a visualizar a importância da coleção. Em razão das atividades de pesquisa do PPRLB alguns conjuntos desses documentos, antes mesmo da conclusão do trabalho, passaram a integrar fontes de pesquisa para nossos pesquisadores e bolsistas, o que representou um valioso resultado para o trabalho feito. Outro dado que contribuiu para a efetivação desta fase foi o envolvimento do presidente da instituição, fato na maior parte das vezes incomum.

Além do conjunto denominado "Manuscritos e Autógrafos" e Actas da Directoria realizou-se o inventário do "Livro em Homenagem a Eduardo de Lemos". Trata-se de uma espécie de "livro de ouro" com assinaturas, gravuras, desenhos, toda sorte de textos laudatórios e outros. A ideia inicial dos idealizadores era um livro para ser entregue quando ele retornasse da Europa após representar o Brasil em congressos e feiras de cafeicultores, todavia a homenagem transformou-se em póstuma após sua morte enquanto passava por Portugal. No conjunto há autores como Machado de Assis, Artur Azevedo, Fachinetti etc.

Tendo em vista a demanda cada vez maior por parte de pesquisadores brasileiros e portugueses que aos poucos começaram a ter conhecimento do trabalho de inventário que estava sendo realizado, o próximo passo foi buscar meios para digitalizar os documentos arrolados. Essa etapa da política de acesso também tinha o objetivo de preservar esses manuscritos que representam parte da memória do acervo e da instituição. Outro foco era a necessidade de facilitar a consulta por qualquer pesquisador remoto.

Com um financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, conseguido após elaboração de projeto e concorrência, quase dois anos após a conclusão do inventário, iniciou-se em 2009 um trabalho de digitalização realizado pela empresa Transformit.

As exigências técnicas para digitalizar acervos raros e especiais são múltiplas, e um dos grandes problemas enfrentados nessa fase é promover a digitalização em massa de documentos frágeis. A política do Gabinete foi digitalizar todo o conteúdo inventariado, desde que apresentasse condições, sobretudo os encadernados. Esse processo foi bastante facilitado porque durante o trabalho de inventário foi feito um prévio diagnóstico do estado de conservação de cada documento.

O trabalho de seleção e preparação dos documentos foi dirigido pela coordenadora do Núcleo de Manuscritos e Autógrafos do RGPL, Sheila Moura Hue. A própria empresa, a propósito, contava com uma boa estrutura para o trabalho e demonstrava estar ciente das exigências de um acervo como o proposto. Outro dado importante desse projeto foi o *empowerment*, ou seja, o

envolvimento da equipe do RGPL.⁴ O processo de digitalização gerou cópias de segurança em DVDs e um banco de dados interno, pois havia a intenção de publicar o conteúdo no sítio do RGPL, porém a construção de um portal que suportasse todo esse conteúdo já estava sendo planejada.

Nessa sequência, foi contratada a empresa portuguesa Libware⁵ para a criação do portal do RGPL. Dentro da política de acesso do RGPL tinha-se como plano a veiculação do conteúdo digitalizado no portal, pois a demanda por parte de pesquisadores luso-brasileiros vinha aumentando com a divulgação do que vinha sendo feito com a documentação.

No intuito de facilitar a pesquisa, a equipe refinou o inventário dos "Manuscritos Avulsos e Códices". O objetivo foi padronizar as autoridades, lembrando que ainda não havia sido feita a catalogação propriamente dita. Para essa padronização adotou-se como referência catálogos de autoridade da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e da Biblioteca Nacional de Portugal. No caso de divergências de entrada, era adotado o padrão da FBN.

Como parte do chamado "terceiro tempo" da política de acesso do RGPL, em 17 de maio de 2010 o novo sítio da instituição foi colocado no ar, disponibilizando a documentação inventariada e digitalizada ao público. Ainda há um grande empenho em tentar refinar e melhorar o sistema a cada dia, como é comum em qualquer outra instituição; no entanto, o mais importante é poder contar com *feedback* positivo de pesquisadores dos dois lados do Atlântico.

Próximos passos

No âmbito gerencial, estabelecer políticas é estabelecer prioridades e tomadas de decisões. Por essas razões, todas as medidas adotadas nesses cinco anos de trabalho tiveram por base as condições físicas e técnicas do RGPL, da maneira mais pragmática possível — talvez seja essa uma das razões do êxito dessa política.⁶

Após a preservação da informação com o inventário e a digitalização, planeja-se o estabelecimento de ações e projetos que viabilizem a preservação dos suportes por ações de conservação,⁷ pois pelo diagnóstico prévio notou-se que poucos precisam passar por restauro. A seguir, pretende-se a catalogação do conjunto inventariado, determinando os assuntos e integrando-os com o acervo geral do RGPL. Para prover o acesso aos documentos digitalizados, também dentro do RGPL, planeja-se para o futuro a disponibilização de computadores com a função de leitores de informação.

Fica patente nessa exposição que não existem objetivos estratosféricos nem tampouco faraônicos, pois há sempre ponderações relativas a dois eixos em qualquer decisão sobre o acervo: a estrutura e a demanda. Tudo isso, com o foco na segurança dessa coleção.

Considerações finais

não posso resistir ao entusiasmo que me inspira a presença da primeira reunião de portugueses, que tem havido no Imperio em um estabelecimento próprio, por ellles creado, no intuito da sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para restaurar a gloria litteraria da sua patria! (GPL, 1837, p. 10-11).

O RGPL faz parte do rol das mais antigas instituições culturais ainda em plena atividade no Brasil, e ao longo de mais um século foi palco de importante acontecimentos sociais no Rio de Janeiro. Como primeira associação portuguesa no país foi responsável pela criação de outras associações e gabinetes de leitura. Possui um dos mais importantes acervos, sobretudo em qualidade, da capital fluminense. No entanto, ainda hoje muitas pessoas o veem apenas como espaço musicológico e como monumento arquitetônico.

Assumindo o erro de usar citação em uma conclusão, a epígrafe, retirada do discurso inaugural de José Marcelino da Rocha Cabral é de extrema relevância para a compreensão de que o projeto estabelecido para essa instituição foi, desde o início, alcançado com muito esforço por cada geração de presidentes e funcionários. As informações compulsadas nas Actas da Diretoria revelou que desde sua fundação o RGPL mostrou-se extremamente avançado no que concerne à gestão para dinamizar, expandir e dar acesso a seu acervo. Se inicialmente, seu público era exclusivamente formado por seus sócios e subscriptores, a partir dos primeiros anos do século XX passa a permitir que qualquer pessoa, mesmo sem pagar, entre e leia os jornais e livros que eram adquiridos de várias partes do mundo. Foi pensando em facilitar o acesso que essa deliberação foi tomada; o mesmo aconteceu com a publicação de catálogos, praticada de 1844 a 1910.

Graças a essas políticas muitos leitores e pesquisadores passaram pelo RGPL, desde Machado de Assis a gerações de alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, instalado em um prédio vizinho.

Como todo planejamento de política há fases e etapas que precisam ser estudadas e executadas com vagar. As três primeiras etapas foram realizadas e já estão sendo aplicadas, as próximas são integrar uma política de preservação a uma política de acesso; e além disso, realizar a catalogação desse conjunto, de forma integrada ao que já é feito com o acervo bibliográfico.

Retomando a ideia inicial e entendendo a importância do inventário, o PPRLB com a anuência da presidência do RGPL estabeleceu um plano com o objetivo de permitir o acesso a esse conjunto documental. Entendeu-se que

o tratamento técnico – inventário, digitalização e disponibilização na internet – é parte integrante de qualquer política de acesso.

De 2005 a 2010, esse trabalho multidisciplinar foi executado e, apesar de aparentemente lento, ele vem apresentando resultados bastante satisfatórios; mais do que isso: não gerou nenhum tipo de perda de documentos, seja extravio, furto ou qualquer tipo de dano físico. Compreendendo que qualquer tipo de trabalho feito com coleções raras e especiais deve ser muito bem ponderado, a política de acesso do RGPL vem alcançando sucesso.

Referências

Manuscritas

- GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO [GPL]. *Actas da Assemblea Geral*. 1837-1860.
- _____. *Actas da sessão da Diretoria*. 1837-1847.
- _____. *Livro do copiador*. 1837-1868.
- _____. *Obras que se acham fóra com bilhetes*. abr. 1842.
- _____. *Relação das obras fora do Gabinete com recibos dos snrs socios e subscriptores na occasião do balanço*. jun. 1845.

Impressas

- GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO [GPL]. *Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1840.
- _____. *Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*: seguido de um supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.
- _____. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841.
- _____. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, 1844.
- _____. *Relatório apresentado à Assemblea da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*; em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.
- _____. *Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura*; apresentado em sessão de assembléia geral de 24 de fevereiro de 1861 pelo respectivo director José Peixoto de Faria Azevedo. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & Comp., 1861.

Notas

1. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório...*, 1837, p. 13.
2. Lembramos que não é objetivo desse artigo descrever todos os detalhes técnicos desse processo de inventário intelectual.
3. Não caberia aqui descrever pormenorizadamente a origem desses documentos no espólio do RGPL, isso será objeto de outro artigo.
4. Nesse contexto, além do incondicional apoio do presidente, Dr. Antonio Gomes da Costa, o projeto ainda contou com o colaboração do sr. Orlando Inácio, gerente do RGPL, e do sr. Luciano Almeida, responsável pelo suporte em TI.
5. <http://www.libware.pt/default.htm>
6. Indicamos as leituras: ZUÑIGA, Solange. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. *Rev. Registro*, Indaiatuba, ano 1, n. 1, p. 2002, p. 71-89, jul. 2002. NASSIF, Monica Erichsen. *Subsídios para a formulação de políticas de preservação de acervos de Bibliotecas: estudo de caso*. 1992. 130f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1992. MERRIL-OLDHAM, Jan. *Programa de planejamento de preservação: um manual para auto-instrução de bibliotecas*. Tradução de Claudio Roberto Pereira Brandt. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. (CPBA, 37).
7. Nota-se aqui que em 2007 o laboratório de conservação e restauração da Fundação Biblioteca Nacional ofereceu serviço de conservação e acondicionamento para um dos nossos documentos mais antigos, uma Bula assinada pelo Papa Inocêncio X, circa de 1653. Da mesma maneira, um ano antes, a Biblioteca Nacional de Portugal restaurou as próprias expensas o manuscrito autógrafo de "Amor de Perdição" de Camilo Castelo Branco.

Bibliografia

- DIAS, Carlos Malheiro. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. *Sessão commemorativa do 347º anniversario da morte de Camões e do 90º anniversario da fundação do Gabinete*. Rio de Janeiro, 1927. p. 1-19.
- DOMINGOS, Manuela D. O público dos gabinetes de leitura. In: *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985. p. 135-191. (Colecção Temas de Cultura Portuguesa, n.10).
- ESTEVES, Rosa. Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX: 1815-1853. *Revista da Universidade de Aveiro*, v. 1, p. 213-235, 1984.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 240 p.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987.
- MARTINS, A. A. de Barros. *Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1901.
- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*. 1990. 370 f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. (Edição consagrada a comemorar o Terceiro Centenário do Poeta da Nacionalidade Portugueza pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro).
- NASSIF, Monica Erichsen. *Subsídios para a formulação de políticas de preservação de acervos de bibliotecas: estudo de caso*. 1992. 130 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1992.
- ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO: 50º anniversario: 1887. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888.
- REBELO, Carlos Alberto. As instituições de leitura. In: _____. *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares, 1870-1910*. Porto: Campo das Letras, 2002. p. 69-107.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 187-209, 1999.
- TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937].
- TAVARES, António Rodrigues. *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação.
- ZUÑIGA, Solange. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. *Revista Registro*, Indaiatuba, ano 1, n. 1, p. 71-89, jul. 2002.

Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: guarda da memória, preservação da história

Marina Nogueira Ferraz

Bibliotecária, Coordenadora da Hemeroteca Histórica da
Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.





Resumo

Esta comunicação relata a formação do acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte (MG) e suas características. Identifica as revistas e jornais de destaque em sua coleção e o estado de conservação dos materiais, as políticas de acesso ao acervo, a digitalização como recurso de preservação e acesso, as dificuldades encontradas na reprodução dos acervos, além das propostas e projetos formulados visando ao aperfeiçoamento dos serviços.

Palavras-chave: *Hemeroteca Histórica. Jornais. Revistas. Digitalização.*

Abstract

This communication reports the formation and characteristics of the historical newspaper collection of Luiz Bessa State Public Library. It identifies prominent magazines and newspapers in this collection and the state of conservation of the materials, collection access policies, scanning as a means of preservation and access, difficulties found in reproducing the collections, in addition to the proposals and formulated projects aiming the improvement of the services.

Keywords: *Historical newspaper collection. Newspapers. Magazines. Scanning.*



Introdução

O que se guarda e armazena é o que se quer lembrar,
pois o não mais visto tende ao esquecimento.

Ana Lúcia Silva Enne, 2001

A Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SUB/MG) é uma unidade da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (SEC/MG), encarregada de implantar uma política de bibliotecas públicas para o Estado, gerenciar as unidades a ela subordinadas e dar apoio técnico ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, atendendo aos princípios de preservação, divulgação e acesso ao patrimônio bibliográfico.

Dentre as diversas unidades que integram a SUB/MG, encontra-se a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (BPELB), criada em 1954 pelo governador Juscelino Kubitschek e projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. É considerada biblioteca referência para o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais de Minas Gerais. A Hemeroteca Histórica, por sua vez, compõe as Coleções Especiais da BPELB, e seu acervo é formado por uma coleção de periódicos publicados em Minas Gerais e outros estados, a partir de 1825, incluindo exemplares raros e de grande relevância histórica e cultural.

A formação dessa coleção teve início em Ouro Preto, no final do século XIX. É uma parte da coleção original do jornalista, historiador e deputado provincial José Pedro Xavier da Veiga, “personagem de destaque na vida pública do período e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro (APM)” (CAMISASCA; VENÂNCIO, 2007). Desde a sua fundação, o APM se dedicou a obter uma participação da população na formação de seu acervo. Xavier da Veiga solicitou à comunidade fazer a doação de livros e periódicos:

A formação, pois, da Biblioteca Mineira, já iniciada, no Arquivo Público do Estado, depende do franco e generoso concurso dos escritores nossos conterrâneos e de todas as pessoas que possuam publicações de qualquer gênero de autor

Nota de agradecimento:

Agradeço à Superintendente de Bibliotecas Públicas, Áurea Piacesi, e à Diretora da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Thais Brescia, pela confiança, apoio e incentivo à realização deste trabalho.

mineiro, especialmente com relação a livros, opúsculos, mapas, coleções de periódicos, etc. (VEIGA, 1896, p.v).

Essa coleção esteve sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, quando foi transferida para a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/ Hemeroteca Histórica, através do Decreto 12.221 de primeiro de julho de 1996, local onde se encontra nos dias de hoje. Dada a raridade e importância desse acervo, único em Minas Gerais, o grande desafio da Hemeroteca Histórica tem sido a sua preservação.

Situada à Praça da Liberdade, nº 21, em Belo Horizonte, a Hemeroteca Histórica é mantenedora de um acervo de periódicos de importância reconhecida nacionalmente, recebendo cerca de 300 pesquisadores por mês. São jornalistas, historiadores, bolsistas e estudantes universitários, que têm por objetivo pesquisar e levantar informações para a elaboração de monografias e teses acadêmicas, produção de livros, exposições, reportagens, etc. Muitos desses pesquisadores buscam informações sobre a imprensa de Minas Gerais, história de Minas e resgate da memória do jornalismo mineiro, o que os leva diretamente aos jornais do século XIX. Grande parte dos exemplares guardados pela Hemeroteca é única, o que aumenta a responsabilidade pela guarda e preservação criteriosa dessa coleção.

Acervo

O acervo da Hemeroteca Histórica é composto por 1.200 títulos de jornais e mais de 550 títulos de revistas, editados em Minas e nas principais capitais do país. Entre os jornais, encontra-se o periódico mais antigo da coleção, datado de 1825. O referido jornal, *O Universal* foi editado em Ouro Preto, e era responsável pela publicação dos atos governamentais, em especial decretos, editais e leis. Circulou no período de 1825 a 1842 (Figura 1). Jornais de cunho político também fazem parte da coleção: *A Actualidade - órgão do Partido Liberal*, *A Província de Minas - órgão do Partido Conservador, de propriedade de José Xavier da Veiga* e *O Colombo - semanário republicano*. Outras importantes publicações nacionais também integram o acervo, a saber: *O Pasquim*, *Jornal do Brasil*, entre outros.

O acervo de revistas é composto por diversos títulos de extrema relevância para a imprensa mineira, sendo retrato de uma época (*Alterosa*, *Acaiaica*, *Três tempos*, *Leite Criollo*, *A palavra*) para a imprensa nacional (*Anhambi*, *A ordem*, *Caretta*, *Fon-Fon*, *O Cruzeiro*, *Revista ilustrada*, *Eu sei tudo*) e internacional (*L'illustration*, *L'es bous romans*, *Punch*)

Acesso

Ao chegar à Biblioteca, o leitor deve deixar seus pertences no escaninho, sendo permitida a subida com lápis, papel, notebook e máquina fotográfica. Caso seja sua primeira visita, é preenchido um "Cadastro de Consulentes", com dados pessoais para contato, e também dados sobre a pesquisa. Não é permitido aos leitores o livre acesso às estantes, porém, devido ao espaço reduzido, o acervo não se encontra em ambiente diferente da consulta. A consulta é feita no suporte original, em papel, somente quando o periódico não estiver digitalizado. Nesse tipo de pesquisa, o leitor poderá fotografar o periódico, desde que sem *flash*, não sendo permitida a cópia xerox do acervo. O número de páginas fotografadas ou copiadas digitalmente não é determinado, mas já se percebe a necessidade de se implantar um limite para tal atividade, devido ao abuso da permissão oferecida. A discussão é longa entre bibliotecários e pesquisadores. É importante considerar as dificuldades encontradas na realização de pesquisas em nosso país. As fontes históricas estão raramente organizadas e higienizadas, além de o acesso ainda ser restrito em várias instituições. Privar o pesquisador das fontes bibliográficas, ou impor limites rígidos a cópias, não parece ser a saída para a democratização do acesso à informação.

Digitalização

Diante do valioso acervo sob a guarda da Hemeroteca Histórica, foi pensado um projeto de digitalização. Além de facilitar o acesso ao acervo de periódicos da SUB, havia também a necessidade de intervir em caráter de urgência na referida documentação, que se encontra em processo de degradação, devido à fragilidade de seu suporte físico (papel-jornal), e de seu manuseio constante. Apesar de 80% do acervo de jornais estarem microfilmados, a falta de modernas leitoras de microfilme obriga a facultar o acesso aos originais, aumentando, assim, a degradação proveniente de seu manuseio.

Em 2006, a Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais iniciou o processo de digitalização do acervo de jornais da Hemeroteca Histórica. Em todos os projetos, houve a contratação (através de licitação/pregão) de uma empresa especializada no ramo, uma vez que a Biblioteca não possui laboratório de digitalização. Foram realizados os seguintes projetos/ações:

O primeiro projeto foi desenvolvido em parceria com o Arquivo Público Mineiro e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Foram digitalizados 98 rolos de microfilmes de jornais editados em

Minas Gerais no período Imperial (1822-1889), que correspondem a aproximadamente 78 mil fotogramas.

Os projetos de 2007 até 2010 (ainda em andamento) estão sendo desenvolvidos com recursos da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, através do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), contemplando, até o momento, em média 530 mil fotogramas (530 rolos), relativos aos jornais editados em Belo Horizonte e municípios mineiros, no período de 1900-1995.

As imagens digitalizadas são no padrão gray-scale - tons de cinza, resolução de 350 dpi (pontos por polegadas), no formato .jpeg, a 70% do tamanho original. A indexação dos jornais é feita pelo título do jornal, nº da edição, data da edição do jornal, nº do filme, localidade do jornal. A ferramenta visualizadora para recuperação das imagens digitalizadas segue os padrões de Interface Web e linguagem de desenvolvimento PHP ou Java.

O acesso aos jornais digitalizados é realizado em três terminais de consulta. Os jornais do século XIX, digitalizados em parceria com o Arquivo Público Mineiro, estão disponíveis pela internet. Os jornais do século XX ainda não são acessados via *web* por falta de um servidor exclusivo para este fim. O leitor pode adquirir cópias das imagens, previamente selecionadas, salvas em CD.

A maior parte dos jornais digitalizados não é mais publicada o que autoriza sua reprodução, no que se refere às questões relativas aos direitos autorais. Os dois jornais ainda em circulação que estão sendo digitalizados dizem respeito a duas situações específicas: o primeiro deles é uma publicação oficial do governo do estado de Minas Gerais, e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, como único órgão da administração direta a ter a guarda da coleção completa do jornal, recorreu à digitalização com o objetivo principal de preservação do original. O segundo caso se refere a um jornal de circulação nacional, publicado em Belo Horizonte. Nesse caso, sempre houve encaminhamento de leitores do próprio jornal à hemeroteca, para realização das pesquisas. Há conhecimento do jornal, no que se refere à mudança de suporte de papel/microfilme para cópia digital na hemeroteca, no entanto, ainda não há um acordo formal entre as partes.

Dificuldades e propostas

Por todas as dificuldades relatadas nos itens acima, a Hemeroteca, juntamente com sua diretoria, tem discutido adequações às normas, no que se refere ao limite de cópias e de utilização das imagens, tanto fotografadas quanto digitalizadas. Todas as evidências apontam para a reprodução, ainda que de um grande período, à parte dos documentos, relacionados somente ao assunto específico da pesquisa, com posterior assinatura de termo de compromisso

pela utilização das imagens, proibindo a comercialização e divulgação para fins não-acadêmicos, crédito em nome da instituição, e doação do produto final da pesquisa à biblioteca pública.

Outra grande dificuldade enfrentada pela hemeroteca se refere à catalogação dos periódicos que lá são guardados. Ainda hoje não são todas as revistas que foram inseridas na base Pergamum (*software* utilizado para administração de bibliotecas), e, quanto aos jornais, ainda não há previsão de início desta atividade. A falta de recursos humanos e capacitação adequada para catalogação de periódicos são os maiores dificultadores encontrados.

Conservação

Um dos principais fatores de degradação física de documentos históricos é a ação humana. A manipulação diária do acervo compromete o estado de preservação do mesmo, o que pode causar perdas irreversíveis. A digitalização tem contribuído enormemente para a preservação do acervo, no entanto, a morosidade com que tem sido digitalizado, devido aos parcisos recursos financeiros, faz com que parte importante de certos títulos esteja se perdendo.

A restauração também é de caráter de urgência, porém, a SUB/MG conta com somente uma restauradora, responsável por toda a instituição. Sendo assim, é mínima a quantidade de restaurações realizadas por ano.

Comissão especial de avaliação de periódicos

Em janeiro de 2009 foi formada uma Comissão Especial, encarregada de apontar critérios para a formação dos acervos de periódicos da SUB/MG. A comissão é composta pelos bibliotecários coordenadores dos setores de Periódicos Correntes, Coleções Especiais, Hemeroteca Histórica, e conta ainda com a superintendente de Bibliotecas Públicas como presidente da Comissão, com a diretora da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, e com a diretora de Formação e Processamento Técnico do Acervo.

Além da formação, foram discutidos critérios para remanejamento e descarte dos acervos correntes e históricos, e a criação de diretrizes que norteariam o desenvolvimento dos respectivos acervos. Após análise de literatura, legislações e bases de dados referente ao tema, a comissão propôs critérios e políticas para os acervos, sob aprovação da Superintendência. As ações ainda estão sendo implementadas.

Projetos

O projeto Hemeroteca Histórica – Tratamento, Acessibilidade e Divulgação do Acervo foi encaminhado à Lei Rouanet, aprovado em 2008, com prorrogação da captação dos recursos até 31 de dezembro de 2010. Esse projeto visa à preservação do acervo de jornais históricos da Hemeroteca, através do tratamento físico (microfilmagem e digitalização), desenvolvimento de banco de dados informatizado para os periódicos tratados, restauração dos jornais e divulgação do acervo através da produção de CD-ROM com textos de profissionais renomados, relativos aos periódicos.

Valor do projeto: R\$ 894.997,40

Em julho de 2010, o projeto sofreu algumas adaptações e foi encaminhado ao Programa Petrobrás Cultural, área de seleção: apoio a museus, arquivos e bibliotecas.

Valor do projeto: R\$ 699.128,03.

Considerações finais

Jornais e revistas são valiosos materiais de pesquisa para estudo de uma época, além de contribuírem para a construção da identidade cultural de uma determinada região, possibilitando a discussão de interesses em comum. A Biblioteca Luiz de Bessa, como um “lugar de memória”, torna-se a guardiã desse acervo, possibilitando o acesso a toda comunidade. O grande desafio parece ser a preservação e conservação desses materiais, sem restringir o acesso aos interessados. É nesse caminho que a Hemeroteca Histórica se propõe a seguir, garantindo as melhores condições de conservação dos acervos e acesso irrestrito às informações pelos leitores.

Referências

- BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Departamento de Processos Técnicos. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000. 160 p.
- CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato. Jornais Mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ouro Preto, ano 2, n.1, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-03-15-Dossie.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). *Bibliotecas públicas municipais: orientações básicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007. 223 p.
- ENNE, Ana Lúcia Silva. Memória e identidade social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÉNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24, 2001, Campo Grande. [Trabalhos

- apresentados]* Campo Grande: INTERCOM, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2ENNE.PDF>>. Acesso em: 13 set. 2010.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 612 p.
- SANTOS, Cíntia Amária. O processo de alimentação da imprensa interiorana e a grande imprensa nacional. *Revista PJ:Br*, [s.l.], n. 5, set. 2005. Disponível em: <http://www.eca.uso.br/pjbr/arquivos/dossie5_d.html>. Acesso em: 13 set. 2010.

O papel da reprodução na preservação e acesso

Vera Lúcia Garcia

Bibliotecária. Coordenadora de Microrreprodução / Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

Esta comunicação apresenta as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Microrreprodução (Comic), unidade do Centro de Processos Técnicos da Fundação Biblioteca Nacional, cuja finalidade principal é reproduzir e preservar o acervo da instituição, sob a forma principalmente do microfilme e do meio digital.

A Comic também gerencia o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos – Plano, ação iniciada em 1978 e destinada à preservação, em âmbito nacional, das coleções de periódicos publicados no país desde os primórdios da nossa imprensa.

Palavras-chave: *Coordenadoria de Microrreprodução. Fundação Biblioteca Nacional. Periódicos. Microfilmagem.*

Abstract

This paper presents the activities developed by the Microreproduction Coordination (Comic), a unit of the Technical Processes Center at National Library Foundation, whose primary purpose is to reproduce and preserve the assets of the institution, primarily in the form of microfilm and digital media.

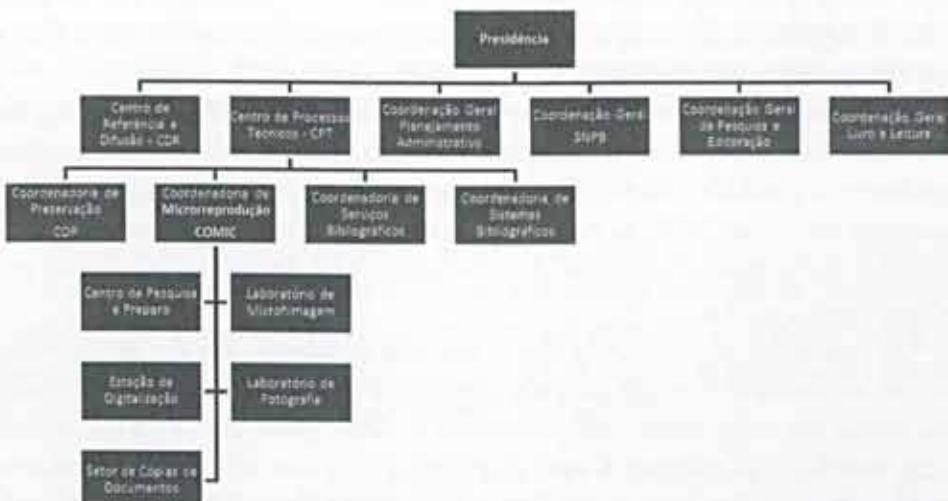
Comic also manages the National Plan for Periodical Publications Microfilming – action initiated in 1978 and aimed at preserving, nationwide, the periodical publications collections published in the country since the beginning of our press.

Keywords: *Microreproduction Coordination. National Library Foundation. Periodical publications. Microfilmaging.*



1. Introdução

A Coordenadoria de Microrreprodução (Comic), unidade do Centro de Processos Técnicos da Fundação Biblioteca Nacional, tem como atribuições supervisionar, prestar assistência e executar as atividades de reprodução de acervos, através da microfilmagem e outros processos reprográficos e em conformidade com a política de preservação e de atendimento ao público pesquisador. A Comic também desenvolve projetos e pesquisas, elabora manuais técnicos, emite pareceres técnicos, além de prestar informação e treinamento em sua área de competência. Essa coordenadoria abrange cinco áreas técnicas.



A Seção de Pesquisa e Preparo Documental, que analisa e executa atividades de identificação, levantamento e preparo de coleções do acervo da Biblioteca Nacional organiza e mantém o acervo microfilmado em condições ambientais adequadas e atende à demanda dos pesquisadores da BN. Mediante convênios, essa seção também presta assistência a instituições culturais públicas e privadas.

O Laboratório de Microfilmagem e o Laboratório de Fotografia, que analisam e executam as diversas etapas inerentes aos processos técnicas de microfilmagem e fotografia, bem como asseguram o controle e a conservação dos equipamentos e materiais de consumo específicos.

A Coordenadoria de Microrreprodução também gerencia o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros – Plano, em conformidade

com a Portaria MEC/DAC, nº 31, de 11 de dezembro de 1978, e mantém convênio com instituições culturais e empresas jornalísticas brasileiras para a microfilmagem de jornais correntes.

2. O Plano

O Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros foi criado no final de 1978, com o objetivo de localizar, recuperar e preservar as coleções de periódicos editados no Brasil, tornando-as disponíveis para consultas e reprodução aos pesquisadores.

Suas atividades básicas são identificar títulos de periódicos editados no Brasil; localizar ou completar coleções não existentes no acervo da Biblioteca Nacional; organizar e preparar para a microfilmagem as coleções localizadas; microfilmá-las, de modo a preservá-las, conservá-las e divulgá-las; fazer o controle de qualidade da microfilmagem, além de duplicá-las, a fim de assegurar a segurança das coleções, sua complementação e consulta, em suma, a sua recuperação para a memória e a história nacionais.

Esse conjunto de atividades, que diz respeito a toda produção de periódicos brasileiros desde o seu início em 1808, naturalmente só tem andamento mediante o estabelecimento de prioridades. Essas são as seguintes: títulos editados no século XIX, as coleções consultadas com maior frequência, as coleções incompletas, coleções deterioradas e as coleções só existentes em acervos particulares.

Os resultados obtidos pelo Plano são consideráveis. Ele foi implantado não só em todas as capitais do país, como também em outras cidades; desde seu início até hoje, foram microfilmados 8.109 títulos, em cerca de 20 mil rolos matrizes; as coleções foram duplicadas (em microfilme), enviando-se cópia para as instituições que cederam parte da coleção; foi criado um catálogo coletivo nacional, com mais de 16 mil títulos, além de se dar imediato acesso pelo pesquisador a toda a coleção microfilmada, incluindo-se a obtenção de matérias de interesse do pesquisador, mediante cópias, na forma de microfilme ou em papel (cópias eletrostáticas).

3. Tipos de originais trabalhados

São variados os tipos de registros escritos do pensamento e atividade humanos que podem ser relacionados como materiais de pesquisa. Grosso modo e segundo a frequência com que são consultados, eles podem ser divididos em materiais impressos e não impressos.

3.1. Originais impressos

São chamados de originais impressos os livros, seriados, jornais etc. Como tal, ao prepará-los para a microfilmagem devemos atentar-nos para suas características e estado físicos como, por exemplo, a sua dimensão (tamanho, formato, espessura), as características do papel e, ainda, a encadernação.

3.2. Originais não impressos

São chamados de originais não impressos os manuscritos e datilografados. Tal como os originais impressos eles também apresentam características e/ou problemas físicos que não podem deixar de ser levados em conta ao serem microfilmados.

3.3. Critérios de prioridade para microfilmagem de coleções

Os principais critérios são a importância histórica e documental das coleções, a frequência de consulta, o estado físico das coleções, a perspectiva de desgaste devido ao manuseio, a antiguidade da coleção e a raridade do material.

4. Identificação de títulos de periódicos

Devido à dificuldade para se identificar e reunir as coleções de periódicos a serem microfilmadas, uma vez que são poucas as fontes de pesquisa da história de cada título, é necessário realizar a leitura prévia de livros e artigos especializados, de modo a se elaborar listagens de títulos de periódicos e reunir o máximo de informações sobre cada um dos periódicos.

4.1. Localização dos originais

Há quatro etapas, pode-se dizer, no trabalho de localização de originais visando à formação ou integralização das coleções. São elas o levantamento de títulos, periódicos e exemplares existentes nos acervos das seções de Periódicos e de Obras Raras da Biblioteca Nacional; o levantamento do acervo das principais instituições sediadas no Rio de Janeiro (títulos, períodos e exemplares); a pesquisa em instituições de outros estados ou até mesmo no exterior (títulos, períodos e exemplares) e, por fim, a pesquisa em coleções particulares.

4.2. Organização das coleções

Uma vez de posse de uma coleção, é necessário verificar o seu estado físico, identificar lacunas e possíveis danos nos volumes, de modo que seja

microfilmada da forma mais completa e legível possível. Isso significa microfilmá-la na íntegra, incluindo classificados, suplementos ou cadernos especiais, suplementos em quadrinhos, revistas etc. Essa será considerada a coleção base.

O exame físico da coleção base deve considerar o estado de deterioração (dilaceramento pelo envelhecimento do papel); a acidificação (amarelada e quebradiça); a ação dos insetos e cortes diversos (rasgos, mutilações etc.).

4.3. Preparo dos originais

O preparo dos originais para microfilmagem abrange as seguintes etapas:

- a *desencadernação*, isto é, remoção ou afrouxamento das capas e do lombo da encadernação tomando-se cuidado para não ocorrer distorção ou perda de texto. Caso não seja possível, realizar a microfilmagem de maneira a minimizar a perda parcial de textos; a retirada de clips, presilhas etc.;
- o desamassar, ou seja, retirada de dobras, rugas e vincos, com uso de ferro elétrico. O ferro deve ser utilizado em temperatura baixa, sobre mata-borrão para proteger o papel;
- a verificação de sequências (sequência numérica das páginas e sequência numérica dos anos e dos volumes). Os periódicos que necessitarem de restauro devem ser submetidos a tratamento antes da microfilmagem. No entanto, quando forem raros e/ou tiverem alto valor histórico, os originais deverão ser submetidos à microfilmagem antes do restauro e, novamente, depois do tratamento;
- por último, a verificação, página por página, para identificar falhas como lacunas, rasgos e outras mutilações, numeração e paginação incorreta, prejuízos à leitura devido à má encadernação, legibilidade deficiente da impressão, documentos porventura anexos ao periódico; ilustrações e publicações avulsas; mudança de tipografia; erros de impressão; publicações suspensas e reiniciadas (incluir primeiras e segundas fases, edições diferentes etc.); mudança de título; alterações na grafia do título; supressões, acréscimos e/ou mudanças de subtítulos. Enfim, a verificação de toda e qualquer informação necessária à correta reprodução e subsequente leitura e pesquisa adequadas no microfilme.

Espelhos

No preparo de um periódico para a microfilmagem são utilizados três formulários:

O primeiro é para os espelhos de pré-preparo. Nesse formulário anotam-se a data, o número e a quantidade de páginas de cada exemplar, além de observações referentes ao original. As observações são muito importantes, pois a partir delas é que serão feitas substituições e/ou complementos com peças

de outras coleções. Deve-se revisar minuciosamente o espelho de pré-preparo. Os espelhos finais serão elaborados a partir dos mesmos.

O segundo formulário destina-se à preparação dos espelhos finais. É o conjunto de dois espelhos que acompanham os volumes ao Laboratório de Microfilmagem, refletindo exatamente as condições da coleção a ser microfilmada. Destina-se à preparação do espelho final cronológico quando se anota o ano de sua publicação (p. ex., 1913), o ano da série constituída pelo periódico (Ano I, ano II etc.), as datas e os números extremos de cada mês (1 a 31 de janeiro –nº29 a 59, por exemplo), e a quantidade de páginas. O espaço de observações é reservado ao chefe do Laboratório de Microfilmagem, que o preencherá indicando o arranjo cronológico e o grau de redução em que será microfilmada a coleção.

O terceiro formulário contém informações destinadas ao espelho final de faltas e substituições, informando as faltas existentes na coleção e os dias e/ou páginas que serão substituídos.

Divisão cronológica

De posse do espelho final cronológico é calculado o arranjo para microfilmagem de cada ano da coleção. Se o ano a ser microfilmado exigir mais de um rolo de filme, o arranjo deverá ser feito sob forma sistemática, bibliograficamente aceitável, como indicado a seguir:

Periódicos (arranjo cronológico para cada ano)

Hipóteses aceitáveis:

- 1-10 janeiro
- (a) 1-15 janeiro → 1 rolo por dezena
11-20 janeiro
- (b) 1-15 janeiro → 1 rolo por quinzena
16 -31 janeiro
- (c) 1-31 janeiro → 1 rolo por mês
- (d) 1 janeiro-28 fevereiro → 1 rolo por 2 meses
- (e) 1 janeiro-31 março → 1 rolo por trimestre
- (f) 1 janeiro-30 abril → 1 rolo por 4 meses

(g) 1 janeiro-30 junho → 1 rolo por semestre

(h) 1 janeiro-31 dezembro → 1 rolo por ano

(i) 1 janeiro, 1960-31 dezembro, 1961 → 1 rolo por 2 anos

Em um mesmo ano não podem existir dois tipos de divisão. A divisão dos rolos deverá ser feita após o preparo de todo um ano do periódico, ocasião em que se definirá a hipótese de arranjo cronológico para cada ano.

A coleção poderá ter arranjos cronológicos diversos para cada ano.

Ex.: *Diário de Notícias*

1930 = 24 rolos (2 rolos por mês)

1931 = 12 rolos (1 rolo por mês)

1932 = 6 rolos (1 rolo por mês)

1933 = 4 rolos (1 rolo por trimestre)

Esse arranjo dependerá também da quantidade total de páginas por mês ou por ano e das dimensões do periódico (quando se verifica o posicionamento da imagem e o grau de redução).

Sinaléticas bibliográficas

Após o arranjo cronológico dos rolos inicia-se a confecção das sinaléticas bibliográficas, que informam tanto as imperfeições existentes nos originais microfilmados no rolo, como também outros dados considerados importantes e que foram anotados durante o preparo.

Elas são microfilmadas logo após o letreiro total que será detalhado no item "revisão do microfilme negativo matriz".

Essa é a última fase do preparo. A coleção é encaminhada ao Laboratório de Microfilmagem juntamente com seus espelhos finais e as sinaléticas.

Exemplos de sinaléticas bibliográficas

(1) A coleção encontra-se cortada por gilete, parcialmente mutilada em outras;

(2) O periódico apresenta algumas páginas mutiladas;

(3) A coleção apresenta faltas e algumas páginas mutiladas;

(4) A coleção apresenta faltas, algumas páginas mutiladas e a numeração irregular;

- (5) Não foram encontrados originais nos meses (ou no mês);
- (6) Única coleção encontrada. Ou únicos exemplares encontrados;
- (7) Leitura prejudicada na lombada devido à encadernação;
- (8) O periódico deixou de circular em..., reiniciando a sua publicação em...;
- (9) Não foi possível identificar o periódico de circulação (ou o início e / ou término);
- (10) Numeração incorreta:

Mês de janeiro = dia 10. (N.53.) Repetiu o mesmo número do dia anterior
 Mês de março = dia 16. (N 84) As páginas 2. e 3. Estão com a numeração invertida.
 Mês de junho = no dia 22. A numeração avançou para o número 48.

- (11) Data incorreta:
- (12) Paginação incorreta:
- (13) Foi microfilmada a coleção existente na..... ; complementada pela coleção pertencente ao sr. (para coleções particulares);
- *(14) Os originais localizados após a microfilmagem serão inseridos no final do rolo. (Essa nota deverá constar sempre que a coleção estiver incompleta ou com originais danificados, para efeito de uma futura complementação e alerta ao usuário.)

5. Microfilmagem

5.1. Tipos de microfilmadoras usados pela Biblioteca Nacional

Planetárias

São compostas de uma base com um campo fotográfico pré-determinado, onde são colocados os documentos a serem microfilmados. A unidade filmadora desses equipamentos está posicionada sobre o campo fotográfico sustentado por um braço ou coluna.

A redução será determinada pela distância entre o campo fotográfico e a unidade filmadora, que se movimentará ao longo da coluna que a sustenta, de acordo com as dimensões do documento.

O conjunto de lâmpadas é externo e diretamente direcionado para o documento que se encontra sobre a mesa da microfilmadora e no campo fotográfico.

5.2. Metodologia

Posicionamento do microfilme

Normalmente, o filme virgem fica à esquerda do cabeçote, sendo gravado à medida que gira para a direita. No caso da microfilmadora MRD-2, que foge a esse padrão, deve-se girar o cabeçote em 180 graus para evitar que a microfilmagem seja feita no sentido de "cabeça para baixo" e de trás para frente.

Luz

A densidade ideal para cada caso será determinada por meio de testes de exposição. Durante a microfilmagem, devem-se realizar constantes medições da luz (fotômetro), atentando-se para a microfilmagem de páginas duplas que apresentarem tonalidades muito diferentes. Nesse caso, o procedimento correto será microfiltrar cada página separadamente e com luz própria para cada caso.

Grau de redução

O grau de redução dependerá da dimensão, estado físico e legibilidade do original, sendo que, ao se estabelecer um grau de redução deve-se procurar utilizar toda largura do filme, visando ao melhor enquadramento do original no fotograma. Pode ser representado das seguintes formas: 16x ou 16:1.

Processamento

Os equipamentos que executam esse trabalho são denominados "processadoras". As unidades processadoras de microfilme possuem normalmente alto grau de automação visando sempre a proporcionar comodidade, segurança e economia operacional, exigindo o mínimo de conhecimentos técnico-fotográficos por parte do operador, que estará apto a manejá-las após rápido treinamento.

Processamento do microfilme negativo matriz

O processamento automático engloba as fases de revelação, interrupção, fixação, lavagem e secagem do filme. Os filmes devem ser processados em máquina própria, com observação rigorosa das especificações técnicas dos fabricantes, de modo a se obter bom resultado e microfilmes sem resíduos de fixador (hipossulfato); deve-se atentar para a pressão da água e a saturação dos produtos químicos, mediante a quantidade de rolos revelados.

Revisão do microfilme negativo matriz

Ao terminar o processamento do filme negativo, esse deve ser revisado em bancada de inspeção com o uso de lupa e nunca se utilizando aparelho de leitura. A revisão deve ser feita minuciosamente, verificando-se definição, enquadramento, densidade e falhas ocorridas na microfilmagem do original e na sequência das placas e sinaléticas, checando sequência numérica e paginação.

A densidade ideal (lida no densitômetro) é entre 0.9 e 1.1 e não deve ter grande variação ao longo do filme. Pode-se eventualmente aceitar um filme fora desse padrão, dependendo da legibilidade oferecida pelo documento microfilmado.

Controle de qualidade

Existem alguns padrões e normas que devem ser seguidos na produção de microfilmes de boa qualidade. Devemos nos assegurar de que o nosso microfilme apresenta duas qualidades básicas, que são sua ótima qualidade de imagem, tanto para verificação visual, quanto para reprodução; e que se deve reunir condições para uma longa permanência arquivística.

Inspecção ótica

A conferência consiste em um exame cuidadoso do filme, visando a determinar se a microfilmagem foi feita adequadamente.

Resolução

É a propriedade que tem um sistema de microfilme de reproduzir pequenos detalhes com absoluta fidelidade. É expresso em número de linhas por milímetro quadrado, que se possa distinguir numa imagem.

Densidade

É o método utilizado em microfilmagem para expressar e medir a exposição.

Qualidade de arquivo

É a função do uso de filmes de halogeneto de prata, com uma lavagem adequada após o processamento.

Duplicação do microfilme negativo matriz

Após a revisão do filme, esse será usado como filme matriz para duplicação.

A duplicação varia muito de acordo com as máquinas duplicadoras, e deve, portanto, ser realizada rigorosamente conforme as instruções técnicas do equipamento. Deverá ser feita uma tabela para cada equipamento, baseada em um

teste de adaptação entre o equipamento e o filme a ser usado para duplicação, a partir do qual se determinam as combinações de luz, densidade e velocidade.

A duplicação de um negativo matriz pode ser em filme positivo (inversão da polaridade) destinado à leitura, e em DDP (Direct Duplicating Print – negativo de 2º geração), destinado a gerar cópias em papel, filme e digitalização.

Arquivo de segurança

O arquivamento de microfilmes requer que se considere os seguintes parâmetros.

- Temperatura (21º C);
- Umidade relativa (50%);
- Controle de ar-condicionado (renovação e limpeza);
- Arquivos
- Invólucro do filme.

Arquivamento

Os filmes rebobinados em carretéis ventilados de plásticos deverão ser envolvidos em cintas de papel antiácido, onde serão anotadas as notas do conteúdo do microfilme. Os carretéis deverão ser colocados em caixas próprias de cartolina também antiácida, em cujo dorso e laterais escrevem-se os dados de identificação do rolo. Essas caixas deverão ser colocadas em gavetas de arquivos de aço de fabricação especial, em ambiente refrigerado (temperatura em torno de 21º C) e umidade relativa do ar entre 50%.

O filme *negativo matriz* deverá ser arquivado, sempre, em prédio separado dos originais e não deverá ser utilizado em aparelho de leitura, servindo apenas para futuras duplicações de DDP.

O filme DDP (*Direct duplicating print – negativo de 2º geração*) será utilizado para se obterem cópias em filme, papel e digitalização. As cópias em papel são obtidas através de leitores – copiadores ou ampliações fotográficas.

O filme *positivo* será arquivado em um salão próximo aos aparelhos de leitura e para a consulta dos pesquisadores.

POSICIONAMENTO DO FOTOGRAMA NO MICROFILME

POSIÇÃO 1 A



A posição 1A representa fotograma de uma única página.

GR até 16 X = aproximadamente 500 fotogramas ou páginas.

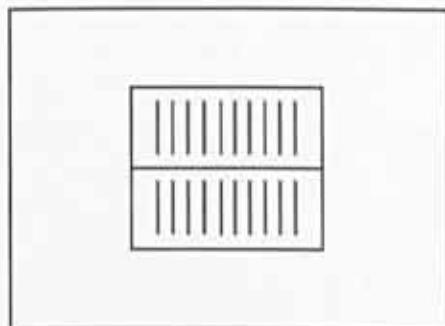
POSIÇÃO 1 B



A posição 1B representa fotograma de uma única página.

GR até 20 X 21 X = aproximadamente 1.100 fotogramas ou páginas.

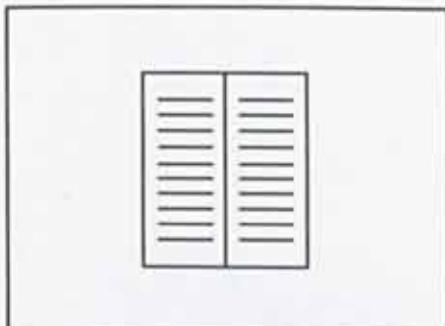
POSIÇÃO 2 A



A posição 2A representa fotograma de uma página dupla.

GR até 14 X = aproximadamente 1.150 fotogramas ou 2.300 páginas.

POSIÇÃO 2 B



A posição 2B representa fotograma de uma página dupla.

GR até 16 X 17 X = aproximadamente 550 fotogramas ou 1.100 páginas.

OBS: Enfatiza-se que a quantidade de fotogramas será sempre determinada em função do tamanho do original e grau de redução em que está sendo realizado a microfilmagem.

PRECIOSIDADES DO ACERVO



A correspondência de José Bonifácio nas “cartas andradinas”

Ana Lúcia Merege

Mestre em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ/Eco)
Bibliotecária do Setor de Manuscritos / Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

O artigo se refere a um conjunto de 69 cartas enviadas por José Bonifácio e seus irmãos ao jornalista e diplomata Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, entre os anos 1824 e 1833. O foco principal é nas cartas de José Bonifácio, em cujos comentários transparecem não apenas a erudição e a inteligência pela qual ficou conhecido, mas também um fino senso de ironia e espírito crítico ao tratar de questões ligadas à política e ao governo do Brasil.

Palavras-chave: *Brasil – Império – Política e governo. Brasil – Independência. José Bonifácio. Pedro I, imperador do Brasil.*

Abstract

This article presents the “Cartas andradinas”, a collection of 69 letters sent by José Bonifácio and his brothers to diplomat and journalist Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, between the years 1824 and 1833. Its main focus are José Bonifácio’s letters, in which we can grasp not only his intelligence and erudition, but also a keen sense of irony and criticism aimed to Brazilian Government and politics.

Keywords: *Brazil – Empire – Politics and government. Brazil – Independence. José Bonifácio. Pedro I, emperor of Brazil.*



As cartas andradinas compõem um conjunto de 69 cartas enviadas pelos três irmãos Andrade – José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos – ao jornalista e diplomata Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, entre 1824 e 1833. Encadernadas pelo destinatário num volume único, foram confiadas à guarda do amigo de Drummond, A. J. de Mello Moraes, cujo filho, o conhecido memorialista Mello Moraes, acabou por herdá-las e, tempos depois, vendê-las à Biblioteca Nacional.

Na “Advertência” que antecede as cartas no volume XIV dos *Anais da Biblioteca Nacional*, afirma-se que a aquisição foi feita em junho de 1883, e que o códice com as memórias de Drummond foi adquirido na mesma ocasião. De fato, as memórias – com o título *Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia publicada em 1836* – apareceram no volume XIII, fascículo 2 dos *Anais*. O número seguinte traz as cartas, acompanhadas por um fragmento das memórias de Drummond referentes à abdicação de d. Pedro I. Esse volume XIV dos *Anais*, impresso em 1890 pela Tipografia de G. Leuzinger e Filhos, figura até o momento como a única edição completa das cartas andradinas.

As cartas originais foram restauradas e se encontram sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Recentemente a coleção foi digitalizada e integra a Biblioteca Digital, disponível no site da instituição.

O destinatário

A correspondência dos Andrade é uma boa fonte de informação para o estudo daquele período, especialmente se tomada em conjunto com as *Anotações* de Drummond. Concluídas em 1881, essas memórias revelam um olhar do autor já mais distanciado, reflexivo e, em alguns momentos, “nostálgico” sobre os acontecimentos da época.

Embora não seja tão conhecido como eram seus interlocutores, o destinatário das cartas andradinas desempenhou um papel importante na história do país. Natural do Rio de Janeiro, onde nasceu a 21 de maio de 1794 numa família tradicional e abastada, concluiu seus estudos literários aos 15 anos, interessando-se principalmente por filosofia e economia política. Logo se empregou na administração pública e se envolveu com a política. Acusado de participar da revolução republicana em Pernambuco (1817), foi inocentado e se exilou durante alguns meses em Santa Catarina.

Por ocasião dos acontecimentos políticos de 26 de fevereiro de 1821, no Rio, Antônio Drummond se mostrou favorável à independência. Foi para Pernambuco, depois para a Bahia, e procurou trazer os governos

locais para sua causa. A 12 de dezembro de 1822, foi nomeado por d. Pedro I "moço de imperial câmara". Em agosto de 1823, com a Assembleia Constituinte já dissolvida e com José Bonifácio e Antônio Carlos afastados do poder, crendo que a independência estivesse ameaçada, começou a publicar o jornal crítico *Tamoyo*, alinhado com os Andradas.

Quando o ministério de que participavam os irmãos foi dissolvido, Drummond, como seu correligionário, afirma ter sido "perseguido, posto em processo e obrigado a emigrar para salvar a vida daqueles que [...] pediam em voz alta pelas ruas da cidade a minha cabeça". (BIBLIOTECA NACIONAL, 1885-1886, p 23). Ameaçado de morte, foi para a Inglaterra, de onde se transferiu para Paris, quando os Andradas já estavam na França. É desse período que datam as cartas andradinas, a maior parte delas enviada de Bordéus. As últimas de José Bonifácio, porém, foram escritas no Brasil, para onde tanto ele quanto Antônio Drummond regressaram em 1829.

Pouco tempo depois, Drummond – tido como a primeira pessoa a usar um passaporte na qualidade de brasileiro – entrou para a carreira diplomática, foi nomeado encarregado de negócios interinos e cônsul geral na Prússia. De lá foi transferido para a Itália e atuou em várias questões relativas à política externa do Brasil. Por fim, tornou-se ministro plenipotenciário em Portugal, aposentando-se em 1862. Sua contribuição para a história e a historiografia do Brasil foi relevante, já que, além de ter deixado várias memórias, foi ele um dos poucos diplomatas a trazer da Europa documentos referentes ao país (RODRIGUES, 1978, p. 41).

Antônio Drummond faleceu a 15 de janeiro de 1865, em Paris, onde buscava tratamento para a cegueira. Um retrato, tirado certamente em seus últimos anos, mostra um senhor de longas barbas brancas apoiado numa bengala. No entanto, Drummond ainda era um jovem ao se corresponder com José Bonifácio, e é mais do que provável que este último tenha atuado como uma espécie de mentor para o futuro diplomata. Como ele mesmo destaca em suas *Anotações*, "José Bonifácio aumentou de tal sorte a amizade que me tinha que até o último instante de sua vida me deu disso as mais exuberantes provas. Era eu o seu melhor amigo [...] As opiniões de José Bonifácio na generalidade eram as minhas; eu o respeitava como amigo, como mestre e diretor."

Pilhérias, tatambas e a imperial criança

Segundo Drummond, "a vivacidade natural de José Bonifácio fazia com que na discussão dos negócios mais importantes introduzisse muitas vezes algumas facções...". A maior parte, se não a totalidade das cartas, inclui

algumas dessas "facécias". Algumas são brincadeiras dirigidas ao próprio Antônio Drummond, nas quais se refere a si mesmo e à sua vida doméstica de forma jocosa. São frequentes as alusões a sua esposa: "minha mulher agradece a encommenda das travessas, e diz que lhe mande a conta, porque não quer ser caloteira." (BIBLIOTECA NACIONAL, 1886-1887, p. 15), a amigos comuns, a problemas como falta de dinheiro e às dificuldades em se adaptar à vida fora do país: "Estou pelo que diz da *fructa francesa*; não presta, não presta, e só o diabo, ou a fome, pôde obrigar a comel-a." (BIBLIOTECA NACIONAL, 1886-1887, p. 17).

A amizade tão valorizada por Drummond aparece, também de forma brincalhona, em bilhetes como o que envia após haverem ambos regressado do Brasil (BIBLIOTECA NACIONAL, 1886-1887, p. 49):

Nhonhô Antonio.

Eu fico sozinho hoje em casa; se meccê, meu sinhozinho de França, prefere comer
pirão e feijão com
toucinho à Paulista aos quitutes do grandiosíssimo Senhor D. Luiz de las Panreas,
cá o espero; se não, Deus ajude a meccê.

Seu muleque,

Andrade.

Todas essas são expressões destinadas a Drummond na qualidade de amigo pessoal e por ele lembradas carinhosamente. É, contudo, ao tratar de política que se pode perceber melhor a fina ironia, o espírito crítico e a erudição de José Bonifácio.

Desde a primeira carta, enviada de Bordéus a 1 de setembro de 1824, até as últimas que escreveu da França, podemos acompanhar as observações de Andrade sobre os desdobramentos do processo de Independência, seu reconhecimento pelas províncias e pelos países estrangeiros, os tratados e conflitos em que se envolveram o Brasil e seu jovem imperador. Exilado e inconformado com várias dessas situações, o "Patriarca da Independência" costumava usar, para se referir a seus inimigos políticos, os apelidos correntes na época, como "corcundas", "pé de chumbo" (apelido dos membros do "Partido Português") ou, quando a indignação superava a verve irônica, simplesmente "bandalhos". Também empregava com frequência palavras que lembravam a origem indígena ("incivilizada", segundo o pensamento então dominante), como "tatamba" ("balbuciente", "tatibitate"), termo a que recorria para se referir aos políticos antiquados. Já "grã-pata" era utilizado para se referir ao costume do autoritário governo brasileiro de conceder, largamente, títulos à elite proprietária.

Quem creria possível que, nas atuais circunstâncias do Brasil, haveria a grã-pata pôr tantos ovos de uma vez, como 19 Viscondes e 22 Barões? Nunca o João pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder autocrático. Quem sonharia que a mixella Domitilla seria Viscondessa da Patria dos Andradas [Santos – refere-se à Marquesa de Santos – N. da A.]? [...] E esses bandalhos do Governo não vêm a impolitica de tal procedimento, que fará pulular de inimigos à Imperial *criança!* (Idem, p. 14)

Cunhada especialmente para se referir a Pedro I, essa pesada expressão viria a ser repetida em outras cartas. Em algumas, torna a manifestar seu desagrado com o relacionamento entre o imperador e Domitila, e também com outras atitudes de Pedro. Critica-o, muitas vezes, por sua imaturidade, preconizando que “irá de mal a peior com a morte do Pai e com a sucessão do Throno Portuguez, de que dizia não querer nada, nada e nada.” (Idem, p. 18).

De todas as cartas de José Bonifácio, a mais significativa talvez seja a que enviou de Talance, localidade próxima a Bordéus, com data de 19 de novembro de 1825. Nela, após ter criticado, nos termos habituais, um inimigo político proveniente da Bahia com “Quanto à lembrança do diccionario dos termos próprios da língua *tatambica* de Nossa Senhora, é lembrança felicíssima e própria de um *génie* Bahiano, agradecido ao sangue Ussá e Cayapó.” (Idem, p. 11-14), ele tece breve comentário sobre o tratado firmado entre o Brasil e Portugal, com a mediação da Inglaterra, no qual Portugal reconhece a independência da ex-colônia sem que os laços de sucessão ao trono sejam rompidos:

Enfim, poz o ovo a grã-pata e veiu a lume o decantado Tratado, que saiu melhor do que esperava; - ao menos temos Independência reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na bocca do estomago, de que não sei se morrerá, ou se se restabelecerá com o tempo; tudo depende da conducta futura dos Tatambas. Que galanteria jocosa de conservar João Burro o título nominal de Imperador, e ainda mais de convir nisso o P. Malasartes! Mas, com essa farça o astuto Caning [George Canning, encarregado de negócios britânico e mediador do tratado – N. da A.] escamotou o reconhecimento a Vienna e Paris [...] O peior é, segundo os infastos vaticínios do meu Tibiriçá [um dos pseudônimos adotados pelo próprio José Bonifácio – N. da A.], que talvez o Senhô Imperadô, para se lavar do crime de ingrato, não se lembre de mim para alguma coisa publica, o que já agora me assusta; pois o que só desejo é ir acabar os meus cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus outeirinhos. (Idem, p.11-14).

O trecho acima condensa de forma espetacular a opinião de José Bonifácio em relação à política e aos membros da família real, a quem confere os mais cruéis apelidos. As circunstâncias, porém, podem tê-lo feito usar termos mais

duros do que seriam os normais, visto que, em outros momentos, ele deixa transparecer seu apreço pelo jovem imperador. É o que demonstra o trecho da carta de 2 de abril de 1829:

Pobre Portugal, e pobre D. Pedro, que não teve ao lado quem lhe abrisse os olhos sobre a política
 infernal da Europa, assim como não o teve sobre a bestial guerra de Buenos Aires!
 – Para que não succeda o mesmo ao sucessor do trono, grite, meu bom amigo, que lhe dêm quanto antes um aio, homem de energia, probidade e saber. Sem educação, quem nos assegura que não saia um novo D. Miguel, para infelicidade sua e do Imperio? (BIBLIOTECA NACIONAL, 1886-1887, p. 46-47).

Não se pode, no entanto, deixar de lembrar que o próprio José Bonifácio, por escolha de Pedro I, viria a ser tutor de seu filho entre abril de 1831 e dezembro de 1833, quando então divergências com os regentes o afastaram do cargo. Mesmo assim, o jovem imperador acabou por receber excelente educação, embora mais voltada para as ciências e as humanidades do que para a política e a administração do Estado.

Leitor, cientista e poeta

Além dos assuntos pessoais e das questões políticas, as cartas de José Bonifácio para Antônio Drummond tratam também, com frequência, de publicações sobre ciência e literatura. No que concerne à primeira, ele pede, muitas vezes, que Drummond lhe compre livros de geografia, botânica e mineralogia, embora não se estenda em comentários sobre esses temas, talvez por não serem familiares ao interlocutor: “Peço que queira ler o n. 1 ou 1^a. *Livraison de l’Histoire des Plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay, de St-Hilaire* [...] que traz muitas notícias importantes até para quem não é botanista.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1886-1887, p. 8). Quando se trata de literatura, porém, o assunto tem vários desdobramentos, desde o pedido de aquisição de livros e revistas até as recomendações de leitura e as notícias sobre a publicação de trabalhos do próprio Andrada.

Em duas das cartas (Bordéus, 13 de outubro de 1824; Talance, 12 de janeiro de 1827), José Bonifácio transcreveu odes poéticas, que publicou em 1825, na França, sob o pseudônimo árcade de Américo Elycio. A primeira é acompanhada também de uma “Dedicatória” aos brasileiros, escrita com a mesma ironia que encontramos em suas cartas pessoais. Já a 9 de setembro de 1826, José Bonifácio pede que Drummond procure obter uma cópia impressa de um de seus projetos políticos, a célebre representação feita à Assembleia

sobre a civilização dos índios, a fim de corrigi-la e aumentá-la antes de lançar uma nova edição.

A mesma carta enviada de Talance, em 1825, na qual se refere a "João Burro" e "Malasartes", dedica uma segunda parte à literatura portuguesa. José Bonifácio recomenda a Drummond uma série de fontes para o estudo do tema e faz observações quanto aos autores que devem ser contemplados. A expressão "História literária do Brasil" teria aparecido pela primeira vez nessa carta, que advoga uma história da literatura de nosso país inserida na história literária portuguesa (Cf. MANDAGARÁ, 2009).

As cartas de José Bonifácio para Antônio Drummond são de extremo interesse para o pesquisador, fornecendo um retrato em cores vivas do que foram seus dias no exílio na França e uma rica visão de suas reações a propósito dos acontecimentos políticos no Brasil, dos quais se via afastado contra a vontade.

Mais do que em suas "memórias" e outros escritos, o fato de se dirigir a um amigo permite enxergar, nessa correspondência, não apenas a *persona* política e o estudioso da ciência, mas, sobretudo, o homem que conhecemos como um dos vultos mais proeminentes da história brasileira.

Bibliografia

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIII (1885-1886) e v. XIV (1886-1887).
- MANDAGARÁ, Pedro. Um defeito de fábrica: o material que falta nas histórias da literatura brasileira. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 173, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/viewFile/5710/4621>>. Acesso em: 22 ago. 2013.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC/INL, 1978. p. 41 et passim.
- JOHÉ BONIFÁCIO: obra completa. Disponível em <<http://www.obrabonifacio.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2013. Site que reúne documentos de, para e sobre José Bonifácio.

7 Salence 19. de Novembro
de 1825.

Meu caro Am^r. e Sñr.

Estou devendo a V.T.^a da resposta das suas duas ultimas cartas de 29 do passado edo 1º do corrente, aqué von satisfazer do modo possivel quanto permitem os frios, que ja metem ou na cama ou junto ao borrhão. Ja lhe enviei 2 exemplares das m^o opusculas, estou esperando a remessa dos 2º da m^o Representações, os Bulletins, e o Voto se opader comporar, seg. qzce. Estou mais satisfeito com a colecção da viagem de Ceylon; qz. Sahur o volume 14, logo que me componha Mar tudo está óptimo, excepto o não saber em qzce medida, p^r drenar as sua bals, que não sei m^o gorda, e viver regularm^p o futuro na m^o Boliviomania; afim, meu caro Am^r, viva a cama, eva aos Livreiros buscar as clássicas negostas. O que me encade do patriotismo do bom jumento, naffate so Brasil, não me admira pqzq a m^o tempo que conheco abesta infia mulcas lhe e ria basta cuidar de fazer bons Jancarinos, dorlos sonarlos, e aquecêrthes o quarto, cumprir q^r também entre em negocialdes diplomas de putaria p^r aquecêr. Viva a cama, sem prejuizo da saúde, p^r que tem sua habiliç^o, se me lembrar das noades com q^r meditou em Coimbra no inverno de 1801 - os grandes Baianos tem talento e postimo para tudo. Quanto adeembranca do dicionario e termos proprio da lingua Tatambica de N. Instr. he lembrance felicissima e propria de h^r genio Baiano, agraciado Uysá e Cayapo! Eu bem quero recoller por cara m^o a Sra. D. Maria Amália he inoxarvel neste artigo, com as minhas rogativas, e com os orris do Bispo de S. Paulo, equal d^r que nem p^r encinar Portugues fogo a bellas de Bordon, e convide a V. venha encorajar este trabalho, q^r lhe deixou o doente dos oculos verdes. Deixe porto a Paris, pois ja tem tido tempo de os contemplar, não visitado a França como se mostrou no principio um Estrangero, mas em robe de chão com todas as suas ridiculous emparelos; venha à Salence, creia que o meu convite he cordial e sincero. Como me dir. q^r a para José Ricardo, que foi por via de Londres, fôra entregue, e daqui a vinta dia sua ultima delle, digo-lhe q^r he de 5. de Julho deste anno

Em p^o ~~por~~ ^{o ovo} a grá Pata, creio adume o de cantado Tratado, que fôrio melhor do que esperava - ao menos temos Independencia n^a conhecida, bem que assessoria nacional recebeu hum coice na boca do estomago, de que não sei se morreria, ou se restabeleceria com o tempo: tudo depende da conducta futura dos Patambras. Que galanteria jocor de conservar João Bento o título nominal de imperador! e ainda mais de conservar o p.º Mala, antes! mas com esta forca o astuto Caning escamotou o reconhecim^t à Vienna e Paris. Se for certa a comunista de Paranhos, creio que Stuart a ampliará com mais justica á todos os fugitivos e depostos, q. não tem nem vigumbre de crime - O p.º le seq^r os infamios Vaticinios do meu Sibírica, que salva o Senhor Imperador, p.^r se lavar do crime de ingrato p.º q. não se tembe de mim p.^r al. q. sua corra publica, o q. ja agora me afusta; poi o que so direjo he hir acabar os meus cançados dias de jaleco e bombaches de algodão nos meus ortorinhos.

Marcisa lhe pede queira mandar-lhe ofranquinho da aguap^r q. denta, em que ja he feito; e manda recomendar-se ao novo Doutor Medicis; o que eu tambem faço. Adon, temho saude, ediga ao am^r Rocke q. tenha esta por sua; e q. acerca do Tratado de tempo ao tempo; mas desde ja apiente que o Diabo não he tão feio como o pinta.

Este concludida a carta amigavel; agora passemos ao negocio da historia da litteraturam Portugueira - Eu, meu bon amigo, estou fatto p.º q. os subiidros recep. q. decemysentos à sua rogativa - q. nome que o seu nome, sem ter mais q. os leuiaades do Canis, & volimorais de litteratura da Academia, queria abalancar e atal pvera. He preciso poi, q. tambem deixa a continuacão das Memorias Academias, depois q. cepou a collectiao separada da quellas collec^ras... 1814. pois nos volumes subiequentes das Memorias, reunidas a hum so corpo, vem mto q. direm respeito à litteratura Portugueira; algum socorro podera adquirir dos Discursos anueis, que citei como secretario, que fui da Academia por sette anno, e q. deixa de ser pela minha hida p.^r o Brasil em 1819. Tambem lhe sera indispensavel folhear a Bibliotheca Hispanica de Nicolao Antonio, em q. vem a noticia dos Escritores Portugueses ate o seculo 17^r; e momente a Bibliotheca Lusitana do

Barbosa em 4. volumes de folio, ora no ultimo se mencão ergano
vem húa lista dos autores por Províncias e lugares donde podessem
teras suas p. a parte que diz respeito ao Brasil. Esta obra acha
se compendida em 4. volumes pequenos de 12º pelo Professor Farinha
para a literatura presente lhe poderia servir a obra moderna de
Balbi = Statistique du Portugal = em 2. vol. de 8º o Bouleau, em que
fella tem mta. obra boa, e ainda ja traduzido em Francês Par. 1812. e a ob.
de Simonde de Sismonde Delle Litterature du siècle de l'Europe.
Tambem sera bom q. seja a obra de Eichhorn, Histoire générale des
Civilisation et des Litteratures de l'Europe moderne, mas creio q.
ainda não está traduzida em Francês. Com estes sublinhados, e mais q.
tudo com a língua não só do imortal Camões, mas tambem de outros
Poetas do seu tempo António Ferreira, Diogo Bernardes, Jerônimo
Corte real, Fernão Alvaro do Oriente, Sá e Miranda, e Francisco Ro-
drigues Lobo, q. apesar de não terem a beleza de Camões, tem mta.
obra boa, e conserva o gênio da dengoa, e graca do estílo; entre
os historiadores do século de 1500, e principios de 1600, merecem ser lidas
as Decadas de João de Barro, os Commentarios de Afonso de
a vida de S. Francisco Xavier por Lucena, Fernando Mendes Pinto, An-
tonio de Castilho, e sobre todos a historia de S. Domingo, e a vida do
Fr. Bartolomeo dos martires, q. a pesar da mesquinharia do es-
pírito, não tem rivais modernos q. a beleza do estílo, e apurada
língua j. oradores e moralistas tem o merecimento Fr. Heitor
Pinto, Fr. Amador Araújo, Paiva de Andrade, Fr. João de Leite, e do
século 1600 o paixoso Fr. António Vieira, q. se houvesse grande
da nobre língua, tem mta. vivra espirito, apesar
junto de agudezas. Todos estes escritores, ou a maior parte
como crivo na Biblioteca Real de Paris. Entre os modernos
merecem ser lidas as obras do Fr. Theodoro de Almeida, do Fr.
Nuno Pereira de Figueiredo, varios sermones entre os quais tem mer-
emento algunh do Fr. José Agostinho de Macedo. Entre os rom-
ances modernos tem belleza coesa o Gasco, José Basílio da Gama,
Dinis (e vol. 12º) Tolentino, Francisco Manoel da Nóbrega
os dois Alvaraynhas, Brasileiros, as vidas de Diogo, Domingos
charidôniano Soárez, Bocage em certas peças, &c. E que se me
recomendar entre os autores do principio do século 16º a Ju-
du de Bernardim Ribeiro, e os 2 de Romances de cavalaria

o Palmeirim de Inglaterra de Vasco de Lobo e o Claramundo
do Celebre Historiador João de Barros; e do tempo do ultimo Felipe
as obras de D. Francisco Manoel. Para trazar em breve quadro
a historia litteraria do Brasil, alem da Biblioteca do Museu
Portuguez, emq. ja falei, serviria tambem consultar a Biblioteca
historica de Portugal e Brazil, q. se publicou em 1800 etanto
q. ter noticias nos vulgares. Não fallei dos nosos Mathematicos
antigos e modernos, De nosos antiquarios, Geografos, Viajeros e
naufragios, porq. não sei se entao no planos q. se propõem
os nosos leitor - espim como os Theologos e Jurisconsultos; mas
não devo esquecer de tocar na obra de Martim Affonso de Alme-
randa = o tempo d'agora, em que ha pedacos dignos de estu-
faigne. Tenho acabado as trambolhias, está melquinha tarefa,
isto amanhecerá q. à meu modo de ver, pois q. os periodos
da litteratura das nações modernas sequem por via diregra
o desenvolvimento apurado das linguas, ou o seu retrocesso,
ou vice, q. os periodos da nossa litteratura sás os seguintes:
1º Deix o principio da Monarchia Portuguesa ate o Reino de
D. Dinis. 2º De D. Dinis ate Affonso 5º 3º De Affonso 5º
ate fins do reinado de D. Manoel. 4º Dentes ate o reinado do
infante Felipe 2º de Castella. 4º de Felipe ate D. João 4º 5º
De João 4º ate o reino de João 5º e 6º portm desde então
até h. Não cabe no limites de sua carta, nem tenho pa-
ciente para isto, exprm os motivos desta minha devição: conten-
de-se V. S. com o que acabo de escrivinhhar, q. não he pôso
q. as minhas actuais circunstancias. Julgo q. se o nosso
autor, querer comunicar-me succepcion: os cadernos, q.
se compõndo, antes de os mandar ao porto, não lhe verão
inutiles as reflexões, q. farãoendo avista delles, visto
tenha saude, e excuse a demora da resposta, q. acabei
hoje a 23. do Corrente por não sei q. q. falecid, em q.
teve grande quinhão a preguita, castigo em que vivo.

Fui de coraçao
Amadora.

Meu caro Am.^o e Snr.

Talance, 14 de novembro de 1825.

Estou devedor a V. S.^a da resposta das suas duas ultimas cartas de 24 do passado e do I.^o do corredor, a que vou satisfazer do modo possivel, e quanto permittam os frios, que já me têm ou na cama ou junto ao borralho. – Já lhe enviei 2 exemplares das minhas poesias, e estou esperando a remessa dos 20 da minha *Representação, os bulletins, e o Voss*, se o puder comprar, segundo disse. Estou mais satisfeito com a collecção das viagens de Eyriès, e quando sahir o volume 14, rogo-lhe que o m'o compre.

Mas tudo está optimo, excepto o não saber eu o que lhe devo para desonerar a sua bolsa, que não será muito gorda, e saber regular-me para o futuro na minha *bibliomania*; assim meu caro senhor, saia de casa e vá aos livreiros buscar as clarezas necessarias.

O que me escreve do patriotismo do bom jumento, na phrase do....., não me admira, porque ha muito tempo que conheço a besta; – faça inculcar-lhe que não basta cuidar de fazer bons dansarinos dos Pensionarios, e aquentá-lhes o quarto; cumple que também entre em negociações diplomáticas de pu..... para aquentar-lhes a cama sem prejuizo da saude; para o que tem sua habilidade, se me lembro da bondade com que me tratou em Coimbra no inverno de 1801; – os grandes Bahianos têm talento e prestimo para tudo. Quanto á lembrança do diccionario dos termos próprios da lingua *tatambica* de Nossa Senhora é lembrança felicissima e propria de um *génie* Bahiano, agradecido ao sangue Ussá e Cayapó. Eu bem quizera recolher por casa muitos termos, mas a Snr.^a D. Maria Amalia é inexoravel neste artigo, e enfada-se seriamente com as minhas rogativas e com o sorriso sardônico do Snr. Bispo de S. Paulo, o qual diz que nem para ensinar Portuguez têm jeito as bellas de Bordéos; e convida a V. S.^a venha encarregar-se d'este trabalhinho, pois a gentil Amazona não é insensível ás saudades, que lhe deixou o doente dos oculos verdes. Deixe portanto a Paris, pois já tem tido tempo de os contemplar, não vestidos á *tragedia*, como semostram no principio aos estrangeiros, mas em *robe de chambre*, com todas as suas ridicularias e mazellas; venha a Talance, e creia que meu convite é cordial e sincero. Como me diz que a cara para José Ricardo, que foi por via de Londres, fora entregue, e deseja saber a data da sua ultima d'elle, digo-lhe que é de 5 de Julho d'este anno.

Emfim, poz o ovo a grã pata e veiu a lume o decantado Tratado, que saiu melhor do que esperava; – ao menos temos Independencia reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na bocca do estomago, de que não

sei se morrerá, ou se se restabelecerá com o tempo ; tudo depende da conducta futura dos Tatambas. Que galantaria jocosa de conservar João Burro o titulo nominal de Imperador, e ainda mais de convir nisso o P. Malasartes !

Mas, com esta farça o astuto Caning *escamotou* o reconhecimento a Vienna e Paris. Se for certa a amnistia de Pernambuco, creio que Stuart a ampliará com mais justiça a todos os fugitivos e deportados, que não têm nem vislumbre de crime. — O peior é, segundo os infaustos vaticínios do meu Tibiriçá, que talvez o Senhó Imperadó, para se lavar do crime de ingrato, não se lembre de mim para alguma coisa publica, o que já agora me assusta; pois o que só desejo é ir acabar os meus cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus outeirinhos.

Narcisa lhe pede queira mandar-lhe o frasquinho da agua para os dentes, em que já lhe fallou, e manda recommendar-se ao novo doutor medico, o que tambem faço. Adeus, tenham saude, e diga ao amigo Rocha que tenha esta por sua, e que acérca do Tratado dê tempo ao tempo, mas desde já assente que o diabo não é tão feio como o pinta.

Está concluida a carta amigavel ; agora passemos ao negocio da historia da Litteratura Portugueza; e alguns soccorros poderá adquirir dos discursos annuaes, que recitei como secretario, que fui, da Academia, por sete annos e que só deixei de ser pela minha ida parao Brazil em Setembro de 1819. Também lhe será indispensável folhear a *Bibliotheca Hispanica* de Nicolão Antonio, em que vem a noticia dos Escriptores Portuguezes até o século 17.^o, eno ultimo, se me não engano, vem uma lista de Autores, por províncias e logares, d'onde poderá tirar luzes paraa parte que diz respeito ao Brazil. Esta obra acha-se compendiada em 4 volumes pequenos de 12.^o pelo Professor Farinha. Para a Litteratura presente lhe poderá servir a obra moderna de Balbi, *Statistique Du Portugal*, em 2 volumes de 8.^o; o *Bouterwek*, em que me falla, tem muita coisa boa e anda já traduzido em francez, Par. 1812) ; e a obra de Sismonde de Sismonde. — *De La Litterature du Midi de l'Europe*. Tambem será bom que veja a obra de Eichhorn, *Histoire Générale de La Civilisation ET de La Litterature de l'Europe Moderne* ; mas creio que ainda não está traduzida em francez. Com estes subsidios e mais que tudo com a lição não só do immortal Camões, mas tambem de outros poetas do seu tempo, Antonio Ferreira, Diogo Bernardes, Jeronymo Côrte-Real, Fernão Alvares do Oriente, Sá de Miranda e Francisco Rodrigues Lobo, que apezar de não terem a belleza de Camões, têm muita coisa boa e conservaram o genio da língua e a graça do estylo ; entre os historiadores do século de 1500 e princípios de 1600, merecem ser lidos as *Décadas de João de Barros*, os *Commentarios de Albuquerque*, a *Vida de S. Francisco Xavier* por Lucena, Fernando Mendes Pinto, Antonio de Castilho, e sobre todas a *Historia de S. Domingos*, e a *Vida de Fr. Bartholomeu dos Martyres*, que, apezar da mesquinhez do assumpto, não têm rivaes modernos quanto á belleza do estylo e a pureza da língua; como oradores e moralistas têm muito merecimento

Fr. Heitor Pinto, Fr. Amador Arraes, Paiva de Andrada e Fr. João de Ceita ; e do seculo 1600 o pasmoso Padre Antonio Vieira, que é um grande mestre da nossa lingua e tem muita viveza e espírito, apezar de algum gosto de agudezas. Todos estes escriptores, ou a maior parte, se acham, como creio, na Bibliotheca Real de Paris. Entre os modernos merecem ser lidas as obras do Padre Theodoro de Almeida, do Padre Antonio Pereira de Figueiredo, varios sermones, entre os quaes têm merecimento alguns do Padre José Agostinho de Macedo.

Entre os Poetas modernos tem bellas coisas o Garção, José Basilio da Gama e Diniz (6 vol. 12.^o); Tolentino, Francisco Manoel do Nascimento, os dois Alvarengas, Brazileiros, as lyras de Dirceo de Gonzaga, Domingos Maximiano Torres, Bocage em certas peças, etc. Esqueci-me de recommendar entre os Autores do principio do seculo 6.^o *As Saudades* de Bernardim Ribeiro e os dois Romances de cavallaria, o *Palmeirim de Inglaterra* de Vasco de Lobeira, e o *Clarimundo* do celebre historiador João de Barros ; e do tempo do ultimo Felippe – as obras de D. Francisco Manoel. Para traçar em breve quadro a historia litteraria do Brazil, além da *Bibliotheca Historica de Portugal e Brazil*, que se publicou em 1800 e tantos, que traz noticias não vulgares. Não fallo dos nossos mathematicos antigos e modernos, de nossos antiquários, geographos, viajeiros e latinistas, porque não sei se entram no plano que se propõe o novo Autor ; – assim como os theologos e jurisconsultos ; mas não devo esquecer de tocar na obra de Martim Affonso de Miranda – *O Tempo d'Agora*, em que há pedaços dignos de Montaigne.

Tenho acabado aos trambulhões esta mesquinha tarefa, e só accrescentarei que, a meu modo de ver, pois que os períodos da litteratura das nações modernas seguem por via de regra o desenvolvimento e perfeição das línguas, ou o seu retrocesso, eu creio que os periodos da nossa litteratura são os seguintes: – I.^o Desde o principio da Monarchia Portugueza até o Reinado de D. Diniz. 2.^o De D. Diniz até Affonso V. 3.^o De Affonso V até fins do Reinado de D. Manoel. 4.^o De então até o Reinado do intruso Felippe II de Castella. 5.^o De Felippe até D. João IV. 6.^o De João IV até meiado de João V, e 7.^o por fim, desde então até hoje. Não cabe nos limites de uma carta, nem tenho pachorra para isto, expor os motivos d'esta minha divisão : contente-se V. S.^a com o que acabo de escrevinhar, que não é pouco para as minhas actuaes circumstancias.

Julgo que se o novo Autor quizer communicar-me successivamente os cahernos que for compondo, antes de os mandar ao prélo, não lhe serão inuteis as reflexões que for fazendo á vista d'elles. Adeus ; tenha saude e escuse a demora da resposta, que acabei hoje a 23 *do corrente*, por não sei que fatalidade, em que teve grande quinhão a preguiça e estupor em que vivo.

Seu do coração,
Andrade.

Impresso pela Editora e Papéis Nova Aliança Ltda.
Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²

ISSN 0100-1982



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM Pobreza